

COORDENAÇÃO
Rogéria de Ipanema

ANAIIS



VOLUME 3

**HISTÓRIA,
DESENVOLVIMENTO
E DEMOCRACIA**

2018



1920 | 2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

COORDENAÇÃO
Rogéria de Ipanema

ANAIIS

VOLUME 3



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Reitor

Roberto Leher

Vice-Reitora

Denise Lopez Nascimento

Pró-Reitor de Graduação

Eduardo Serra

Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa

Leila Rodrigues

Pró-Reitor de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças

Roberto Gambine

Pró-Reitor de Pessoal

Agnaldo Fernandes

Pró-Reitor de Extensão

Maria Mello de Malta

Pró-Reitor de Gestão e Governança

André Esteves da Silva

Pró-Reitor de Políticas Estudantis

Luiz Felipe Cavalcanti

COMITÊ CIENTÍFICO DO SEMINÁRIO UFRJ FAZ 100 ANOS – 2017

Pró-Reitora de Extensão

Maria Mello de Malta

Decano do CCMN

João Graciano Mendonça Filho

Decana do CCS

Maria Fernanda Quintela

Decana do CFCH

Líliá Pougy

Vice-decana do CLA

Cristina Tranjan

Coordenador do FCC

Carlos Vainer

Ouvidora Geral

Cristina Riche

Superintendente Acadêmica/CFCH

Ludmila Fontenele

Divisão de Integração Acadêmica/ PR2

Renata Gaspar

Coordenadora Geral do UFRJ FAZ 100 ANOS - Reitoria/ PR5

Rogéria de Ipanema

**HISTÓRIA,
DESENVOLVIMENTO
E DEMOCRACIA**

**4, 5 E 6
SETEMBRO
2017**



**UFRJ
faz 100
ANOS**

1920 | 2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

COORDENAÇÃO
Rogéria de Ipanema

ANAIIS

VOLUME 3

RIO DE JANEIRO

EDITORA UFRJ

2018

Os artigos dos Anais do Seminário UFRJ FAZ 100 ANOS: história, desenvolvimento e democracia estão disponíveis em <http://ufrj.br/ufrjfaz100anos>

Ficha catalográfica elaborada pelo Centro Referencial do Sistema de Biblioteca e Informação (SiBI) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Seminário UFRJ faz 100 anos (2017: Rio de Janeiro, RJ)

S471a

[Anais] I Seminário UFRJ faz 100 anos: História, desenvolvimento e democracia, 4 a 6 de setembro de 2017 / coordenação [de] Rogéria de Ipanema – Rio de Janeiro : Ed. UFRJ, 2018.

3v. : p. il.

ISBN: 978-85-7108-432-2

1. Universidade Federal do Rio de Janeiro – Congressos. I. Ipanema, Rogéria de, coord. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. II. Título.

CDD : 378.0098153

Os textos e imagens apresentados nesta publicação são de inteira responsabilidade de seus autores, incluindo as questões de direitos de uso de imagens de terceiros.

**HISTÓRIA,
DESENVOLVIMENTO
E DEMOCRACIA**

**4, 5 E 6
SETEMBRO
2017**



**UFRJ
faz 100
ANOS**

1920 | 2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

SUMÁRIO

VOLUME 3

SUMÁRIO – Volume 3

SEMINÁRIO UFRJ FAZ 100 ANOS: HISTÓRIA, DESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA 17

Rogéria de Ipanema

EIXO 7 – PESQUISA, SABERES E FAZERES NA UNIVERSIDADE

A CRIAÇÃO DA REVISTA DESVIO E A ABERTURA DE NOVAS OPORTUNIDADES ACADÊMICAS 23

Daniele Machado, Gabriela Lúcio de Sousa, João Paulo Ovídio e Thiago Fernandes

FINANCIAR PERIÓDICOS ABERTOS OU BASES ABERTAS DE PERIÓDICOS PAGOS? HISTÓRIA E EXPANSÃO DOS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS 30

Luis Paulo Vieira Braga

BIBLIOTECA DO MUSEU NACIONAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA, DESAFIOS E PERSPECTIVAS FUTURAS NA SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES 34

Leandra Pereira de Oliveira, Leonardo Soares de Santana e Soraia Santana Capello

REPRESENTAÇÕES TRIDIMENSIONAIS COMO DOCUMENTOS DA MEMÓRIA 45

Romulo Augusto Pinto Guina

DESENVOLVENDO O INDEX PARA A INCLUSÃO EM UMA ESCOLA DE GOVERNO 53

Regina Maria de Souza Correia Pinto, Carolina Barreiros de Lima e Luciana Teixeira Fernandes

CORPO, PINTURA E CONEXÕES: ENTRE TRÊS POÉTICAS 63

Martha Werneck Vasconcellos e Lício da Silva

AS LITERATURAS AFRICANAS DE LÍNGUA PORTUGUESA NA UFRJ: “PESQUISAS, SABERES, FAZERES” 76

Carmen Lucia Tindó Ribeiro Secco e Vanessa Ribeiro Teixeira

REDES DE RELACIONAMENTO ENTRE PROGRAMAS DA UFRJ COMO SUBSÍDIO PARA A POLÍTICA DE PÓS-GRADUAÇÃO 88

Kleber Neves

UBUNTU: SABERES E FAZERES DOS TRABALHADORES DO MUSEU NACIONAL/UFRJ. 100

Moana Campos Soto

O PROCESSO DE TRADUÇÃO PARA LIBRAS POR MEIO DE VÍDEOS Rodrigo Pereira Leal de Souza e Dafny Saldanha Hespanhol Vital	110
CRIAR A VIDA DO FUNDÃO Maria Alejandra Espinosa Moreno	120
CHLORELLA SP. : EXTRAÇÃO DE CAROTENOIDES E COMPOSTOS BIOATIVOS Souza, R.T., Mota, M.F.S., Bon, E.P.S. e Freitas, S.P.	130
O PROGRAMA DE ESTUDOS MEDIEVAIS DA UFRJ: UMA EXPERIÊNCIA DE INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva, Leila Rodrigues da Silva e Paulo Duarte Silva	138
UNIÃO DA PRÁTICA DOCENTE E PESQUISA EM EDUCAÇÃO: EXPERIÊNCIA DO ENSINO DE VIRTUDES NA EDUCAÇÃO INFANTIL Daniela Honorio de Sousa, Karine de Andrade e Maria Judith Sucupira da Costa Lins	148
METODOLOGIA ALFABETIZAÇÃO CORPORAL: A CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS NÃO EXCLUDENTES PARA OS TRABALHOS DE POTENCIALIZAÇÃO DA CAPACIDADE DE APRENDIZAGEM DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL Adson Ferreira Rocha, Cida Donato, Felipe Macedo, Cristina Ramos, Márcia Macedo do Nascimento e Keli Cristina de Matos	154
O ESPORTE EDUCACIONAL NA UFRJ Luciana M. N. Peil, Luiz Felipe Cavalcanti, Sidney Botelho Pestana, Denilson Vasconcelos, Regina Balbi, Bruno Mattos e Leandro Fernandes	166
OS QUE FAZEM E OS QUE PENSAM A DANÇA: ESTUDO DA TENSÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA EM QUATRO CURSOS DE GRADUAÇÃO EM DANÇA NO BRASIL Luciane Moreau Cocco	173
COMPARTILHANDO SABERES E PRÁTICAS NO CUIDADO EM DOMÍLIO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PADI-HUCFF Maria Luiza de Oliveira Teixeira, Helena Maria Rodrigues Marins, Sônia de Souza Ribeiro e Deborah Calda de Castro	184
EIXO 8 – POLÍTICA, AUTONOMIA, DEMOCRACIA E DESAFIOS	
A CONTRIBUIÇÃO DO CONTADOR NA PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS EM PORTO REAL: UM PANORAMA NORMATIVO Agnes Natasha Maciel de Sampaio	197
POLÍTICAS INTERSETORIAIS DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA URBANA JUNTO ÀS POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE RUA Miriam Krenzinger e Juliana Salvador	212

REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO NA UFRJ: UM OLHAR SOBRE AS POLÍTICAS NO ÂMBITO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO	222
Raquel Batalha de Oliveira e Carolina Barreiros de Lima	

O TELECURSO® COMO ESTRATÉGIA DE SUBSTITUIÇÃO TECNOLÓGICA E ALIENAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO PROGRAMA DE CORREÇÃO DE FLUXO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	230
Camila Medeiros Mendes	

EIXO 9 – SAÚDE, SAÚDE PÚBLICA E HOSPITAIS

MÃE CANGURU: A IMPORTÂNCIA DA INSERÇÃO DE UM MÉTODO DE ATENÇÃO HUMANIZADA AOS RECÉM-NASCIDOS PRÉ-TERMOS E/OU DE BAIXO PESO NAS MATERNIDADES	243
Gabriela Fernandes Moraes Fonseca e Lucineide Moraes	

PADRÕES DE REFERÊNCIA DO PESO AO NASCER DA MATERNIDADE ESCOLA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	253
Fabio Gutierrez da Matta	

O IMPACTO DO USO DA ASPIRINA NA PREVALÊNCIA DA PRÉ-ECLÂMPSIA E EM SUAS REPERCUSSÕES PERINATAIS	264
Maria Isabel Martins Peixoto Cardoso, Karina Bilda de Castro Rezende, Ana Alice Marques Ferraz de Andrade Jardim, André Luiz Magdalena Dourado, Fábio Gutierrez da Matta, Juliana Lapoente Marques Fonseca e Rita Bernadete Ribeiro Guérios Borna	

PREDIÇÃO E DIAGNÓSTICO DO CRESCIMENTO INTRAUTERINO RESTRITO	277
Ana Alice Marques Ferraz de Andrade Jardim, Rita Guérios Borna, Karina Bilda de Castro Rezende, Juliana Lapoente Marques, Fábio Gutierrez da Matta, André Luiz, Magdalena Dourado, Maria Isabel Martins e Peixoto Cardoso	

A AVALIAÇÃO DO DUCTO VENOSO NO PRIMEIRO TRIMESTRE NA PREDIÇÃO DO DESFECHO DA GESTAÇÃO	288
Juliana Lapoente Marques Fonseca	

A PREVALÊNCIA DO CONSUMO DE ÁLCOOL EM GESTANTES: UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE	299
Gabriela Fernandes Moraes Fonseca	

EDUCAÇÃO E SAÚDE NA DOENÇA DE PARKINSON: CUIDANDO DOS PACIENTES, FAMILIARES E CUIDADORES: DADOS PRELIMINARES	311
Renan Vicente da Silva, Bruna Fernandes Zappelli de Oliveira, Lucas Rodrigues de Moraes e Vera Lúcia Santos de Brito	

O PAPEL DOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS: A MATERNIDADE DA UFRJ Ismê Captureba Santos, Joffre Amim Junior, Antonio Jose Ledo Alves da Cunha, Roberto Andrade Medronho, Ana Paula Vieira dos Santos Esteves e Diana Maul Carvalho	322
UMA AVALIAÇÃO DA LOGÍSTICA DA REDE DE SUPRIMENTOS APLICADOS A SAÚDE: ESTUDO DE CASO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA FILHO Karina Lyra Fontes e Marcos Pereira Estellita Lins	332
A FARMÁCIA UNIVERSITÁRIA DISCUTINDO O TEMA "FARMÁCIAS MAGISTRAIS: INOVAÇÕES E SEUS DESAFIOS NOS SEUS 30 ANOS DE EXISTÊNCIA" Danieli Silva Feijó de Sousa, Náira Villas Boas Vidal de Oliveira, Zaida Maria Faria de Freitas, Fortune Homsani, Aline Guerra Mansour Fraga, Ana Lúcia Vazquez Villa, Mariana Sato de Souza de Bustamante Monteiro, Eduardo Ricci Junior, Rita de Cássia A. Barros e Elisabete Pereira dos Santos	345
A CONTRIBUIÇÃO DA UFRJ PARA A SAÚDE POR MEIO DO DATASUS, NO RIO DE JANEIRO Ilan Chamovitz	354
PROJETO: HATHA YOGA NO TRABALHO: SAÚDE E BEM ESTAR Ana Maria de Jesus Esteves	364
ESTRATÉGIA PARA PREVENÇÃO DE LESÕES RELACIONADAS AO USO DO BISTURI ELÉTRICO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA Mariana Magalhães Chagas, Isadora de Freitas Lyrio Araújo, Ana Paula Dias Soares e Camila Mendonça de Moraes	369
CARACTERIZAÇÃO DO ATRASO NO TRATAMENTO DE MULHERES COM NEOPLASIA MALIGNA DE MAMA DIAGNOSTICADAS EM UM HOSPITAL ESCOLA DO RIO DE JANEIRO, BRASIL Nathalia Rangel Lira da Silva, Anna Mayse Feitosa da Silva, Cristiane Machado do Vale de Andrade, Henrique de Castro Rodrigues, Jackeline Christiane Pinto Lobato Vasconcelos e Gerusa Belo Gibson dos Santos	377
VIOLÊNCIA SEXUAL E SAÚDE: ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL EM UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO. Taiane Damasceno da Hora	388
A UFRJ RECEBE, AVALIA E CUIDA DOS MENINOS DE TODO O BRASIL Prof. Dr. Fernando Eduardo Zikan	397

EIXO 10 – TRABALHO, CORPO SOCIAL, ESTRUTURA E GESTÃO

TERCEIRIZAÇÃO DO TRABALHO E AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: A UFRJ EM PAUTA Sara Izabeliza Moreira Lima	409
GESTÃO DE PROCESSOS: MODELO DE FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM UMA MATERNIDADE PÚBLICA Rosangela Pinheiro Pinto, Ana Paula Vieira dos Santos Esteves e Joffre Amin Junior	421
TRABALHO DOCENTE, CARREIRA DOENTE: OS PROFESSORES DA UFRJ Alzira Mitz Bernardes Guarany	431
CONSTRUINDO A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO EVENTO CONHECENDO A UFRJ 2017 Michelle Moreira da Silva e Pricila Vieira Magalhães	442
ÍNDICE DE AUTORES – VOLUME 3	457
CRÉDITOS	463

**HISTÓRIA,
DESENVOLVIMENTO
E DEMOCRACIA**

**4, 5 E 6
SETEMBRO
2017**

SEMINÁRIO UFRJ FAZ 100 ANOS: HISTÓRIA, DESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA



1920 | 2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

SEMINÁRIO UFRJ FAZ 100 ANOS: HISTÓRIA, DESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA

Rogéria de Ipanema

Coordenadora do UFRJ FAZ 100 ANOS – Reitoria
Assessora Especial da Pró-Reitora de Extensão – PR5

O Seminário UFRJ FAZ 100 ANOS: história, desenvolvimento e democracia foi realizado nos dias 4, 5 e 6 de setembro de 2017, nas dependências do Instituto de Geociências, do Instituto Tércio Paccitti de Aplicações e Pesquisas Computacionais e do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, na Cidade Universitária.

O Seminário consistiu na atividade de comemoração dos 97 anos da instituição, como parte do projeto do seu centenário, iniciado com o lançamento da marca com a Minerva no Conselho Superior Universitário (08/09/2016), e que se concluirá na efeméride de 7 de setembro de 2020. No edital para inscrição de resumos, o evento apresentava seus objetivos, “alargar as possibilidades das apresentações e debates do que se realiza na e com a UFRJ, pluralizando e interdisciplinando os interesses, os conhecimentos e os destinos públicos e democráticos da Educação.”

Assim, a programação contou com mais de 350 apresentações em 73 sessões temáticas, de forma que compreendessem comunicações de estudantes, técnicas(os) e docentes em cada uma das sessões e debates. Com isto, pode-se representar a procura muito clara do Seminário, na articulação de um encontro horizontal com os três segmentos, a partir de uma participação voluntária da comunidade UFRJ, em um mesmo espaço e sob uma mesma pauta.

Estes índices e números revelam a recepção do seu corpo social com a programação da Reitoria para a semana de aniversário da UFRJ em 2017. Proposta amplamente validada desde o início da construção de sua pauta, quando abertas a todas as pessoas, às sugestões de temas e de assuntos a serem apresentados e discutidos no Seminário. Uma vez recebidos, a Comissão Organizadora composta, também, pelos três segmentos, consolidou em 10 grandes Eixos, as mais de 200 contribuições recebidas.

É necessário registrar a programação geral do Seminário, aberto pelo Reitor Roberto Leher, com a conferência, UFRJ: desafios da história. E mais, uma mesa temática, refletindo o tema geral do Seminário, com as presenças de Cassia Curan Turci (Vice-Decana, CCMN), Maria Fernanda

Quintella (CCS), Marcelo Corrêa e Castro (representando a Decana Lilia Pougy, CFCH), Flora de Paoli (CLA), Fernando Ribeiro (CT) e Carlos Vainer (FCC). E a outra, Mesa: Universidade, autonomia, democracia e desafios, com a professora Diana Maul (FM/UFRJ), Marcelo Badaró (História/UFF) e como moderador, Claudio Ribeiro (FAU/UFRJ).

É igualmente importante registrar que, para se construir um maior dialogismo e interação com as entidades e movimentos sociais, a comissão organizadora trouxe o contato de conhecimento e reconhecimento de outros sujeitos e organizações populares, para que, com a UFRJ, formassem os Diálogos Sociedade e Universidade.

O primeiro Diálogo foi com os Movimentos da Baixada Fluminense: Associação Feira da Roça, Centro Cultural Donana, Coletivo de Mulheres Madalenas da Baixada, ComCausa-Direitos Humanos da Baixada Fluminense, Cooperativa Coopaterra, CPT Baixada Fluminense, Coletivo Preto Dandaras da Baixada, Instituto Enraizados, MST Baixada e SEPENI-Nova Iguaçu. O segundo Diálogo fez-se com moradores, movimentos e espaços culturais autônomos de territórios geográfica e historicamente extensionistas com a universidade, a Maré, Manguinhos e a Vila Residencial - UFRJ. Com eles, compartilhamos com a associação de Moradores AMAVILA, Cia Jovem Ballet Manguinhos, que fez uma apresentação ao público, Centro de Artes da Maré e Galpão Bela Maré.

Nesta presente escrita de 395 assinaturas apresenta-se uma grande gama de abordagens e reflexões sobre a formação e produção universitária em suas múltiplas áreas e campos, consubstanciando, assim, uma fonte de referência do ensino, da pesquisa e da extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a UFRJ.

A publicação é composta por 146 artigos em 03 volumes, totalizando 1.716 páginas, e está distribuída da seguinte forma:

Volume 1

Eixo 1 – Acesso, Permanência e Movimento Estudantil

Eixo 2 – Diversidade, Gênero, Etnia e Justiça Social

Eixo 3 – Educação, Ensino e Formações

Volume 2

Eixo 4 – Extensão, Integração Acadêmica e Sociedade

Eixo 5 – História, Memória e Desenvolvimento Institucional

Eixo 6 – Meio Ambiente, Sustentabilidade e Tecnologias

Volume 3

Eixo 7 – Pesquisa, Saberes e Fazeres na Universidade

Eixo 8 – Política, Autonomia, Democracia e Desafios

Eixo 9 – Saúde, Saúde Pública e Hospitais Universitários

Eixo 10 – Trabalho, Corpo Social, Estrutura e Gestão

Os artigos podem ser consultados por volume, tanto pelos títulos no Sumário como pelo Índice de autores ao final dos textos. A publicação completa dos 03 volumes está disponibilizada na página ufrj.br/ufrjfaz100anos.

Os Anais do Seminário UFRJ FAZ 100 ANOS estão sendo lançados no dia 5 de setembro de 2018, nas comemorações dos 98 anos da UFRJ, no Auditório Rodolpho Paulo Rocco, na Cidade Universitária e no Auditório Pedro Calmon, no Campus da Praia Vermelha. Neste ano, a **Universidade Pública** torna-se o eixo central da conferência do Reitor e das mesas de debates, em momento de grandes ataques ao exercício da educação crítica e sem mordada, à condição orçamentária para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, em valores insustentáveis e congelados por 20 anos, e com isto, inviabilizando o projeto e a função social das universidades públicas brasileiras, estruturas essenciais e extremamente necessárias ao país.

Saudações universitárias!



**HISTÓRIA,
DESENVOLVIMENTO
E DEMOCRACIA**

**4, 5 E 6
SETEMBRO
2017**



UFRJ
faz 100
ANOS

1920 | 2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

EIXO 7

PESQUISA, SABERES E FAZERES NA UNIVERSIDADE

A CRIAÇÃO DA REVISTA DESVIO E A ABERTURA DE NOVAS OPORTUNIDADES ACADÊMICAS

Daniele Machado

Mestranda em Estudos Contemporâneos das Artes / Instituto de Arte e Comunicação /
Universidade Federal Fluminense; Editora-chefe da Revista Desvio e Coordenadora de Pesquisa e Público
do Centro Municipal de Arte Hélio Oiticica

Gabriela Lúcio de Sousa

Graduanda em Conservação e Restauração pela UFRJ; Bolsista de pesquisa da Fundação Casa de Rui Barbosa

João Paulo Ovídio

Graduado em História da Arte pela UFRJ

Thiago Fernandes

Mestrando em História e Crítica de Arte pelo PPGAV/UFRJ

Introdução

O exercício da pesquisa de cada estudante, seja de graduação ou de pós-graduação é muito solitário. Mesmo que todos tivessem bolsas de apoio e orientadores presentes, ainda assim é um trabalho que depende da subjetividade de cada um, de suas trajetórias, de seus interesses, dos encontros e das conexões que estabelece a medida que a vida acontece. Mas o que está acima se trata de uma hipótese ideal. Poucos na graduação participam da experiência de iniciação científica e no fim, a maioria chega no trabalho de conclusão sem ter ideia de como fazê-lo. Seja sobre a escolha do seu objeto, seja sobre como investigá-lo, o que acaba tornando esse processo mais trabalhoso do que poderia ser. Assim, são poucos os alunos que decidem investir seu esforço para entrar nos programas de pós-graduação, e de fato, a maioria só compreenderá a metodologia científica no mestrado.

Os alunos precisam ser estimulados a pesquisar na graduação, através de iniciação científica, projetos de extensão ou grupo de estudos, com ou sem financiamento, compreendendo a pesquisa como um exercício do pensamento crítico, o qual deve se estender para além da universidade. A graduação deveria ser o período a fornecer instrumentais a inserção na vida acadêmica, no entanto, carecem oportunidades para que tal atividade ocorra, sendo possível ver esse reflexo no despreparo dos alunos para submeter propostas em editais ou realizar provas de concursos. Tal situação diz respeito aos cursos teóricos e práticos.

Não se tratando aqui de uma disputa entre a graduação e a pós-graduação, a questão é a importância de ambas para que a universidade aconteça. Apesar dos investimentos discentes

e docentes, e dos investimentos financeiros serem, geralmente, voltados para os programas de pós-graduação, não há como esta e nem como a universidade existir sem as graduações. Nesse debate, a pesquisa das graduações fica em segundo plano. Identificada esta situação, somada a pouca visibilidade dos trabalhos acadêmicos das graduações, é que motivou a criação da Desvio. A revista se pretende não apenas uma plataforma de divulgação, mas também de fomentar o encontro das pesquisas e a realização destas.

A partir dessas duas questões que movem a Desvio de forma geral, este artigo o modo como este periódico vem sendo desenvolvido. Desde sua concepção, dificuldades para que se realizasse, o trabalho em cada número, os planos futuros e a atuação da revista além do virtual. Um dos objetivos deste texto é, além de tornar transparente o como a Desvio foi e é pensada/realizada, acessibilizar a ideia de uma revista de graduação. Para tanto os receios e questões dos autores envolvidos estão incluídos, e também o contexto político que envolve o cotidiano das universidades – em especial, da UFRJ. Ao longo deste trabalho as duas edições já realizadas são apresentadas, sendo sempre apontados como as diretrizes da revista se mantêm vivas em seus desenvolvimentos, e como a qualidade de envolvimento com os públicos foi aumentando. Por fim, estão os planejamentos dos próximos números e os novos sonhos.

Desvio a esquerda: a sua criação

Em 2014, alunos do curso de história da arte foram responsáveis pelo evento *Prédio Fantasma*, onde foi realizada uma intervenção no terreno baldio pertencente à Escola, contando com discurso/depoimentos de alunos e professores, corte de fita inaugural, placa de fundação e vernissage. No ano seguinte, durante o período da greve, os alunos da EBA criaram o *Ocupa-Ação*, uma plataforma onde foram realizadas ações artísticas e falas livres referentes à situação da educação em nosso país. Tais iniciativas, antecessoras a criação da revista Desvio, permitem pensarmos a existência de uma atmosfera política, um desejo do corpo estudantil em lutar por melhorias.

A Revista Desvio é uma proposta inédita na Escola de Belas Artes (EBA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ): uma revista acadêmica virtual que publique artigos, resenhas, críticas, colunas, entrevistas, relatos de experiências, cadernos especiais sobre eventos específicos e outras produções textuais dos discentes da graduação da EBA e de outras universidades que possuam interesse em assuntos relacionados à arte, cultura e patrimônio, com edições sem temática específica. Apesar de não haver tema específico, além da publicação de trabalhos inscritos, a revista é propositiva ao produzir conteúdo próprio e incentivar a escrita acerca de assuntos e temáticas que interessem. A revista acaba de finalizar a sua segunda edição, foi idealizada em 2015 e começou a ser editada em 2016, semestralmente, por alunos das graduações da Escola de Belas Artes.

Inicialmente a ideia se tratava de um periódico do curso de graduação em História da Arte, que a aluna Raquel Machado dispôs no grupo do curso no facebook. Muitos se interessaram, mas à medida que o tempo passou e mais reuniões foram necessárias para que a revista acontecesse, e assim, o grupo permaneceu com quatro estudantes. Foi nesse momento em que foram desenvolvidos o título do periódico e o seu logotipo, ambos se complementando: um desvio, de uma revista em construção, em obras permanentes, cuja seta vermelha aponta para esquerda. Necessário diante de uma onda radical de direita sobre a universidade e o país, onde no ano seguinte a primeira presidente mulher seria retirada através de um golpe. Necessário também na universidade onde, no mesmo ano, um estudante negro, nortista e gay viria a ser assassinado brutalmente. Necessário também diante de um cenário de crise econômica, onde a primeira área a ser descartada e sofrer cortes parciais ou totais, é a área da cultura, que teve seu ministério extinto por algumas semanas após o golpe jurídico-parlamentar-civil. Felizmente nesse ano, apesar de um dos componentes da equipe precisar deixar a revista após a publicação da primeira edição, tivemos o acréscimo de mais duas integrantes, sendo uma delas do curso de Conservação e Restauração. Com a greve dos alunos, professores e técnicos da universidade, a produção da primeira edição foi suspensa, e, quando foi retomada, a equipe, com sua formação atual, estava completa. Assim, a Desvio ampliava para se tornar uma revista da EBA e não apenas do curso de História da Arte, e também propunha a sua própria edição como um espaço de experiência para os estudantes, que podem colaborar na organização de apenas uma edição, apesar da equipe fixa da revista.

Além de suprir a demanda de receber o conteúdo de graduandos, a Desvio também é um espaço de produção de reflexão, debate e memória da Escola de Belas Artes. Essa era uma outra lacuna que era identificada na universidade. Faltava um objeto que ao mesmo tempo informasse e servisse posteriormente como documento integrante da memória da universidade e da escola, especialmente em relação ao envolvimento discente nestas. O formato da revista foi construído a partir de pesquisas da equipe sobre revistas já existentes, mas também a partir das possibilidades de textos que queria-se apresentar: da forma mais livre e acessível, desde que respeitando as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Portanto, a Desvio pretende ser submetida a avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) quando for publicada a quarta edição da revista em março de 2018 para que os pesquisadores que tenham interesse possam ser devidamente qualificados, porém, os que não tem interesse em artigos acadêmicos, mas em outros formatos, também se está aberto a receber.

Dessa forma, a terceira edição da revista será construída, especialmente, pela produção textual do primeiro encontro de estudantes de graduações em artes do estado do Rio de Janeiro,¹ evento ainda em construção, cuja temática será *A pureza é um mito*. O encontro, que

1 O evento já possui um nome provisório: I PEGA – P ____ Encontro de Estudantes de Graduações em Artes do Estado do

objetiva reunir as pesquisas dos estudantes do estado do Rio de Janeiro, terá em seu período de inscrição disponíveis, um acompanhamento para os trabalhos que forem ser inscritos. Quem desejar poderá comparecer na data e horário combinados para compartilhar o que pretende inscrever e ouvir críticas e sugestões. Isso porque acreditamos que a pesquisa e a sua publicação não deve estar apenas no repertório da prática discente de pós-graduação, mas também da graduação desde seu início. O processo de acompanhamento será uma forma de colaborar na emancipação de quem não está seguro do trabalho a ser inscrito no encontro. Portanto a Desvio não trata apenas de uma simples publicação dos envios de estudantes de graduação, mas também apoia essa produção e a divulgação e o debate presencial dessas pesquisas.

Primeira edição

Na primeira edição da revista, lançada em novembro de 2016 no I Encontro O Ensino de Artes na Formação Universitária. Com esse lançamento foi possível adquirir o registro de ISSN para periódico virtual, proporcionando um acréscimo ao estudante que envia conteúdo para a revista: agora ele pode registrar esse conteúdo em seu currículo e com isso acrescentar alguns pontos em sua trajetória acadêmica. Reuniu-se críticas, entrevistas, cadernos especiais e uma co-lunista convidada. Os cadernos especiais completavam a realização de dois eventos simbólicos na história da escola. Um foi dedicado ao Afroresistências: Estética Negra e Novas Narrativas. O evento foi organizado por estudantes da Escola de Belas Artes de 11 a 13 de maio de 2016. Congregou estudantes, artistas, afro empreendedores, educadores, mestres e portadores dos diversos saberes da cultura negra, promovendo debates, apresentações de trabalhos acadêmicos, oficinas, economia criativa e uma mostra coletiva de arte. No caderno foram publicados a apresentação do evento por Angelica Arcasi e os artigos Mulher negra: corpo, memória e protagonismo no audiovisual de Simone Ricco, PIXAÇÃO – a cultura Xarpi na cidade do Rio de Janeiro de Samuel Lima e A face negra do poder constituinte originário brasileiro: a atuação interseccional das Mulheres Negras do Estado do Rio de Janeiro na construção das demandas na constituinte de 1988 de Ellen Mendonça Silva dos Santos. Conforme o texto de apresentação do evento:

O que propomos surge como nova demanda no contexto da recente entrada de estudantes negros e indígenas, periféricos e pobres na universidade, uma instituição historicamente excludente, que agora se converte em espaço de disputa e resistência diária. Por isso, vale questionar: qual o lugar do conhecimento não eurocêntrico na trajetória de 200 anos da Escola de Belas Artes? Qual será o impacto deste novo protagonismo na produção historiográfica e estética acadêmica?

O outro caderno especial trouxe transcrições das falas realizadas na Descomemoração dos 44 anos do assassinato de Ana Maria Nacinovic no dia 14 de junho de 2016, organizado pelo

Rio de Janeiro. O nome foi escolhido em uma reunião com discentes da maioria das universidades públicas do estado do Rio de Janeiro que possuem graduações em artes. O nome deixa a letra P livre para a imaginação, criando oportunidades de pensamento, englobando palavras como 'Primeiro', 'Projeto', 'Produção', entre outras.

Coletivo de Mulheres Ana Maria Nacinovic. Ana era estudante da Escola e foi covardemente assassinada durante a ditadura militar. Foram publicadas a apresentação do evento por Gabriela Lúcio, e as falas Heranças da ditadura: a atual conjuntura política e os principais desafios para resgatar essa história de Ana Bursztyn Miranda, Anna Bella Geiger e Niomar Moniz Sodré: as artes visuais brasileiras e a ditadura militar de Daniele Machado e 44 anos depois, o trabalho na Comissão da Verdade de Nadine Borges.

A primeira edição também contou com um marco da arte contemporânea no estado do Rio de Janeiro: em 2016 foram completados 20 anos do Centro Municipal de Arte Hélio Oiticica (CMAHO) na cidade do Rio de Janeiro e do Museu de Arte Contemporânea (MAC) da cidade de Niterói. Assim, foram realizadas entrevistas pela equipe da Desvio com a então diretora e curadora do CMAHO Izabela Pucu e com o diretor geral e curador do MAC Luiz Guilherme Vergara. Foram abordados não apenas as trajetórias de 20 anos desses espaços, mas também a consolidação da arte contemporânea nessas cidades e seus entrelaçamentos, as suas participações nessas trajetórias e as gestões que ambos realizavam.

A edição contou ainda com a colunista convidada Rogéria de Ipanema, professora da EBA e atual assessora especial da Pró-reitoria de extensão da UFRJ, cujo texto foi permeado por questões sobre a construção da universidade e como ser EBA após o recente incêndio que afetou o prédio que abrigava a reitoria, pró-reitorias, a Escola de Belas Artes e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. A primeira Desvio contou ainda com as críticas de arte *Vânia Mignone na Galeria Mercedes Viegas de João Paulo Ovídio e Modernidades Fotográficas no Instituto Moreira Salles* – RJ de Priscila Medeiros de Oliveira e os artigos acadêmicos *Relações formais e sociológicas entre a arte ocidental da Idade Média e a pré-colombiana* de Thiago Spindola Motta Fernandes e *Arte popular brasileira: a influência do material do processo criativo* de Liliane Alfonso Pereira de Carvalho.

Segunda edição

Na segunda edição, recém-publicada em junho de 2017, a revista cumpriu o objetivo de ser uma opção para os estudantes de graduação, mas também de pós-graduação. Foram submetidas 45 propostas de conteúdo para a revista, com temáticas diversas, além do caderno especial da equipe sobre o incêndio de outubro de 2016.

Em outubro de 2016 a Escola de Belas Artes sofreu um incêndio que deixou milhares de estudantes sem salas de aula, um trágico marco de uma era da instituição que se iniciou em 1975, com sua transferência do Museu Nacional de Belas Artes para o Fundão. Apesar de ocupar um espaço que originalmente pertence à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, a EBA, que há décadas aguarda a construção de sua própria sede, sente a dor da perda de um lugar que a abrigou e por onde deixou suas marcas ao longo de 41 anos. O caderno *Incêndios* trouxe a entrevista realizada pela equipe da Desvio com Ângela Ancora da Luz, ex-aluna, professora e di-

retora da Escola de Belas Artes, que testemunhou da transferência da instituição para o Fundão. Ângela relata em seu depoimento como era a vida dos estudantes na antiga sede no Museu Nacional de Belas Artes, além de detalhes sobre a transferência da Escola, tentativas fracassadas de se conseguir uma nova sede e suas realizações como diretora. Também há o artigo *Análise e acompanhamento conservativo do Núcleo Interdisciplinar de Estudo da Imagem e do Objeto (NIO)* de Gabriela Lúcio, Patricia Riggo e Maria Cristina Volpi, em uma reflexão sobre táticas de conservação nos acervos da escola diante das possibilidades pós-incêndio. O segundo artigo *‘Espaço de experiência’, ‘Horizonte de expectativa’ e o estado da arte visual no ensino médio do RJ* de Maíza de França conecta o ensino da licenciatura de arte na universidade e a prática na sala de aula. No ensaio *A EBA PEGOU FOGO! A EBA RESISTE! A EBA RE-EXISTE!* Daniele Machado investiga encontros imagéticos e de dispositivos nas trajetórias de edifícios e projetos da Escola de Belas Artes e do Centro da cidade do Rio de Janeiro.

A edição continua com duas críticas e um ensaio. Em *Exposição Balancete do Coletivo Filé de Peixe no Centro Municipal de Arte Hélio Oiticica* Thiago Fernandes aborda a retrospectiva de dez anos de trajetória coletivo carioca. E em *Meu mundo teu: elos afetivos e simbólicos de se estar junto* Pedro Ambrosoli analisa a mostra individual do artista Alexandre Sequeira. O ensaio de Barbara Andrade, *Pixo e arte: linguagem, ação e novas inserções*, retoma o assunto pichação já abordado em edição anterior por Samuel Lima, a partir de outras perspectivas.

Por fim, temos os artigos, que nesta edição são muitos. Três que abordam recortes na arte contemporânea brasileira. *“A gente produz obras que não são nossas”: aspectos da autenticidade na arte contemporânea* de Camila Medina, *Lygia Clark e o Não-Objeto: interatividade e forma artística* de Amanda Inocencio e *Imagens da morte na arte contemporânea brasileira* de Tadeu Ribeiro. Dois com discussões em torno da imagem. *Reprodutibilidade e fantasmagoria: a reinvenção do simulacro em Morel* de Adagilso Pereira, *Ética, estética e política: a fotografia de Nhem Ein e o lugar da memória* de Vitor Brito. A sessão se encerra com *A educação grega: o ideal que se perdeu da humanidade* de Clarice Saisse, Debora Poncio e Cintia Gameiro, *ArRUAça: estudos iniciais sobre o corpo funkeiro carioca* de Mayara Assis e José Medeiros, o poeta da luz de Gabriele Nascimento.

Considerações finais

Se fosse necessário descrever a revista *Desvio* em poucas palavras, certamente diríamos: a materialização de um sonho. A revista torna concretas as ambições de toda uma comunidade acadêmica, estimulando produção de pesquisas e a realização de encontros, diferenciando-se das demais iniciativas na UFRJ devido seu caráter independente, reforçando o interesse dos graduandos em garantir espaços de discussão. A *Desvio* traz à tona questões atuais, atentando-se para aos principais episódios da arte contemporânea, expondo diferentes perspectivas sobre o

assunto. O fato de sermos autônomos nos confere a possibilidade de experimentar, descobrir a cada edição erros e acerto, por meio de tentativas nos aperfeiçoarmos.

Propomo-nos, indiretamente, a construir maior integração entre os cursos da Escola de Belas Artes, pensando articulações entre teorias e práticas. Como pode uma instituição não promover ações onde alunos de diferentes cursos imbriquem-se? Colaborações reais, sendo possível exercitar a curadoria, a crítica de arte, e até mesmo se descobrir artista. Ainda estamos engatinhando, porém possuímos o frescor necessário para lutar por tudo que acreditamos: a integração entre saberes e fazeres.

A Desvio segue em obras, em construção permanente. Entre os planos futuros está a qualificação da CAPES, uma maior colaboração nas reivindicações discentes da EBA, a realização de mais eventos para promover o encontro e debate de pesquisas de graduação e pós-graduação, e uma profissionalização maior dos seus modos de produção e comunicação. Também há o interesse em adicionar uma seção de tradução, buscando apresentar escritos de autores negros, mulheres, LGBTQs, periféricos, enfim, uma atenção para perspectivas de pesquisadores fora do circuito eurocentrico.

Seguimos desviando. Sempre à esquerda!

Referência bibliográfica

DESVIO - Uma revista em construção. Disponível em: <<https://revistadesvioblog.wordpress.com/>> Acesso em: 21 set. 2017.



FINANCIAR PERIÓDICOS ABERTOS OU BASES ABERTAS DE PERIÓDICOS PAGOS? HISTÓRIA E EXPANSÃO DOS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS

Luis Paulo Vieira Braga

Professor colaborador no Departamento de Geologia - UFRJ

História e Expansão dos Periódicos Científicos

O mundo da ciência é vasto e globalizado. Aliás, mesmo antes desse termo ser utilizado, a atividade científica sempre se caracterizou por sua internacionalização. Guerras religiosas, políticas e econômicas não impediram os cientistas de diferentes nações de se comunicarem. Trezentos e cinquenta anos depois da criação do *Philosophical Transactions of the Royal Society* milhares de periódicos científicos impressos ou virtuais circulam pelo planeta, supostamente atestando uma atividade febril de inovação, questionamento e transformação (L. Vieira 2015). Lançado em 1665, tinha como objetivo a difusão do conhecimento, a responsabilidade era de uma sociedade científica e o custeio do estado, representado pelo soberano. Somente a partir da II Guerra Mundial as editoras comerciais assumiram a responsabilidade pela produção, impressão e distribuição da maioria dos periódicos científicos. A mensuração da produção científica também se estabelece nessa época com base nas Leis de Lotka (1926), Bradford (1934) e Zipf (1949). A cienciometria assume funções estratégicas na avaliação de instituições, cursos e pesquisadores. Por outro lado, o alto custo de impressão e distribuição leva à concentração de editoras e constitui barreira para instituições com menos recursos financeiros, assim como o dispêndio com a necessária infraestrutura de bibliotecas e pessoal técnico. As pressões se tornam então insuportáveis, novas gerações de pesquisadores carecem de condições mínimas para se manter atualizados em instituições de países menos desenvolvidos. O crescimento da população de cientistas provoca colapso no sistema de publicações, um artigo podia levar anos até finalmente ser publicado, caso tivesse sido aceito.

A revolução da informática, novas modalidades de periódicos

A revolução da informática veio trazer novas e imensas perspectivas para o mundo acadêmico. Inicialmente, a popularização dos microcomputadores, assim como de programas para edição de textos científicos provocou uma onda de publicações digitais que, entretanto, era distribuída em meios físicos tais como disquetes, fitas, cartuchos. Com a introdução da internet

e sua ramificação por todo o mundo, a distribuição também passou a ser feita digitalmente. O número de periódicos cresceu exponencialmente tanto da parte das editoras tradicionais que dominam o mercado editorial – *Springer, Elsevier, Wolters Kluwer, Wiley Blackwell e Taylor-Francis*, dentre as principais, assim como da parte de novas editoras on-line ligadas ou não a instituições de pesquisa. São essas últimas que trouxeram muitos problemas no quesito qualidade, como veremos na próxima seção. Antes, porém, é necessário registrar que a questão do custo e acesso apenas teve uma relativa melhoria, insuficiente para atender a demanda reprimida por décadas. Tomaram corpo movimentos radicais de pirataria de periódicos que ainda subsistem, mas com consequências dramáticas para muitos de seus idealizadores. Outra vertente, mais consistente, é a dos periódicos de acesso aberto (*open-access*) que ao invés de cobrar dos leitores, cobra dos autores. Há aproximadamente 10.000 periódicos nessa categoria, cadastrados no Diretório de Periódicos de Acesso Aberto (DOAJ). Outra categoria é a de periódicos híbridos, as editoras tradicionais, preocupadas com o avanço da modalidade acesso aberto, também lançaram periódicos de acesso aberto e os chamados híbridos que incluem artigos fechados e abertos.

A proliferação de periódicos, se por um lado, abriu novas oportunidades de publicação, por outro, dificultou o acompanhamento de tantas fontes de conhecimento. As bases de periódicos vieram suprir essa deficiência. No Brasil há pelo menos duas grandes bases de periódicos, embora elas estejam também se multiplicando (UFRN 2017). A base de periódicos da CAPES reúne mais de 10.000 periódicos fechados e constitui o investimento mais importante no campo de acesso ao conhecimento para as instituições brasileiras. A outra base relevante é a base SCIE-LO focada em periódicos de acesso aberto.

O desafio da qualidade

Nesse artigo alertamos sobre as consequências que a banalização dos periódicos científicos em escala mundial representa para a comunidade de pesquisadores e para os países que as sustentam. Editoras e periódicos de qualidade duvidosa vêm servindo de veículo para trabalhos ou pseudotrabalhos, que custam muito dinheiro às fontes de financiamento à pesquisa. Práticas tais como: utilização de nomes parecidos com os de periódicos consagrados, aceitação expressa de artigos sem revisão criteriosa, composição irregular de corpos editoriais, dentre outras. Assim, para muitos professores brasileiros, a oportunidade de publicar com mais facilidade em periódicos supostamente de âmbito internacional recebeu enorme adesão, ignorando-se a qualidade das publicações e despendendo-se grandes somas de dinheiro para editoras de qualidade duvidosa.

A aura de pureza, inovação e democratização do movimento de acesso aberto (*open access*) foi gradualmente sendo contaminada por práticas comerciais desonestas com consequente queda de qualidade. O epicentro desse tsunami é a China, aonde a necessidade de publicar de milhares de novos professores em centenas de novas universidades motivou empresários

a criarem editoras desvinculadas de instituições de ensino ou sociedades científicas (L. Vieira 2014b). *SciencePG*, *David Publishing*, *Science Publications* e *Scientific Research*, dentre outras, se notabilizaram por práticas inaceitáveis até então no meio acadêmico. Essa corrupção acadêmica não se restringiu à China, escândalos ocorreram nos EUA, Europa Ocidental (M. Ansede 2017). No nosso caso, apesar da aparência, a utilização de periódicos abertos não economiza recursos públicos, porque as taxas de publicação são pagas com recursos orçamentários e extra orçamentários das instituições públicas de ensino e pesquisa.

Embora sujeito a controvérsias, o Fator de Impacto (FI) tem sido uma das mais importantes referências quando se trata de avaliar a qualidade de um periódico. Ele é calculado a partir de uma base de periódicos - Web of Science (WoS) pelo Journal Citation Reports (JCR) que calcula o FI com base nas citações de artigos do periódico. Os cinco melhores periódicos brasileiros segundo o índice de impacto são:

Posição	Nome	Abreviação no JCR	Citações Totais	FI	FI sem auto citação	FI por cinco anos
1	Memórias do Instituto Oswaldo Cruz	MEM I OSWALDO CRUZ	6.172	2,605	2,498	2,101
2	Journal of Materials Research and Technology-JMR&T	J MATER RES TECHNOL	477	2,359	2,282	-
3	Diabetology & Metabolic Syndrome	DIABETOL METAB SYNDR	1.286	2,347	2,287	2,571
4	Jornal de Pediatria	J PEDIAT-BRAZIL	1.643	2,081	1,826	1,830
5	REVISTA BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA	VER BRAS PSIQUIATR	1.565	2,049	1,961	2,439

No entanto, no Brasil a base de referência para periódicos é outra – QUALIS, que indica a classificação do periódico. Os seus critérios causam muita polêmica (L. Vieira 2014a) e foram detectados muitos periódicos de qualidade duvidosa com boa classificação. Se, por um lado, a responsabilidade pelos empreendimentos editoriais inadequados é a de seus donos e diretores. Por outro, a autoridade governamental deve zelar pela qualidade dos serviços que são oferecidos ao público. No caso, trata-se da gestão do QUALIS, uma base de referência que vem contemplando muitas publicações que não honram a integridade científica. Na opinião de alguns pesquisadores, o QUALIS é desnecessário e até mesmo prejudicial. Se desejarmos a internacionalização da Ciência praticada no país, a primeira coisa que devemos fazer é abster-nos de criar uma classificação de periódicos própria e usar a classificação que todo mundo usa.

Embora o acesso aberto apresente como vantagem o fato de qualquer cidadão acessar qualquer publicação, em minha opinião, a solução da Base de Periódicos da CAPES é melhor, pois viabiliza o acesso do corpo social das instituições conveniadas a publicações especializadas de reconhecida notoriedade. Bibliotecas *on-line* abertas para a população com obras de interesse geral seriam muito mais úteis do que disponibilizar periódicos especialadíssimos para leigos. A qualidade deve ser o principal critério da inserção dos periódicos na base, ater-se aos

princípios fundadores – revisão por pares, afiliação a uma sociedade científica, financiamento preponderantemente público na aquisição por instituições de ensino e pesquisa. É uma ilusão acreditar que o sistema aberto possa substituir por completo o sistema fechado, isso só é possível à custa da qualidade do produto final, destruindo um esforço de séculos para erigir um sistema de divulgação e qualificação do conhecimento.

Referências bibliográficas

El mayor escándalo de la ciencia española se vuelve mundial, M Ansede, El País. [Acesso em 20 de setembro de 2017]. Disponível em https://elpais.com/elpais/2017/09/19/ciencia/1505846722_410554.html?id_externo_rsoc=TW_CC

O Fio da Navalha-Reflexões sobre a Carreira Docente, L. Vieira, Psychiatry on Line Brasil, Janeiro de 2015 - Vol.20 - Nº 1

Qualis sob suspeita, L. Vieira, Psychiatry on Line Brasil, Agosto de 2014a – Vol.19 - Nº 8

Submundo acadêmico, L. Vieira, Psychiatry on Line Brasil, Setembro de 2014b – Vol. 19 – Nº 9

UFRN Catálogo de Livros Digitais. [Acesso em 14 de outubro de 2017]. Disponível em <http://www.edufrn.org/pages/livros-digitais.php>



BIBLIOTECA DO MUSEU NACIONAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA, DESAFIOS E PERSPECTIVAS FUTURAS NA SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

Leandra Pereira de Oliveira

Museu Nacional/UFRJ; Mestre em Biblioteconomia; Técnica Administrativa

Leonardo Soares de Santana

Museu Nacional/UFRJ; Bacharel em Biblioteconomia; Técnico Administrativo

Soraia Santana Capello

Museu Nacional/UFRJ; Mestre em Biblioteconomia; Técnica Administrativa

Introdução

O Museu Nacional, vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro desde 1946 e parte integrante da estrutura acadêmica desta, é considerado a mais antiga instituição científica do país e é um dos maiores museus sobre História Natural e Antropológica da América Latina.

A Biblioteca do Museu Nacional (BMN) é especializada em Ciências Naturais e Antropológicas, seu acervo é composto por CDs, DVDs, E-books, folhetos, livros, materiais iconográficos e cartográficos, obras raras, periódicos, teses e dissertações, e integra o Sistema de Bibliotecas e Informação (SIBI), da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem como missão “Assegurar o acesso à informação para produção de conhecimento nas áreas de Ciências Naturais e Antropológicas, apoiando as atividades de ensino, pesquisa e extensão do Museu Nacional e assumindo a responsabilidade de preservação e conservação de patrimônio científico e cultural sob sua custódia”, bem como a visão de “Ser uma biblioteca de referência, especializada em Ciências Naturais e Antropológicas, no âmbito nacional e internacional” e como valores: a ética e integridade; o respeito, agilidade e cordialidade; a parceria e cooperação institucional; a valorização das habilidades individuais; o trabalho em equipe e com transparência; e a qualidade e excelência.

A criação da biblioteca foi oficializada no decreto de 11 de julho de 1863, assinado pelo ministro do império Manoel de Araújo Lima, Marquês de Olinda. Originalmente seu acervo se iniciou pela doação de coleções especiais e doações de pesquisadores e diretores do Museu Nacional, além do intercâmbio da revista *Arquivos do Museu Nacional*, mantido até hoje com outras instituições brasileiras e estrangeiras.

A aquisição de materiais pode ser feita por compra, permuta ou doação. Na Biblioteca do Museu Nacional a forma de aquisição mais utilizada é a permuta, também chamada de intercâmbio. Permuta é a troca de publicações entre entidades, na forma de intercâmbio. Algumas vantagens desta forma de aquisição são a economia da verba e a possibilidade de conseguir adquirir materiais que não estejam disponíveis para compra; nesses casos, um programa de intercâmbio de publicações é bastante útil (ANDRADE; VERGUEIRO, 1996, p. 57).

Andrade e Vergueiro (1996) definem programa de permuta como um acordo preestabelecido entre duas instituições, com o compromisso mútuo de fornecimento de publicações das próprias entidades, de obras duplicadas ou retiradas do acervo ou de obras recebidas em doação, mas sem interesse para incorporação ao acervo. Ainda de acordo com os autores

Como os programas de intercâmbio representam, em essência, um acordo de cooperação visando a benefícios recíprocos em termos de obtenção de materiais, além do fator cultural outras razões vão também determinar o estabelecimento da permuta. Entre elas, podem ser apontadas: obtenção de material de difícil localização: muitas vezes os materiais selecionados para aquisição não são encontrados no comércio (ou não são encontrados facilmente e os fornecedores, por comodismo, recusam-se a procurar por eles com mais empenho). Isso é comum acontecer com publicações acadêmicas que são distribuídas sem fins comerciais. Da mesma forma, a produção de países do Terceiro Mundo também costuma envolver relações comerciais complicadas, fazendo com que muitas vezes a opção por um programa de permuta, onde não existe transferência de divisas, apareça como a solução mais apropriada. As já mencionadas publicações da literatura cinzenta são as principais candidatas à permuta, devido a suas características nem sempre comerciais. Muitas publicações oficiais também podem ser obtidas por esse meio; substituição de títulos comprados por títulos permutados: esta opção costuma ocorrer principalmente em relação a publicações de interesse científico, liberando recursos para aquisição de outros títulos. No Brasil, nem sempre essa prática é possível, devido à inconstância de nossas publicações que, por não apresentarem uma periodicidade regular ou por não terem suficiente garantia de continuidade, não constituem materiais adequados para permuta. A quantidade de periódicos que lançam dois ou três números para logo morrerem muitas vezes torna inviável um intercâmbio com maior assiduidade; complementação de falhas na coleção: este tem sido um dos fatores mais considerados para o estabelecimento de programas de permuta. Para atingir esse objetivo, listas do material que existe em duplicata ou disponível para permuta são elaboradas pelas bibliotecas e encaminhadas às instituições conveniadas. Quem recebe e examina essas listas costuma muitas vezes descobrir ali números antigos de periódicos que estão faltando em sua coleção, obras esgotadas que não foram anteriormente adquiridas ou duplicações

indispensáveis ao acervo.¹

Relato de experiência

A atividade de permuta da Biblioteca do Museu Nacional iniciou-se em 1876, exatamente no ano em que o primeiro periódico científico dedicado exclusivamente às Ciências Naturais, Arquivos do Museu Nacional, foi publicado. Inclusive, há relatos de que a criação dessa publicação periódica foi estrategicamente intencional para se iniciar a atividade de permuta na Biblioteca do Museu Nacional, resultando-se assim no pleno desenvolvimento da coleção com produtos intercambiados de qualidade.

Enviava-se grande número de exemplares do periódico Arquivos do Museu Nacional para instituições da mesma área do conhecimento, museus e bibliotecas que, em parceria, enviavam em troca muitos periódicos que auxiliaram no enriquecimento do acervo da Biblioteca do Museu Nacional. Em 1878, Ladislau Neto, diretor do Museu Nacional na época, organizou um serviço gráfico anexo ao museu com o intuito de facilitar e minimizar os custos da impressão da publicação, visando atingir em grande escala geográfica a divulgação desse periódico e a captação de instituições científicas para a realização de permuta.

As publicações do Museu Nacional constituem matéria-prima para a realização de acordos de permuta com instituições científicas nacionais e estrangeiras, que contribuem sobremaneira para o desenvolvimento do acervo da Biblioteca com custos bastante reduzidos. Além dos Arquivos do Museu Nacional, a biblioteca envia como permuta mais 8 principais publicações para 457 instituições São elas: Publicações Avulsas, Boletins (Série Antropologia, Botânica, Geologia e Zoologia), Série Livros, Documentos de Trabalho e Relatórios do Museu Nacional. O quadro 1 a seguir mostra o quantitativo de instituições que recebem as publicações do Museu Nacional.

N. total de Instituições		Arq.	Pub. Avulsas	Antr.	Bot.	Geol.	Zool.	Série livros	Doc. Trab.	Rel.
Brasil	137	115	83	58	84	51	86	52	44	55
África	12	12	10	6	7	7	10	10	6	6
Américas	115	115	91	55	78	58	92	48	34	39
Ásia	28	28	19	3	16	6	21	7	2	3
Europa	155	148	122	61	99	70	115	43	34	42
Oceania	10	10	9	4	6	5	9	10	2	5
TOTA	457	428	334	187	290	197	333	170	122	150

Quadro 1 - Instituições que recebem publicações do Museu nacional. Fonte: Relatório interno do Setor de Permuta, 2017.

A Biblioteca do Museu Nacional, ao longo dos anos, tem mantido grandes parcerias com institutos, museus e universidades renomados no Brasil e instituições no exterior como, por

¹ ANDRADE; VERGUEIRO, 1996, p. 68.

exemplo, as bibliotecas de botânica da Harvard University e do *Smithsonian Institution*, nos Estados Unidos, e com o Senckenberg Research Institute and Natural History Museum, na Alemanha. No total, são 457 instituições parceiras em 45 países, incluindo o Brasil. Recebe 554 (APÊNDICE 1) títulos como permuta, conforme quadro a seguir.

	No de INSTITUIÇÕES que mantém Permuta com o Museu Nacional	No de TÍTULOS que o Museu Nacional recebe como Permuta	No de PAÍSES que mantém Permuta com o Museu Nacional
Brasil (20 estados)	137	122	1
África	12	13	1
Américas	115	153	13
Ásia	28	38	6
Europa	155	214	22
Oceania	10	14	2
TOTAL	457	554	45

Quadro 2 – Quantidade de títulos na permuta. Fonte: Relatório interno do Setor de Permuta, 2017

A Seção de Desenvolvimento de Coleções da BMN, antigo Setor de Permuta, entende que:

O processo de desenvolvimento de coleções tem suas origens na Antigüidade, através da seleção de obras destinadas a formar coleções em bibliotecas. A grande retomada da área teve seu marco a partir da segunda metade do século XX, em decorrência do ápice da explosão bibliográfica, quando, pela primeira vez, é questionado o modo de se formarem coleções com base na acumulação, em detrimento da seleção orientada para a qualidade, relevância, e acesso à informação. Novas metodologias, técnicas e procedimentos foram incorporados para fomentar esse novo enfoque, caracterizando o modelo de biblioteca baseado no acesso. Na busca de soluções estratégicas para atender a essa clientela, bem como para resolver conflitos decorrentes das novas relações que a Internet desencadeou em todas as esferas do fazer humano, o novo modelo de biblioteca centrado no acesso foi acompanhado de gradual mudança de atitude por parte dos bibliotecários em relação às coleções. Com o advento da Internet, a introdução do documento eletrônico acelerou esse processo e estimulou a aplicação de políticas voltadas para a qualidade e pertinência das áreas. Portanto, em sentido mais prático, as técnicas e metodologias da área de desenvolvimento de coleções têm apresentado soluções para administrar conflitos entre demandas e necessidades, bem como restrições de recursos em nível local.²

Nesta perspectiva, a Seção de Desenvolvimento de Coleções passou recentemente a ter ajuda de um programa de automação que auxilia as atividades relacionadas à aquisição. O *Ladislau*, nome atribuído em homenagem ao ex-diretor do Museu, é uma aplicação web que foi desenvolvida pelos bibliotecários da seção em parceria com o Setor de Informática da Instituição para gerenciar as atividades de permuta e doações da Biblioteca. É utilizada para controlar

² WEITZEL, 2002, p. 66.

o envio e o recebimento de publicações seriadas pelas instituições parceiras. Além do sistema manter o cadastro atualizado de editoras nacionais e estrangeiras que participam do sistema de intercâmbio da Biblioteca do Museu Nacional, ele permite que o operador insira a data mais recente de chegada do documento, mantendo um cadastro ativo de instituições, otimizando o envio das publicações produzidas pelo Museu Nacional às outras instituições. O sistema permite gerar relatórios que informam a relação de editoras parceiras e as revistas recebidas pela Biblioteca do Museu Nacional, separadas pela localização geográfica desses editores. O sistema possibilitou, também, um melhor monitoramento de entrada e saída de publicações, agilizando o processo de recuperação da informação. O Ladislau pode ser acessado remotamente de qualquer lugar com acesso à internet, por um navegador, dispensando sua instalação.

Ao longo dos anos, manter o acordo de permuta com as instituições tem sido uma tarefa árdua. O principal problema enfrentado é no envio das publicações, sobretudo as internacionais. O Museu Nacional tem operado com verbas reduzidas destinadas aos serviços de postagem pelos Correios. Isso acaba acarretando na demora no envio de publicações da Entidade para as outras instituições. A Biblioteca procura entrar em contato com elas por e-mail, reduzindo a chance de perder as parcerias.

A Biblioteca do Museu Nacional, visando cumprir o compromisso da Instituição em preservar o valioso patrimônio científico e cultural sob sua guarda, e afim de possibilitar acesso rápido às suas publicações, tem a intenção de digitalizar sua produção interna e disseminá-la às instituições parceiras no acordo de intercâmbio. A digitalização das publicações do Museu teve início entre os anos 2004 e 2010, com a revista Arquivos do Museu Nacional, através do projeto “Implantação do laboratório de digitalização, edição e disponibilização em meio eletrônico de In-Fólios e Obras Raras do Museu Nacional/UFRJ”, financiado pela Financiadora de Estudos e Projetos, com apoio da Fundação José Bonifácio. As publicações estão disponíveis na página de obras raras da Biblioteca do Museu Nacional. As informações sobre as obras são apresentadas na forma de metadados utilizando o padrão *Dublin Core*. A ideia da Biblioteca é continuar com essa proposta e disponibilizar o acesso online a os outros documentos, cancelados pelo Museu Nacional, aos usuários internos e externos.

Considerações finais

Apesar das adversidades enfrentadas para a manutenção das atividades de permuta da Biblioteca do Museu Nacional, como a falta de verba para os Correios e os problemas com os meios de comunicação, a Seção de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca do Museu Nacional continua buscando novas formas de trabalho para superar estes desafios, como exemplo a automação das atividades através da aplicação web – Ladislau.

Destacam-se como perspectivas futuras a necessidade de um novo levantamento, a fim de atualizar os dados fazendo link com os já disponíveis no sistema da biblioteca, bem como

dar continuidade ao projeto de digitalização das publicações do Museu Nacional e assim fazer permuta com os documentos digitais, gerando economia de recursos, como gastos com papel e com os Correios, e garantindo agilidade no intercâmbio de publicações.

Referências bibliográficas

- AGOSTINHO, M. A revista Arquivos e a Biblioteca do museu Nacional: espaços de circulação e conservação das ciências naturais no Brasil Imperial. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, jan./jun., p. 81-92, 2013. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/492/491>>. Acesso em: 11 jul. 2017.
- ANDRADE, D.; VERGUEIRO, W. Permuta. In: _____. *Aquisição de materiais de informação*. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1996. p. 55-77.
- CUNHA, D. F. F. A Biblioteca do Museu Nacional do Rio de Janeiro: 1863-1963. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1966. Série Livros III.
- RANGEL, M. Os periódicos científicos e os museus de história natural no Brasil do século XIX. In: ENANCIB, 10, 2009, Anais... João Pessoa: ANCIB, 2009. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xenancib/paper/viewFile/3309/2435>>. Acesso em: 11 jul. 2017.
- MUSEU NACIONAL (Brasil). Relatório interno de atividades do Setor de Permuta da Biblioteca do Museu Nacional, 2016. Rio de Janeiro, 2017.
- WEITZEL, Simone R. O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios. *Perspect. cienc. inf.*, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 61 - 67, jan./jun. 2002.

Apêndice 1 Lista de títulos da permuta

Lista de permuta estrangeira

- | | |
|---|---|
| ABC Taxa | Agronomia Colombiana |
| Abhandlungen Berichte des Naturkundemus. Vorgeschichte | Aliso |
| Abhandlungen Berichte des Staatlichen Ethnographischen Sammlungen Sachsen | Allertonia |
| Abhandlungen des Naturwissenschaftlichen Vereins in Hamburg | Analele Steintifice ale Univ. Alex. Sect. I. Biologie animalia |
| Abhandlungen Senckenberg Gesellschaft fur Naturforschung | Anales Arqueologia y Etnologia |
| Abhandlungen de Zoologisch-Botanischen Gesellschaft Osterreich | Anales Jardin Botânico de Madri |
| Acta agrônômica | Anales Museo Nacional de Historia Natural de Montevideo |
| Acta Biologica Cracoviensia | Anales Museo de Hisoria Natural de Valparaíso |
| Acta Botânica Mexicana | Anartia |
| Acta Botânica Venezuelica | Animal Biodiversity and Conservation |
| Acta Científica Potosina | Annalen Naturhistorisches Museum Wien: Ser.A. Mineralogie Petrographie... |
| Acta Entomologica Chilena | Annalen Naturhistorisches Museum Wien: Ser.B Botanique und Zoologique |
| Acta Geologica Lilloana | Annales Botanici Fennici |
| Acta ornithologica | Annales Historico Naturales Musei Nationalis Hungarici |
| Acta Palaeobotânica | Annales Zoologici |
| Acta Universitatis Caroline Biologica | Annales Zoologici Fennici |
| Acta Zoológica Bulgarica | Annali Botânica |
| Acta Zoologica Cracoviensia: Ser.A | Annali Museo Civico di Storia Naturale Giacomo Doria |
| Acta Zoologica Cracoviensia: Ser.B | Annals Carnegie Museum |
| Acta Zoologica Lilloana | Annals Eastern Cape Museum |
| Actualidades Biológicas | Annals Missouri Botanical Garden |
| Adansonia | Annals of the Ditsong National Museum of Natural History |
| African Invertebrates | Annual Report Institute Geoscience. Univ.Tsukuba |
| African Natural History | |

- Annual Report Museum New Zealand Te Papa Tongarewa
 Anthropological Papers. University Michigan
 Anthropology Today
 Antropologia Portuguesa
 Aquila
 Aracnologia
 Aranzadana
 Archaeology International
 Archiv der Freunde Naturgeschichte Mecklenburg
 Archiv Molluskenkunde
 Archives des Sciences
 Archivio Geobotanico
 Arkansas Archeological Survey. Research Series
 Arquivos Museu Bocage
 Arthropod Systematic Phylogeny
 Atti Accademia Roveretana degli Agiati
 Atti Museo Civico Storia Naturale di Trieste
 Atti Società Italiana Scienze Naturali Mus. Civ. Stor. Naturale di Milano
 Australian Zoologist
 Austrobaileya
 Beautifortia
 Beitrage zur Entomologie
 Belgian Journal of Zoology
 Bericht Naturforschenden Gesellschaft Augsburg
 Berichte Staatliches Museum Naturkunde in Stuttgart
 Biogeography
 Biological Notes
 Biological reviews
 Biologiske Skrifter
 Biosystematics Ecology Series
 Bishop Museum Bulletin in Botany
 Bishop Museum Bulletin in Entomology
 Bishop Museum Bulletin in Zoology
 Bishop Museum Occasional Papers
 Blumea
 Bocconeia
 Boissiera
 Boletim da Sociedade Broteriana
 Boletín Academia Ciencias Fis. Mat. Naturales de Venezuela
 Boletín Asociación Española Entomología
 Boletín Asociación Herpetología Española
 Boletín Instituto Español Oceanografía
 Boletín Instituto Oceanográfico de Venezuela
 Boletín MNHN
 Boletín Real Academia de Córdoba
 Boletín Real Sociedad Española Hist. Natural: Actas
 Boletín Real Sociedad Española Hist. Natural: Biología
 Boletín Real Sociedad Española Hist. Natural: Geología
 Boletín Sociedad Biología Concepción
 Bollettino Società Historia Natural de les Balears
 Bollettino Accademia Gioenia ... Catania
 Bollettino Laboratory Entomologia Agraria Filipo Silvestri
 Bollettino Musei Istitute Biologici. Università Genova
 Bollettino Museo Civico Storia Naturale di Verona: Botànica, Zoologia
 Bollettino Museo Civico Storia Naturale di Verona: Geologia, Paleontologia
 Bollettino Museo Civico Storia Naturale de Venezia
 Bollettino Museo Regionale Scienze Naturale - Torino
 Bollettino Società Entomologica Italiana
 Bonn Zoological Bulletin
 Bonner Zoologische Monographie
 Bonplandia
 Botànica Macaronésica
 Breviora
 British Bulletin Publications on Latin America
 Bulgarian Folklore (Bulgarsku Folklor)
 Bulletin Auckland Institute Museum
 Bulletin Biogeographical Society of Japan
 Bulletin Carnegie Museum of Natural History
 Bulletin Classe Sciences Académie Royale Belgique
 Bulletin Fisheries Sciences
 Bulletin Florida Museum Natural History. Biological Sciences
 Bulletin Gunma Museum Natural History
 Bulletin Illinois Natural History Survey
 Bulletin Institut Oceanographique
 Bulletin Institut Royal Sciences Naturelles de Belgique: Entomologie & Biologie
 Bulletin Institut Royal Sciences Naturelles de Belgique: Sciences de la Terre
 Bulletin Mizunami Fossil Museum
 Bulletin Museum Comparative Zoology
 Bulletin National Museum Science. Ser.D Anthropology
 Bulletin National Tropical Botanical Garden
 Bulletin Osaka Museum Natural History
 Bulletin Société Histoire Naturelle de Toulouse
 Bulletin Société Linnéenne de Bordeaux
 Bulletin Société Linnéenne de Lyon
 Bulletin Société Neuchâteloise Sciences Naturelles
 Bulletin Société Vaudoise Sciences. Naturelles
 Bulletin University Museum. University of Tokyo
 Butlletí Institut Catalana Historia Natural
 Caldasia
 California Agriculture
 Candollea
 Caribbean Journal of Science
 Carinthia 2. Karnten
 Carinthia 2. Sonderheft
 Ceylon Journal of Science. Biological Sciences
 Cimbebasia. Journal of the National Museum of Namibia
 Cimbebasia. Memoir
 Códice. Boletín Científico y Cultural del Museo Universitario
 Collectanea Botanica
 Collectie Science Humaines
 Comunicaciones Anthropologicas del Museo de Historia Natural de Montevideo
 Comunicaciones Botánicas del Museo de Historia Natural de Montevideo
 Comunicaciones Museo Provincial de Ciencias Naturales Florentino Ameghino
 Comunicaciones Paleontológicas del Museo de Historia Natural de Montevideo
 Comunicaciones Sociedad Malacologica del Uruguay
 Comunicaciones Zoológicas del Museo de Historia Natural de Montevideo
 Comunicações Geológicas
 Contribuciones del MACN
 Contributions Biological Laboratory. Kyoto University
 Contributions Biology and Geology
 Contributions Museum of Paleontology of the University of Michigan
 Contributions Sciences Natural History Museum of Los Angeles Country
 Contributions United States National Herbarium
 Decheniana Beihefte Naturhistorischen Vereins Rheiland Westfalens
 Decheniana Verhandlungen Naturhistorischen Vereins Rheiland Westfalens
 Deinsea

Doriana
 Durban Museum Novitates
 Ecologia em Bolívia
 Ecological Monographs
 El Hornero
 Entomologische Mitteilungen aus dem Zoologischen Museum
 Hamburg
 Entomotaxonomia
 Entomotropica
 Esakia
 Estudios Museo Ciencias Naturales de Alava
 Ethology Ecology Evolution
 Etnologiska Studier
 Fieldiana: Anthropology
 Fieldiana: Botany
 Fieldiana: Geology
 Fieldiana: Zoology
 Flora Colômbia
 Flora Mediterrânea
 Florida Anthropologist
 Folia Entomológica
 Folia Facultatis Scientiarum Naturalium Univ. Masary. Brun. Serie
 Biológica
 Folia Quaternária
 Folia Zoologica
 Freshwater reviews
 Garden's Bulletin
 Gardenwise
 Geodiversitas
 Geologia Hungarica. Series Palaeontologia
 Geographica Helvética
 Geologia Colombiana
 Geologie Méditerranéenne
 Georgia Journal Sciences
 Glasgow Naturalist
 Gulf and Caribbean Research
 Harvard Papers Botany
 Hispanic American Historical Reviews
 Holarctic Lepidoptera
 Hombre y desierto
 Hornero
 Ibugana. Boletín del Instituto de Botánica
 Ichthyological Bulletin
 INIDEP. Documentos científicos
 Insecta Matsumurana
 Irish Naturalist Journal
 Jahrbuch Akademie Wissenschaften Gottingen
 Jahrbuch Deutsche Akademie Naturforscher Leopoldina
 Jahrbuch Geologischen Bundesanstalt
 Jahrbuch Staatlichen Ethnographischen Sammlungen Sachsen
 Journal Agriculture and environment for International Development
 Journal Botanical Research Institute of Texas
 Journal Entomological and Acarological Research
 Journal Geological Society of China
 Journal Marine Biological Association
 Journal National Museum Natural History Series
 Journal National Taiwan Museum
 Journal Natural History Museum and Institute - Chiba
 Journal North Carolina Academy of Science
 Journal Proceedings Royal Society of New South Wales
 Journal Royal Astronomical Society of Canada
 Journal Systematic Palaeontology
 Journal Tokyo University of Fisheries
 Kagoshima Daigaku Nagakabu Gakujutsu Hokokoe
 Katalog Fauny Polski
 Katalog Wissenschaftlichen Sammlungen des Naturhistorischen
 Museums in Wien
 Kirtlandia
 Kobie
 Koenigiana
 Kurtziana
 Lilloa
 Lithostratigraphical Series
 Living Museum
 Lvcentvm
 LYNX
 Matematisk Fysiske Meddelelser
 Material reports. University Museum. University of Tokyo
 Mauritiana
 Memoire Societé Vaudoise Sciences Naturelles
 Memoires Academie Sciences Arts Belles. Dijon
 Memoires Commission des Antiquites du Departemnt de la Côte D'Or
 Memoires Institut Océanographique
 Memoirs Connecticut Academy of Arts and Sciences
 Memoirs Faculty of the Agriculture Kagoshima University
 Memoirs Faculty of Science Kochi University. Ser. D - Biology
 Memoirs Graduate School of Fisheries Sciences. Hokkaido University
 Memoirs Museum Anthropology. University of Michigan
 Memoirs Museum Victoria
 Memoirs Queensland Museum
 Memoirs Queensland Museum Cultural Heritage Series
 Memória Fundación La Salle de Ciencias Naturales
 Memória Notícias
 Memórias Real Academia Ciências y Artes de Barcelona
 Memórias Real Sociedad Española de Historia Natural
 Memórias Sociedade Broteriana
 Memorie Museo Civico di Storia Naturale di Verona. 2.ser.Monografie
 Naturalistiche
 Memorie Museo Civico di Storia Naturale di Verona. 2.ser. Sez. Sci.
 dell'Uomo
 Memorie Museo Civico di Storia Naturale di Verona. 2.ser. Sez.
 Scienze della Vita
 Memorie Società Entomológica Italiana
 Memorie Società Italiana di Scienze Naturali e del Museo Civ. Stor.
 Nat. De Milano
 Mesogée. Bulletin du useum d'Histoire Naturelle de Marseille
 Michigan Academician Papers of the Michigan Academy of Sci. Arts
 and Letters
 Michigan Botanist
 Miscelanea Academia Nacional Ciencias (Córdoba)
 Miscellanea Fundación Miguel Lillo
 Miscellanea Paleontologica
 Miscellaneous Publications Museum Zoology
 Miscellaneous Report Toyohashi Museum of Natural History
 Missouri Botanical Garden Bulletin
 Mitteilungen Hamburgischen Zoologischen Museum und Institut
 Mitteilungen Munchner Entomologischen Gesellschaft.
 Mitteilungen Museum fur Naturkunde in Berlin: Deutsche Entomologis-
 che Zeitschrift
 Mitteilungen Museum fur Naturkunde in Berlin: Zoosystematics and
 Evolution
 Mitteilungen Naturwissenschaftlicher Vereins Steiermark
 Mitteilungen Schweizerischen Entomologischen Gesellschaft
 Moana
 Monografias Museo Argentino B.Rivadavi
 Monografie Museo Regionale Scienze Naturali - Torino

- Monografie Natura Bresciana
 Monografies Museo Ciências Naturals
 Monographs Western North American Naturalist
 Munibe. Antropologia-Arkeologia
 Munibe.Ciencias Naturales
 Munis
 Museologia Scientifica Memorie
 Nachriten Akademie der Wissenschaften in Gottingen Matematisch-
 -Physikalische
 Natura Bresciana
 Natura Jutlandica
 Natura. Rivista Scienze Naturali
 Natural History Museum Los Angeles County
 Natural History Research
 Naturalista Valtellinese (IL)
 Nature and Culture
 Navorsing
 Nómima del personal acadèmic i anuari de la corporació
 Noticiário mens. Museo Nacional de Historia Natural de Chile
 Notiziario Società Lichenologica Italiana
 Notulae Naturae
 Nova acta Leopoldina
 Novon
 Occasional Papers California Academy Sciences
 Occasional Papers Museum Natural Science Louisiana
 Occasional Papers Museum Texas Tech University
 Occasional Papers Museum Zoology
 Ohio Journal of Science
 Opera Lilloana
 Osnabrucker Naturwissenschaftliche Mitteilungen
 Österreichische Akademie Wiss. Schr.Erdwissenschaftliche Kommis-
 sionen
 Pacific Science
 Pakistan Journal of Zoology
 Palaeodiversity
 Paleontologia Africana
 Papers New World Archaeological Foundation
 Papers Paleontology
 Penn Ar Bed
 Physis
 Phytologia Balcanica
 Pittieria
 Plant Ecology and Evolution
 Plântula
 Polish Botanical Journal
 Portugaliae Acta Biológica
 Portugaliae Zoológica
 Prace Botaniczne
 Préhistoire Ariégeoise
 Proceedings Academy of Natural Sciences of Philadelphia
 Proceedings California Academy Sciences
 Proceedings Entomological Society of Manitoba
 Proceedings Hawaiian Entomological Society
 Proceedings Louisiana Academy Science
 Proceedings Royal Society of Victoria
 Proceedings San Diego Society of Natural History
 Provancheria
 Przegląd Zoologiczny
 Publicacion Ocasional del Museo Nacional de Historia Natural Chile
 Publications Seto Marine Biological Laboratory
 Quaderni Botanica Ambientale e Applicata
 Quaderni Museo Civico di Storia Naturele di Venezia
 Quaderni Museo Storia Naturale di Livorno
 Records Auckland Institute Museum
 Records Australian Museum
 Records Canterbury Museum
 Records Western Australian Museum
 Revista Academia Colombiana Cie. Exactas Físicas y Naturales
 Revista Biología Tropical
 Revista Española Herpetología
 Revista Facultad de Ciencias Agrarias
 Revista Forestal Venezolana
 Revista Geológica de América Central
 Revista Investigación Desarrollo Pesquero
 Revista Mexicana Biodiversidade
 Revista del Museo Argentino de Ciencias Naturales
 Revista Museo de La Plata: Antropología
 Revista Museo de La Plata: Botánica
 Revista Museo de La Plata: Zoología
 Revista Sociedad Entomológica Argentina
 Revue de Paléobiologie
 Ricerca Conservazione
 Rivista Italiana de Ornithologia
 Rocky Mountain Geology
 ROM. Contributions in science
 Ruizia
 Sbornik Narodniho Muzea
 Schriften Vereins Verbreitung Naturwissenschaftlicher Kenntnisse in Wien
 Science Report of the Toyohashi Museum Natural History
 Science Reports Institute Geoscience Univ. Tsukuba... sect. B.
 Geological
 Scientific Publ. Freshw.Biol. Assoc.
 Scientific Report. International Pacific Halibut Commission
 Scripta Geologia
 Scripta. Facultatis Scientiarum Naturalium Universitatis Masarykianae
 Geology
 Seismological Series
 Senckenbergiana Abhand. Gesell. fuer Naturforschubg
 Senckenberg Naturforschung Museum
 Sendtnera
 Senri Ethnological Reports
 Senri Ethnological Studies
 Serie Conservation Naturelleza
 SIDA. Contributions to Botany
 Sitzungsberichte Österreichischen... Abt 1 e 2 Biol.Wiss Erd
 Smithsonian Contributions to Anthropology
 Smithsonian Contributions to Botany
 Smithsonian Contributions to Earth Sciences
 Smithsonian Contributions to Marine Sciences
 Smithsonian Contributions to Paleobiology
 Smithsonian Contributions to Zoology
 Special Publications J.L.B. Smith Inst.
 Special Publications Museum Texas Tech University
 Steenstrupia
 Studi Ricerche sui Giacimenti Terziari di Bolca
 Studia Botànica
 Studies Afrotropical Zoology
 Stuttgarter Beiträge Naturkunde. Ser. A - Biologie
 Stuttgarter Beiträge Naturkunde. Ser. C - Allgemeinverständliche
 Aufsätze
 Suisan Daigaku Kenkyu hokoku
 Symbolae Botanicae Upsalienses
 Systematics Biodiversity
 Systematics Geography of Plants
 Technical Report. Pacific Halibut
 Tiscia

Tokyo Suissan Daigaku Ronshu
 Transactions Connecticut Academy of Arts and Sciences
 Transactions Kansas Academy Sciences
 Transactions Nebraska Acad. Science
 Transactions Royal Society of Edinburgh: Earth sciences
 Transactions Wisconsin Academy Sciences arts and Letters
 Tribus Veroffentlichen Linden Museum
 Tropical Lepidoptera
 Tuhiinga. Records Museum of New zealan TE Papa Tongarewa
 Uitgaven Natuurwet studiekring voor Suriname em de Nederlandse
 Antillen
 University California Publications: Entomology
 University California Publications: Geology
 University California Publications: Zoology
 University Kansas Paleontol. Contributions Monographs
 University Kansas Publications in Anthropology
 University Oregon Anthropological Papers

Verhandlungen Naturwissenschaftlichen Vereins in Hamburg
 Verhandlungen Zoologische Bot.anischen Gesellschaft in Osterreich
 Vertebrate Zoology
 Vie et Milieu. Life Environment
 Volkerkundliche Abhandlungen
 Yearbook Carnegie Institution of Washington
 Western North American Naturalist
 Wildlife Conservation
 Zitteliana. Reihe A
 Zitteliana. Reihe B
 Zoológica Poloniae
 Zoological Studies
 Zoologiceskij Zurnal
 Zoologische Medelingen
 Zoologische Verhandlingen
 Zoosystema
 Zurnal Obscej Biologii

Apêndice 2 – Lista de permutas nacionais

Acta Amazônica
 Acta Biológica Leopoldinensis
 Acta Biológica Paranaense
 Acta Scientiarum: Agronomy
 Acta Scientiarum: Animal sciences
 Acta Scientiarum: Biological sciences
 Acta Scientiarum: Health sciences
 Acta Scientiarum: Human sciences
 Acta Scientiarum: Technology sciences
 Agrônômico. Boletim Inform. do Inst. Agrônômico
 Agrotrópica
 Akropolis. Revista Ciências Humanas
 Albertoa. Série Urticineae
 Alfa. Revista de Linguística
 Anuário Instituto de Geociências
 Arqueologia do Rio Grande do Sul
 Arquivos Ciências do Mar
 Arquivos Zoologia
 Atlântica
 Balduínia
 Biociências
 Bioikos
 BIOS. Caderno Dept. Cien. Biológicas
 Biota Neotropica (virou eletrônico em 2013)www.biotaneotropica.org.br
 Boletim Botânica da Universidade de São Paulo
 Boletim Museu Integrado de Roraima
 Boletim CEO. Centro de Estudos Ornitológicos
 Boletim Ciências Geodésicas
 Boletim Indústria animal
 Boletim Instituto Adolfo Lutz
 Boletim Instituto Botânica
 Boletim Instituto Geológico
 Boletim Instituto Histórico Geográfico do Paraná
 Boletim Museu Biologia Mello Leitão
 Boletim Museu do Índio
 Boletim Museu Paraense Emilio Goeldi.Ser.Cie.Naturais
 Boletim Paranaense Geociências
 Boletim Técnico Centro de Pesquisa do Cacau
 Bradea
 Bragantia
 Brazilian Journal of Oceanography
 Bromélia

Caderno de Pesquisa. Série Biologia
 Campos. Revista de Antropologia Social
 Cerne
 Ciência Ambiente
 Ciência Agronômica
 Ciência Agrotecnologia
 Ciência e Natura
 Ciência Rural
 Clio. Arqueologia
 Crop Breeding and applied biotechnology
 Divulgações Museu Ciências Tec. PUCRGS
 Dynamis
 Ecossistema
 Entomologia y Vetores
 Estudos Biologia
 Facetta
 Floresta
 Geociências
 Geologia USP. Ser. Científica
 Geologia USP. Ser. Didática
 Geologia USP. Ser. Publ. Especial
 Geosul
 História, Ciências Saúde
 Hoehnea
 Hsitória (São Paulo)
 IF. Série Registros
 Iheringia. Botânica
 Iheringia. Zoologia
 Insula
 Kriterion
 Latin American Journal Aquatic Mammals
 Memórias Instituto Butantan
 Memórias Instituto Oswaldo Cruz
 Napea : revista de Botânica
 Naturalia
 Neodiversity
 Neotropical Biology and Conservation
 Orquidário
 Pabstia
 Papéis Avulsos de Zoologia
 Pesquisa Agropecuária Gaúcha
 Pesquisas. Antropológicas
 Pesquisas. Botânica

Publicações Avulsas do Instituto Pau Brasil
 Publicações Avulsas FZB
 Relatórios Técnicos do Instituto Oceanográfico
 Revista Anthropológicas
 Revista Balduínia
 Revista Biologia Neotropical
 Revista Brasileira de Biociências
 Revista Brasileira de Entomologia
 Revista Brasileira de Geografia
 Revista Brasileira de Ornitologia
 Revista Brasileira de Paleontologia
 Revista Brasileira de Zoociências
 Revista Brasileira de Zootecnia
 Revista Brasileira Fisiologia Vegetal
 Revista Ceres
 Revista Ciências Humanas
 Revista Estudos Ambientais
 Revista Geologia
 Revista História Arte e Arqueologia

Revista Informação Legislativa
 Revista Instituto Adolfo Lutz
 Revista Instituto Estudos Brasileiros
 Revista Instituto Florestal
 Revista Instituto Geológico
 Revista Letras (Curitiba)
 Revista Museu Arqueologia e Etnologia
 Revista Nordestina de Biologia
 Revista Universidade Rural: Série da Vida
 Revista Universidade Rural: Série Ciên. Exatas Terra
 Rodriguésia
 Scientia Agrícola
 Sellowia
 Sitientibus
 South American Journal of Herpetology
 Transinformação
 Varia História
 Zoologia: an international journal zoology (Curitiba)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REPRESENTAÇÕES TRIDIMENSIONAIS COMO DOCUMENTOS DA MEMÓRIA

Romulo Augusto Pinto Guina

UERJ – Escola Superior de Desenho Industrial –
Programa de Pós-Graduação em Design - estudante de Doutorado

Introdução

A leitura histórico-crítica acurada de uma obra exige acesso a documentação que compõem sua fortuna crítica, iconográfica ou memória oral, permitindo em maior ou menor grau a pesquisa sobre o mesmo. Tradicionalmente temos alguns documentos textuais, imagéticos e/ou audiovisuais como fontes mais comumente disponíveis para serem acessados. Há, contudo, casos em que o objeto em si permite sua guarda, como uma obra de arte pictórica ou escultórica, permitindo a possibilidade de pesquisa e estudo plena pois o objeto em si está disponível para tal. Quando a obra em questão é um edifício algumas especificidades se impõem e dificultam o processo de registro. A Arquitetura é tanto arte quanto técnica, trata-se de um espaço construído, dinâmico em uso e suscetível a mudanças com o passar do tempo e das necessidades – incluindo a possibilidade de ter mudado de uso, não ser mais acessível, estar descaracterizado, ou mesmo que tenha sido demolido.

Por estes e tantos outros motivos, a historiografia da arquitetura apresenta lacunas e pontos obscuros na documentação de muitos edifícios paradigmáticos, as quais dificultam um trabalho de análise preciso sobre a obra. Este fato configura um problema que afeta pesquisadores, profissionais, professores e alunos de Arquitetura e Urbanismo que investigam as obras mestras da arquitetura para os mais diversos fins. Desenvolvido entre os anos de 2003 e 2010 a pesquisa “Casas Brasileiras do Século XX – Documentos da Memória através de Modelos Reduzidos” desenvolvida na FAU-UFRJ – se dedicou a produção de modelos tridimensionais físicos de obras referenciais da arquitetura moderna brasileira visando a reconstrução destes exemplares em escala reduzida de modo que permitisse uma aproximação e compreensão mais ampla destas obras tal e qual foram projetadas e habitadas, as quais hoje em sua maioria encontram-se descaracterizadas parcialmente, totalmente ou mesmo foram demolidas. Este projeto de pesquisa se desdobrou em muitos outros frutos para além de seus objetivos primeiros, sendo, porém, de extrema relevância ressaltar a utilização do modelos tridimensionais físicos tanto como documento em si, como ferramenta de investigação projetual.

Partindo deste preâmbulo, o objeto de estudo deste trabalho é a utilização dos modelos tridimensionais físicos como ferramenta de documentação histórica aplicada a Arquitetura e Urbanismo. Como objetivo geral pretende-se contribuir na discussão metodológica de investigação projetual em Arquitetura, Design e áreas afins; e como objetivo específico registrar a experiência obtida no desenvolvimento dos modelos das residências Lota Macedo Soares, Antônio Ceppas e Czerna Cirell entre os anos de 2003 e 2009. Para tanto será feita uma análise retrospectiva diacrônica do processo de pesquisa destes exemplares com o intuito de esclarecer a metodologia adotada e suas transformações, além de descobertas históricas ao longo do processo que só foram possíveis pela utilização dos modelos como ferramenta de investigação.

Por fim, espera-se que este trabalho configure um registro dos esforços e resultados obtidos pela salutar integração entre os cursos de graduação e pós-graduação da UFRJ através da Iniciação Científica, Artística e Cultural desenvolvida entre o corpo discente e docente da universidade.

A proposta, os encontros e a construção de um método

O projeto “Casas Brasileiras do Século XX – Documentos da Memória através de Modelos Reduzidos” surge pela iniciativa da Prof. Dra. Beatriz Santos de Oliveira em 2002 na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro FAU-UFRJ com o intuito de estudar, cadastrar e reconstruir importantes residências do movimento moderno brasileiro através da confecção de modelos reduzidos em escala. Para tal foi preciso estreitar a relação entre a graduação e a pós-graduação (mais especificamente o Programa de Pós-Graduação em Arquitetura – PROARQ) para viabilizar institucionalmente o projeto como uma pesquisa apta a captar recursos via editais de fomento a pesquisa; e também para que este trabalho configurasse oportunidade de instrumentalização dos discentes interessados em se iniciar na pesquisa e se aprofundar em técnicas de representação tridimensional, sobretudo modelos físicos. Como objetivo maior, era desejado que os resultados desta pesquisa configurassem a primeira leva de maquetes do futuro Museu de Arquitetura Comparada da FAU-UFRJ – museu este que faz parte do projeto original concebido pelo arquiteto Jorge Machado Moreira, autor do projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, atual Prédio da Reitoria onde funciona o curso de Arquitetura e Urbanismo.

No ano de 2003 o Departamento de Análise e Representação da Forma volta a oferecer a disciplina eletiva de Maquete naquela ocasião ministrada pelo Prof. Robério Catelani Carneiro. Em comum acordo e visando potencializar os resultados da, então, nova disciplina, abre-se a oportunidade de que os alunos inscritos desenvolvam como produto final da disciplina a maquete de uma das casas selecionadas pela pesquisa, e que estes modelos fizessem parte do acervo do futuro Museu de Arquitetura Comparada da FAU-UFRJ. Entre o segundo semestre de 2003 e o primeiro semestre de 2004 este experimento é feito em comum acordo entre pro-

fessores e alunos da disciplina configurando a primeira experiência prática de pesquisa sobre as edificações e suas reconstruções em escala reduzida. Deste modo, a disciplina de Maquete ganha uma nova proposta:

- Dimensão didática: tornar a maquete não só ocasião para o aprendizado de novas técnicas de representação, mas também e, sobretudo, em um instrumento de análise, de compreensão e de apreensão da obra arquitetônica.
- Dimensão institucional: levantamento e documentação da obra dos grandes mestres da arquitetura brasileira e produção de modelos das obras estudadas para a montagem do Museu de Arquitetura Comparada FAU-UFRJ. Produção de material de apoio para estratégias didáticas no ensino e na aprendizagem do projeto.

Trata-se de um período fundamental de compreensão e dimensionamento da complexidade do trabalho com o qual todos os envolvidos estavam se deparando. O primeiro momento do trabalho se configurou como a escolha das casas a serem estudadas, formação das equipes de trabalho, determinação da padronização da escala dos modelos em função de seu objetivo e nível de detalhamento necessário para tal, quais materiais seriam utilizados, e a busca da documentação necessária (plantas baixas, cortes, fachadas, fotos e demais documentos iconográficos que permitissem a compreensão plena de cada casa). O processo ocorreu como o esperado: busca na literatura e nos arquivos pelos documentos para que fosse possível executar as maquetes, simultaneamente a uma instrumentalização inicial dos alunos nas técnicas de confecção e montagem das peças com os materiais escolhidos. Este processo começou a se configurar como aprendizado em si e que pode ser dividido em duas etapas metodológicas distintos, mas profundamente inter-relacionados:

1.0 O da investigação das teorias da arquitetura, de materiais e tecnologia disponível à época da construção do edifício, associados ao estudo da obra do arquiteto, de maneira a poder deduzir com maior acerto os pontos desconhecidos do projeto;

1.1 Busca de documentação em Arquivos públicos e particulares;

1.2 Entrevistas com pessoas ligadas direta ou indiretamente à história do edifício;

1.3 Levantamento e estudo da bibliografia disponível sobre o tema;

1.4 A investigação e descoberta de materiais e técnicas para a construção da maquete.

2.0 Análise do material levantado e compreensão da lógica do projeto para o planejamento das etapas de confecção da maquete;

2.2 Dissecção analítica do projeto de maneira a isolar as peças e definir os detalhes e técnicas de sua produção e montagem;

2.3 Pesquisa dos produtos do nosso cotidiano e dos disponíveis no mercado para a representação das espessuras, formas e texturas;

2.4 Pesquisa dos instrumentos e materiais próprios para a confecção de modelos reduzidos.

Ao longo do decorrer da confecção das maquetes de cada estudo de caso (no total a pesquisa trabalhou com quinze casas brasileiras, em sua maioria do movimento moderno) novas dúvidas eram levantadas acerca das residências que efetivamente foram construídas, pontos obscuros foram investigados, soluções arquitetônicas melhor compreendidas, cores e materiais compreendidos, apenas para citar alguns exemplos; simultaneamente ao refinamento das formas de representação, tanto no que tange a questão técnica, quanto aos materiais a serem utilizados. Não por acaso muitas vezes trechos parciais das maquetes, pequenos detalhes, ou até mesmo a sua totalidade foram refeitos em função de apuros técnicos ou novas contribuições de diferentes olhares da equipe, que aprimoraram e redefiniram alguns dos critérios e métodos a serem empregados.

A pesquisa perdurou mais tempo que a confecção dos modelos reduzidos (maquetes) por conta de aperfeiçoamento e padronização dos demais produtos da pesquisa: fotografias, desenhos de arquitetura, fichas técnicas, dentre outros; contudo a finalização das maquetes foi ganhando cada vez maior velocidade de confecção com o passar do tempo e os aprimoramentos técnico-metodológicos.

A residência Lota Macedo Soares (1951-1960)

Projetada pelo arquiteto Sérgio Bernardes (1919-2002) esta residência foi casa de veraneio de Maria Carlota Costallat de Macedo Soares (1910-1967) é considerada uma obra paradigmática da arquitetura brasileira moderna, sendo agraciada com o prêmio para arquitetos de idade inferior a quarenta anos na II Bienal Internacional do Museu de Arte Moderna de São Paulo enquanto ainda se encontrava em processo de construção. O júri composto por Walter Gropius, Alvar Aalto e Ernest Rodgers enalteceu a elegância compositiva, o uso de estrutura metálica, e forte relação com a paisagem. Situada no alto da rua Djanira em Samambaia (Petrópolis – RJ), a residência conta com vista privilegiada para o vale da antiga Fazenda Alcobaça e sua implantação fica ao lado da nascente de um dos rios que compõem a bacia hidrográfica da região. Nesta residência Lota Macedo Soares, como era mais conhecida, viveu ao lado da poetisa americana Elizabeth Bishop (1911-1979) a qual recebeu a notícia de havia ganhado o prêmio Pulitzer numa de suas estadias nela.

A residência encontra-se parcialmente preservada e o grupo de pesquisa teve acesso a casa para efetuar levantamento métrico e fotográfico, permissão dada pela atual proprietária Zuleika Borges Torrealba. Já nas primeiras visitas foi percebido que além das modificações parciais feitas

ao longo do tempo, o projeto apresentava algumas diferenças das plantas, cortes e fachadas publicados em revistas e livros. O primeiro passo foi buscar o acervo do arquiteto junto fundação Oscar Niemeyer (detentora do acervo do escritório de Sérgio Bernardes), onde não foram conseguidas maiores informações além do que já foi publicado em livros. Este fato nos levou a mapear todas as publicações onde a casa havia sido publicada para ver se haviam diferenças entre os desenhos e, como esperado, foram encontrados quatro variações do projeto publicados em revistas diferentes em datas diferentes, sendo a última delas em 1959 na revista francesa *Architecture d'Aujourd'hui* que apresentava a feição da casa mais próxima ao que foi encontrado no levantamento in loco.

As tentativas de contato com os detentores dos acervos das revistas não obtiveram êxito, o que nos levou a buscar outros caminhos para entender os pontos obscuros. A partir do livro “Flores raras e banalíssimas” da autora Carmen de Oliveira a equipe teve acesso a algumas imagens da vida íntima de Lota que auxiliaram a compreender alguns trechos da casa, além de algumas passagens que deixaram claro a falta de verba para finalizar a construção da casa ao longo dos anos e também a forte influência de Lota nas decisões projetuais. O principal fator foi descobrir que o livro foi baseado em grande parte das cartas escritas por Elizabeth Bishop ao longo de sua vida e que a maior parte deste acervo já havia sido publicado em livro, “Uma arte” de Elizabeth Bishop.

Partiu-se então para a leitura do livro com cuidado em tentar descobrir fatos e datas relevantes que nos auxiassem a compreender os pontos obscuros do projeto. Devido ao alto nível de detalhamento dos relatos da autora, foi apenas não possível mapear datas e dados, mas também descobrir as motivações para alterações no projeto. Um dos fatores mais importantes foi compreender através das cartas de Bishop que a casa não foi concluída em 1953 como é indicado na maioria dos livros existentes, e sim que este processo perdurou até dezembro de 1959 (data em que Bishop indica que a fase final da construção iria se iniciar a cobertura da garagem para carros. Como em nenhuma outra carta é citado mais nenhum fato relativo a construção da casa e, após isto Lota assume a coordenação da equipe responsável pela concepção e execução do Parque do Flamengo; a pesquisa, então, adotou o ano de 1960 como a data final de conclusão da obra.

Também é possível citar as decisões de não implantar os Brises Soleil Verticais da fachada noroeste em função de não ser uma área de permanência e ter uma vista privilegiada para o vale de Samambaia; a inclusão de uma lareira na sala de estar e um fogareiro na sala íntima junto aos quartos principais, elementos que não aparecem nos desenhos fornecidos pelo escritório de Bernardes para as revistas; trechos de paredes que foram erguidos e depois demolidos na sala de estar que pode ser verificado em fotos e plantas; apenas para citar alguns exemplos.

Por fim, é pertinente apontar que a equipe teve a oportunidade de entrevistar pessoas ligadas direta ou indiretamente ao projeto. Algumas delas foram fundamentais para compreender pontos obscuros muito específicos. Dentre essas pessoas está o arquiteto Italo Campofiorito (1933) foi autor das modificações feitas pela atual proprietária entre as décadas de 1970 e 1980 e auxiliou a equipe a compreender os revestimentos utilizados nas áreas frias da casa a época em que fez o levantamento para desenvolver o projeto de adaptação da casa – dado este que não era compreensível em nenhuma outra fonte das quais se teve acesso. Outro fator importante foi citado pelo professor Lauro Cavalcanti que ponderou a grande influência das Case Study Houses na obra de Sérgio Bernardes após longa viagem que o arquiteto fez a costa oeste dos Estados Unidos no final de década de 1940 e início dos anos 1950, em detrimento da influência de Mies Van Der Rohe, o qual sempre é mais comumente associado as soluções da casa.

Do ponto de vista da representação tridimensional física, a produção teve muitos momentos de fazer e refazer devido ao apuro das técnicas e metodologias, mas também pela descoberta de alguns elementos. Devido ao requisitos de durabilidade e fidelidade dos materiais, cores e texturas do projeto, elementos como esquadrias, revestimentos cerâmicos e acabamentos gerais foram refeitos algumas vezes visando melhorar o resultado final e padronizar a representação dos elementos em relação as outras residências.

Este estudo de caso foi um dos primeiros a serem iniciados ainda em 2003 e sua conclusão efetiva só se deu em 2007, ocasião em que a maquete, junto com outras 10 residências estudadas pela pesquisa, foram convidadas para serem expostas na Sétima Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo. Hoje a maquete faz parte do acervo do Núcleo de Pesquisa e Documentação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro NPD-FAU-UFRJ.

As residências Antonio Ceppas (1951-1958) e Cirell-Czerna (1957-1959)

Projetada consecutivamente pelos arquitetos Jorge Machado Moreira (1904-1992) e Lina Bo Bardi (1914-1992), ambas as residências configuraram experiências posteriores ao desenvolvimento da residência Lota Macedo Soares. A primeira delas, a casa Antonio Ceppas foi demolida em 1980 o que tornou seu estudo mais complexo sobretudo numa fase inicial da pesquisa. Inicialmente estudada e finalizada entre os anos de 2003 e 2005, o processo de pesquisa seguiu todas as diretrizes e métodos da pesquisa desenvolvidos até então. Apenas de não existir mais fisicamente, o que impediu o levantamento in loco, as imagens oficiais do projeto demonstravam que a casa seguia com bastante rigor os desenhos existentes da bibliografia e no acervo do arquiteto que se encontra do Núcleo de Pesquisa e Documentação NPD-FAU-UFRJ. Entrevistas com as filhas do ex-proprietário e fotos familiares auxiliaram na compreensão de alguns pontos obscuros, como os revestimentos da áreas frias, o funcionamentos de algumas esquadrias, e a confirmação da existência de um aquário no terraço.

A maquete da residência Ceppas passou por revisões as vésperas da Sétima Bienal de Arquitetura de São Paulo. Como foi uma das primeiras maquetes a serem concluídas, ela não seguia alguns dos padrões que foram apurados ao longo dos anos. Para tanto a maquete foi cuidadosamente desmontada e algumas peças refeitas para que a devida compreensão do projeto não fosse comprometida com soluções adotadas anteriormente – sendo o maior exemplo a troca das paredes laterais, inicialmente representadas em material transparente para visualização parcial do interior, pelas paredes opacas garantindo a leitura correta do projeto tal qual foi construído. Nesta ocasião também foi incluído o volume do reservatório de água superior que não havia sido executado por falta de informações. Algumas pesquisas foram feitas a partir de fotografias de época da região (no caso o bairro do Leblon, Rio de Janeiro – RJ) e dos desenhos originais de Jorge Machado Moreira.

A residência Cirell-Czerna é um dos três únicos projetos residenciais unifamiliares projetados pela arquiteta Lina Bo Bardi que foram construídos. Com partido radicalmente moderno e materialidade regionalista, a casa apresenta características peculiares, se configurando como um exemplar distinto das características da produção arquitetônica vigente a época. A residência se encontra parcialmente descaracterizada e foi possível efetuar levantamento métrico e fotográfico, seguindo padrões e métodos mais rigorosos e apurados após quatro anos de desenvolvimento da pesquisa. Apesar de alguns facilitadores, alguns pontos obscuros do projeto não puderam ser discutidos com pessoas que habitaram a casa pois na ocasião do início de sua pesquisa todos os moradores originais e seus descendentes já haviam falecido, assim como a arquiteta. É importante ressaltar que esta casa é substancialmente menor que a residência Lota, por exemplo, contendo um número bastante inferior de compartimentos e período de construção mais curto. A maior parte das dúvidas se referiam às datas das modificações do projeto original ao longo do tempo – fato este que percebe-se pelas fotos de época que se inicia cedo, cerca de um ano após a conclusão do projeto -, e os revestimentos internos de compartimentos que não possuem fotos, como as áreas molhadas e os quartos do bloco anexo.

Novamente foi possível entrevistar alguns dos arquitetos responsáveis pela reforma da casa para as necessidades dos atuais proprietários Guilherme e Maria Luiza Soares, sendo que esta equipe era formada por arquitetos que trabalharam diretamente com Lina Bo Bardi, como Marcelo Ferraz e André Vainer. Durante a entrevista foi possível entender um pouco do processo de projeto de Lina, o que efetivamente foi modificado na casa e algumas passagens que trouxeram luz às possíveis soluções de projeto obscuras. Marcelo cita durante a entrevista uma conversa que teve com Lina em que ela falava de sua insatisfação com as infraestruturas hidráulicas ocultas da casa de Vidro (residência onde ela e Pietro Maria Bardi viveram, projeto de sua autoria) e que ela havia feito melhor na casa da Valéria Cirell. Com este dado a pesquisa não pode ter certeza de como funcionava, por exemplo, o sistema hidráulico da casa: mas com mais assertividade foi seguido o desenho original da arquiteta que demonstrava um banheiro com piso em

assoalho de madeira sobre cozinha sem forro, o que acarretaria tubulação de esgoto aparente no teto desta.

Conclusões

O presente trabalho é um breve ensaio sobre alguns dos fatos curiosos e um breve relato de uma pequena parte da experiência do projeto de pesquisa Casas Brasileiras do Século XX pelo olhar do autor enquanto participante ativo da pesquisa no período de 2003 e 2009. Entretanto, o intuito aqui não é de revelar um trabalho que teve muitos desdobramentos e diferentes olhares ao longo de mais de uma década de existência; mas sim de registrar que uma metodologia bem construída e refinada sistematicamente é capaz de gerar resultados consistentes através da constante reflexão, interdisciplinaridade e compreensão dos limites impostos pelos recursos como aliados e não como inimigos. O olhar acurado sobre as obras permitiu não apenas contribuir com a documentação da memória de cada um dos diferentes edifícios, mas compreender em profundidade a relação entre projeto e construção, o que é planejado e o que é efetivamente construído e habitado pelo usuário final, no caso deste trabalho, os moradores das residências.

Muito embora as bases metodológicas da pesquisa sigam a maioria dos roteiros de análise de obras arquitetônicas ou artísticas no meio científico, as especificidades de cada um dos estudos de caso nos levaram a caminhos inesperados e abordagens pouco convencionais – e que, em ambos os casos, são replicáveis para a pesquisa de projetos arquitetônicos no contexto brasileiro onde muitas vezes as informações se perderam, os recursos são poucos e, consequentemente, a vontade de pesquisar se perde na aparente impossibilidade de fazer. Conclui-se, por fim, que este trabalho, um breve relato de uma experiência, sirva de estímulo para que mais pesquisas sejam desenvolvidas no âmbito da documentação da memória da Arquitetura brasileira.

Palavras-chave: documentos da memória; pesquisa; iniciação científica; saberes e fazeres da universidade; arquitetura moderna brasileira.



DESENVOLVENDO O INDEX PARA A INCLUSÃO EM UMA ESCOLA DE GOVERNO

Regina Maria de Souza Correia Pinto

UFRJ – Fac. de Educação - Estudante de Pós-Graduação

Carolina Barreiros de Lima

UFRJ – Fac. de Educação - Estudante de Pós-Graduação

Luciana Teixeira Fernandes

UFRJ – Fac. de Educação - Estudante de Graduação

Introdução

Este artigo busca retratar o projeto de pesquisa “Desenvolvendo e adaptando o Index para Inclusão em uma Escola de Governo no Brasil” que ocorreu ao longo do ano de 2016. Tal projeto é fruto de um convênio entre o Laboratório de Pesquisa, Estudos e Apoio à Participação e à Diversidade em Educação (LaPEADE) da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Escola de Contas e Gestão (ECG) do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, que teve início no ano de 2013.

A ECG, uma Escola de Governo, sensibilizada pelos princípios da inclusão e conhecedora do trabalho desenvolvido pelo LaPEADE, propôs a parceria entre as instituições a fim de obter orientação em um trabalho que pudesse auxiliá-la no que se refere à promoção de inclusão dentro da instituição. Para tanto, o instrumento utilizado nesse processo foi o Index para Inclusão,¹ uma ferramenta originalmente construída para o contexto de escolas de educação básica, e que tem por objetivo provocar um processo de reflexão na rotina da Escola.

Este projeto representou o esforço do LaPEADE em adaptar, por meio de uma pesquisa-ação crítico-colaborativa, o Index para o contexto da ECG, uma escola que forma e aperfeiçoa servidores públicos e, portanto, atua apenas com adultos. A questão que norteou as ações desenvolvidas buscou responder à seguinte indagação: É possível adaptar e desenvolver o Index no contexto de uma Escola de Governo?

Assim, este artigo tem por objetivo descrever a experiência mencionada, que buscou ajudar a instituição a promover, em base contínua, um processo de autorreflexão dos seus valores

1 BOOTH e AINSCOW, 2011.

e, a partir disso, propor ações que possam melhorar as culturas, políticas e práticas institucionais de inclusão, como propõe o Index.

Para tanto, falaremos inicialmente sobre o que são Escolas de Governo, e o contexto que as criou; apresentaremos a Escola de Contas e Gestão do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (ECG/TCE-RJ), o que a caracteriza como uma Escola de Governo, como está organizada e o que motivou a parceria da ECG com o LaPEADE; discorreremos sobre a visão de inclusão adotada nessa pesquisa e sobre o Index para a Inclusão. Em seguida, relataremos sobre a pesquisa desenvolvida, descreveremos a metodologia, apresentaremos os dados e, finalmente, nossas conclusões.

Escolas de Governo

A criação das Escolas de Governo situa-se num contexto sócio histórico pós-regime militar no Brasil, no qual o país passava por um processo de abertura política, rumo à democracia. Nesse momento de redemocratização é crucial a confecção e apresentação à sociedade brasileira do texto da Constituição da República, de 1988, que, ao redesenhar o Estado Brasileiro, no seu art. 3º propõe como um dos objetivos da República Federativa do Brasil: “construir uma sociedade livre, justa e solidária”.² E no seu art. 37º preconiza que a Administração Pública: “obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”.³

Dessa forma, para a consolidação da democracia, é necessário que haja não apenas um processo eleitoral instaurado, mas também que os cidadãos, se incorporem nesse processo e dele participem de forma consciente e crítica. O Brasil, após o período de ciclo militar, vê no fortalecimento da administração pública federal um caminho para a implantação desse sistema de governo através da implementação de novos métodos de trabalho e da criação de estratégias para capacitação e formação de servidores públicos. Por sua vez, as transformações sociais vêm exigindo adaptações a novos contextos, a necessidade de transformações dentro das organizações trazendo novos desafios para todos, e exige de cada servidor público a capacidade mais ampliada de escuta às novas demandas e aos novos segmentos sociais.

Nesse sentido, a Constituição determinou no seu art 39º, §2º, a instituição e a manutenção de Escolas de Governo, nos três níveis federativos (federal, municipal e estadual), “para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira”.⁴ Todavia, cumpre assinalar que a capacitação dos servidores públicos não se inicia na década de 80, mas sim na década de 30, com a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e que ao longo das décadas seguintes,

2 BRASIL. Constituição (1988), art. 3º. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 10/10/17.

3 ibid, art. 37º.

4 ibid, art. 39º.

outras escolas se ocuparam da formação e da capacitação desses servidores, o que ratifica a determinação constitucional de formação e aperfeiçoamento dos servidores públicos.

Ainda na década de 80, mais precisamente em 1986, foi criada a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), com o principal objetivo de: “promover a formação e a qualificação de servidores de nível superior, a fim de modernizar e tornar eficiente a administração pública federal”.⁵ Além disso, a ENAP também é responsável pela coordenação e supervisão de programas de desenvolvimento gerencial, envolvendo programas de capacitação gerencial de pessoal civil executados por outros centros de formação de administração pública federal.

Desde 2003 a ENAP conta com a participação de instituições governamentais das três esferas de governo. Em 2006, através do decreto presidencial nº 5.707, foi instituída a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, que favorece a articulação entre essas escolas, com o objetivo de criar um sistema de Escolas de Governo, em rede, sob sua coordenação. Para isso, considera Escolas de Governo: “as instituições destinadas, precipuamente, à formação e ao desenvolvimento de servidores públicos, incluídas na estrutura da administração pública federal direta, autárquica e fundacional”.⁶

Dessa forma, cabe à ENAP a responsabilidade legal pela formação inicial e continuada de servidores públicos. As crescentes responsabilidades expressas nos cargos de Direção e Função Comissionada tornam o campo de atuação da ENAP bastante complexo, exigindo a necessidade de conjugar temas e conteúdos atualizados e relevantes a metodologias inovadoras que levem em consideração o perfil diverso e heterogêneo do público-alvo, em termos de formação acadêmica e de origem, seja ela cultural e/ou regional, bem como a exígua disponibilidade de tempo para a dedicação a processos de formação. Cabe destacar, por fim, que os formadores das escolas de governo também se constituem público-alvo da ENAP, por conta de sua experiência e tradição na formação de servidores públicos que a tornou uma referência para outras escolas de governo, nos processos formativos dos seus quadros de servidores.

A Escola de Contas e Gestão do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (ECG/TCE-RJ)

A ECG/TCE-RJ foi criada pelo art. 38º da lei nº 4.577 de 12 de julho de 2005⁷ e regulamentada pela Deliberação TCE-RJ nº 231/05.⁸ A Lei Estadual, que dispõe sobre as Diretrizes para o orçamento anual do ano seguinte, autorizou a transformação do Instituto Serzedello Corrêa,

5 BRASÍLIA, 2010, p.14. Disponível em: [http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1657/1/Referencias % 20Educacionais%20ENAP.pdf](http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1657/1/Referencias%20Educacionais%20ENAP.pdf) Acesso em: 10/10/2017.

6 Ibid, p.16.

7 Lei nº4.577/05. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEINSF/c8aa0900025feef6032564ec006dfff/c3f5d54e95b7c-d0c83257043006aace5?OpenDocument>.

8 Deliberação 231/05. Disponível em: <http://www.ecg.tce.rj.gov.br/deliberacoes> Acesso em: 02/10/17.

que integrava a estrutura do TCE, e que desde 1992 realizava atividades educacionais naquele Tribunal de Contas, na Escola de Contas e Gestão do TCE-RJ. Trata-se, portanto, de um órgão vinculado ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Essa transformação ampliou a capacidade de alcance das ações de aprimoramento do quadro de servidores da Escola, atingindo um maior número de municípios no Estado, bem como outorgou a ela uma maior liberdade de ação e possibilidades de articulação para a oferta dos cursos de capacitação e de formação de servidores públicos. A ECG é uma escola de Governo e, como tal, cumpre o papel de agente de formação, enfocando o seu potencial transformador da gestão pública.

Conforme lemos na página principal da Escola, a ECG tem por missão: “promover ensino e pesquisa na área de gestão pública, voltados para o desenvolvimento e a difusão de conhecimento, visando à melhoria do desempenho e do controle governamental, em consonância com as expectativas e necessidades da sociedade”.⁹

As atividades da ECG têm como público-alvo os servidores da própria escola, dos órgãos do Estado do Rio de Janeiro e dos 91 municípios sob Jurisdição do Tribunal. Em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, criada em 2006, e atendendo ao objetivo de ampliar as discussões sobre temas relacionados à educação corporativa e gestão pública, a ECG passou a integrar a Rede Nacional de Escolas de Governo, coordenada pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), ambas mencionadas na seção anterior, e também a Rede de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas do País.

As atividades desenvolvidas pela Escola se reúnem em quatro programas: Programa de Capacitação, Programa de Formação, Programa de Estudos e Pesquisa e Programa de Gestão e Disseminação de Informação.¹⁰ A estrutura organizacional da ECG, composta pela Diretoria Geral e por várias Assessorias e Coordenadorias, permite um trabalho em conjunto, objetivando a melhoria do processo de capacitação e de formação do quadro de servidores, com o intuito de prestar um aprimorado serviço de atendimento à sociedade, como um todo.

A ECG se enquadrava no art 37º da Constituição Brasileira que determina um percentual de garantia vagas para pessoas com deficiências, em concursos públicos. Nesse sentido, na busca contínua de aprimorar o seu papel de agente de formação e de capacitação do servidor público, e também procurando ampliar a capacidade de recepção e acomodação da diversidade do seu público-alvo, seja nos aspectos regionais, culturais ou mesmo pessoais, a ECG tem um importante papel como promotora de culturas de inclusão dentro da Escola. Segundo Nazareth e Melo “a crescente participação social no desenvolvimento das políticas públicas se alinha aos ideais

9 ECG/TCE-RJ. Disponível em: <http://www.ecg.tce.rj.gov.br/quem-somos> Acesso em: 02/10/17.

10 NAZARETH E MELO 2012, p. 12.

de inclusão, sendo esta entendida como um processo que reitera princípios democráticos de participação social plena”.¹¹

Essa crescente participação social trouxe discussões sobre direitos a essa participação nos diversos setores da sociedade, incluindo os educacionais e, por conseguinte, a ECG, que era questionada por parte dessa população que pedia por melhores condições de acessibilidade, dentre outras demandas. De acordo com as autoras, a partir de reflexões sobre essas questões, surgiu o Projeto Incluir do TCE-RJ, que iniciou com uma consulta à comunidade sobre as demandas desta e teve como resultado da mesma, várias adaptações, incluindo a estrutura física, mudanças nas grades dos cursos, entre outras.

Dessa forma, com o intuito de dar um passo à frente no seu trabalho de capacitação e formação do seu quadro funcional, e de tornar a ECG uma instituição empenhada em garantir uma maior participação dos membros da sociedade, em 2013, foi assinado convênio de parceria em pesquisa entre a UFRJ - Faculdade de Educação com o TCE-ECG, por intermédio do LaPEADE.

Dando continuidade ao Projeto Incluir, foi desenvolvida, a pesquisa Inclusão na Administração Pública (IAP) na ECG, que teve por objetivo, numa primeira fase, sensibilizar o grupo de professores para os princípios da inclusão e na segunda fase, criar e desenvolver um grupo focal que discutiu questões trazidas pelo Index para a Inclusão, para dinamizar as reflexões sobre inclusão. Isso resultou na proposição e aprovação da Política de Inclusão em Educação do TCE-RJ, instituída por meio da Resolução ECG/TCE-RJ, nº14/14. Essa pesquisa permitiu lançar a hipótese de que o Index para a Inclusão é um material passível de ser usado e/ou desenvolvido, por ser extremamente flexível e adaptável a diversos contextos educacionais e institucionais.

Em 2016, a ECG solicitou ao LaPEADE que a orientasse em um trabalho de autorrevisão das suas culturas, políticas e práticas. Nessa fase da pesquisa, o Index para a Inclusão foi adaptado e desenvolvido por meio de uma pesquisa-ação crítico-colaborativa nesse contexto educacional, para a capacitação e formação de servidores públicos, com o objetivo principal de fortalecer os trabalhos de inclusão em Educação dentro da própria ECG.

Inclusão e o Index

Explicitar o conceito de inclusão no qual o LaPEADE trabalha se mostra fundamental para o entendimento da pesquisa desenvolvida. Esse laboratório de pesquisas, coordenado pela professora Dra. Mônica Pereira dos Santos, desde 2003, vem desenvolvendo pesquisas em diversos contextos sociais, na crença e na defesa de que inclusão não se resume a uma ou algumas áreas da vida humana, como, por exemplo, saúde, lazer ou educação. Refere-se, portanto, a todos os esforços no sentido de garantia da participação máxima de qualquer cidadão em qualquer

11 NAZARETH E MELO 2012, p.10.

arena da sociedade.¹² Para Santos ¹³“inclusão é toda forma de luta contra as exclusões: de fato ou virtuais”.

Corroboramos com as ideias de Booth e Ainscow e de Santos que inclusão não se refere a um grupo específico, como o das pessoas com deficiências, e sim a todo e qualquer indivíduo que possa ser excluído. Essa ideia se preocupa em minimizar exclusões e/ou barreiras à aprendizagem e à participação de todos, sendo, portanto, um “processo incessante voltado para o envolvimento de indivíduos, a criação de sistemas e ambientações participativos e a promoção de valores inclusivos”.¹⁴

O Index para a Inclusão¹⁵ é uma ferramenta originalmente construída para o contexto de escolas de educação básica, e que tem por objetivo provocar um processo de autorrevisão como parte das rotinas institucionais. A proposta desse instrumento é que esse processo se faça com base na reflexão de três dimensões nas quais a vida se manifesta: culturas, políticas e práticas. A dimensão das culturas representa os valores, aquilo que se acredita e que buscamos defender. As políticas referem-se às regras, as leis, os acordos, que podem ser ditos/escritos ou não. A dimensão das práticas representa as ações propriamente ditas, o agir, o executar.

Esse material é composto por uma parte teórica e uma parte prática, pelas quais perpassam a todo o momento as dimensões culturais, políticas e práticas. Cada uma dessas dimensões é dividida em dois eixos que, por sua vez, contém de 10 a 15 indicadores. Esses indicadores contemplam uma série de questões que buscam orientar as reflexões para que a instituição se torne mais inclusiva. Tais reflexões são realizadas por representantes dos diferentes segmentos da instituição, que têm a função de coordenar e representar os demais membros e são denominados de grupo coordenador. Não existe uma regra para o desenvolvimento do Index, o que torna possível propor ações e reflexões diferentes em cada contexto.

Desde a sua criação, o Index já foi traduzido para mais de trinta idiomas, o que permitiu a criação de uma rede internacional de usuários dessa ferramenta, a *Index for Inclusion Network (IfIN)*. Nesta rede, o LaPEADE é o representante brasileiro e já o desenvolveu em diversas pesquisas em escolas da educação básica. Tais pesquisas nos encorajaram para utilizarmos essa ferramenta no contexto da ECG. Para tanto, foi feita uma adaptação no texto do instrumento, o que é sugerido pelos próprios autores. Foram substituídos alguns termos, como por exemplo “crianças” e “responsáveis” e alguns trechos e questões foram retirados a fim de atender àquele grupo específico da Escola de Governo.

12 SANTOS, 2003, p.81.

13 SANTOS 2013, p.15.

14 BOOTH & AINSLOW, 2011.

15 *ibid.*

A pesquisa

Foram quinze encontros realizados ao longo da pesquisa, todos durante o segundo semestre de 2016. Cada um desses encontros teve a duração de duas horas e contou com a participação de representantes dos diferentes setores da Escola (assessoria pedagógica, biblioteca, conservação e limpeza, coordenação acadêmica, coordenação de capacitação, coordenação de documentação, direção geral, docentes, secretaria e segurança). Esse grupo recebeu o nome de grupo coordenador. Houve oscilação na presença dos participantes durante todos os encontros, mas a média foi de 13 pessoas.

As discussões foram dinamizadas pelos escritos contidos no Index. Os primeiros encontros foram pautados na construção dos valores da instituição e, em seguida, foi amplamente discutida a questão da inclusão para a escola, com vistas a enfrentar as barreiras a esse processo enfrentadas pela ECG.

Metodologia

A metodologia utilizada na pesquisa foi a pesquisa ação crítico-colaborativa que, segundo Pimenta (2005), é uma reconfiguração do sentido e significado da pesquisa-ação como pesquisa crítico-colaborativa. A expectativa era a de contribuir com o grupo na compreensão e na resolução das dificuldades encontradas no que tange à temática da inclusão na ECG, realizando pesquisa com os sujeitos e não sobre eles.

A pesquisa-ação, segundo Thiollent,¹⁶ enquadra-se no perfil de uma pesquisa qualitativa que supõe uma demanda do grupo a ser pesquisado e que, pesquisadores e pesquisados envolvem-se em uma relação de ajuda mútua com vistas à resolução de problemas. O pesquisador está em campo para promover uma reflexão sobre as práticas dos pesquisados, visando uma mudança de pensamento daqueles sujeitos.

A pesquisa colaborativa, por sua vez, apresenta-se para criar uma cultura de análise das práticas realizadas, a fim de possibilitar uma transformação nas ações e práticas institucionais.¹⁷ A ideia é possibilitar que os participantes da pesquisa, auxiliados pelos pesquisadores, se coloquem em um processo constante de análise de suas ações.

Acreditamos que, com essa metodologia, poderíamos fazer com que o grupo pesquisado refletisse sobre suas práticas profissionais naquele contexto, pensando em suas culturas, identificando suas políticas e promovendo práticas que de fato devem ser feitas para que a inclusão faça parte daquele cotidiano.

16 THIOLLENT, 2002

17 FRANCO, 2004.

Os encontros realizados contaram sempre com a participação de pelo menos três pesquisadoras do LaPEADE, o que possibilitou registros em cadernos de campo, gravações em áudio e fotografias. Para tanto, os participantes da pesquisa assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em que lhes foi assegurado o direito de participação ou desistência na pesquisa conforme fosse de sua necessidade, sem nenhuma consequência aos mesmos e, ainda, uma autorização de uso de imagens por conta das fotografias (TUI), como prevê o Comitê de Ética em Pesquisa. Posteriormente, os áudios foram transcritos e compuseram um bloco com 737 páginas, que nos permite revisitar os acontecimentos sempre que desejarmos.

Resultados e discussão

A partir das discussões realizadas inicialmente com o grupo coordenador, foi possível construir coletivamente os valores institucionais, isto é, aqueles valores que devem orientar as ações da ECG. Tais valores passaram a fazer parte do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a saber: sustentabilidade, inclusão, efetividade e transparência. No PDI anterior existia uma série de valores que não possuíam definição e, portanto, não tinham um significado para a Escola.

Depois da construção desses valores, foram reconstruídos os textos que definem a missão e a visão da Escola. Em seguida, foi realizada uma consulta com toda a comunidade escolar, a fim de que respondessem à seguinte questão: “O que podemos fazer para que tod@s e cada um/a se sintam igualmente valorizad@s?”. A ideia com a consulta era conhecer as barreiras encontradas na instituição no que se refere à participação de todo e qualquer sujeito para que, de posse dessas respostas, a ECG se propusesse a pensar em estratégias e ações a fim de combater tais barreiras.

As setenta respostas obtidas na consulta que durou uma semana foram divididas em quatro categorias: demanda interna (10 respostas), demanda externa (45 respostas), outras (6 respostas) e elogios (9 respostas). As demandas internas foram aquelas que faziam referência aos servidores e a estrutura da própria ECG, enquanto que na categoria demandas externas ficaram os questionamentos que se referiam aos alunos, isto é, o público no qual a instituição atende. Na categoria outros ficaram as respostas que se referiam ao mesmo tempo às demandas internas e externas. Os elogios, por sua vez, se referiam ao funcionamento da ECG e à qualidade dos cursos oferecidos.

Após a contabilização e reflexão sobre essas respostas, uma série de ações foram planejadas e realizadas, das quais destacaremos algumas. A primeira delas foi responder a cada uma dessas respostas individualmente e de forma pública, o que teve uma ampla divulgação, inclusive no site da instituição. Nessas respostas, o GC revelou as possibilidades e os limites de atender a tudo que foi colocado, colocando, inclusive, a ECG aberta a outros momentos de diálogo. Foi criado, durante o desenvolvimento da pesquisa, um informativo semanal, que objetivava divulgar as ações e realizações da Escola naquela semana, facilitando assim a comunicação interna. O

grupo também teve a ideia de iniciar o próximo ano letivo com a criação da semana/seminário de Inclusão com a presença de grupos de movimentos sociais, de pessoas com deficiências, negros, indígenas, LGBT, etc. A inserção do nome social no sistema acadêmico da instituição também ocorreu durante esse processo e a partir das discussões levantadas, o que consideramos um ganho.

Não menos importante, pudemos perceber, ao longo dos 15 encontros, que o GC desenvolvia um espírito coletivo de colaboração e de participação, denotando um nítido desejo de atingir o objetivo principal que mobilizou a ECG para esta pesquisa: o de tornar a Escola um ambiente ainda mais agradável e inclusivo, tanto para o público interno (os servidores da ECG), quanto para o público externo (servidores do TCE, ou de outras instituições parceiras) que buscam os cursos da Escola para se aprimorarem e oferecerem um melhor serviço à sociedade.

Conclusões:

Este artigo procurou mostrar o trabalho desenvolvido por pesquisadoras do LaPEADE, utilizando o Index para a Inclusão, em uma Escola de Governo. O Index, instrumento confeccionado para auxiliar as instituições a promoverem processos de autorrevisão dos seus valores, com o objetivo de propor ações que possam melhorar as suas culturas, políticas e práticas de inclusão, foi desenvolvido num contexto diferente do que ele é normalmente trabalhado, que é a Escola Básica. O novo contexto, uma Escola de Governo, com o público-alvo de adultos, representou um desafio para o grupo de pesquisa, ao tentar responder à seguinte questão: É possível adaptar e desenvolver o Index no contexto de uma Escola de Governo?

A pesquisa nos permitiu verificar que o Index é uma ferramenta altamente adaptável a qualquer contexto educacional. Embora construído inicialmente para o contexto da educação básica, foi possível adaptá-lo àquela realidade da ECG e, as alterações realizadas permitiram que o grupo participante da pesquisa pensasse em suas culturas, revisse suas políticas e mudasse suas práticas, a partir da autorreflexão proposta pelo material.

Respondendo ao objetivo proposto por este artigo, o Index constitui rico material que possibilita o trânsito da instituição de um lugar que reflete pouco ou nada sobre si mesma no que tange à promoção de inclusão, a uma posição de autorreflexão constante contínua.

Referências bibliográficas

BOOTH, T.; AINSCOW, M.. Index for Inclusion: developing learning and participation in schools. London: CSIE, 2000.

_____. Index for Inclusion: developing learning and participation in schools. London: CSIE, 2002.

_____. Index for Inclusion: developing learning and participation in schools. London: CSIE, 2011.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em 17/10/2017.

BRASÍLIA. REFERENCIAIS ORIENTADORES DA PROPOSTA EDUCACIONAL DA ENAP. ENAP-SAIS, DF, BRASÍLIA, 2010. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1657/1/Referencias%20Educacionais%20ENAP.pdf> Acesso em: 10/10/2017.

FRANCO, M. A. R. S. A Pedagogia da pesquisa-ação. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 12, 2004, Curitiba. Anais. Curitiba: Endipe, 2004.

MELO, S. C. de; SANTOS, M. P. dos e SANTOS, M. dos. Inclusão na Administração Pública: educar para não punir. In: CASTRO, P. A. de (org). Inovação, Ciência e Tecnologia: desafios e perspectivas na contemporaneidade. Campina Grande: Realize, 2015.

NAZARETH, P. C. de P.; MELO, S. C. de. O papel da Escola de Contas e Gestão do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro na promoção de culturas inclusivas na gestão municipal. XVII CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA. Cartagena, Colombia, 30 de out. a 2 de nov. de 2012.

PIMENTA, S. G.. Pesquisa-ação crítico-colaborativa: construindo seu significado a partir de experiências com a formação docente. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 521-539, set./dez. 2005.

SANTOS, M. P. dos. et al. Inclusion in public administration: Developing the concept of inclusion within a school of accounts and administration. International Journal of Educational Administration and Policy Studies, Vol.9, pp. 35-46, March 2017.

SANTOS, M. P. dos. et al. O Index para Inclusão como instrumento de pesquisa: uma análise crítica. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 20, n. 4, p. 485-496, Out.-Dez., 2014 – Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382014000400002>

SANTOS, M. P. dos. Dialogando sobre inclusão em educação: contando casos e descasos. Curitiba: CRV, 2013.

SANTOS, Mônica Pereira dos. Inclusão. In: SANTOS, M. P dos; FONSECA, M. P; MELO, S. C. (org.) Inclusão em Educação: diferentes interfaces. Curitiba: Editora CRV, 2009.

SANTOS, M. P. dos. O Papel do Ensino Superior na Proposta de uma Educação Inclusiva. Movimento, v. 7, n. maio 2003, p. 78-91, 2003.

THIOLLENT, M.(2002) Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez.



CORPO, PINTURA E CONEXÕES: ENTRE TRÊS POÉTICAS

Profa. Dra. Martha Werneck Vasconcellos

UFRJ, Escola de Belas Artes – dep. BAB

Prof. Me. Lício da Silva

UFRJ, Escola de Belas Artes – dep. BAB

Notadamente tida como solitária, a profissão do artista que trabalha em ateliê com as linguagens visuais e, nesse caso, privilegiando a linguagem da pintura, parece desconectada de outros universos particulares, centrada no indivíduo e voltada para reflexões extremamente pessoais. Entretanto, professores artistas possuem importante peculiaridade: no meio acadêmico também buscam, a partir das pesquisas propostas aos estudantes, estímulo para enriquecer sua produção. Nessa troca de saberes resgatam matéria prima que utilizam na construção de seus próprios trabalhos. Sendo assim, encontramos algo raro a partir do trabalho desenvolvido em grupos de pesquisa estruturados com estudantes pintores: uma troca potencializada de influências que afeta a produção de todos os envolvidos nos processos de criação.

Esse artigo trata de como se interconectam fazeres, saberes e do que se tratam as poéticas desenvolvidas por dois professores artistas e uma estudante do bicentenário Curso de Graduação em Pintura da Escola de Belas Artes, fundado em 1816. Na produção dos três artistas podemos observar pinturas, fotografias, performances, vídeos, objetos e instalações onde a linguagem pictórica está conectada à poética ‘corpo’ em abordagens diversas, tecendo laços entre os trabalhos autorais dos artistas envolvidos, colocando em evidência as experiências e poéticas compartilhadas, ressaltando trabalhos que se amplificam e reverberam quando vistos em conjunto.

Nesse caso, os três agentes dessa trama estudam a representação do corpo na pintura a partir do grupo de pesquisa O corpo como poética na pintura contemporânea, ativo desde 2013, coordenado pelo prof. Me. Lício Bossolan e co orientado pela profa. Dra. Martha Werneck. Entendido como signo, o corpo é investigado a partir de questões que tangem sua condição frágil, a identidade do corpo representado, a teatralidade e um certo mal-estar que permeia as percepções de si e do outro na Pós-modernidade. As diretrizes da pesquisa compreendem estudar o corpo em sua dimensão sociológica na cultura ocidental, apontar a representação do corpo na arte como parte do processo de endoculturação e abordar as representações e o entendimento do corpo na nossa sociedade. É partindo da construção desse conhecimento que os artistas passam a conceituar o que pintar e como pintar.

Mesmo que cada um direcione seus trabalhos de forma independente e original, os pesquisadores aqui envolvidos experimentam um processo de criação que parte de uma metodologia comum, aliando a análise semiótica da imagem à produção imagética num campo híbrido entre as linguagens fotográfica e pictórica. Autores ligados à filosofia, psicologia e sociologia, como Zygmunt Bauman, Gaston Bachelard, David Harvey, David Le Breton, Freud e Carl Gustav Jung, são parte das referências teóricas que norteiam as poéticas aqui tratadas.

Antes de avançarmos, consideramos fundamental ressaltar a importância do artista como fonte viva para a apresentação do seu próprio processo criativo e entendimento do significado de seus trabalhos. Na formação de um graduando em Pintura é fundamental que o estudante se perceba como artista pesquisador, verbalizando suas intenções criativas, buscando metodologia que favoreça seu trabalho e desenvolvendo pesquisa pessoal focada em questões formalistas e temáticas. Dessa forma se produz um trabalho autoral que, através da linguagem visual, comunica aquilo que não pode ser traduzido por texto algum: a pintura como linguagem em si, com toda a carga matérica, abstrata, simbólica e histórica que inevitavelmente carrega consigo, assim como a reflexão acerca da natureza da imagem.

Apreciamos que os estudantes entendam que o processo de criação é diverso, que ele depende de escolhas metodológicas que se dão na prática da pintura. Defendemos essa visão apoiados em diversos exemplos de pintores que escreveram acerca da concepção de seus trabalhos, como Delacroix, Gauguin, Redon, Van Gogh, Cézanne, e buscaram descrever o processo criativo, cada um a seu modo, seja através de textos voltados para esse fim, seja através de cartas direcionadas a amigos, artistas e entendedores de arte.

Em seu artigo “Gênese de uma pintura de Paul Gauguin: manifesto e auto-análise de um pintor”, Dario Gamboni expõe que tanto Redon quanto Gauguin apontam que a gênese de uma pintura não acontece com base em um conceito prévio, rígido, que aponta um só caminho pelo qual o pintor trilha inequivocamente. Tanto Gauguin quanto Redon, por exemplo, defendem que a pintura não é uma simples concretização em imagens de uma ideia preconcebida, mas algo que se faz a partir de uma ideia preliminar que, à medida que se cria, pode modificar-se, tomar outros sentidos, aperfeiçoar-se na direção que aos poucos vai sendo definida pelo próprio pintor.

No mesmo sentido, Pareyson, teórico esteta italiano, ao definir o que é a atividade formativa, afirma que a arte ocidental está firmada sobre o tripé operatório que leva em conta a construção, o conhecimento e expressão. Dessa forma defende que toda criação artística é algo inerente à atividade humana, que execução e invenção ocorrem ao mesmo tempo, são indissociáveis. Assim, ao expor ele mesmo o processo de criação, o pintor descortina o nível simbólico do seu trabalho, indissociável da gênese da pintura e que a ela não preexiste.

Visto isso, abordaremos então os eixos centrais que, através da pesquisa em grupo, acabaram unindo os três artistas aqui citados: Ana Clara Guinle, Lício Bossolan e Martha Werneck, e demonstraremos por meio de trabalhos específicos de cada um dos artistas como essas poéticas se interrelacionam.

Para introduzir a metodologia e dinâmica da criação, definimos poética de um pintor como algo que está compreendido entre a temática abordada e a estética adotada. Para a identificação de uma poética partimos de duas etapas: um *brainstorm*, que gera palavras-chave e desenhos em diários de pesquisa do artista, e a análise e identificação dessas palavras e ideias plásticas.

A metodologia do processo de investigação da imagem proposta pelas pesquisas do grupo se retroalimenta a cada ciclo. Apresentamos então um *workflow* inexistente, mas que traz uma ideia geral de como flui o processo de criação nas etapas anteriores à construção da pintura em si: iniciamos com uma pesquisa de seleção e catalogação de imagens, utilizando para isso análises baseadas na semiótica visual de Jean Marie Floch. Como parte da pesquisa do grupo está relacionada à discussão da natureza da imagem – da pintura e da fotografia – usamos autores como Roland Barthes e Philippe Dubois para nortear essa compreensão. Nossa proposta é realizar ensaios fotográficos utilizando como propulsores os referenciais visuais já pesquisados. Esses ensaios originam um material bruto que sofre edições, fotomontagens, manipulações digitais e experimentações no campo da imagem virtual. Finalmente, a partir desses ensaios, realizamos breves estudos pictóricos e projetos, pensando no objeto artístico final, em suas dimensões, formato e materiais.

Já no suporte final do trabalho – que pode ser tela, papel, metal, madeira – esses estudos prévios são utilizados como base para marcações mais precisas, que podem ser feitas a partir de impressões ou mesmo de projeções. Assim é dado o pontapé inicial para que o processo de construção pictórica se desdobre, lembrando sempre que tal processo é rico e no percurso muitos desvios acontecem. Durante o processo da pintura outras ideias vêm à tona, outros significantes são sugeridos e o trabalho é continuamente repensado. A pintura, linguagem que se constrói no tempo, aponta caminhos que podem ganhar ambiguidades, enriquecendo a leitura do observador. Um planejamento cuidadoso pode fazer com que essa etapa do processo artístico, realizada no suporte final, seja mais fluida.

Nos trabalhos desses três artistas percebemos poéticas que se inter cruzam através de eixos centrais de investigação da imagem. São eles: a representação do corpo feminino; a fotografia, ligada ao índice e à memória; o índice como signo conectado à melancolia, esta atrelada ao desconforto e ao luto.

Tendo como central a relação entre fotografia e pintura, compartilhando algumas abordagens, os trabalhos de Martha Werneck e Ana Clara Guinle encontram-se imersos na autoi-

imagem, ou seja, representações do próprio corpo das artistas, que muitas vezes não chegam a caracterizar retratos propriamente ditos, pois não trabalham a questão da identidade de modo objetivo. Já Werneck e Bossolan tem em comum o retrato de figuras femininas. Podemos apontar outros produtos desse fazer artístico que resultam da produção de cada um, como objetos, performances e vídeos. Fundamentamos esse artigo com trabalhos que foram base para essas reflexões.

Corpos Confeccionados, conjunto de trabalhos da artista Ana Clara Guinle, tem origem em desenhos realizados nos diários de pesquisa da artista e ensaios fotográficos. Neles Guinle fotografa suas próprias pernas revestidas por meia calça, que são pintadas e costuradas em seu próprio corpo.



Figura 1 - Ana Clara Guinle. Corpos confeccionados 3. Dimensão: 1263 x 2325 pixels. Fotopintura digital, 2014
(fonte: original reduzido, cedido pela artista para uso nesse trabalho)

De acordo com a pintora, a fotografia está muito presente em seu processo criativo, pois ela funda um sentido indiciário em seus trabalhos de diversas maneiras. Guinle afirma que é no percurso entre o desenho, o esboço realizado em diários de pesquisa e a fotografia que seu trabalho em grande parte é resolvido compositivamente. Ela usa editores de imagem como Photoshop e Picasa, visando construir uma atmosfera que permeia seus trabalhos de forma a aliar conteúdo plástico das imagens ao conteúdo semântico das mesmas.

Partindo dessas referências fotográficas, a artista realiza para essa série trabalhos em formatos médios e pequenos em diversas técnicas como a fotopintura digital, óleo e costura sobre tela, acrílica sobre tela e acrílica sobre papel. Nelas a pele costurada faz alusão à cirurgia estética do corpo feminino, enfatiza a imobilidade, o desconforto e a vulnerabilidade, além do comportamento individual diante dos padrões de beleza impostos pela sociedade contemporânea.

Com isso Guinle nos traz a reflexão acerca da autopunição e da metamorfose do corpo: “Desejo de transformar um corpo em outro. Eternos sentimentos de imperfeição; costuras que modificam e aprisionam um corpo e uma alma.”¹

Guinle também está a falar sobre o fazer manual que envolve o ato de costurar, predominantemente feminino:

Venho refletir sobre a sexualidade da mulher que existe hoje nesse mundo pós-moderno, nessa sociedade ainda patriarcal, onde estão enraizados culturalmente preconceito e ideias punitivas que inconscientemente espetam como agulha na carne da moça que goza e gosta.²

A instalação *Sombra sufocada*, trabalho de Guinle realizado a partir de uma performance³ para a exposição individual da autora intitulada *Corpo nem tão meu*,⁴ parte de um paralelepípedo de madeira que, estando junto a um canto da galeria, funcionou como cama. Deitada nessa superfície, Guinle traçou na parede a sombra de seu corpo e preencheu com tinta. Em uma segunda sequência, a artista escreveu a carvão na parede logo acima da silhueta. Da boca da figura saem palavras e frases retiradas de seus próprios diários de pesquisa e anotações pessoais, formando uma massa ondulada e afunilada integrada à figura. Durante a exposição, Guinle cobriu com almofadas a forma do corpo pintado na parede, só revelando a origem das palavras escritas a quem se aproximava.



Figura 2 - performance e instalação *Sombra sufocada*. (Registros fotográficos Licius Bossolan e Ana Clara Guinle.

1 GUINLE, p.73.

2 GUINLE, p.72.

3 Performance filmada e editada por Bossolan. Disponível online em: <https://www.youtube.com/watch?v=WJ8-pBm4_-0> Acesso em: 25 nov. 2017.

4 Exposição apresentada de 13 a 20 de novembro de 2014, Galeria Macunaíma, Alteliê Cândido Portinari. EBA, UFRJ.

Em relação a trabalhos em que se utiliza de sua silhueta e de suas sombras, Guinle conclui: “Meu pensamento poético transita entre os indícios da ausência e a existência. (...) Trabalhando o conceito de índice na imagem, o corpo torna-se um carimbo, vestígio, memória que amarelece com o tempo.”⁵

Assim como Guinle, os trabalhos de Martha Werneck levam em consideração desenhos, estudos e sonhos, que anota em diários de pesquisa, para delimitar seu campo imaginário. Na série *Pequenas Ofélias* e *Icebergs* alude ao feminino através da autoimagem e do retrato de outras mulheres. Sua pesquisa parte da estética da pintura Romântica do Sec XIX, o que inclui investigações estéticas e técnicas.

O processo de produção da série partiu de estudos em óleo sobre papel realizados em três diários de pesquisa, tendo como referências imagens que compreendiam fotogramas filmicos e fotografias derivadas de pesquisas em *websites* como Printinterest e Google. Com isso, a artista percebeu que alguns elementos se repetiam: as representações de geleiras, *icebergs* e figuras femininas imersas em água. As figuras femininas e diáfanas portavam roupas fluidas, transparentes e leves, apresentavam feições neutras, não demonstrando sofrimento, como se levadas a um destino inexorável. Notou então que o conceito do *iceberg* correspondia à imagem dessas mulheres: ambos diziam sobre o que está visível em oposição ao que está submerso e profundo.

Em conjunção às leituras ligadas inicialmente a Jung, Freud, ao estudo do inconsciente e ao universo simbólico, fundiu essas duas imagens-conceito para dizer um pouco do que constituem o inconsciente e o consciente do indivíduo. A figura feminina transparece aí como esse ser que cria e precisa inventar sua identidade como mulher, em que o insondável é parte, no qual a pintora se reconhece e se representa.

Tal conjunto de imagens acabou conduzindo à figura da personagem Ofélia, presente na obra *Hamlet*, de Shakespeare. A loucura e o suicídio já haviam sido abordados em outros trabalhos de Werneck nos quais o autorretrato se fazia presente. Nos fala Bachelard sobre a personagem Ofélia:

Ofélia poderá, pois, ser para nós o símbolo do suicídio feminino. Ela é realmente uma criatura nascida para morrer na água, encontra aí, como diz Shakespeare, “seu próprio elemento”. A água é o elemento da morte jovem e bela, da morte florida, e nos dramas da vida e da literatura é o elemento da morte sem orgulho nem vingança, do suicídio masoquista. A água é o símbolo profundo, orgânico da mulher que só sabe chorar suas dores e cujos olhos são facilmente “afogados de lágrimas”.⁶

5 GUINLE, p.31.

6 BACHELARD, p 85.

Werneck assume a personagem Ofélia apenas como ponto de partida, investida de suas próprias questões e limitações. O retrato de outras mulheres como Ofélias também sofrem desvios relacionados às suas próprias histórias pessoais, no ato de descobrir-se mulher, no fazer-se ser feminino. As retratadas são conhecidas e interpretadas pela pintora.

As cores frias, as geleiras e a submersão são para Werneck a representação da relação do feminino com a figura da mãe e da mulher. *Icebergs* representam o sublime, o inalcançável, o que é gigantesco e o imprevisível, o que está prestes a desmoronar, a modificar seu estado. Nessas imagens a água, elemento feminino por excelência, aparece em estado sólido e líquido simultaneamente, com o risco de ruir em sua magnitude vertical e gelada, tornando-se em um momento seguinte líquido horizontal, acolhedor e calmo.

Os dois trabalhos aqui apresentados foram feitos simultaneamente. O trabalho *Salve o pássaro* trata do momento do afogamento, da completa submersão, representando o desaparecimento do consciente em favor de um mergulho em si, no desconhecido. Foi realizado a partir de ensaio fotográfico no qual a artista, posando em uma piscina, atuou como modelo, contando com o auxílio de Lício Bossolan como fotógrafo. O par de cores complementares rosa e verde chamam para um contraste suave e limítrofe entre vida e morte.

O pássaro representado na mão da afogada foi pintado posteriormente ao projeto da pintura, como se significasse a esperança da liberdade a despeito do afogamento, como se a figura feminina estivesse tentando salvá-lo, salvar sua integridade ou ao menos sua diminuta liberdade de pensamento. O pássaro representado acabou motivando um sonho particular, a partir do qual a pintora decidiu que as mãos de outra mulher, talvez a mulher que afoga, deveriam figurar no trabalho. Para tal escolheu um par de luvas que, como objeto, simbolizam a presença dessa segunda figura feminina que está ao mesmo tempo na pintura e fora dela. As luvas foram costuradas, penduradas e, na mesma cor do tecido, há a tinta que delas parece escorrer, abrindo a interpretação do papel que possui esse objeto, conectado também à mão e ao pássaro.



Figura 3 - Martha Werneck. Autorretrato como Ofélia (*Salve o pássaro*). Série *Pequenas Ofélias e Icebergs*. Óleo sobre painel de madeira e par de luvas costuradas. Dimensão 100x75cm, 2017. (Registro fotográfico: Lício Bossolan)

O segundo trabalho, Caixa de Ofélia, Caixa de Pandora, consiste num objeto cujo processo de criação é bastante singular. A caixa, resgatada do lixo por volta de 2011, estava com a tampa danificada. O objetivo a princípio restaura-la com o propósito de guardar tintas e material de pintura, o que nunca foi de fato realizado. A ideia de usá-la como objeto artístico surgiu a partir de pequenos projetos realizados no diário de pesquisa de Werneck.



Figura 4 - Martha Werneck. Caixa de Ofélia, Caixa de Pandora – Pés e Mãos de Artista; modelo: Ana Clara Guinle. Icebergs: Vida e Morte. Série Pequenas Ofélias e Icebergs. Caixa de madeira, pinturas em óleo sobre metal, camisola, peça de gesso, carretel de linha e agulha. Dimensão: 16,5x53x 41,5cm, 2017. (Registro fotográfico: Lícius Bossolan)

A princípio a caixa teria apenas pinturas de *icebergs* na tampa e no seu interior. Havia também a intenção de colocar nela materiais relativos ao trabalho do pintor, como pincéis e a paleta na qual Werneck trabalhava na ocasião, já com concepções que levavam em conta a representação da artista em si. Já com a série das Ofélias em andamento, Werneck decidiu-se por um projeto em que figuravam mãos, que significam o trabalho da artista e os pés, que significam o caminho percorrido. Ambos falam um pouco sobre o ofício da pintora.

Os *icebergs* escolhidos para pontuarem o percurso representam o indivíduo em dois momentos: vida e morte. O *iceberg* vida possui conexões laterais que o ligam a outros conscientes e inconscientes. O *iceberg* morte é cindido horizontalmente e possui conexões verticais, que apontam para cima e para baixo, como se na morte houvesse essa desconexão entre consciente e inconsciente, daí só restando o mistério de nosso destino como desencarnados.

Por considerar muito significativos os trabalhos em que Guinle usa sua autoimagem como ponto de partida, nos quais pés e mãos são signos importantes, Werneck sugeriu que ela posasse em sessões de fotografia como representação dessa artista-Ofélia.

Para que esse corpo representado fosse vinculado ao seu, como um alterego, Werneck solicitou que Guinle vestisse a mesma roupa usada por no ensaio fotográfico feito para a pintura Salve o Pássaro. Na pose, as mãos abraçam o próprio corpo, na altura do coração, como se prote-

gessem a figura feminina que contrasta com o metal dourado, lembrando um ícone sagrado. Os pés representados na contra tampa da caixa não tocam o chão, flutuam leves, como se a figura estivesse ascendendo. A camisola remete também ao sono, ao sonho e acabou sendo posta dentro da caixa, assim como o carretel de linha com agulha com os quais foram costuradas as luvas anexadas a Salve o Pássaro e que, por sua vez, ligam-se também à série *Corpos Confeccionados*, de Guinle.

Por fim, dentro da caixa figura também uma peça de gesso com a inscrição *Corpo nem tão meu*, derivada de performance em parceria com os artistas Ana Clara Guinle e Julio Sekiguchi. A peça, confeccionada por Guinle, envolvia uma publicação encadernada, trabalho dissertativo de Conclusão de Curso da artista.⁷ Werneck preservou o invólucro, abrindo-o cuidadosamente, e dele fez uso nesse objeto. A peça torna-se aí ambígua: *Corpo nem tão meu* pode significar o corpo de Werneck, representando a mulher artista em sua trajetória, e o corpo da modelo pode não ser tão dela, por servir a outra artista.

Caixa de Ofélia Caixa de Pandora é objeto pintura que lida com o elemento da finitude, do que é casca, do provisório. Assim como uma roupa, um casulo, o corpo nos serve como instrumento de passagem. A figura mitológica de Pandora, primeira mulher criada por Zeus, que ao abrir a caixa solta todos os males do mundo, restando apenas a esperança, funde-se nesse trabalho à personagem Ofélia. Dentro da poética que propõe, Werneck representa com a caixa os mistérios do feminino, aquilo que reside nesse descobrir-se e inventar-se como mulher, evocando a loucura, a ausência e o suicídio pela relação entre o que está imerso, invisível, inconsciente, e o que está à tona, ao alcance dos olhos.

Podemos dizer que é na pesquisa de Lícius Bossolan que a interconexão imagética entre a natureza da fotografia e da pintura é mais estreita e determinante. Nela observamos a presença de uma investigação semiótica do fotográfico atrelada à pintura, fundamentais para o processo de criação.

Questões pertencentes ao universo do retrato fotográfico – tais como pose, indumentária, objetos em cena, iluminação, atitude de quem fotografa e atitude do modelo fotografado – apresentam-se em seu sentido ampliado e experimental nessa pesquisa, sempre atrelados aos códigos historicamente estabelecidos na tradição do gênero do retrato da pintura ocidental. Cada elemento que auxilia na representação do retratado é determinante para o resultado final de todo o processo de construção da pintura. Essa conexão não é utilizada por acaso ou de maneira aleatória: torna-se ferramenta, um método para a observação do objeto de estudo que é pesquisado. Dessa forma, na visão do artista, a conexão entre fotografia e pintura atua como catalizadora das reflexões geradas por sua poética.

7 Nessa ocasião, Werneck e Sekiguchi faziam parte da banca de conclusão de curso de Guinle, orientada em 2016 por Lícius Bossolan.

Da mesma forma que as artistas Werneck e Guinle, a atual pesquisa poética de Bossolan aborda o tema corpo como veículo central de suas reflexões sobre a Pós-Modernidade, pretendendo levantar questões sobre o indivíduo como ator social, objetificado e portador de identidade líquida frente ao mal-estar de nosso tempo. Dessa forma, o artista pretende gerar reflexões sobre o que denomina “Estado de anomia” da Pós-Modernidade, conceito inspirado na sociologia de Émile Durkheim e na de Jean Duvignaud.



Figura 5 - Ensaio fotográfico, manipulação digital e pintura (à direita) de Lício Bossolan. Título: Retrato de Ana Clara Guinle. Série Melancolia. Óleo sobre tela encolada em painel de madeira. Dimensões: 58x40cm, 2017. (Registro fotográfico: Lício Bossolan)

Nessa pesquisa, o conceito da Anomia é operado como sendo um estágio transitório da civilização, quando é detectada uma atmosfera crescente de desconforto, de origem indeterminada, mas que precede uma grande mudança de ordem social. Tal desconforto gera um sentimento de perda, de luto, e o indivíduo –sem identificar essa origem – percebe-se como não pertencente ao meio social, desconectado do tempo presente e mergulhado em profundo estado melancólico que passa a se estabelecer como seu estado de excelência. Em resposta a essa melancolia, o indivíduo adota atitude de isolamento e solidão. Imerso nessa imobilidade que lhe foge ao controle, o indivíduo encontra na melancolia a única forma de se conectar com seu interior, com aquilo que seria mais genuíno em si. Dessa forma, o corpo passa a expressar unicamente neutralidade e silêncio perante o mundo.

Frente ao peso da situação, resta ao sujeito retratado apenas uma forma de resistência para romper a melancolia: adotar um gesto incomum, quase imperceptível, mas capaz de despertar no olhar do outro o desconforto que está sentido. Essa sensação de desconforto se torna a

única conexão estabelecida entre quem observa e aquele que é observado, transformada no elo comum de empatia entre dois indivíduos.

Durante os ensaios fotográficos – os quais geram as referências para as pinturas – a pose é estruturada observando-se códigos pesquisados, transportados de ensaios fotográficos do universo da moda, onde o estranhamento é abordado como artifício para capturar o olhar do consumidor. Como resultado, a *mise-en-scène* do retratado traz gestual simples, levemente artificial, de forma que a pose construída é quase percebida como natural. Dentro desse contexto de silêncio e formalidade, o estranhamento surge e gera desconforto. Pode ser por um leve pressionar da pele do braço, para além do usual. Pode ser por uma sutil mecha de cabelo mordida no canto da boca. Ao perceber esse pequeno detalhe, o espectador se depara com a seguinte questão: será que estaria sendo de fato percebido pelo retratado?



Figura 6 - Lício Bossolan. Título: Melancolia 1. Óleo sobre tela encolada em painel de madeira. Dimensões: 150x100cm. 2014. Nesse trabalho, o artista retrata Martha Werneck. (Registro fotográfico: Lício Bossolan)

A formalidade transmitida pela pose indicaria que a pose é, sim, para o observador. No entanto, a ambiguidade casual/posado existente na posição corporal pode gerar em quem vê a percepção de que seria, na verdade, um intruso, um *voyeur*, o próprio agente do desconforto.

Trocando experiências, vivências e até mesmo o universo simbólico de seus próprios sonhos, os artistas aqui mencionados constroem seus trabalhos de forma interligada, algo percebido após alguns anos de trabalho e que hoje encontra-se mais amadurecido e visível. Como

resultado temos uma produção plural, abordagens estéticas diversas, contemplando pesquisas individuais que se costuram e interpenetram a partir de investigações em grupo, da linguagem da pintura e da representação do corpo.

Referências bibliográficas

- AUMONT, Jacques. A imagem. 6. ed. São Paulo: Papirus, 1993.
- BACHELARD, Gaston. A água e os sonhos. Ensaio Sobre a imaginação da matéria São Paulo: Martins Fontes, 2003, 2ª Edição.
- BARTHES, Roland. O óbvio e o obtuso. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. (Ensaaios críticos, 3).
- BARTHES, Roland. A câmara clara: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2012.
- BAUMAN, Zygmunt. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. Identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- DUBOIS, Philippe. O ato fotográfico. Campinas, SP: Editora Papirus, 1993, 4ª Edição.
- DURKHEIM, Émile. O suicídio: estudo de sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- DUVIGNAUD, Jean. *Sociologia da arte*. São Paulo : Forense, 1970.**
- FLOCH, Jean-Marie. Identité visuelles. Paris: PUF, 2000.
- FREUD, Sigmund. Luto e melancolia: Sigmund Freud. Textos: Maria Rita Kehl, Modesto Carone, Urania Tourinho Peres. Tradução, introdução e notas: Marilene Carone. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- GAMBONI, Dario. Gênese de uma pintura de Paul Gauguin: manifesto e auto-análise de um pintor. Arte & Ensaios, vol. 1, no. 15, p. 156–165, 2007.
- GUINLE, Ana Clara Badia. Corpo nem tão meu. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Pintura) – Escola de Belas Artes, Curso de Graduação em Pintura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://issuu.com/anaclaraguinle/docs/issu._ana_clara_guinle_-_livro_de_a>. Acesso em: 25 nov. 2017.
- GUINLE, Ana Clara Badia. SILVA, Lício da. Corpo nem tão meu - Performance: Sombra sufocada. Vídeo, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WJ8-pBm4_-0>. Acesso em: 25 nov. 2017.
- HARVEY, David. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.
- JUNG, Carl G. [et al.] O homem e seus símbolos. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 3ª Edição especial, 2016.
- LE BRETON, David. Antropologia do Corpo e modernidade. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013, 3ª Edição.
- PAREYSON, Luigi. Os problemas da estética. São Paulo: Martins Fontes. 3ª Edição. 2001.

SILVA, Lícus da. Entre a lógica industrial e a construção pictórica: a fotopintura de retratocarioca como modelo europeu. 2006. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Escola de Belas Artes, Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

AS LITERATURAS AFRICANAS DE LÍNGUA PORTUGUESA NA UFRJ: “PESQUISAS, SABERES, FAZERES”

Doutora Carmen Lucia Tindó Ribeiro Secco

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Professora Titular do Setor de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, pesquisadora 1 do CNPq e Cientista do nosso Estado da FAPERJ

Doutora Vanessa Ribeiro Teixeira

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Professora Adjunta do Setor de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa

Inaugurado em 1993, o Setor de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa da Faculdade de Letras da UFRJ integra o Departamento de Letras Vernáculas da referida Unidade. Desde o seu surgimento, esmera-se em trazer para os espaços acadêmicos da UFRJ o conhecimento sobre a produção literária dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa, quais sejam: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe.

A necessidade de criação do Setor de Literaturas Africanas corresponde a uma consciência crítica dentro do espaço acadêmico da Faculdade de Letras e a uma exigência de grande parte da sociedade brasileira, revelada no microcosmo do Ensino Superior, relativa à implementação de meios para possibilitar aproximações e diálogos com o continente africano, espaço de inegável importância para a história e a cultura brasileiras. Vinculado ao Departamento de Letras Vernáculas, o horizonte dos estudos do Setor de Literaturas Africanas se concentra nas literaturas dos países que, historicamente, foram, tal como o Brasil, colonizados por Portugal, e que, por isso, têm, predominantemente, a maioria de seus textos redigidos em português. O referido Departamento que, até 1993, revelava os expoentes, as trajetórias e as nuances das Literaturas Portuguesa e Brasileira, abria-se, a partir daquele ano, aos diferentes processos de produção literária da chamada África de língua oficial portuguesa.

As pontes criadas a partir desses contatos entre professores, pesquisadores e alunos brasileiros e as literaturas africanas proporcionam reflexões que, para além dos espaços da crítica e da teoria literárias, investigam os universos históricos, sociais, culturais e políticos das ex-colônias portuguesas no continente africano.

“Literaturas Africanas?!... Isso existe????!!...”

O desconhecimento em relação à produção literária de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe era flagrante entre vários profissionais e críticos das Letras,

sobretudo entre aqueles que não estavam vinculados ao Departamento de Letras Vernáculas. A resposta da Professora Doutora Carmen Lucia Tindó Ribeiro Secco – primeira docente que implantou o Setor de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro – às perguntas que indagavam sobre a existência de tais literaturas, frequentemente ouvidas pelos corredores da Faculdade de Letras, foi a realização do *I Seminário das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*, em 1994. O referido evento contou com a participação de diversos escritores, professores e artistas do Brasil e do exterior, incluindo aí Portugal e os referidos países africanos de língua oficial portuguesa.



Figura 1 - Fonte: Acervo do Setor de Literaturas Africanas da UFRJ

Entre os convidados e participantes, uma presença que se tornou marcante: foi a do cantor, compositor e escritor Martinho da Vila. Ao longo de sua carreira artística e de sua trajetória pessoal, Martinho articulou laços entre o Brasil, pontualmente o Estado do Rio de Janeiro, e alguns países africanos, tornando-se ele mesmo uma das pontes mais profícuas entre as produções culturais, artísticas e literárias que identificam esses espaços. Sua participação e seu apoio foram fundamentais para o fortalecimento de um Setor que estava sendo gestado em meio a muitas dificuldades, entre elas, o preconceito e o descrédito, cujos constrangimentos provocados talvez tenham sido os mais aviltantes e desmotivadores empecilhos. Martinho da Vila “apadrinhou” o evento como se quisesse dizer: “Vocês podem não conhecer, mas as Literaturas Africanas exis-

tem e são de suma importância para o universo da escrita literária em Língua Portuguesa e para o nosso pensamento crítico dentro da sociedade brasileira.”

Em reconhecimento ao conjunto da obra de Martinho da Vila e, sobretudo, à sua desenvoltura como ponte dialogal entre as culturas brasileira e africanas, o Setor de Literaturas Africanas encaminhou às instâncias competentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro o pedido de Doutorado *Honoris Causa* para Martinho José Ferreira, o Martinho da Vila. Aprovado por unanimidade no CONSUNI, o referido pedido resultou na cerimônia de outorga do referido título honorífico, realizada no dia 31 de outubro do ano de 2017, na Faculdade de Letras /UFRJ.

Atuação na graduação em Letras

Voltando à história do Setor de Literaturas Africanas, torna-se de suma importância ressaltar que a Professora Carmen Lucia Tindó atuou como a única docente desse espaço entre os anos de 1993 e 1997, tendo sido responsável pela sua implantação. Por meio de um trabalho incansável, a Professora Carmen Tindó-dedicou-se a criar e organizar, entre 1993 e 1994, as disciplinas e ementas das Literaturas Africanas na Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Um argumento fundamental para essa implementação foi o fato de que o público discente do curso de Letras, com habilitação em Português-Literaturas de Língua Portuguesa, tinha um contato efetivo com os estudos da língua portuguesa e das literaturas produzidas no bojo desse universo vernáculo, nesse caso, as literaturas portuguesa e brasileira. Se o centro dessa produção de conhecimento era a escrita em língua portuguesa, era inegável que as produções literárias africanas, articuladas nessa língua, também deveriam ser contempladas. No entanto, apesar de tal fato, por si, justificar a implementação desses estudos como disciplinas obrigatórias – assim como as já mencionadas literaturas portuguesa e brasileira – as dificuldades de remanejamento da grade curricular do curso levaram à inserção de tais literaturas, primeiramente, como disciplinas optativas, as mesmas tendo sido transformadas em conteúdo obrigatório para o Bacharel e Licenciado em Letras – com habilitação em Português-Literaturas de Língua Portuguesa – a partir do ano 2000.

Atualmente, o Setor de Literaturas Africanas conta com duas disciplinas obrigatórias: uma voltada para a produção poética dos cinco países africanos de língua portuguesa e outra referente aos estudos da produção ficcional desses espaços. Tais disciplinas são oferecidas para três turmas de poesia e três turmas de prosa ficcional a cada semestre, distribuídas entre os cursos diurno e noturno. Além das disciplinas de conteúdo obrigatório, o referido Setor dispõe de, pelo menos, quatro disciplinas optativas, oferecidas aos discentes dos demais cursos de Letras – mais especificamente, aos cursos com habilitações em diversas línguas estrangeiras – que não contam com a obrigatoriedade das Literaturas Africanas na sua grade curricular. A cada semestre, algumas dessas disciplinas optativas – normalmente, entre duas ou três delas – são oferecidas ao corpo discente de toda a Faculdade de Letras e ministradas pelo Setor. A importância do traba-

lho com as disciplinas optativas é salutar, visto ser essa, talvez, a única oportunidade de diversos alunos dos mais variados cursos terem contato com essa produção literária.

Pós-Graduação *Stricto Sensu* e *Lato Sensu*

No ano de 1996, a Professora Doutora Carmen Lucia Tindó, em parceria com alguns docentes do Setor de Literatura Portuguesa, criou a Especialização em Literaturas Portuguesa e Africanas de Língua Portuguesa. No mesmo ano, implantou os estudos das Literaturas Africanas entre as disciplinas dos cursos de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tendo elaborado as ementas e os programas das referidas disciplinas.

Ultrapassando os muros da Universidade, o Setor de Literaturas Africanas oferece, há 21 anos – portanto, ao longo de duas décadas –, o Curso de Especialização em Literaturas Portuguesa e Africanas, alcançando, principalmente, professores da rede de ensino fundamental e médio, marcados pela defasagem na formação em Culturas e Literaturas Africanas.

A inserção dos estudos sobre as Literaturas Africanas nos espaços da Pós-Graduação, tanto no ambiente do *stricto sensu* quanto do *lato sensu*, tem uma importância irrefutável, haja vista o lugar de excelência que os diversos estudos e pesquisas desenvolvidos nesse nível acadêmico irão ocupar. Anualmente, o Setor de Literaturas Africanas atua em uma turma de Especialização e em duas turmas de Mestrado/Doutorado, uma ou duas a cada semestre.

Para se ter uma noção mais clara da relevância e produtividade do Setor de Literaturas Africanas no universo da pesquisa científica, atentemos para os dados que informam sobre o grande número de trabalhos orientados, apenas, pela Professora Doutora Carmen Tindó. Desde 1994, passaram pelas mãos dos docentes do Setor cerca de 65 (sessenta e cinco) projetos de Iniciação Científica concluídos, para além de outros 15 (quinze) atualmente em andamento. Entre as Dissertações de Mestrado, deparamo-nos com 52 (cinquenta e duas) orientações concluídas e outras 7 (sete) em andamento. As Teses de Doutorado somam o montante de 16 (dezesseis) concluídas e outras 14 em andamento. Entretanto, os trabalhos não param por aí. O Setor de Literaturas Africanas atua ainda na supervisão de pesquisas de Pós-Doutorado, no Brasil e no exterior. Até hoje, o referido Setor já logrou supervisionar três orientandos de Pós-Doutorado.

Além da atuação nos espaços da Graduação e da Pós-Graduação, o Setor de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa preocupa-se em estender e compartilhar o conhecimento sobre seus objetos de estudo por entre os diversos segmentos da sociedade brasileira, sobretudo a fluminense. Dentro dessa perspectiva, vários Cursos de Extensão têm sido organizados a fim de proporcionarem a outros membros da Comunidade Acadêmica, externos à Faculdade de Letras, e, especialmente, àqueles que não fazem parte do universo acadêmico, o contato com realidades históricas, percursos sociais e universos culturais e literários que dificilmente seriam alcançados

sem essas iniciativas, mas que são de fundamental importância para a nossa formação e consciência crítica enquanto brasileiros. Os Cursos de Extensão, que, até hoje, somam um número de 45 (quarenta e cinco), ao longo dos vinte e quatro anos de existência do Setor de Literaturas Africanas, além de atenderem à Comunidade, dentro e fora da Universidade, cria(r)a(m) redes interdepartamentais, interuniversitárias e interdisciplinares que, considerando a complexidade e variedade de nossas matérias de pesquisa e ensino, nos permitem aprofundar a discussão acerca dos estudos africanos.

Principais projetos de pesquisa:

Dentre os diversos projetos de pesquisa vinculados aos estudos das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa que integraram ou passaram pelo Setor de Africanas, alguns merecem especial destaque:

- 1 – “A presença do mar na poesia africana de língua portuguesa”: o objetivo inicial do referido projeto era investigar como se dão as articulações simbólicas e metafóricas da imagem marítima na poesia dos cinco países africanos de língua portuguesa. Tal iniciativa foi marcada pela originalidade, visto que, entre os mais variados estudos sobre tais literaturas, àquela época, a imagem do mar era relegada a um papel secundário ou quase inexistente, em prol de uma supervalorização da imagem da terra. Desse projeto resultou a publicação dos três volumes da *Antologia do Mar na Poesia Africana de Língua Portuguesa do Século XX*. O primeiro volume debruçou-se sobre a produção poética de Angola; o segundo privilegiou a poesia escrita em Cabo Verde; enquanto o terceiro volume reuniu poemas de Moçambique, da Guiné-Bissau e de São Tomé e Príncipe. O volume sobre Angola foi também publicado em Luanda, em 2000, por uma editora angolana, a Kilombelombe;
- 2 – “Relações entre sonhos, memórias e paisagens em meio a guerras e opressões em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau”: as investigações sobre as construções de espaços oníricos, formulações da memória e leituras da paisagem nas produções literárias dos três países referidos teve como resultado uma série de apresentações em congressos e o surgimento de novos projetos de pesquisa científica;
- 3 – “Letras e telas: diálogo entre literatura e pintura em Angola, Moçambique e Cabo Verde”: debruçando-se sobre as possíveis pontes dialogais entre a escrita literária e as artes plásticas, sobretudo a pintura, e inferindo-lhes sentido, o referido projeto resultou numa série de publicações em catálogos de pintores dos mencionados países africanos, entre os quais: Roberto Chichorro, de Moçambique, e Jorge Gumbe, de Angola;
- 4 – “O afeto e a poesia como potências políticas transformadoras, capazes de provocarem emoções lúcidas”: dialogando com novas teorias sobre as experiências que envolvem o afeto, ou tudo o que afeta, e assim movimentam o quadro político e social, desse projeto derivou a

edição do livro *Afeto & Poesia. Entrevistas e ensaios. Angola e Moçambique*, publicado em 2014;

5 – “O debate entre literatura e cinema”: o ponto central desse projeto de pesquisa consiste na análise de diferentes representações da história em obras literárias e cinematográficas dos países africanos de língua oficial portuguesa. Os momentos de culminância desse trabalho de pesquisa, em curso desde 2017, são (e serão ainda) marcados pelas *Mostras de Cinema Africano*, realizadas pelo Setor de Literaturas Africanas nos espaços da Faculdade de Letras da UFRJ, e pela futura publicação de um livro que reúne essas discussões acerca do cinema africano em língua portuguesa.

É importante salientar que os projetos de pesquisa, aqui elencados, foram encabeçados e desenvolvidos pela Professora Doutora Carmen Tindó Secco. Dadas as limitações de espaço do presente texto, tornou-se imprescindível fazer um recorte sobre os projetos desenvolvidos no bojo do Setor de Africanas e seus docentes. Contudo, é fundamental lembrar e destacar que outros projetos de pesquisa são encabeçados e desenvolvidos pelos demais professores do Setor.

Publicações

Dentre a produção crítica e científica oriunda do Setor de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa estão diversos livros: as já mencionadas *Antologias do Mar na Poesia Africana de Língua Portuguesa do Século XX*, publicadas em 1999 e organizadas em três volumes (Angola; Cabo Verde; e Moçambique, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe), e a obra *Afeto & Poesia. Entrevistas e ensaios. Angola e Moçambique*, publicado em 2014. Outros títulos tornaram-se de grande importância dentro desse espaço de pesquisa, dos quais destacamos: *A magia das letras africanas* (2003), que reúne ensaios sobre as literaturas angolana e moçambicana, e *Paulina Chiziane: vozes e rostos femininos de Moçambique* (2013), no qual encontramos diversos estudos sobre a escrita dessa renomada escritora moçambicana.

Outro espaço fértil para as publicações dos trabalhos desenvolvidos pelos docentes e alunos de Graduação e Pós-Graduação, vinculados ao Setor de Africanas, são os periódicos, incluindo aí revistas, jornais, entre outros meios de divulgação. Dentre os periódicos com os quais o Setor contribui frequentemente estão as revistas *Diadorim e Metamorfoses*, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a revista *Via Atlântica*, da USP, a revista *Cerrados*, da UnB, as revistas *Abril e Gragoatá*, da Universidade Federal Fluminense, e a revista *Scripta*, da PUC-MINAS. A revista *Mulemba*, organizada, editada e publicada pelo próprio Setor de Literaturas Africanas, tornou-se importante referência para os estudos das literaturas africanas, no cenário nacional e internacional. Entre seus colaboradores, encontram-se escritores dos cinco países africanos de língua portuguesa, além de professores e demais estudiosos espalhados pelo Brasil, Europa e África. Seu primeiro número foi lançado em 2009.

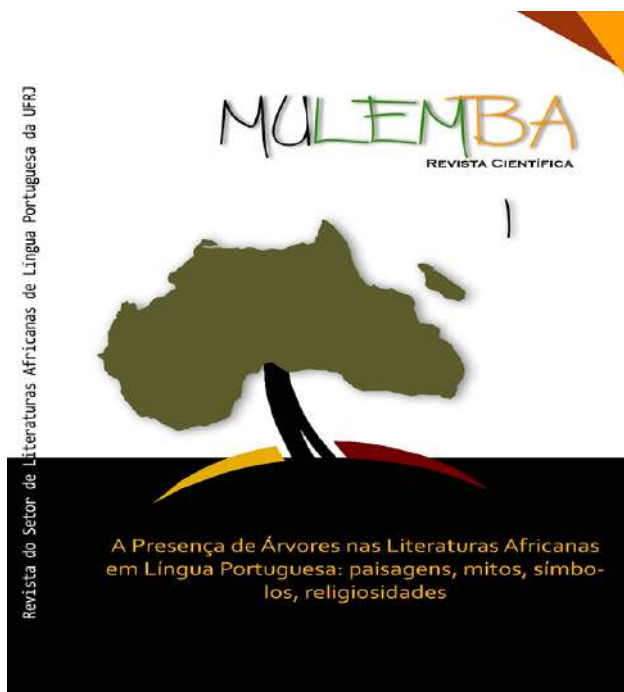


Figura 2 - Fonte: <https://revistas.ufrj.br/index.php/mulemba>.

Eventos

Uma das principais frentes de atuação do Setor de Literaturas Africanas, desde a sua fundação, é a organização de eventos que permitam o debate sobre as singularidades das produções literárias e artísticas, a apresentação de trabalhos de pesquisa em andamento, a instigante aproximação entre o público leitor/crítico e os escritores africanos. Destacaremos, a seguir, alguns dos eventos que marcaram a história desse Setor na UFRJ.

Em 2001, a *Cátedra Jorge de Sena para Estudos Literários Luso-Afro-Brasileiros*, um espaço de estudos e pesquisas sobre as literaturas dos países de língua portuguesa, vinculado ao Departamento de Letras Vernáculas (UFRJ) – através da articulação entre os setores de Literatura Portuguesa, Literatura Brasileira e Literaturas Africanas –, à Fundação Calouste Gulbenkian e ao Instituto Camões, organizou o *Colóquio Ilha de Moçambique*. A inspiração veio da constatação de que, por essa ilha, passaram ícones das literaturas portuguesa, brasileira e, obviamente, africanas, tais como os poetas: Luís de Camões, Tomás António Gonzaga, Virgílio de Lemos, Rui Knopfli, entre outros.



Figura 3 - Fonte: Acervo do Setor de Literaturas Africanas

Em 2004, foi a vez do evento *Africanas 10!*, organizado pelo Setor de Literaturas Africanas, em comemoração aos 10 anos de atuação do Setor na Universidade Federal do Rio de Janeiro e, especificamente, aos 10 anos da realização do *I Seminário de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*. O evento contou com a presença e a participação de professores de diversas instituições, vários escritores e um expressivo público discente.

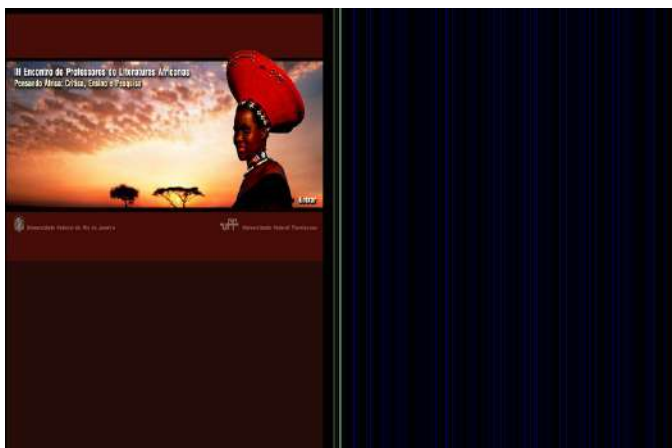


Figura 4 - Fonte: Acervo do Setor de Literaturas Africanas

Trilhando a senda dos grandes eventos, a Faculdade de Letras da UFRJ e o Setor de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, numa parceria com a UFF e a Biblioteca Nacional, sediaram, em 2007, o *III Encontro Internacional de Professores de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*, a terceira edição do evento trienal que reúne professores e pesquisadores das Literaturas Africanas de várias partes do mundo. As demais edições foram realizadas em São Paulo (USP – 2003), Ouro Preto (UFMG/PUC-MINAS – 2010), Porto Alegre (UFRGS – 2013) e Recife (UFRPE – 2016); o próximo encontro será realizado em 2019, na UFRN, em Natal.

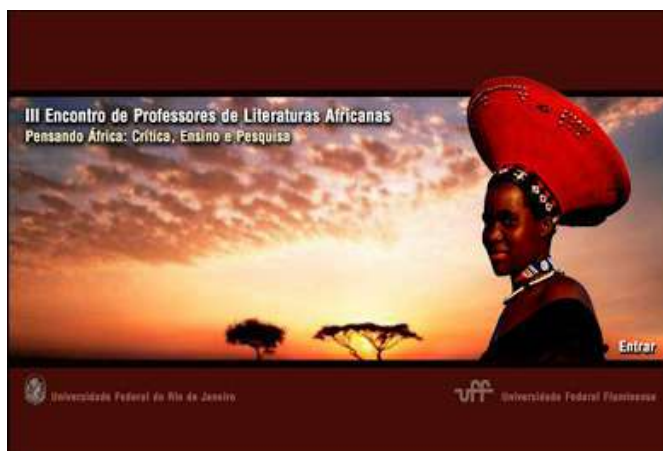


Figura 5 - Fonte: aldeia griot.blogspot.com

Outro importante evento que vem estabelecendo uma “tradição” dentro das discussões sobre histórias, culturas e literaturas africanas são as *Mostras de Cinema Africano*, que, em 2017, chegaram à sua terceira edição.



Figura 6 - Fonte: plataforma9.com/congressos

Como mencionado anteriormente, as *Mostras de Cinema Africano* atuam como parte do resultado de um projeto de pesquisa voltado para a análise de diferentes representações da história em obras literárias e cinematográficas dos países africanos de língua oficial portuguesa.

Corpo docente

É chegado o momento de darmos maior visibilidade aos profissionais que fizeram e fazem do Setor de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa um espaço de excelência nos universos da crítica literária e da pesquisa científica em meio à produção literária em língua portuguesa. Nas próximas linhas, apresentaremos os profissionais que, hoje, compõem o Setor de Africanas:

- 1 – Dra. Carmen Lucia Tindó Ribeiro Secco. Professor Titular de Literaturas Africanas da UFRJ. Pós-Doutora. Foi a responsável pela implantação do Setor e sua primeira professora. Docente na UFRJ desde setembro de 1993.
- 2 – Dra. Maria Teresa Salgado Guimarães da Silva. Professor Associado I. Pós-Doutora. Docente na UFRJ desde agosto de 2006.
- 3 – Dr. Nazir Ahmed Can. Professor Adjunto A. Pós-Doutor. Docente na UFRJ desde novembro de 2015.
- 4 – Dra. Vanessa Ribeiro Teixeira. Professor Adjunto A. Pós-Doutora. Docente na UFRJ desde junho de 2017.

A mais nova integrante do corpo docente do Setor de Africanas, Professora Doutora Vanessa Ribeiro Teixeira, é um caso singular de vinculação acadêmica com a UFRJ e com os estudos das literaturas africanas nessa Instituição. Bacharel, Mestre, Doutora e Pós-Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, deixa claro que a sua “casa acadêmica” é a UFRJ e o seu ninho, o Setor de Africanas, onde vem atuando, de diversas formas, desde 2000, e, como docente efetiva concursada, desde junho de 2017.

Não podemos deixar de mencionar o importantíssimo papel da Professora Mestra Claudia Marcia Vasconcelos da Rocha. Efetivada em 1997 como Professora Assistente, a referida docente atuou no Setor de Africanas até o ano de 2006, quando se aposentou.

Ao longo dos 24 anos de existência do Setor de Literaturas Africanas, o trabalho dos Professores Substitutos que por ele passaram foi de vital importância, haja vista o fato de o Setor ter contado com uma única profissional entre 1993 e 1997, e com apenas duas desde agosto de 1997 até novembro de 2015. Assim sendo, os nomes desses profissionais merecem ser destacados nesse breve histórico do Setor:

- 5 – Profa. Dra. Shirley Victorino (1º semestre 2004)
- 6 – Profa. Dra. Renata Flavia da Silva (2º semestre 2004-2005)

- 7 – Profa. Dra. Vanessa Ribeiro Teixeira (2005-2006)
- 8 – Profa. Dra. Norma Sueli Rosa Lima (2006-2007)
- 9 – Prof. Dr. Otávio Henrique Meloni (2008)
- 10 – Prof. Me. Guilherme Bezerra Gonçalves (2013-2014). Doutorando na UFRJ.
- 11 – Profa. Dra. Letícia Vilella (2014-2015)
- 12 – Profa. Dra. Viviane Mendes de Moraes (2015-2016)
- 13 – Prof. Me. Luciano Nogueira (2017). Doutorando na UFRJ.

A excelência e importância do trabalho desenvolvido pelo Setor de Literaturas Africanas, desde 1993, também se comprova pela atuação de jovens docentes de instituições federais que “nasceram” nos espaços do Setor. Entre esses profissionais, sobressaem-se as Professoras Doutoras Renata Flavia da Silva (Docente efetiva da UFF, desde 2008), Fernanda Antunes Gomes da Costa (Docente efetiva da UFRJ/*Campus* Macaé, desde 2013) e Erica Cristina Bispo (docente efetiva do IFRJ-Pinheiral, desde 2015), cujos respectivos Mestrados e Doutorados em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa foram cursados e defendidos na UFRJ.

Palavras finais

Não poderíamos fechar esse inventário do Setor de Literaturas Africanas, sem lembrar os nomes do Dr. Jorge Fernandes da Silveira, da Dra. Maria Teresa Alves Abelha, da Dra. Valdete Pinheiro Santos, todos professores do Departamento de Letras Vernáculas da UFRJ, que, oficialmente, solicitaram o primeiro concurso de Literaturas Africanas da UFRJ, cuja realização ocorreu em maio de 1993, tendo como candidata aprovada em primeiro lugar a Profa. Carmen Tindó.

Nosso especial reconhecimento ao Prof. Jorge Fernandes da Silveira, pioneiro no trabalho com as Literaturas Africanas na UFRJ, nos anos 1970, quando essas disciplinas, legitimamente, não existiam e ele as ensinava em seus cursos de Literatura Portuguesa. À sua consciência crítica e política, devemos ter ele parado de lecionar, na UFRJ, as literaturas africanas, em 1975, por ocasião das independências dos países africanos de língua oficial portuguesa, e ter lutado pela concessão de uma vaga para docente efetivo de Literaturas Africanas na UFRJ.

Encerramos esse breve histórico da atuação do Setor de Literaturas Africanas na UFRJ com a voz de um de nossos respeitados “mais velhos”, o poeta moçambicano José Craveirinha, ganhador do Prêmio Camões de 1991:

Vim de qualquer parte
de uma nação que ainda não existe.
Vim e estou aqui!
Não nasci apenas eu

nem tu nem outro...
mas irmão.
Mas
tenho amor para dar às mãos-cheias.
Amor do que sou
e nada mais.
E
Tenho no coração
gritos que não são meus somente
porque venho de um País que ainda não existe.
Ah! Tenho meu Amor a todos para dar
do que sou.
Eu!
Homem qualquer
Cidadão de uma Nação que ainda não existe.¹

O poema de Craveirinha é um grito de alerta à importância da cidadania.

Antonio Candido, em seus escritos, enfatizando a relação entre literatura e sociedade, também chamou atenção para os direitos humanos, reivindicando a fruição da arte e da literatura para todos os cidadãos.

No Brasil, atualmente, mais que nunca, necessitamos manter acesas vozes e pensamentos como esses de Antonio Candido, José Craveirinha, que nunca perderam a coerência política, educacional, nem o senso de beleza estética e de humanidade necessários a uma sociedade mais democrática e justa.

Referências bibliográficas

CRAVEIRINHA, José. Xigubo. Lisboa: C.E.I., 1964.

MIRANDA, Maria Geralda de & SECCO, Carmen Lucia Tindó (org). Paulina Chiziane: vozes e rostos femininos de Moçambique. Curitiba: Appris, 2013.

SECCO, Carmen Lucia Tindó Ribeiro. Antologia do Mar na Poesia Africana de Língua Portuguesa do Século XX. (Volume I - Angola; Volume II – Cabo Verde; Volume III – Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe). Rio de Janeiro: UFRJ, Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, 1999.

____. A magia das letras africanas. Rio de Janeiro: ABE GRAPH Editora, 2003.

____. Afeto & poesia. Entrevistas e ensaios. Angola e Moçambique. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2014.



1 CRAVEIRINHA, José. Poema do futuro cidadão. In: ____ Xigubo. Lisboa: C.E.I., 1964.

REDES DE RELACIONAMENTO ENTRE PROGRAMAS DA UFRJ COMO SUBSÍDIO PARA A POLÍTICA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Kleber Neves

Pós-Graduação. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Morfológicas
Associação de Pós-Graduandos da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Introdução

Como se dá a integração entre os programas de pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)? O nível de integração é diferente em cada área disciplinar? As interações são as que se esperaria pelas afinidades temáticas dos programas? Que interações em potencial não existem e merecem ser estimuladas? Existe um reconhecimento geral de que a ciência e o conhecimento estão se tornando cada vez mais inter e multidisciplinares (mesmo que modestamente, PORTER; RAFOLS, 2009) e a proposta interdisciplinar tem orientado desde o ensino de graduação - por exemplo, na organização da Universidade Federal do ABC, o que tem consequências para as interações curriculares da instituição, que parecem mais uma “árvore” e menos com um “malha” (MOREIRA XAVIER; STEIL; MENA-CHALCO, 2017) - até, mais diretamente, as políticas de pesquisa e a pós-graduação (BRASIL, 2010). Numa instituição do porte da UFRJ, com mais de uma centena de programas de pós-graduação *stricto sensu*, tais questões sobre integração entre áreas e relacionamentos dentro da universidade se tornam ainda mais importantes.

Essas e outras perguntas que motivaram o presente estudo - assim como outras análises - surgiram em discussões realizadas no âmbito do Grupo de Trabalho para Estudo e Acompanhamento da Pós-Graduação *Stricto Sensu*. Este Grupo de Trabalho foi criado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PR-2) e pelo Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) através da Portaria nº 9336, de 5 de outubro de 2016. Sua finalidade é de subsidiar a discussão da política de pós-graduação da UFRJ a médio e longo prazo, levantando ideias e dados para informar as decisões e discussões futuras no CEPG. Uma parcela significativa do trabalho, então, envolveu o levantamento dos dados necessários para o tipo de análise apresentada aqui, a fim de se ter um panorama ou um mapa dos programas de pós-graduação da UFRJ.

Para entender esses relacionamentos, adotou-se uma abordagem de redes complexas (STROGATZ, 2001; NEWMAN, 2003). Redes complexas são incluídas hoje como uma área do

campo de estudo de sistemas complexos, embora muitas das ferramentas venham do estudo de grafos, historicamente marcado como tendo seu início com Leonhard Euler, em 1735, com o famoso problema das pontes de Königsberg (ALEXANDERSON, 2006). Entender sistemas como redes é vê-los pelas relações entre os elementos, uma característica essencial de qualquer sistema complexo, além de permitir também a exploração da estrutura do sistema, suas comunidades, módulos e organização hierárquica.

A perspectiva de sistemas complexos tem sido aplicada em outros casos com intenções similares às realizadas aqui, isto é, a fim de mapear um dado sistema ou fenômenos para orientar decisões sobre o mesmo. A aplicação da perspectiva de sistemas complexos a políticas públicas vem emergindo como um novo campo (PEURACH, 2011), com as virtudes dessa abordagem se tornando cada vez mais claras (por exemplo, no Brasil, o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) produziu um volume editado sobre o assunto, FURTADO; SAKOWSKI; TÓVOLI, 2015), com frutos também na área de educação superior, tanto no aspecto de administração e governança quanto para análise de políticas públicas (EPPEL, 2009), reformas e implementação de universidades (GOLDSPINK, 2007) ou como orientação teórica para entender sistemas educacionais (WEICK, 1976).

Ainda, redes de colaboração construídas de diferentes formas - por palavras-chave (YOON; LEE; LEE, 2010), citações (OTTE; ROSSEAU, 2002), co-autoria (GLÄNZEL; SCHUBERT, 2004) - tem sido peça fundamental no campo da cientometria. Grandes esforços de mapeamento da interação entre campos do conhecimento (BOYACK; KLAVANS; BÖRNER, 2005) ou entre as pessoas que os produzem tem sido feitos (exemplo: Atlas of Knowledge, BÖRNER, 2015) e atualmente existem diversas ferramentas para que pesquisadores possam fazer seus próprios mapas (VAN ECK; WALTMAN, 2010). De novo, esse conhecimento pode ser usados para análise de políticas públicas. Um exemplo brasileiro está num estudo que mapeou a rede de colaboração entre pessoas fazendo pesquisa sobre células-tronco, que serviu como diagnóstico de um aspecto do efeito da Lei de 2000 (DAS NEVES MACHADO; VARGAS-QUESADA; LETA, 2016) que regulamentou a pesquisa com células-tronco embrionárias no Brasil.

Nesse trabalho, portanto, entende-se a universidade como um sistema complexo e buscamos derivar uma visão geral da articulação real e potencial entre programas da UFRJ, a partir de uma análise das redes de interação entre os programas e do agrupamento dos programas em comunidades baseadas nessas relações. Para tal, utilizamos ferramentas de redes complexas já estabelecidas para o estudo dos fenômenos de interesse aqui, colaboração intelectual na academia.

Metodologia

- Definição da Rede

Uma rede se constitui de um conjunto de nós e um conjunto de arestas entre dois dados nós. Cada aresta tem um peso que indica a força da interação. Dado o interesse em estudar relações entre os programas, é natural a escolha de que os nós representem cada programa de pós-graduação (PPG) da UFRJ. Entretanto, a escolha para a definição de aresta não é tão óbvia. A fim de responder as perguntas que motivam o trabalho e considerando os dados disponíveis, três possíveis definições de arestas foram consideradas. Estas seriam baseadas em orientação compartilhada entre programas, autoria de trabalhos compartilhada ou afinidade temática por palavras-chave. Cada definição daria conta de nos informar sobre relacionamentos mais ou menos concretos.

Nesse trabalho, utilizamos apenas as redes baseadas em orientação compartilhada, que revela uma relação já institucionalizada, regular, oficial e reconhecida, a cristalização de um processo longo, com vários momentos anteriores onde já existe uma interação de fato, embora não-formal. Assim, as arestas são definidas da seguinte forma: existe uma conexão entre dois programas (nós) se existe ao menos uma pessoa cadastrada como orientadora nos dois programas simultaneamente. O peso da aresta é o número de pessoas que orientam nos dois programas. Vale reforçar que essa escolha não dá conta de traçar um panorama das relações não-formais ou que não passem pela pós-graduação.

- Análise de Comunidades

Uma vez geradas as redes de orientação compartilhada, de acordo com a definição de relacionamento dada, em alguns casos, foram feitas análises de comunidades. Análises da estrutura de comunidades de uma rede tem como objetivo separar a rede em grupos sem interseção cujos membros são fortemente conectados entre si e não tão conectados com nós externos ao grupo.

Embora a análise de comunidades seja, em parte, dependente do algoritmo utilizado para detecção, os algoritmos mais usados parecem ser consistentes, no limite (ORMAN; LABATUT, 2009). Nesse trabalho, o algoritmo usado foi o de Girvan-Newman (NEWMAN, 2004).

Dados & Software

Os dados usados para construção das redes são os dados submetidos anualmente pelos programas à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no processo do Coleta CAPES. Esses dados estão disponíveis no website da plataforma Sucupira (<http://sucupira.capes.gov.br/>).

Todas as análises e a construção da rede foram feitas usando o software R (R CORE TEAM, 2017), em particular utilizando a biblioteca igraph (CSARDI; NEPUSZ, 2006) para tratar das redes. As visualizações e gráficos foram gerados em R, utilizando a mesma biblioteca e no software Cytoscape (SHANNON et al., 2003).

Resultados

Começamos com uma visão de toda a universidade. Na Figura 1, temos a rede de orientação compartilhada, para todos os programas de pós-graduação stricto sensu da UFRJ (imagens em alta resolução das redes podem ser enviadas pelo autor a pedido). Nota-se logo que como um todo, a rede de programas da UFRJ é conectada. Um componente conectado é um conjunto de nós com caminhos entre si, isto é, para os quais existe um caminho entre quaisquer dois nós do conjunto. O maior componente conectado da rede contém mais de 95% da rede, o que quer dizer que apenas cinco programas não estão conectados, via orientação compartilhada, ao resto da rede.

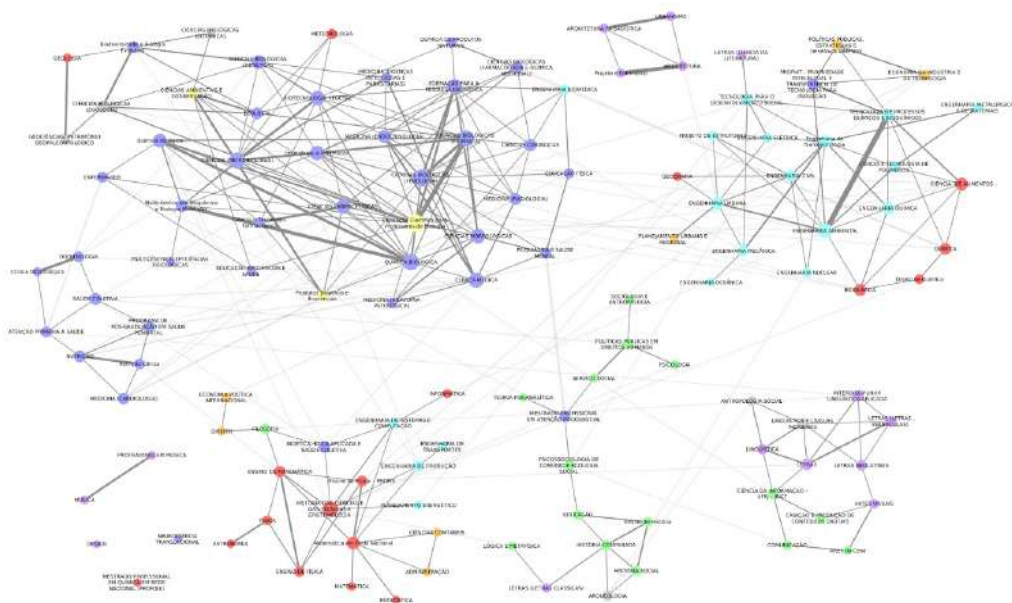


Figura 1 - Rede dos programas da UFRJ, baseada em orientadores em comum entre programas. Cada nó representa um programa, cada aresta representa a existência de um ou mais orientadores em comum. As cores indicam o Centro a qual o programa pertence (laranja: CCJE; vermelho: CCMN; azul claro: CT; azul: CCS; verde: CFCH; violeta: CLA; cinza: FCC; amarelo: campi de Macaé e Xerém). O tamanho de cada nó é proporcional ao número de conexões que o programa possui. A espessura de cada aresta é proporcional ao número de orientadores em comum entre os programas. Uma versão em alta resolução da rede pode ser disponibilizada a pedido ou acessada em googl/fnEVqa.

Observando os programas isolados, vemos que eles pertencem a três grupos. Parte deles são programas recém-criados, podendo inclusive ter conexões, mas não registradas na plata-

forma Sucupira (por exemplo, o PPG em Neurociência Translacional). Um grupo constitui-se dos dois programas da Escola de Música, conectados entre si, mas desconectados do resto da rede. O outro grupo é similar, mas com os programas da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), também conectados entre si mas com apenas uma conexão com o resto dos programas (entre o PPG em Urbanismo (FAU) e o PPG em Engenharia Urbana). O PPG em Matemática também era isolado, mas não é mais, devido à entrada recente da UFRJ no PPG em Matemática Em Rede - Nacional, que conta com orientadores vinculados a mais de um programa da UFRJ.

Podemos também quebrar a análise por Centros. O Centro de Tecnologia (CT; azul claro) e o Centro de Ciências de Saúde (CCS; azul) constituem comunidades - isto é, os programas desses Centros são bem conectados entre si, mas não tão conectados com os outros Centros - parecendo mais integrados do que os outros Centros, nesse sentido - o único programa isolado do CCS é um programa recém-criado que possui conexões, só não registradas nos dados ainda (PPG em Neurociência Translacional). Vale ressaltar aqui que CT e CCS são os Centros com maior número de programas de pós-graduação, portanto essa maior integração pode ser apenas consequência do tamanho dos Centros e não uma característica que reflete um maior nível de integração. Uma observação de destaque é que, apesar de bem conectados, os programas do CCS se dividem em duas comunidades, que podem ser aproximadamente identificadas como uma área de medicina e ciência básica (majoritariamente de ciência básica) e uma outra área contendo programas ligados a outras áreas da saúde (por exemplo, nutrição, odontologia, etc). Uma conclusão sobre a existência dessa separação refletir ou não algo sobre a estrutura organizacional ou social do CCS merece um estudo mais aprofundado.

Analisando os programas dos outros Centros, nota-se que não existe necessariamente um grupo maior que contenha grande parte dos programas, como é o caso de CT e CCS (embora CT e CCS também tenham programas "solto", por exemplo, o PPG em Engenharia Biomédica é mais conectado com programas de saúde do CCS do que com os outros programas da área de engenharia). Esse é o caso, especialmente, do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE; laranja) e do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN; vermelho). Cada um dos programas do CCJE tem conexões fortes com um ramo da universidade, não sendo muito conectados entre si. Em menor grau, também se observa subdivisões no Centro de Letras e Artes (CLA; violeta) - os programas da Faculdade de Letras são isolados dos programas da FAU, um deles possuindo orientação em comum com um programa do CT, embora os programas do CLA tenham muitas conexões entre si. O Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH; verde) também é mais disperso do que CCS e CT, com uma forma de árvore e dois componentes maiores, embora existam caminho entre a maior parte de seus programas. Por último, o CCMN tem seus programas fortemente ligados ao CT, o que parece natural devido a afinidades disciplinares e à proximidade física (várias unidades do CCMN se localizam fisicamente no prédio do CT). No CCMN, o PPG em História das Ciências, Técnicas e Epistemologia (HCTE), que é um nó

central na rede do Centro. Isso é notável porque exemplifica como a rede, assim definida, reflete a estrutura acadêmica: o HCTE é um programa multidisciplinar por natureza e por isso, desde a fundação, agrega pessoas que orientam em diversas áreas.

Centro	Programas	Conexões	Maior Comp. Conectado	% Conectada	Número de Componentes	Distância Média
CCS	40	112	39	0,98	2	2,5
CT	19	28	15	0,79	4	1,96
CCMN	17	14	8	0,47	7	1,88
CFCH	16	13	9	0,56	5	2,52
CLA	15	13	6	0,4	6	1,59
CCJE	7	4	4	0,57	3	1,57
FCC	6	3	3	0,5	3	1,25

Tabela 1 - Métricas das redes de cada Centro. Número de programas, conexões internas, tamanho do maior componente conectado (veja definição no texto), porcentagem a qual o maior componente corresponde, número de componentes (indica a fragmentação da rede) e distância média (quantos graus de separação existem em média entre dois programas no maior componente conectado).

Uma vez que se tem uma rede, é possível calcular várias métricas que nos dão uma primeira impressão sobre a estrutura da mesma. Na Tabela 1, apresenta-se o valor de várias dessas métricas para a rede de cada um dos Centros. Esses dados confirmam muitas das intuições que derivamos da inspeção visual, como discutido acima. Por exemplo, o tamanho do maior componente conectado (veja acima a definição de componente conectado) de cada Centro reflete o quão integrados os programas do Centro são entre si. Isso confirma a intuição de que CT e CCS são mais fortemente conectados entre si do que com outros Centros. O número de componentes conectados nos mostra que, tipicamente, cada Centro se divide em aproximadamente 5 grupos, um deles contendo em torno de metade dos programas do Centro. Além disso, temos informação sobre a distância média entre os programas de um Centro. A distância entre dois nós de uma rede é medida, intuitivamente, como o número mínimo de “pulos” necessários para ir de um nó ao outro: pode-se pensar também em quantos “graus de separação” existem em média entre dois programas. Nesse caso, a distância média foi calculada apenas para os programas do maior componente conectado (por necessidade: não existe caminho entre nós que não estão no mesmo componente, eles estão desconectados). A distância média típica está entre 1 e 3. Sem uma referência (por exemplo, a mesma métrica para redes de outras universidades) é difícil julgar o quão alto ou baixo é esse valor, mas a princípio, valores baixos indicam mais chances de integração.

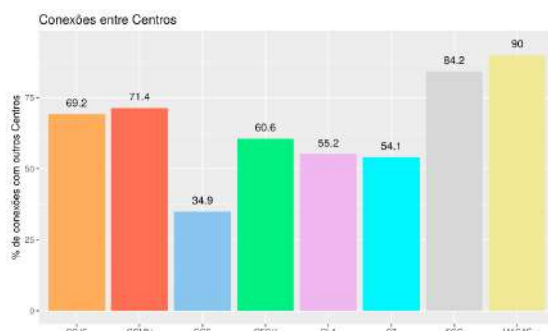


Figura 2 - Porcentagem de arestas externas ao Centro, para cada Centro. Por exemplo, para o CLA, que porcentagem das conexões são de programas do CLA com programas de outros centros. Embora exista bastante variação, o CCS se destaca por ter a maior parte de suas conexões feitas internamente. CCMN e CCJE se destacam no sentido oposto. FCC e Macaé possuem poucos programas, mas sempre conectados a outros Centros. O campus Xerém está omitido nesse gráfico, por só possuir um PPG cadastrado, no momento.

Uma análise que segue logicamente é ver que proporção de conexões entre programas ocorrem dentro do mesmo Centro em relação a quantas ocorrem entre Centros distintos. É razoável supor que muitas das colaborações surgem simplesmente por proximidade física: como regra geral, os Centros tem seus próprios prédios, não sendo tão dispersos no espaço. Como pode ser visto na Figura 2, entretanto, em torno de metade das conexões são entre Centros distintos. A exceção é o CCS, com uma proporção maior (65%) de conexões internas, o que é interessante dado que grande parte das unidades do CCS tem prédios próprios, às vezes distantes do prédio do CCS. Tais resultados nos informam sobre o quão integrados são os diferentes campos de conhecimento na universidade e também nos diz algo sobre como colaborações acadêmicas surgem (o quão importante é a proximidade física), que pode despertar interesse na sociologia da academia.

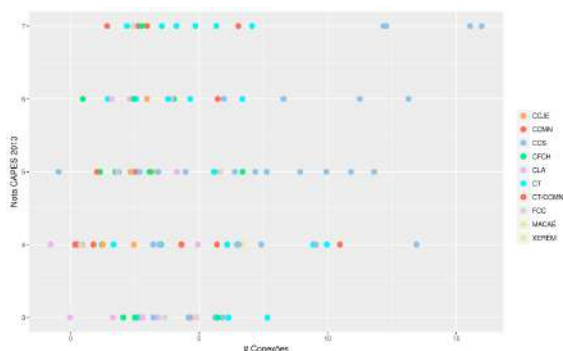


Figura 3 - Relação entre o número de conexões que um PPG tem na rede e sua nota CAPES no triênio concluído em 2013. Por inspeção visual, não se nota nenhum padrão óbvio, salvo pelo CCS, onde existe uma correlação mais forte entre essas duas medidas. Os pontos estão aleatoriamente deslocados em pequenas quantidades no eixo horizontal ("jitter"), para que seja possível visualizar todos mesmo em caso de sobreposição no gráfico.

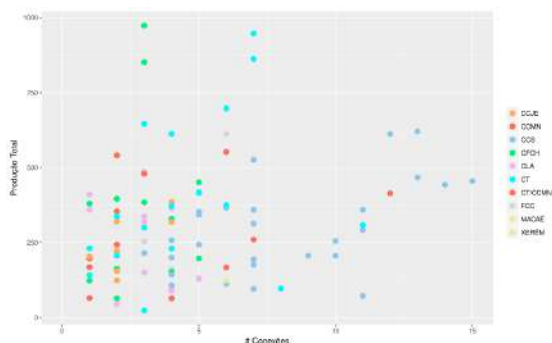


Figura 4 - Relação entre o número de conexões que um PPG tem na rede e sua produção total (artigos, capítulos, livros, patentes, produção artística, etc) no triênio concluído em 2013. Por inspeção visual, não se nota nenhum padrão óbvio, salvo pelo CCS e pelo CT, onde existe uma correlação mais forte entre essas duas medidas. Os pontos estão aleatoriamente deslocados em pequenas quantidades no eixo horizontal ("jitter"), para que seja possível visualizar todos mesmo em caso de sobreposição no gráfico.

Finalmente, pode-se ainda relacionar propriedades das conexões que um nó faz na rede com outros aspectos do programa, por exemplo, a avaliação da CAPES. Uma questão simples de ser investigada é a relação entre a nota CAPES ou a produção e o quão conectado um dado programa é (quantas conexões ele tem com outros programas). Esses relacionamentos podem ser observados nos gráficos das figuras 3 e 4. Não existe uma correlação forte entre o número de conexões e a nota CAPES ($R^2 = 0,096$) nem entre número de conexões e produção total, embora um pouco maior ($R^2 = 0,259$). Entretanto, se isolarmos apenas o CCS, existe uma correlação mais forte, sugerindo que quanto maior o número de conexões, maior a nota CAPES e maior a produção (nota: $R^2 = 0,559$ produção: $R^2 = 0,525$). Existe a possibilidade dessa relação ser consequência do maior número de programas do CCS, por razões estatísticas: os outros Centros tem poucos programas, o que torna difícil detectar qualquer sinal, já que as amostras são pequenas (por exemplo, no CT, o segundo maior centro por número de programas, a relação produção x número de conexões é mais forte: $R^2 = 0,419$).

Os dados mostrados aqui não se prestem a generalizações - por exemplo, um programa com mais docentes apresenta mais oportunidades de colaboração externas, mas também no próprio programa, o que pode desincentivar a busca por colaborações externas. Seria interessante poder distinguir a importância relativa desses dois fatores (o CCS parece cair no segundo caso, mas a UFRJ como um todo parece priorizar colaborações externas). Entretanto, essa análise rápida indica uma possível métrica que pode ser extraída a fim de ter mais critérios de avaliação, a partir dos próprios dados já coletados pela CAPES.

Conclusão

Nesse trabalho, foi feita uma análise exploratória e inicial das redes de interação (via orientadores compartilhados) da UFRJ. Algumas lições podem ser extraídas. Primeiro, a construção dessas redes e a extração de métricas diversas mostra uma nova possibilidade de análise e um

novo critério - que refletiria aspectos de interdisciplinaridade, algo que é incentivado na política de pós-graduação atual (BRASIL, 2010) - a partir dos mesmos dados que a CAPES já coleta para a avaliação. Isso quer dizer que sem necessidade de novas coletas de dados, é possível obter uma visão sobre o grau de colaboração de diversos programas e considerar isso (e outros potenciais critérios extraídos dos dados, não necessariamente relacionados a redes – o que já foi sugerido em outros trabalhos, por exemplo: MIRANDA; ALMEIDA, 2004) na avaliação, lhe conferindo mais nuance ou usar outras métricas simplesmente para acompanhar o efeito dos incentivos do sistema de avaliação nos programas.

Nessa mesma linha, é possível, a partir desses mesmos dados, construir outras redes, baseadas em outros tipos de relacionamento, como indicado brevemente na seção de métodos. A partir da informação sobre a produção bibliográfica, é possível construir redes de co-autoria, por exemplo (uma breve investigação dessas redes não mostra tanta diferença entre essas e as mostradas aqui, de orientação compartilhada, embora isso ainda mereça um estudo mais aprofundado). A outra possibilidade, essa mais interessante do ponto de vista de estimular áreas e identificar potenciais na universidade, é construir uma rede baseada em afinidades temáticas, por exemplo, a partir de palavras-chave em comum entre projetos de pesquisa de dois programas. Existem várias maneiras de definir essa “afinidade”, mas a motivação seria de identificar possíveis colaborações não concretizadas ou áreas incipientes na pesquisa de uma universidade, o que seria informação para apoiar políticas de desenvolvimento de áreas de pesquisa de maneira não-espontânea, por indução e estímulo como parte de uma política institucional (por exemplo, para que a universidade consiga atender alguma demanda da comunidade local da cidade). Por palavras-chave ou por mineração dos textos relacionados à pesquisa, podemos identificar áreas novas e ainda não contempladas oficialmente na universidade e talvez pesquisadores que trabalhem em áreas afins mas não se conheçam - o que não é improvável numa instituição do porte da UFRJ.

Além da análise no nível dos programas apresentada aqui, é possível investigar outras redes e usar as redes pra investigar outras questões. Por exemplo, pode se estudar a rede de cada programa (onde cada nó seria um docente e cada aresta representaria co-autoria de projetos ou publicações). Trabalhos futuros poderão se aprofundar nessas outras redes e questões, que fornecem outros tipos de conclusão.

Uma outra questão intrigante é como a estrutura das redes de colaboração se forma. Uma primeira hipótese poderia supor que a proximidade física fomenta interações e eventualmente orientações compartilhadas. Docentes de um mesmo Centro ou unidade tem mais chance de se conhecerem, conviverem, dividem espaços, colegiados, reuniões, projetos, etc. Todavia, em torno de metade das conexões se dá entre programas de Centros diferentes. Isso sugere que existem outros fatores com forte influência na formação de colaborações - afinidade temática, relações pessoais ou profissionais (amigos ou colaboradores em comum), trabalhos prévios, dis-

centes que buscam colaborações por interesse próprio. Explorar essas hipóteses envolveria um trabalho de obtenção de informação (por exemplo, via entrevistas). Uma abordagem destacada recentemente na literatura é também a construção de modelos generativos (em ciências sociais: EPSTEIN, 2006, em neurociência: BETZEL; BASSETT, 2017), que consigam reproduzir a estrutura da rede baseado nos fatores propostos, tratando e tentando entender a universidade como um sistema complexo (WEICK, 1976).

Finalmente, é importante ressaltar as limitações da análise - que se estendem a qualquer conclusão que venha a ser tirada a partir delas. Uma lição importante aprendida foi a da diversidade de formas de trabalho e pesquisa na UFRJ. Isso ficou claro em comunicações pessoais durante apresentações desse trabalho, inclusive no próprio Seminário UFRJ 100 Anos, e em discussões no próprio Grupo de Trabalho que originou essa análise. Por exemplo, em muitas unidades, grupos de pesquisa se constituem apenas de pessoas na Iniciação Científica (IC), com docentes que, por decisão própria, não ingressaram na pós-graduação. Como o relato de discentes de IC no Coleta CAPES varia de programa para programa, é possível que os dados não refletem tudo que se faz de pesquisa na UFRJ (isto é, existe pesquisa feita fora do sistema de pós-graduação e portanto “invisível” na presente análise).

De maneira geral, algumas questões não podem ser respondidas ou podem ser respondidas de maneira limitada simplesmente por que a informação não existe nos dados. Nesse trabalho, limitado a uma instituição, pode-se pensar mais como um estudo de caso (muitas das sugestões derivadas aqui podem ser confirmadas com dados de outras universidades). Como em qualquer análise desse tipo, isso nos põe numa posição perigosa, com a tentação de inferir mais do que os dados permitem ou de dar muito peso aos dados, com a roupagem de objetividade e imparcialidade que normalmente vem junto, em detrimento da diversidade - uma crítica comum disparada contra o sistema de avaliação da CAPES (por exemplo: CAMPOS; BORGES; ARAÚJO, 2014) e que pode ser colocada de maneira geral, pela perspectiva de sistemas complexos (BAR-YAM, 2004). Boas métricas são reproduzíveis, sempre reavaliadas e atualizadas e não devem substituir o objetivo original (O'NEIL, 2017).

É também importante lembrar que, na melhor das hipóteses, toda essa análise nos dá um panorama da pós-graduação e pesquisa da UFRJ, apenas. Penso ser importante ressaltar que a UFRJ é mais do que só a sua pesquisa, que a pesquisa é só um dos pés do tripé que constituem a missão institucional, junto com ensino e extensão. Antes de tudo, a universidade tem um papel social e forma pessoas e cidadãos.

Esse trabalho, embora exploratório, cumpre um papel de prova de conceito para esse tipo de análise de redes a partir de dados públicos, disponibilizados pela CAPES. Assim, se demonstra o potencial que esse tipo de análise possui pra destacar informações relevantes para a política de pós-graduação e para um entendimento melhor e visualização das interações já estabelecidas,

das quais podemos derivar ideias e hipóteses sobre o papel de diferentes fatores para o estímulo a colaborações em pesquisa. Várias inferências poderão então servir de base para orientar a política de pós-graduação da universidade ou do país, conforme as necessidades e orientações de cada instituição.

Referências bibliográficas

- ALEXANDERSON, G. (2006). About the cover: Euler and Königsberg's Bridges: A historical view. *Bulletin of the american mathematical society*, 43(4), 567-573.
- BAR-YAM, Y. (2004). Multiscale variety in complex systems. *Complexity*, 9(4), 37-45.
- BETZEL, R. F., & BASSETT, D. S. (2017). Generative Models for Network Neuroscience: Prospects and Promise. *arXiv preprint arXiv:1708.07958*.
- BOYACK, K. W., KLAIVANS, R., & BÖRNER, K. (2005). Mapping the backbone of science. *Scientometrics*, 64(3), 351-374.
- BÖRNER, K. *Atlas of knowledge: anyone can map*. MIT Press, 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Pós-Graduação. Brasília, 2010. Disponível em: <<https://capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPG-Volume-I-Mont.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2017.
- CAMPOS, V. T. B., BORGES, M. F., & ARAÚJO, J. B. (2014). Programa de acompanhamento e avaliação da capes: qualidade acadêmica ou controle do estado. *Revista Educação e Políticas em Debate*, 3(1).
- CSARDI, G., NEPUSZ T. (2006). The igraph software package for complex network research. *InterJournal Complex Systems*. <<http://igraph.org>>
- DAS NEVES MACHADO, R., VARGAS-QUESADA, B., & LETA, J. (2016). Intellectual structure in stem cell research: exploring Brazilian scientific articles from 2001 to 2010. *Scientometrics*, 106(2), 525-537.
- EPPEL, E. A. The contribution of complexity theory to understanding and explaining policy processes: A study of tertiary education policy processes in New Zealand. 2009. 324 f. Tese (Doutorado em Public Policy) Victoria University of Wellington. Wellington, New Zealand. 2009.
- EPSTEIN, J. M. *Generative social science: Studies in agent-based computational modeling*. Princeton University Press, 2006.
- FURTADO, B. A., SAKOWSKI, P. A., & TÓVOLI, M. H. *Modeling complex systems for public policies*. Brasília: IPEA, Instituto de Pesquisa Economica Aplicada.
- GLÄNZEL, W., & SCHUBERT, A. (2004). Analysing scientific networks through co-authorship. In: *Handbook of quantitative science and technology research*, 11, 257-279.
- GOLDSPINK, C. (2007). Rethinking educational reform: A loosely coupled and complex systems perspective. *Educational Management Administration & Leadership*, 35(1), 27-50.
- MIRANDA, C. M. G. D., & ALMEIDA, A. T. D. (2004). Visão multicritério da avaliação de

programas de pós-graduação pela CAPES: o caso da área engenharia III baseado nos métodos ELECTRE II e MAUT. *Gestão & Produção*, 11(1), 51-64.

MOREIRA XAVIER, A., STEIL, L. J., & MENA-CHALCO, J. P. (2017). (Inter) disciplinaridade e transversalidades: o projeto de formação superior da Universidade Federal do ABC. *Ciência & Educação* (Bauru), 23(2).

NEWMAN, M. E. (2003). The structure and function of complex networks. *SIAM review*, 45(2), 167-256.

NEWMAN, M. E. (2004). Fast algorithm for detecting community structure in networks. *Physical review E*, 69(6), 066133.

O'NEIL, C. *Weapons of math destruction: How big data increases inequality and threatens democracy*. Broadway Books, 2017.

ORMAN, G. K., & LABATUT, V. (2009). A Comparison of Community Detection Algorithms on Artificial Networks. In J. Gama, V. S. Costa, A. M. Jorge, & P. B. Brazdil (Eds.), *Discovery Science* (Vol. 5808, pp. 242–256). Berlin, Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg.

OTTE, E., & ROUSSEAU, R. (2002). Social network analysis: a powerful strategy, also for the information sciences. *Journal of information Science*, 28(6), 441-453.

PEURACH, D. J. (2011). *Seeing complexity in public education: Problems, possibilities, and Success for All*. Oxford University Press.

PORTER, A., & RAFOLS, I. (2009). Is science becoming more interdisciplinary? Measuring and mapping six research fields over time. *Scientometrics*, 81(3), 719-745.

R CORE TEAM (2017). *R: A language and environment for statistical computing*. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria. <<https://www.r-project.org/>>

SHANNON, P., MARKIEL, A., OZIER, O., BALIGA, N. S., WANG, J. T., RAMAGE, D., ... & IDEKER, T. (2003). Cytoscape: a software environment for integrated models of biomolecular interaction networks. *Genome research*, 13(11), 2498-2504.

STROGATZ, S. H. (2001). Exploring complex networks. *Nature*, 410(6825), 268-276.

VAN ECK, N. J., & WALTMAN, L. (2010). Software survey: VOSviewer, a computer program for bibliometric mapping. *Scientometrics*, 84(2), 523–538

WEICK, K. E. (1976). Educational organizations as loosely coupled systems. *Administrative science quarterly*, 1-19.

YOON, B., LEE, S., & LEE, G. (2010). Development and application of a keyword-based knowledge map for effective R&D planning. *Scientometrics*, 85(3), 803-820.



UBUNTU: SABERES E FAZERES DOS TRABALHADORES DO MUSEU NACIONAL/UFRJ.

Moana Campos Soto

Divisão de Memória Institucional da UFRJ, Museóloga

1 - Introdução

O Museu Nacional/UFRJ se destaca por ser a primeira instituição científica do país. Criada em 1818 por D. João VI e tendo hoje como sede o Paço Imperial de São Cristóvão, antiga residência da família real e imperial brasileira, a Instituição é depositária do maior acervo de História Natural e Antropológica da América Latina. Recebe uma média anual de 300.000 visitantes. Mais ainda, é centro de intensa produção científica nas áreas de Antropologia, Botânica, Entomologia, Invertebrados e Vertebrados, e Geologia/Paleontologia, de onde se destaca sua produção científica. As exposições públicas de ciências naturais e antropológicas – abertas pela primeira vez em 24/10/1821 – são o que há de mais conhecido em termos de atividades da instituição, servindo frequentemente de fonte de informação científica e de inspiração cultural para diversas gerações e motivo de orgulho da cidade e do país.

Próximo de completar 200 anos, o Museu Nacional/UFRJ foi à primeira instituição museológica e de pesquisa criada no Brasil. Da Monarquia à República a instituição cresceu, diversificou-se, tornando-se um dos mais importantes museus e centros de pesquisa da América Latina nas áreas das Ciências Naturais e Antropológicas. Desde 1946, com a reforma do Estado Novo, o governo decidiu por incorporar o maior museu do país à Universidade do Brasil (atual UFRJ). Tal incorporação, todavia, nunca retirou do Museu Nacional seu caráter nacional, como é reconhecido até hoje no estatuto da UFRJ.

Com mais de 90 docentes, 210 técnicos, variadas linhas de pesquisa e um acervo científico, bibliográfico e documental que extrapola os 15 milhões de itens, a instituição não para de crescer. A diversidade dos acervos da instituição e suas especificidades vêm demandando continuamente novas instalações, modernas e adequadas à guarda dos acervos, garantindo-lhes condições ótimas de preservação, e acesso aos pesquisadores nacionais e estrangeiros. Os desafios do crescimento da instituição e da segurança de seus acervos levaram o Museu Nacional a buscar soluções para garantir a continuidade de suas atividades, sua regular expansão e a qualidade de suas exposições e ações educativas para os próximos 200 anos.

Em geral, exposição e museu sempre caminharam juntos ao longo da história. Ambas têm sua origem no latim, exposição – exponere – significa “pôr para fora”, “entregar à sorte” e museu – museum – vem do grego mouseïon, o chamado templo dedicado às musas. A exposição museológica não é a finalidade de um museu, não é o resultado em si, na realidade a exposição deve ser vista como um processo de comunicação. Ela é como um texto a ser decodificado, é um processo de estruturação de signos, um fato social, no qual a significação construída é sempre um resultado possível, é espaço aberto para que cada visitante construa sua própria visão.

A exposição aparece como um dos pressupostos fundamentais da idéia de museu, é o meio pelo qual objetos e idéias são reunidos, carregados de conhecimentos e informações, acerca da cultura, para um objetivo determinado. Hoje, a exposição é um espaço público, para o permanente diálogo, e tem um papel bastante significativo no processo de construção dos símbolos de identificação dos indivíduos na sociedade. O conceito de exposição presente nos dicionários é algo dado aos sentidos humanos, está relacionado a tudo que pode ser captado, principalmente, através da visão. Mas, de fato, o conceito de exposição, quando aplicado à Museologia, vai além e trata-se de uma situação de comunicação, que produz, articula e transmite um todo coerente, respondendo aos objetivos propostos, que está sempre de acordo com um dado discurso e embasamento teórico, expor é criar um espaço social de contato com um determinado saber.

2 - A exposição Kumbukumbu

Em 14 de maio de 2014, é aberta ao público a exposição *Kumbukumbu: África, memória e patrimônio* que tem tido ótima afluência de público e vem atendendo plenamente aos objetivos estabelecidos pelo Setor de Etnologia e Etnografia – Departamento de Antropologia do Museu Nacional/UFRJ no sentido de renovar suas salas de exposição de modo a promover uma interação mais efetiva entre o Museu e seu público nas três principais linhas de trabalho estabelecidas, a saber, pesquisa, ensino e extensão.

A coleção aqui exposta não abarca a diversidade do continente africano. A maioria dos objetos data do século XIX, quando os países modernos ainda não existiam e o colonialismo europeu se estabeleceu sobre o continente. Muitos desses objetos foram recolhidos junto a povos que nunca tiveram contato histórico com o Brasil, enquanto outros estão relacionados à escravidão e à diáspora africana nas Américas. Todos nos ajudam a conhecer o passado e a dar a pessoas e povos aos quais pertenceram um lugar na História. [...] São objetos trazidos de diferentes partes do continente entre 1810 e 1940, acrescidos de ou-

1 Kumbukumbu é uma palavra da língua swahili usada para objetos, pessoas ou acontecimentos que nos fazem pensar sobre o passado. Kumbukumbu nos alerta sobre a dimensão do passado que abre um caminho para o futuro e por isso é usada nos museus para destacar a ideia de memória e o patrimônio. O swahili é uma língua amplamente falada na África oriental e sul que resulta de uma mistura do árabe, línguas estrangeiras e nativas. Por sua flexibilidade tornou-se a principal língua de interação dos povos no interior do continente africano. Pode ser traduzida para patrimônio e memória.

tros que pertenceram ou foram produzidos por africanos ou seus descendentes diretos no Brasil entre 1880 e 1950.²

A primeira vitrine da exposição (Figura1), intitulada “*África, passado e presente*” dá um panorama mais amplo e geral do continente africano, ilustrando as diferenças entre os países.



Figura 1 - Museu Nacional/UFRJ – Exposição Kumbukumbu

Na vitrine “*A guerra colonial*” (Figura 2) as armas expostas possivelmente foram usadas nos conflitos durante o período colonial alemão no território da atual Namíbia.



Figura 2 - Museu Nacional/UFRJ – Exposição Kumbukumbu

A vitrine “*Os povos da floresta equatorial*” (Figura 3) apresenta uma série de itens dos povos colonizados por alemães, belgas e franceses. Esses itens eram vistos como curiosidades pelos europeus e comercializados pelos colecionadores e possivelmente chegaram ao Museu Nacional por permuta entre museus europeus.

2 Soares, Mariza de Carvalho, et all. Conhecendo a exposição Kumbukumbu do Museu Nacional. Série Livros Digital; 4 Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016. p. 16-17.



Figura 3 - Museu Nacional/UFRJ – Exposição Kumbukumbu

Os itens da vitrine “*Angola depois da escravidão atlântica*” (Figura 4) foram adquiridos em épocas distintas após o fim da escravidão no país, mas ainda no período colonial. A escravidão em Angola terminou em 1878, mas na prática se estendeu até 1910, sendo que o país foi colônia de Portugal até 1975.



Figura 4 - Museu Nacional/UFRJ – Exposição Kumbukumbu

“*A diplomacia da amizade*” são três vitrines (Figura 5) que apresentam parte da coleção de presentes enviados a Dom João VI pelo rei Adandozan de Daomé, atual Benim.



Figura 5 - Museu Nacional/UFRJ – Exposição Kumbukumbu

Por fim, “*Africanos no Brasil*” (Figura 6) marca a presença dos africanos e seus descendentes no Brasil e é composta por três seguimentos: Candomblé do RJ, oriundo de apreensões da Polícia da Corte; Candomblé Nagô da Bahia, parte da coleção da Antropóloga Heloisa Alberto Torres; e os demais itens são parte dos estudos recentes do Museu Nacional/UFRJ.



Figura 6 - Museu Nacional/UFRJ – Exposição Kumbukumbu

De acordo com Costa e Ferreira (2015)³,

A nova exposição, se comparada à que anteriormente ocupava a sala, traz uma série de mudanças que qualificam o tratamento da temática, no que se refere à ampliação do material apresentado e, principalmente, com relação à forma como são expostos os objetos pois investe na identificação dos produtores (quando possível) e doadores, na contextualização da origem dos bens materiais e na forma como eles chegaram até o acervo do museu. [...] Da forma como os objetos foram divididos nesta nova exposição, houve uma preocupação muito grande em explorar a origem não só dos objetos, mas das próprias coleções, a partir da forma como o museu conseguiu reunir aquele acervo sobre a África e seus descendentes no Brasil, trazendo para a discussão as escolhas passadas e

presentes sobre o que seria o patrimônio nacional e mundial.³

Parte dos itens que não estão na exposição no museu, compuseram uma exposição itinerante, que circulou por centros culturais da Baixada Fluminense: *Kumbukumbu na Baixada*. Esta exposição é de grande importância na medida em que leva o Museu Nacional/UFRJ até um segmento afastado da população do Grande Rio. Iniciativa equivalente e que em parte inspirou esta proposta é a exposição Tesouros do Museu Nacional que já foi exposta nessa mesma sala do Centro Cultural Oscar Niemeyer, em Duque de Caxias.

3 - A equipe e os trabalhadores de uma exposição

O processo de concepção e montagem de uma exposição tem várias etapas, e uma das mais importantes, e por que não dizer fundamental, é a composição da equipe.

Começando pela curadoria, o processo de seleção do acervo, conjunto de itens/peças, a ser exibido em uma exposição. O papel do curador vai além da seleção do acervo, sendo ele responsável também pela seleção do conteúdo, das informações, que serão transmitidas através da exposição, assim o trabalho de um curador possui um importante compromisso educacional na sociedade, agindo como um mediador entre, neste caso, a história e o público visitante.

No caso das exposições do Museu Nacional/UFRJ, via de regra, trata-se de um docente da casa. Mas no caso desta exposição, contamos com uma curadora convidada, a professora Mariza de Carvalho Soares. Graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutora em História pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é professora associada da Universidade Federal Fluminense, e tem como seus principais trabalhos publicados: *Histórias cruzadas: os mahi setecentistas no Brasil e no Daomé*, 2005; *Archival report – Slavery in Ecclesiastical Archives: Preserving Records*, 2006; *O resto perdeu-se? História e Folclore: o caso dos muçulmanos das Alagoas Kulé Kulé – Visibilidades Negras*, 2006; *Rotas Atlânticas da Diáspora Africana: da baía do Benim ao Rio de Janeiro*, 2007; *Can women guide and govern men? Gendering politics among african catholics in colonial Brazil*, 2008.

Certa vez, George Henri Rivière,⁴ ex-presidente do Conselho Internacional de Museus (ICOM), disse que quem trabalha em museu deve ter alguma noção de Museologia, e é por isso que a professora Mariza de Carvalho Soares se destaca dentre outros curadores: ela esteve disposta a aprender sobre Museologia, além de ter participado ativamente de todo o processo, desde a seleção do acervo até a formatação do material didático de apoio escolar.

3 FERREIRA, Carolina Barcellos; COSTA, Carina Martins. O ensino das relações étnico-raciais em museus: uma discussão a partir do referencial teórico da didática da história. *Revista Transversos*, Rio de Janeiro, Vol. 04, nº. 04. Ano 02; abr.-set. 2015, pp. 83-96. Disponível em <http://www.epublicacoes.uerj.br/>. Último acesso 02 de julho de 2017. p.92-93.

4 CUMES, Alissandra. Palavras da presidente do ICOM, professora Alissandra Cumes. In: MinC/IPHAN/ DEMU (Org.). *Relatório do 2º Fórum Nacional de Museus*. Brasília: MinC/IPHAN/DEMU, 2008. p.22.

Em termos de técnicos, os museólogos são imprescindíveis para a montagem de toda e qualquer exposição seja no Museu Nacional/UFRJ, bem como em qualquer outra instituição museal que deseje estar de acordo com a legislação federal e o Conselho de Museologia.

A definição do trabalho dos museólogos no contexto da exposição foi definido pela própria Seção de Museologia (SEMU) do Museu Nacional/UFRJ na publicação feita em comemoração aos 200 anos da instituição

O trabalho de projetar, montar e preservar as exposições de longa e curta duração fica a cargo da Seção de Museologia (SEMU). A equipe conta com profissionais de museologia, biologia, design gráfico, além de estagiários, para realizar os projetos museográficos. Eles envolvem a concepção, os aspectos estruturais – o mobiliário específico, a visualização gráfica, o acesso para manutenção e segurança do acervo –, assim como a montagem, a acessibilidade e a circulação do público visitante. Essa seção trabalha sempre com a participação e a assessoria das curadorias que definem as peças das coleções que irão fazer parte das exposições. Além de ser responsável pelas peças de acervo em exposição, a Seção faz a curadoria de acervos históricos de mobiliário e pinturas em tela. Os processos de empréstimo de peças das coleções do Museu Nacional também são avaliados pelos profissionais do SEMU, para garantir a preservação do acervo que sai da instituição.⁵

Perceba que, a Seção de Museologia, além dos museólogos conta com outros profissionais além dos museólogos, e esse apoio também se dá através de outros setores do próprio Museu Nacional/UFRJ, sejam eles servidores ou terceirizados.

No caso específico da exposição Kumbukumbu, participaram tanto os servidores (antropólogos, historiadores, conservadores/restauradores, técnicos em assuntos educacionais, designers gráfico, produtores de vídeo, fotógrafos e motoristas) quanto os terceirizados (equipe de limpeza, eletricitas, marceneiros, vidraceiros, atendentes de portaria e vigilantes).

Aqueles que atuam nas instituições museológicas mas não possuem formação na área, que fazem parte da equipe da segurança, da limpeza, da manutenção, da recepção e demais serviços de apoio ao museu. Que participam da rotina das instituições museológicas, a quem pode-se chamar de público interno dos museus e que é, na grande maioria das vezes, esquecido pelo setor educativo destas instituições. [...] Investir no desenvolvimento do grupo de funcionários que atua como front office do museu ganha força quando se pensa que eles convivem com o acervo do museu, deparam-se diariamente com estes bens culturais e não percebem efetivamente sua relevância, trabalham num ambiente educativo e não extraem proveito deste espaço. Afinal, qual o vínculo existente

5 Pires, Débora de Oliveira (Org.). 200 anos do Museu Nacional. Rio de Janeiro: Associação Amigos do Museu Nacional, 2017. p.31.

entre um trabalhador de museu e o patrimônio institucionalizado pelo museu em que ele atua? [...] Ações educativas voltadas aos trabalhadores de museus agregam qualidade às suas vidas, para além do ambiente de trabalho, quando se propõem a abordar questões que extrapolam o espaço do museu e refletem no cotidiano das pessoas através das relações que estas estabelecem com o meio, com os outros e consigo mesmo.⁶

Na exposição Kumbukumbu deu-se início a um trabalho de capacitação da equipe de limpeza, realizado pela própria Seção de Museologia. Ainda que não tenha sido um programa oficial e institucionalizado, essa capacitação tinha como objetivo principal instrumentar estes profissionais para que pudessem atuar de acordo com as demandas específicas do Museu Nacional/UFRJ, pois o Palácio da Quinta da Boa Vista é um prédio tombado,⁷ e também das exposições.

Não devemos comparar a atuação de um vigilante que trabalha dentro do museu, que lida cotidianamente com o público, orientando e auxiliando o público, como por exemplo, “o que pode ou não pode tocar e o porquê”, com um vigilante que fica o dia inteiro trabalhando dentro de uma cancela. Mais uma vez, recordo a fala de George Henri Riviere⁸ quando ele afirmou que todo aquele que trabalha em museu deve ter uma noção de museologia. Podemos garantir que estes profissionais podem não ter consciência que aquilo que eles sabem é museologia, mas eles sabem que exercem um papel diferenciado dos demais profissionais de sua categoria.

São profissionais que tem um conhecimento bastante específico e que a grande rotatividade das empresas de terceirizados gera um grande desperdício de mão de obra qualificada para a universidade. Então deixo uma reflexão: será que, de fato, estes terceirizados não tem mesmo relação com a atividade fim do museu?

Os conhecimentos e experiências individuais devem ser compartilhados. Só desta maneira pode-se elevar a moral da equipe, em decorrência do seu envolvimento com o Sistema de Gestão da Qualidade e com o feedback dos usuários. Esta maior participação dos membros da equipe nas decisões relativas aos serviços (o enfoque democrático) viabiliza a mudança da cultura organizacional, criando novas oportunidades profissionais e pessoais para os membros da equipe. Desta maneira, apostando na colaboração, na democracia interna e em todos os processos, pode-se romper com os bloqueios à implementação da qualidade total, que o status quo e a inércia geralmente colocam como muralhas. É fácil mudar normas, mas é difícil mudar mentalidades. Além disso, a gestão

6 FIGURELLI, Gabriela Ramos. Desenvolvimento do Público Interno. Uma proposta de metodologia para um programa educativo direcionado aos funcionários de museu. (Tese de Doutorado) Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração Departamento de Museologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2013. p.14-16.

7 De acordo com o Portal do IPHAN: “O tombamento é o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural mais conhecido, e pode ser feito pela administração federal, estadual e municipal.”

8 CUMES, Alissandra. Palavras da presidente do ICOM, professora Alissandra Cumes. In: MinC/IPHAN/DEMU (Org.). Relatório do 2º Fórum Nacional de Museus. Brasília: MinC/IPHAN/DEMU, 2008. p. 22.

democrática reduz a tensão entre os funcionários, bem como entre os funcionários e a Direção, pois cada um sabe claramente o que a Organização espera deles, através do treinamento de toda a equipa envolvida direta ou indiretamente com o usuário. Isto também reduz os desperdícios, pois muitos são causados pelas decisões não serem embasadas no conhecimento prático dos operadores dos serviços. A gestão de qualidade total nos museus, segundo a perspectiva aqui defendida, deve ser capaz de incluir a totalidade dos seus trabalhadores, do pessoal da limpeza ao diretor. Só assim, podem se otimizar os processos. É necessário dar voz não só ao usuário externo, mas ao usuário interno.⁹

E a partir desta reflexão, eu retorno ao título do meu trabalho: UBUNTU. Por que escolhi este título? Ubuntu é um conceito de origem Zulu que abarca diversos significados dentre eles “humanidade para os outros” ou “sou o que sou pelo que nós somos”, ou ainda nas sábias palavras do mestre Nelson Mandela:¹⁰

O UBUNTU não significa que uma pessoa não se preocupe com o seu progresso pessoal. A questão é: o meu progresso pessoal está ao serviço do progresso da minha comunidade? Isso é o mais importante na vida. E se uma pessoa conseguir viver assim, terá atingido algo muito importante e admirável.

Concluindo, os trabalhadores, todos eles (servidores e terceirizados) que estão trabalhando cotidianamente no Museu Nacional/UFRJ, são o próprio museu. Assim como todos nós (servidores e terceirizados), aqui e em todos os campi da UFRJ, somos a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Universidade do Brasil.

Referências bibliográficas

CHAGAS, Mário, e Santos, Myrian Sepúlveda dos. *Museus e Políticas de Memória*. Cadernos de Sociomuseologia 19. Lisboa: ULHT, 2002.

Ellis, D., Norton, B. *Implementing BS EN ISO 9000 in libraries*. London: Aslib, 1996.

Fernandes, Ana Mercedes Stoffel. “As autarquias e a gestão dos museus no século XXI.” *Revista Eburóbriga*, Fundão, Portugal, 2006.

FERREIRA, Carolina Barcellos; COSTA, Carina Martins. O ensino das relações étnico-raciais em museus: uma discussão a partir do referencial teórico da didática da história. *Revista Transversos*, Rio de Janeiro, Vol. 04, nº. 04. Ano 02; abr.-set. 2015, pp. 83-96. Disponível em <http://www.epublicacoes.uerj.br/>. Último acesso 02 de julho de 2017.

Figurelli, Gabriela Ramos. *Desenvolvimento do Público Interno*. Uma proposta de metodologia

9 Soto, Moana; Ferreira, Carlos Serrano. *Qualidade Total: um mecanismo de construção de sustentabilidade financeira nos museus*. *Museus e Sustentabilidade Financeira*, ICOM-Portugal, 2011. Disponível em: <http://icom-portugal.org>. Último acesso em 29 de julho de 2015. s.p.

10 Esta definição consta em uma entrevista gravada em vídeo e disponibilizada em vários websites na internet, todavia, não é possível especificar o local e a data da mesma. Ele está acessível em: *Ubuntu Experience - Nelson Mandela*. Youtube, 22 mai. 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RGFdkBI0Tcl>. Último acesso em: 23 abr. 2016.

para um programa educativo direcionado aos funcionários de museu. (Tese de Doutorado) Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração Departamento de Museologia. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2013.

Finger, M.; Asún, J.M. A educação de adultos numa encruzilhada: aprender a nossa saída. Porto: Porto Editora, 2003.

Garcia-Morales, E. H. Gestión de calidad, análisis de necesidades de los usuarios e indicadores para servicios de información y documentación. Palma de Mallorca. Disponível em: <http://www.abadib.es/5jornadassalud/comunicacion37.htm>. Último acesso 10 de janeiro de 2013.

IPHAN. Bens Tombados. Portal do IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br> Último acesso 04 de julho de 2017.

Pires, Débora de Oliveira (Org.). 200 anos do Museu Nacional. Rio de Janeiro: Associação Amigos do Museu Nacional, 2017.

Requejo Osorio, A. Educação permanente e educação de adultos. Lisboa: Instituto, 2005.

Santos, M.C.T.M. Programa de Formação e Capacitação na Área de Museologia. Brasília: MinC, 2003.

Silvestre, C.A. Educação/formação de adultos: como dimensão dinamizadora do sistema educativo/formativo. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

Soares, Mariza de Carvalho, et all. Conhecendo a exposição Kumbukumbu do Museu Nacional. Série Livros Digital; 4 Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

Soto, Moana; Ferreira, Carlos Serrano. Qualidade Total: um mecanismo de construção de sustentabilidade financeira nos museus. Museus e Sustentabilidade Financeira, ICOM-Portugal, 2011. Disponível em: <http://icom-portugal.org>. Último acesso em 29 de julho de 2015.

Valls, Valéria Martin. A gestão da qualidade em serviços de informação com base no ISSO 9000. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas v.3, n. 2, p. 64-83, jan./jun, 2006. Disponível em <http://www.sbu.unicamp.br>. Último acesso em 15 de julho de 2015.



O PROCESSO DE TRADUÇÃO PARA LIBRAS POR MEIO DE VÍDEOS

Rodrigo Pereira Leal de Souza

UFRJ, Faculdade de Letras, Técnico Administrativo

Dafny Saldanha Hespanhol Vital

UFRJ, Faculdade de Letras, Técnico Administrativo

Introdução

O presente trabalho é resultado de uma demanda do Departamento de Letras Libras por traduções de alguns textos acadêmicos para a Libras (língua brasileira de sinais), utilizando recursos de audiovisual disponíveis no mesmo.

Apesar de os alunos surdos do curso de Letras Libras serem capazes de ler textos em língua portuguesa, é preciso considerar que esta é uma segunda língua para esta comunidade – o que torna a leitura de textos acadêmicos nessa língua uma tarefa mais difícil. Além disso, a presença da Libras no espaço acadêmico é assaz recente. Sendo assim, faz-se necessário que essa língua também seja vista por sua comunidade de falantes como um meio de difusão e produção do conhecimento. Neste sentido, disponibilizar textos acadêmicos em Libras é também uma estratégia de letramento acadêmico dos alunos surdos, bem como de empoderamento da Libras perante a comunidade.

A presença de tradutores e intérpretes de Libras na UFRJ é realidade desde o ano de 2010. No entanto, a equipe ainda é bastante reduzida comparada às necessidades de uma universidade grande como é a UFRJ. Isso se apresenta como um dos complicadores para a realização de atividades de tradução, pois as atividades de interpretação – que são demandadas em grande número – são solicitadas com mais urgência. Ainda hoje, é muito comum relacionar o trabalho do intérprete de Libras à atividade de interpretação simultânea, no entanto, além das necessidades de interpretação de aulas, palestras e reuniões, tem surgido uma crescente demanda por traduções para a Libras, a partir da criação do departamento de Letras-Libras e, por conseguinte, o curso de graduação em Letras-Libras.

Verificou-se, a partir de revisão de literatura, uma certa escassez de estudos descritivos quanto a uma metodologia voltada para o processo de tradução para a Libras por meio de vídeos. Buscou-se, então, contato com outras instituições federais que já desenvolvessem esse

tipo de trabalho com fins de coletar informações quanto à metodologia utilizada. A partir dessas informações, foi elaborada uma metodologia de tradução que se adequasse à realidade e necessidades da UFRJ, mais precisamente do departamento de Letras Libras da Faculdade de Letras.

Buscamos, com este trabalho, permitir que a metodologia desenvolvida fique acessível a outros tradutores, preenchendo uma lacuna encontrada durante a revisão de literatura.

Referencial teórico

A presença de surdos em nível superior de escolarização tem se tornado uma realidade, e ao longo do tempo vem aumentando consideravelmente a quantidade de alunos surdos nas universidades. Isso se deve a diversas leis brasileiras dos últimos 20 anos, e também a conquistas dos movimentos surdos.

A Libras foi reconhecida como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda em 2002, através da lei 10.436/02. Após ela, foram promulgadas diversas leis garantindo direitos de comunicação e acessibilidade às pessoas surdas usuárias dessa língua. A mais recente é a lei brasileira de inclusão, que entrou em vigor em 6 de julho de 2015.

Além disso, pesquisas linguísticas anteriores a todas essas legislações já demonstraram por que a Libras se trata de uma língua natural, tal qual as línguas orais, diferenciando-se somente pela sua modalidade viso-espacial. Esses estudos podem ser brevemente resumidos nas palavras da autora abaixo, que faz uma resenha de um livro dedicado ao estudo linguístico da Libras:

Por meio de ampla referência a estudos e experimentos que examinaram as questões citadas, as autoras demonstram que, a despeito das especificidades que cercam a complexa situação social e linguística dos surdos, as características das línguas de sinais permitem identificá-las com as demais línguas naturais, ou seja, como a manifestação da faculdade de linguagem (tal como entendida pela tradição gerativista).¹

Conforme a Libras passa a ser reconhecida pela sociedade com língua de fato, ela se torna um direito linguístico dos surdos que a utilizam. Além disso, com uma quantidade crescente de surdos ocupando níveis superiores de escolarização, surge uma demanda por textos registrados nessa língua, como registro do conhecimento produzido e formas de sua difusão em Libras, como citam abaixo os autores.

À medida em que a língua de sinais do país passou a ser reconhecida enquanto língua de fato [sic], os surdos passaram a ter garantias de acesso a ela enquanto direito linguístico. Assim, consequentemente, as instituições se viram obrigadas a garantir acessibilidade através do profissional intérprete de língua de sinais.²

1 SALLES, 2004, p. 204.

2 QUADROS, 2004, p. 13 apud SOUZA-ANDRADE, BARBOSA, 2015.

Acrescentamos que não somente a presença de profissionais intérpretes de Libras garantirá a plena acessibilidade das pessoas surdas. Uma das medidas para tornar a vida acadêmica acessível a este público é traduzir os textos acadêmicos para a língua brasileira de sinais.

Há diferenças entre a interpretação e a tradução, conforme salientadas pelas autoras do seguinte trecho: “A tradução é feita a partir da escrita e a interpretação é um produto da fala/sinalização da língua, ou seja, é a língua em uso. O tradutor pode ter acesso à documentação, já que tudo o que é traduzido fica documentado”.³

Concluimos então que uma das principais diferenças entre tradução e interpretação é o registro. A literatura da área sempre menciona o registro escrito. Como ainda não há um sistema de escrita consolidado para as línguas de sinais – muito embora já existam sistemas sendo desenvolvidos e em tentativas de divulgação e consolidação – é possível pensar num registro das traduções para a Libras através de vídeos. Ainda assim, a escrita está presente nos processos de tradução para Libras por meio de vídeos, pois essas traduções partem de textos escritos em língua portuguesa.

Mas há ainda outro componente que diferencia interpretação e tradução: o tempo. Ao contrário de interpretações simultâneas, traduções permitem um tempo maior para conclusão da tarefa. Na interpretação simultânea, o resultado, isto é, a interpretação fica pronta segundos após a fala de origem ser proferida. Na tradução, o trabalho pode levar vários dias para ser concluído, sendo maior o tempo de busca, de estudo, etc. O produto final de uma tradução também necessita ser mais preciso também, pois seu produto final, o texto, será registrado permanentemente, sem possibilidades de reparo.

Foram encontrados alguns trabalhos específicos de traduções para Libras – mencionados nas referências deste artigo – porém não muitos que descrevessem uma metodologia de tradução. Principalmente porque buscávamos uma metodologia que mantivesse as mesmas características que diferem uma tradução e uma interpretação, a saber, o tempo e o registro.

Foi necessário buscar referências na área de audiovisual, que elucidassem sobre o processo de decupagem, planos de filmagem, e outros recursos que pudessem deixar o produto final – o vídeo – atraente e adequado ao uso do público a que se destina. Apresentaremos mais detalhes sobre o processo de decupagem para tradução na seção sobre metodologia. Este é um processo comum na linguagem de audiovisual, mesmo quando não se trata de traduções ou uso da Libras.

É necessário salientar que qualquer projeto de tradução inicia-se identificando o gênero textual que irá ser trabalhado, bem como com a definição do público alvo da tradução. Isso vai

3 Ibid. p.3.

de acordo com o que é previsto na literatura: “Qualquer tradução e a tradução-interpretação começam justamente com a definição do gênero textual”⁴.

Na próxima seção, sobre a metodologia, descreveremos como aplicamos todos as informações coletadas das pesquisas já existentes relacionadas ao processo de tradução para Libras para a elaboração de vídeos em Libras, considerando os equipamentos e profissionais que a UFRJ tem disponíveis até então para a realização deste trabalho no Departamento de Letras Libras da Faculdade de Letras.

Metodologia

Sendo a Libras uma língua viso-espacial, o registro textual é feito em vídeo. Como as tecnologias que permitem registros em vídeo são relativamente recentes, as traduções para Libras registradas em vídeo ainda são novidade. A partir da demanda de traduções por parte de alguns professores do curso de graduação em Letras Libras da UFRJ, percebemos então a necessidade de pesquisar qual seria a metodologia mais adequada para a realização destas traduções.

Foram encontradas poucas pesquisas registradas e, por essa razão, fizeram-se necessárias outras estratégias para coleta de informações, incluindo visitas técnicas a outras instituições – como o INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos) – além de contato com profissionais que já desenvolvessem esse tipo de trabalho e, por fim, adaptação à realidade e necessidades da UFRJ e do departamento de Letras-Libras para a realização destas traduções.

Após o levantamento de informações acerca do que já tem sido feito em outras instituições para realização de traduções em vídeos, foi desenvolvida uma metodologia de tradução que consiste nas etapas que descreveremos a seguir, conforme esquematizadas na figura 1.



Figura 1 - Etapas do processo de tradução. Elaboração própria

4 HEIDERMANN, 2009, p. 13.

1) Estudo do material: Os professores que solicitaram traduções entregaram os textos em língua portuguesa que deveriam ser traduzidos. A partir de então foi feita a leitura desses textos e iniciada a busca terminológica em Libras, utilizando glossários, dicionários e bancos terminológicos em Libras.

Como todo o processo de tradução, envolvendo quaisquer línguas, o primeiro passo é sempre o da leitura de forma minuciosa, visando apreender bem os significados, pensando de que forma mantê-los numa língua outra, que carrega consigo uma visão de mundo diferente, como salientado no excerto abaixo.

Além da complexa tarefa de dominar as línguas envolvidas no processo, aprender a traduzir significa necessariamente aprender a ler. Ler, aqui, se refere à concepção de leitura que tentamos desenvolver nos capítulos anteriores: aprender a “ler” significa, portanto, aprender a produzir significados, a partir de um determinado texto, que sejam “aceitáveis” para a comunidade cultural da qual participa o leitor.⁵

Pensando nisso, buscamos iniciar o processo contemplando essa etapa de leitura e estudo.

2) Decupagem: Essa é uma etapa específica de linguagem audiovisual, e consiste em subdividir o texto em trechos menores.

Em geral, o público de vídeos de conteúdo espera que o produto final não apresente somente uma pessoa parada até a conclusão do material. Há a expectativa de que aconteçam mudanças de planos, inserção de imagens e outros recursos que tornem o material atraente e evitem que seja cansativo assisti-lo.

É nessa etapa que são planejadas as mudanças de planos de filmagem e inclusão de imagens e recursos visuais pertinentes ao vídeo. Leva-se em consideração o gênero textual para fazer este planejamento.

Essa etapa não é, necessariamente, feita por tradutores de Libras. Na UFRJ, atualmente, esta etapa é feita em conjunto pelos tradutores de Libras e pelo técnico em audiovisual do departamento de Letras Libras.

A figura 2 mostra um exemplo de decupagem: à direita consta o trecho em português, retirado do texto em português cuja tradução fora solicitada; na coluna do meio constam as inserções de recursos visuais (imagens e *letterings*), bem como o plano de filmagem; e a esquerda é inserido o número da cena.

5 Arrojo 2002, p. 76 apud Heidermann, 2009, p. 17.

012	<p>PLANO MÉDIO TRADUTORA POSICIONADA À DIREITA DO VÍDEO.</p> <p>IMAGEM (AO LADO DA TRADUTORA): IMAGEM DE JOHN DRYDEN COM A LEGENDA “JOHN DRYDEN (1631 – 1700)</p> <p>LETTERING: PREFÁCIO ÀS CARTAS DE OVÍDIO (1680) METÁFRASE PARÁFRASE RECRIAÇÃO</p>	<p>Discussão da tradução passa, a partir do Renascimento, a ser um dos tópicos da cultura do Ocidente, e muitos outros o seguiram.</p> <p>É o caso de Dryden (1631-1700) que, no seu Prefácio às Cartas de Ovídio (1680), propõe três tipos de tradução:</p> <p>1) Metáfrase: verter palavra por palavra; 2) Paráfrase: tradução do sentido; 3) Imitação: recriação. Para Dryden, o método mais sensato para as traduções é a paráfrase, porque esta via intermediária permite uma leitura atenta do original para detectar as minúscias do estilo e da forma do texto a ser traduzido.</p>
-----	---	---

Figura 2 - Exemplo de decupagem. Elaboração própria

3) Tradução: Nessa etapa ocorre a tradução propriamente dita, ou seja, o tradutor se debruça sobre o texto buscando vertê-lo para Libras, planejando suas escolhas. Nesse momento é feita busca terminológica (ou ainda uma consulta a busca prévia feita na primeira etapa). Além disso, uma professora de Libras – que é nativa de Libras e surda – presta consultoria nesse momento, tirando dúvidas e fazendo sugestões para que o resultado seja mais adequado ao uso corrente da língua.

O tradutor, nessa etapa, faz uma anotação escrita de tudo que planeja sinalizar. Essas anotações não seguem nenhuma regra específica, mas têm como objetivo que o tradutor se lembre, no momento em que as ler, de todos os sinais que planeja usar na sua tradução.

Um exemplo dessas anotações é mostrado na figura 3: na coluna da esquerda consta o número da cena, na coluna do meio são mostradas essas anotações, e na coluna da direita constam o texto original em português, ao qual as anotações se referem.

007	<p>FONOLÓGICA CD-NA-CABEÇA O-QUE? ORALIDADE SOM (boa) PERCEBO ESSE SEPARADO SIGNIFICADO. EXEMPLO: CONSEGUE PERCEBER PALAVRA-FIM COMBINADA R-I-M-A. OU TAMBÉM PERCEBE A-L-I-T-E-R-A-Ç-Ã-O PALAVRA CONSOANTE REPETE REPETE REPETE. OU CONSEGUE PERCEBER PALAVRA PARTES S-I-L-A-B-A. ISSO-TUDO MOSTRA FONOLOGIA CD-NA-CABEÇA.</p>	<p>Consciência fonológica – isto é, a habilidade de prestar atenção aos sons da fala como entidades independentes de seu significado. A habilidade de reconhecer aliteração e rimas e a habilidade de contar sílabas nas palavras são alguns dos indicadores de consciência fonológica.</p>
-----	--	---

Figura 3 - Exemplo de anotações, etapa de tradução. Elaboração própria

Essas anotações acabam sendo bastante subjetivas, ou seja, são entendidas pelo tradutor que as elabora, mas não necessariamente são compreendidas por outro tradutor que tenha acesso a elas. Como será necessário revisar (próxima etapa), após essas anotações é elaborado um vídeos rascunho, como um registro em vídeo das anotações feitas. Esse registro é chamado de vídeo rascunho pelo fato de não ser elaborado com acuidade de fundo, cor e iluminação

(veja figura 4). Ele atende ao objetivo de registrar o planejamento da tradução de forma que possa ser compreendido e revisado por outro tradutor.



Figura 4 - Imagens de vídeos rascunho. Elaboração própria

4) Revisão: Nesta etapa o vídeo rascunho é analisado por outro tradutor, de preferência alguém externo ao projeto, pois assim sua análise não será influenciada pela participação em etapas anteriores (um olhar não “viciado”). Na UFRJ, contamos com uma professora de Libras, nativa de Libras, surda e que também tem experiência com tradução para esta etapa de revisão.

As considerações do revisor são acerca de adequação linguística bem como de adequação tradutória (vulgarmente conhecida como “copidesque”).

A partir das considerações feitas pelo revisor, o tradutor pode fazer as alterações que achar pertinentes e, então elaborar novo vídeo rascunho. Esse segundo vídeo rascunho será útil para a filmagem final, garantindo que o registro será exatamente igual ao que foi planejado previamente.

Esta etapa é a última etapa do processo que contempla atividades tradutórias.

5) Filmagem: A partir desta etapa é feito o registro de toda a tradução, que encerra-se na etapa anterior. Estabelecendo um paralelo com as traduções envolvendo línguas orais, a partir daqui são etapas do processo que equivalem ao processo de editoração.

Nesta etapa é feita a filmagem final, em espaço próprio da UFRJ, com acuidade de fundo (*chroma key*), roupa e iluminação. É necessário a presença de um apresentador – que será filmado; um supervisor e de um cinegrafista. Em nossos trabalhos o apresentador é sempre o mesmo que planejou a tradução nas primeiras etapas. No entanto, com a possibilidade de planejamento prévio em vídeos rascunho, existe a possibilidade de o registro em vídeo ser feito por um profissional diferente do tradutor, respeitados os devidos créditos ao final do vídeo.

O supervisor é um profissional tradutor de Libras que terá por função observar questões referentes ao registro em vídeo – como direção do olhar, posição adequada do corpo, visuali-

zação clara dos sinais, entre outros – bem como questões linguísticas – como equívocos em soletrações manuais ou discrepâncias entre a sinalização do vídeo rascunho e a sinalização que estiver sendo feita no momento. O trabalho do supervisor reduz a necessidade de refilmagens, que tornariam o trabalho mais demorado e oneroso.

O cinegrafista, no departamento de Letras Libras, é o técnico em audiovisual, que opera a câmera do Departamento. Este mesmo profissional trabalha na próxima etapa.

6) Edição: Seguindo todas as informações da decupagem (etapa 2), o técnico em audiovisual edita os vídeos deixando-os prontos para uma última revisão. Procura-se deixar o vídeo com a mesma identidade visual do texto em português, salientando ser este uma tradução daquele texto.

7) Revisão final: Nessa etapa o vídeo final é analisado pelo tradutor ou pelo supervisor, verificando se tudo que foi previsto na decupagem foi colocado e informando ao editor, caso algum item tenha passado despercebido na etapa anterior.

Nesta última revisão pode acontecer de ser encontrado ainda algum equívoco de sinalização, caso tenha passado despercebido pela supervisão. Se isso acontecer, é acrescentado uma oitava etapa: a refilmagem, que consiste na repetição da filmagem, consertando os equívocos encontrados.

Não havendo necessidade de refilmagem, o vídeo sofre os ajustes de edição que tenham sido apontados na última revisão e então é entregue ao professor que o solicitou. A entrega feita usando-se o canal do departamento de Letras Libras no *site YouTube*, onde alguns vídeos já estão disponíveis tanto à comunidade acadêmica quanto à comunidade externa. A figura 5 mostra a imagem de um dos textos prontos, disponível no *site* já mencionado.

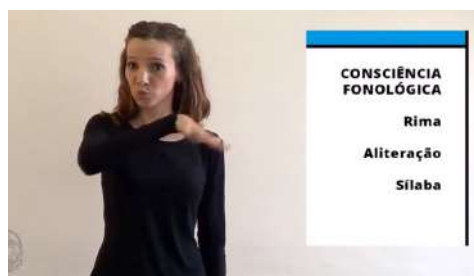


Figura 5 - Imagem referente a um dos vídeos finalizados.⁶

Considerações finais:

O processo de interpretação difere do processo de tradução em relação ao tempo e ao registro. Enquanto a interpretação necessita ser rápida, quase instantânea, a tradução dispõe de

⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3GmUA3dEH20> Acesso em: 25/11/2017.

longo tempo de estudo e elaboração, até a entrega do resultado. Contemplando essas diferenças também na Libras, buscamos uma metodologia que possibilitasse a manutenção dessas diferenças nesses processos, mesmo envolvendo uma língua viso-espacial.

Não foram encontrados muitos trabalhos descritivos sobre uma metodologia voltada para a tradução para a Libras, por meio de vídeos, motivo pelo qual buscamos registrar a metodologia que desenvolvemos no âmbito do departamento de Letras Libras, na Faculdade de Letras da UFRJ.

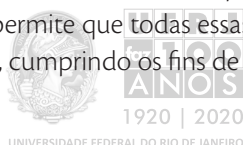
Considerando a Libras como uma língua de modalidade viso-espacial, o registro de uma tradução para essa língua deve contemplar a sua modalidade. Escolhemos o registro em vídeo para registrar nossas traduções para a Libras, pensando que esta seria a forma mais acessível aos falantes dessa língua. Existem sistemas de escrita das línguas de sinais, no entanto, esses sistemas ainda não estão amplamente difundidos entre toda a comunidade falante de Libras.

Além disso, o registro em vídeo, acessível a uma quantidade maior de falantes de Libras – em relação aos familiarizados com sistemas de escrita dessa língua – possibilita um amplo letramento em Libras.

Este trabalho traz importantes contribuições para aqueles que desejam realizar traduções para a Libras em vídeos, pois apresenta a descrição de uma metodologia que já tem sido adotada para este fim. No entanto, não foi elaborada ainda uma etapa de avaliação junto ao público alvo dos vídeos, que pode trazer contribuições quanto ao que pode ser ajustado para melhor atender as necessidades comunicativas. Recomendamos que, em pesquisas futuras, sejam analisadas as considerações do público alvo com vistas ao aprimoramento da metodologia.

Ainda assim, os alunos do curso de graduação em Letras Libras, a partir desse trabalho, têm a oportunidade de passarem por um processo de letramento em Libras – muito necessário à comunidade usuária desta língua. O ingresso de surdos em nível superior de escolarização ainda é bastante recente. Sendo assim, comparado à língua portuguesa, no Brasil o volume de textos acadêmicos em Libras é sobremodo maior que os textos acadêmicos em Libras. Trazer esses textos para a Libras, através deste processo de tradução, permite que esses alunos tenham uma nova visão sobre sua própria língua, reconhecendo-a não só como língua objeto de estudo – objetivo do curso de Letras Libras – mas também a reconhecendo como veículo de produção e difusão do conhecimento. Isso traz um empoderamento para a língua, para a comunidade surda, além de contribuir para a formação acadêmica desses alunos.

Além disso, muitos dos textos traduzidos estão disponíveis na internet, visíveis para a comunidade externa a UFRJ – o que permite que todas essas contribuições cheguem até aqueles que não são alunos da universidade, cumprindo os fins de extensão universitária também.



Referências bibliográficas

- BRASIL. LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm Acesso em: 22/11/2017
- BRASIL. LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 22/11/2017
- HEIDERMANN, Werner. Estudos da Tradução III. Florianópolis: UFSC, 2009.
- INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA – Câmpus Palhoça Bilíngue. Disponível em: <http://www.palhoca.ifsc.edu.br/index.php> Acesso em: 25/11/2017
- QUADROS, R. M. de; XAVIER, Saulo. Aspectos da tradução/encenação na língua de sinais brasileira para um ambiente virtual de ensino: práticas tradutórias do curso de Letras Libras. In: QUADROS, R. M. (org.) Estudos Surdos III – Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2008.
- SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. In: Coleção Cadernos CED n. 13, QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: ARTMED, 2004. 221 p. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/11262/10758> Acesso em: 25/11/2017
- SOUZA-ANDRADE, Francine; BARBOSA, Eva. Diferenças entre tradução e interpretação na língua brasileira de sinais (Libras): uma análise sobre hesitações. In: I CONGRESSO NACIONAL DE LIBRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU: 2015. Disponível em: <http://www.cepae.faced.ufu.br/sites/cepae.faced.ufu.br/CONALIBRAS/trabalhos/oral/eixo3/DIFERENCAS%20ENTRE%20TRADUCAO%20E%20INTERPRETACAO%20NA%20LINGUA%20BRASILEIRA%20DE%20SINAIS%20LIBRAS%20UMA%20ANALISE%20SOBRE%20HESITACOES.pdf> Acesos em: 25/11/2017.
- XAVIER, Ismail. A decupagem clássica. In: O discurso cinematográfico: a opacidade e a transparência. São Paulo: Paz e Terra. pp. 27-39.



CRIAR A VIDA DO FUNDÃO

Maria Alejandra Espinosa Moreno

UFRJ / Programa de Pós-graduação em Artes Visuais – PPGAV / EBA. Estudante de Doutorado

Ilhas acontecem. No Oceano Pacífico nascem ilhas com certa frequência. Algumas sobrevivem. Outras, mais instáveis, acabam sumindo rapidamente sem nunca chegar a aparecer nos mapas, e outras, ainda que velhas, se perdem ao serem cobertas pela água. Entretanto, a Atlântida continua presente no imaginário e nas pesquisas de muitos cientistas que ainda hoje procuram seus vestígios nos mares e continentes, tecendo estranhas teorias.

Embora as ilhas surjam por causa dos fenômenos naturais, a natureza parece não ter satisfeito à humanidade. Por que ou para que criar ilhas? Como criá-las? Que tipo de ilhas? Pisar em uma ilha artificial pela primeira vez produz uma sensação de curiosidade, confusão e incerteza. Aos poucos a curiosidade vai se perdendo, mas a incerteza permanece.

Agora bem, existem diversos modos de criar ilhas, de fundá-las ou inclusive de fazer elas afundarem. Para isto é preciso aprofundar no que a ilha é ou poderia ser; no que se desprende dela e propicia que a ilha se alongue e se aproxime ao continente; naquilo que a preserva distante, longínqua, inexplorada. Acaso seja preciso tornar-se ilha para assim poder inventar ilhas. Talvez o espírito insular favoreça a criação ou mesmo o aparecimento espontâneo de seres e objetos. Ilhas são assim. Incertas.

Desde que vi a ilha do Fundão no mapa, me pareceu que tinha forma de animal. Isso aconteceu no ano 2015, alguns meses antes de eu vir morar no Rio de Janeiro. Na representação cartográfica distingi uma cabeça, um corpo com duas gibas de costas ao continente, um rabo e um par de patas — a traseira com uma protuberância na ponta —. Depois soube que essa forma tinha surgido há relativamente pouco tempo graças aos trabalhos de aterramento. O fato de o Fundão ser produto da criação humana, foi o gatilho que me impulsionou a empreender uma viagem até a origem desse *Bicho-Fundão*, o que significou prosseguir com a tentativa de criação, mas sem remover água nem terra. Neste caso as letras foram o instrumento para construir uma possível resposta à questão de como aquele ser particular havia nascido.

O mundo era uma ilha de água rodeada por um mar de terra.

A água permanecia calma enquanto a terra se mexia.

Num canto, no limite entre a ilha e o mar, havia um ovo cuja origem os cientistas

ainda não conseguiram explicar, mas sobre a qual existem algumas teorias.

O movimento do mar de terra provocou a queda do ovo na ilha de água.

Enquanto o ovo ia se submergindo, a casca se quebrava e assim do ovo emergiu um girino.

Ele viajou na obscuridade da ilha e ao chegar ao ponto mais profundo e escuro encontrou o revés do mundo.

Ao atravessar para o revés, o bicho deveio imago.

Assim, começou sua vida na terra em uma ilha de terra, aparentemente quieta, rodeada de água.¹

A permanente construção do Fundão me faz pensar na ilha (particularmente *nessa* ilha) como organismo sujeito à transformação. Nesse processo há perdas ao mesmo tempo que se revelam faces novas. Em consequência, não posso mais pensar o Fundão tão só como cidade universitária, senão como bicho, um ser vivente que sofre mudanças, que come, dorme, se desloca, respira, digere, excreta, se reproduz.

O Bicho-Fundão que habito também me habita, me induz a tornar-me bicho para compreender a singularidade de seu ser. Tento ser esse outro seguindo a sugestão de Gaston Bachelard que diz que para imaginar a lenda da Fênix é preciso tornar-se a Fênix de si mesmo.² Assim, no meu devir bicho experimento alterações provocadas por condições externas que não posso controlar e que acabam por jogar-me na introspecção. Desde o interior consigo ver melhor a dimensão desse organismo.

A viagem pelo interior não se restringe às meditações do bicho nem ao que eu penso acerca dele, senão que me leva a estabelecer contato direto com seu corpo. Com certo temor me aventuro pelas profundezas de sua carne. Estranhamente não acho sangue nele, mas muita água e outros fluidos um pouco pegajosos. O interior do bicho não é escuro como eu suponha. Isto poderia se explicar argumentando que a pele do bicho é fina. Porém, quero me afastar das explicações e acreditar que meu olhar tem mudado desde que entrei no corpo do bicho, quiçá, porque alguma coisa nele me faz ver, me faz vê-lo de um modo mais claro.

Para ver melhor esse meu Bicho-Fundão e permitir que outros o vejam, me arrisco a materializá-lo. No vídeo *Tripas* experimento com a plasticidade de uma superfície que, imagino, constitui o interior desse complexo organismo, cujo vasto exterior ainda não consigo conhecer. Invento a contextura do bicho com elementos simples (um tecido e água) produzindo tênues movimentos. Meu corpo se movimenta para despertar o dinamismo desse outro corpo, para animá-lo, para trazê-lo à vida. Na imaginação, ouço a voz desse bicho, mas não uma voz falante

1 O texto Bicho-Fundão foi escrito pela autora em 2016.

2 BACHELARD, 1990, p.62.

que viaja pelo ar, senão uma voz que repercute nas profundidades de uma caverna. A exploração lúdica da voz e do corpo acaba por dar forma tangível a um bicho. A imagem do Bicho-Fundão nasce e cresce a partir da provocação sobre uma parte do seu ser: as Tripas.



Figura 1 - Maria Alejandra Espinosa. Still de Tripas. 2016. Vídeo com som. Disponível em: <https://vimeo.com/205802054>

A fabulação que modifica minha visão do Fundão magnifica alguns detalhes que poderiam ser considerados banais dentro de um contexto institucional. No entanto, essas coisas pequenas são as que vão costurando uma relação afetiva com esse lugar-organismo e enriquecem minha percepção. Nesse sentido, o mínimo se constitui em ponte poética para ligar o fenômeno e a imaginação, para “viver a imagem pela atração de sua sutileza”.³ Sendo assim, as brincadeiras quebram o convencional e ainda com seus restos se arriscam a criar. Pois justamente partindo da singeleza dos detalhes comuns é que, pouco a pouco, vou descobrindo a Cidade Universitária.

Escarvando e logo escavando na história desse projeto me ocorreu que cada uma das ilhas que conformavam o arquipélago que hoje é o Fundão poderia ser um bicho, e que dos relacionamentos e evolução desses bichos se originou o organismo-Fundão que experimenta constantes transformações. Isto quer dizer que o atual Fundão é só uma fase transitória e que não sabemos qual será seu destino. Ele pode continuar a crescer, assim como pode decair, morrer, desaparecer. Portanto, os bichos involucrados nessa especulação são variados enquanto poderiam ter a ver com a origem, as relações entre os seres do organismo ou entre o organismo e outras espécies, ou ainda poderiam ilustrar os estágios de desenvolvimento do organismo-Fundão.

Para dar forma aos bichos ou, a bem dizer, para eles se formarem, me debrucei sobre antigos mapas descobrindo uma cidade inexistente banhada por rios, com grandes enseadas e mangues que provavelmente hospedavam uma diversidade de espécies animais e vegetais. Me concentrei no desaparecido arquipélago conformado por oito ilhas que hoje conhecemos pelo nome de Fundão, para, partindo da forma e de algumas características de cada ilha, criar outros

3 Ibidem, p.63.

seres. Assim, passei por um processo de desconstrução do atual Fundão para retornar à forma original de cada ilha e logo desconstruí essas oito formas para construí-las de outro modo através da ficção. O desenho foi o caminho para me aproximar desses novos seres, para trazê-los à vida e para tentar compreender de alguma maneira a existência da ilha do Fundão. A coleção de bichos compõe um *Bestiário* que, ao igual que o Fundão, continua evoluindo.



Figura 2 - Maria Alejandra Espinosa. Bacalão – da série Bestiário. 2016. Desenho

O desenvolvimento desse organismo originou a hibridação de seres heterogêneos que conseguiram se adaptar à vida em comunidade. Alguns seres desapareceram no caminho — porventura foram devorados ou morreram já velhos — enquanto outros ainda crescem, se ramificam, lutam para manter seu território ou migram à procura de espaços mais sossegados. Há seres que preferem a solidão, que evitam qualquer conflito e inclusive se escondem pois não gostam de ser vistos. Contudo, através da imaginação os descobrimos e eles também nos veem.

Nesse sentido, os bestiários são instrumentos para empreendermos uma exploração lúdica do mundo que habitamos. Nessa exploração, o excesso resulta natural e a imagem exagerada impulsiona o acesso aos universos fabulares. O exagero é uma característica comum dos bestiários onde tudo se apresenta com aparência extraordinária. Bachelard se refere às imagens exageradas como “drogas virtuais” eficazes para conduzir-nos ao devaneio poético. Ainda, ele se pergunta e nos questiona instando-nos a refletir sobre “por que os atos da imaginação não haveriam de ser tão reais quanto os atos da percepção?”.⁴ Portanto, bestiários e outras formas de fabulação constroem realidades, denominadas por Bachelard “realidades da imaginação”.⁵

4 BACHELARD, 2000, p.143-144. Tradução livre.

5 Idem. Itálico do autor.

Do exagero da dimensão fabular volto ao excesso que também faz parte do cotidiano e, dentro dele, procuro o mínimo, o sutil, o simples que, embora sua voz seja confusa, me fala ao ouvido. Assim como o olhar deve ser sensibilizado para aprendermos a ver, é bom exercitar a imaginação para inventarmos mundos fabulares. Quando a imaginação é estimulada, as imagens mais singelas conseguem construir um universo dentro de nosso ser. Por conseguinte, o que vemos se transforma mediante a fabulação, e ao mesmo tempo nós nos transformamos, posto que a percepção se nutre e se modifica com a imaginação. Nos percursos habituais acho fragmentos, encontro detalhes que viram seres fantásticos, mas cujo devir acontece pela ação do meu olhar. Então o desenho se estende até o objeto; quer dizer que na conversa entre os objetos e minhas mãos surge o desenho de um ser que cobra vida graças à imaginação. Esse processo se desenvolve empregando materiais achados na ilha do Fundão: sementes, folhas, pedras, resíduos, e progride com a mistura desses achados com outros materiais que encontro em casa. Ao entrar em contato com as formas e texturas desse semelhantes começo a inventar seres efêmeros que somente consigo conservar mediante o registro fotográfico, posto que em alguns casos a decomposição dos materiais é acelerada.

Nos trânsitos entre as vivências, as imagens, os registros documentais e as tentativas de criação, se originam múltiplos Fundões. Um dia, a ilha do Fundão torna-se bicho. Depois, se converte em outra coisa que até poderia ser um organismo, mas que não tem forma definida, talvez porque vive em constante mutação. Todavia a cidade universitária está em permanente transformação e cada percurso por seus prédios, prados, cantos e caminhos encerra inúmeros universos. Acaso atrever-se a realizar o projeto da cidade universitária — ou seja, criar a ilha do Fundão a partir de aterros — não foi a materialização de um universo imaginário?



Figura 3 - Maria Alejandra Espinosa. Alado. 2016. Montagem de objetos. Fotografia: Luis Buitrago

As travessias pelo Fundão, por acaso, desembocam em outros cenários fabulares. Movimentar milhões de metros quadrados de terra para fabricar uma cidade universitária sobre a água parece uma ideia absurda. Mesmo assim, isso foi feito e desencadeou muitos problemas. Os

deslocamentos de terra que pareceriam possíveis apenas pela ação de terremotos, acontecem ainda por conta das ações humanas. No caso do Fundão, tal empresa monumental foi desenvolvida durante anos, com o auxílio de máquinas. Ainda hoje parece que a terra da ilha se desloca e aquilo que se encontra nela muda constantemente.

A permanente mudança do Fundão está ligada à instabilidade. É uma ilha que flutua entre a construção infinda e a destruição. Enquanto novos prédios são erigidos, os mais antigos caem lentamente. Em janeiro de 2016 comecei a coleta de pastilhas da fachada do prédio da Reitoria, que ia achando nos pilotis ao entrar ou sair do prédio. Caminhando pelos corredores do andar térreo percebi alguns acidentes geográficos que revelam a instabilidade do solo, esse solo fabricado para desafiar a natureza que tinha posto água ali, em lugar de terra. Depois de reunir uma quantidade de pastilhas, notei que a forma quadrada se repete em diversos cantos do prédio da Reitoria e ainda em outros espaços do campus. A obsessão com o quadro me exigiu voltar no edifício para percorrê-lo observando com mais atenção do que habitualmente observo. Me deter nos detalhes da deterioração implicou pensar nas possibilidades de reconstrução. Coletei mais pastilhas, fotografei e registrei alguns sons do ambiente.

Partindo da forma quadrada surgiu a ideia de fazer um *Caderno quadriculado*. Os quadradinhos do caderno se misturam e às vezes se confundem com os quadros que desenho, quase todos do mesmo tamanho das pastilhas coletadas. Desenhos e textos se articulam na busca de desdobramentos da forma — nesse caso, o quadro — que se constitui em unidade fundamental para construir, ao mesmo tempo em que servem para explorar maneiras de quebrar essa forma ou, pelo menos, de torná-la mais maleável.

O quadrado do caderno se propagou até o quadro da tela. O vídeo foi o veículo para jogar com a repetição da forma quadrada, com materiais heterogêneos e com o visível e audível. Assim, o quadro está presente nas peças coletadas (as pastilhas), na imagem do prédio que mostra janelas demarcadas por uma estrutura quadrada e no enquadramento da fotografia, do vídeo e da tela onde o vídeo finalmente é exibido. Quanto aos materiais, parti das pastilhas como elemento tangível do prédio; elas são ao mesmo tempo peça de construção e resíduo produto do desgaste da edificação. Em consequência, parte das pastilhas estão quebradas, algumas contêm restos de concreto e a maioria estão sujas. Por esses motivos a aparência delas não é uniforme. Quer dizer que cada pastilha é uma peça única, embora à primeira vista todas as pastilhas da fachada do prédio pareçam iguais. Justamente não são iguais porque não são novas; por conta da deterioração cada pastilha atingiu sua singularidade.

O outro material presente no vídeo é a fotografia, imagem fixa do prédio. Melhor dizendo, reflexo do prédio no espelho de água do lado dos pilotis. O reflexo é alterado pelos elementos naturais sutis: folhas e flores que flutuam na água e que de alguma maneira quebram a rigidez do quadro. O rompimento também se produz pelo corpo, ou seja, pelo movimento da minha

mão que entra colando as pastilhas sobre a imagem fixa, para tentar reconstruir o prédio que está desmoronando-se aos poucos. O ambiente é construído igualmente pelo áudio que mistura sons captados no térreo e nos pilotis da reitoria com as ondas da maré na orla do Fundão. A queda das pastilhas ressoa na água aludindo ao espelho de água da fotografia escolhida e ao fato de a construção estar localizada em uma ilha artificial.

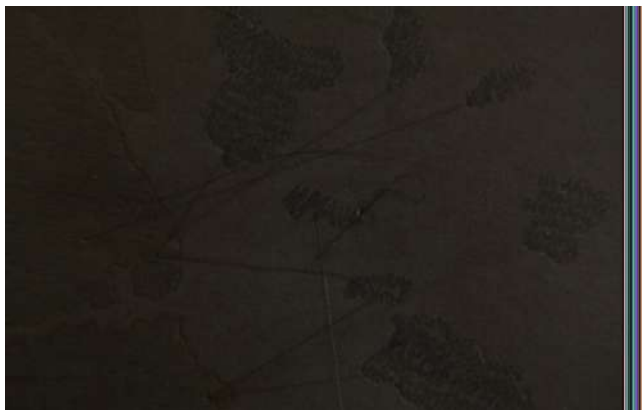


Figura 4 - Maria Alejandra Espinosa. Stills de *Obra em quadro*. 2016. Vídeo com som. Disponível em: <https://vimeo.com/203341708>

Os jogos com o visível abarcam a simultaneidade desses elementos anteriormente mencionados: o prédio visto no reflexo na água, o contraste da imagem fixa (a fotografia) com o movimento do meu corpo e das pastilhas que caem, e inclusive o som que desloca a ação e amplia a construção espacial. O vídeo *Obra em quadro*, enfim, trata sobre o que considero que é a história do Fundão. Isto é destruição e reconstrução constantes, simultâneas, inseparáveis.⁶ Nesse contexto, as coisas são efêmeras e as pessoas transitam sem ficar. O que permanece é a incerteza.

Enquanto minhas tentativas de reconstrução do prédio fracassam, a Terra continua seu movimento infinito gerando transformações nos territórios e inclusive nas pessoas. Na solidão que experimento na imensidade do Fundão, cogito o quanto uma cidade isolada parece com uma pessoa desterrada. Entre aterros e desaterros me pergunto se é possível *Desterrar uma ilha*.⁷ Pensar nisso supõe imaginar a ilha como personagem e não somente como espaço. Igualmente me leva a refletir a respeito das causas e consequências desse tipo de condenação. Por meio da escrita indago sobre questões políticas relativas ao território que às vezes a fabulação, em lugar de ajudar a resolver, acaba por complicar ainda mais. Pretendendo achar respostas me deparo com novos questionamentos.

6 Segundo informações do site da Prefeitura Universitária, "Ao longo de seis décadas, a Ilha do Fundão sofreu várias transformações. Mantendo sintonia com o universo de ideias que abriga, é um projeto em permanente construção". Disponível em: <<http://www.prefeitura.ufrj.br/index.php/noticias-antiores-sala-de-imprensa/286-viva-a-ilha-do-fundao>>. Acesso em janeiro de 2016.

7 Desterrar uma ilha é o título de um texto escrito pela autora em 2016.

Percebo que as perguntas sobre a ilha e o desterro transcendem os assuntos geográficos e jurídicos para atingir um problema mais complexo e inexplicável: a essência do ser humano. Já tinha pensado a ilha como bicho, como organismo, mas não necessariamente como homem. Seria possível atribuir características insulares aos homens e qualidades humanas às ilhas? Me pareceu que sim, embora tinha encontrado um poema do escritor inglês John Donne que diz que o homem não pode ser equiparado com uma ilha. Eis um trecho do poema: “Nenhum homem é uma ilha, inteiramente isolado, todo homem é um pedaço do continente, uma parte de um todo”.⁸ Achei curiosa a metáfora de Donne, sendo ele oriundo de um país-ilha. Acaso Donne sentia-se pertencer ao continente? Ou de fato ele se achava isolado e queria *desilhar-se*?⁹ Todavia sem conseguir responder essas questões, outro trecho do poema chamou minha atenção: “a morte de qualquer homem me diminui, porque sou parte do gênero humano. E por isso não perguntes por quem os sinos doam; eles doam por ti”.¹⁰ Humano. Ilha. Continente. Essas palavras foram a provocação para voltar ao antigo mapa da zona norte do Rio de Janeiro, situada ao redor da Baía de Guanabara e em cujas águas se encontravam a enseada de Inhaúma e às ilhas do arquipélago — hoje cidade universitária — antes dos aterramentos. Partindo dessas ilustrações antigas, fiz um mapa onde as ilhas são constituídas pela palavra *HUMANO* e estão ligadas ao continente por meio de fios de cabelo que venho coletando desde meu ingresso no programa de doutorado em Artes Visuais da UFRJ.

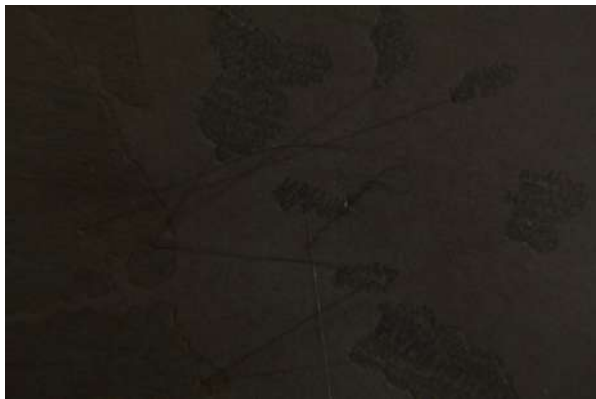


Figura 5 - Maria Alejandra Espinosa. Detalhe de *HUMANO*. 2016. Desenho.

Os cabelos tecem os pontos de retorno ao Fundão. Como em toda parte do mundo aqui acontecem vida e morte. Navegar significa estar exposto ao naufrágio, e naufragar traz consigo a incerteza. Transitamos enfrentando a tensão entre a necessidade de manter-nos flutuando e a curiosidade pelos mistérios ocultos nas profundezas do oceano que nos puxam, querendo

8 DONNE, 1987, p.126. Tradução livre.

9 Expressão apropriada a partir do projeto *Desilha*, coordenado pela professora Livia Flores.

10 DONNE, op. cit.

devorar-nos. Nesse embate talvez conseguimos enxergar uma ilha que parece resolver o conflito. As ilhas podem nos salvar; podem ser a volta à vida, ou em palavras de Deleuze, podem ser o recomeço.¹¹ O filósofo compara a ilha com um ovo, posto que a ilha é “o mínimo necessário para um novo começo”.¹² Portanto, a partir da ilha é possível “re-produzi-lo tudo”.¹³ Sendo assim, a semente da criação pode brotar no isolamento e estender pontes, tal como aconteceu com o Bicho-Fundão. Contudo, as ilhas não somente estão ligadas à criação, mas também à separação. Talvez por conta disso às vezes fracassam as tentativas de estabelecer contato com o continente e é preciso enviar mensagens, ainda que seja em garrafas jogadas ao mar sem um rumo definido. Alguém pode aparecer.

As ilhas, em ocasiões, resultam mortais. Lançam o anzol atraindo os navegantes que sucumbem e são arrastados até o interior onde desaparecem sem serem resgatados. É aterrador. Mesmo assim, ficam rastros que delatam a presença humana no território insular e que servem, ao mesmo tempo, para alertar e para seduzir as pessoas. Por isto e porque são inúmeras, resulta difícil distinguir o tipo de ilha ao que estamos nos aproximando. Não existe mais opção que se arriscar a descobrir os tesouros e perigos da ilha ou ficar andando à deriva, lembrando que assim como existem ilhas derivadas dos continentes, as ilhas também são lugares aos quais se deriva.



Figura 6 - Maria Alejandra Espinosa. Encontro – da série. Diário de Naufrágio. 2016. Objeto e montagem. Fotografia: Luis Buitrago.

A errância entre a geografia e a mitologia é própria da ilha. Separada do mundo, a ilha se pensa a si mesma. Sua consciência desperta quando somos capazes de inventar o mundo a partir dela. Para isto é imprescindível a imaginação, como bem nos advertem Bachelard e Deleuze. Mas parece que a imaginação individual não é o suficiente. Segundo Deleuze, para que exista

11 DELEUZE, 2002, p.12.

12 Ibidem, p.16. Tradução livre.

13 Idem.

esse vínculo de identidade entre a ilha e seu habitante se requer “a imaginação coletiva no que ela possui de mais profundo, nos ritos e nas mitologias”.¹⁴

As histórias de marinhagem dizem que os navegantes sempre são atraídos pelas ilhas. Me ocorre que as ilhas têm um ímã. Deve ser por isso que, apesar de tudo, o Fundão nos convoca. Se pensarmos que cada ilha possui um ímã, o do Fundão é supremamente potente enquanto concentra a força de oito ímãs juntos. Porém, ímãs não somente atraem; eles se enfrentam e se repelem. Contudo, o conflito alimenta a criação e é a vontade de criar o que nos mantém vivos, tão vivos quanto a ilha.

Referências bibliográficas

BACHELARD, Gaston. Fragmentos de uma poética do fogo. Editora Brasiliense S.A., 1990. Trad. Norma Telles.

_____. La poética del Espacio. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000. Trad. Ernestina de Champourcin.

DELEUZE, Gilles. Causes et raisons des îles désertes. In: L'île déserte et autres textes (Ed. David Lapoujade). Paris: Les Éditions de Minuit, 2002.

DONNE, John. Selected Prose (Ed. Neil Rhodes). London: Penguin Books, 1987.

14 Ibidem, p.14. Tradução livre.

CHLORELLA SP. : EXTRAÇÃO DE CAROTENOIDES E COMPOSTOS BIOATIVOS

Souza, R.T.

UFRJ, EQ, Graduação

Mota, M.F.S.

Bon, E.P.S.

Freitas, S.P.

Introdução

Os carotenoides são compostos encontrados abundantemente na natureza, onde desempenham um papel importante para a fotossíntese e a proteção foto-oxidativa das plantas. Esses compostos são de natureza lipofílica e podem ser de coloração vermelha, laranja e amarela. Esses compostos possuem uma estrutura básica comum de 40 carbonos que é formada por unidades de isopreno ligadas covalentemente, sendo classificados quimicamente como tretaterpenoides.

Os carotenoides podem ser divididos em dois grupos: carotenos, compostos apenas por carbono e hidrogênio (hidrocarbonetos), e as xantofilas, que são sintetizadas a partir dos carotenos por meio de reações de hidroxilação e epoxidação e apresentam moléculas de oxigênio como grupos funcionais. Estima-se que existam 600 diferentes carotenoides na natureza que derivam dessa estrutura básica através de modificações químicas como extensão ou encurtamento de cadeia, hidrogenação, desidrogenação, ciclização, migração de duplas ligações, rearranjo, isomerização, introdução de funções com oxigênio ou combinação desses e de outros processos [1, 2].

A dupla ligação conjugada presente em sua estrutura confere aos carotenoides poder de corante, devido a formação de diferentes cromóforos, cujo comprimento define ao espectro de absorção e cor da molécula; e capacidade antioxidante. A propriedade antioxidante constitui a base para sua ação protetora dos carotenoides contra o estresse oxidativo e protege a célula de radicais reativos, prevenindo a peroxidação lipídica e promovendo a estabilidade e funcionalidade do aparelho fotossintético. Contudo, essa mesma característica promove sensibilidade à luz, oxigênio e aquecimento, dificultando a manipulação e armazenamento desses compostos [3].

Em humanos, as reações de oxidação causadas por espécies reativas de oxigênio podem gerar danos a proteínas e ao DNA, bem como mutações no mesmo. Como antioxidantes, os carotenoides conseguem absorver a energia de excitação dessas espécies reativas, promovendo

a dissipação de energia e protegendo contra aos possíveis danos químicos, podendo prevenir alguns tipos de câncer, doenças degenerativas, doenças cardiovasculares, diabetes, neurodegeneração, catarata e degeneração macular. Já a deficiência dessas moléculas pode resultar em problemas como cegueira noturna, exoftalmia e, em casos mais graves, queratinização da conjuntiva e da córnea [3, 4, 5, 6].

Devido à coloração, a principal utilização dos carotenoides consiste na substituição de corantes sintéticos pelas indústrias alimentícias. Atualmente, o consumo de carotenoides por parte da população vem aumentando devido à necessidade de uma alimentação funcional com vistas à prevenção de algumas doenças crônicas. O β -caroteno é o carotenoide mais produzido, seguido da luteína e da astaxantina.

As microalgas são microrganismos são capazes de realizar fotossíntese oxigênica, produzindo biomassa rica em compostos biologicamente ativos, como por exemplo, proteínas, ácidos graxos insaturados, vitaminas e pigmentos, tais como os carotenoides. Esses microrganismos apresentam um grande potencial de aproveitamento, seja alimentício ou como fonte de compostos químicos de interesse industrial.

A utilização da biomassa de microalgas vai ao encontro do conceito de biorrefinaria, na qual os bens de consumo e energia são derivados do processamento sustentável de matérias primas renováveis. Sendo assim, uma vez que as microalgas possuem uma composição química bastante rica e podem ser utilizadas tanto para obtenção de produtos de alto valor agregado como para produção energia, a integração desses processos por rotas ambientalmente favoráveis se torna essencial para a viabilização da produção e redução dos custos dos derivados de microalgas [7].

A produção de carotenoides por microalgas apresentam diversas vantagens em relação aos vegetais superiores, pois estas possuem uma taxa de crescimento mais rápida, não estão sujeitas à sazonalidade, requerem menor espaço para produção, não necessitam de terras aráveis e nem de água potável [8, 9, 10]. Quando comparada aos vegetais superiores, algumas microalgas apresentam maior conteúdo de carotenoides específicos. Além disso, alguns carotenoides amplamente encontrados em microalgas, como astaxantina, são raramente achados em vegetais superiores [3]. Outra grande vantagem é que as microalgas utilizam substratos de baixo custo e possuem condições de operação menos intensiva quando comparada aos vegetais superiores [3].

A biossíntese de carotenoides pelas microalgas pode variar de acordo com a espécie, condições de cultivo e fatores ambientais. Determinadas espécies podem aumentar a produção de carotenoides em resposta a condição de estresse aplicada durante o seu crescimento, como alta intensidade de luz, aumento da temperatura, alta salinidade e/ou limitação de algum nutriente [10, 11, 12].

A *Chlorella* é uma das microalgas mais estudadas e comercializadas atualmente, o cultivo comercial de *Chlorella* é realizado visando à suplementação alimentar humana e a maricultura. A principal importância da suplementação alimentar com *Chlorella* é devido à sua alta concentração de proteínas, aminoácidos e pigmentos, como a clorofila e carotenoides. Essa microalga apresenta uma composição de carotenoides rica em luteína, um importante antioxidante reportando por ter efeitos comprovados na prevenção de cataratas e da degeneração macular [13, 14]. A luteína é produzida comercialmente a partir das flores de calêndula, entretanto o teor de luteína das calêndulas é muito baixo. Sendo assim, a produção de luteína a partir de microalgas pode se tornar uma alternativa economicamente competitiva para a obtenção desse composto [13, 14].

Para viabilizar a extração dos compostos de interesse, a parede celular de microalgas necessita, em geral, ser rompida. Existem diversas técnicas de ruptura celular, dentre as quais podemos citar: moinho de pérolas, homogeneização de alta pressão, ultrassom, micro-ondas, tratamento enzimático, tratamento químico. A escolha do pré-tratamento adequado depende da espécie de microalga escolhida. As técnicas de ruptura celular podem ser aplicadas simultaneamente com a extração, como no caso de micro-ondas e do ultrassom, ou previamente, como no caso da quebra usando o moinho de bolas vibratório.

O moinho de bolas vibratório provoca a ruptura celular devido ao cisalhamento causado pelo impacto das bolas com a célula e tem sido reportado como um método de ruptura adequado para extração de compostos de interesse das microalgas [15].

A extração dos carotenoides é geralmente realizada por solventes orgânicos visando gerar um extrato rico em carotenoides que pode ser utilizado diretamente em suplementos alimentares ou passar por processos de purificação. Nesse processo a polaridade do solvente é o fator preponderante para a escolha do solvente ideal, o processo de extração dos pigmentos, geralmente, utiliza hexano, clorofórmio e metanol que são solventes poluidores e tóxicos, o que agrega um problema ambiental ao processo [5]. Atualmente, a substituição destes solventes tradicionais por solventes renováveis é uma tendência para minimizar os impactos ambientais e aumentar a qualidade dos produtos com potencial bioativo. Dentre os solventes mais favoráveis ambientalmente o etanol se destaca devido ao seu custo e à sua afinidade com carotenoides e com os lipídios de cadeias longas e poli-insaturados, geralmente encontrados em microalgas, sendo capaz de solubilizar tanto os lipídios polares como aqueles não polares com mais alta eficiência que os solventes tradicionais [5, 16].

O presente trabalho teve como objetivo estudar a eficiência de extração dos carotenoides da microalga comercial *Chlorella* sp. a partir de uma rota ambientalmente favorável.

1 - Materiais e métodos

1.1 - Matéria-prima

Neste trabalho foi utilizada uma preparação comercial da microalga *Chlorella* sp. na forma de um pó comercializada no Brasil e produzida por Fuqing King, Drarmsa Spirulina Co, Ltd, China. De acordo com o fabricante, essa alga foi submetida à secagem ao sol e esterilização. Os reagentes utilizados nesse trabalho eram de grau de pureza P.A.

1.2 - Tratamento em moinho de bola vibratório

O tratamento em moinho de bola foi realizada em um moinho vibratório (Fritsch, Alemanha) contendo 1 bola com amplitude 1,5 mm, por 90 minutos.

1.3 - Determinação de clorofila e carotenoides totais

Os carotenoides totais foram determinados utilizando-se a metodologia de Lichtenthaler (1987) modificada [17]. A determinação de pigmentos por essa metodologia consistiu em incubar 4 mg da microalga moída em moinho de bola com 20 mL de etanol 95% por 2h em agitador orbital a 25 °C e 110 rpm. Após a extração dos carotenoides, a suspensão foi centrifugada para separação da biomassa residual. A fase líquida foi analisada em espectrofotômetro nos seguintes comprimentos de onda: 664,2 (absorvância máxima da clorofila A); 648,6 (absorvância máxima da clorofila B); 470 (absorvância máxima dos carotenoides) e 750 nm (leitura que representa a turbidez a ser descontada das outras absorvâncias, uma vez que onde os pigmentos não apresentam absorção). As equações utilizadas para quantificar o teor de clorofila e carotenoides estão apresentadas na Tabela 1.

Pigmentos (µg/mL)	Equações
Clorofila total	$C_{cl} = 5,24 \times A_{664,2} + 22,24 \times A_{648,6}$
Carotenoides totais	$C_{car} = \frac{1000 \times A_{470} - 2,13 \times C_a - 97,64 \times C_b}{209}$

Tabela 1 - Equações para determinação do teor de clorofila e carotenoides. Fonte: Lichtenthaler (1987) [17].

Determinação de lipídios totais

Para a determinação dos lipídeos totais foi utilizado o método de Bligh & Dyer (1959) modificado [18]. Esse método padrão consiste em extrair os lipídeos da microalga com uma mistura de clorofórmio e metanol (1:2). Para esta análise 1 g da microalga moída foi incubada com 17,0 mL de metanol e 8,5 mL de clorofórmio homogeneizando-se a cada 5 minutos por 1 h em temperatura de ambiente (~25°C). A seguir, a mistura foi centrifugada e o sobrenadante coletado. A fração sólida foi submetida a uma nova etapa de extração por 1h utilizando-se 8,5 mL de metanol e 17,0 mL de clorofórmio, novamente, o sobrenadante foi coletado e misturado

ao anterior. Para a separação das fases apolar e polar foi adicionado 6,8 mL de água e, após centrifugação, a fase orgânica (fase inferior) foi coletada. O solvente foi evaporado para o calculo do percentual de lipídeos totais na biomassa.

- 1.4 - Experimentos em agitador orbital

Os experimentos em agitador orbital foram realizados com a microalga moída na faixa de 30 a 50 °C sob agitação de 110 rpm para garantir a homogeneização do meio. A razão solvente biomassa utilizada foi de 9:1 mantendo-se a escala de volume de etanol em 20 mL. As mistura etanol/água nas proporções 100/0, 70/30, 50/50, 30/70 e 0/100 foram avaliadas como solvente para a extração dos carotenoides. Os erlenmeyers foram protegidos da luz para evitar a degradação dos pigmentos. O tempo de extração foi de 30 minutos. Após a extração, a biomassa foi centrifugada e o filtrado foi utilizado para determinação de pigmentos em base seca.

- 1.5 -Extração em dois estágios

Visando obter um extrato rico em lipídios e carotenoides, foi realizada a extração com etanol 100% em dois estágios com a escala dos experimentos ampliada de 20 para 200 mL. A biomassa moída foi extraída com 200 mL de etanol na proporção 9:1 a 30 °C por 30 minutos. Após centrifugação, o sobrenadante foi reservado e a biomassa residual foi ressuspensa em 200 mL de etanol para uma segunda etapa de extração nas mesmas condições experimentais.

2 - Resultados e discussões

2.1 - Determinação de lipídios, clorofila e carotenoides totais

Na Tabela 2 apresenta-se o teor de pigmentos e de lipídios da microalga comercial *Chlorella* sp. moída em moinho de bolas.

Clorofila total (mg.g ⁻¹ de microalga seca)	Carotenoides totais (mg.g ⁻¹ de microalga seca)	Lipídios (g.(100 g) ⁻¹ de biomassa seca)
17,2 ± 0,3	3,83 ± 0,04	17,2 ± 0,4

Tabela 2 - Teor de lipídios, clorofila e carotenoides totais presentes na microalga *Chlorella* sp. comercial.

2.2 - Experimentos em agitador orbital

Os efeitos fenomenológicos da polaridade da mistura etanol/água nas proporções 100/0, 70/30, 50/50, 30/70 e 0/100, na eficiência de extração de compostos bioativos da microalga estão apresentadas na Tabela 3.

Temperatura (°C)	Total de carotenoides extraídos (mg.g ⁻¹ biomassa seca)				
	Solução Extratora				
	Etanólica	70/30	50/50	30/70	Aquosa

30	4,904	1,136	0,211	0,254	0,024
35	4,459	1,630	0,138	0,114	0,022
40	2,827	1,585	0,189	0,298	0,023
45	3,921	1,439	0,197	0,231	0,021
50	4,367	1,514	0,255	0,253	0,022

Tabela 3 - Resultados de teor de carotenoides obtidos em agitador orbital com a microalga moída.

Para todas as temperaturas avaliadas, o etanol puro apresentou uma maior eficiência de extração, confirmando uma maior afinidade dos carotenoides com este solvente. Neste caso, obteve-se um rendimento acima do obtido pelo Protocolo de quantificação descrito por Lichenthaler (1987) [17] o qual recomenda etanol 95% para extração de carotenoides de plantas, tal fato se deve, possivelmente, por conta das diferenças nas paredes celulares que limitam a difusão dos solventes [16].

A redução do total de carotenoides extraídos entre 40 e 45 °Cs se deve, provavelmente, à extração competitiva, de outros compostos, não analisados, presentes na matéria insaponificável do óleo. Dentre todas as condições avaliadas com etanol 100%, os experimentos a 30 °C favoreceu a maior rendimento de extração dos carotenoides, fato bastante positivo uma vez que temperaturas mais brandas, além de consumir menor energia, são ideais para processos de obtenção de compostos bioativos, particularmente de compostos termolábeis.

O processo conduzidos em dois estágios de extração forneceu um extrato rico em lipídeos, correspondendo a cerca de 18% da biomassa seca. Este resultado indicou uma eficiência de extração de 100% se comparada com resultados da obtida pelo método de Bligh & Dyer [18]. Na Tabela 4 ilustra-se a eficiência de extração dos pigmentos no processo conduzidos em dois estágios.

	Total de clorofila (mg.g ⁻¹)	Total de carotenoides (mg.g ⁻¹)	Razão carotenoi- des/ clorofila (g/g)	Razão carotenoides/ lipídios (mg/g)
Após 1ª extração	13 ± 3	3,3 ± 0,8	0,30 ± 0,01	18 ± 5
Após 2ª extração	3,2 ± 0,9	0,7 ± 0,2	0,20 ± 0,002	4 ± 1
Total nos dois estágio	17 ± 2	4,0 ± 0,5	0,20 ± 0,01	23 ± 3

Tabela 4 - Caracterização do extrato etanólico obtido nos diferentes estágios de extração.

O segundo estágio de extração aumentou em quase 20% o teor de carotenoides no extrato lipídico, se comparado com dados obtidos em um só estágio, sem alterar de forma significativa a razão carotenoides/clorofila, comprovando a importância da re-extração. O extrato obtido apresentou uma relação carotenoides/lipídios (mg/g) cerca de cinco vezes maior que a encontrada na extração com fluidos supercríticos com a microalga *Nannochloropsis gaditana*

[19], indicando que o rompimento da parede celular foi mais efetivo que o uso de fluidos super-críticos quando se trata de extração de compostos bioativos a partir de microalgas.

Os resultados em carotenoides obtidos com a microalga *Chlorella* sp. comercial comprovam que essa microalga é uma boa fonte de carotenoides, quando comparada ao brócolis, essa microalga apresenta cerca de 28% mais de carotenoides (em mg.g^{-1}), podendo ser considerado uma boa fonte desse composto de alto valor agregado.

Além disso, a biomassa residual desse processo é rica em proteínas podendo ser utilizada para a obtenção de peptídeos bioativos, uma vez que a biomassa de *Chlorella* é rica em aminoácidos essenciais o que torna o extrato aquoso obtido na hidrólise com proteases um ingrediente potencial para aplicação na área farmacêutica, para tratamento de doenças como fenilcetonúria e doença de Crohn, e em alimentos funcionais, para elaboração de bebidas energéticas por exemplo [20].

Conclusão e trabalhos futuros

Com base nos resultados concluiu-se que a rota proposta, além de ambientalmente favorável, apresenta um rendimento satisfatório na obtenção de pigmentos bioativos. Além disso, a microalga *Chlorella* sp. apresentou concentração de carotenoides superior a alguns alimentos, como o brócolis, comprovando ser uma boa fonte desse pigmento.

A próxima etapa deste trabalho avaliará uma rota tecnológica para processamento da microalga visando também a recuperação das proteínas solúveis em água.

Referências bibliográficas

- AMBRÓSIO, C. L.; CAMPO, F. de A. C. e S.; FARO, Z. P. Carotenoides como alternativa contra a hipovitaminose A. Revista de Nutrição, v. 2, n. 19, p. 233-243, 2006.
- BARBOSA, M. M. Obtenção de carotenoides de flavonoides a partir do bagaço do pedúnculo do caju por maceração enzimática e prensagem. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.
- BLIGH, E.G.; DYER, W.J. A rapid method of total lipid extraction and purification. Can. J. Physiol. 37, 911–917, 1959.
- BRITTON, G. Structure and properties of carotenoids in relation to function. The FASEB Journal, 9, 1551–1558, 1995.
- CLEMENTE, A. Enzymatic protein hydrolysates in human nutrition. Trends in Food Science & Technology, v. 11, p. 254-262, 2000.
- DUARTE, D. R. S. Alimentos funcionais com microalgas: nova fonte de pigmentos, antioxidantes e ácidos gordos ômega 3. Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010.
- GOIRIS, K.; MUYLEAERT, K.; FRAEYE, I.; FOUBERT, I.; BRABANTER, J.D.; COOMAN, L.D. Antio-

- oxidant potential of microalgae in relation to their phenolic and carotenoid content. *J. Appl. Phycol.*, 2012.
- GONG, M.; BASSI, A. Carotenoids from microalgae: A review of recent developments. *Biotechnology Advances*, 2016.
- GUEDES, A. C.; AMARO, H. M.; MALCATA, F. X. Microalgae as sources of carotenoids. *Marine Drugs*, n. 9, p. 625-644, 2011.
- HO, S-H; CHAN, M-C; LIU, C-C; CHEN, C-Y; LEE, W-L; LEE, D-J; CHANG, J-S. Enhancing Lutein Productivity of an Indigenous Microalga *Scenedesmus obliquus* FSP-3 Using Light-Related Strategies. *Bioresource Technology*, 152, 275-282, 2014.
- JONG, E.D.; JUNGMEIER, G. Biorrefinery Concepts in Comparison to Petrochemical Refineries. In: PANDEY, A. HÖFER, R.; TAHERZADEH, M.; NAMPOOTHIRI, K.M.; LARROCHE, C. *Industrial Biorefineries and White Biotechnology*. Elsevier, Netherlands, 2015.
- LICHTENTHALER, H.K. Chlorophylls and carotenoids: Pigments of photosynthetic biomembranes. *Methods in Enzymology*, 148: 350-382, Academic Press Inc., New York, 1987.
- LIMÓN, P.; MALHEIRO, R.; CASAL, S.; ACIÉN-FERNÁNDEZ, F.G.; FERNÁNDEZ-SEVILLA, J.M.; RODRIGUES, N.; CRUZ, R.; BERMEJO, R.; PEREIRA, J.A. Improvement of stability and carotenoids fraction of virgin olive oils by addition of microalgae *Scenedesmus almeriensis* extracts. *Food Chemistry*, 175, 203-211, 2015.
- MILLAO, S.; Uquiche, E. Extraction of oil and carotenoids from pelletized microalgae using supercritical carbon dioxide. *J. of Supercritical Fluids*. 116, 223–231, 2016.
- PIRES, K. M. S.; ALENCAR, D. B. de; SOUSA, M. B. de; SAMPAIO, A. H.; SAKER-SAMPAIO, S. Teores de α -caroteno e β -caroteno em macroalgas marinhas desidratadas. *Revista de Ciência Agronômica*, v. 39, n. 2, p. 257-262, 2008.
- SHEEHAN, J. Engineering direct conversion of CO₂ to biofuel. *Nature Biotechnology*, 27, 1128–1129, 2009.
- SHEN, Y.; PEI, Z.; YUAN, W.; MAO, E. Effect of nitrogen and extraction method on algae lipid yield. *Int. J. Agric. & Biol. Eng.*, Vol. 2 No.1, 2009.
- SILVA, L. A. Estudo do processo biotecnológico de produção, extração e recuperação do pigmento ficocianina da *Spirulina platensis*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.
- VALDUGA, E.; TATSCH, P. O.; TIGGEMANN, L.; TREICHEL, H.; TONIAZZO, G.; ZENI, J.; LUCCIO, M. Produção de carotenoides: microrganismos como fonte de pigmentos naturais. *Química nova*, v. 32, p. 2429-2436, 2009.
- VARELA, J.C.; PEREIRA, H.; VILA, M.; LEÓN, R. Production of carotenoids by microalgae: achievements and challenges. *Photosynth. Res.*, 125, 423–436, 2015.



O PROGRAMA DE ESTUDOS MEDIEVAIS DA UFRJ: UMA EXPERIÊNCIA DE INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva

UFRJ -IH- Docente

Leila Rodrigues da Silva

UFRJ -IH- Docente

Paulo Duarte Silva

UFRJ -IH- Docente

O Programa de Estudos Medievais (Pem) é um Laboratório de pesquisa vinculado ao Instituto de História, que tem como escopo o estudo de diversos aspectos relacionados à história das sociedades organizadas durante o período denominado como Idade Média, geralmente fixado entre os séculos IV ao XVI. O Pem foi fundado em 1991, mas iniciou, em 1998, um intenso processo de reestruturação, tendo como principais objetivos integrar as atividades de pesquisa e ensino, já desenvolvidas, com a extensão acadêmica, com ênfase no diálogo multidisciplinar e na formação de recursos humanos. Para atingir essas metas, foram implantadas diferentes estratégias, que contribuíram para a consolidação do grupo como uma referência para o medievalismo nacional. Neste texto, retomando e ampliando reflexões anteriores, é apresentada uma reflexão crítica sobre a história do Pem, com ênfase nas opções privilegiadas no decorrer dos últimos dezoito anos.

O Programa de Estudos Medievais: histórico

O Programa de Estudos Medievais (Pem) foi criado em 1991, no âmbito do Departamento de História, então vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais.¹ A fundação do Pem esteve articulada a um movimento maior, então estimulado pelo Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ, que objetivava a organização e registro oficial dos grupos “estruturados em torno de pesquisadores que se dedicam em conjunto a temas no interior de uma disciplina”.² Tais grupos foram denominados como Laboratórios de Pesquisa, tomando como parâmetro as ciências exatas e da terra.

1 Com a criação do Instituto de História em 2010, o Pem passou a vincular-se a esta unidade.

2 PAIVA, J. H. V. de. “Apresentação”. In: MOREIRA, A. C. (Coord.) Grupos de Pesquisa em Ciências Humanas. Rio de Janeiro, CFCH-UFRJ, 1993. p. 8.

O Pem foi organizado pelas professoras doutoras Maria Sonsoles Guerras Martin, historiadora, e Maria Elisabeth Graça de Vasconcelos, especialista em literatura medieval, que atuavam juntas no curso de Mestrado em História Antiga e Medieval e, a partir de 1992, nos cursos de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ.

Conforme o resumo publicado no catálogo *Grupos de Pesquisa em Ciências Humanas* em 1993, o Pem foi “resultado da fusão de vários projetos de pesquisa desenvolvidos há alguns anos em diversos setores da UFRJ”.³ Além das fundadoras, participavam do grupo os professores Livia Paes Barreto, da UFF; Marcus Silva da Cruz, da UFES; Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva, que ingressou como docente na UFRJ em 1992. Esses dois últimos cursavam, neste período, o doutorado. Após aprovação em concurso público em 1994, Leila Rodrigues da Silva passou a compor o grupo como docente. Também participavam do grupo alunos de graduação e pós-graduação.

Neste momento a ênfase estava na pesquisa, oferta de cursos e publicações, tendo como principal linha de pesquisa “Classicismo, Germanismo e Cristianismo na Idade Média”. No referido catálogo, esta temática é explicada: “estudo dos elementos caracterizadores da estrutura cultural do Medievo: a herança da cultura clássica, as novas concepções sócio-culturais advindas da instalação dos povos germânicos e, finalmente, como agente catalizador, o cristianismo.”⁴ A eleição deste objeto de pesquisa era justificada por oferecer “um campo de investigação de atualidade”⁵ face à consolidação da Comunidade Econômica Europeia, pois “as nações europeias, ‘nascidas na Idade Média’,⁶ ‘procuram novas redefinições de sua política’.”⁷

Como já sublinhado, participando deste grupo, como docentes e alunas de doutorado, encontravam-se as professoras Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva⁸ e Leila Rodrigues da Silva.⁹ Neste período, elas desenvolveram pesquisas que foram fundamentais para a posterior reestruturação das linhas de pesquisa do Pem.

Em seu doutorado, Andréia Frazão analisou duas vidas de santos compostas pelo clérigo castelhano Gonzalo de Berceo, a *Vida de San Millán de la Cogolla* e a *Vida de Santo Domingo de Silos*. A partir da análise destes relatos hagiográficos, discutiu como, apesar dos *topoi*, tais obras buscavam engrandecer a atividade monástica tradicional frente aos movimentos religiosos surgidos a partir do século XII, em especial os cônegos regulares e os mendicantes.¹⁰ Por sua vez, Leila

3 MOREIRA, op cit., p. 63.

4 Idem.

5 Idem.

6 Idem.

7 Idem.

8 Ingressou como aluna do doutorado em 1992, ano que também foi aprovada em concurso público para ocupar uma vaga de docente em História Medieval na UFRJ.

9 Ingressou no doutorado em 1993 e como docente de História Medieval na UFRJ, mediante concurso público, em 1994.

10 Esta tese não foi publicada em sua versão original. Ela foi a base de um estudo mais amplo sobre a hagiografia ibérica medieval,

Rodrigues em sua tese se dedicou a estudar a obra do bispo Martinho de Braga, com destaque para os escritos: *De Formulae Vitae Honestae, Pro Repellenda lactantia, De Superbia e Exhortatio Humilitatis*.¹¹ Seu foco foi a interação entre os campos político e religioso no reino suevo, organizado no noroeste da Península Hispânica no século VI.

Vale destacar que antes do ingresso na UFRJ, as docentes em questão atuaram no ensino fundamental e médio, tanto em escolas públicas como particulares. Esta experiência também influenciou a formação das professoras e teve um importante papel nas atividades que desenvolveram como coordenadoras do Pem desde 1997. Neste ano, com a conclusão dos seus doutoramentos e a aposentadoria das fundadoras, ambas passaram a coordená-lo. A partir deste momento buscou-se a articulação entre a pesquisa, já desenvolvida pelo Laboratório, com o ensino e a extensão.

Em 2014, com a aprovação em concurso público do professor Paulo Duarte Silva, a coordenação do Pem ganhou um reforço. Em sua tese, defendida em 2014, comparou os sermões festivos da Páscoa e do Natal produzidos por Leão, bispo de Roma (440-461), e Cesário, bispo de Arles (502-543), considerando que o empenho de ambos na organização do calendário litúrgico de suas dioceses esteve associado aos seus respectivos projetos de poder.

Com uma trajetória similar à das professoras Andréia Frazão e Leila Rodrigues, já que, além de desenvolver pesquisas sobre o medievo durante a sua formação acadêmica, igualmente atuou na educação básica, Paulo Duarte veio a reforçar a meta de indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.¹²

PEM: estratégias institucionais

Ao assumirem a coordenação do grupo, após um período de transição, a partir de 1998 as professoras Leila Rodrigues e Andréia Frazão desenvolveram diversas estratégias para consolidar e dar visibilidade ao Pem. Tais estratégias não seguiram a um projeto pré-elaborado, mas foram pensadas e implantadas em função das demandas e oportunidades surgidas e da própria consolidação do grupo. Além disso, alguns aspectos conjunturais também impactaram o Pem, em especial a expansão dos estudos medievais a partir de fins da década de 1990, o crescimento dos recursos públicos disponibilizados para a pesquisa e a popularização da internet.¹³ A seguir,

comparando as obras berceanas ao Liber Sancti Jacobi. Cf. Reflexões sobre a hagiografia ibérica medieval: um estudo comparado do Liber Sancti Jacobi e das vidas de santos de Gonzalo de Berceo. Rio de Janeiro, EdUFF, 2008.

11 SILVA, Leila Rodrigues. Monarquia e Igreja na Galiza na segunda metade do século VI: o modelo de monarca nas obras de Martinho de Braga dedicadas ao rei suevo. Rio de Janeiro: EdUFF, 2008.

12 Recentemente essa tese foi publicada: SILVA, Paulo Duarte. Pregação e Poder no Ocidente: as festas cristãs nos séculos V-VI (440-543). Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

13 Sobre o tema ver, dentre outros textos: MARTIN, M. S. A situação da pesquisa de História Geral no Brasil: História Medieval. In: WESTPHALEN, C. M. (Org.). REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA, 11., 1991, São Paulo. Anais... Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, 1992. p. 13-14; MELLO, J. R. de A. O pesquisador em História Medieval e o público brasileiro. In: RIBEIRO, M. E. de B. (Org.). SEMANA DE ESTUDOS MEDIEVAIS, 2., 1994, Brasília. Anais... Brasília: UNB, 1994.

sem uma preocupação excessiva com a ordem cronológica, apresentamos algumas das ações implantadas.

Com a maior valorização da articulação entre pesquisa, ensino e extensão, os objetivos do Pem foram reformulados e ampliados. Assim, foi priorizado: o intercâmbio do grupo com medievalistas nacionais e estrangeiros; a formação de novos pesquisadores; a promoção de discussões acadêmicas relativas ao mundo medieval; a identificação, preservação e divulgação de acervos de materiais relativos à Idade Média localizados na cidade do Rio de Janeiro ou no espaço virtual; a produção de material didático, e a organização de atividades de extensão universitária, levando, à comunidade em geral, informações sobre a Idade Média. Em consonância com tais objetivos, foram propostos novos temas de pesquisa, que privilegiassem diferentes aspectos da sociedade medieval, como a religião, a religiosidade, os discursos normativos, as relações de poder, dentre outros.

Foram construídas, então, redes de colaboração com pesquisadores vinculados a outras universidades brasileiras e do exterior. Esta colaboração se efetiva na troca de material bibliográfico; em convites para a participação em bancas de qualificação e defesa nos níveis de mestrado e doutorado; na organização de eventos conjuntos; na disponibilidade para realizar conferências e/ou cursos de curta duração promovidos pelo Pem; na elaboração de textos em parceria, dentre outras possibilidades. Desde 1998, a opção por tal encaminhamento tem proporcionado a associação de novos pesquisadores ao grupo.

Como a inserção das professoras Andréia Frazão e Leila Rodrigues, como docentes na Pós-graduação, primeiro no Programa de Pós-graduação em História Social (de 1997 a 2002) e depois no Programa de Pós-graduação em História Comparada (desde 2002), o número de egressos da Pós-graduação cujas pesquisas foram desenvolvidas junto ao Pem cresceu paulatinamente. Esse crescimento foi incrementado com a inserção do professor Paulo Duarte, que também atua, desde seu ingresso na UFRJ, no Programa de Pós-graduação em História Comparada, reforçando o grupo de docentes permanentes com atuação no campo da História Medieval.

p. 43-46; PEDRERO-SÁNCHEZ, M. G. Los estudios medievales en Brasil. *Medievalismo*, Madrid, v. 4, n. 4, p. 223-228, 1994; LEÃO, A. V. Os estudos medievais na atualidade brasileira: região sudeste. In: MALEVAL, M. A. T. (Org.). ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS MEDIEVAIS, 3., 1999, Rio de Janeiro. Atas... Rio de Janeiro: Ágora da Ilha, 2001. p. 138-145; NOGUEIRA, C. R. Os estudos medievais no Brasil de hoje. *Medievalismo*, Madrid, n. 12, p. 291-297, 2002; FRANCO JR., H., BASTOS, M. J. da M. L'histoire du Moyen Âge au Brésil. *Bulletin du Centre d'études médiévales d'Auxerre*, Auxerre, n. 7, p. 125-131, 2002-2003; COELHO, Maria Filomena. Breves reflexões acerca da História Medieval no Brasil. In: SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da, SILVA, Leila Rodrigues. (Org.). SEMANA DE ESTUDOS MEDIEVAIS, 6, 2005, Rio de Janeiro. Atas... Rio de Janeiro: Programa de Estudos Medievais, 2006. p. 29-33; ASFORA, V.C.; AUBERT, E.H.; CASTANHO, G. Faire l'histoire du Moyen Âge au Brésil: fondements, structures, développements. *Bulletin du Centre d'Études Médiévales d'Auxerre*, Auxerre, n.12, p. 125-144, 2008; RUST, L. D., BASTOS, M. J. da M. Translatio Studii. A História medieval no Brasil. *Signum*, São Paulo, n. 10, p. 163-188, 2008; AMARAL, Ronaldo. O medievalismo no Brasil. *História Unisinos*, São Leopoldo, v.15, n. 3, p. 446-452, setembro/Dezembro 2011; SILVA, A. C. L. F. da. A península ibérica medieval no Programa de Estudos Medievais de UFRJ. *Revista Diálogos Mediterrânicos*, Curitiba, n. 2, p. 79-96, 2012.

Assim, em 2009, foi criada a categoria de pesquisadores colaboradores para incorporar os egressos que já atuavam no ensino superior. Neste subgrupo, há hoje quatorze professores doutores vinculados a instituições diversas.¹⁴

A fim de dar visibilidade às atividades desenvolvidas pelo Pem, bem como manter o diálogo com o público em geral, investiu-se na divulgação do Laboratório por diferentes meios digitais. Nesse sentido, foi criada uma *homepage*, lançada em 1999, durante o III Encontro Internacional de Estudos Medievais (EIEM).¹⁵ Preservando sua apresentação original, em 2012, a página eletrônica do Pem foi reestruturada. Constantemente atualizada, tal página, além de uma apresentação do Laboratório e de dados sobre as pesquisas desenvolvidas, indica os pesquisadores associados, colaboradores e alunos vinculados; os trabalhos de fim de curso em nível de bacharelado, mestrado e doutorado elaborados no âmbito do Pem; as atividades que foram promovidas desde 1993, e os eventos que serão realizados. Também são disponibilizados, gratuitamente, os livros publicados pelo Pem e textos cedidos por pesquisadores associados e colaboradores.

Em consonância com as inovações do universo virtual e da expansão da internet no país, foi organizada em 2000 a lista de discussão acadêmica do Pem, a primeira do Brasil para tratar exclusivamente de temas relacionados ao ensino e à pesquisa sobre a Idade Média. Esta lista continua ativa, mantendo seu papel de veículo de informações e debates, congregando, hoje, cerca de 400 pessoas, entre pesquisadores e interessados no medievo em geral, do Brasil ou exterior.

Com a crescente importância das redes sociais, foi criada em 2010 uma página no *Facebook* para divulgar os eventos e promover o debate sobre temas medievais com todos os interessados (<https://www.facebook.com/PemUfrj/>). Atualmente 2.859 pessoas seguem essa página. Na mesma direção, e objetivando atingir o público acadêmico nacional e internacional, foi inserido em 2016 um perfil no *academia.edu* (<https://ufrj.academia.edu/PemUfrj>), por meio do qual são disponibilizados documentos que reúnem parte da produção bibliográfica do Pem.

Por fim, ainda buscando o constante diálogo com a sociedade, é mantida uma mala direta eletrônica, atualizada mensalmente, por meio da qual é feita a comunicação sobre as atividades programadas com todos os inscritos.

No campo específico da investigação acadêmica, foram organizados projetos de pesquisa coletivos com recortes amplos, denominados como guarda-chuvas e que funcionam, na prática, como linhas de pesquisa. Vinculados a estes projetos coletivos encontram-se alunos de graduação, mestrandos, doutorandos, eventuais Pós-doutorandos, egressos e professores de outras instituições. Cada membro do grupo desenvolve uma ou mais pesquisas individuais, mas sem-

¹⁴ Cf. www.pem.historia.ufrj.br/pesquisadores.html. Acesso em 22 de novembro de 2017.

¹⁵ Evento mais importante da área realizado no Brasil, organizado periodicamente pela Associação Brasileira de Estudos Medievais (Abrem). A terceira edição do EIEM foi realizada na UERJ, reunindo pesquisadores nacionais e estrangeiros.

pre em articulação com o recorte temático, temporal e espacial dos projetos coletivos, que, por sua vez, derivaram das pesquisas iniciadas pelos coordenadores durante o doutorado. Passamos a apresentá-los:

O projeto *O processo de organização eclesiástica e a normatização da sociedade nos reinos romano-germânicos: perspectivas analítica e comparativa*, elaborado e coordenado pela professora Leila Rodrigues da Silva, analisa os escritos eclesiásticos produzidos nos reinos romano-germânicos em torno dos séculos VI e VIII, com o foco em dois eixos: 1. a produção intelectual clerical e a organização e consolidação das igrejas locais; 2. o discurso eclesiástico e a normalização da sociedade. Relacionados a tais eixos, são objetivos gerais da pesquisa: avaliar a importância dos escritos eclesiásticos no movimento de organização e consolidação das igrejas locais e no processo de legitimação política e disciplina dos monarcas e dos segmentos nobiliárquicos; comparar os distintos padrões de comportamento moral presentes nos discursos eclesiásticos e verificar em que medida a construção de padrões de comportamento moral favorece a delimitação de esferas marginais e excluídas da sociedade.

O projeto *Pregação e Poder na Primeira Idade Média: O papel do bispo e os inimigos da ecclesia nos sermões de Leão de Roma (440-461), Cesário de Arles (502-543) e Martinho de Braga (550-580)*, coordenado pelo professor Paulo Duarte, relaciona a reconhecida ampliação dos estudos dos sermões e da pregação medieval ao contexto da Primeira Idade Média (s. IV-VI): especificamente, aos bispados de Leão de Roma, Cesário de Arles e Martinho de Braga. Considerando que a expansão da pregação neste período se articulou ao crescente poder local dos bispos e ao empenho geral de organização da Igreja, o projeto objetiva investigar comparativamente como os sermões reforçaram o poder destes três bispos, definindo suas lideranças políticas e pastorais e destacando suas atuações no combate aos inimigos de suas respectivas comunidades cristãs – a saber, hereges, judeus e pagãos.

Coordenado pela professora Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva, o projeto *Hagiografia e História: um estudo comparativo da santidade* tem como objetivo principal analisar os textos hagiográficos e a trajetória de homens e mulheres considerados dignos de veneração nas penínsulas ibérica e itálica nos séculos XI ao XIII. O estudo de tais objetos está associado à reflexão sobre as transformações operadas no período no tocante ao crescimento da espiritualidade leiga; à organização da Igreja sob a liderança do Papado; à coexistência e aos conflitos entre as crenças e práticas da religiosidade e os oficiais impostas por Roma; à expansão da espiritualidade feminina e às questões de gênero presentes no período; o surgimento de novos centros intelectuais urbanos. A meta é traçar reflexões de conjunto sobre a hagiografia e o perfil dos considerados santos nas penínsulas Ibérica e Itálica nos séculos XI ao XIII, primeiro separadamente e depois comparando-os, bem como contrapor tais perspectivas de conjunto a casos particulares.

Também coordenado pela professora Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva, *A produção normativa no século XIII e os discursos sobre os corpos e sobre a diferença sexual: reflexões sobre a península ibérica e itálica* tem como meta analisar os diversos textos normativos elaborados no Século XIII, tanto na península Ibérica quanto na Itálica, objetivando analisar e discutir como tais textos definem e normatizam o corpo, a sexualidade, a diferença entre os sexos, os papéis sociais de homens e mulheres, dentre outros aspectos. Estão previstas também análises comparativas com textos de diferença natureza, como material conciliar, crônicas, hagiografias, etc.

Congregando todos os pesquisadores do Pem, a fim de suscitar análises mais amplas, em 2015 foi elaborado o projeto *Modalidades de vida religiosa e relações de poder: estudo comparado de hagiografias medievais (séculos VI-XIII)*. Neste projeto é discutido como, no decorrer do medievo, os religiosos vinculados a diferentes ordens – monástica, cônica e mendicante – e ao eremitismo se relacionaram com as autoridades eclesiásticas e laicas, partindo do estudo de alguns casos específicos, a saber, Cesário, Emiliano, Amando, Teotônio e Telmo. Para tanto, as fontes principais selecionadas foram as hagiografias dedicadas a tais personagens. A comparação prioriza as relações dos religiosos com as autoridades clericais, em particular a episcopal, e laicas, notadamente com os monarcas.

Por meio dos projetos coletivos, é possível verificar que, no âmbito do Pem, algumas temáticas de pesquisa têm sido privilegiadas, tais como a cristianização como movimento de imposição cultural; os modelos de santidade e suas formas de reconhecimento oficial; os marginais e os excluídos e as estratégias para seu controle; as diversas dimensões do corpo; as expressões da sexualidade e sua institucionalização; a construção das identidades, etc. Estes temas têm sido abordados em conexão com as diferentes instituições do Ocidente medieval, como o episcopado, a realeza, o papado e as comunidades religiosas. Para o desenvolvimento dessas investigações, diversos tipos de documentos têm sido analisados: vidas de santos, legendários; textos litúrgicos, tratados de milagres, regras religiosas, sermões, cartas, testamentos, crônicas, atas conciliares, processos de canonização, bulas papais, documentos notariais e códigos de leis, para citar alguns exemplos.

Pelo fato das pesquisas possuírem caráter coletivo, articulando diversas investigações com recortes temáticos, espaciais e temporais mais específicos, os trabalhos são realizados com múltiplos suportes teóricos, conceituais, metodológicos e técnicos. Contudo, é possível identificar uma tendência: foco na dinâmica das instituições por meio do estudo das construções discursivas, das relações de poder, da imposição das normas e das táticas dos mais fracos para burlá-las, dos conflitos, das resistências e das negociações.

Como já realizado, os coordenadores do Pem estão atualmente vinculados ao Programa de Pós-graduação em História Comparada e junto a este desenvolvem suas atividades de orientação e pesquisa. Desta forma, no âmbito do Pem tem sido aplicadas diferentes modalidades de

comparatismo: desde a chamada comparação clássica, proposta por Henri Pirenne no início do século passado e que pressupõe o estudo de sociedades contemporâneas e próximas, até as desenvolvidas a partir da década de 1990, como a história cruzada, que prioriza o estudo das trocas mútuas entre sociedades, e a história da transferência, que se detém na análise das transformações que ocorrem no momento da transmissão de conceitos, normas, imagens e representações de uma cultura para outra.

A partir das ideias de Kocka,¹⁶ são desenvolvidas comparações de casos particulares, sempre considerados independentes, tanto em perspectiva sincrônica quanto diacrônica. Assim, busca-se identificar, por um lado, as similaridades, interdependências e continuidades e, por outro, as rupturas, estranhamentos e particularidades entre os casos analisados.¹⁷ Também tem sido aplicado o conceito de constante de Paul Veyne, para a realização de um inventário das diferenças relacionados a um fenômeno histórico, partindo do pressuposto que em cada momento histórico e em cada grupo, é dotado de uma significação particular.¹⁸ Como o estudo de textos é privilegiado, é realizado um diálogo com a literatura comparada, analisando como os mesmos fenômenos foram compreendidos e registrados por grupos sociais distintos e/ou momentos diferentes.

Outra estratégia valorizada no Pem tem sido a ênfase na formação de novos pesquisadores, por meio do estímulo e acompanhamento constante das pesquisas discentes em seus diferentes níveis. Desta forma, são realizadas reuniões periódicas, nas quais são lidos e discutidos textos teórico-metodológicos e materiais diversos associados às temáticas de pesquisa em curso. Em tais reuniões, regularmente são apresentados os resultados parciais da pesquisa, que são debatidos e criticados pelos colegas e orientadores. Além do contato presencial, são mantidos grupos virtuais por meio dos quais o diálogo mantém-se frequente. Também há um investimento na manutenção da inserção dos egressos no grupo, por meio da coorientação de alunos, participação em bancas e atividades de extensão, dentre outros procedimentos.

Além dos projetos de pesquisa antes mencionados, é desenvolvido o projeto de extensão *Idade Média: Divulgação Científica*, que também envolve toda a equipe do Pem. São metas deste projeto consolidar os estudos medievais no Brasil; produzir novos conhecimentos relacionados às sociedades medievais, às atividades de ensino e às metodologias de pesquisa sobre temas relacionados à história medieval; divulgar os resultados de pesquisas sobre o medievo para os profissionais que atuam no ensino fundamental e médio e público em geral, e promover atividades de extensão acadêmica.

16 KOCKA, J. Comparison and beyond. In: History and Theory, Middletown, n. 42, p. 39-40, feb., 2003. p.41.

17 Idem.

18 VEYNE, Paul. O inventário das diferenças. São Paulo, Brasiliense, 1983.

Por meio deste projeto são articulados dois grandes eixos: um que se volta para a universidade e outro direcionado à sociedade. Desta forma, simultaneamente, busca-se formar pesquisadores comprometidos com a sociedade brasileira e promover de atividades que favoreçam a reflexão acerca desta sociedade, em particular na conexão com o passado, seja por identificação ou por meio da alteridade. Para tanto, são promovidas mensalmente, a todos os interessados, gratuitamente, seja no espaço da universidade ou externo, cursos, ciclos de debates e palestras, rodas de conversa, dentre outras atividades, buscando apresentar e socializar o conhecimento produzido na academia de forma criativa, crítica e com a interação dos participantes.

Tal projeto, por envolver diretamente os alunos em formação e egressos como palestrantes e organizadores de eventos, cria espaços onde eles possam divulgar suas primeiras reflexões e conclusões de pesquisa e, por meio de um exercício de transposição didática, contribuir para a formação de professores-pesquisadores. Estas atividades também são oportunidades de intercâmbio com diferentes instituições, como escolas, hospitais, sindicatos, igrejas, propiciando o diálogo da equipe com profissionais de outras áreas e com pessoas que possuem diferentes percepções sobre a tradição e o legado medievais.

Pensando de forma especial no público atingido, as atividades têm como principais metas auxiliar na desconstrução das visões preconceituosas sobre o medievo, ainda hegemônicas em nossa sociedade; discutir os porquês das leituras e formulações atuais sobre o medievo pela sociedade contemporânea e tornar acessível o diversificado patrimônio cultural medieval.¹⁹

Outra preocupação permanentemente presente no Pem se refere ao investimento em publicações, a fim de divulgar os resultados das ações acadêmicas realizadas. Neste sentido, o Pem foi registrado como editora. Desde então foram lançados diversos materiais: traduções de fontes medievais; catálogos de filmes sobre a Idade Média; coletâneas de textos sobre temas específicos; atas de eventos acadêmicos, bancos de dados resultantes das investigações.²⁰

O Pem também tem estado presente em eventos da área de História ou interdisciplinares organizados no Brasil e no exterior, a fim de propiciar o diálogo com outros centros de saber. Uma forma de participação é a apresentação individual de comunicações ou proposição de mesas coordenadas. Outra estratégia, iniciada em 2006, que tem sido fundamental, é a organização de Simpósios Temáticos (ST) nas reuniões regionais e nacionais da Anpuh (Associação Nacional de História) e nos Seminários Internacionais Fazendo Gênero. O formato de grupo de trabalho dos STs permite discutir as investigações apresentadas e traçar reflexões mais gerais sobre os caminhos da pesquisa sobre o medievo no Brasil.

19 No último ano, a UFRJ, através do Programa de Extensão - Edital PROFAEX nº 128/2017 - Programa Institucional de Fomento Único de Ações de Extensão -, concedeu ao Pem 3 cotas de bolsas para alunos de graduação para atuarem diretamente neste projeto.

20 Cf. <http://www.pem.historia.ufrj.br/textosonline.html>. Acesso em 25 de novembro de 2017.

O Pem também mantém uma pequena biblioteca para uso da equipe, que pode ser consultada pelo público em geral. O acervo é composto de materiais específicos sobre o medieval, adquirido com recursos dos órgãos de fomento ou doados. Assim, há dicionários, atlas, periódicos, fontes medievais, livros sobre teoria e metodologia da história, manuais de história medieval, livros sobre temas específicos, periódicos e textos avulsos, tanto em papel quanto virtuais.

Este acervo também contém a memória do Pem, pois reúne o registro das atividades de ensino, pesquisa e extensão e dos produtos e saberes gerados no âmbito do grupo, por meio da guarda de documentos escritos e imagens, como fotos, cartazes, folders, cadernos de resumo, monografias, dissertações, artigos e livros.

Como o Pem não possui verbas próprias da UFRJ, todas estas estratégias têm sido financiadas pelo CNPq, CAPES, Faperj e pela própria UFRJ, por meio de auxílios de diversas modalidades. Para a manutenção destes financiamentos, portanto, periodicamente os coordenadores do Pem elaboram propostas para concorrer a editais, visando o financiamento de bolsas, organização ou participação em eventos, verbas para a compra de equipamentos, mobiliário, livros, materiais de consumo, publicações, etc.

Considerações finais

O Pem possui uma trajetória de mais de 25 anos. Foi criado voltado para o desenvolvimento de pesquisas no campo do medievalismo, mas, a partir de 1997, iniciou um longo processo de transformação. Nesta nova etapa, a ênfase esteve na articulação constante entre pesquisa, ensino e extensão.

Assim, o Pem tem investido nos últimos 20 anos na produção de novos conhecimentos por meio da pesquisa; da formação de profissionais para atuação no ensino e na pesquisa; da cooperação interinstitucional; do intercâmbio interdisciplinar; da divulgação dos resultados das investigações desenvolvidas e do patrimônio cultural medieval; da reflexão comparativa entre a sociedade medieval e a brasileira e do diálogo com diversos setores da sociedade. Nesse sentido, busca-se, permanentemente, a incorporação de novos sujeitos ao grupo, a adoção de novas tecnologias, a análise a partir de novas abordagens de pesquisa e a ampliação do público a ser atingido.



UNIÃO DA PRÁTICA DOCENTE E PESQUISA EM EDUCAÇÃO: EXPERIÊNCIA DO ENSINO DE VIRTUDES NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Daniela Honorio de Sousa

UFRJ, Faculdade de Educação, estudante de graduação

Karine de Andrade

UFRJ, Faculdade de Educação, estudante de graduação

Prof. Dra. Maria Judith Sucupira da Costa Lins

UFRJ, Faculdade de Educação, Departamento de Fundamentos, Professora associada IV

I - Introdução

Pesquisas coordenadas pela professora Dra. Maria Judith Sucupira da Costa Lins no Grupo de Pesquisa sobre Ética na Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (GPEE/UFRJ) têm como tema central questões de ensino e aprendizagem de Ética aristotélica em diferentes situações escolares.

Destacamos neste trabalho a experiência na Educação Infantil de duas graduandas de Pedagogia, pesquisadoras do Grupo de Pesquisa sobre Ética na Educação sob a orientação da Prof. Dra. Maria Judith Sucupira da Costa Lins, que tiveram a oportunidade de articular os debates e aprendizados adquiridos na formação da Universidade Federal do Rio de Janeiro com a prática educativa em uma escola particular, localizada na cidade do Rio de Janeiro.

Na Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96, embora não esteja explícita a expressão Educação Moral, há indicações de sua importância na escola ao declarar que é finalidade da Educação Infantil “o desenvolvimento integral da criança” (BRASIL, 1996, art. 29). Na Educação Infantil especificamente as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010) enfatizam a Ética dentre os princípios que devem ser respeitados nas práticas pedagógicas. A educação escolar complementa a familiar e conforme destacam os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), todo professor tem a tarefa de ensinar ética aos seus alunos por meio do Tema Transversal. Assim, a educação moral deve perpassar por todo o currículo escolar e todos os professores devem transmitir virtudes nas situações cotidianas (SUCUPIRA LINS, 2004). Estes três importantes documentos afirmam a relevância da Educação Moral na escola desde a primeira infância.

Sucupira Lins (2014), ressalta a necessidade do desenvolvimento integral da criança, ou seja o aprimoramento do sujeito em diferentes aspectos objetivando sua plena formação. As

facetas humanas, relatadas por Piaget (1994) e analisadas por Sucupira Lins (2005), são as seguintes: cognitivo, social, afetivo e moral. A partir deste estudo, salientamos que um dos objetivos da educação é desenvolvimento da moral na criança (SUCUPIRA LINS, 1997). Desta forma o professor não pode se deter no desenvolvimento de apenas alguns destes aspectos, para a formação integral da pessoa humana todos devem ser considerados. Neste trabalho focamos na relevância do aspecto moral, a partir de uma experiência de estágio em turmas de crianças de 2 e 3 anos em uma escola particular da capital carioca.

Piaget (1994), com seus estudos, contribuiu para a compreensão do desenvolvimento moral. Segundo este autor (1994) o desenvolvimento moral é constituído por três fases: anomia, heteronomia e autonomia. Na anomia o sujeito vive sem regras. Em seguida acontece a heteronomia que é a fase propícia para as intervenções do professor, porque é a etapa em que a criança aprende as regras a partir do outro. A autonomia é a última fase do desenvolvimento moral descrito por Piaget (1994) e se caracteriza pela consciência que o sujeito tem e por seu agir ético devido à interiorização das regras.

A ética não é inata ao ser humano, por isso o papel fundamental de todo educador é propiciar à criança este aprendizado de valores morais para que no futuro haja pessoas éticas na sociedade. O filósofo contemporâneo Macintyre (2001), explica que vivemos na atualidade uma *desordem moral* causada pelo “emotivismo”. O “emotivismo” é a busca da satisfação de seus próprios interesses associados à vivência da ética, ou seja as pessoas agem sem um verdadeiro juízo moral baseado em critérios e sim a partir de sentimentos pessoais e acreditam estar agindo eticamente. Sucupira Lins (2009) afirma que esta crise de valores afeta cada vez mais as famílias e a sociedade como um todo. Para superação da mesma, MacIntyre indica a retomada, de forma atualizada, das virtudes aristotélicas.

Apoiadas nesta fundamentação teórica, duas graduandas do curso de pedagogia da UFRJ que são pesquisadoras do Grupo de Pesquisa sobre Ética na Educação (GPEE/UFRJ) puderam articular os conhecimentos adquiridos no ambiente acadêmico com as vivências de práticas pedagógicas em uma escola de Educação Infantil. Esta experiência contribuiu para a formação destas universitárias que puderam observar na prática que é possível o aprendizado de ética por crianças desde o berçário.

II - A união da prática docente e pesquisa em Educação

Nos encontros semanais do Grupo de Pesquisa sobre Ética na Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (GPEE/UFRJ) reúnem-se graduandos, mestrandos e doutorandos da Faculdade de Educação da UFRJ, além de pesquisadores externos, para estudos, debates e pesquisas na linha da Educação Moral na Escola com a coordenadora de pesquisa professora doutora Maria Judith Sucupira da Costa Lins. Diversas pesquisas já foram realizadas por este grupo de pesquisa nas últimas décadas. A inserção de duas graduandas do curso de pedagogia,

membros do GPGE/UFRJ em uma escola particular da cidade do Rio de Janeiro que apresenta a preocupação de transmitir valores éticos para crianças desde o berçário, possibilitou a articulação dos estudos realizados na área da educação moral com a vivência de práticas pedagógicas que visam a formação ética.

Na escola, em que as graduandas realizaram o estágio, é proposto o ensino de virtudes para crianças desde o berçário. As crianças dessa faixa etária estão, segundo Piaget (1994), na fase da heteronomia que tem como característica a necessidade de receber do outro as regras e normas. Assim, a fase da heteronomia é de grande importância para o desenvolvimento da Educação Moral, pois é a estágio mais propício para se aprender a praticar virtudes. Para que o indivíduo chegue no último estágio do juízo moral chamado de autonomia é necessário ter tido uma boa vivência da fase anterior. Assim, uma heteronomia bem vivida é fundamental para a formação de indivíduos autônomos, sujeitos que internalizaram as virtudes e as vivem sem a fiscalização do outro. Por esse motivo destacamos a importância do educador no desenvolvimento moral da criança que deve se preocupar com seus exemplos éticos dentro de sala de aula.

Consideramos também as pesquisas realizadas por Sucupira Lins (2007) afirmando que a Educação Moral faz parte da formação integral do sujeito e também deve ser desenvolvida na educação escolar. Sucupira Lins (2014) afirma que aprendizagem integral é o processo que visa o desenvolvimento do aluno em todos os seus aspectos (cognitivo, social, afetivo e moral).

Há estudos com crianças a partir de seis meses com o objetivo de investigar a moralidade dos bebês (BLOOM, 2014), o que reafirma a relevância da Educação Moral na Educação Infantil. Neste trabalho as pesquisadoras relatam a experiência prática do ensino de virtudes crianças pequenas. Durante um semestre cada pesquisadora auxiliou uma professora regente em uma turma de crianças entre 2 e 3 anos com aproximadamente 10 crianças em cada turma. Nesta instituição as virtudes são abordadas de maneira prática, sendo vivenciada uma virtude a cada mês. São realizadas propostas articuladas com um tema. Ao longo dos meses de estágio foram abordados temas como, por exemplo: “Estou contente e não choro”, “Pedir as coisas por favor”, “Digo obrigado(a)”, “Pedir desculpas” e “Escuto e obedeco a professora”. Estas frases estimulam atitudes éticas embasadas nas virtudes amizade, temperança e justiça. Além disso, sempre que possível os professores estimulavam os alunos a praticarem virtudes, sugerindo por exemplo que as crianças convidassem outros funcionários da escola para lancha junto com a turma ou oferecendo o almoço para crianças que visitavam a escola. Outra característica da instituição é a realização de formação continuada para os professores, sendo realizada todos os dias letivos, durante uma hora por dia, na qual um dia na semana é voltado para o tema ética. Neste dia os professores, juntamente com estagiários e outros funcionários abordavam o tema, compartilhando experiências e práticas, debatendo sobre a importância deste dentro de sala de aula. Foi possível perceber ao longo do estágio, juntamente com os estudos realizados na Universidade Federal do Rio de Janeiro, que o ensino de virtudes desde a primeira infância é de grande impor-

tância para a formação integral da criança. Aristóteles (séc. IV a. C. 1985) afirma que o mais alto de todos os bens é a felicidade, que é considerada para o filósofo como o *Bem Supremo*. Desta forma, o homem deve se direcionar a um fim (*Telos*), e esse fim é a felicidade. Para Aristóteles só é possível chegar à verdadeira felicidade (*Eudaimonia*) por meio da prática de virtudes. Conforme indagação de Aristóteles:

Se, como dissemos, as atividades de uma pessoa são um fator determinante na vida, nenhuma pessoa supinamente feliz poderá jamais tornar-se desgraçada; ela nunca praticará ações odiosas ou ignóbil, pois sustentamos que as pessoas realmente boas e sábias suportarão dignamente todos os tipos de vicissitude, e sempre agirão da maneira mais nobilitante possível diante das circunstâncias.¹

Grande é a importância e a diferença se houver o hábito de praticar virtudes desde a Educação Infantil. Para o citado filósofo, “Não será pequena a diferença, então, se formarmos os hábitos de uma maneira ou de outra desde a nossa infância; ao contrário, ela será muito grande, ou melhor, ela será decisiva”². Foi possível observar que esses hábitos são realmente decisivos para a formação moral das crianças. Para superação da crise de valores relatada por MacIntyre é necessária a prática de virtudes aristotélicas. Esta reflexão afirma a pertinência da aprendizagem de virtudes desde a primeira infância.

Em uma pesquisa realizada por Gardner, Csikszentmihalyi e Damon (2004) com profissionais reconhecidos na área do jornalismo e da genética, nas quais frequentemente há grandes conflitos éticos, buscando saber se há a união da excelência profissional com a prática ética o que os autores chamam de Trabalho Qualificado, observou-se a presença de profissionais que evidenciam atitudes éticas e exercem com qualidade sua profissão. Esta preocupação é pertinente na atualidade, pois se vê cada vez mais profissionais sem uma identidade moral que deixam de contribuir para o bem comum. (GARDNER, et al 2004, p. 31)

Observe-se essa preocupação na seguinte reflexão:

De que adianta as escolas promoverem aprendizagens que levem a atividades intelectuais ou outras, se o indivíduo estiver desprovido de um julgamento moral? Teremos profissionais que não saberão agir eticamente segundo suas capacidades, impedidos de uma atividade voltada para o bem comum.³

O ensino de virtudes desde a Educação Infantil se torna mais necessário. A fase da heteronomia deve ser bem vivida para que as pessoas cheguem à vida adulta autônomas. O papel

1 ARISTÓTELES (384-322 a. C.). Ética a Nicômacos. Tradução, textos adicionais e notas: Mário da Gama Kury. 3ª edição. Brasília, Distrito Federal: Universidade de Brasília, 1985. 238 p. 36-37.

2 ARISTÓTELES (384-322 a. C.). Ética a Nicômacos. Tradução, textos adicionais e notas: Mário da Gama Kury. 3ª edição. Brasília, Distrito Federal: Universidade de Brasília, 1985. 238 p. 30.

3 Educação Moral na Aprendizagem Escolar - in Revista Barreto, M. & Mettrau, M. – Rumos e Resíduos da Moral Contemporânea, Ed Muiraquitã, 2007, Niterói, RJ. p. 149.

docente é fundamental no desenvolvimento moral, pois conforme afirmado anteriormente os Parâmetros Curriculares Nacionais no volume 8 (BRASIL, 1997), destinado ao tema da ética, apontam que é responsabilidade de todo professor ensinar no cotidiano escolar por meio do Tema Transversal a ética. Na escola pesquisada foi possível ver o ensino da ética sendo colocado em prática na Educação Infantil, pois por meio de intervenções cotidianas as professoras transmitiam valores morais às crianças.

Um fator que contribui para o desenvolvimento moral das crianças nesta instituição, além da formação continuada dos professores que possibilita uma intencionalidade que visa a formação integral da criança é a relação entre escola e família. Sucupira Lins (2009) afirma que “ética se aprende inicialmente na família e se continua na escola”⁴, portanto se faz necessária uma relação harmoniosa entre a escola e a família. Na escola pesquisada, por meio de reuniões trimestrais pré-agendadas realizadas com a presença da professora regente, coordenadora pedagógica e os pais de cada aluno de forma individualizada, são apontadas questões do desenvolvimento da criança e tomadas iniciativas como forma de articular o que é vivido na escola e em casa. Se a criança tem dificuldade de comer frutas na escola, por exemplo, a família irá criar o hábito de estimular e incentivar esta prática também em casa. As virtudes trabalhadas a cada mês também são comunicadas aos responsáveis para que em situações domésticas, assim como faz a professora, os pais também relembrem e alertem as crianças de qual se trata a virtude que está sendo trabalhada no mês.

III - Considerações finais

O estágio realizado em uma escola que busca o ensino/aprendizagem da ética contribuiu para a formação das graduandas, pois como já lembramos, foi possível estabelecer conexão entre os estudos realizados no Grupo de Pesquisa sobre Ética na Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (GPÉE/UFRJ) com a prática educativa dentro de uma escola particular da cidade do Rio de Janeiro que tem esta proposta. A formação plena do sujeito deve conter elementos da Educação Moral, pois ninguém nasce ético, como já afirmamos. Por ser uma aprendizagem, o ensino dos valores morais são responsabilidade da família e também dos professores que participam do processo de educação da criança. Por meio do estágio foi possível refletir sobre práticas educativas na Educação Infantil que fazem com que as crianças pratiquem virtudes em diversas situações escolares, sempre de uma maneira não impositiva, mas com uma metodologia de ensino adequada.

Tais práticas contribuem para a Educação Moral das crianças, que segundo Sucupira Lins (2007) faz parte da educação integral. Ao longo do estágio debatemos sobre essas práticas nos encontros do grupo de pesquisa que estuda ética em educação da UFRJ. Refletimos sobre essas

4 SUCUPIRA LINS, M. J. C. Ética e Educação Escolar, in Oliveira, R. J. & Sucupira Lins, M.J.C. – Ética e Educação – Uma abordagem atual, p.115-126, Ed. CRV, Curitiba, 2009, p. 120.

práticas e concluímos que é importante e possível a aprendizagem da prática de virtudes desde a primeira infância.

IV - Referenciais bibliográficas

ARISTÓTELES (384-322 a. C.). Ética a Nicômacos. Tradução, textos adicionais e notas: Mário da Gama Kury. 3ª edição. Brasília, Distrito Federal: Universidade de Brasília, 1985. 238 p.

BLOOM, P. O que nos faz bons ou maus. Tradução: Eduardo Rieche. Rio de Janeiro: Best Seller, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da educação e do desporto. Secretaria da educação fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais; apresentação dos temas transversais, ética /Secretaria de Educação Fundamental. Vol.VIII. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília : MEC, 1996

GARDNER, H., Csikszentmihalyi, M., Damon, W. Trabalho Qualificado: Quando a Excelência e a Ética se encontram. POA, Ed. Penso. 2004.

MACINTYRE, Alasdair. Depois da Virtude: um estudo em teoria moral. Tradução: Jussara Simões. Revisão técnica: Helder Buenos Aires de Carvalho. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

PIAGET, Jean. O Juízo Moral da Criança. Tradução: Elzon Leonardon. 4ª edição. São Paulo: Summus, 1994.

SUCUPIRA LINS, M. J. C. Educação Integral e o Desenvolvimento da Pessoa Humana: Família e Escola, In Malheiro, João. Escola com Corpo e Alma, p.127 - 134 Curitiba, PR, Ed. CRV. 2014.

____. Ética e Educação Escolar, in Oliveira, R. J. & Sucupira Lins, M.J.C. – Ética e Educação – Uma abordagem atual, p.115-126, Ed. CRV, Curitiba, 2009

____. Educação Moral na Aprendizagem Escolar - in Revista Barreto, M. & Mettrau, M. – Rumos e Resíduos da Moral Contemporânea, p.148-168, Ed Muiraquitã, 2007, Niteroi, RJ.

____.Contribuições da teoria de Piaget para a Educação – in Revista Educação & Cultura Contemporânea – p. 11-30, v. 2, n. 4, 2005.

____. Temas Transversais e aprendizagem de ética – in Revista Arte e Educação UNIVILLE – 16-25 – v.9 N. 2, Dez/2004 – Universidade de Joinville/Santa Catarina – Brasil – ISSN 1415 2789.

____. A questão da construção do valor: Um estudo a partir da perspectiva da Epistemologia Genética – in Assis, M. et al (org) Piaget e a Educação – p. 75-91 – PROEPRE/ UNICAMP/ USP, 1997.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

METODOLOGIA ALFABETIZAÇÃO CORPORAL: A CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS NÃO EXCLUDENTES PARA OS TRABALHOS DE POTENCIALIZAÇÃO DA CAPACIDADE DE APRENDIZAGEM DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Adson Ferreira Rocha

Universidade de Brasília - PPG Engenharia Biomédica. Professor pós-doutor

Cida Donato

Universidade Federal do Rio de Janeiro – Departamento de Arte Corporal/EEFD – Professora Pós-doutora

Felipe Macedo

Programa de pós-graduação em ciências médicas, Faculdade de Medicina, Universidade de Brasília – Professor Doutor

Cristina Ramos

Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro – Professora Mestra

Márcia Macedo do Nascimento

CAEP Escola Favo de Mel - Professora Especialista

Keli Cristina de Matos

CAEP Escola Favo de Mel - Professora Especialista

A inclusão das pessoas com deficiência intelectual na educação, no trabalho e nas demais atividades cotidianas é um problema que vem se desdobrando e tem preocupado diferentes segmentos da sociedade. Os debates, as iniciativas e as ações propostas aproximam cada vez mais duas realidades até então bem distantes: a da sociedade que qualifica o sujeito com base na sua capacidade de produção e a das pessoas cujas aptidões e habilidades nem sempre correspondem aos padrões impostos. Ainda que os esforços sejam muitos, não são suficientes para eliminar essa divisão e redefinir práticas que incorporem o indivíduo ao sistema, sem anular ou eliminar aquilo que lhe é próprio: a sua singularidade. Numa sociedade que privilegia o uso da inteligência, aqueles que possuem capacidade intelectual dentro de uma média estabelecida como “normal” são abraçados pelas propostas da educação; os que não a possuem, sobrevivem entre uma iniciativa e outra.

As leis e as diretrizes da educação inclusiva vêm redobrando seus esforços e trabalhando objetivamente para a inclusão socioeducativa das pessoas com algum tipo de deficiência intelectual, deficiência física, transtornos, etc. Contudo, se por um lado vão impondo políticas inclusivas à sociedade, por outro a escola vai tentando lidar com essa situação complexa, buscando caminhos possíveis para fazer do projeto de inclusão um bem comum.

Mas, a grande contradição é que a educação não é um campo isolado da sociedade. Ela está com e para a mesma; influencia e é influenciada pelos seus movimentos, incorpora seus valores e modelos e, por assim sendo, tem gravado na sua matriz a ideia de uniformizar os indivíduos para ajustá-los ao corpo social. Feito isso, coíbe, ainda que de forma sutil, as individualidades e acaba por fortalecer uma zona de exclusão, como podemos observar no texto de Feldenkrais:¹

O defeito essencial da educação como a conhecemos hoje, é que ela é baseada em práticas velhas e frequentemente primitivas, cujo propósito de uniformização não é nem consciente, nem claro.²

Para o autor, existe a intenção clara de se desenvolver grupos de homens e mulheres bem educados e felizes, uma utopia que leva a medidas educacionais que “obscurecem as individualidades”.

Estando a educação pautada num padrão de conceitos e reações comuns, suas diretrizes, por mais democráticas que sejam, encaminham inevitavelmente para a uniformização e para a supressão das necessidades individuais. O problema não seria tão sério se essa padronização não estivesse assentada num modelo de sociedade que tem como princípio as relações de poder e de produção e na qual prevalece a capacidade do raciocínio lógico. Além disso, por menos que se queira, não se pode mudar o fato de que nas bases da sociedade impera uma força predominante voltada à objetivação do sujeito produtivo, e Isto significa que em todas as ações sociais — racionais, afetivas e tradicionais — haverá sempre, por menor que seja, a tendência à padronização, reafirmando e fortalecendo a estrutura excludente. Eis o grande paradoxo.

Sem aprofundarmo-nos no mérito da questão, nossa experiência tem nos mostrado que as práticas que estão preocupadas prioritariamente com o desenvolvimento cognitivo ou funcional da pessoa com deficiência intelectual não dão conta de minimizar o problema.

Na maioria dos relatos das alunas do curso de Pedagogia do ISERJ ficam evidentes as contradições que emperram as propostas de inclusão do aluno com deficiência intelectual. Por ter que adaptar-se ao mecanismo de aprendizagem que nunca o considerou em seu sistema de saberes, nem sempre os ajustes são possíveis e/ou compatíveis, e, o que se vê muitas vezes são pessoas ocupando uma cadeira dentro da sala de aula com pouca ou nenhuma interação com o grupo; ou, na melhor das hipóteses, separadas e acompanhadas por um mediador que a auxilia em seu aprendizado, adaptando as metodologias, os procedimentos, os exercícios e os instrumentos de avaliação, na tentativa de fazer com que essa pessoa obtenha algum “bom desempenho” nos parâmetros instituídos. Porém, todos os instrumentos e demais materiais aplicados, ainda que com ajustes, têm suas raízes num sistema de conhecimentos que, como dissemos, excluiu os

1 FELDENKRAIS, Moshe. *Consciência pelo movimento*. São Paulo: Summus, 1977. p.21.

2 *Ibden*. p. 13.

diferentes. Então, por melhores que sejam as adaptações, serão sempre materiais e metodologias que partem de um lugar que nunca comportou determinados tipos de diferenças.

Mas e o seu corpo? E a sua natureza? Como é a sua maneira de apreensão da realidade que o circunda? Como sua sensopercepção se organiza? Será que os estímulos provenientes das práticas consagradas lhes são benéficos, lhes são satisfatórios? Como se organizam seus movimentos internos? Seus tempos corporais, suas pausas, sua respiração? Estamos mesmo preocupados com isso? Ora, como podemos atingir satisfatoriamente a perspectiva das políticas da inclusão numa cultura que valoriza os resultados e tem o rendimento como referência? Por outro lado, é possível seguir outro caminho?

Acreditamos que o que esteja em jogo não seja mais a necessidade de adaptar o indivíduo aos padrões sociais e culturais dominantes. Isso é básico e necessário, porém, insuficiente. O que se espera é a conquista de um lugar na sociedade para si e a sua legitimação, para que esse “corpo estranho” possa estar presente, no máximo de presença, sem causar estranhamentos ou transtornos. Um lugar que perpassse o espaço físico; um lugar no campo das múltiplas relações no qual a pessoa com deficiência intelectual possa existir em plena potência de si.

É importante ressaltar que não queremos colocar em debate a educação inclusiva ou questionar seus méritos, pois tudo que se tem até aqui é fruto das suas buscas e conquistas. Também não seria esse o nosso papel. O que tentamos ressaltar é que há de haver um esforço concentrado das demais ciências e suas áreas para se chegar ao ponto em que não se excluam mais as experiências advindas dos corpos diferentes, e que as mesmas sejam reconhecidas como práticas repletas de saberes, que merecem ser incorporadas e transformadas em conhecimentos para a construção de uma sociedade não excludente.

Para que isso se torne realidade é imprescindível empoderar os indivíduos excluídos sem minar-lhes o que lhes é próprio em todas as esferas sociais, com cuidadosa atenção para compreender a natureza do que lhes institui a fim de dar-lhes assento e voz. Dentro dessa linha de raciocínio, voltamos ao ponto inicial da discussão: se o estranho foi varrido das sociedades desde os tempos mais remotos, e a experiência de seus corpos ficou de fora, é chegada à hora de se restabelecer esse elo perdido e recuperar os conhecimentos ignorados. Um espaço onde os aprendizados sejam adquiridos no âmbito dos sentidos e da afetividade, sendo o corpo o elemento principal nessa relação.

Cada vez mais a realidade da diversidade está presente em nosso cotidiano. As políticas da inclusão não lhes viram mais as costas e vem se posicionando favoráveis às questões da inclusão de alunos com perfis diferentes do até então padronizado. São transtornos, déficit cognitivo, obesidade infantil, deficiência física, deficiência mental, dentre outros. Contudo, se por um lado a escola tem sido obrigada por lei a abrir suas portas e acolher as diferenças, por outro o que temos é a falta quase total de estrutura compatível com as necessidades das pessoas “incluídas”.

Devemos pensar que a inclusão não é uma questão apenas do interesse ou dever da Educação. Embora o espaço em debate seja a escola, há de se considerar que a cultura da sociedade precisa ser a da não exclusão para, assim, se desdobrar para o ambiente escolar. Isto significa que há de haver um esforço concentrado das demais ciências para se chegar a um ponto onde não haja mais a necessidade da inclusão, por não haver mais a exclusão.

Ainda um sonho, para que tal comportamento e práticas se tornem fato um dia, os trabalhos precisam se antecipar ao problema: não só o professor carece de uma formação que o capacite para a educação do aluno incluído, mas os meios e métodos educacionais devem ser compatíveis com essa nova realidade; e isto significa repensar o sistema em seu ponto central: as referências humanas. Muitas questões que giram em torno desse problema não são da competência da escola somente. E não estão restritas à esfera da cognição. Algumas limitações podem estar relacionadas a diferentes fatores, das relações afetivas aos aspectos comportamentais, por exemplo.

Apesar dos grandes avanços das ciências, a deficiência intelectual, ainda impõe muitos desafios à educação no que diz respeito à inclusão, compreensão e ao desenvolvimento cognitivo da pessoa com deficiência nos contextos escolares: regular e especial. As limitações funcionais causadas pela deficiência intelectual transpõem as características e sintomas cognitivos, sendo observado no curso da vida disfunções em diferentes sistema do corpo humano, como a capacidade motora, a fala, a visão, audição, além de, sintomatologias de difícil controle e tratamento, como alterações no tônus muscular, nas articulações, posturais, proprioceptivas, dentre outras.

A trajetória dessas alterações ocorre e pode ser observada no ambiente escolar, onde as metas do desenvolvimento neuropsicomotor podem ser frustradas pela incapacidade temporária ou permanente do aluno com deficiência intelectual. Diante disso, ascende uma grande questão - é possível para os profissionais da educação sozinhos, isolados e com limitações técnicas e teóricas assistirem casos desta complexidade, que é inserir essas pessoas nas metodologias educacionais e as preparar para a vida em sociedade? Essa reflexão também provoca a formação dos profissionais de educação, que, mesmo diante de uma crescente e emergente demanda, não comporta todos os conhecimentos necessários para um trabalho mais abrangente, integrador e não-excludente.

Estabelecer um diálogo estreito com as demais áreas do conhecimento tem sido um caminho para o surgimento de novos paradigmas e a construção de metodologias de ensino não excludentes. Mas, para que isso aconteça de forma contundente, as áreas aliadas precisam se inserir nos ambientes educacionais e se apropriar do conhecimento que produzem, para, em seguida, apresentarem propostas alinhadas às necessidades da escola. Ou seja, faz-se mister haver uma inter e transdisciplinaridade que parta da *práxis* do aluno e que considerem o seu modo de agir e pensar.

Uma das alianças que tem se mostrado eficaz no processo educacional, e que nos diz respeito diretamente, é a firmada com as artes, principalmente com as artes corporais voltadas à educação somática. Considerando as características e sequelas da deficiência intelectual, que comprometem totalmente ou parcialmente a capacidade cognitiva, esse tipo de atividade, por promover uma gama de intensidades musculares-emocionais, gera comportamentos e atitudes distintas como resposta aos diferentes estados afetivos experimentados. Além disso, essas respostas e comportamentos estão relacionados com a atividade de circuitos cerebrais, que envolvem áreas ligadas à emoção, funções executivas, do planejamento e discernimento - no córtex pré-frontal. Com base no conceito de neuroplasticidade, os estímulos periféricos semelhantes aos propostos participam da autorregeneração da estrutura biológica cerebral, renovando as células e reconfigurando o relacionamento entre elas. Poder acompanhar e comprovar, por meio da captura de sinais, essas transformações é a nossa grande questão.

O novo direcionamento acumulou os desfechos da aplicação de uma metodologia de trabalhos corporais com adultos acima de vinte e cinco anos – todos com algum tipo de deficiência intelectual, alguns com diagnósticos, outros com disfunções ainda não identificadas – quando viemos desenvolvendo atividades corporais voltadas à educação somática e à conscientização do movimento. Com o avançar do tempo, começamos a perceber a emergência de novos comportamentos e habilidades antes embotadas nesses sujeitos, que se mostravam em pequenas grandes respostas, tais como, a reorganização do comportamento muscular durante a respiração paradoxal de um aluno com microcefalia e déficit de atenção; a prática de caminhada livre de calçados para estímulo sensorial, em outro aluno com disfunções morfológicas e cinemáticas nos membros inferiores; o direcionamento do olhar, com foco e atenção, de mais outro aluno com síndrome de down, para citar algumas experiências.

A conscientização do movimento e a educação somática possibilitam trabalhar a globalidade corporal na perspectiva da potencialização das múltiplas inteligências, explorando os diferentes estilos de aprendizagem: a física – através das artes corporais, das artes plásticas e musicais –; a interpessoal – através das atividades de convívio social, de trocas de experiências e compartilhamentos – e a intrapessoal – através das atividades individuais, com foco na atenção, concentração, na construção simbólica e na significação, tendo como perspectivas a pró-atividade e a autonomia.

Os estudos da psicologia formativa de Stanley Keleman respaldam as atividades quando consideram o corpo enquanto um processo subjetivo constantemente formando a si mesmo, fruto da passagem da motilidade para o movimento. O autor ressalta que a peristalse de uma única célula estrutura a base da anatomia emocional, e essa dialoga com os movimentos mecânicos voluntários; aí se vinculam emoção e comportamento.

Segundo ele,

a motilidade é a base emocional, enquanto o movimento é uma mecânica controlada. Essa progressão, da motilidade flutuante à interação voluntária contém sentimentos de medo, alegria frustração, realização de metas, prazer com jogo, contato. O nascimento psicológico e emocional é paralelo ao desenvolvimento motor, aumentando cada vez mais o nosso senso de “eu”, um sentido de asserção, o conhecimento da nossa organização para traduzir a peristalse pulsátil em ações voluntárias.³

O autor corrobora com os estudos da fenomenologia da percepção, no sentido de que, ao entender o corpo em sua globalidade, sem excluir a anatomia emocional, passamos a considerar as funções mentais superiores, dentre as quais duas são basais para as atividades de educação somática: sensação, percepção.

A sensação é um processo ativo diretamente ligado aos sentidos. O corpo sente e leva ao cérebro as informações do meio externo ou interno. Dessa maneira experimentamos e conhecemos as coisas que nos rodeiam. São os sentidos que nos abrem os canais para que possamos construir o mundo em nós. Do mundo sentido ao mundo percebido, vamo-nos desenvolvendo entre afetos positivos e negativos, numa relação recíproca. Os diferentes estímulos incitam a novas conexões neurais e o cérebro, graças a sua plasticidade, se modifica fisiológica e estruturalmente, ampliando cada vez mais a sua capacidade para a solução de situações complexas. Essas experiências vividas despertam os potenciais biológico, psicológico, cognitivo, emocional e social que o ser humano possui e que são entendidos como múltiplas inteligências.

Os seres humanos possuem três tipos de sensação: a interoceptiva, cujos receptores estão instalados nos órgãos e vísceras e têm a função de informar ao cérebro o que acontece nos órgãos internos; a proprioceptiva, cujos receptores estão localizados nos músculos estriados e articulações e têm a função de informar a posição do corpo no espaço, a relação entre as suas articulações e as demais partes do corpo, assim como também a relação do corpo com os outros corpos; e a exteroceptiva, cujos receptores estão nos órgãos dos sentidos e permitem o contato do indivíduo com o meio externo. Todas essas formas de sensação são estímulos físicos que são interpretados e transformados em informações, por meio das quais os indivíduos interpretam o mundo e a si mesmo, atribuindo significado ao seu meio.

Considerando a compreensão da psicologia formativa de que o corpo é um processo subjetivo constantemente formando a si mesmo, e que essa formação é moldada a partir das relações de afetividade que estabelece com seu entorno, numa sucessão de formas que se movem e se desenvolvem à medida que são afetadas positiva ou negativamente pelos estímulos. Assim, como poder obter dados comprováveis da reorganização somática e acompanhar as mudanças

3 KELEMAN, Stanley. *Anatomia Emocional*. São Paulo, Summus, 1992, p. 16.

provocadas por essas reorganizações nos sujeitos se não estivermos aliados a uma ciência com estudos específicos nesse campo, como, no caso em questão, a Bioengenharia? Enveredar por esse caminho, com a bagagem adquirida ao longo desses cinco anos, significa ampliar os horizontes da pesquisa, no que se refere às práticas corporais não excludentes para o estímulo da capacidade de aprendizagem.

A base conceitual dos estudos – ainda utilizada, com acréscimos – reuniu a Conscientização do Movimento, proposta por Feldenkrais; a Metodologia Angel Vianna, a Psicologia Formativa proposta por Stanley Keleman e os estudos acerca da inteligência e da aprendizagem dos autores Wallon, Piaget e Gardner. A ideia foi investir em três possibilidades correlatas: a potencialização da capacidade corporal dos envolvidos, a contribuição na formação de profissionais para a educação inclusiva e a construção de métodos educativos que privilegiassem o saber do corpo. Entendendo o corpo, em sua globalidade, enquanto lugar da aprendizagem, o projeto buscou a construção de conhecimentos pautada nas vivências e no compartilhamento de experiências, incluindo os saberes das pessoas com deficiência intelectual e seus modos de ação, considerando-os elementos essenciais para novos modos educacionais voltados ao princípio da não exclusão.

Com os avanços dos trabalhos, foi-se solidificando uma metodologia própria do grupo, que passamos a denominar Alfabetização Corporal, nos aproveitando de um termo já conhecido na área da dança e da educação física, no entanto, acrescentando a ele os princípios da educação somática, que entendem o corpo como um organismo vivo indivisível. Ou seja, não só nos preocupamos com os estágios da inteligência motora e em como a pessoa desenvolve a capacidade de se comunicar por meio dos gestos, passos e expressões faciais, mas como se conjugam as anatomias somática e física e como essa estrutura é capaz de potencializar ou despotencializar o sujeito, e vice-versa.

Baseados na Metodologia Angel Vianna, focamos nos três elementos com os quais se trabalha – pele, ossos e articulações – acrescentando a respiração, valorizada nos estudos de Feldenkrais. Assim, no decorrer das aulas, fomos nos aparelhando com objetos para os estímulos sensoriais: bolinhas de tênis, bastões, areia, saquinhos d'água, e outros mais (relacionados na tabela que consta como ANEXO 1), entendendo que tudo partiria da sensação e da percepção e que, a partir delas, poderíamos despertar diferentes tipos de inteligência, de acordo com a capacidade de cada aluno. Mais tarde começaríamos a entender a importância desses objetos nas atividades e compreender que eram tecnologias assistivas leves, mediadoras no processo da educação pelos sentidos.

Não há dúvidas de que as artes corporais – no nosso caso especificamente a conscientização do movimento e a educação somática – vêm agregando valor e conhecimento às práticas não excludentes. Ainda assim, para um problema de alta complexidade, é indispensável que

novos conhecimentos contribuam e proponham soluções. Neste sentido, os estudos que serão realizados no campo das Ciências da Saúde e da Engenharia Biomédica objetivam materializar e solidificar as lacunas identificadas nesses trabalhos desenvolvidos ao longo de cinco anos, pois nos permitirão o acompanhamento do desempenho dos alunos assistidos, e a interação dinâmica que há entre seus corpos e os demais fatores do meio, nos fornecendo dados confiáveis, informados pelos corpos dos alunos através dos seus sinais biológicos, da motilidade e do movimento de seus corpos. Tais informações nos possibilitarão, cada vez mais, propor intervenções que possam estimular a capacidade de aprendizagem nos múltiplos contextos.

Esta abordagem se confunde com linha de cuidado, com metodologias de aprendizagem ou até mesmo com intervenções de saúde. No entanto, não se trata disso: nossa proposta considera a globalidade corporal e não separa anatomia e experiência emocional, considerando-as uma realidade indissociável. Neste sentido, ao longo desses anos de trabalho observamos diferentes reações, para citar algumas - respostas biológicas (sudorese), respostas psíquicas (aumento da frequência respiratória), respostas sociais (desenvolvimento da oralidade). No entanto, nenhuma das características descritas correspondem exclusivamente a um sistema biológico; portanto, diferentes estímulos ou atividades podem estimular ou atenuar diferentes comportamentos, que podem ser imediatos ou tardios. Então, mas como avaliar, acompanhar, decidir? A partir das tecnologias seremos capazes de atestar os efeitos de atividades motoras programadas diante de atividades lúdicas e livres?

Apesar da literatura existente no campo das Artes, principalmente no das Artes Corporais já possa comprovar a melhora no desempenho emocional, afetivo e motor das pessoas de um modo geral, ainda assim, a obtenção de dados concretos, comprovados por meio de instrumentos desenvolvidos especificamente para essas atividades, nos possibilitará compreender a eficácia dos trabalhos e podem favorecer a criação de novas propostas de ensino.

Sabemos que cada sujeito apresenta variações anatômicas e fisiológicas, no entanto, isso não corresponde a uma tendência para desenvolvimento de disfunções. Porém, diante de indivíduos com sinais, sintomas e estereótipos, quais padrões anatômicos e/ou fisiológicos podem nos ajudar a traduzir a aprendizagem somática, motora, sensitiva, social etc.? Serão sensores de respiração, serão sensores aderidos às roupas ou até mesmo um aplicativo no *smathphone*. Como no exemplo explanado anteriormente, quando citamos o desempenho da respiração de um aluno, conseguimos monitorar e compreender a sua respiração graças às tecnologias computacionais e à interpretação dos sinais por profissionais de saúde e engenheiros presentes durante as atividades de aula. Como primeira resposta a essa experiência, foram propostas modificações nos trabalhos corporais desse aluno. Esse aluno, ao ser submetido a tarefas motoras sem estímulos afetivos apresentou respiração paradoxal. Assim que lhe foi ofertada uma atividade lúdica, a sua respiração tornou-se voluntária e sincrônica. Isto nos fez entender o quanto importante se faz essa cooperação e esse aprofundamento nos estudos, pois nos ajudou a conduzir as práticas de

modo que, através das tarefas lúdicas, esse aluno pudesse, aos poucos, ir reorganizando a sua respiração.

Outra grande contribuição que a Bioengenharia deu ao projeto foi nos levar ao entendimento de que os materiais que usamos para os estímulos sensoriais são, na verdade, tecnologias assistivas leves e que essas podem ser adaptadas para o monitoramento dos sinais biológicos, sem que os envolvidos percebam e, ao perceberem, modifiquem suas atitudes. Essa possibilidade abriu uma perspectiva nova para o projeto, uma vez que esse monitoramento poderia ser realizado dentro do espaço escolar, de maneira não invasiva e sem necessitar conduzir os alunos para ambientes estranhos e que, por si só, já causam algum desconforto.

Um dos maiores problemas das pessoas com algum tipo de comprometimento intelectual é a rotina em hospitais, consultórios médicos, laboratórios etc. e, em muitos casos, os tratamentos necessitam da realização de procedimentos invasivos chegando até a cirurgias. Essa rotina inevitavelmente afeta os padrões de motilidade, que podem ser aumentados na hiperatividade ou reduzido na hipoatividade, comprometendo o senso básico de identidade do sujeito. Segundo Keleman,

Um tubo rígido provoca inflexibilidade, sentimento de insuficiência e medo do colapso. Um tubo denso tem pouco movimento e causa medo de explosão; um tubo intumescido experimenta a falta de identidade; um tubo vazio, sentimento de carência e medo de afirmação. Assim, podemos perceber que a motilidade dos tubos estabelece a forma contínua da pessoa e fornece seu senso básico de identidade. Seu padrão de expansão e contração organiza percepções e cognições básicas: vazio, cheio, lento, rápido, expandido, retraído, engolido, expelido. Os sentimentos e pensamentos são fundamentados nessa ação de bombeamento.⁴ (Keleman, 1992. p.17)

Na pouca experiência que tivemos, pudemos perceber que a obtenção de dados de um aluno quando esse está realizando uma atividade lúdica, nos fornece um resultado diferente de quando o mesmo está sujeito a situações de exames ou atendimentos. Isto pode vir a contribuir imensamente com as propostas da educação inclusiva, uma vez que o organismo dessas pessoas nos fornecerá dados resultantes de estados afetivos diferentes. E, quando queremos considerar a globalidade, não podemos descartar nenhuma informação.

No intuito de poder contar com mais áreas do conhecimento, e sabendo ser indispensável e urgente o diálogo com outras ciências, o presente projeto tem como proposta aprofundar os estudos no campo da Engenharia Biomédica e das Ciências da Saúde, na compreensão de que, entender a funcionalidade e o desempenho dos corpos desses alunos quando imersos nas atividades corporais, e encontrar/adaptar novas tecnologias assistivas que possam expandir a nossa

4 KELEMAN, Stanley. *Anatomia Emocional*. São Paulo, Summus, 1992. p.17.

capacidade de trabalho, o que abrirá horizontes e trará novas possibilidades de não exclusão para os ambientes educacionais.

Assim, a Metodologia Alfabetização Corporal que estamos construindo propõe um diálogo inter e transdisciplinar que nos permitirá desenvolver/adaptar e aplicar, para as práticas corporais não excludentes, sensores e monitores de sinais biológicos – inseridos nos objetos cotidianos ou adaptados –, se mostrando de alta relevância e um grande contributo, tanto para os avanços das tecnologias assistivas quanto para as práticas corporais não excludentes voltadas ao estímulo da capacidade de aprendizagem das pessoas com deficiência intelectual. Uma pesquisa realizada dentro do espaço escolar e na qual estão envolvidos profissionais das Ciências Humanas, das Artes, das Ciências da Saúde e Engenharia Biomédica, trará uma contribuição pioneira para a inclusão de pessoas com deficiência intelectual, não só na escola, mas, também, na sociedade.

Referências bibliográficas

BULL, Nina. *The Body and Its Mind*. New York: Las Americas, 1962.

_____. *The Attitude Theory of Emotion*. New York: Johnson Corp. 1968

CAPELLINI Vera Lúcia Messias Fialho; RODRIGUES Olga Maria Piazzentin Rolim, organizadoras. *Educação inclusiva: fundamentos históricos, conceituais e legais*. Bauru: UNESP/FC, 2012. Coleção: Práticas educacionais inclusivas.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE. *Mapeamento de competências em tecnologia assistiva*, Brasília, 2012. 381 p.

CHAMMÉ, Jorge. *CORPO E SAÚDE: Inclusão e exclusão social*. São Paulo: Sausoc, 2002 – Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v11n2/02>. Acessado em 27/09/16.

CRUZ, D.M. Utilização de dispositivos assistivos por alunos com deficiência em escolas públicas. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCAR*, v. 21, n.1, p.4-5, 2013.

FELDENKRAIS, Moshe. *Consciência pelo movimento*. São Paulo: Summus, 1977.

FELDENKRAIS, Moshe. *Man and the World*. In: BERINGER, Elizabeth (Org.). *Embodied Wisdom*. California: North Atlantic Books, 2010.

GALVÃO, Izabel, Henri Wallon: *Uma concepção dialética do desenvolvimento infantil*. Petrópolis: Vozes, 1998.

FONSECA, Vitor. *Filogênese da motricidade*. Lisboa: Edições 70, 1982.

JORGÉ, Soraya. *Arte e Consciência do Movimento: um burilar reflexivo de estados de presença*, Rio de Janeiro CIMA- 2011

KELEMAN, Stanley. *Anatomia Emocional*. São Paulo, Summus, 1992.

_____. *Corporificando a experiência*. São Paulo: Summus, 1995.

_____. *Realidade Somática*. São Paulo: Summus, 1994

LABAN, Rudolf. *Domínio do movimento*, São Paulo: Summus, 1978.

- LE BOULCH, J. A educação pelo movimento: a psicocinética na idade escolar. 2ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.
- LE BOULCH, J. O desenvolvimento psicomotor: do nascimento aos 6 anos. 7ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- LEONARDO N. S. T. et al., Inclusão Escolar: Um estudo acerca da implantação da proposta em escolas de ensino básico. São Paulo: Rev. Bras. Educ. Espec. vol.15 nº2, 2009.
- MANTOAN M. T. E. Inclusão Escolar. Pontos e Contra Pontos. São Paulo: Summus Editorial, 2006.
- MANTOAN M. T. E. Integração x Inclusão: Escola (de qualidade) para Todos. Campinas, 1993.
- MARTÍNEZ A. M. & TACCA M. C. V. R., Possibilidades de aprendizagem: ações pedagógicas para alunos com dificuldade e deficiência. Campinas: Alínea, 2011.
- MAZZOTA M. J. S. Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez, 2009. MEC/INEP. Censo Escolar. Sinopse Estatística, 2008.
- MELO, J. P. de. Desenvolvimento da consciência corporal: uma experiência da educação física na idade pré-escolar. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- MIRANDA, Regina, Corpo-Espaço: Aspectos de uma geofilosofia do corpo em movimento. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.
- MORIN, Edgar. Os sete saberes. São Paulo: Cortez 1996.
- PAN, Mirian. O direito à diferença. Curitiba: Ibpx, 2008.
- PIAGET, Jean. Relação entre a afetividade e a inteligência no desenvolvimento mental da criança. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.
- PIAGET, Jean. Seis estudos de psicologia. Rio de Janeiro: Forense, 1975.
- PINTO, Valcira, O corpo em movimento: um estudo sobre uma experiência corporal lúdica no cotidiano de uma escola pública de Belo Horizonte. São João Del Rei: 2010.
- RAMOS, Enamar. Angel Vianna: a pedagoga do corpo. São Paulo: Summus, 2007.
- RELVAS, Marta Pires. Neurociência na prática pedagógica. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.
- RELVAS, Marta Pires. Sob o comando do cérebro: entenda como a Neurociência está no seu dia. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.
- RELVAS, Marta. Neurociência e transtornos de aprendizagem. Rio de Janeiro: Wak, 2011.
- ROCHA, Everaldo. O que é etnocentrismo. Coleção Primeiros Passos, Editora Brasiliense, 1995.
- ROSA, A. P. e NISIO, J. Di. Atividades Lúdicas: sua importância na alfabetização. Curitiba: Juruá, 2002.
- SÁNCHEZ J. N. G., Dificuldades de aprendizagem e intervenção psicopedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- SASSAKI R. S. Inclusão: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 3ª ed., 1999.

TEIXEIRA, Letícia Pereira. Inscrito Em Meu Corpo: Uma Abordagem Reflexiva Do Trabalho Corporal Proposto Por Angel Vianna. Dissertação desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Teatro do Centro de Letras e Artes da UNIRIO. Rio de Janeiro, 2008.

VYGOTSKY, L. S.. Pensamento e linguagem (2a ed). São Paulo: Martins Fontes, 1989.

WILLIAMS, H. G. Perceptual and motor development. New Jersey: Prentice-hall, 1983.



O ESPORTE EDUCACIONAL NA UFRJ

Profª Drª Luciana M. N. Peil

EEFD/UFRJ

Prof. Esp. Luiz Felipe Cavalcanti

Técnico Adm./EEFD/UFRJ

Acad. Sidney Botelho Pestana

Graduação/EEFD/UFRJ

Prof. Ms. Denilson Vasconcelos

Técnico Adm./EEFD/UFRJ

Profª Esp. Regina Balbi

Técnica Adm./EEFD/UFRJ

Prof. Esp. Bruno Mattos

Técnico Adm./SUPEREST/UFRJ

Prof. Esp. Leandro Fernandes

Técnico Adm./SUPEREST/UFRJ

Este texto apresenta a proposta de discussão e possível implementação de uma política de Esporte para a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Tal proposta, por sua envergadura, deve ser pautada pela administração central da universidade. Entretanto, a Escola de Educação e Desportos (EEFD), por atuar diretamente na discussão e estudo do Esporte é o local de execução e seu principal agente e proponente, porém, entende que todas as demais unidades que possuem atuação direta e indireta no campo do Esporte devem estar envolvidas. A Faculdade de Medicina, a Faculdade Nacional de Direito, o Instituto de Nutrição Josué de Castro, a Escola de Comunicação, entre outras, devem ser proativas nesta construção e sua posterior implantação.

É na sociedade “moderna” do século XIX, especialmente na Inglaterra e durante a revolução industrial, que surge o Esporte Moderno (atual). Devido a imensa carga moral e psicológica que o Esporte carrega, o mesmo foi facilmente defendido como um grande meio educacional. Desenvolvimento de lideranças, capacidade de decisão sob pressão e espírito de equipe, são qualidades desejáveis à época e atualmente.

O ressurgimento dos Jogos Olímpicos na era moderna pelas mãos do Barão de Coubertin colocou em forte evidência a manifestação Esporte como um meio educacional. Coubertin queria reviver os preceitos educacionais da Paidéia grega. Esta partia do pressuposto que o Ser Humano de excelência deveria obrigatoriamente ser educado ao mesmo tempo sob os pontos de vista intelectual, moral, artístico e atlético. Este último, a “porta de entrada” para os outros

aspectos. Um Ser Humano completo não poderia prescindir da educação pelo e para o exercício físico/Esporte. Para tanto, o Barão defendeu sua concepção pedagógica na “Carta Olímpica” onde define o conceito de Olimpismo. Um código moral e educacional que busca reviver os princípios da Paidéia e assegurar a paz universal:

...uma filosofia de vida que exalta e combina em equilíbrio as qualidades de corpo, espírito e mente, combinando esporte com cultura e educação. O Olimpismo visa criar um estilo de vida baseado no prazer encontrado no esforço, no valor educacional do bom exemplo e no respeito aos princípios éticos fundamentais e universais.¹

Este era o ideal de Coubertin, o que não significa que o Esporte em qualquer situação esteja acima do bem ou do mal. Muitas são as interferências, usos e interpretações do fenômeno na sociedade.

Do ponto de vista conceitual, não estamos falando de qualquer manifestação da cultura de movimento, mas de um fenômeno complexo e multifacetado. Trabalhamos com a ideia de que o Esporte deve obrigatoriamente contemplar os aspectos lúdico (jogo), agonístico (competição), o movimento humano e a regra universal.

Devemos fazer um esforço para repensarmos nossa ideia sobre movimento humano, na medida em que nem sempre ele é tão dinâmico assim, como nosso senso comum por vezes pode nos levar a crer. Modalidades como o Xadrez, de muito tempo já nos levam a fugir um pouco de estereótipos deste tipo. Atualmente os jogos eletrônicos (LOL)² são “febre” mundial e são considerados Esporte.

Jogo e competição caminham extremamente juntos, em que pese serem princípios diferentes, mas no Esporte, são complementares. Joga-se buscando a vitória, joga-se procurando medir forças, joga-se procurando a superação de limites e até mesmo joga-se procurando a superação do outro, mas não apenas isto. Para Schiller (1995), jogar é se deixar levar pela vertigem causada pela ação recíproca entre nossa razão (impulso formal) e nossa emoção (impulso sensível), que desemboca no impulso lúdico (criador). Para o autor, a humanidade plena só é possível quando jogamos. Este “movimento lúdico”, para Buytendijk (1977), é um “vaivém”, uma alternância na relação dialética entre aparência (modo como se apresentam as coisas) e realidade, bem como, a alternância de uma tensão e relaxamento, caracterizando, então, todo o jogo humano. Schiller (1995) ainda chama a atenção para o papel da cultura, que deve vigiar e assegurar os limites de cada impulso para que um não incapacite o outro. Para tanto, a regra universal (norma) busca manter em equilíbrio o jogo/Esporte, pois o entusiasmo na prática pode levar para a violência ou para a perda da emoção do jogo, eventualmente excessivamente cortado

1 CARTA OLÍMPICA, 2017, p. 11).

2 League of Legends.

pela aplicação da norma. De fato, o que devemos procurar no Esporte é a harmonia possível e momentânea entre os pólos.

Neste mesmo fio condutor, Norbert Elias (1990) nos fala no “processo civilizador” que mostra mudanças no comportamento da sociedade medieval (mais ativa e agressiva na vivência dos prazeres) para a sociedade moderna (onde os prazeres são vividos de maneira mais passiva e controlada). O Esporte também é reflexo destas alterações. De acordo com Peil (2006), o “processo civilizador” no Esporte, parece estar justamente no trabalhar a “simbiose” existente e a “simbiose” possível entre razão e emoção, quando cada um vive o Esporte. Trabalhamos sempre entre estes dois impulsos, em um “jogo” onde não existe a contradição, mas sim um contraste necessário, onde a coerência está justamente na ligação/ação recíproca entre os pólos de contato. Podemos inclusive dizer, que a aparente contradição, revelada na forma de tensão é desejável, na medida em que é nela e por ela que nos movemos. Neste momento lembramos Elias & Duining (1992), quando nos falam da “busca da excitação” que está presente em todos os aficionados por Esporte. A tensão e o relaxamento configuram o excitamento que nos faz mais vivos através da experiência esportiva, onde o jogo tem uma de suas moradas mais peculiar e espontânea.

Lovisoló (1997) afirma que para falarmos do Esporte necessitamos colocar em ação linguagens que permitam a compreensão de seus fazeres. O autor defende que para entender porque fazemos determinadas coisas, usamos de forma conjunta em nossa sociedade, três linguagens dominantes: A da norma, a da utilidade e a do gosto. A linguagem da norma refere-se a uma ampla gama de ações que realizamos porque seguimos uma tradição, uma determinação burocrático-legal. A linguagem da utilidade refere-se a razão prática como orientadora da ação para a obtenção da utilidade. A linguagem do gosto afirma que fazemos algo apenas porque gostamos e que somos o que somos, sobretudo pelos gostos que temos. É na linguagem do gosto que pensamos a formação de nossas personalidades, pois o gosto irá direcionar e muito a construção de nosso eu. A linguagem da norma e a linguagem da utilidade estão calcadas na razão e esta é supra individual, enquanto a linguagem do gosto apóia-se na emoção e esta é absolutamente individual, por mais que possa ser compartilhada. Lovisoló (1997) salienta que as linguagens da norma e da utilidade implicam em sanções a nossas liberdades, enquanto a linguagem do gosto cultiva a liberdade, a autocriação e a criatividade.

Gostaríamos de ser orientados pelo gosto, mas freqüentemente somos constrangidos pelas normas e pelas utilidades. A comunidade esportiva tem identidade própria e se mantém bastante unida compartilhando o mesmo universo e a mesma linguagem. A realização do gosto, para Lovisoló (1997), é amplamente aceita como idealidade, mas nem sempre como praticidade. Existem pessoas que conseguem sobrepor estas três esferas, mas o mais comum é o conflito entre as mesmas. Para o autor a linguagem do gosto apropriou-se crescentemente do Esporte sem, contudo, eliminar os discursos da norma e da utilidade.

Portanto, discutir Esporte na universidade é entender suas dimensões, mas sem perder de vista o caráter educacional desta prática. Entender as manifestações esportivas no ambiente educacional vai muito além da simples busca pela vitória, condição fundamental ao Esporte, mas deve buscar a formação de indivíduos íntegros, sob qualquer perspectiva. Perseguir a vitória neste âmbito é consequência de um processo formativo muito mais profundo que a mera execução técnica do gesto esportivo ou da obediência tática. É perceber-se como protagonista desta formação, consciente das limitações de seus companheiros, adversários e, principalmente, de si mesmo.

A definição de “esporte educacional”, constante na lei “Pelé” (lei nº 9.615/1998) e reafirmada na Política Nacional do Esporte, afirma que todo o esporte “cultivado” no ambiente de ensino formal deve primar, por exemplo, pelos princípios do desenvolvimento integral do Ser Humano e sua formação para o exercício da cidadania:

Art. 3º O desporto pode ser reconhecido nas seguintes manifestações:

I- desporto educacional ou esporte-educação, praticado na educação básica e superior e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a competitividade excessiva de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;

1º O desporto educacional pode constituir-se em:

II- esporte escolar, praticado pelos estudantes com talento esportivo no ambiente escolar, visando à formação cidadã, referenciado nos princípios do desenvolvimento esportivo e do desenvolvimento do espírito esportivo, podendo contribuir para ampliar as potencialidades para a prática do esporte de rendimento e promoção da saúde.

2º O esporte escolar pode ser praticado em competições, eventos, programas de formação, treinamento, complementação educacional, integração cívica e cidadã, realizados por:

I- Confederação Brasileira de Desporto Escolar – CBDE, Confederação Brasileira de Desporto Universitário – CBDU, ou entidades vinculadas, instituições públicas ou privadas que desenvolvem programas educacionais; e

II- instituições de educação de qualquer nível.

Estes preceitos, no espaço da universidade (esporte universitário), comumente se aliam mais fortemente ao conceito de esporte de rendimento do ponto de vista da busca do resultado e da excelência.

Pode-se entender Política como as ações em diversas áreas, de diversos modos e com variados objetivos. Souza (2006) quando discorre sobre Políticas Públicas, lembra que sempre se deve levar em conta, ao elaborarmos uma política de ação, que devemos responder quem ganhará o quê, o porquê se faz e qual diferença a implementação das ações fará. Queremos mudar comportamentos e/ou ações.

Definir uma política de Esporte para a UFRJ implica, entre outras demandas, garantir a destinação de verbas específicas para a prática esportiva junto ao Ministério da Educação (MEC). Tal dotação orçamentária se dá, hoje, pelo Ministério do Esporte, através da Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU) e das federações estaduais, causando uma distorção dos princípios educacionais, gerando expectativas de que o esporte universitário brasileiro seja exclusivamente de alto-rendimento, a exemplo do acontece em outros países como os Estados Unidos da América. A universidade é local de aprendizagem, com apoio no ensino, na pesquisa e na extensão. Não se pode pensar em uma manifestação da universidade que não objetive de fato o pedagógico. Fazer o MEC reconhecer o Esporte na universidade como parte do processo pedagógico deve ser um dos objetivos desta política de trabalho.

Tal distorção e o protagonismo da CBDU e sua afiliadas na execução de verbas públicas destinadas à prática esportiva no âmbito universitário, geram dificuldades e disparidades entre as entidades participantes das competições. A CBDU deveria realmente ser promotora de ações educacionais no Esporte e para o Esporte, equalizando as disparidades entre as instituições de ensino superior que se fazem representar nesta manifestação. Esta entidade está comprometida por lei federal para tal, mas na prática fatores, como por exemplo, a não seletividade e a coibição da hipercompetitividade, são contumazmente esquecidos nas competições organizadas por esta confederação. A CBDU parece ignorar que as universidades públicas por anos a fio sofrem um desmonte e precarização do seu trabalho. Desta forma, torna-se fundamental que a UFRJ, com seu tamanho, relevância e conhecimento, assuma papel central na discussão de novos paradigmas para o Esporte universitário. Não cabe à UFRJ aceitar placidamente decisões tomadas a partir de interesses alheios ao melhor interesse público, mas sim atuar para que novas políticas sejam estabelecidas e ampliem a capacidade de realização do Esporte educacional universitário, de maneira mais igualitária e educativa.

Definir uma política de Esporte para a UFRJ implica, ainda, em se estabelecer um setor específico, primordialmente dedicado ao tema, dentro da estrutura da administração central da universidade, de modo a garantir a permanente reflexão acerca desta política e sua firme execução ao longo do tempo, independentemente de indivíduos que estejam à frente da Reitoria, ou da EEFD. Fortalecer o Esporte universitário na UFRJ é, dentre outras coisas, abrir à participação de outros agentes do fenômeno Esporte, conforme citado anteriormente, de maneira a não se ater à mera prática dentro dos espaços esportivos, mas tudo que envolve este processo: preparação, competição, avaliação. A grande popularidade do Esporte não pode ser desprezada pela univer-

cidade. Neste sentido, uma das ações da coordenação deve ser a implantação de um programa de estágio em Esporte, associado às unidades interessadas neste campo de experimentação para que se estabeleça um efetivo programa de acompanhamento das equipes e de outras possíveis manifestações do Esporte na universidade.

Com base na resolução do Conselho de Ensino e Graduação (CEG, nº 12/2008), defendemos que o projeto pedagógico de cada curso de área afim ao Esporte, deve prever estágio obrigatório ou não obrigatório, bem como atividades complementares a seus acadêmicos nas atividades esportivas promovidas pela UFRJ. Para tal, um termo de compromisso deverá ser firmado entre as unidades envolvidas. Esta atitude de fato será passo importante para a institucionalização e compreensão do Esporte na universidade e na sociedade em geral.

De maneira consoante com o exposto acima e de acordo com os pressupostos e objetivos do ensino superior, as equipes de representação da UFRJ devem ser campo de aprendizagem e formação para todos os acadêmicos de áreas afins ao Esporte e especialmente para os alunos dos cursos de Educação Física que desejam vivenciar o trabalho com equipes esportivas, sob a orientação e supervisão de servidores da UFRJ em suas especificidades.

Sem abrir mão da busca pela vitória, aspecto inerente ao Esporte, a perspectiva que devemos desenvolver no trabalho com os alunos/atletas está nos valores do “jogo limpo”. Este ponto de vista procura ultrapassar em muito a superficialidade com a qual certos órgãos do esporte mundial e nacional tratam a questão. O Esporte universitário não pode ser a mera reprodução do Esporte profissional e de alto nível que se apresenta como o grande objetivo a atingir na ótica do senso comum.

Acreditamos que a Federação de Esportes Universitários do Rio de Janeiro (FEURJ) e a Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU), como órgãos concessionários da lei 9.615/98 (regulamentada pelo decreto 7.984/13), de forma coerente com os preceitos do esporte educacional, implementarão a discussão sobre o papel muito mais amplo e formativo deste espaço e garanti-lo-ão como tal àquelas universidades que acreditam realmente em sua função educativa através de todas as suas manifestações.

Para além das equipes representativas, devemos lembrar que a prática do Esporte é um direito de todos no espaço da universidade. Servidores técnicos administrativos, alunos e professores. A defesa do direito a vivência e do direito a participação.

Debater qualquer temática para a universidade implica em se abrir a escuta a todas as personagens presentes em seu cotidiano, estudantes, técnicos, docentes e terceirizados, para que se busque uma melhor compreensão do que se espera da manifestação esportiva dentro da universidade. Tal debate carece de uma prévia instrumentação do público envolvido, a fim de evitar repetições do senso comum, como a hipercompetitividade e o predomínio do Futebol entre as modalidades a serem ofertadas. Sugerimos que sistematicamente espaços sejam criados

para a discussão sobre o Esporte. Seminários, Workshops e outros tipos de encontros devem ser promovidos. Outras universidades devem ser convidadas à discussão e possíveis convênios firmados.

A definição de uma política de Esporte passa necessariamente por perguntar à comunidade universitária: Qual(is) manifestação(ões) de esporte a UFRJ deseja? Como o Esporte deve se colocar na UFRJ? O que queremos com o Esporte na UFRJ? O que de fato deve ser o Esporte educacional?

A universidade pública brasileira e especialmente a UFRJ, devem elevar a manifestação Esporte a outro patamar na própria universidade e em suas relações com a sociedade em prol do melhor interesse público.

Referências bibliográficas

- BRASIL. Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998.. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9615consol.htm>. Acesso em: 04 de setembro de 2017.
- BUYTENDIJK, J. O jogo humano. In: GADAMER – VOGLER Nova antropologia. São Paulo: EDUSP, nº 4, 1977. p. 63-87
- ELIAS, N. O processo civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- ELIAS, N. e DUNNING, E. A busca da excitação. Lisboa: Disfel, 1992.
- LOVISOLO, H. Estética, esporte e educação física. Rio de Janeiro: Sprint, 1997.
- PEIL, Luciana Marins Nogueira. Esporte e espírito romântico: o caso do Golfe. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação Física/UGF. Rio de Janeiro: 2006.
- Olympic Charter in force as from 15 September 2017, In International Olympic Committee.
- SCHILLER, F. A educação estética do homem. São Paulo: Iluminuras, 1995.
- SOUZA, Celina. Políticas públicas: Uma revisão de literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº16,jul/dez 2006, p.20-45.



OS QUE FAZEM E OS QUE PENSAM A DANÇA: ESTUDO DA TENSÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA EM QUATRO CURSOS DE GRADUAÇÃO EM DANÇA NO BRASIL

Luciane Moreau Cocco

Professora Adjunta DAC/EEFD/CCS/UFRJ

“O que você faz? Eu danço! Ah! E você trabalha com o que? O que você estuda? Que curso você faz? Eu faço faculdade de Dança! Ah! Então vocês passam dançando?”¹ Quem é bailarino, professor ou estudante de curso de graduação em Dança já deve ter ouvido algo parecido. As afirmações acima expressam percepções leigas que julgam a dança um conhecimento exclusivamente prático, excluindo a possibilidade de reflexão teórica associada às práticas de dança. Desqualificam a dança enquanto trabalho e profissão, considerando-a atividade de entretenimento ou *hobby*. Esses (des)entendimentos constituem impressões correntes no senso comum sobre a trajetória em dança voltada para formar o bailarino/artista no (e para o) campo artístico fora das IES,² e serviram para construir a questão de pesquisa de minha tese de doutorado defendida em junho de 2017 no IFCS/UFRJ, da qual este artigo tem o objetivo de divulgar algumas reflexões em torno de como se configuram o ensino e a profissão em dança no campo acadêmico.

Ao analisar como se consolida a profissionalização da dança via ensino superior percebi que o processo de academização da dança foi estruturado segundo dois princípios de classificação: a teoria e a prática. Este objeto de estudo foi apreendido buscando analisar por quem e de que é feita a dança nas instituições de ensino superior, responsáveis por instaurar uma nova maneira de credenciar quem é artista da dança. A investigação focou no estudo de conteúdos teóricos e práticos expressos nos planos pedagógicos dos cursos, nos currículos e nas disciplinas, bem como na pesquisa acerca das percepções dos docentes sobre os significados por eles atribuídos à teoria e à prática no ensino da dança em nível superior. Parti da premissa de que a profissionalização da dança nas IES instaurou uma nova visão de dança, que implicou em uma nova maneira de credenciar quem é artista da dança.³

1 Relato de uma formanda do bacharelado em Dança na UFRJ.

2 Embora em muitos momentos do texto o termo “universidade” seja utilizado como sinônimo de instituição de ensino superior, gostaria de esclarecer que as universidades constituem um tipo de instituição de ensino superior, e que esta última abrange também faculdades e centros universitários.

3 No endereço eletrônico da CBO – Classificação Brasileira das Ocupações – está especificada a categoria artista da dança que engloba as atividades ocupacionais de professor, estudante, bailarino, pesquisador, produtor, ensaiador, diretor e coreógrafo. Dispo-

Em 2002, a Classificação Brasileira das Ocupações (CBO), através de debate junto a docentes do ensino superior em Dança, optou pelo uso do termo artista da dança para englobar as atividades: professor de dança, assistente de coreografia, bailarino, coreógrafo, dramaturgo de dança e ensaiador de dança. Essa classificação é uma conquista e um desdobramento das representações sociais que circulam no ensino superior em Dança, responsável por criar o vocábulo artista da dança, que expandiu a noção de bailarino. A expressão artista da dança aglutina uma série de atribuições que podem ou não ser cumulativas no cenário de dança profissional. Quem está inserido no mundo acadêmico da dança utiliza o termo artista da dança, uma categoria abrangente, ao passo que, no contexto extrauniversidade, as designações de bailarino e dançarino ainda são correntes, sendo que bailarino(a) se refere apenas àqueles que fizeram ballet clássico, em contraponto aos dançarinos. Todas essas designações representam disputas no campo artístico.

A questão de pesquisa foi construída a partir desses questionamentos iniciais: há interligação entre teoria e prática nas graduações em Dança? O que tem sido mais valorizado no ensino da dança no âmbito do terceiro grau: a prática artística, a produção teórica ou ambas? O ensino da dança em nível superior instaurou e reforça a distinção entre os que pensam e os que fazem a dança?

Atualmente no Brasil existem 48 cursos superiores em Dança, sendo o curso mais antigo o da UFBA, que completou 60 anos em 2016. Em funcionamento existem 31 licenciaturas, 14 bacharelados, 2 cursos tecnológicos em Dança e 1 curso superior de formação específica em Dança e coreografia. Dos 14 bacharelados, 13 são graduações em Dança, e 1 é em Teoria da dança. Esses cursos estão distribuídos em 35 instituições de ensino superior (IES): 18 federais, 11 particulares e 6 estaduais. Dos 26 estados brasileiros, 17 possuem cursos de Dança no ensino superior, e apenas em 9 não há IES com graduação em Dança. Como pode ser observado nos quadros a seguir.

Instituição de ensino	Graduação em Dança/Ano			
1) Universidade Federal da Bahia/UFBA	Licenciatura	1956	Bacharelado	2010
2) Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ	Licenciatura	2010	Bacharelado	1994
			Bacharelado em Teoria	2010
3) Universidade Federal de Viçosa/UFV	Licenciatura	2000	Bacharelado	2002
4) Universidade Federal de Sergipe/UFS	Licenciatura	2007		
5) Universidade Federal de Alagoas/UFAL	Licenciatura	2007		
6) Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG	Licenciatura	2007		
7) Universidade Federal de Pernambuco/UFPE	Licenciatura	2008		
8) Universidade Federal do Pará/UFPA	Licenciatura	2008		
9) Universidade Federal de Pelotas/UFPEL	Licenciatura	2008		

nível em: <<http://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/262830-professor-de-danca>>. Acesso em 23/01/2016 às 15:00.

10) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília/IFB	Licenciatura	2009		
11) Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS	Licenciatura	2009		
12) Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN	Licenciatura	2009		
13) Universidade Federal de Uberlândia/UFU			Bacharelado	2010
14) Universidade Federal de Goiás/UFG	Licenciatura	2010		
15) Universidade Federal do Ceará/UFC	Licenciatura	2011	Bacharelado	2011
16) Universidade Federal de Santa Maria/UFSM	Licenciatura	2012	Bacharelado	2012
17) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás/ IFG	Licenciatura	2013		
18) Universidade Federal da Paraíba/UFPB	Licenciatura	2013		

Quadro 1- 18 Instituições Federais. Fonte: Elaboração própria a partir de consulta nos sites www.educacaosuperior.inep.gov.br
<http://idanca.net/a-formacao-de-professores-de-danca-no-brasil/> - acesso em 12/01/2017

Instituição de Ensino	Graduação em Dança/Ano			
1) Faculdade de Artes do Paraná/FAP Universidade Estadual do Paraná/ UNESPAR	Licenciatura	1984	Bacharelado	1993
2) Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP	Licenciatura	1985	Bacharelado	1985
3) Universidade do Estado do Amazonas/UEA	Licenciatura	2001	Bacharelado	2001
4) Universidade Estadual do Rio Grande do Sul/UERGS	Licenciatura	2002		
5) Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB/Vitória da Conquista	Licenciatura	2012		
6) Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul/UEMS	Licenciatura	2015		

Quadro 2 - 6 Instituições Estaduais. Fonte: Elaboração própria a partir de consulta nos sites www.educacaosuperior.inep.gov.br
<http://idanca.net/a-formacao-de-professores-de-danca-no-brasil/> - acesso em 12/01/2017

Instituição de Ensino	Graduação em Dança/Ano			
1) Faculdade Paulista de Artes/FPA	Licenciatura	1991	Bacharelado	1991
2) Universidade Anhembi Morumbi/UAM	Licenciatura	1998	Bacharelado	1998
3) Escola e Faculdade Angel Vianna/FAV	Licenciatura	2000	Bacharelado	2000
4) Faculdade Tijuco/Uniesp/São Caetano do Sul/ SP	Licenciatura	2002		
5) Universidade Luterana do Brasil/Ulbra	Licenciatura	2008	(Tecnológico extinto em 2008 virou licenciatura)	2003
6) Universidade Estácio de Sá/UNESA/RJ			Curso Tecnológico de coreografia de dança de salão	2006
7) Centro Universitário Santanna/UNISANTANNA/ SP	Licenciatura	2009	Bacharelado	2009
8) Universidade de Sorocaba/UNISO	Licenciatura	2010		
9) Faculdade Integrada da Grande Fortaleza/FGF	(não é licenciatura plena)		Curso superior de dança e coreografia	2011
10) Universidade Candido Mendes/UCAM/RJ	Licenciatura	2014		
11) Universidade de Caxias do Sul/UCS/RS			Curso Tecnológico de dança	2014

Quadro 3: 11 - Instituições Privadas. Fonte: Elaboração própria a partir de consulta nos sites www.educacaosuperior.inep.gov.br
<http://idanca.net/a-formacao-de-professores-de-danca-no-brasil/> - acesso em 12/01/2017

Para Sampaio (2012, 2014), a expansão das IES ocorreu em momentos diferentes e com características diversas. A primeira expansão foi em 1960 e no ensino privado, a segunda foi em 1990. A pesquisadora fornece um panorama sobre a ampliação do acesso ao ensino privado em nível superior no país. Os dados de Sampaio (2012, 2014) apontam ter ocorrido uma expansão maior nos anos 90. Verifiquei que houve aumento do número de graduações em Dança nos últimos 27 anos a partir dos anos 90, mas predominantemente após os anos 2000. Até 1990 havia apenas quatro cursos de Dança, mas após esse período 44 graduações em Dança foram instauradas no país. Algumas pesquisadoras da dança confirmam esse crescimento:

O número de cursos superiores em dança aumentou a partir dos anos 1990. Não se conhece ao certo o motivo, mas Morandi e Strazzacappa (2006) levantaram algumas hipóteses, como: a influência dos Festivais Internacionais de Dança, que possibilitaram ao público brasileiro o contato com os mais diversos estilos de dança; o crescente apoio à área de dança dado pelas instituições de fomento (bolsas para pesquisa, estudo e/ou criação cênica, por exemplo); a criação de grupos de pesquisa em dança em estúdios e escolas particulares; a ampliação do oferecimento de cursos de dança nas oficinas culturais; a atuação dos graduados em dança pelas faculdades já existentes, entre outros. Para Segnini (2008), trata-se do fortalecimento gradativo de um campo econômico que, a partir dos anos 1990, apresenta índices de crescimento superiores aos outros setores, tanto na França como no Brasil, países comparados na pesquisa desenvolvida pela autora.⁴

O processo de expansão do ensino superior em Dança ocorreu principalmente nas universidades públicas. Como afirma Riz: “O ensino superior em dança, na contramão do ensino superior brasileiro, cresce principalmente nas instituições públicas de ensino”.⁵ Após os anos 90, 23 cursos abriram em IES públicas, sendo 16 licenciaturas e sete bacharelados, dado que vai de encontro às pesquisas de Sampaio (2012, 2014), segundo as quais teria ocorrido uma expansão maior nas instituições privadas. Compartilho com Vieira (2015) a consideração de que o REUNI⁶ foi decisivo para a abertura de cursos de graduação em Dança nas IFES. O REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras – foi implantado pelo Decreto 6.096, de abril de 2007, e, como afirma Santos: “[...] as ações do governo com a ampliação de novos cursos superiores de dança com o REUNI provocou um impacto e uma diferença notável na geografia do ensino superior nessa área a partir de 2007”.⁷ Como mostra o Quadro 1, desde 2007, 20 novas graduações em Dança foram criadas em universidades federais no país.

4 RIZ, 2009, p. 44.

5 2009, p.44.

6 <http://reuni.mec.gov.br> - acesso em 14/10/2016 às 13:00.

7 2016, p. 22.

Em artigo recente, Vargas (2014) descreve como o REUNI implementado na Universidade Federal Fluminense (UFF) representou a expansão da UFF, que se alastrou por novos campus universitários criados nessa instituição. A autora traça algumas críticas ao REUNI, apontando que muitos docentes e estudantes têm uma posição contrária ao programa porque “ele promove uma superexploração do trabalho docente, com reflexos na qualidade do ensino superior federal”.⁸ Seguindo as críticas de Vargas, é possível refletir sobre em que medida o aumento de cursos de Dança representa um fator decisivo na inclusão social de estudantes e de professores no ensino superior. Apenas promover o acesso à escolarização sem oferecer condições de permanência dos estudantes nos cursos é um dos fatores que contribui para a manutenção das desigualdades sociais, como defendem Neves e Anhaia (2014), que pesquisaram sobre a expansão nas IES a partir da ineficiência das políticas de inclusão social, argumento este reforçado por Barbosa (2009), Dubet (2012) e Virgínio (2012).

Santos (2016) e Matos (2011) forneceram dados sobre a distribuição desigual dos cursos superiores em Artes no Brasil, a Dança está em menor proporção e com menos financiamento, mesmo com a implantação de cursos com apoio do REUNI:

A oferta de cursos de Artes, no Ensino Superior, conforme informa o INEP (2015), apresenta-se com a seguinte configuração: Artes Visuais, Música (102 cursos em atividade) e Teatro (90 cursos em atividade). Entretanto, esse cenário apresenta-se, ainda, com a menor oferta no ensino da Dança (49 cursos em atividade). Mesmo com a recente expansão significativa no número de cursos, desde o REUNI, o Ensino Superior em Dança se apresenta ainda pouco expressivo tanto no número de ofertas por todo o país, quanto na proporção de sua distribuição por região (...) há um descompasso no crescimento regional de cursos de dança das IES, e como aborda Matos (2011) faz-se necessário que os governos Estaduais e Federal assumam seus papéis para a expansão dos cursos de Licenciatura em Dança. Como já citado, existe um desequilíbrio quantitativo desses cursos, e para além desse desafio, todas as regiões do Brasil sofrem com o déficit de investimento por parte da iniciativa governamental.⁹

Segundo Matos (2011), haveria desigualdade entre a distribuição das IES de Dança pelas regiões brasileiras. No Gráfico 1 está exposta a distribuição das 35 IES nas cinco regiões do país, segundo os estados em que há graduação em Dança. Verifiquei que em nove estados brasileiros ainda não encontramos cursos de graduação em Dança, são eles: Acre/AC, Amapá/AP, Maranhão/MA, Mato Grosso/MT, Piauí/PI, Rondônia/RO, Santa Catarina/SC, Roraima/RR e Tocantins/TO. Em quatro estados há maior número de IES que oferecem graduações em Dança: São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Na região sudeste do país encontra-se

8 VARGAS, 2014, p. 291.

9 Santos, 2016, p. 22.

a maior concentração de instituições com cursos superiores de Dança. No total são 13 IES na região sudeste: seis no estado de São Paulo, quatro no Rio de Janeiro e três em Minas Gerais. Como pode ser observado no gráfico 1.

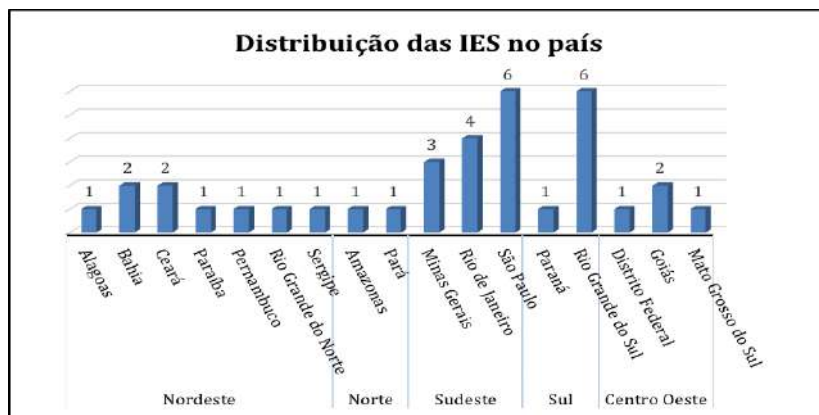


Gráfico 1 - Distribuição das 35 IES nos estados brasileiros. Fonte: elaboração própria

Apesar de não ser um fenômeno recente a existência de graduações em Dança no país, no senso comum ainda persiste a ideia que restringe a dança a uma atividade física, entretenimento ou *hobby* em vez de ser considerada uma profissão. Do ponto de vista da distinção entre a formação da dança no ensino superior e no campo artístico, o diploma é a certificação educacional formal e é obtido via curso superior em Dança. As credenciais educacionais, os diplomas, são os critérios sociais legítimos da formação em Dança nas IES.

Ao longo da tese, abordei questões de caráter mais geral, como alguns aspectos sobre a institucionalização da dança no contexto acadêmico, que contribuem para descobrir o que aconteceu com a profissão de bailarino(a) e de professor de dança quando a formação passa a ser obtida via ensino superior. E investiguei questões mais específicas relacionadas ao interesse de pesquisa, que busca perceber qual o impacto da tensão entre as categorias nativas teoria e prática nas representações sociais de docentes e/ou coordenadores de curso sobre a formação em Dança no ensino superior.

Abordei a relação entre ensino superior e profissão em dança, considerando a Dança uma área da Arte introduzida na universidade, *locus* da ciência e de saberes abstratos. Discorri sobre a inserção das graduações em Dança no ensino superior no debate sociológico, na interface com referenciais teóricos procedentes do campo da sociologia das profissões. O processo de acadêmização da dança é analisado, por um lado, sob o ponto de vista do debate atual da sociologia do ensino superior acerca de dois fenômenos: expansão e diversificação. Pesquisei a expansão das IES que oferecem cursos de Dança como evento de diversificação da formação em Dança em relação a dois percursos de profissionalização existentes fora das IES: cursos técnicos e ensi-

no não formal.¹⁰ Por outro lado, segundo referenciais da sociologia das profissões, desenvolvi a questão da autonomia da Dança como área de conhecimento do ensino superior à luz dos conceitos de “projeto profissional” de Larson (1977) e “autoridade cultural” de Starr (1982). A partir desses conceitos, identifiquei o esforço empreendido pelas graduações em Dança pesquisadas no sentido de delimitar quais conhecimentos devem compor a formação acadêmica em Dança. Segundo dados da pesquisa, as graduações em Dança são interdisciplinares porque são compostas por disciplinas de áreas científicas, sendo essa interdisciplinaridade verificada nas trajetórias de formação acadêmica dos docentes.

Analisei, com efeito, as representações sociais de docentes e/ou coordenadores de curso a partir do conceito de Moscovici (1989). A análise realizada no nível das representações sociais busca se aproximar das crenças e valores presentes na tensão entre as categorias nativas teoria e prática. As representações sociais relativas ao ensino da dança na academia se constituem nesse jogo entre saberes práticos e saberes teóricos. A negociação entre teoria e prática constrói e é constitutiva das visões sobre a formação em Dança no ensino superior. As noções de teoria e prática são consideradas princípios classificatórios estruturantes das graduações em Dança.

Quatro objetivos específicos orientaram este estudo. Os dois primeiros buscam investigar questões em torno de que é feita a Dança nas IES. Primeiramente, trata-se de explicar de que maneira o campo de ensino superior em Dança está se consolidando como área de conhecimento, por um lado, a partir da importação de conteúdos de três áreas distintas – as ciências humanas, as ciências biológicas e as artes cênicas – e, por outro lado, fundada em disputas com a Educação Física e, de forma mais branda, com as Artes Cênicas. A intenção é analisar nessas apropriações ou rupturas com outras áreas, as representações sociais relativas à tensão entre as categorias teoria e prática. O segundo objetivo é analisar de que maneira os conteúdos das três áreas de conhecimento que balizam a formação acadêmica em Dança - as ciências humanas, as ciências biológicas e as artes cênicas - são transformados em disciplinas que compõem os currículos das graduações em Dança investigadas. A intenção é verificar se essas áreas, quando expressas em matérias, reforçam a divisão/tensão entre teoria e prática nas representações sociais dos docentes e/ou coordenadores de curso.

Os próximos dois objetivos se destinam a pesquisar sobre por quem é feita a Dança nas IES. Assim, comparei o que os docentes escolheram ressaltar em suas atuações profissionais - na seção “Texto Informado pelo Autor” do Currículo Lattes - em relação às áreas em que realizaram as suas formações acadêmicas – graduação, mestrado e doutorado – no intuito de examinar se nas representações sociais dos pesquisados aparece a divisão entre os que pensam e os que fazem a dança, e se os docentes valorizam mais as atividades profissionais ligadas a aspectos teóricos, fruto de suas formações acadêmicas, ou ressaltam a dimensão artística e prática. Por último,

¹⁰ Segundo Strazaccappa (2006), ensino não formal é sinônimo de curso livre, conservatórios, academias e estúdios de dança, também ONGs, associações de bairro e Igrejas.

procurei identificar, junto ao campo do ensino da Dança em nível superior, de que maneira as representações relativas à teoria e à prática jogam hierarquicamente nos discursos dos docentes, produzindo distintas representações sobre as definições de formação em Dança, de pesquisa, de arte, de técnica, de dança e de artista da dança.

Para dar conta desses objetivos escolhi o método qualitativo. Foi realizada análise documental da legislação que propiciou resoluções favoráveis à abertura dos cursos de Dança em nível superior; foram analisadas as disputas que a Dança travou com outras áreas para se consolidar no campo acadêmico; e foi estabelecido como foco a apreciação de diretrizes curriculares, projetos pedagógicos dos cursos, dos currículos e dos programas de disciplinas das graduações em Dança. O levantamento de dados sobre os planos pedagógicos, os currículos e as disciplinas priorizou quatro instituições de ensino superior que oferecem graduações em Dança: UFBA, UFRJ, UNICAMP e Faculdade Angel Vianna. Esse recorte tem como critérios: a diversidade dos cursos, a tradição dessas instituições no país e o reconhecimento no campo acadêmico da Dança. Foram examinados os currículos Lattes e as produções textuais dos docentes, sujeitos da pesquisa. Ademais de pesquisa documental, foi utilizada a técnica de pesquisa de entrevista semiestruturada com docentes e/ou coordenadores de curso, responsáveis pela seleção de conteúdos e regência das disciplinas nas universidades pesquisadas. Foram selecionados para entrevista os docentes que são (ou foram) artistas da dança e atualmente são pesquisadores no campo acadêmico da Dança.

Quanto aos “achados” da tese, constatei que a formação da Dança no ensino superior, embora seja uma via de profissionalização com reconhecimento legal, não é a única. Existem outros dois percursos possíveis para formar bailarinos(as) e professores de dança: o ensino não formal e o ensino técnico. Essas duas trajetórias de formação não foram extintas com a criação das graduações em Dança. A dança profissional tem se desenvolvido fora das universidades, nos cursos livres, e é reconhecida pela CBO segundo critérios sociais legítimos construídos no campo artístico e regulados pelo SATD, ademais dos cursos técnicos que são regulados pelo MEC. Ambas as formações estão fundamentadas no modo de ensino baseado na tradição oral/corporal e, por esse motivo, são caracterizados como ofícios. Verifiquei que a formação em Dança via ensino superior, por um lado, ainda mantém traços de profissão de ofício, e, por outro lado, possui características que permitiram classificá-la enquanto profissão teórico-prática, no sentido de que observei tanto a busca por uma posição como formação dominante na divisão técnica do trabalho, quanto identifiquei haver um fechamento profissional em relação aos dois outros percursos formativos que se referem às ocupações na área da Dança. Comprovei na tese a hipótese inicial de que a profissionalização em Dança via ensino superior é um fenômeno de diversificação em relação aos cursos livres e técnicos, porque é a única que confere credenciais educacionais, por meio de diplomas de licenciado, bacharel e tecnólogo.

Em relação ao tema da autonomia da Dança enquanto área de saber específica via IES, percebi que o campo acadêmico da Dança está sendo consolidado tanto pela apropriação de áreas externas à Dança quanto pelas disputas com a Educação Física. A autonomia é representada no discurso dos investigados pelo esforço na delimitação da Dança como uma área específica, embora na tese eu tenha demonstrado que a Dança é um campo consolidado por visões formuladas com base em referenciais teóricos de outras áreas de conhecimento, principalmente das ciências humanas.

Ao investigar em publicações recentes no campo acadêmico da Dança, demonstrei que os referenciais teóricos desse campo vêm de outras áreas, o que permitiu que eu levantasse a questão de que há uma dificuldade em compreender o campo acadêmico da Dança como uma área específica, significando um obstáculo para a autonomia da Dança. Identifiquei nas representações dos docentes, por meio de suas publicações, que na consolidação do campo acadêmico de pesquisas em Dança a oposição é entre “os que pensam a dança a partir de referenciais científicos” e “os que pensam a dança a partir de processos artísticos”. Oposição que substituiu a separação entre os que pensam a dança e os que fazem a dança, um antagonismo instaurado devido à profissionalização em Dança via IES.

Em relação ao tema da arte na universidade, mais especificamente no debate sobre a relação entre arte e ciência, por meio de dados pesquisados sobre as graduações em Dança, concluí que esse embate vem sendo reformulado em termos de práticas artísticas e investigações teóricas. Afirmo isso com uma ressalva: a de que nos cursos de Dança nas IES, tanto as disciplinas científicas quanto as artísticas podem envolver saberes da prática e reflexões teóricas. Então, segundo os princípios classificatórios teoria e prática, de acordo com dados obtidos em entrevistas com docentes e coordenadores de curso e por meio da análise dos conteúdos desenvolvidos nos cursos, inferi que as representações dos docentes e coordenadores sobre o ensino da dança em nível superior têm como pressuposto a articulação de saberes teóricos e práticos, mesmo ao lidar com diferentes áreas de conhecimento. Os dados de pesquisa permitem que eu afirme que mesmo que eu tenha notado uma tensão entre as categorias nativas teoria e prática, a orientação das graduações em Dança são voltadas para o ensino e a pesquisa teórico-práticos.

Na tese, mostrei que apesar de parecer contraditório, a Dança, subárea de conhecimento da arte, e área das artes cênicas, vem se consolidando na universidade e buscando autonomia como área de conhecimento por meio do contato com disciplinas científicas. A aproximação com disciplinas das ciências biológicas, das ciências humanas e sociais e das artes cênicas, implicou na interdisciplinaridade dos cursos de graduação em Dança nas IES pesquisadas. Verifiquei existir uma relação direta entre a interdisciplinaridade dos cursos superiores de Dança e a trajetória de formação dos docentes, que também é interdisciplinar. Considero que novos modos de produção de conhecimento inaugurados pela Dança nas IES demandaram docentes que escolheram se pós-graduar em áreas que contemplassem a pesquisa científica aplicada à dança.

Decorrente disso, os cursos de Dança são diferentes uns dos outros, embora partam das mesmas áreas de conhecimento. Essa diversidade resulta de processos de produção e reprodução de conhecimentos procedentes das trajetórias e da agência dos docentes.

Pretendi neste artigo apresentar algumas questões que considero relevantes sobre as graduações em Dança no Brasil e que foram desenvolvidas na tese de doutorado. Não tenho com esse trabalho a pretensão de ter esgotado o assunto, mas apontado caminhos para futuras pesquisas sobre o tema na área, ademais de ampliar os conhecimentos em torno das graduações em Dança.

Referências bibliográficas

- BARBOSA, Maria Lígia. Desigualdade e desempenho: uma introdução à escola brasileira. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.
- DUBET, François. Os limites da igualdade de oportunidade. Tradução de Antonio Augusto Gomes Batista. Notas técnicas de Vanda Mendes Ribeiro. Cadernos Cenpec, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 171-179, dez. 2012.
- LARSON, Magali S. The Rise of Professionalism. Berkeley: University of California Press, 1977.
- MATOS, Lúcia. Breves notas sobre o ensino da dança no sistema educacional brasileiro. In: SANTOS, Rosirene e RODRIGUES, Edvânia (orgs.). O ensino de dança no mundo contemporâneo: definições, possibilidades e experiências. Goiânia : Kelps, p. 41-56, 2011.
- MORANDI, Carla; STRAZZACAPPA, Márcia. Entre a arte e a docência: a formação do artista da dança. Campinas: Papirus, 2012.
- MOSCOVICI, Serge. Des représentations collectives aux représentations Sociales. In: JODELET, D.(Ed.). Les représentations Sociales. Paris: PUF, 1989.
- RIZ, Katiuska Scuciato de. Ensino Superior em Dança: Trajetória de formação e mercado de trabalho na perspectiva dos artistas formados pela Universidade Estadual de Campinas. 101 f. 2009. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2009.
- SAMPAIO, Helena. Setor privado de ensino superior no Brasil: o que mudou no século XXI? Trabalho apresentado no GT – Educação e Sociedade no XXXV Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu/MG – 24 a 28 de outubro, 2012.
- _____. Setor privado de ensino superior no Brasil: crescimento de mercado e Estado entre dois séculos. In: Ensino superior: expansão e democratização. Rio de Janeiro: 7 Letras, p. 103 – 128, 2014.
- SANTOS, Israel Souza. Perfil da atuação do egresso da licenciatura em dança da Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Escola de Dança, Salvador, 2016.
- SEGNINI, L. Trabalho e profissão em artes: Divisão internacional do trabalho e relações de gênero nas heterogêneas vivências do trabalho precário. Colóquio Internacional “Novas Formas

do Trabalho e do Desemprego: Brasil, Japão e França numa perspectiva comparada”, in mimeo, 11 de setembro de 2006.

STARR, Paul. La transformación social de la medicina en los Estados Unidos de América. México: Biblioteca de la Salud, 1982.

STRAZZACAPPA, Marcia. A dança e a formação do artista. In: Entre a arte e a docência: a formação do artista da dança. Campinas, SP: Papirus, 2006.

VARGAS, Hustana Maria. REUNI na Universidade Federal Fluminense: aspectos da interiorização. In: Ensino superior: expansão e democratização. Rio de Janeiro: 7 Letras, p. 289 – 314, 2014.

VIEIRA, Marcílio de Souza. Panorama da dança na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. In: Revista de Ciências Humanas, Viçosa, v. 14, n. 1, p. 130 -141, Jan./Jun. 2014.



COMPARTILHANDO SABERES E PRÁTICAS NO CUIDADO EM DOMÍLIO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PADI-HUCFF

Maria Luiza de Oliveira Teixeira

Professora da EEAN-UFRJ, Coordenadora do Programa de Residência Multiprofissional do HUCFF,
Coordenadora Acadêmica do PADI/HUCFF. Email: mlot@uol.com.br

Helena Maria Rodrigues Marins

Assistente Social, Coordenadora Geral do PADI/HUCFF

Sônia de Souza Ribeiro

Assistente Social, Coordenadora Assistencial do PADI/HUCFF. Email: ribeirosd@uol.com.br

Deborah Calda de Castro

Auxiliar de Saúde do PADI/HUCFF. Email: deborahcaldasdecastro@yahoo.com.br

Resumo

Em atendimento à lógica do Sistema de Saúde vigente no Brasil, o Programa de Atendimento Domiciliar Interdisciplinar do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho – PADI – presta serviços à comunidade promovendo atendimento domiciliar a pacientes com doenças crônico-degenerativas e acamados, com potencial incapacitante provisório ou permanente que demandem cuidados de baixa complexidade e que são impedidos de gerir seu auto-cuidado. Estes serviços se caracterizam pela realização de procedimentos simples e orientações aos familiares e aos pacientes com algum nível de dependência e objetiva promover a melhoria da qualidade de vida e promoção da autonomia. O atendimento domiciliar visa a orientação das famílias e cuidadores de pessoas que necessitam de cuidados em casa, como doentes crônicos e idosos, para realização de procedimentos simples, mas necessários para o conforto e bem-estar. E, também, para procederem com as adaptações e alterações ambientais necessárias a este fim. Para tanto, o PADI oferece cursos com carga horária total de 120 horas, com dois encontros semanais com familiares e cuidadores. O curso intitulado “Compartilhando Saberes e Práticas no Cuidado em Domicílio” se articula aos resultados da tese de doutorado “Uma tecnologia de processo aplicada junto ao acompanhante no cuidado ao idoso: Contribuições à clínica do cuidado de enfermagem” defendida na Escola de Enfermagem Anna Nery em 2008. O legado da tese de doutorado se expandiu para além da hospitalização e atualmente seus resultados sustentam a proposta pedagógica do curso que se utiliza da abordagem freiriana aplicada a educação em saúde. O curso conta com a parceria da Residência Multiprofissional do HUCFF no planejamento, e desenvolvimento, proporcionando aos cuidadores uma visão dos cuidados numa abordagem multiprofissional. Em 2017 está na VIII versão. Nas edições anteriores do curso

foi percebida uma grande sobrecarga do cuidador. Assim, este curso além de preparar para o cuidado; desperta no cuidador a importância de refletir sobre as práticas de cuidados, sua inserção e o seu autocuidado, o que permitirá o seu empoderamento.

Introdução

Em atendimento à lógica do Sistema de Saúde vigente no Brasil, o Programa de Atendimento Domiciliar Interdisciplinar do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho – PADI – presta serviços à comunidade promovendo atendimento domiciliar a pacientes com doenças crônico-degenerativas e acamados, com potencial incapacitante provisório ou permanente que demandem cuidados de baixa complexidade e que são impedidos de gerir seu auto-cuidado. Estes serviços se caracterizam pela realização de procedimentos simples e orientações aos familiares e aos pacientes com algum nível de dependência e objetiva promover a melhoria da qualidade de vida e promoção da autonomia. O atendimento domiciliar visa a orientação das famílias e cuidadores de pessoas que necessitam de cuidados em casa, como doentes crônicos e idosos, para realização de procedimentos simples, mas necessários para o conforto e bem-estar. E, também, para procederem com as adaptações e alterações ambientais necessárias a este fim. Para tanto, o PADI oferece cursos com carga horária total de 120 horas, com dois encontros semanais com familiares e cuidadores.

O cuidado domiciliar no panorama social atual emerge como opção integradora entre rede básica de atenção em saúde e a rede hospitalar, possibilitando maior visibilidade e complementariedade na rede de atenção em saúde como um todo. Tal situação se deve a aspectos como a alteração do perfil demográfico e epidemiológico da população, com consequente ampliação de doenças crônico-degenerativas e da população idosa; a falha no sistema de referência e contra referência, que acarreta em hipertrofia das emergências hospitalares; a busca crescente por melhor qualidade na atenção, com incremento ao conforto e privacidade no domicílio; e ainda a diminuição dos custos e da sobrecarga hospitalar. (GOMES et al, 2016)

Este contexto também está presente na realidade do PADI, pois o número crescente de idosos em domicílio, é um dado relevante na área programática de atuação do PADI. A área se caracteriza por possuir população carente, na maioria das vezes estes idosos contam com os cuidados da própria família, leigos sem preparo para o cuidado.

O Sistema Único de Saúde (SUS) através do Manual “Melhor em Casa - A Segurança do Hospital no Conforto do Seu Lar” (2011) reconhece a necessidade da atenção domiciliar através de um conjunto de ações de promoção à saúde, prevenção de doenças e reabilitação prestadas no domicílio a fim de assegurar mais humanização no processo de cuidado, além de envolver a rede social do paciente a ser cuidado, visando uma melhor adaptação da saúde em sua rotina.

O objetivo do trabalho é apresentar como é desenvolvido o curso intitulado “Compartilhando Saberes e Práticas no Cuidado em Domicílio”.

Bases conceituais

Nas últimas décadas, as mudanças econômicas, políticas e sociais ocorridas no mundo globalizado produziram alterações nas condições em que as pessoas vivem ou trabalham e consequentemente na qualidade de vida. Nesse movimento, a trajetória das políticas de saúde demonstra as prioridades e metas para criar as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços de saúde.

O Sistema de Saúde vigente no país exibe em suas propostas, as políticas públicas que objetivam atender à população segundo os princípios da universalidade, integralidade e equidade. O entendimento correto destes princípios se expressa na organização dos serviços de saúde para a consecução de ações estratégicas que permitam ampliar o grau de resolução dos problemas de saúde.

A atenção domiciliar avançou no Brasil nas últimas décadas, em resposta à transição epidemiológica e demográfica, e à crise do modelo de atenção hegemônico.

O uso do domicílio como ambiente de cuidado atende à lógica de racionalização de custos alcançada pela desospitalização, em destaque nas situações de cuidados crônicos. Simultaneamente inova modelos de cuidado com ênfase no cliente e sua família, na tentativa de superar a crise do modelo hospitalocêntrico. (SILVA et al, 2014)

A atenção domiciliar consiste numa modalidade de atenção à saúde substitutiva ou complementar às já existentes, caracterizada por um conjunto de ações de promoção à saúde, prevenção e tratamento de doenças e reabilitação prestadas em domicílio, com garantia de continuidade de cuidados e integrada às redes de atenção à saúde.

Segundo Feuerwerker e Merhy (2008), a casa possibilita um novo “espaço de cuidado” que “pode remeter a uma identificação e proximidade do cuidador para além da função técnica e da instituição hospitalar”. Este novo local permite um leque de opções na produção do cuidado e uma maior autonomia para a família do usuário (Carvalho, 2009)

Da indicação a organização da atenção domiciliar segundo a Portaria nº 825, de 25 de abril de 2016.

É indicada para pessoas que, estando em estabilidade clínica, necessitam de atenção à saúde em situação de restrição ao leito ou ao lar de maneira temporária ou definitiva ou em grau de vulnerabilidade na qual a atenção domiciliar é considerada a oferta mais oportuna para tratamento, palição, reabilitação e prevenção de agravos, tendo em vista a ampliação de autonomia do usuário, família e cuidador.

A AD será organizada em três modalidades: I - Atenção Domiciliar 1 (AD 1); II - Atenção Domiciliar 2 (AD 2); e III - Atenção Domiciliar 3 (AD 3).

A determinação da modalidade está atrelada às necessidades de cuidado peculiares a cada caso, em relação à periodicidade indicada das visitas, à intensidade do cuidado multiprofissional e ao uso de equipamentos.

A divisão em modalidades é importante para a compreensão do perfil de atendimento prevalente, e, conseqüentemente, para adequado planejamento e gestão dos recursos humanos, materiais necessários, e fluxos intra e intersetoriais.

Nas três modalidades de AD, as equipes responsáveis pela assistência têm como atribuição:

- I - trabalhar em equipe multiprofissional integrada à RAS;
- II - identificar, orientar e capacitar o(s) cuidador(es) do usuário em atendimento, envolvendo- o(s) na realização de cuidados, respeitando seus limites e potencialidades, considerando-o(s) como sujeito(s) do processo;
- III - acolher demanda de dúvidas e queixas dos usuários, familiares ou cuidadores;
- IV - promover espaços de cuidado e de trocas de experiências para cuidadores e familiares;
- V - utilizar linguagem acessível, considerando o contexto;
- VI - pactuar fluxos para atestado de óbito, devendo ser preferencialmente emitido por médico da EMAD ou da Equipe de Atenção Básica do respectivo território;
- VII - articular, com os demais estabelecimentos da RAS, fluxos para admissão e alta dos usuários em AD, por meio de ações como busca ativa e reuniões periódicas; e
- VIII - participar dos processos de educação permanente e capacitações pertinentes.

Considera-se elegível, na modalidade AD 1, o usuário que, tendo indicação de AD, requeira cuidados com menor frequência e com menor necessidade de intervenções multiprofissionais, uma vez que se pressupõe estabilidade e cuidados satisfatórios pelos cuidadores.

Considera-se elegível na modalidade AD 2 o usuário que, tendo indicação de AD, e com o fim de abreviar ou evitar hospitalização, apresente: I – afecções agudas ou crônicas agudizadas, com necessidade de cuidados intensificados e sequenciais, como tratamentos parenterais ou reabilitação; II - afecções crônico-degenerativas, considerando o grau de comprometimento causado pela doença, que demande atendimento no mínimo semanal;

III - necessidade de cuidados paliativos com acompanhamento clínico no mínimo semanal, com o fim de controlar a dor e o sofrimento do usuário; ou

IV - prematuridade e baixo peso em bebês com necessidade de ganho ponderal.

Considera-se elegível, na modalidade AD 3, usuário com qualquer das situações listadas na modalidade AD 2, quando necessitar de cuidado multiprofissional mais frequente, uso de equipamento(s) ou agregação de procedimento(s) de maior complexidade (por exemplo, ventilação mecânica, paracentese de repetição, nutrição parenteral e transfusão sanguínea), usualmente demandando períodos maiores de acompanhamento domiciliar.

Ao usuário em AD acometido de intercorrências agudas será garantido atendimento, transporte e retaguarda para as unidades assistenciais de funcionamento 24 (vinte e quatro) horas/dia, previamente definidas como referência para o usuário.

Será inelegível para a AD o usuário que apresentar pelo menos uma das seguintes situações:

I - necessidade de monitorização contínua;

II - necessidade de assistência contínua de enfermagem;

III - necessidade de propedêutica complementar, com demanda potencial para a realização de vários procedimentos diagnósticos, em sequência, com urgência;

IV - necessidade de tratamento cirúrgico em caráter de urgência; ou

V - necessidade de uso de ventilação mecânica invasiva, nos casos em que a equipe não estiver apta a realizar tal procedimento.

Atenção domiciliar, o cuidado compartilhado e o trabalho em equipe

A produção do cuidado de modo compartilhado exige transformação dos atores interessados na capacidade analítica da situação e novas práticas de gestão e de atenção em saúde para produzir novos desenhos de modelos tecnoassistenciais, menos hierárquicos e mais horizontalizados (MERHY, 2007).

O paciente em atenção domiciliar, muitas vezes, apresenta-se com característica migratória entre os diversos pontos de atenção, na medida em que o quadro altera-se em agudização do seu estado de saúde, carecendo de internação hospitalar ou evoluindo com estabilização do quadro, necessitando de visitas periódicas da equipe de atenção básica. CUIDADO COMPARTILHADO COM SERVIÇOS/EQUIPES

O trabalho integrado e o cuidado compartilhado potencializam a eficácia e eficiência da rede de atenção à saúde. A gestão do cuidado do paciente em atenção domiciliar é de certa forma complexa e exige integração e interação de praticamente grande parte dos componentes da

rede em saúde. Organizar o trabalho de modo que as equipes de saúde efetivamente atuem de forma integrada e compartilhada, encontrando campos de atuação que possam ser implementados por todos os membros de forma interdisciplinar, ao lado de núcleos de práticas específicas de cada categoria de trabalhadores, é de extrema relevância para o sistema de saúde (COELHO in CAMPOS e GUERREIRO, 2010), pois amplia o horizonte de conhecimento dos profissionais sobre o processo de produção do cuidado de acordo com as singularidades dos sujeitos que estão em atendimento no domicílio.

Atenção domiciliar e a tríade “família, cuidador e domicílio”

No domicílio, a família tem um papel essencial no cuidado, pois sua participação ou não pode delinear a forma, a eficácia e a evolução do cuidado e a qualidade de vida do paciente em AD.

O cuidador necessita do acompanhamento e treinamento para as atividades diárias do cuidado.

O cuidado no domicílio transparece uma conotação de “não doença”, principalmente porque vivenciamos há longos anos um modelo hospitalocêntrico, no qual os pacientes permanecem nos hospitais até a estabilização de seu quadro, recebendo visitas pontuais de familiares e amigos.

Cuidados paliativos na atenção domiciliar

Por causa da demanda natural dos profissionais de saúde de se encaminhar pacientes no final da vida para a AD, ressalta-se a necessidade de abordagem dos CP na área de AD e também do reconhecimento da AD como braço assistencial importantíssimo para a implementação de CP de forma abrangente e equitativa, principalmente em nossa realidade e em outros países com limitações de recursos na saúde e poucas possibilidades de cuidados institucionais. (BRASIL, 2014)

Os grandes pilares do trabalho das equipes de AD nos cuidados paliativos devem envolver:

- Atuar com competência cultural, para reconhecimento adequado de valores e funcionamento das famílias atendidas, aliada à humildade cultural, para a ênfase ao respeito dessas mesmas características observadas, em espaço e tempo tão íntimos que é o evento morte no domicílio;
- Comunicar-se de forma ser clara, possibilitando ao paciente e familiar a possibilidade de receber todas as informações necessárias e expressar todos os sentimentos;
- Atingir o maior nível de controle dos sintomas, com ênfase na dor;
- Preparar paciente e familiares para a morte dentro dos limites de cada um, e proporcionar o máximo alívio do sofrimento;

- Instrumentalizar cuidadores e familiares para o cuidado paliativo domiciliar;
- Proporcionar qualidade de vida e dignidade para paciente e familiares, com todo o suporte e segurança possível. Morrer na própria casa é um desejo comum entre os pacientes que se encontram no final da vida, e isto se repete não só no Brasil, mas em vários outros países. No entanto, a grande maioria dos familiares e cuidadores, e também alguns pacientes, temem o evento no domicílio por diversos motivos: medo do paciente ficar desassistido com sintomas mal controlados e com sofrimento insuportável, medo da separação e que a proximidade com o paciente em falecimento reforça a dor da perda, medo de que as lembranças tristes fiquem impregnadas no domicílio, dificuldades com a obtenção da declaração de óbito e possíveis demoras com a remoção do corpo, entre outros. Esses temores minimizam à medida em que a família adquire confiança na equipe e passa a vislumbrar a morte no domicílio como algo possível de acontecer com significado de valor. (BRASIL, op.cit)

Metodologia

O curso intitulado “Compartilhando Saberes e Práticas no Cuidado em Domicílio” se articula aos resultados da tese de doutorado “Uma tecnologia de processo aplicada junto ao acompanhante no cuidado ao idoso: Contribuições à clínica do cuidado de enfermagem” defendida na Escola de Enfermagem Anna Nery em 2008. O legado da tese de doutorado se expandiu para além da hospitalização e atualmente seus resultados sustentam a proposta pedagógica do curso que se utiliza da abordagem freiriana aplicada a educação em saúde. O curso conta com a parceria da Residência Multiprofissional do HUCFF no planejamento, e desenvolvimento, proporcionando aos cuidadores uma visão dos cuidados numa abordagem multiprofissional. Teve início em 2012, com dois cursos ambos com 40 horas de carga horária; em 2013 foram dois cursos com 60 horas cada um deles, de 2014 a 2017 foi desenvolvido um curso anual com 120 horas. Em 2017 está na VIII versão. A proposta apresenta dois encontros semanais com 4 horas cada um, totalizando 8 horas semanais de carga horária de desenvolvimento do curso. A proposta é que o curso inicie em agosto e termine em dezembro, sendo necessários 40 encontros de 4 horas cada um para totalizar 160 horas.

O curso tem como conteúdo os seguintes temas:

Definição do Conceito de Cuidado, Auto - Cuidado e seu Processo Indissociável

Cuidando do Cuidador: A Prevenção do Stress do Cuidador

Envelhecimento da População e Doenças mais Comuns na Velhice.

Envelhecimento Cognitivo: Saudável e Patológico

Alteração de Comportamento nas Demências

O papel do cuidador de idosos- Relação idoso-cuidador / família-cuidador - Acompanhante hospitalar

Estatuto do Idoso

Direito Social do Idoso e Portadores de Doenças Crônicas.

A Família nos Tempos Atuais

Violência contra a Pessoa Idosa: Seu Enfrentamento

Sexualidade e Envelhecimento

A Sobrecarga do Cuidador e a Interferência em suas Redes de Relacionamentos

Rotinas no Trabalho com o Idoso Dependente e o Cuidado que o Cuidador deve ter Comigo Mesmo. Necessidade de Lazer do Cuidador

Exercícios Básicos para Prevenção de Estresse

Novas Leis do Trabalho Doméstico (Legislação Trabalhista)

Práticas Integrativas com Exercícios Práticos

Rede de Atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS)

Adaptações na Residência

Prevenção de quedas

Prevenção e Saúde Bucal no Idoso

Cuidados no manuseio dos medicamentos

Alimentação Saudável

Disfagia no Idoso

Prevenção e Tratamento de Diabetes

Avaliação da dor no idoso

Mecânica Corporal:

- Transferências: Cama para Cadeira / Cadeira para Cama
- Auxílio na Deambulação
- Mobilização de uso: bengala, cadeira de rodas e andador.
- Mudança de Decúbito
- Postura do Cuidador

Prevenções de Situação de Risco: Como Agir? E Exercícios Realizados em Situação de Emergência no Domicílio

Prevenção de Lesões da Pele

Consciência Corporal (Exercícios Práticos para a Saúde do Cuidador)

Sinais Vitais: Temperatura, Pulso, Respiração, Verificação de Pressão Arterial.

Prática de Cuidado com Idoso: Cuidados e Higiene: Banho de Chuveiro e Banho no Leito

Arteterapia : Importância das Memórias Afetivas no Ato de Cuidar de Si e do Outro

Práticas de Cuidados com o Idoso:

- Cuidados com a Sonda Vesical de Demora
- Cuidados com a Sonda Nasogástrica e Alimentação por Sonda
- Cuidados com a Gastrostomia
- Cuidados com a Colostomia

Cuidados Paliativos e Finitude da Vida

Ginástica Laboral

Registro do Cuidado

Estudo de Caso com Manejo de Conflito e Estudo Dirigido

Revisão de Conteúdo 01

A importância da espiritualidade e da religiosidade na pessoa idosa

Revisão de Conteúdo 02

Estudo de Caso e Avaliação Final

Avaliação do Curso e Encerramento

Metodologia e avaliação do curso

Utiliza-se da abordagem Freiriana aplicada à educação em saúde. A proposta pedagógica do se articula a abordagem de Freire (1998) na qual as ações educativas são essencialmente fundadas na vivência dos sujeitos e na problematização.

Para aprovação no curso é exigida frequência de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária.

Serão considerados aptos para a aprovação no curso os candidatos que obtiverem nota mínima maior ou igual a 5,0 (cinco) em cada um dos critérios relacionados abaixo, e a nota final deverá corresponder à média aritmética simples das notas parciais, maior ou igual a 7,0 (sete):

- a) assiduidade;
- b) pontualidade;
- c) participação em sala de aula;
- d) apresentação dos trabalhos em grupo e individuais.

Discussão

O curso COMPARTILHANDO SABERES E PRÁTICAS NO CUIDADO EM DOMICÍLIO permite a relação entre o ensino, pesquisa e extensão. Tem como objetivo: Construir um espaço de discussão e troca de experiências voltadas para os cuidadores para que possam a partir das orientações adquiridas, realizar o cuidado e autocuidado com qualidade e confiança, contribuindo na sua formação profissional.

No ensino: A oportunidade da participação de alunos neste curso de extensão proporciona o aprendizado e a compreensão por parte dos mesmos da orientação do cuidador e a importância da multiprofissionalidade.

Os alunos e os residentes multiprofissionais do HUCFF são responsáveis pela produção de manuais didáticos. Neste sentido, os alunos de graduação e os residentes multiprofissionais poderão complementar o conhecimento na educação em saúde alinhada a política de saúde vigente. Cabe destacar que as atividades de extensão devem ser desenvolvidas pelos alunos de graduação, de modo a compor a grade curricular conforme o que está previsto na resolução CEG 03/2014.

Na pesquisa: As ações envolvem alunos de graduação (Iniciação Científica bolsistas e não-bolsistas) e alunos de pós-graduação *Latu-sensu* Modalidade Residência Multiprofissional do HUCFF. As atividades desenvolvidas serão fontes de dados para análise com elaboração de trabalhos e artigos científicos. Bem como a participação em eventos que tratem sobre as temáticas, cuidado domiciliar, educação em saúde.

Na extensão: O público alvo é composto por cuidadores, clientela extra-hospitalar, e a participação no curso permite uma qualificação diferenciada.

Conclusão

O cuidador é peça fundamental no cuidado e a atenção a ele prestada pela equipe de saúde deve ser comprometida, respeitosa e promover orientações que permitam diminuir as dificuldades que ele vivencia no seu cotidiano. Dessa forma, a assistência através da orientação,

capacitação do cuidador repercutirá de forma positiva na saúde das pessoas que requerem seus cuidados.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual de monitoramento e avaliação: Programa Melhor em Casa / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 825 de 25 de abril de 2016. Redefine a Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e atualiza as equipes habilitadas.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: edições 70; 2010.

COELHO, I.B. Formas de pensar e organizar o sistema de saúde: de novo a questão dos modelos. In: CAMPOS, G.W.S.; GUERRERO, A.V.P.(orgs).Manual de Práticas em Atenção Básica: Saúde Ampliada e Compartilhada. São Paulo: Hucitec, 2010. 411pp.CARVALHO, Luis Claudio de. A disputa de planos de cuidado na atenção domiciliar. Rio de Janeiro: UFRJ / Faculdade de Medicina, 2009.

FEUERWERKER, Laura C. M.; MERHY, Emerson Elias. A contribuição da atenção domiciliar para a configuração de redes substitutivas de saúde: desinstitucionalização e transformação de práticas. Rev Panam Salud Publica, Washington , v. 24, n. 3, p. 180-188, Sept. 2008 . Available from <http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1020-49892008000900004&lng=en&nrm=iso>. access on 05 Mar. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1020-49892008000900004>.

MERHY, E. E. O trabalho em Saúde: olhando e experienciando o SUS no cotidiano: o debate no campo da saúde coletiva. São Paulo. Hucitec. 2007.

POLIT, D. F.; BECK, C. T.; HUNGLER, B. P. Fundamentos de pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização. 5. ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004.



**HISTÓRIA,
DESENVOLVIMENTO
E DEMOCRACIA**

**4, 5 E 6
SETEMBRO
2017**



**UFRJ
faz 100
ANOS**

1920 | 2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

EIXO 8

POLÍTICA, AUTONOMIA, DEMOCRACIA E DESAFIOS

A CONTRIBUIÇÃO DO CONTADOR NA PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS EM PORTO REAL: UM PANORAMA NORMATIVO

Agnes Natasha Maciel de Sampaio

Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Campus Volta Redonda,
Curso de Graduação em Ciências Contábeis, Orientador: Prof. Me. Anderson Nunes Fraga

Introdução

O sistema eleitoral brasileiro é regido pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE e órgãos subordinados, que no exercício de suas funções elaboram e adaptam leis e normas visando o acompanhamento das demandas oriundas da evolução da sociedade. Dentre as modificações executadas nos dois últimos pleitos, destaca a presença do contador, em 2014 no processo de validação das contas e em 2016 incumbido de planejar, acompanhar, controlar e elaborar a prestação de contas. Consequentemente origina-se a contabilidade eleitoral.

A normatização eleitoral iniciou-se no Brasil antes da Constituição Federal de 1988, por meio da Lei Nº 4.740/65 que abordava unicamente sobre os Partidos Políticos, revogada alguns anos mais tarde. Atualmente a que está em vigor é a Lei Nº 13.165/15 à qual a Câmara Legislativa Federal à intitula como “minirreforma eleitoral”. Contudo o contador será incluído no processo eleitoral por meio de resoluções do TSE, e suas responsabilidades estão descritas nas mesmas.

As modificações normativas no processo eleitoral, de forma mais expressiva nos últimos anos, surgem de forma a atender a **Accountability** que segundo Rocha é um “processo de avaliação e responsabilização permanente dos agentes públicos que permitam ao cidadão controlar o exercício do poder concedido aos seus representantes”.¹

O contador carrega consigo as características da ciência que o forma, definida por Sá² como social aplicada, que evoluiu junto com as inovações tecnológicas tornando-se muito mais holísticas, absorvendo diversos ramos das instituições, aumentando seu alcance nos âmbitos sociais, ecológicos, humanos, etc., e suas relações com o patrimônio. Agregando assim, suas peculiaridades ao processo eleitoral.

¹ ROCHA, 2011, p.84.

² SÁ, 2012.

Diante do contexto apresentado, levanta-se o seguinte questionamento: Qual a importância do contador na prestação de contas eleitorais conjuntamente com outras modificações normativas, num comparativo entre as eleições de 2012 e 2016 do Município de Porto Real?

Assim, delimita-se o objetivo geral: Apresentar uma comparação nas prestações de contas eleitorais no município de Porto Real entre 2012 e 2016 e a importância do profissional contábil nesse processo. Simultaneamente com cinco objetivos específicos: Evidenciar as modificações mais significativas das leis eleitorais; analisar o impacto do fim da contribuição de pessoas jurídicas com fins lucrativos para financiamento do pleito e limites de gastos nas campanhas eleitorais; verificar a importância das modificações para a prática de *Accountability* nas eleições municipais; expor a opinião dos contadores locais sobre o novo ramo contábil; e avaliar qual a remuneração dos profissionais contábeis que executaram as prestações de conta dos candidatos eleitos em 2016.

Para atingir os objetivos propostos no estudo, o trabalho está estruturado da seguinte forma após essa introdução: metodologia; revisão da literatura que aborda as normas eleitorais, contabilidade; análise dos resultados; conclusões; e, por fim, as referências bibliográficas.

Metodologia

A pesquisa é realizada em um novo ramo contábil, enquadrando-se, portanto, como uma pesquisa exploratória a qual Gil afirma que é este “tipo de pesquisa realizada especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado”,³ iniciando com um levantamento bibliográfico sobre elementos inerentes ao tema. No entanto, é essencialmente documental segundo Beuren⁴ por visar à seleção, o tratamento e a interpretação de informações brutas, buscando extrair delas algum sentido e introduzir lhe algum valor, podendo, desse modo, contribuir com a comunidade científica.

O estudo apresenta elementos de metodologia qualitativa e quantitativa. Esse último é caracterizado por Richardson “pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas,...”,⁵ ao longo da análise dos resultados percebe-se a presença dos mais simples que foram produzidos utilizando fontes estatísticas que são dados disponibilizados por órgãos específicos e especializados.⁶

No que tange o método qualitativo, definido por Marconi e Lakatos⁷ como meio pelo qual o investigador entra em contato direto com o indivíduo ou grupos, com o meio e a circuns-

3 GIL, 2010, p.27.

4 BEUREN, 2013.

5 RICHARDSON, 1999, p.70.

6 OLIVEIRA, 2003.

7 MARCONI E LAKATOS, 2011.

tância que está sendo investigada, permitindo um contato próximo com os informantes. Essa característica é observável na utilização da entrevista como instrumento de coleta de dados.

Revisão de literatura

- Normas eleitorais

As Leis brasileiras que abordam as prestações de contas eleitorais tiveram início durante o período do regime militar, onde não havia eleições diretas. Porém, existiam partidos políticos fundados antes desse regime, que até então não possuíam regulamentação. Baseando-se nessa premissa e para assimilação do processo evolutivo faz-se necessário uma análise cronológica e do teor das Leis que discorrem sobre o tema.



Figura 1 - Evolução da legislação eleitoral. Fonte: Elaboração própria (2017)

Observando-se a linha do tempo acima a Lei primária que expõe sobre as prestações de contas eleitorais no Brasil é a Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965, titulada como “Lei Orgânica dos Partidos Políticos”. Após seis anos foi inteiramente substituída pela Lei nº 5.682/71, com mesma nomenclatura. No conteúdo referente as contas ambas as leis esclarecem que os recursos financeiros devem ser mencionados nas prestações de contas ou serão considerados ilícitos e sofrerão sanções. A responsabilidade em produzir as escriturações de receitas e despesas, indicando-lhes a origem e aplicações através de livros contábeis era do tesoureiro do partido, sem exigência legal quanto a formação, mas com responsabilidade civil e criminalmente por quaisquer irregularidades.

As duas leis anteriormente citadas possuem diferenças, mas destacar-se-á os artigos 56 da lei de 1965 e 91 da lei de 1971, que discorrem sobre o que é vedado aos partidos acarretando impacto no auferimento de receitas eleitorais, ambos os artigos continham quatro incisos que vedavam a participação financeira de pessoas estrangeiras em seu inciso I; autoridades ou órgãos públicos em seu inciso II; empresas públicas, autarquias ou de sociedades de economia mista no inciso III; e empresa privada, de fins lucrativos no inciso IV que sofreu alteração por meio da Lei 5.682/71 com a inclusão entidade de classe ou sindical.

No ano de 1995 entrou em vigor a Lei nº 9.096, que revogou integralmente a Lei nº 5.682/71, desta forma trazendo novas regras aos Partidos Eleitorais, inclusive um artigo todo dedicado as informações que devem conter no balanço contábil, elucidado em quatro incisos conforme abaixo:

I - Discriminação dos valores e destinação dos recursos oriundos do fundo partidário;

II - Origem e valor das contribuições e doações;

III - Despesas de caráter eleitoral, com a especificação e comprovação dos gastos com programas no rádio e televisão, comitês, propaganda, publicações, comícios, e demais atividades de campanha;

IV - Discriminação detalhada das receitas e despesas.⁸

Incluindo à legalidade em 1995, uma data limite (30 de abril do ano seguinte) para o envio das demonstrações contábeis à Justiça Eleitoral. Além do mais, sobre os entes vedados descritos anteriormente que referencia a Lei nº 5.682/71 altera-se apenas a essência do inciso IV retirando-se a empresa privada.

A Lei nº 9.096/95, ao longo desses vinte e dois anos em vigência passou por inúmeras modificações, mas a mais expressiva foi a de 2015, a qual a Câmara Legislativa Federal intitula como “minirreforma eleitoral”. Elucidando pontos que são necessários para uma campanha mais transparente e igualitária como:

- Limites de gastos por candidatos com base em valores gastos em campanhas anteriores;
- Tetos máximos para valores de doações;
- Monitoramento e cruzamento de informações junto a receita federal;
- Limites em porcentagem das receitas que podem ser gastos com determinados elementos que compõem as despesas eleitorais;
- Datas de início de campanhas;
- Regras para propagandas em televisão e rádio.

Considerando um dos pontos centrais desta pesquisa, a Lei nº 13.165/15 originou novas redações a artigos da Lei nº 9.096/95, destacando-se a do art. 34 que está contido no Capítulo que trata sobre a prestação de contas. Para melhor assimilação o Quadro abaixo expõe a redação na integrado deste em de 1995 e a de 2015.

8 Brasil, 1995.

Lei nº9.096/95	
Redação primogênita	Redação de 2015
<p>Art. 34. A Justiça Eleitoral exerce a fiscalização sobre a escrituração contábil e a prestação de contas do partido e das despesas de campanha eleitoral, devendo atestar se elas refletem adequadamente a real movimentação financeira, os dispêndios e os recursos aplicados nas campanhas eleitorais, exigindo a observação das seguintes normas:</p>	<p>Art. 34. A Justiça Eleitoral exerce a fiscalização sobre a prestação de contas do partido e das despesas de campanha eleitoral, devendo atestar se elas refletem adequadamente a real movimentação financeira, os dispêndios e os recursos aplicados nas campanhas eleitorais, exigindo a observação das seguintes normas:</p>
I - Obrigatoriedade de constituição de comitês e designação de dirigentes partidários específicos, para movimentar recursos financeiros nas campanhas eleitorais;	I - Obrigatoriedade de designação de dirigentes partidários específicos para movimentar recursos financeiros nas campanhas eleitorais;
II - Caracterização da responsabilidade dos dirigentes do partido e comitês, inclusive do tesoureiro, que responderão, civil e criminalmente, por quaisquer irregularidades;	II - (revogado);
III - escrituração contábil, com documentação que comprove a entrada e saída de dinheiro ou de bens recebidos e aplicados;	III - relatório financeiro, com documentação que comprove a entrada e saída de dinheiro ou de bens recebidos e aplicados;
IV - Obrigatoriedade de ser conservada pelo partido a documentação comprobatória de suas prestações de contas, por prazo não inferior a cinco anos;	IV - Obrigatoriedade de ser conservada pelo partido, por prazo não inferior a cinco anos, a documentação comprobatória de suas prestações de contas;
V - Obrigatoriedade de prestação de contas, pelo partido político, seus comitês e candidatos, no encerramento da campanha eleitoral, com o recolhimento imediato à tesouraria do partido dos saldos financeiros eventualmente apurados.	V - Obrigatoriedade de prestação de contas pelo partido político e por seus candidatos no encerramento da campanha eleitoral, com o recolhimento imediato à tesouraria do partido dos saldos financeiros eventualmente apurados.

Figura 2: Lei nº 9.096/95. Fonte: Elaboração própria (2017)

Observa-se que o inciso II foi revogado, mas não fortuitamente, pois desde 2014 através da Resolução Nº 23.406 do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, já mencionava novos responsáveis pelas informações contábeis dos candidatos. Um deles é o que suscitou esta pesquisa, o profissional da contabilidade. Isso porque, o TSE como órgão máximo da Justiça Eleitoral, tem a responsabilidade de regulamentar as eleições por meio de resoluções conjuntamente com instruções para a mesma, atuando concomitantemente com os Tribunais Regionais Eleitorais que respondem diretamente pelos municípios.

Além das fontes que já eram vedadas como a pessoa de origem estrangeira e a pessoa física que exerça atividade comercial decorrente de concessão ou permissão pública com as observações previstas na Lei Eleitoral, foram vedadas igualmente toda e qualquer receita de pessoas jurídicas com fins lucrativos. Em completude às exigências para eleições 2016 a Resolução Nº23.463 em seu Artigo 41 §4º traz a redação abaixo:

§ 4º A arrecadação de recursos e a realização de gastos eleitorais devem ser acompanhadas por profissional habilitado em contabilidade desde o início da campanha, o qual realiza os registros contábeis pertinentes e auxilia o candidato e o partido na elaboração da prestação de contas, observando as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e as regras estabelecidas nesta resolução.

Com base no parágrafo anteriormente abordado o contador ganha um papel de destaque no processo de elaboração e acompanhamento das contas eleitorais, por intermédio dessa exigência à responsabilidade quanto as informações produzidas. Representando um avanço ao processo eleitoral, principalmente levando em consideração que até 2013 não existia nenhum tipo de normatização com relação a este profissional e através da Resolução Nº 23.406/14 do TSE o profissional aparecia junto ao candidato para assinar a prestação de contas. As modificações legais ocorrem para atender as novas demandas da sociedade e das instituições aperfeiçoando os processos. No âmbito eleitoral não é diferente, ademais para atender à necessidade de *accountability* nesse sistema.

As leis que regulamentam e normatizam as eleições, juntamente com o desejo contemporâneo que visam garantir a *accountability*, inclusive abordado por Abruccio e Loureiro como sendo “a responsabilização política ininterrupta do Poder Público em relação à sociedade”⁹, far-se-á necessária a compreensão da contabilidade como ciência, conjuntamente com as contribuições tragas pela mesma para esse processo.

Contabilidade

A contabilidade é um instrumento de planejamento e controle que adapta-se para atender as demandas que surgem ao longo do tempo e isso é possível por ter elementos de ciência,

9 ABRUCCIO E LOUREIRO, 2004, p.2.

envolvimento social e por ser aplicada a uma unidade de estudo. Desta forma, enquadra-se no campo das ciências sociais aplicada.

Complementando Junior¹⁰ define Contabilidade como uma ciência que deve ser pautada na exatidão obtida racional e logicamente sendo, portanto verificável, contudo não infalível. Essa falibilidade se dá por delegar ao homem a personificação de sujeito ativo, racional, detentor de livre-arbítrio que age sobre o patrimônio de uma entidade, ou ainda como o próprio objeto de estudo.

Para Sá¹¹ a ciência da contabilidade social aplicada evoluiu junto com as inovações tecnológicas se tornando muito mais holísticas absorvendo diversos ramos das instituições, alcançando voos maiores nos âmbitos sociais, ecológicos, humanos, etc., e suas relações com o patrimônio.

Iudícibus afirma que:

A Contabilidade é uma ciência essencialmente utilitária, no sentido de que responde, por mecanismos próprios, a estímulos dos vários setores da economia. Portanto, entender a evolução das sociedades, em seus aspectos econômicos, dos usuários da informação contábil, em suas necessidades informativas, é a melhor forma de entender e definir os objetivos da Contabilidade.¹²

No Brasil a profissão contábil é regulada pelo Conselho Federal de Contabilidade- CFC e Conselhos Regionais. O CFC é um órgão regulador instituído por meio do Decreto-Lei n.º 9.295 – de 27 de maio de 1946, que sofreu algumas alterações ao longo dos anos, a última com a aprovação da Lei nº 12.249/2010 que estabeleceu novos dispositivos para o Sistema. O CFC possui diversas atribuições das quais se inclui elaboração, aprovação e emissão das Normas Brasileiras de Contabilidade - NBCs.

Com a obrigatoriedade do contador ao longo de todo processo eleitoral através da Resolução Nº 23.463/16 do TSE, este profissional regido pelo CFC deverá se atinar quanto às normas editadas pelo órgão. Devido a não existência de uma NBC essencialmente eleitoral, por ser um ramo novo. O contador no processo de elaboração das contas se pautará na NBC-TG Estrutura Conceitual, pois esta é a matricial e também recomendada pelo órgão na ausência de uma específica.

Mediante as definições de contabilidade como ciência social e órgão que regularizam e normatizam a contabilidade no Brasil. Com base nos pontos abordados anteriormente CADIN¹³ afirma que a contabilidade eleitoral é um novo ramo da contabilidade, pois só há um meio de

10 JUNIOR et al. 2006.

11 SÁ, 2012.

12 IUDÍCIBUS, 2004, p.48.

13 CADIN et al., 2016.

se chegar à transparência e à real demonstração das informações, que é por meio da Ciência Contábil.

Em razão da introdução de novas tecnologias auxiliarem para a *accountability*, o TSE com o propósito de desenvolvê-la no processo eleitoral, em 2002 por meio da Resolução Nº 20.987 as prestações deveriam ser realizadas no Sistema de Prestação de Contas Eleitorais - SPCE, o que exige um conhecimento sobre normas eleitorais. Doravante a Resolução-TSE nº 23.463/2015 as informações do SPCE são encaminhadas para o Sistema de Divulgação de Candidaturas e Prestação de Contas Eleitorais - DIVULGACANDCONTAS, que é disponibilizado na Internet para todos os cidadãos, não havendo necessidade de cadastro prévio ou autenticação de usuário.

A transparência obtida com o sistema informatizado, juntamente com as modificações normativas e a presença do contador nesse processo auxiliam a sociedade exercer o controle sobre os recursos arrecadados e os gastos realizados, assim sendo gerando maior *accountability* no processo eleitoral brasileiro.

Análise dos resultados

O município de Porto Real localizado na região do Médio Paraíba, no estado do Rio de Janeiro possui segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, uma área territorial de 50.779Km² e uma população aproximada de 19.542 habitantes com um eleitorado apto a votar de 16.931 na última eleição municipal. Emancipado em 1995 o município foi escolhido como base desta pesquisa. Mais especificamente as prestações de contas dos candidatos eleitos em 2012 e 2016.

Segundo as normas Porto Real se enquadra na alínea b da Emenda Constitucional nº58 de 2009, desta forma, seu legislativo será composto de 11 vereadores. Nos anos abordados o número de candidatos para os cargos eletivos municipais foram 158 e 154 respectivamente. Doravante, o recorte levará em conta tão somente os doze candidatos eleitos em cada um dos pleitos selecionados.

As eleições para acontecerem de forma legítima devem seguir regras ditadas por leis, resoluções de órgãos correlatos, constituição e emendas constitucionais, que são atualizadas de forma a atender as demandas oriundas da evolução do tempo. Nas últimas duas eleições municipais, ocorreram modificações expressivas, partindo desse pressuposto foi feito o levantamento das receitas auferidas pelos candidatos eleitos compactada na tabela abaixo.

RECEITA AUFERIDA DAS ELEIÇÕES 2012					
PREFEITO					
NOME	ENTRADA PARTIDÁRIA	ENTRADAS PESSOA JURÍDICA	RECURSOS PRÓPRIOS	ENTRADAS PESSOA FÍSICA	Valor Total
MARIA APARECIDA DA ROCHA SILVA	R\$ 408.500,00	R\$ 100.000,00	R\$ 13.500,00	R\$ 56.000,00	R\$ 578.000,00
VEREADORES					
NOME	ENTRADA PARTIDÁRIA	ENTRADAS PESSOA JURÍDICA	RECURSOS PRÓPRIOS	ENTRADAS PESSOA FÍSICA	Valor Total
AILTON BASILIO MARQUES	R\$ 3.180,20	R\$ 0,00	R\$ 3.815,59	R\$ 500,00	R\$ 7.495,79
BIANCA DE MELO FARIA SAMPAIO DINIZ	R\$ 8.180,20	R\$ 6.500,00	R\$ 0,00	R\$ 133,49	R\$ 14.813,69
CACILDA SERFIOT	R\$ 3.180,20	R\$ 0,00	R\$ 6.632,10	R\$ 7.871,85	R\$ 17.684,15
ELIAS VARGAS DE OLIVEIRA	R\$ 3.180,20	R\$ 0,00	R\$ 2.166,67	R\$ 4.970,00	R\$ 10.316,87
FERNANDO GUIMARAES SANTOS	R\$ 3.180,20	R\$ 0,00	R\$ 1.100,00	R\$ 3.600,00	R\$ 7.880,20
GILBERTO DE SOUZA CALDAS	R\$ 3.180,20	R\$ 0,00	R\$ 4.200,85	R\$ 2.430,00	R\$ 9.811,05
HEITOR SILVESTRE DA SILVA	R\$ 570,90	R\$ 6.000,00	R\$ 2.343,95	R\$ 1.100,00	R\$ 10.014,85
MAURO ETTORE	R\$ 3.180,20	R\$ 0,00	R\$ 3.100,00	R\$ 0,00	R\$ 6.280,20
PAULO CESAR	R\$ 3.180,20	R\$ 0,00	R\$ 1.673,53	R\$ 650,00	R\$ 5.503,73
ROBERTA DOS SANTOS ROSARIO	R\$ 3.180,20	R\$ 0,00	R\$ 1.120,00	R\$ 5.759,22	R\$ 10.059,42
SERGIO HOTZ DA SILVA	R\$ 9.830,20	R\$ 0,00	R\$ 6.650,00	R\$ 0,00	R\$ 16.480,20
TOTAL	R\$ 44.022,90	R\$ 12.500,00	R\$ 32.802,69	R\$ 27.014,56	R\$ 116.340,15
				MÉDIA	R\$ 10.576,38
RECEITA AUFERIDA DAS ELEIÇÕES 2016					
PREFEITO					R\$ 528.286,61
LIMITE DE GASTOS					
NOME	ENTRADA PARTIDÁRIA	RECURSOS PRÓPRIOS	ENTRADAS PESSOA FÍSICA	Valor Total	
JORGE SERFIOTIS	R\$ 180.000,00	R\$ 0,00	R\$ 255.694,08	R\$ 435.694,08	
VEREADORES					R\$ 17.963,48
LIMITE DE GASTOS					
NOME	ENTRADA PARTIDÁRIA	RECURSOS PRÓPRIOS	ENTRADAS PESSOA FÍSICA	Valor Total	
BIANCA DE MELO FARIA SAMPAIO DIN	R\$ 1.462,70	R\$ 0,00	R\$ 7.700,00	R\$ 9.162,70	
CARLOS ANTÔNIO DE LIMA	R\$ 2.662,70	R\$ 1.000,00	R\$ 5.100,00	R\$ 8.762,70	
CLAUDIO LUÍS GUIMARAES	R\$ 1.462,70	R\$ 0,00	R\$ 9.216,00	R\$ 10.678,70	
FABIO NUNES MAIA	R\$ 1.462,70	R\$ 1.250,00	R\$ 6.910,00	R\$ 9.622,70	
FERNANDA EMERENCIANO DOS SANTO	R\$ 1.582,70	R\$ 0,00	R\$ 4.600,00	R\$ 6.182,70	
FERNANDO GUIMARÃES SANTOS	R\$ 248,60	R\$ 2.945,99	R\$ 5.845,99	R\$ 9.040,58	
GILBERTO DE SOUZA CALDAS	R\$ 1.962,70	R\$ 8.070,00	R\$ 11.220,00	R\$ 21.252,70	
HAROLDO CIANELLI	R\$ 1.352,70	R\$ 0,00	R\$ 13.350,00	R\$ 14.702,70	
HENRY DE CARVALHO NUNES	R\$ 1.582,70	R\$ 13,00	R\$ 3.423,00	R\$ 5.018,70	
PAULO CESAR	R\$ 1.462,70	R\$ 7.800,00	R\$ 1.100,00	R\$ 10.362,70	
VALCIR NOGUEIRA DA SILVA	R\$ 248,60	R\$ 1.000,00	R\$ 10.700,00	R\$ 11.948,60	
TOTAL	R\$ 15.491,50	R\$ 22.078,99	R\$ 79.164,99	R\$ 116.735,48	
			MÉDIA	R\$ 10.612,32	

Figura 3 - Receita auferida das Eleições 2012 e 2016. Fonte: Elaboração própria (2017)

Ao analisar a Erro: Origem da referência não encontrada é perceptível que a receita média dos vereadores obteve um resultado que pode ser considerado igual devido à proximidade dos mesmos, mais especificamente de R\$ 35,94 a mais no último pleito. Porém em uma perspectiva mais ampla observando os doze eleitos, a vedação de receita de pessoas jurídicas com fins lucrativos e o teto máximo para os gastos eleitorais, desencadeou redução das receitas das campanhas eleitorais de 2016 em relação a 2012. Numericamente 20,4% o equivalente a R\$ 141.910,59 do total angariado pelos candidatos eleitos.

Além da redução no total de receita, as modificações legais ocasionaram uma permutação em sua composição. Nas eleições de 2012 as receitas mais representativas foram arrecadadas através das entradas partidárias, já em 2016 a posição foi ocupada pelas entradas de pessoas físicas. Desta forma, as pessoas físicas absorveram uma porcentagem advinda dos demais entes contributivos presentes na eleição anterior. Inclusive de pessoas jurídicas com fins lucrativos vedada para esta última. O gráfico abaixo elucida essa realidade.

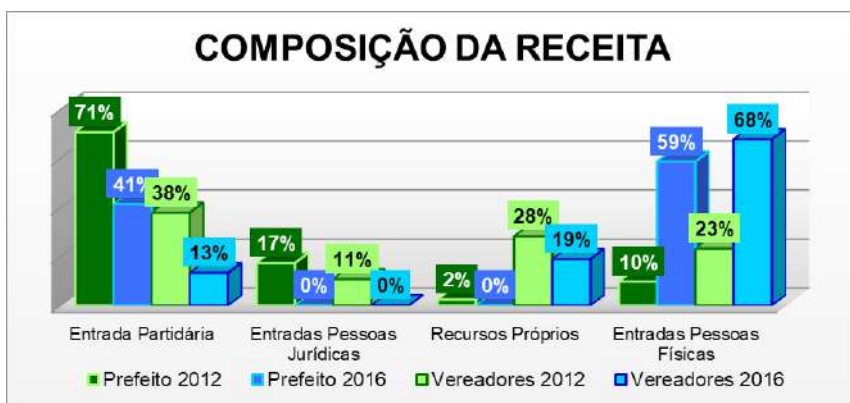


Figura 4 - Composição da Receita. Fonte: Elaboração própria (2017)

A composição do financiamento de campanha demonstra não só uma modificação por parte das normas eleitorais, mas também uma resposta por parte da sociedade participando mais ativamente do seguimento eleitoral. Consequentemente existe um número maior de pessoas preocupadas com resultados, receitas e gastos que exigiram informações de qualidade, confiáveis e compreensíveis.

Como reflexo dessas novas demandas sociais o TSE melhorou o seu sistema de divulgação de contas. Até 2012 ocorria através SPCE que continha informações sintéticas e restritas. Em 2016 com DIVULGACANDCONTAS agregou mais informações as já presentes, acrescentou elementos novos apresentando análises numéricas simples. Além do aperfeiçoamento sistêmico incluiu o contábil, que suscitou elementos que são inerentes a profissão.

Por conseguinte, surgiu o novo ramo da contabilidade que é o eleitoral e com ele a necessidade de atualização dos contadores para atenderem as diligências. Porto Real como um município de pequeno porte possui 2 escritórios contábeis aos quais os responsáveis participaram de um questionário presencial, que teve como objetivo central a coleta de informações sobre o conhecimento das normas eleitorais e se já atuaram nesse novo ramo.

Por intermédio, da entrevista ficou nítido que ambos os contadores locais ao final do pleito de 2016 tinham conhecimento da obrigatoriedade desse profissional, mas adquiriram essa informação de forma diferenciada. Os contadores responsáveis qualificaram como de grande importância a participação do contador para agregar uma transparência, fidedignidade e uma confiabilidade a esse sistema que nos últimos anos vêm demonstrando fragilidade e descrédito social.

Como os dois contadores locais reconheciam a instituição do contador no processo eleitoral, isso possibilitou visões distintas sobre o novel campo contábil, devido um ter atuado na prestação de conta de candidatos e o outro não.

O escritório de contabilidade ao qual o responsável relatou que não participou ativamente da prestação, expõe que não tem interesse de atuação em virtude da sazonalidade, do dispêndio necessário para apropriar-se dos conhecimentos substanciais para realização de forma correta e também por estar intrinsecamente vinculado a contabilidade pública, campo que não atua por uma opção profissional. Conclui delegando aos novos profissionais a responsabilidade de atuar nesse hodierno ramo contábil.

Em contrapartida o escritório que realizou o acompanhamento e a prestação de contas de candidatos de um município próximo expõem que o seu desafio inicial foi a compreensão de todas as peculiaridades presentes na cartilha disponibilizada pelo TSE e na finalização no equacionamento do balanço. Todavia, avalia como um ramo promissor o qual pretende continuar atuando inclusive expandindo sua clientela.

Apesar de, os entrevistados elucidarem alguns pontos divergentes, ambos são condizentes e esperados. Sobretudo ao considerar que algo novo em qualquer setor causa reações distintas. Na contabilidade como uma ciência social aplicada que se atualiza para atender as demandas sociais não é diferente.

No pleito de 2016 verifica-se um aperfeiçoamento quanto ao sistema de divulgação, quantidade e qualidade das informações disponíveis aos usuários. Entretanto o reconhecimento financeiro do profissional contábil, foi pouco expressivo (2%) e também realizado somente por dois profissionais. Observe a tabela abaixo que elucida a realidade.

GASTOS CONTÁBEIS						
ANA RITA ORIOLI DE SOUZA CONTADORA RESPONSÁVEL						
NOME	CARGO PRETENDIDO	ENTRADA PARTIDARIA	RECURSOS PRÓPRIOS	ENTRADAS PESSOA FÍSICA	VALOR TOTAL	VALOR DO CONTADOR
FERNANDO GUIMARÃES SANTOS	VEREADOR	R\$ 248,60	R\$ 2.945,99	R\$ 5.845,99	R\$ 9.040,58	R\$ 200,00
VALCIR NOGUEIRA DA SILVA	VEREADOR	R\$ 248,60	R\$ 1.000,00	R\$ 10.700,00	R\$ 11.948,60	R\$ 200,00
VALDELIR BRAGA CONTADOR RESPONSÁVEL						
NOME	CARGO PRETENDIDO	ENTRADA PARTIDARIA	RECURSOS PRÓPRIOS	ENTRADAS PESSOA FÍSICA	VALOR TOTAL	VALOR DO CONTADOR
JORGE SERFIOTIS (PREFEITO)	PREFEITO	R\$ 180.000,00	R\$ 0,00	R\$ 255.694,08	R\$ 435.694,08	R\$ 9.238,90
BIANCA DE MELO FARIA SAMPAIO DINIZ	VEREADORA	R\$ 1.462,70	R\$ 0,00	R\$ 7.700,00	R\$ 9.162,70	R\$ 91,35
CARLOS ANTÔNIO DE LIMA	VEREADOR	R\$ 2.662,70	R\$ 1.000,00	R\$ 5.100,00	R\$ 8.762,70	R\$ 91,35
CLAUDIO LUÍS GUIMARAES	VEREADOR	R\$ 1.462,70	R\$ 0,00	R\$ 9.216,00	R\$ 10.678,70	R\$ 91,35
FABIO NUNES MAIA	VEREADOR	R\$ 1.462,70	R\$ 1.250,00	R\$ 6.910,00	R\$ 9.622,70	R\$ 91,35
FERNANDA EMERENCIANO DOS SANTOS	VEREADORA	R\$ 1.582,70	R\$ 0,00	R\$ 4.600,00	R\$ 6.182,70	R\$ 91,35
GILBERTO DE SOUZA CALDAS	VEREADOR	R\$ 1.962,70	R\$ 8.070,00	R\$ 11.220,00	R\$ 21.252,70	R\$ 91,35
HAROLDO CIANELLI	VEREADOR	R\$ 1.352,70	R\$ 0,00	R\$ 13.350,00	R\$ 14.702,70	R\$ 91,35
HENRY DE CARVALHO NUNES	VEREADOR	R\$ 1.582,70	R\$ 13,00	R\$ 3.423,00	R\$ 5.018,70	R\$ 91,35
PAULO CESAR	VEREADOR	R\$ 1.462,70	R\$ 7.800,00	R\$ 1.100,00	R\$ 10.362,70	R\$ 91,35
TOTAL					R\$ 552.429,56	R\$ 10.461,05 - 2%
MÉDIA VEREADORES					R\$ 10.612,32	R\$ 111,10 - 1%
MÉDIA TOTAL					R\$ 46.035,80	R\$ 871,75 - 2%

Figura 5 - Composição da Receita. Fonte: Elaboração própria (2017)

O Sr. Valdelir, profissional contábil, que realizou a maioria das prestações de conta dos candidatos eleitos no pleito de 2016 em Porto Real, possui a formação técnica que o habilita a realização. Em contrapartida a Sr.^a Ana Rita, profissional contábil, que realizou de uma minoria, tem a formação de nível superior em Ciências Contábeis. Em comparação a remuneração auferida por um e pelo outro para o cargo de vereador é notória a diferença, ultrapassando o dobro do valor, conforme visto na tabela acima.

O montante despendido ao profissional contábil foi tacaño, mas percebe-se na amostragem que o academicamente melhor qualificado teve seu trabalho melhor remunerado se considerando o valor cobrado por vereador. Desta forma, a formação agregou valor ao serviço prestado.

Conclusões

O objetivo geral de analisar as prestações de contas eleitorais dos candidatos eleitos nos anos de 2012 e 2016 em Porto Real e a importância do profissional contábil neste último pleito, foi alcançado por meio do levantamento de dados, entrevistas, análise documental e numérica. Complementa-se pela a evolução das leis e normas que são proeminentes a pesquisa, além de elemento bibliográficos.

Conclui-se que as modificações normativas que dizem respeito aos entes contributivos fizeram com que ocorresse uma nova composição da receita. Onde em 2012 era ocupado pelas entradas partidárias, em 2016 passou ser ocupado por entradas de pessoas físicas. Outra mudança relevante foi a introdução do limite de gastos de campanha que somado a outros fatores acarretou uma redução nas receitas auferidas pelos candidatos eleitos.

O contador foi inserido no processo eleitoral por meio de uma resolução do TSE, assim originando o mais novo ramo da contabilidade, o eleitoral. A presença do profissional contábil traz consigo toda bagagem da ciência que o forma, e consequentemente maior confiabilidade e transparência. Essa transparência gerada é o que por sua vez nos insere no processo de *Accountability*.

A base de dados das contas eleitorais por meio eletrônicos, apresentaram uma evolução nos anos aqui apreciados, no entanto possui lacunas que devem ser supridas através de um maior detalhamento das informações disponibilizadas, como por exemplo a indicação do contador responsável pelo acompanhamento e elaboração das contas, juntamente com o valor a qual foi auferido pelo trabalho prestado.

A atualização dos contadores locais, informação auferida no decorrer da entrevista, foi fortuito, entretanto importante, pois conhecendo a norma o profissional pode fundamentar sua escolha por atuar ou não no novo ramo contábil. Além de agregar, dados sobre a prática. Apesar de sua importância a remuneração destes profissionais teve pouca representatividade

em relação a receita auferida, concomitantemente foi melhor remunerado o profissional com maior formação se considerado a relação valor por cliente/vereador atendido.

Esse trabalho propõe que sejam feitas outras pesquisas que tenham em vista um número maior de candidatos, outros municípios, regiões e as prestações de contas dos próximos pleitos para comparar os resultados obtidos em múltiplas circunstâncias e esferas.

Referências bibliográficas

ABRUCIO, Fernando L.; LOUREIRO, Maria R. Finanças públicas, democracia e accountability: debate teórico e o caso brasileiro. In: ARVATE, Paulo R.; BIDERMAN, Ciro. Economia do setor público no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier; Campus, 2004. p. 75-102. Disponível em: <http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper12.pdf>. Acesso em: 28 de maio de 2017.

BEUREN, Ilse Maria (Org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 3. ed. atual. de acordo com as Normas da ABNT: NBR 6034:2004, NBR 12225:2004.3.ed. 8. Reimp. São Paulo: Atlas, 2013.

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946. Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del9295.htm. Acesso em: 23 de maio de 2017.

BRASIL. Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/uparq/lei12249.pdf>. Acesso em: 21 de maio de 2017.

BRASIL. Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015. Dispõe sobre o Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13165-29-setembro-2015-781615-norma-pl.html>. Acesso em: 17 de abril de 2017.

BRASIL. Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965. Dispõe sobre os Partidos Políticos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4740.htm. Acesso em: 10 de abril de 2017.

BRASIL. Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971. Dispõe sobre os Partidos Políticos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L5682.htm. Acesso em: 10 de abril de 2017.

BRASIL. Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995. Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9096.htm. Acesso em: 11 de abril de 2017.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. O Tribunal. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/institucional/o-tse/o-tse>. Acesso em: 26 de maio de 2017.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Resolução Nº 20.987. <http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2002/PO-RES209872002.pdf>. Acesso em: 29 de maio de 2017.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Resolução Nº 23.406. Dispõe sobre a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos, candidatos e comitês financeiros e, ainda, sobre a prestação de contas nas Eleições de 2014. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleico>

es-antiores/eleicoes-2014/normas-e-documentacoes/resolucao-no-23.406. Acesso em: 15 de abril de 2017.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Resolução Nº 23.463. <http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2015/RES234632015.html>. Disponível em: Dispõe sobre a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos e candidatos e sobre a prestação de contas nas eleições de 2016. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2015/RES234632015.html>. Acesso em: 15 de abril de 2017.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Sistema de Prestação de Contas Eleitorais. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2016/prestacao-de-contas/sistema-de-prestacao-de-contas-eleitorais-spce>. Acesso em: 26 de maio de 2017.

BRASIL. Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 18 de abril de 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. CADIN, Décio Vicente Galdino. Et al. Contabilidade eleitoral: Aspectos Contábeis e Jurídicos das Prestações de Contas das Eleições de 2016 Brasília – 2016. Disponível em: http://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/01/Contabilidade_Eleitoral_web.pdf. Acesso em: 23 de maio de 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas Brasileiras de Contabilidade. Disponível em: http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/04/NBC_TG_COMPLETAS03.2013.pdf. Acesso em: 29 de maio de 2017.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. 3 REIMP. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades@. <http://www.cidades.ibge.gov.br/>. Acessado em: 28 de maio de 2017.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da contabilidade. 7. ed. -. São Paulo: Atlas, 2004.

JUNIOR, Paulo Cesar Stake. FREITAG, Viviane da Costa. CROZATTI, Jaime. A função social da pesquisa em contabilidade. Disponível em: http://www.dcc.uem.br/semana2006/anais2006/Anais_2006_arquivo_01.pdf. Acesso em: 27 de maio de 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis, metodologia jurídica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011

OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva (Coord.). Métodos e técnicas de pesquisa em contabilidade. São Paulo: Saraiva, 2003.

OLIVEIRA, Kleber Vasconcellos de; CARVALHO, Frederico Antonio Azevedo de. A contabilidade governamental e o calendário eleitoral: uma análise empírica sobre um painel de municípios do Rio de Janeiro no período 1998 - 2006. Revista de Contabilidade e Organizações, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 121-141, apr. 2009. ISSN 1982-6486. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rco/article/view/34735/37473>. Acesso em: 28 maio 2017.

PASTORI, Sergio. A ciência contábil nas campanhas eleitorais. Disponível em: http://www.peritocontador.com.br/artigos/sergio/campanhas_eleitorais.pdf. Acesso em: 28 de maio de 2017.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, Arlindo Carvalho. Accountability na Administração Pública: Modelos Teóricos e Abordagens. Contabilidade, Gestão e Governança - Brasília · v. 14 · n. 2 · p. 82 -97 · mai/ago 2011. Disponível em: <https://cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/314>. Acesso em 20 de abril de 2017.

ROSA, Murilo Rodrigues da. A reforma política e o financiamento de campanha eleitoral no Brasil. 2015. 67 f. TCC (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Jurídicas. Direito. Florianópolis – SC. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/133954/MONOGRAFIA%20MURILO%20%281%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 de maio de 2017.

SÁ, Antônio Lopes de. Fundamentos da contabilidade geral: introdução ao conhecimento prático e doutrinário da ciência contábil moderna. 4. ed. rev. e atual. Curitiba. Juruá, 2012.

SOUZA, Katiele Ferreira de. Contabilidade eleitoral: uma visão do profissional contábil. 2014. 64f. monografia de conclusão de curso. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de Ciências Contábeis. Volta Redonda. Disponível em: <http://www.repositorio.uff.br/jspui/bitstream/1/1987/3/2014-CienciasContabeis-KATIELE%20FERREIRA%20DE%20SOUZA.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2017.



POLÍTICAS INTERSETORIAIS DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA URBANA JUNTO ÀS POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE RUA

Miriam Krenzinger

Doutora em Serviço Social pela PUC;
Coordenadora do Núcleo de Política de Prevenção da Violência e Acesso à Justiça e Direitos Humanos da UFRJ (NUPPVAJ).
Professora Associada II da Programa de pós-graduação em Serviço Social da UFRJ

Juliana Salvador

Graduanda da Escola de Serviço Social da UFRJ. Bolsista de Iniciação científica da NUPPVAJ/UFRJ.

O presente artigo é resultado de um estudo coletivo acerca do quadro em que se encontram as populações em situação de rua e da relação que estabelecem com as instituições públicas, seja sob o ponto de vista da busca por direitos ou aos olhos da exposição à violência e criminalização a que estão submetidas.

Desse modo, este artigo traz subsídios para o debate constituído recentemente acerca das populações em situação de rua no campo das políticas sociais no cenário brasileiro, tendo como base a apresentação de resultados, avanços, conquistas no plano legal e algumas das experiências que foram desenvolvidas. Para tal, o estudo dedicou-se, num primeiro momento a análise de dados primários secundários e levantamento bibliográfico.¹

Em um segundo momento, a pesquisa “Políticas Intersetoriais de Prevenção à Violência Urbana junto às Populações em Situação de Rua” contou com o apoio do CNPq/UFRJ, e voltou-se para as cidades de Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro, com rica troca de experiências em encontros e seminários, de onde foi construída uma importante pauta de reivindicações e sugestões em favor das populações em situação de rua, além de permitir uma análise mais profunda sobre as situações em que vivem tais populações.

Posteriormente, num terceiro momento, observação participante durante o campo de estágio em Assessoria a Movimentos Sociais, realizado pelo Núcleo Interdisciplinar de Ações para Cidadania (NIAC), voltado para o MNPR – RJ. A aproximação com o Movimento Nacional

¹ Este estudo decorreu da pesquisa realizada em 2013 “Segurança Pública e Populações em Situação de Rua”, objeto do convênio -Edital de Pesquisas Pensando a Segurança Pública, Convocação nº 001/2012 - estabelecido entre o Ministério da Justiça e NUPPVAJ/UFRJ. As duas pesquisas se dedicaram a analisar o contexto de cinco cidades: Salvador (BA), São Bernardo (SP), Curitiba (PR), Rio de Janeiro (RJ) e Porto Alegre (RS), buscando identificar como estão estruturadas as intervenções da Segurança Pública junto à população em situação de rua, em termos de recursos materiais e humanos; capacitação das equipes de segurança; articulação a redes de atendimento; articulação com o sistema de Justiça criminal e outros órgãos; adoção de normas ou protocolos de atendimento; além de indicar novas políticas e iniciativas de aprimoramento das ações voltadas para a população em situação de rua.

da População em Situação de Rua marcou este momento da pesquisa, tendo ocupado a centralidade das investigações, ao procurar compreender suas formas organizativas, reivindicações e discursos.

Por fim, observação participante durante o campo de estágio na Redes de Desenvolvimento da Maré, uma ONG que, entre outras frentes, atende os moradores da cena de consumo de *crack* localizada no Parque Maré, que atua desde 2015. Nesse momento houve uma maior aproximação com o debate a respeito do acesso à saúde da população em situação de rua e como esse direito se efetiva cotidianamente, isto é, observar seus limites, possibilidades e potencialidades, em que medida a Política de Saúde avançou respondendo as demandas da realidade dos usuários desse serviço.

A pesquisa “Políticas Intersetoriais de Prevenção à Violência Urbana junto às Populações em Situação de Rua” do NUPPAVJ/UFRJ possui caráter de pesquisa qualitativa e participante. Tem como objetivo compreender as políticas públicas existentes na cidade do Rio de Janeiro para as populações em situação de rua, quais os principais aparelhos do Estado voltados para atender às suas demandas e em que condições operam.

Procura, além disso, compreender, entendendo que estas populações se encontram em condição de vulnerabilidade social (VARANDA E ADORNO, 2004), que estratégias de sobrevivência são capazes de criar ao viverem nas ruas. Para tal, procuramos nos aproximando processo de formação do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR). O processo investigativo sobre a formação deste movimento consiste em pontuar os desafios de articulação destas populações e evidenciar que elementos lhes são essencial para que possam se identificar como parte de um movimento coeso e articulado por interesses comuns.

As populações em situação de rua dispõem formalmente dos mesmos direitos que os demais grupos sociais, cabendo ao poder público implementar mecanismos de garantias de direitos que atendam às suas especificidades. Estas estão sujeitas a múltiplas vulnerabilidades e contextos de violações de direitos, incluindo-se “o não acesso” às políticas sociais, associado às violações cotidianas ao direito de ir e vir, ao usufruto dos serviços urbanos, ao direito de permanência nas cidades e de acesso a todos os direitos destinados aos/as brasileiros/as expressam as discriminações sofridas por essa população.

Considera-se, ainda, que a vida nas ruas em si já se configura como uma violação de direitos humanos em um contexto de desigualdade e invisibilidade social, incidências de violências, maus tratos e ações de extermínio; projetos urbanísticos de concepções higienistas; políticas de expulsão, abrigamento e internação compulsória, com a perda de pertences, documentos e medicamentos.

No que diz respeito a avanços e conquistas no marco legal, estão fixados parâmetros normativos de atenção a estas populações em diversos instrumentos internacionais atinentes ao

campo dos direitos humanos. Especialmente se destacam no presente estudo aqueles que tratam de dimensões relevantes como: as garantias de direitos individuais, políticos, sociais e econômicos; a prevenção da violência e violações de direitos a que estão sujeitos; e as concepções do direito à cidade e ao uso dos espaços públicos.

Em níveis supraconstitucionais há uma série de normativas que tratam mais especificamente sobre cada esfera dos direitos elencados. No âmbito da pesquisa do NUPPVAJ/UFRJ a partir das discussões apresentadas, destacam-se principalmente certas dimensões dos direitos individuais e sociais, do direito à cidade, à segurança e à assistência social. Porém, verifica-se que as políticas públicas para a população em situação de rua baseiam-se em criar espaços de referência para este público, não parece haver políticas de inclusão em espaços já existentes.

Na temática da Saúde, no ano de 2001 é criado pelo Ministério da Saúde o Programa Nacional Humanização da Assistência Hospitalar, com o intuito de melhorar o atendimento prestado na área da saúde. A Política Nacional de Humanização apresenta, pela primeira vez, o conceito de “atendimento humanizado”, já que havia uma banalização do tema no âmbito hospitalar, além de proporcionar uma aproximação entre os usuários e os profissionais de saúde. A política apenas se consolida como política pública em 2004, trazendo consigo um grande desafio a ser vencido pelos profissionais da saúde, e que perpassa por todas as esferas hospitalares, desde a gestão até os profissionais de saúde, e pelos próprios usuários.

A Redução de Danos inaugura uma nova ética do cuidado, e possui uma trajetória de (re) significados dos mais diversos, uma vez que nenhuma prática em si mesma é redução de danos. A Política de Redução de Danos visa o desenvolvimento de uma série de ações que vão ao sentido de que o ideal é que os indivíduos não usem drogas, mas se isto ainda não é possível, que o façam com o menor risco possível (MARLATT, 1999 NADELMANN, 1997). Portanto, estas ações implicam em um cuidado junto aos usuários de drogas moradores em situação de rua, suas famílias e os técnicos profissionais da rede territorial advindos da saúde, da assistência social e de lideranças comunitárias.

Embora a Política Nacional para a População em Situação de Rua assegure o acesso desse grupo à saúde, se faz um grande desafio que essa população seja cuidada, e que, principalmente, seja vista pelo próprio Sistema Único de Saúde – SUS, que muitas vezes não a enxerga. A referida política prevê no seu Art.1º no que tange a Saúde:

Garantia da atenção integral à saúde das pessoas em situação de rua mesmo sem familiares ou responsáveis e adequação das ações e serviços existentes, inclusive unidade móveis, assegurando a equidade e o acesso universal no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, com dispositivos de cuidados interdisciplinar e multiprofissional.

(Política Nacional para População em Situação de Rua, 2009 p.17)

Em 2016, a Prefeitura do Rio de Janeiro publicou uma cartilha desenvolvida juntamente com a Secretaria Municipal de Saúde – SMS, apresentando as diretrizes norteadoras das Equipes do Consultório na Rua no município do Rio de Janeiro. O referido material aponta a localidade da instalação na cidade do Rio de Janeiro do equipamento – Consultório na Rua, e quantos são. Esse material viabiliza a realização de uma comparação acerca das informações relativas à localização espacial dos Consultórios na Rua, e a distribuição espacial e numérica da população em situação de rua pela cidade, sendo esses indicadores os parâmetros de análise para a averiguação se os acessos dos usuários no serviço estão sendo alcançados.

O Núcleo de Atenção à Saúde da Família (NASF) é uma das instituições que deixam nítida a contradição existente, uma vez que é inviável o atendimento a esse segmento populacional apenas pela ausência de um endereço fixo, contribuindo para reforçar a invisibilidade da População em Situação de Rua no SUS.

Nesse sentido, uma análise do serviço realizado pelo Consultório na Rua no município do Rio de Janeiro, se fez necessária mediante a apresentação de indicadores referentes aos critérios de acesso, que auxiliarão na construção do pensamento acerca da disponibilidade de instalação e da capacidade de inclusão ou exclusão do acesso da População em Situação de Rua no serviço prestado pelo Consultório na Rua.

Na cidade do Rio de Janeiro, o cuidado à saúde junto à população em situação de rua se deu mediante a iniciativa de grupos de profissionais envolvidos com o tema, representantes dos movimentos sociais e instituições atuantes com esse grupo social. A ausência de uma rede de saúde que atendesse as principais demandas dessa população dificulta o cumprimento da equidade, da atenção, e do cuidado dessa população nas unidades básicas de saúde.

O Deputado Nilto Tatto (PT-SP), que instituiu a Política Nacional de População em Situação de Rua, apresentou no dia 2 de Agosto de 2016 um projeto em defesa da população em situação de rua, evidenciando o sofrimento dessa população. O PL 5740/16 ressalta que a população em situação de rua goza de todos os direitos fundamentais da pessoa humana, mas precisa de garantias e direitos que lidem com as especificidades da sua vulnerabilidade social.

A partir do Decreto Presidencial, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto nº 7.053) e que estabeleceu como princípio direcionado não apenas o direito à igualdade e equidade, mas também o respeito à dignidade humana, o direito à convivência familiar e comunitária, a valorização e o respeito à vida e a cidadania. Estabelecendo um atendimento humanizado e universalizado, enfatizando o respeito às condições sociais e de origem, raça, nacionalidade, religião, gênero e orientação sexual. Além de prever entre seus objetivos gerais a garantia à atenção integral à saúde.

A dificuldade no acesso da população em situação de rua aos serviços de saúde é caracterizada pela ausência de sua documentação básica – exigência para o pronto atendimento –,

inexistência do cartão do SUS, ou apenas por sua aparência física, que muitas vezes são cercados de um forte estigma social (Goffman, 1978) devido à sujeira e mau cheiro. Geralmente são fatores que influenciam para o processo de exclusão nas instituições ou para a precarização no atendimento das pessoas nos serviços de saúde, por parte dos próprios profissionais.

Nessa perspectiva, a Política Nacional de Atenção Básica – PNAB institui o equipamento Consultório na Rua – através da Portaria nº122, de janeiro de 2012 – o estabelecendo, como componente da atenção básica, e da Rede de Atenção Psicossocial.

Entretanto, os dispositivos legais disponíveis no país no que tange a composição das equipes e o funcionamento do serviço prestado pelo Consultório na Rua não estabelecem o número de usuários a serem referenciados por equipes do serviço. Ao contrario dos CRAS e CREAS que possuem uma quantidade de usuários a ser referenciado por equipamentos, o serviço do Consultório na rua nada estipula nas suas diretrizes.

A referida Política Nacional de Atenção Básica – PNAB na qual é promulgado pela Portaria nº 2.488 de Outubro de 2011, caracteriza a atenção básica como um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, responsável por promover a proteção à saúde, ao diagnóstico, tratamento, redução de danos e à manutenção da saúde, além de prevenir o seu agravamento. Assim como tem o objetivo de desenvolver atenção integral e autônoma das pessoas e os seus determinantes e condicionantes de saúde da coletividade.

Conseqüentemente é de extrema importância que se efetive o direito de acesso da população em situação de rua à política de saúde, já que eles demandam respostas diversas. É fundamental que se compreenda a subjetividade dos sujeitos, uma vez que essa perspectiva possibilita a produção de saúde integral, e que a concepção de doença fomentada por membros da saúde não seja considerada apenas pelos fatores biológicos como determinantes para o aparecimento da doença. Desconsiderando os condicionantes e determinantes sociais que são fatores que influenciam no processo saúde-doença.

É importante que a concepção de saúde não esteja centrada somente na assistência aos doentes, mas também, de acolher demandas diversificadas e complexas dessa população, sobretudo visando à promoção de saúde, no resgate da qualidade de vida, abrangendo inclusive o atendimento para os problemas ou complicações advindas do abuso de álcool e outras drogas (CARTILHA – MANUAL SOBRE O CUIDADO À SAÚDE JUNTO A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, 2012).

No ano de 2009, o Ministério da Saúde propõe que o Consultório *de Rua*² se torne uma estratégia do Plano Emergencial de Ampliação de Acesso ao Tratamento de Álcool e Drogas, no ano seguinte, ele é incluído no Plano Integrado Nacional de Enfrentamento do *crack*.

2 Em termos dos equipamentos de atenção instituídos, no plano do acesso à saúde, se destaca os Consultórios *de/na Rua*.

Um dos princípios norteadores do Consultório na Rua é o respeito às diferenças, a promoção dos direitos humanos, a inclusão social, o enfrentamento dos estigmas, ações de redução dos danos e a intersectorialidade. Todos esses princípios estão alinhados às diretrizes da Política de Humanização, a Política de Atenção Básica, da Política para Atenção Integral as Pessoas que Usam Álcool e outras Drogas.

Porém, compreende-se, também, que algumas especificidades contribuem para potencializar a dificuldade de articulação e organização já existente entre pessoas que vivem na rua como: Políticas de remoção; falta de preparo por parte de profissionais da segurança pública para o trato com estas populações; abordagens noturnas com equipes montadas especialmente para isto denunciam que as populações em situação de rua são tratadas como um distúrbio na ordem que deve ser corrigido.

Em consonância com a população civil, que majoritariamente também possui um olhar que marginaliza estas pessoas (Wacquant, 2015), pressiona os órgãos públicos para a execução de tais políticas discriminatórias e tornam este público-alvo sujeito a todos os tipos de violações de direitos.

Esse conservadorismo se reproduzia também nas práticas e condutas de agentes das instituições policiais. Assim, repensar sua estrutura implicaria repensar sua cultura e sua função social. A realização de uma análise da formação de agentes da Segurança Pública e suas relações com as populações em situação de rua apresentava um potencial de contribuição à compreensão deste campo que era permeado de tensões e disputas políticas e conceituais.

Nesse sentido, no que se refere às experiências realizadas pela pesquisa, a partir de um levantamento feito em 2013, foi possível identificar que a população em situação de rua vinha sendo alvo frequente das políticas de Segurança Pública. Além das observações feitas ao longo dos encontros e seminários junto ao MNPR, pudemos identificar como demanda um olhar mais qualificado sobre as formações dos agentes de segurança pública no trato com a população em situação de rua e como ela se organiza como movimento social.

Além de diagnósticos, se pretendeu apontar mecanismos democráticos no sentido de se impactar a cultura policial. Acreditava-se que fomentar e potencializar momentos de formação policial seria fundamental para se construir uma segurança social adequada aos princípios democráticos.

Sobre as diferenças quanto à nomenclatura, "Consultório de Rua" é indicado como originado desde finais da década de 1990, em Salvador (BA), para atender à população em situação de risco e vulnerabilidade social, principalmente crianças e adolescentes usuários de álcool e outras drogas, apresentando um foco no atendimento no campo da saúde mental. Os "Consultórios na Rua", instituídos pela Política Nacional de Atenção Básica, prestam atenção integral à saúde da população em situação de rua, com equipes multiprofissionais que atuam de forma itinerante e in loco – desenvolvendo ações compartilhadas e integradas às Unidades Básicas de Saúde, CAPS, Serviços de Urgência e Emergência e outros pontos de atenção. Junto aos usuários de álcool, crack e outras drogas trabalham com a estratégia de Redução de Danos. Atualmente, são 129 os Consultórios na Rua em funcionamento no país, de acordo com o portal 'Observatório Crack, É Possível Vencer'.

Cabe ressaltar que no âmbito deste estudo considerou-se o grupo de profissionais da Segurança Pública em um sentido amplo e relativo às funções de segurança e defesa civil de Policiais Civis, Policiais Militares, Bombeiros e Guardas Municipais, atuantes em cada cidade pesquisada. As cidades foram selecionadas em diálogo com a equipe da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SENASP/MJ), por apresentarem experiências e trajetórias, diferenciadas entre si, no campo temático em foco. Especificamente, se objetivou:

- a) Realizar levantamento de informações sobre formação (capacitações, cursos, oficinas, treinamentos) no tema 'populações em situação de rua' nas instituições de ensino das secretarias municipais de defesa social/guardas municipais e das estaduais de Segurança Pública, nas cidades e estados pesquisados;
- b) Mapear políticas, projetos e iniciativas diferenciadas (procedimentos, orientações) de atendimento e promoção de direitos da população em situação de rua, que envolvam os órgãos da Segurança Pública estaduais e municipais nas unidades pesquisadas;
- c) Desenvolver estudo de campo, de natureza qualitativa, nas unidades pesquisadas, sobre a dinâmica das relações entre as instituições da Segurança Pública estaduais e municipais, redes de serviços sociais e as populações em situação de rua, por meio de grupos focais, entrevistas e questionários;
- d) Identificar demandas e sugestões quanto ao preparo específico dos profissionais e instituições de Segurança Pública estaduais e municipais, no que tange ao controle e redução das violações dos direitos humanos e às formas de relacionamento com as populações em situação de rua.

Com este intuito, se desenvolveu um processo de pesquisa que possibilitasse identificar como estavam estruturadas as intervenções da Segurança Pública em relação à população em situação de rua, em termos de recursos materiais e humanos; capacitação das equipes de segurança; articulação a redes de atendimento; articulação com o Sistema de Justiça criminal e outros órgãos; adoção de normas ou protocolos de atendimento; indicação de novas políticas e iniciativas de aprimoramento das ações voltadas para as populações em situação de rua.

Entre Março e Outubro de 2013, foram realizados 16 grupos focais com profissionais da Segurança Pública, profissionais e lideranças das redes de atendimento e defesa dos Direitos Humanos das populações em situação de rua, além de grupos com pessoas em situação de rua e ex-moradores em situação de rua nas cidades de Curitiba, Rio de Janeiro, Salvador e São Bernardo do Campo. Foram, ainda, realizadas 22 entrevistas com atores que representavam os três grupos citados, com 32 questionários respondidos, sendo 10 relativos à formação dos agentes da Segurança Pública e 22 sobre ações integradas.

Importante registrar que contamos com consultoria de especialistas no tema e apoio de lideranças nacionais do Movimento Nacional de População em Situação de Rua (MNPR) nas diversas fases da pesquisa: formação da equipe, articulação dos grupos focais e visitas ao campo. Tivemos apoio das lideranças do MNPR, especialmente, nas cidades de Curitiba e Salvador.

Foi verificado que lidar com essas populações exigia uma formação profissional que reconhecia que a vida nas ruas se expressava sob os limites da experiência humana, e que a incidência estatal, historicamente, reproduzia um olhar que estigmatizava e perpetuava a violência simbólica da sociedade que, em geral, a segregava e discriminava.

Ao final da primeira fase foi realizado um evento aberto de socialização dos resultados obtidos. Na cidade do Rio de Janeiro, o Seminário da Pesquisa contou com a participação de ativistas do Movimento Nacional da População em Situação de Rua dos estados pesquisados, assim como de consultores da pesquisa.

Deste debate, se confirmou a relevância da continuidade da pesquisa, especialmente sob a ótica das experiências de mobilização das populações em situação de rua na defesa de seus direitos.

Já no Seminário “Ninguém mora na rua porque gosta”, realizado em 2014, foi exibido um vídeo de abertura que documenta a visita do Ministério Público ao Rio Acolhedor (Abrigo de Antares) e verificou-se que além da falta de condições básicas para a permanência de pessoas no local em função da insalubridade havia uma política bastante deficitária para a população abrigada.

A população não está sendo informada sobre seus direitos, como o de permanecer na rua ou voltar aos seus locais de origem, a política de assistência não estava sendo integrada à rede de atendimento existente no abrigo. A representante do MPRJ reiterou, no evento, a questão da garantia dos direitos fundamentais como dever do Estado e colocou o conjunto de artigos que a Constituição de 1988 apresenta como a melhor forma de pressionar o cumprimento de políticas públicas para a população em situação de rua.

Na segunda mesa do evento, nosso Grupo de pesquisa teve a oportunidade de apresentar alguns dados da pesquisa, com destaque para relação entre violação de direitos, megaeventos, segurança pública e população em situação de rua. O debate suscitado no público reforçou a percepção de que os agentes de Segurança Pública da cidade do Rio de Janeiro, que estavam lidando com as populações em situação de rua no Rio de Janeiro, não possuía formação qualificada para o trato com esta população.

Acompanhamos, em outra frente, mas ainda no contexto da pesquisa, a partir de 2015 o Projeto Flavia Farnese e usuários de *crack* junto à população em situação de rua da Maré, pelo

projeto executado na ONG Redes de Desenvolvimento da Maré chamado “Convivências na Flávia Farnese”, que surgiu após a percepção de que um debate sobre drogas na Maré era urgente.

Em grupos focais realizados com moradores do território ao longo da nossa pesquisa, verificou-se que prevalece a associação da questão das drogas com as áreas da Justiça criminal e da Segurança. Nota-se que o direito à segurança pública não estava, mais uma vez, incorporado nas agendas das instituições públicas, pois a segurança não estava sendo concebida como um direito pelos moradores das periferias, e sim associada à violência, principalmente em função dos constantes conflitos e violações sofridos pelos moradores da Maré vindos de agentes de Segurança.

O uso de drogas e casos de dependência raramente era compreendido como casos de saúde pública, prevalecendo uma moralidade punitiva sobre estes sujeitos, no sentido de que possuíam comportamento degenerado. Havia, na comunidade, um senso comum que associava frequentemente casos de violência ao consumo de drogas. Muitas vezes, por exemplo, quando havia roubos ou furtos, as pessoas suspeitavam imediatamente que os usuários de *crack* eram os responsáveis pelo delito.

O Projeto era uma pesquisa-ação que se procurava investigar questões relacionadas ao modo como os usuários de *crack* daquele território podiam ser compreendidos como moradores da Maré pelo resto da comunidade, como potencializar recursos sociais onde eles possam denunciar violências, como reduzir as violências sob as quais estão submetidos ou qual a melhor forma de articulação entre as instituições que os atendem, isto inclui a saúde sob a ética da Redução de Danos no tratamento a estes usuários.

Portanto, se compreendemos que as condições de vulnerabilidade vivida por esse grupo social perpassam pelas questões psicossociais, e, sendo assim, acarretam sofrimentos físicos e emocionais para os mesmos, esses condicionantes contribuem para que materializem riscos a saúde dessa população.

A pesquisa foi realizada em diferentes frentes e converteu-se em um importante instrumento de ação social, capaz de aglutinar setores importantes da sociedade civil, tendo na universidade um importante ponto de apoio para estudo e interlocução. A aproximação com os movimentos que compõem a representação das populações em situação de rua foi fundamental para que, primeiramente, as demandas e sugestões construídas coletivamente fossem fruto não apenas de uma pesquisa acadêmica quantitativa, mas, sobretudo, do diálogo humano e de uma escuta real entre os intelectuais e ativistas defensores dos direitos humanos com os sujeitos que vivem ou já viveram na rua, e eram os únicos capazes de darem a real dimensão da urgência das demandas e traduzi-las em uma pauta com sugestões concretas.

O estudo nos proporcionou noção do quão difícil e complexo eram os desafios relacionados ao cumprimento dos direitos da população em situação de rua, que começava por uma

mudança e uma disputa simbólica sobre como a sociedade enxergava essa população, passando pela formação e construção de novos valores que formam as Políticas Públicas, até traduzir-se no entendimento de que as soluções e iniciativas para com as populações referidas deveriam ser diversas, não generalizantes, buscando uma equação nada fácil, na qual era preciso um equilíbrio entre o respeito à dignidade humana de quem está nas ruas – com a oferta de direitos básicos a saúde, moradia, educação, alimentação, etc. – e a perspectiva de encaminhamentos que pudessem resultar em reabilitação e inserção social dessas pessoas.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual sobre o cuidado à saúde junto a população em situação de rua/ Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília, 2012.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Decreto Presidencial nº 7.053 de 23 de Dezembro de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em 24 Out.de 2017.

Diretrizes Norteadoras das equipes de Consultório na Rua do Município do Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: http://subpav.org/download/prot/Diretrizes%20CnaR_2016.pdf. Acesso em 25 Out.de 2017.

GOFFMAN, Erving. Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988, p.6.

MARLATT, G. A. Redução de danos: Estratégias práticas para lidar com comportamentos de alto risco. Trad. Daniel Bueno. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. In: SANTOS, Dijane da Silva e SOUZA, Ingrid Almeida. O ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE REDUÇÃO DE DANOS: a busca da efetivação de direitos. Para além da Crise Global: Experiências e antecipações concretas. 2015, JOINPP

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Coordenação Nacional de Saúde Mental. Consultórios de Rua do SUS. Material de trabalho para a II Oficina Nacional de Consultórios de Rua do SUS. Ministério da Saúde/EPJN-FIOCRUZ: Brasília, setembro 2010, 48 p.

Portaria nº 122, 25 de Janeiro de 2011. Disponível em: . Acesso em 25 Out.de 2017.

VARANDA, Walter; ADORNO, Rubens C. F. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. Publicado em: Saúde e Sociedade v.13, n.1, p.56-69, jan-abr 2004.

WACQUANT, Loïc. Punir os pobres – a nova gestão da miséria nos estados unidos. Rio de Janeiro: Revan, 2015.



REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO NA UFRJ: UM OLHAR SOBRE AS POLÍTICAS NO ÂMBITO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Raquel Batalha de Oliveira

UFRJ / Fac. de Educação - Estudante de Pós-Graduação

Carolina Barreiros de Lima

UFRJ / Fac. de Educação - Estudante de Pós-Graduação

Introdução

O presente artigo tem por objetivo apresentar um recorte de uma pesquisa de mestrado ainda em andamento do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação (FE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A dissertação buscará verificar as tendências e as mudanças de políticas de inclusão da referida universidade ao longo da última década (2007–2017). Para fins deste artigo, objetivamos apresentar parte desse levantamento e da análise realizada, tendo como limite o âmbito da FE.

A pesquisa da dissertação está inserida no contexto do Laboratório de Pesquisa, Estudos e Apoio à Participação e à Diversidade em Educação (LaPEADE) da FE/UFRJ. O LaPEADE desenvolve estudos sobre a temática da inclusão desde 2003. As pesquisas desenvolvidas sob a coordenação da Professora Doutora Mônica Pereira dos Santos pautam-se na ideia de que inclusão não se refere exclusivamente ao grupo de pessoas com deficiências, mas sim a todo e qualquer indivíduo ou grupo em risco, ou em situação, de exclusão.¹ Deste modo, os estudos desenvolvidos pelo laboratório atualmente buscam refletir sobre a temática da inclusão no que tange a questões de gênero e sexualidade, gestão e organizações escolares, etnia e raça, educação especial e ensino superior.

As pesquisas sobre inclusão no ensino superior que o LaPEADE vem desenvolvendo acontecem no âmbito do Observatório Internacional de Inclusão, Interculturalidade e Inovação Pedagógica (OIIIPe). O OIIIPe foi fundado em 2015 e tem se consolidado a partir de uma rede de cooperação entre o LaPEADE e, atualmente, 25 Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras e estrangeiras, congregando cerca de 70 pesquisadores nacionais e internacionais.

1 SANTOS, 2013.

Temos constatado nos últimos anos que a exclusão acontece no nível superior de variadas (e muitas vezes, veladas) maneiras e entre diferentes atores (professores, servidores e alunos).² Nesse sentido, o OIIIPe objetiva investigar contradições e perspectivas emergentes em propostas e experiências de inclusão, interculturalidade e inovação pedagógica desenvolvidas no processo de formação de educadores nas universidades participantes. As experiências a serem investigadas buscarão refletir sobre como promover a articulação entre diferentes sujeitos na universidade sem negar e sem essencializar a diferença, mas promovendo processos críticos e criativos.

Assim, este artigo apresentará um levantamento das legislações em vigor da UFRJ, a partir de informações constantes nas resoluções do Conselho Universitário (CONSUNI), do Conselho Superior de Coordenação Executiva (CSCE) e do Conselho de Ensino para Graduados (CEPEG), além das portarias publicadas nos boletins da instituição. Uma dessas legislações será tratada a partir da Análise de Conteúdo e analisada sob a ótica da perspectiva Omnilética³, ambas a serem explicitadas na seção destinada à metodologia.

Para tanto, falaremos inicialmente sobre a visão de inclusão no Ensino Superior adotada nessa pesquisa, apontando um breve panorama sobre os órgãos decisórios da UFRJ cujas políticas estão sendo investigadas no presente trabalho. Na sequência, apresentaremos a metodologia utilizada e, posteriormente, traremos a análise realizada e os resultados que pretendemos alcançar ao final do estudo em andamento.

Inclusão no Ensino Superior

A inclusão na Educação Superior tem se apresentado como tema emergente e ainda pouco explorado, pois todos os esforços para a construção de políticas inclusivas na educação do país eram voltados para a Educação Básica até bem pouco tempo.⁴ Ao passo em que essa temática foi deixando de ser setorializada, ou seja, quando a inclusão começou a ser pensada não somente para pessoas com necessidades especiais, mas também para grupos subalternizados e/ou subordinados, os princípios pautados numa proposta de reconhecimento da diferença aparecem como estratégia de enfrentamento de uma situação de desigualdade em busca de uma maior equidade fortalecendo a construção das políticas afirmativas para o Ensino Superior.

A possibilidade de acesso a um curso de graduação foi se tornando uma realidade mais próxima uma vez que as políticas de ações afirmativas vêm ganhando espaço no cenário brasileiro. As ações afirmativas podem ser compreendidas como políticas que buscam corrigir desigualdades presentes na sociedade e acumuladas ao longo de anos, garantindo a igualdade de oportunidade a todos, como define a própria página do Ministério dos Direitos Humanos no

2 SANTOS, 2016.

3 SANTOS, 2013.

4 SALVADOR, 2009.

Brasil. Porém, a efetiva implantação dessas políticas ainda é um desafio para as Instituições de Educação Superior.

Refletir sobre inclusão na UFRJ partindo das políticas de ingresso, acesso e permanência, e de outras ações consideradas inclusivas e já existentes na legislação da universidade, é a proposta deste trabalho. Para fins desse artigo, em virtude da limitação de tempo e até mesmo espaço para a escrita, escolhemos buscar legislações que pudessem, de alguma forma, se referir à Faculdade de Educação.

Metodologia

A pesquisa caracteriza-se como sendo do tipo qualitativa, o que objetiva produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações.⁵ Além disso, quanto aos objetivos apresentados, ela é de cunho descritivo, pois pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade.⁶

A análise documental, por sua vez, apresenta-se como um dos exemplos para as pesquisas descritivas e é a abordagem procedimental adotada neste trabalho. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico,⁷ das quais destacamos os documentos oficiais da universidade.

Assim, recorreremos às resoluções dos colegiados superiores que definem a estrutura administrativa e acadêmica da UFRJ. A partir das informações constantes nas publicações do CEPEG - Conselho de Ensino e Pesquisa para Graduados, que é formado por professores e alunos de pós-graduação e define as normas dos cursos; do CONSUNI - Conselho Universitário, órgão máximo da instituição que delibera em última instância sobre questões como a criação e a mudança de cursos e aprova a nomeação dos pró-reitores; do CSCE - Conselho Superior de Coordenação Executiva, órgão de coordenação da estrutura superior da Universidade; e das portarias publicadas nos boletins da instituição, todos estes no período compreendido entre os anos de 2007 e 2017, realizamos uma análise documental, com o intuito de levantar dados sobre políticas e ações de inclusão.

Após o levantamento dos documentos que apresentam tendências de inclusão, a categorização e codificação dos conteúdos, como propõe Bardin⁸ foi realizada. A Análise de Conteúdo busca ir além do que Alves-Mazzotti⁹ critica em muitas pesquisas: uma reprodução de falas dos sujeitos, sem qualquer tentativa de identificar irregularidades, relações e categorias e/ou se servir

5 DESLAURIERS, 1991.

6 TRIVIÑOS, 1987.

7 FONSECA, 2002.

8 BARDIN, 2016.

9 ALVES-MAZZOTTI, 2001

de um instrumental analítico capaz de organizar e dar sentido aos dados. Segundo Bardin,¹⁰ literatura de referência na área, a Análise de Conteúdo é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações”. Esse método busca descrever o conteúdo de falas e textos do processo de comunicação e proporciona o levantamento de códigos e categorias, que nos permitem a realização de inferências.

Uma vez os documentos selecionados, caracterizados e codificados, iniciamos o processo de análise sobre a perspectiva Omnilética¹¹ e, para entendermos tal proposição de análise, precisamos apresentar algumas reflexões.

O processo de inclusão é transformador. Para entender a inclusão é preciso ter consciência e conhecimento sobre aquilo que não está incluído em determinados contextos. É preciso tomar ciência de determinados valores que não foram absorvidos. É preciso ampliar a visão e analisar dialética e complexamente todos os elementos envolvidos naquela situação de inclusão/exclusão. Pensando a inclusão em educação, a perspectiva omnilética propõe a análise de aspectos dialéticos¹² e complexos,¹³ acrescentando concepções e intenções que ocorrem no que consideramos as três principais dimensões em que a vida humana e social se manifesta: culturais, políticas e práticas, conhecidas como a tridimensionalidade do Index para a Inclusão.¹⁴

Por cultura compreendemos os valores, aquilo que se defende e acredita. As políticas representam as regras, os acordos. As práticas, por sua vez, remetem-nos às ações realizadas. Nesse sentido, verificar as culturas, políticas e práticas de uma comunidade, observando os valores existentes e não existentes, apurando possibilidades que ainda não foram definidas como valores, traz a importância de refletirmos de forma dialética e complexa dentro das dimensões propostas. A dialética está na contradição dos explícitos e se conecta à complexidade a partir do momento em que se reflete sobre o que pode ser. Assim, a complexidade nos permite ampliar a visão, porque se apresenta como uma possibilidade de entrarmos na dimensão do que não está explícito.

A partir dessas considerações, Santos¹⁵ nos apresenta uma perspectiva crítico-analítica que se propõe a estar permanentemente em reflexão e construção, pois o ser humano está sempre se transformando e assim modificando o que está à sua volta. A esta perspectiva, deu-se o nome de Ominilética. A Omnilética não busca a verdade, busca uma forma de compreensão. Não é teoria, pois não se encerra, não explica. Não quer explicar, quer manter a construção. Não limita, transforma.

10 BARDIN 2016, p. 37.

11 SANTOS, 2013.

12 LUKÁCS apud MÉSZÁROS, 2013.

13 MORIN, 2011.

14 BOOTH; AINSWORTH, 2002, apud SANTOS, 2006.

15 SANTOS, 2013.

Análise dos dados

Após a seleção de documentos dos colegiados superiores, categorizamos os dados em dois grupos. O primeiro grupo foi intitulado como “inclusão” e, o segundo, como “ações afirmativas”.

Para inclusão utilizamos os códigos: PNE (pessoas com necessidades especiais), baixa renda (questões socioeconômicas), etnia, raça e, gênero. Para ações afirmativas os códigos foram: ingresso, acesso e permanência.

Para ilustrarmos o trabalho, ainda em andamento, apresentaremos, a seguir, as análises realizadas sobre uma resolução do Conselho Universitário. Dentro da proposta de análise documental, selecionamos uma resolução que apresenta tendências de políticas inclusivas, voltada para o ingresso, acesso e permanência de um grupo historicamente excluído das instituições de educação superior: a Resolução nº 14 – CONSUNI de 30 de junho de 2011 e que estabelece critérios para o ingresso na UFRJ em 2012.

A resolução, escrita pelo Conselho, reunido em sessão extraordinária de 30 de junho de 2011, resolveu: I – Utilizar exclusivamente a prova do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) e o Sistema de Seleção Unificado (SiSU) para o ingresso na UFRJ em 2012, preservado o procedimento da etapa de Teste de Habilitação Específica (THE) para os cursos específicos que o utilizam; II – Destinar 30 % das vagas oferecidas em cada curso a candidatos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas e que possuam renda familiar per capita de até um salário mínimo nacional vigente; e III – Garantir a continuidade das políticas de apoio a todos os estudantes que ingressarem na UFRJ, na modalidade descrita no item anterior, nos mesmos moldes da Resolução nº 17/2010, a saber: a) Bolsas de acesso e permanência; b) Meios de transporte gratuitos; c) Acesso à rede e disponibilização de equipamentos de informática; d) Acompanhamento acadêmico e oferta de disciplinas suplementares, de apoio e introdutórias, com envolvimento de docentes e estudantes.

A partir do exposto e dentro de uma proposta de análise de conteúdo, classificamos a resolução mencionada como uma legislação de inclusão de estudantes de baixa renda e com situação socioeconômica desfavorecida, de ações afirmativas para ingresso, acesso e permanência. Partindo para a análise Omnilética, buscamos identificar no corpo do texto da legislação as cinco dimensões com que a proposta se fundamenta: culturas, políticas e práticas em uma relação ao mesmo tempo dialética e complexa.

Foi possível observar que, no âmbito das políticas, o inciso III apresenta informações sobre as garantias de direitos existentes, norteados os princípios e valores para o acesso e permanência desses estudantes na universidade. O inciso II determina quem são os estudantes beneficiários desta legislação. Esse público é identificado por questões socioeconômicas de sua estrutura familiar, trazendo à tona uma caracterização cultural deste grupo. Fechando os itens de tridimensionalidade, verificamos que o inciso I apresenta informações que caracterizam a prática das

avaliações para processo seletivo dos estudantes que querem ingressar nas IES. Neste caso, o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) é o instrumento utilizado nacionalmente para o ingresso nas graduações, fazendo parte de um hábito implantado pelo sistema de educação brasileiro.

A partir do momento em que verificamos a necessidade de incluir alunos de escolas públicas e que apresentam estrutura familiar de baixa renda nos cursos de graduação, entendemos que existia uma exclusão deste público. Essa relação dialética entre a inclusão x exclusão é alvo de reflexão.

Percebe-se, portanto, um movimento de ampliação de oportunidades educacionais no ensino superior. O que esse fato demonstra é que houve ampliação de oportunidades, com o ingresso na universidade de categorias sociais que antes não tinham acesso a ela, mas, por outro lado, nesta inclusão já estava contida a sua negação, isto é, a exclusão. Exclusão esta que vinha sendo legitimada no decorrer do próprio processo educacional e que vai ao encontro do que diz Sawaia¹⁶ a respeito da dialética exclusão/ inclusão: “a sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão”.

No que tange a complexidade, podemos observar que a relação entre público alvo e a garantia das políticas de apoio para sua permanência perpassa por inúmeras questões, envolvendo diferentes responsáveis, departamentos, valores, enfim, diversas vertentes que precisam ser avaliadas para além do que está previsto. A dimensão da complexidade diz respeito ao movimento de unir, considerando as incertezas presentes em qualquer contexto, trazendo para análise elementos que estão presentes, mas que não estão claramente postos. Segundo Morin,¹⁷ o desafio está em reconhecer que tudo que foi separado pela lógica formal precisa ser religado e, nesse sentido, precisamos trazer para a discussão da legislação analisada, por exemplo, questões que não estão ditas, mas que influenciam aquele contexto.

Nossas primeiras conclusões e resultados esperados

Propomos uma reflexão sobre inclusão dentro de uma perspectiva que implica em compreendê-la como um processo permanente, que depende de contínuo desenvolvimento pedagógico e organizacional das instituições educacionais, ao invés de vê-la como uma simples mudança sistêmica nas redes de ensino.¹⁸ Desta forma, a participação ativa de todos os atores que compõem instituição é critério determinante dentro deste processo inclusivo, pois os diversos olhares se constituem como essenciais para um espaço onde tenhamos o respeito a diversidade.

Ampliar a discussão sobre as políticas de inclusão da UFRJ é imprescindível para a evolução da sociedade acadêmica com vistas à promoção da inclusão e da participação de todo e qual-

16 SAWAIA 2001, p. 8.

17 MORIN, 2011.

18 BOOTH & AINSLOW, 1998.

quer sujeito no que tange à esfera da Educação Superior. Deste modo, esse trabalho, mesmo que numa esfera ainda pequena como a deste artigo, buscou refletir e contribuir com a Universidade, a partir de dados consolidados, sobre as políticas de inclusão que vêm sendo desenvolvidas. Tal fato ganhou ainda mais peso quando da aproximação dos 100 anos de uma instituição tão plural e cheia de desafios a serem ainda superados.

Além disso, contribuir com os estudos de uma rede internacional, como o OIIIPe, na investigação de contradições e perspectivas emergentes em propostas e experiências de inclusão voltadas para a formação de professores nos contextos universitários nacionais e internacionais, vem se mostrando relevante e enriquecedor tanto para a nossa formação acadêmica quanto para a construção de um mundo mais justo e menos desigual.

Respondendo ao objetivo principal da pesquisa, vislumbramos a possibilidade (isso porque o estudo ainda não foi concluído) de contribuir de maneira significativa com a UFRJ e, no recorte deste artigo, com a FE, no sentido de verificar essas tendências de políticas de inclusão, apresentando um panorama do que já foi feito pela instituição e indicando novos caminhos e possibilidades a serem traçados e construídos.

Referências bibliográficas

- ALVES-MAZZOTTI, A. J. Relevância e aplicabilidade da pesquisa em educação. *Cadernos de Pesquisa*, n. 113, p. 39-50, julho, 2001.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2016.
- BOOTH, T; AINSCOW, M. *Index para Inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola*. Tradução: Mônica Pereira dos Santos, PHD. Produzido pelo Laboratório de Pesquisa, Estudos e Apoio à Participação e à Diversidade em Educação (LaPEADE), 3ª edição, RJ, 2011.
- DESLAURIERS J. P. *Recherche Qualitative*. Montreal: McGraw Hill, 1991
- FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- MÉSZÁROS, I. *O conceito de Dialética em Lukács*. Tradução de Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. 4ª. Ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- SALVADOR, A. C. *Ação Afirmativa no Ensino Superior: Estudo da Política de Inserção de Alunos Pobres e Negros na PUC-Rio*. Rio de Janeiro, 2008. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- SANTOS, M. P. *Observatório Internacional de Inclusão, Interculturalidade e Inovação Pedagógica*. Projeto de Pesquisa apresentado à Plataforma Brasil e aprovado pelo parecer nº 1.727.018, 2016.
- SANTOS, M. P. dos. *Dialogando sobre inclusão em educação: contando casos (e descasos)*. 1.

ed. Curitiba, PR: CRV, 2013.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Portal da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – O que são ações afirmativas. Disponível em <<http://www.seppir.gov.br/assuntos/o-que-sao-acoes-afirmativas>>. Acesso em 25 de outubro de 2017.



O TELECURSO® COMO ESTRATÉGIA DE SUBSTITUIÇÃO TECNOLÓGICA E ALIENAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO PROGRAMA DE CORREÇÃO DE FLUXO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Camila Medeiros Mendes

ProPEd/UERJ - Mestranda - Pós-Graduação

1 - Introdução

Desde o final do século XX e início do século XXI, a educação brasileira vem passando por transformações marcadas pelo ideário neoliberal, que a condicionaram, pelo economicismo, à lógica de mercado em que o “capital humano” tornou-se um mero fator de produção. A educação como “prática social que se define pelo desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes, concepções e valores articulados às necessidades e interesses das diferentes classes e grupos sociais”¹ foi e continua sendo enfraquecida pela implementação de políticas públicas educacionais voltadas para fins mercadológicos.

A análise discursiva das formulações inscritas no PNE 2014-2024, que determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional do próximo decênio, é uma tentativa de nortear a compreensão das relações estabelecidas dentro da sala de aula, no tocante ao Programa de Correção de Fluxo, cujo objetivo está na suplantação dessas metas. Todavia, os determinantes históricos e sociais fundamentais no processo de ensino-aprendizagem são, de certo modo, desconsiderados, reforçando, assim, o sentido hegemônico das tecnologias da informação e comunicação (TIC), nas quais o primado está na dimensão técnica, obliterando o caráter constitutivo da função docente.

No que concerne ao Programa, especificamente, este constitui uma política pública educacional do Governo do Estado do Rio de Janeiro, implementada desde 2009, sob o nome de Programa Autonomia, pela Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC), em parceria com a Fundação Roberto Marinho (FRM), parceria esta rompida em 2015. Trata-se de uma política de aceleração de estudos que tem como objetivo corrigir a defasagem idade-série na Educação Básica (anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio) e atender alunos

1 FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real. 6ª ed. São Paulo: Cortez, p. 20, 2010b.

com idades entre 13 e 17 anos que queiram concluir o Ensino Fundamental, e entre 17 e 20 anos, que queiram cursar o Ensino Médio em menos tempo.

Os modos de incorporação das tecnologias aos processos pedagógicos inscritos nesse Programa obliteram a especificidade do trabalho docente e inscrevem a utilização intensiva das TIC no centro de sua formulação como estratégia de substituição tecnológica, configurando um processo de alienação do trabalho docente, em que a lógica inscrita neste discurso ora hegemônico é a de que:

[...] quanto maior a presença da tecnologia, menor a necessidade do trabalho humano, bem como maior a subordinação real do trabalho ao capital e aos que se valem das tecnologias para ampliar as formas de controle do trabalho e dos seus produtos.²

O Telecurso* constitui quase a totalidade do processo de ensino-aprendizagem nesse Programa e, portanto, é fundamental uma reflexão acerca da recontextualização da tecnologia e de como ela simplifica o trabalho docente, configurando um processo de alienação.

Nessa conjuntura, podemos dizer que o trabalho educativo é concreto e, desse modo, complexo, pois depende muito das capacidades e qualidades do professor, ou seja, requer pensar, estudar, planejar, produzir, além de executar e replanejar. E, sob o viés marxista, tende a ser transformado pelo capitalismo em trabalho abstrato, sendo assim simplificado, refletindo-se na mudança de sua organização.

Portanto, para alicerçar a análise crítica do discurso (ACD) no PNE 2014-2024, possibilitando a relação entre o fetiche tecnológico inscrito nas várias metas propostas e o processo de alienação do trabalho docente, que passa pela metamorfose do trabalho concreto em abstrato objetivado nas aulas do Programa de Correção de Fluxo, será utilizada a abordagem tridimensional, elaborada por Norman Fairclough (2001, 2016). É válido ressaltar que a ênfase será dada à meta 8, que objetiva, na estratégia 8.1, institucionalizar programas e desenvolver tecnologias para a correção de fluxo.

Para subsidiar esta análise, além dos pontos de entrada fornecidos pelas dimensões semântica, sintática e pragmática, serão consideradas duas tendências de mudanças discursivas que, segundo Fairclough (2016), afetam a ordem societária do discurso: a “democratização” e a “comoditização”. É importante lembrar que não existe um manual de pontos de entrada para uma análise crítica do discurso. O que há são pressupostos e implícitos que nos auxiliam na apreensão de possíveis significados deixados por eles. Sob um olhar mais cauteloso à materialização do discurso no documento, essa análise será abordada na seção seguinte, de maneira a possibilitar

2 BARRETO, Raquel Goulart. “A recontextualização das tecnologias da informação e da comunicação na formação e no trabalho docente”. In: *Educação & Sociedade*, v. 33, nº 121, p. 990. Campinas: out.-dez. 2012.

uma compreensão do lugar das TIC na política de correção de fluxo, bem como a sua influência direta no processo de trabalho docente.

2 - O fetiche tecnológico no PNE 2014-2024: uma análise crítica do discurso

Para a análise discursiva a ser feita nesta seção, faz-se necessário abordar alguns conceitos da ACD formulada por Norman Fairclough. Nela, o adjetivo “Crítica” “implica mostrar conexões e causas que estão ocultas”.³ Como um método de análise de discurso útil para investigar mudanças sociais, Fairclough (2001), em sua concepção tridimensional, encara o discurso como: (1) materialidade textual; (2) prática discursiva, compreendendo a produção, distribuição e consumo; e (3) prática social, “firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas”.⁴

Ademais, essa abordagem nos permite entender o caminho percorrido pelo discurso, desde a sua elaboração e distribuição em forma de texto nas instituições e nas mídias pelos órgãos públicos da educação, até o seu consumo, sua concretização nas relações sociais, mobilizando os envolvidos no processo educacional, sem desconsiderar os aspectos de uma análise histórica. Para além dessa concepção, do ponto de vista da ACD, cabe investigar também os pressupostos e implícitos do dito, e não tentar “desideologizar”, ou seja, “desvendar” os sentidos que estariam ocultos no que é dito.

No que concerne ao PNE 2014-2024, este é composto por vinte metas seguidas de duzentas e cinquenta e quatro estratégias, e, desse total, a metade enfatiza o uso intensivo das TIC como recurso para promover a melhoria da educação, e uma para corrigir a distorção idade-série via tecnologias, de forma a promover a elevação da escolaridade média da educação.

No corpo do documento, constata-se que a tecnologia é posta como um fetiche materializado nas estratégias para viabilizar todas as ações supracitadas, definindo o lugar das tecnologias no PNE como a “solução” para os problemas educacionais, inclusive para correção de fluxo. Esse fetiche, naturalizado no discurso do Plano, pois menciona as TIC como estratégia de “democratização” do ensino, inserindo vocábulos que toda sociedade gostaria de ler e ouvir, como “melhoria”; “qualidade”; “por todos”, mexe com o sentimento da nação estimulando a sensação de pertencimento naqueles que são a massa, a mão de obra dos meios de produção na sociedade capitalista.

A previsão da inserção das TIC no ambiente educacional pela política pública do PNE 2014-2024 visa atender às necessidades dessa sociedade capitalista em que a centralidade das tecnologias endossa a ideia de garantia de qualidade do ensino e do acesso de grupos econômica, social e digitalmente marginalizados.

3 FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Coordenação, tradução, revisão técnica e prefácio de I. Magalhães. 2ª ed. Brasília: Edu-UnB, p. 28, 2016.

4 Ibid, p. 93.

Nas linhas do PNE se observa a recorrência de duas tendências que, de acordo com Fairclough, “referem-se a mudanças efetivas nas práticas do discurso”.⁵ São elas: a “democratização” e a “comoditização”. Quanto à primeira, podemos notar nos discursos das políticas educacionais atuais, com o intuito de ofuscar a sua real intenção, uma tendência a obliterar os marcadores explícitos de poder. Assim, por exemplo, a meta 8 e a estratégia 8.1 são iniciadas por verbos no infinitivo que expressam ação – elevar, institucionalizar, desenvolver, priorizar –, com ausência de verbos auxiliares modais que inferem a obrigatoriedade da ação (im)posta.

Desse modo, embora o texto dessa meta e estratégia não apresente as locuções verbais “deve elevar”, “deve institucionalizar”, “deve desenvolver” e “deve priorizar”, está implícita tal obrigatoriedade.

Pensar o sentido das palavras é importante, porém, é necessário também refletir sobre outros aspectos semânticos, como, por exemplo, as pressuposições que, segundo Fairclough (2001), podem ser detectadas através de pistas formais apresentadas na superfície do texto. Retomando a análise da meta 8 do PNE 2014-2024, é possível perceber, a partir do vocábulo “elevar” em: “elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos”,⁶ a pressuposição de que entre a população jovem, ou seja, de 18 a 29 anos, há baixa escolaridade, não estando a escolaridade média dessa população em um nível satisfatório, necessitando, assim, ser “elevada”.

Prosseguindo a análise, no trecho “de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano”,⁷ o vocábulo “mínimo” pressupõe a permanência dessa mesma população jovem na escola por mais de 12 anos, o que não condiz com a prerrogativa de qualidade.

Outra tendência de mudança discursiva bastante recorrente no texto do PNE, mas que precisa ser pensada em termos atuais, é a “comoditização”. De acordo com Fairclough:

A comoditização é o processo pelo qual os domínios e as instituições sociais, cujo propósito não seja produzir mercadorias (*commodities*) no sentido econômico restrito de artigos para venda, vêm não obstante a ser organizados e definidos em termos de produção, distribuição e consumo de mercadorias.⁸ (Grifos do autor).

Ao analisar integralmente as metas e estratégias propostas no PNE, podemos observar a recorrência de vocábulos como “metas” (93 vezes); “qualidade” (63 vezes); “estratégias” (54

5 Ibid., p. 257.

6 BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação 2014-2024. Lei nº 13.005/2014. (Série Legislação; nº 193). 2ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados / Edições Câmara, p. 67, 2015.

7 Ibid., loc. cit.

8 FAIRCLOUGH, op. cit., p. 265.

vezes); “resultado” (14 vezes), dentre outras, como “eficácia” e “promoção”. Considerando a estratégia 7.5, concernente à meta 7, que fomenta a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem objetivando atingir o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), podemos detectar a presença de três dos vocábulos supracitados: “metas”, “qualidade” e “estratégias”.

Embora a “comoditização” não seja um processo particularmente novo, podemos perceber sua intensificação nos dias atuais, em que a lógica do capital é um imperativo, e onde, segundo Mészáros, “no reino do capital, a educação é, ela mesma, uma mercadoria”⁹.

Na esfera educacional atual, podemos perceber que é o que acontece com o Programa de Correção de Fluxo, em que as teleaulas do Telecurso⁹ compreendem uma mercadoria que foi produzida pela Fundação Roberto Marinho (FRM), obliterando a função docente, primordialmente, e cancelando o conhecimento desse professor.

O fetiche tecnológico presente no discurso do PNE 2014-2024, bem como sua centralidade nas formulações do documento, nos permite refletir sobre o modo como o sistema capitalista se impõe, diante da educação brasileira. Essa imposição é feita através da comercialização das tecnologias para a educação, como forma de padronizar e difundir métodos tecnicistas e processos de gestão verticalizados que permitem um maior controle sobre os profissionais da educação, objetivando a garantia do cumprimento das metas e estratégias propostas no PNE, esvaziando ainda mais a ação desses profissionais sobre o processo pedagógico, alimentando, portanto, o processo de alienação do seu trabalho, categoria esta que será abordada na seção seguinte.

3 - A reiteração do fetiche na sala de aula: da substituição tecnológica à alienação do trabalho docente

Diante do cenário atual, um dos aportes muito fortes para se pensar o binômio “tecnologias e trabalho docente” na sociedade capitalista contemporânea é exatamente esse tipo de proposta educacional que vem com um “material tecnológico pronto”. Tal proposta entra na mesma lógica do processo de trabalho capitalista. É necessário lembrar que a “célula” fundamental do capitalismo é a mercadoria. É ela que consegue cristalizar todas as contradições sociais desse modo de produção. Essa mesma mercadoria que vai compor os ganhos do capitalista é, primeiramente, feita na produção. No entanto, é importante enfatizar que na esfera da produção é extraído um excedente produzido que vai compor o que Marx chamou de mais-valia, e a realização dessa mais-valia vai se completar na esfera da circulação ou do mercado.

Ademais, para alavancar a circulação e a realização do valor, a ideologia por trás desse sistema vai produzir o chamado “fetichismo da mercadoria”, ou seja, a percepção das relações sociais

9 MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. Trad. Isa Tavares. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, p. 16, 2008.

envolvidas na produção, não como relações entre as pessoas, mas como relações econômicas estabelecidas entre o dinheiro e as *commodities* negociadas no mercado.

Trazendo essa abordagem marxista para o contexto educacional e, reportando-se à política pública analisada neste artigo, podemos conceber as teleaulas do Telecurso¹⁰ como mercadorias e, do ponto de vista da teoria do processo de trabalho capitalista, a divisão do trabalho relevante é, segundo Brighton (1991):

[...] aquela entre os que produzem ou aplicam conhecimento científico e tecnológico no projeto de sistemas de produção e na resolução cotidiana dos problemas envolvidos na operação do sistema [a FRM, que é externa ao âmbito educacional propriamente dito, é quem concebe as teleaulas] e aqueles cuja relação com o sistema de produção é calculada, padronizada e especificada previamente pelo capital, com o objetivo de produzir um produto que seja previamente conhecido com precisão [o professor é um mero executor do material tecnológico a ser utilizado como etapa obrigatória do processo de ensino-aprendizagem, não se reconhecendo no produto final do seu trabalho que, na verdade, foi pré-determinado por outrem].¹⁰

Nesse sentido, a divisão do trabalho percebida na citação acima é mais do que trabalho intelectual e manual, é trabalho de concepção e trabalho de execução, e os acréscimos feitos no excerto nos permitem perceber que esta política pública em questão vem reforçar, não somente o controle ideológico do processo pedagógico, como também a manutenção da ordem social capitalista que diz respeito à conformação para produção de mão de obra.

Ressalte-se, ainda, que essas mesmas teleaulas (im)postas ao professor como “pacotes prontos”, implicam um processo de substituição tecnológica do seu trabalho e, consequentemente, um processo que vai além do esvaziamento de sua função. Mais do que esvaziar, vêm anular a função docente que se define como uma relação complexa que engloba várias ações do professor, que se preparou num determinado campo e domina os conhecimentos referentes a esse campo, e que é posto dentro de um processo pedagógico numa tripla relação: com o projeto da escola; na relação com os demais colegas, visto que o conhecimento não está isolado, e sim interligado a outras disciplinas, e na relação sujeito-aluno/sujeito-professor.

Vale enfatizar que é nesse espaço educativo que se dá a possibilidade da riqueza da autonomia docente, considerando as especificidades de cada aluno e sempre trabalhando conteúdos dialogando com ele. Conquanto todo esse trabalho docente, que é extremamente concreto e, portanto complexo, pois envolve não somente o conhecimento da sua disciplina, do seu campo de atuação, mas também métodos, valores, relação, etc., além de ser ele quem o executa, tende

10 BRIGHTON, Labour Process Group. “O processo de trabalho capitalista”. In: SILVA, Tomas Tadeu da (Org.). Trabalho, educação e prática social: por uma teoria da formação humana. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 33, 1991.

a ser levado a uma maior simplificação, sendo metamorfoseado em um trabalho abstrato, ou seja, que não depende mais das qualidades de quem o faz, como já salientado na primeira seção.

Sendo assim, dentro da lógica capitalista, em que os “pacotes educacionais” já vêm pré-definidos, é como se o professor fosse “robotizado” e seu papel ressignificado, passando a ser somente um “intermediário” entre a tecnologia e o aluno, e tendo sua autonomia reduzida em seu processo de trabalho, haja vista que as teleaulas são postas como etapa obrigatória e fazem parte de “uma rotina estruturante, que se repete a cada dia letivo”.¹¹ Com isso, o trabalho docente é cada vez mais precarizado, e a perda da perspectiva da sua totalidade com o privilégio dos meios em detrimento às mediações, cada vez mais exacerbada, entrando na lógica do trabalho alienado.

No que concerne a esse, na medida em que o trabalho docente entra na lógica da mercadoria, ainda que ele seja, como salienta Frigotto (2010a), um trabalho (imediatamente) improdutivo – por se tratar de um serviço público e não produzir mais-valia –, embora (mediatamente) produtivo, é retirada do professor a pré-mediação sobre ele; a sua finalidade de planejar, preparar, produzir; o tempo que ele emprega na concepção, ou seja, a organização do seu trabalho, e também o conhecimento que lhe pertence.

Assim, esse professor, cujo conteúdo foi programado e produzido por outro e materializado sob a forma de “pacotes tecnológicos” fetichizados, além de se autoalienar, tem seu trabalho alienado, não se reconhecendo no produto final, e tendo somente uma parte do seu trabalho objetivado. De um lado, compreende um processo de alienação da concepção, da execução e do seu produto. De outro, um processo de estranhamento, justamente porque o professor não se reconhece no seu trabalho, pois não foi ele quem o criou.

Nesse contexto, é importante mencionar que o discurso veiculado nas teleaulas, ao invés de levar ao aluno o que lhe interessa significativamente, partindo da sua realidade e considerando a utilidade na sua vida prática, conforme previsto no texto do PNE 2014-2024, assemelha-se a manuais de boa conduta para trabalhadores, como forma de inculcação de ideologias que são reforçadas, cada vez mais, pelo poder do capital e sua necessidade de produzir e reproduzir a força de trabalho.

Por fim, percebemos que não só o trabalho do professor, mediante a substituição tecnológica, torna-se alienado, como também há um processo de “escolarização alienada em doses homeopáticas para a grande massa de trabalhadores”¹².

11 GUIMARÃES, Vilma. Incluir para transformar: Metodologia Telessala em cinco movimentos. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, p. 58, 2013.

12 FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutivo: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 9ª ed. São Paulo: Cortez, p. 40, 2010a.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do fetiche à centralidade que as TIC assumem no PNE 2014-2024, o sistema capitalista se impõe na venda de tecnologias para a educação, e na educação para a conformação de classe, sendo a aposta nos “pacotes tecnológicos” como materiais autoexplicativos imperativa no discurso do Plano. E, como afirma Barreto (2009):

O acesso a eles resolveria as mais diversas questões educacionais, em uma formulação que parece passar ao largo das questões relativas ao próprio acesso: das condições materiais aos modos de acesso e aos sentidos de que eles são investidos. Nesses termos, de elementos constitutivos das práticas pedagógicas, passam a ser tomados pela totalidade, em processo metonímico que materializa a estratégia de substituição tecnológica: as TIC postas em vez de...¹³

No entanto, o que há de implícito em toda esta política proposta para a correção do fluxo escolar e da aprendizagem do aluno, e na consequente precarização do trabalho docente, é o desencadeamento do processo de alienação desse trabalho, considerando que “a ‘Alienação’ é um processo eminentemente histórico”.¹⁴ É válido ressaltar a historicidade do conceito de alienação, pois, para o sujeito ser alienado, ele deve estar alienado em relação a alguma coisa, ou coisas, e isso deve ser fruto de determinadas circunstâncias, isto é, de um contexto histórico.

O que se observa no discurso do PNE é uma nova versão do tecnicismo descrito por Saviani (2008), em que a organização racional dos meios é prioritária, e tanto professor como aluno são relegados ao segundo plano, limitando-se apenas a executarem um processo pensado e articulado por outrem.

Consequentemente, todo esse discurso do PNE 2014-2024 precisa ser melhor apropriado pelas instituições de ensino, a fim de que essas não apenas reproduzam o sentido hegemônico propagado no documento, mas passem a questioná-lo. Para tal, o método da ACD proposto por Fairclough (2001) proporciona uma maneira de refletir, não somente sobre o lugar das tecnologias no discurso do Plano, mas como esse discurso é moldado por relações de poder e ideologias que estão implícitas no texto, de maneira a obscurecer a real intenção do discurso e reforçar algo que já faz parte do senso comum.

Essa análise nos faz perceber o quanto essa fetichização em torno das tecnologias interfere no trabalho docente, de modo a reconfigurá-lo e a refletir sobre o processo de alienação que, por conseguinte, é caracterizado, dentre outros atributos, “pela extensão universal da ‘venalida-

13 BARRETO, Raquel Goulart. Discurso, tecnologias, educação. *Série Pesquisa em Educação. Práticas de Linguagem*. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 113, 2009.

14 MÉSZÁROS, István. *A Teoria da Alienação em Marx*. Trad. Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, p. 40, 2016.

de'; pela conversão dos seres humanos em 'coisas', de modo que possam se apresentar como mercadorias no mercado".¹⁵

Por fim, é importante salientar que a análise discursiva realizada neste artigo é uma tentativa de mostrar o quão esse método sugerido por Fairclough (2001) é relevante para se investigar processos de mudança social e cultural, sem desconsiderar os aspectos históricos.

Vale enfatizar, ainda, que, cada vez mais, as tecnologias aparecem no cerne dos discursos das políticas educacionais e precisam ser estudadas de maneira cautelosa. Longe de ser contra a tecnologia, pois afinal ela libera tempo livre, mas há que se considerar o seu caráter contraditório, que, no processo capitalista, tem sua positividade, mas sobretudo sua negatividade. A partir da identificação e da exploração, no plano histórico, das contradições, e considerando que "os conhecimentos científico, técnico e tecnológico são partes cruciais dessa disputa hegemônica",¹⁶ "[...] o que lhes dá caráter destrutivo, expropriador e alienador ou de emancipação humana é o projeto societário ao qual se vinculam e dentro do qual se desenvolvem".¹⁷

Portanto, a ACD, bem como as abordagens das categorias alienação, trabalho concreto e abstrato, realizadas neste artigo, abrem caminhos para demais pesquisas e estudos que possam contribuir para a compreensão dos discursos de outras políticas educacionais, favorecendo assim o entendimento dos mecanismos ideológicos existentes nas ações previstas nas formulações, de modo a questioná-los.

Referências bibliográficas

- BARRETO, Raquel Goulart. "A recontextualização das tecnologias da informação e da comunicação na formação e no trabalho docente". In: *Educação & Sociedade*, v. 33, nº 121, pp. 985-1002. Campinas: out.-dez. 2012.
- _____. Discurso, tecnologias, educação. *Série Pesquisa em Educação. Práticas de Linguagem*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.
- _____. Formação de professores, tecnologias e linguagens. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- _____. "Tecnologias na formação de professores: o discurso do MEC". In: *Educação e Pesquisa*, v. 29, nº 2, pp. 271-286, 2003.
- BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação. Lei nº 13.005/2014. Brasília: 25 jun. 2014.
- _____. Plano Nacional de Educação 2014-2024. Lei nº 13.005/2014. (Série Legislação; nº 193). 2ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados / Edições Câmara, 2015.

15 MÉSZÁROS, István, op. cit., p. 40

16 FRIGOTTO, Gaudêncio et al. "Fundamentos científicos e técnicos da relação trabalho e educação no Brasil de hoje". In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Orgs.). *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 244, 2006.

17 Ibid, pp. 244-45.

BRIGHTON, Labour Process Group. "O processo de trabalho capitalista". In: SILVA, Tomas Tadeu da (Org.). Trabalho, educação e prática social: por uma teoria da formação humana. Porto Alegre: Artes Médicas, pp. 15-43, 1991.

PAIVA, Lauriana Gonçalves. O choque tecnológico na educação: entre a modernização do velho e o novo na modernização. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação, 2011.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Coordenação, tradução, revisão técnica e prefácio de I. Magalhães. 2ª ed. Brasília: Edu-UnB, 2016.

____. Discurso e mudança social. Coordenação, tradução, revisão técnica e prefácio de I. Magalhães. Brasília: Edu-UnB, 2001.

FREITAS, Luiz Carlos. "Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola". In: Educação & Sociedade, v. 35, nº 129, pp. 1.085-1.114. Campinas: out.-dez. 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2010a.

____. Educação e a crise do capitalismo real. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2010b.

____. et al. "Fundamentos científicos e técnicos da relação trabalho e educação no Brasil de hoje". In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Orgs.). Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Fiocruz, pp. 233-263, 2006.

GUIMARÃES, Vilma. Incluir para transformar: Metodologia Telessala em cinco movimentos. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2013.

MÉSZÁROS, István. A Teoria da Alienação em Marx. Trad. Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2016.

____. A educação para além do capital. Trad. Isa Tavares. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008.



**HISTÓRIA,
DESENVOLVIMENTO
E DEMOCRACIA**

**4, 5 E 6
SETEMBRO
2017**



**UFRJ
faz 100
ANOS**

1920 | 2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

EIXO 9

SAÚDE, SAÚDE PÚBLICA E HOSPITAIS NIVERSITÁRIOS

MÃE CANGURU: A IMPORTÂNCIA DA INSERÇÃO DE UM MÉTODO DE ATENÇÃO HUMANIZADA AOS RECÉM-NASCIDOS PRÉ-TERMOS E/OU DE BAIXO PESO NAS MATERNIDADES

Gabriela Fernandes Moraes Fonseca

Bacharel e Licenciada em Psicologia pelo Centro Universitário Celso Lisboa,
mestranda do estágio probatório do mestrado profissional em saúde perinatal da Maternidade Escola da UFR

Lucineide Moraes

Doutoranda em Educação-UNESA/Maternidade Escola da UFRJ

Introdução

O interesse pelo tema Método Mãe Canguru (MMC) surge através de um seminário sobre políticas públicas de humanização do Sistema Único de Saúde (SUS), do qual na qualidade de psicóloga participei. Entre os assuntos abordados, estava o MMC. Esta metodologia aguçou o interesse pela possibilidade apresentada em minimizar e até mesmo solucionar, de forma segura, a escassez de equipamentos que, obrigava a equipe de profissionais de saúde das Unidades de Tratamento Intensivo de Neonatologia (UTIN's) colocar recém-nascidos ocupando uma mesma incubadora, tal prática é um facilitador de aumento da taxa de mortalidade neonatal, pois abre janelas às infecções cruzadas.

Segundo Avila (2008), este método apresenta duas justificativas que respaldam sua implantação tanto em países subdesenvolvidos como em países desenvolvidos: a substituição das incubadoras nas (UTIN's) buscando alternativas que amenizem os escassos recursos tecnológicos e como forma de assistência humanizada. Esta última justificativa, visando os benefícios dessa nova estratégia de assistência humanizada, e não com o propósito de sanar um problema de saúde pública.

A relevância do tema apresentado é assegurada sob o aspecto técnico, que é a de promoção e prevenção à saúde da criança prematura ou de baixo peso e pela oportunidade de cartografar a revisão bibliográfica da literatura apresentando uma atualização dos referenciais teóricos acerca do tema MMC.

O MMC acolhe os recém-nascidos pré-termo, assim como os recém-nascidos de baixo peso. Desta forma, como nem sempre o bebê de baixo peso é pré-termo, optou-se por utilizar a expressão “pré-termo e/ou de baixo peso” durante o decorrer deste estudo.

1 - O Método Mãe Canguru (MMC)

O MMC (também chamado de “Cuidado Mãe Canguru” ou “Contato Pele a Pele”) é uma assistência neonatal voltada para o cuidado humanizado, que reúne estratégias de intervenção biopsicossocial, destinada ao atendimento do recém-nascido pré-termo e/ou de baixo peso¹ e sua família, que implica em colocar o bebê em contato pele a pele com sua mãe ou pessoa que esteja exercendo o papel de cuidador no momento. Trata-se de um processo que transcorre gradativamente; no início, os pais estabelecem o primeiro contato através do toque para, posteriormente, colocarem o bebê na posição canguru. Este contato do recém-nascido com os seus pais se inicia de forma precoce e crescente, respeitando o tempo e a escolha da família, até que se sintam suficiente-mente confortáveis.

A sua criação, em Bogotá, na Colômbia, surgiu da busca de uma solução imediata para a superlotação das unidades neonatais nas quais muitas vezes se encontravam dois ou mais recém-nascidos em uma mesma incubadora (CHARPAK, et al. 1999).

Este método foi criado em 1978, pelo Dr. Edgar Rey Sanabria, no Instituto Materno Infantil (IMI) de Bogotá, e consiste em colocar o bebê entre os seios maternos, em contato pele a pele, na posição supina (postura preventiva para refluxo gastroesofágico e aspiração pulmonar). A equipe de saúde deve estar devidamente habilitada a conduzir de forma segura os pais/cuidadores a exercer tal posição. Assim, mantendo-os aquecidos com o calor do corpo da sua mãe, os bebês poderiam sair mais cedo da incubadora e, conseqüentemente, ir mais cedo para casa, minimizando graves problemas da época, como a superlotação e a infecção cruzada. Além dessas vantagens, observou-se, desde o início, que o contato pele a pele precoce e duradouro entre a mãe e o seu filho também favorecia a formação de vínculos afetivos e um melhor desenvolvimento do bebê, o que despertou o interesse do Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF) por pesquisas e observações desta nova prática. O trabalho inicial teve continuidade com o Dr. Hector Martinez Gómez e, posteriormente, com o Dr. Luis Navarrete Pérez, médicos da mesma instituição colombiana (CHARPAK et al., 1999).

De acordo com Venancio e Almeida (2004), o MMC iniciou-se no Brasil em 1992, no Hospital Guilherme Álvaro, em Santos, São Paulo. A seguir, foi implantado em Recife, no Instituto Materno Infantil de Pernambuco, em 1993, e vem desde então sendo adotado em vários serviços de todo o país. Mesmo encontrando-se o Brasil em estado de subdesenvolvimento na época

1 A Organização Mundial da Saúde (OMS) define recém-nascido pré-termo toda criança nascida viva antes de completar a 37ª semana de gestação (ou seja, imaturo), e recém-nascido de baixo peso toda e qualquer criança com menos de 2.500g, independente de sua maturidade.

de implantação, o Mãe Canguru não foi adotado visando à substituição da incubadora, mas como uma nova forma de assistência neonatal à disposição nos berçários e Unidades de Tratamento Intensivo Neonatal (ALMEIDA; ALMEIDA; FORTI, 2007; BRASILEIRO; FERREIRA; WADA, 2009 apud FELIPE, 2016).

Com a difusão do método, a sua forma de aplicação varia de um local para o outro, porém seu objetivo e sua essência são os mesmos independentemente de onde está sendo implantado. Por exemplo, em alguns países, a mãe não substitui a UTI, serve apenas como complemento: o bebê além de receber o Mãe Canguru, permanece na incubadora. Em outros países, a mãe literalmente substitui o papel da incubadora, e o bebê permanece 100% do tempo na posição canguru, podendo ser realizada pelo pai, avós ou quaisquer outras pessoas que tenham vínculo com recém-nascido e o coloquem na posição adequada. No Brasil, a mãe não atua como um substituto da incubadora.

O Mãe Canguru se configura como um programa de grande importância em algumas maternidades de referência para gestações de alto risco.² Entre as vantagens desse método, destaca-se o estímulo ao vínculo mãe-bebê e ao aleitamento materno, um melhor controle térmico do bebê através do contato pele a pele com a mãe, a diminuição da incidência de infecções hospitalares e do tempo de permanência das internações, além do estímulo à maior competência e confiança dos pais no manuseio do seu filho pré-termo e/ou de baixo peso, mesmo após a alta hospitalar (BRASIL, 2002).

É importante ressaltar que o método Mãe Canguru não é destinado exclusivamente a bebês pré-termos, mas também aos bebês que nasceram com baixo peso e necessitam de estímulo para se desenvolverem com o peso ideal.

O Brasil foi o primeiro país a adotar o MMC como política pública de saúde no SUS, desde 2000, padronizando e sistematizando seu atendimento através da portaria de número 72 (Norma de Orientação para Implantação do Projeto Canguru) e do manual de treinamento (BRASIL, 2002).

1.2 - Etapas

O Mãe Canguru pode ser dividido em etapas, de acordo com as normatizações do local. Segundo as normas brasileiras, conforme Portaria GM/MS nº 1.683, de 12 de julho de 2007, o método possui três etapas importantes a serem seguidas.

A primeira etapa tem início ainda no pré-natal, quando a gestação é de alto risco, e, tem continuidade até o momento em que o recém-nascido pré-termo e/ou de baixo peso é inter-

2 O Ministério da Saúde, em seu Manual Técnico de Gestação de Alto Risco, 5ª edição, baseado em Caldeyro-Barcia, 1973, afirma que gestação de alto risco é “aquela na qual a vida ou a saúde da mãe e/ou do feto e/ou do recém-nascido têm maiores chances de serem atingidas que as da média da população considerada”.

nado na UTI Neonatal. Durante todo o manejo, os pais/cuidadores devem ser acolhidos na unidade neonatal, estando a par de todos os informes acerca das condições de saúde do bebê, as cautelas necessárias, rotinas, funcionamento da unidade, bem como a equipe responsável pela criança. Eles, ainda, devem ter livre acesso à unidade e serem estimulados a tocar no bebê. A participação dos pais é essencial uma vez que, nesta fase, eles são os protagonistas junto ao bebê, portanto, devem ser incentivados a participar de todas as atividades desenvolvidas na unidade. Os profissionais de saúde, neste contexto, devem estar atentos aos estímulos ambientais prejudiciais da UTI Neonatal, como ruídos, iluminação e possíveis odores.

Na segunda etapa, o bebê tem seu estado estabilizado, mas permanece de maneira contínua com seus pais/cuidadores, devendo a posição canguru ser realizada durante o maior tempo possível, por isso se torna importante à participação dos demais membros da família, para que haja revezamento na aplicação do método. A família participa ativamente dos cuidados do bebê, e deve estar apta para colocá-lo na posição canguru.

A terceira e última etapa ocorre quando o bebê vai para casa e é acompanhado, juntamente a sua família, no ambulatório e/ou em casa até atingir o peso de 2.500 g. Durante esta etapa, o bebê deve voltar ao hospital/maternidade regularmente para realizar as pesagens.

Há alguns critérios que devem ser contemplados para que a criança chegue a este momento, dentre eles:

- A mãe deve estar segura, motivada, orientada, e os familiares conscientes dos cuidados necessários para o bebê em casa;
- A mãe e a família devem assumir o compromisso de realizar a posição canguru pelo maior tempo possível;
- O bebê deve ter atingido o peso mínimo de 1.600 g;
- O acompanhamento ambulatorial deve ser assegurado até o bebê atingir peso de 2.500 g;
- O ganho de peso deve estar adequado durante três dias antes da alta;
- O bebê deve estar em amamentação exclusiva no seio materno ou, em situações especiais, a mãe e a família devem estar habilitados a realizar a complementação;
- Após a alta, a primeira consulta deve ser realizada em até 48h, e as demais, no mínimo, uma vez por semana;
- O atendimento na unidade hospitalar de origem deve ser garantido até a alta da terceira etapa.

A alta que o bebê recebe para ir para casa é diferente da alta da terceira etapa. Apesar de a criança estar apta para que a família dê continuidade ao procedimento em casa, a alta do

método só ocorre após o bebê ter atingido o peso ideal de 2.500g e isso ter sido assegurado e comprovado por equipe médica.

Anteriormente, a primeira etapa deste método tinha início apenas após o nascimento do bebê pré-termo e/ou de baixo peso; após uma revisão do método, esse início foi modificado para acontecer ainda durante o pré-natal, o que demonstra a prática deste método como importante para o desenvolvimento do bebê de forma preventiva, de promoção de saúde e intervenção precoce.

1.2 - Benefícios

O MMC, como dito anteriormente, é um processo que ocorre através da participação mútua entre mãe, bebê, família e equipe de saúde e, portanto, os resultados dessa prática atingirão a todos. São diversos os benefícios decorrentes da aplicação do método Canguru de forma adequada, dentre os quais:

- 1 – Aumento do vínculo mãe-filho, uma vez que os dois permanecem juntos, no contato pele a pele, a maior parte do tempo;
- 2 – Estímulo ao aleitamento materno exclusivo. É de suma importância salientar que o aleitamento materno exclusivo é a melhor forma de alimentação para o bebê, pois o leite materno possui todos os nutrientes necessários para o desenvolvimento adequado da criança;
- 3 – Diminuição de infecções hospitalares, uma vez que, nas incubadoras, os bebês permanecem em constante contato com outros bebês e, conseqüentemente, aumenta o risco de infecções cruzadas;
- 4 – Redução da morbimortalidade;
- 5 – Estreitamento da relação entre família e equipe de saúde;
- 6 – Aceleração da alta hospitalar, pois o método permite um ganho de peso mais rápido;
- 7 – Conhecimento da mãe e da família sobre todas as etapas, funcionamento e importância do método;
- 8 – Suporte emocional e estímulos aos pais/cuidadores em todos os momentos;
- 9 – Apropriação dos pais/cuidadores sobre os procedimentos que devem ser realizados com o bebê mesmo após a alta hospitalar (momento em que o método, muitas vezes, continua sendo administrado em domicílio);
- 10 – Correção de situações de risco como: ganho inadequado de peso, sinais de refluxo, infecção e apneias;
- 11 – Promoção de controle térmico através do toque e do contato pele a pele;

- 12 – Atenuar o sofrimento do recém-nascido pré-termo e/ou de baixo peso em relação a estresse e dor;
- 13 – Auxílio para um melhor desenvolvimento neurocomportamental e psicoafetivo do recém-nascido pré-termo e/ou de baixo peso, além de estimulação sensorial adequada.

Apesar de todos os benefícios que o método Mãe Canguru é capaz de proporcionar, para que a prática seja realizada de forma bem sucedida e permita resultados eficazes, é fundamental que a mãe/cuidador esteja implicada nesse processo, pois todo trabalho só permite resultados positivos se feito com amor.

Por conta disso, o método possui alguns elementos básicos, tidos como pilares, que são a base do Mãe Canguru: amor, calor e aleitamento. O amor, estimulando um desenvolvimento melhor da criança, o calor, provocado através do contato pele a pele, estreitando o vínculo mãe-bebê, e o aleitamento (entendido, neste contexto, como o leite materno), que não apenas alimenta o bebê, mas também o protege contra infecções devido às suas propriedades imunológicas.

Pesquisas elaboradas em hospitais que adotam a prática do Mãe Canguru verificaram que a quantidade de leite diário é maior nas mães que realizam o contato pele a pele com seu bebê. Além disso, as mães que fazem o contato pele a pele mantêm a amamentação de seus bebês por um período de tempo maior.

2 - A importância de uma equipe multidisciplinar

A importância de uma equipe multidisciplinar na prática do Mãe Canguru se deve aos diferentes olhares que podem ser lançados ao cuidador e à criança durante o processo. A interação entre esses diversos profissionais, de especialidades distintas, possibilita múltiplas formas de pensar e intervir visando o melhor desenvolvimento possível para o bebê, além de facilitar a troca e a comunicação entre inúmeras áreas de atuação.

O auxílio dispensado ao recém-nascido deve compreender delicadeza, cuidado apurado, precisão, aconchego e, também, tecnologia, sendo estes possíveis fatores influentes no desenvolvimento e crescimento do neonato. Essa assistência não diz respeito somente à sobrevivência, mas à qualidade de vida deste recém-nascido. Nos bebês pré-termos, o desenvolvimento que transcorre intrauterinamente foi interrompido e, portanto, na maioria dos casos, estes bebês necessitarão da ajuda de uma equipe de diversos profissionais para se adequar ao meio externo. A norma proposta pelo Ministério da Saúde prevê ainda que o recém-nascido pré-termo e/ou de baixo peso seja assistido por uma equipe multiprofissional, constituída, sempre que possível, por neonatologistas, obstetras, pediatras, oftalmologista, enfermeiras, auxiliares de enfermagem, psicólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, fonoaudiólogos e nutricionistas.

A capacitação dos profissionais de saúde que atuarão no Método é essencial, tendo em vista que os quadros de prematuridade, baixo peso e risco de morte para os neonatos podem suscitar alguns conflitos tanto para a mãe quanto para os familiares. A mãe, por exemplo, ao mesmo tempo em que deseja estar ao lado do filho, luta contra o sentimento de culpa e o medo de não saber cuidar deste recém-nascido. Sendo assim, a orientação por parte da equipe às mães sobre os cuidados a serem realizados com os neonatos se torna muito relevante (e o método preza que isto aconteça). É também crucial que as mães sejam orientadas quanto aos cuidados pessoais a fim de proporcionar maiores benefícios na díade mãe-bebê, principalmente no que diz respeito ao cuidado com as mamas. Quanto ao posicionamento adequado no Mães Canguru, é fundamental que o profissional o realize, servindo de exemplo e estímulo para a mãe ou cuidador. Tal posicionamento deve fazer parte de sua rotina diária no método. Ademais, é aconselhável que haja incentivo, por parte da equipe de saúde, à participação do pai e demais familiares na dinâmica dos cuidados pertinentes ao método.

A equipe de saúde envolvida no processo deve ser, não somente composta por diversas especialidades, mas se tratar de uma atuação transdisciplinar na qual há uma abordagem científica que visa à unidade do conhecimento. Dessa forma, as especialidades trocam informações e conhecimento, além de trabalharem juntas em prol de uma mesma finalidade, o bem estar do neonato e dos cuidadores.

A singularidade e a amplitude desta prática podem ser percebidas, por exemplo, na execução de uma mesma ação por todos os profissionais, contudo cada um lançando um olhar específico de acordo com a sua especialidade. Não se trata de um olhar restrito a sua área de conhecimento, e sim um olhar amplo sobre o neonato e seus cuidadores. Logo, há a busca por uma nova compreensão da realidade por meio de elementos que passam entre, além, e pelas disciplinas.

Equipes multiprofissionais devem promover e efetivar a utilização do Método Canguru como um programa de ajuda na recuperação do recém-nascido e na valorização da participação dos pais no cuidado, a fim de ser garantido o apego, bem como realizada uma abordagem holística do paciente, cuidando do físico, do social e do emocional do indivíduo.

Ainda que as dificuldades sejam significativas na prática para a inserção do recém-nascido e sua família no Método Mães Canguru, os benefícios que este programa traz para a díade mãe-filho podem superá-las, e os profissionais de saúde devem compreender que o envolvimento psicossocial da equipe e da família é primordial para o sucesso desta estratégia de cuidado humanizado.

3 - A atuação do psicólogo no Mãe Canguru

Somente a chegada de um bebê já ocasiona uma série de mudanças na rotina da família, trazendo para esta uma sequência diária de desafios. No caso do nascimento de um bebê pré-termo e/ou de baixo peso, a família não só se depara com um novo cotidiano, como também com uma situação em que se exige mais da mãe e dos cuidadores, pois se trata de uma experiência inesperada, desconhecida e desgastante. Tal situação ainda se estende com a internação da criança em situação de risco. A mãe/cuidador, em tão pouco tempo, se torna acompanhante do filho, tendo um afastamento ainda maior dos outros familiares não envolvidos na dinâmica, dos amigos e da casa, sem que esteja necessariamente pronta para lidar com isso, atravessando momentos que podem causar muito sofrimento.

Muitas vezes, a simples comunicação entre profissional e mãe, tão importante neste momento, não é firmada, fazendo com que estas permanecem desinformadas sobre a real situação de seu filho, e acabem se tornando ainda mais vulneráveis, com sentimentos de incerteza, insegurança e apreensão. Tais sentimentos poderiam ter sido evitados caso houvesse diálogo entre as partes, abrindo um espaço para troca de informações e escuta.

A partir desta realidade, são necessárias intervenções psicológicas com o objetivo de orientar, apoiar e escutar mães e cuidadores, de forma a atenuar o sofrimento psíquico e fortalecer o vínculo mãe-bebê, para que o período dentro do hospital seja o menos doloroso possível para ambas as partes.

Através do incentivo constante para que os pais e, especialmente as mães, se façam presentes, atendendo aos princípios do Método Canguru, a aproximação entre equipe e família deve ser incentivada, servindo de estímulo ao estabelecimento do vínculo mãe-bebê. Desta maneira, as mães se tornam mais familiarizadas com os cuidados do bebê, diminuindo a ansiedade ao executar o método Canguru, assim como tempo internação.

Outro ponto relevante, e alcançado gradativamente, é a transformação do ambiente onde se aplica a prática Mãe Canguru em um espaço de novas amizades, com trocas de experiência, amenizando, deste modo, os efeitos indesejáveis da hospitalização. Por meio dessa interação, as mães e cuidadores provavelmente se sentirão mais à vontade e seguras, e esta segurança será espelhada no cuidado com os filhos. Este cuidado será exercido com maior tranquilidade e conscientização, de modo a atenuar os conflitos existentes.

O trabalho psicológico dentro da maternidade como um todo, especialmente junto às mães acompanhantes de bebês pré-termo e/ou de baixo peso, reflete a necessidade de se encontrar meios de capacitar profissionais da área, a fim de garantir a efetiva implementação destas intervenções, tendo em vista a grande demanda.

Portanto, o papel do psicólogo no método Mãe Canguru é proporcionar o fortalecimento do vínculo e apego mãe-bebê, o aumento da competência materna no cuidado do seu filho, melhoria das relações interpessoais entre as mães e entre estas e a equipe multiprofissional, uma comunicação mais efetiva, diminuição da ansiedade e redução do tempo de internação.

Considerações finais

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de vinte milhões de neonatos nascem em situação de prematuridade ou baixo peso em todo o mundo diariamente. As consequências disso são as características negativas ao desenvolvimento normal do recém-nascido devido à imaturidade neurológica e fisiológica do mesmo. Portanto, bebês pré-termos e os de baixo peso são mais frágeis e mais instáveis em comparação aos recém-nascidos a termos, o que prejudica seu desenvolvimento e eleva o índice de morbidade. É nesse âmbito que surge a relevância do Método Mãe Canguru, que corresponde a uma maneira simples de auxiliar esse recém-nato a melhor adquirir seu crescimento e desenvolvimento normais.

O contato pele a pele, através da posição canguru, permite o estabelecimento de um vínculo maior entre mãe e/ou cuidador e bebê, uma vez que neste contato são transferidos calor humano e afeto, além de ser estimulado o aleitamento materno exclusivo, melhor forma de nutrição para o bebê durante seus primeiros meses de vida.

A posição foi adotada após a observação do canguru, animal que ganha seus bebês muito prematuramente e imediatamente pula na bolsa da mãe, agarra na mama e lá fica até chegar a termo, terminado, desta forma, a gestação dentro da bolsa da mãe. Vendo isto e, observando como as mães colombianas carregavam seus filhos, tal posição foi adaptada para a assistência neonatal. Começaram a colocar os bebês que não tinham incubadora em contato pele a pele direto com a mãe e, em pouco tempo, foi percebido que, mais que aquecer, tal procedimento fazia com que a mãe se ligasse mais afetivamente ao bebê, que, consequentemente, se desenvolvia melhor.

Em outras palavras, as mães passaram a servir como incubadora para os bebês e, a partir do momento em que elas adentraram à UTI, um milagre aconteceu: os bebês adoeceram menos.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, C. M.; ALMEIDA, A. F. N.; FORTI, E. M. P. Efeitos do método mãe canguru nos sinais vitais de recém-nascidos pré-termo de baixo peso. *Rev. bras. fisioter.*, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 1-5, jan./fev. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbfis/v11n1/01.pdf>. Acesso em: 26 out. 2016.

Atenção humanizada ao recém-nascido de baixo peso: método mãe-canguru: manual do curso. 1 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. (Série A. Normas e Manuais Técnicos, 145)

AVILA, E. A. O método Mãe-Canguru como recurso para a terapia de humanização ao alto

risco. 2008. 81f. trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)- Faculdade de Fisioterapia, Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://www.uva.br/sites/all/themes/uva/files/pdf/O-METODO-MAE-CANGURU-COMO-RECURSO-PARA-A-TERAPIA.pdf>. Acesso em: 26 out. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área de Saúde da Criança.

CHARPAK, N. et al. O método mãe-canguru: pais e familiares dos bebês prematuros podem substituir as incubadoras. Rio de Janeiro: McGraw-Hill Interamericanas do Brasil, 1999.

FELIPE, A. G. et al. Método mãe-canguru: apanhado histórico. ebah., 2016. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAABVGYAB/metodo-mae-canguru>. Acesso em: 26 out. 2016.

VENANCIO, S. I; ALMEIDA, H. de. Método Mãe Canguru: aplicação no Brasil, evidências científicas e impacto sobre o aleitamento materno. J. Pediat., v. 80, n.5 supl., 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/jped/v80n5s0/v80n5s0a09>. Acesso em 10 out. 2016.



PADRÕES DE REFERÊNCIA DO PESO AO NASCER DA MATERNIDADE ESCOLA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Fábio Gutierrez da Matta

Médico da Universidade Federal do Rio de Janeiro

1 - Introdução

Uma das atividades iniciais do pediatra ao receber o recém-nascido (RN) é determinar a relação entre o peso ao nascer e a idade gestacional. É consenso mundial que o peso ao nascer é importante indicador de saúde neonatal. Particularmente o baixo peso está associado a aumento na mortalidade fetal e neonatal e a aumento na morbidade infantil sendo o marcador isolado mais importante para eventos adversos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011).

RN com baixo peso ao nascer (BPN) representam cerca de 50% dos natimortos sem mal-formações associadas, além de importante aumento na incidência de patologias cardiovasculares, metabólicas e do neurodesenvolvimento. Recentes estudos o associam a aumento de risco para doenças na vida adulta como diabetes e doenças cardiovasculares (RISNES KR, et al, 2011).

O RN com BPN, caracterizado como todos os nascidos com menos que 2.500g (OMS, 1992) é fortemente associado a prematuridade (nascidos com até 36 semanas) e aos nascidos pequenos para a idade gestacional (PIG), definidos como aqueles com peso ao nascimento abaixo do 10º percentil para a idade gestacional (IG).

A associação de prematuridade (principalmente < 32 semanas) e PIG proporciona aumento significativo na mortalidade e morbidade. RN PIG representam o principal fator de risco para mortalidade e morbidade, sendo responsável por 50% das mortes ocorridas em prematuros e 20% em recém nascidos à termo. E, além disso, se associa a sofrimento fetal intraparto e acidose metabólica, o que contribui para a encefalopatia hipóxica e a paralisia cerebral.

Também os recém nascidos grandes para a idade gestacional (GIG) apresentam risco aumentado para diversas complicações como hipoglicemia, policitemia, síndrome do desconforto respiratório. A abordagem de toda a equipe de saúde muda de acordo com a classificação do recém nascido quanto ao seu peso. Fica evidente então a necessidade de se utilizar tabela adequada para tal fim, sob risco de se negligenciar RN de alto risco, com piores resultados perinatais

e maior taxa de morbidade e mortalidade. O uso de tabela inadequada também causa desperdício de recursos humanos, materiais e financeiros com RN normais classificados como de alto risco.

A atuação da Organização Mundial de Saúde (OMS) na promoção de saúde e prevenção de eventos adversos, especialmente nos cuidados com a saúde materno infantil é conhecida e reconhecida há décadas, com ênfase nos países subdesenvolvidos que carecem dos mínimos recursos necessários para uma assistência adequada.

Em 2006 a OMS publicou padrões de curva de crescimento para crianças até cinco anos de idade, atualmente de uso internacional. Pelo sucesso do trabalho apresentado em 2014 foi publicado estudo multicêntrico, mundial, com padrões de peso, altura e circunferência cefálica de recém nascidos por idade gestacional e sexo. Em 2016 o trabalho foi complementado com os padrões específicos para RN prematuros (VILLAR et al, 2014, 2016).

O estudo INTERGROWTH 21st teve como objetivo facilitar a assistência e a identificação da população de alto risco, notadamente os de baixo peso ao nascer. Além da otimizar os recursos para a assistência, a utilização de padrão único mundial permite a comparação entre diferentes grupos, com maior troca de informações e produção de conhecimento.

Apesar das evidentes vantagens na uniformização das tabelas utilizadas, algumas questões precisam ser avaliadas na busca da melhor abordagem aos RN. Diversos serviços produziram tabelas com os padrões de suas próprias populações que foram comparadas com as tabelas do INTERGROWTH 21st. Os resultados tem sido conflitantes, com resultados que colocam sob críticas a utilização do padrão mundial em vários países. (POON et al, 2016).

A produção de tabela de referência de peso ao nascer da população usuária dos serviços da Maternidade Escola/UFRJ vai permitir a comparação com a tabela mundial visando a melhor assistência, além de manter a unidade na vanguarda das pesquisas relacionadas a saúde materno infantil.

1.1 - Objetivos

1.1.1 - Objetivo Geral

Definir padrão de normalidade do peso ao nascer baseado nos nascimentos da Maternidade Escola da Universidade Federal do Rio de Janeiro, entre 2011 e 2016.

1.1.2 - Objetivos Específicos

- Determinar os valores de referência do peso dos recém nascidos na Maternidade Escola da UFRJ.

- Comparar o desempenho das curvas local e INTERGROWTH-21st na classificação de recém-nascidos PIG e GIG nos nativos e natimortos.
- Comparar a aplicação das quatro curvas de referência de peso ao nascer: Lubchenco, Alexander, Fenton e INTERGROWTH-21st para o diagnóstico de recém-nascidos PIG e GIG nos nativos e natimortos.
- Elaborar aplicativo digital para dispositivos móveis, para classificar os neonatos segundo peso ao nascer.

1.2 - Justificativa

Em 2014 a OMS publicou o estudo multicêntrico INTERGROWTH 21st para determinar padrão de peso ao nascimento e recomendou sua utilização mundialmente com o objetivo de melhorar a assistência aos recém nascidos. Após a sua divulgação começaram a ser publicados trabalhos comparando o padrão mundial com as respectivas populações locais. Ficou comprovado que há diferenças quando utilizada um grupo específico (POON et al, 2016). A ME/UFRJ utiliza as curvas publicadas no estudo da OMS. A construção de tabela específica da população da instituição irá permitir avaliar qual tabela é mais adequada à nossa população, direcionando os recursos para tratamento adequado dos RN.

2 - Fundamentação teórica

2.1 - Pequeno para a Idade Gestacional

2.1.1 - Definição

PIG é todo RN que encontra-se abaixo do 10º percentil para a IG. Essa definição não distingue aqueles que apresentaram restrição de crescimento intrauterino (CIR), daqueles que são pequenos porém constitucionalmente normais. Esse segundo grupo não apresenta risco aumentado para complicações. Aproximadamente um terço dos RN com BPN são também PIG.

2.1.2 - Prevalência de BPN

Dados mundiais consolidados pela OMS do ano 2000 mostram uma incidência de baixo peso ao nascer com grande variação de acordo com o país analisado. De forma geral, quanto mais desenvolvido, menor o percentual de BPN. Países desenvolvidos apresentaram 7% de incidência, ao passo que os países considerados em desenvolvimento 16%. O Brasil apresentou 10% de casos (OMS, 2004).

No sistema de informações de saúde do Ministério da Saúde (SINASC-DATASUS) foi de 8,3% a incidência de BPN em 2015. Houve um total de 254.688 casos registrados. Observa-se que o percentual de BPN aumenta nas regiões com menor desenvolvimento, Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

Definir com precisão a curva de peso ao nascer de uma população é fundamental para otimizar a assistência neonatal. Com as melhorias implementadas na assistência das unidades intensivas aconteceu um aumento significativo nas taxas de sobrevivência nos recém nascidos prematuros e com BPN. O Brasil vem apresentando queda nas taxas de mortalidade neonatal precoce e tardia. De 1997 até 2012 houve uma queda de 33% na mortalidade precoce (de 10,89/1000 para 7,36/1000 -DATASUS) e de 21% na mortalidade tardia (de 2,92/1000 para 2,29/1000) (Ministério da Saúde). A melhora na taxa de mortalidade provoca um aumento na incidência de complicações precoces e tardias. Especialmente os recém nascidos com baixo peso apresentam taxas de morbidade altas, principalmente quando associado a prematuridade. São vários os aspectos a serem considerados ao se estudar esse grupo que se destaca como de maior risco para complicações. O investimento em tecnologia, representada pelos leitos de unidades de terapia intensiva, o trabalho altamente especializado realizado pelas equipes multidisciplinares, o investimento necessário para uma assistência adequada é bastante alto e o percentual de recém nascidos de risco nos países em desenvolvimento é ainda maior (OMS, 2000).

2.1.3 - Fatores de Risco

Inúmeros fatores estão diretamente associados ao PIH. Fatores maternos como a idade. Mães com mais de 40 anos ou adolescentes, especialmente as primíparas têm maior incidência de RN com PIH. Doenças maternas associadas como hipertensão arterial crônica, pré-eclâmpsia, doenças auto imunes, cardiopatias complexas, estado nutricional deficiente, transplante renal prévio, anemia falciforme. A assistência pré-natal inadequada, gestantes com baixo nível socioeconômico e o uso de drogas ilícitas também aumentam a incidência de PIH.

2.1.4 - Complicações

RN com diagnóstico de PIH apresentam diversas complicações que podem ser divididas em precoces e tardias. Precocemente apresentam alto risco para asfixia perinatal, síndrome da aspiração meconial, hipertensão pulmonar, alteração no mecanismo de termorregulação, hipoglicemia, policitemia, hiperviscosidade e diminuição da imunidade (BAER et al, 2016). PIH é causa frequente de parto prematuro, pois as causas intrauterinas podem colocar em risco o feto. Ao associar a prematuridade ocorre aumento na incidência de enterocolite necrotizante, displasia broncopulmonar (BERNSTEIN et al, 2000). Ao nascimento ocorre maior risco hipóxia e acidose metabólica. Quanto mais grave esse quadro, maior a incidência de complicações como encefalopatia, hipertensão pulmonar, síndrome da aspiração meconial.

O mecanismo de termorregulação é comprometido pela diminuição na gordura subcutânea, aumentando a perda de calor e também pela redução na produção de calor, causada pela diminuição das reservas de nutrientes e pela diminuição das catecolaminas por conta do sofrimento intrauterino. Sendo assim, a hipotermia é frequente (ANDERSON et al, 1999).

Por diminuição das reservas de gordura, proteínas e glicogênio também causado pela insuficiência placentária a ocorrência de hipoglicemia é frequente (KRAMER et al, 1990). A incidência de hipoglicemia sintomática é cinco vezes mais frequente no FIG (DOCTOR et al, 2001).

Quanto mais grave a restrição de crescimento intrauterina, maior o risco de policitemia e hiperviscosidade. O regime de hipóxia intrauterina é responsável por aumento na produção de eritropoetina.

O sistema imune pode estar prejudicado. Foi observado diminuição nos linfócitos B e T ao nascimento. Mesmo com contagem normal posteriormente a capacidade proliferativa dos linfócitos T é reduzida (FERGUSON, 1978).

Dentre as complicações tardias, observa-se curvas de peso e altura menores até a adolescência (KARLBERG et al, 1995).

Cada vez mais se associa o aparecimento de doenças crônicas na vida adulta ao FIG. Hipertensão arterial sistêmica, doença coronariana, patologias renais têm aumento de incidência (SPENCE et al, 2007).

Diversas alterações no desenvolvimento neurológico são estudadas. Score menor em testes cognitivos, dificuldades no ensino, disfunções motoras grosseiras e menores, déficit de atenção, hiperatividade e até mesmo autismo (GAEA et al, 2012).

2.2 - Grande Para a Idade Gestacional

Os RN grandes para a idade gestacional (GIG) também apresentam risco aumentado de mortalidade e morbidade. As complicações são mais frequentes no grupo acima do percentil 97 para a idade gestacional (ALEXANDER et al, 1996).

Fatores genéticos e maternos como obesidade, diabetes e ganho de peso excessivo na gestação (KIM et al, 2014). são as causas mais comuns de GIG.

RN GIG possuem mais riscos para diversas complicações no parto. Distócia de ombros com lesão de plexo braquial e fratura de clavícula (JU et al, 2009). Complicações, especialmente quando o parto ocorre por via vaginal são frequentes como aspiração meconial, baixo índice de apgar e necessidade de ventilação mecânica (BOULET et al, 2003).

A exposição excessiva a nutrientes, especialmente a glicose, aumenta a incidência de diversas alterações metabólicas como hiperinsulinemia, aumento do stress oxidativo, aumento no consumo de glicose e oxigênio (AHLSSON et al, 2007). Tais alterações causam distúrbios como hipoglicemia, causada pela queda abrupta do suprimento de glicose ao nascimento. Essa desordem é mais comumente associada a GIG com mães diabéticas. Hipoglicemia severa sem tratamento adequado pode causar crises convulsivas (SCHAEFER-GRAF et al, 2002).

2.3 - Curvas de Peso ao Nascer

Fica claro portanto a necessidade da correta classificação do recém nascido em relação ao seu peso. Um dos primeiros estudos realizados para avaliar se o peso ao nascimento era adequado foi realizado em 1963 (LUBCHENCO et al, 1963). Com o avanço da assistência aos recém nascidos, com aumento significativo nas taxas de sobrevida a necessidade de se determinar o percentil de peso correto foi se tornando fundamental para que a conduta mais correta fosse indicada para cada recém nascido. Também a necessidade de se otimizar os custos cada vez maiores tornou imperativa a classificação adequada.

Desde então diversos estudos foram feitos sobre curvas de crescimento fetal e diferentes padrões foram utilizados para determinar se o peso fetal estaria adequado. Em 1996 foi desenvolvida uma curva de referência norte-americana (ALEXANDER et al, 1996). A curva foi amplamente utilizada como referência até 2010. Em 2003, Fenton elaborou uma curva de crescimento específica para prematuros (FENTON et al, 2003). Em 2006 a Organização Mundial de Saúde publicou padrões de crescimento para menores de cinco anos. Essa curva é utilizada mundialmente. Para complementar esse trabalho, em 2014 foi publicado estudo multicêntrico com curva de peso de RN prematuros e à termo, com objetivo de uniformizar a assistência com a utilização de uma única tabela mundialmente. Apesar dos benefícios de se uniformizar a avaliação, estudos foram publicados criticando e demonstrando os problemas da aplicação dessa tabela em populações de características específicas (POON et al, 2016).

3 - Metodologia

3.1 - Tipo de Estudo

Estudo observacional, transversal e descritivo para atender o 1º objetivo e observacional, transversal e analítico para atender aos 2º e 3º objetivos, segundo a classificação de BLOCH e COUTINHO (2009).

3.2 - População Estudada

A população do estudo compreende os nascidos na ME-UFRJ no período de 01 janeiro de 2011 até 31 de dezembro de 2016.

Durante o período ocorreram parto de 9.437 nascidos vivos e 128 natimortos (DATASUS/SUS)

3.2.1 - Critérios de Inclusão

RN com 24 semanas ou mais de idade gestacional.

- 3.2.2 - Critérios de exclusão

1º Objetivo

- a) Natimorto
- b) Diagnóstico ou suspeita de anomalia cromossômica
- c) Gestações múltiplas
- d) Malformações fetais
- e) Gestantes tabagistas
- f) Síndromes hipertensivas da gestação
- g) Diabetes mellitus ou gestacional
- h) Doenças auto-imunes como Lúpus Eritematoso Sistêmico ou Síndrome do Anticorpo Anti-fosfolípido.
- i) Casos com datação imprecisa da IG.

2º Objetivo

- a) Diagnóstico ou suspeita de anomalia cromossômica,
- b) Gestações múltiplas,
- c) Malformações fetais.
- d) Casos com datação imprecisa da IG.

3.3 - Descrição das variáveis

Peso ao nascer: em gramas, aferido em balança calibrada (Uranos®, Canoas, Brasil).

IG do parto: IG descrita no prontuário no momento do parto. Consideraremos a IG estimada pela data da última menstruação (DUM) quando as diferenças entre as estimativas da idade gestacional pela DUM e pela ultrassonografia de primeiro trimestre ou de segundo trimestre forem respectivamente menores que sete dias, ou menores que 14 dias. Nos casos contrários, a idade gestacional será corrigida considerando-se a datação da ultrassonografia.

Percentil de peso ao nascer para cada idade gestacional.

Natimorto : neonato morto antes ou durante o parto com ao menos 24 semanas de gestação (MONTENEGRO; REZENDE FILHO, 2013).

PIG: quando o RN apresentar peso abaixo do 10º percentil para a idade gestacional, de curva de referência específica para o gênero segundo a tabela de referência própria e segundo o Intergrowth 21ST(VILLAR et al, 2014;2016) conforme ANEXO A, B, C e D

GIG (Grande para a idade gestacional): definido como RN com peso acima do 90º percentil para a idade gestacional, de curva de referência específica para o gênero referência própria e segundo o Intergrowth 21ST (VILLAR et al, 2014;2016) ANEXO A, B, C e D.

Os critérios de exclusão tabagismo na gestação, Síndromes hipertensivas da gestação, diabetes mellitus ou gestacional e doenças auto-imunes como Lúpus Eritematoso Sistêmico ou Síndrome do Anticorpo Antifosfolípideo serão considerados quando descritos no prontuário.

Gestação múltipla: presença simultânea de dois ou mais conceitos, no útero ou fora dele (MONTENEGRO e REZENDE FILHO,2016).

Datação imprecisa da idade gestacional: consideraremos a IG do parto imprecisa quando não há ultrassonografia obstétrica antes de 28 semanas de gestação.

Peso do RN, em kg	Númerica contínua
IG do parto	Númerica contínua
Percentil do peso ao nascer	Númerica contínua
PIG segundo curva local	Catagórica dicotômica
PIG segundo Intergrowth 21ST	Catagórica dicotômica
GIG segundo curva local	Catagórica dicotômica
GIG segundo Intergrowth 21ST	Catagórica dicotômica
Tabagismo na gestação	Catagórica dicotômica
Natimorto	Catagórica nominal
Hipertensão arterial crônica	Catagórica dicotômica
Diabetes Mellitus tipo I	Catagórica dicotômica
Diabetes Mellitus tipo II	Catagórica dicotômica
Lúpus eritematoso sistêmico	Catagórica dicotômica
Síndrome anticorpo antifosfolípideo	Catagórica dicotômica

Tabela 1: Apresentação e classificação das variáveis do estudo |
IG: Idade Gestacional;
PIG: Pequeno para Idade Gestacional;
GIG: Grande para a Idade Gestacional

3.4 - Coleta dos dados

Os dados serão coletados de planilhas construídas a cada ano pelo Setor de Arquivo Médico e Estatística (SAME) da instituição, com informações resgatadas dos prontuários médicos.

3.5 - Garantia e controle de qualidade dos dados

Apesar de o estudo ser retrospectivo baseado em dados secundários, a qualidade das informações pode ser garantida pois as planilhas do SAME foram construídas segundoss as fichas de admissão das gestantes e completadas com dados dos prontuários médicos e dos livros do centro obstétrico, que reportam os pesos de todos os recém-nascidos. Quando havia falta de informação, a mesma era conferida no prontuário, pelo profissional do SAME e/ou será conferida pelo pesquisador.

A datação da gestação no momento da internação é feita com base na data da última menstruação e comparada com a datação da ultrassonografia mais precoce apresentada.

3.6 - Local do estudo

O estudo será realizado na ME-UFRJ.

3.6.1 - Caracterização do local de estudo

A ME/UFRJ é instituição de ensino certificada pela Portaria interministerial do Ministério da Educação (MEC) e Ministério da Saúde (MS), MEC/MS nº 1000 de 15/04/2004 (BRASIL, 2004) e localizada na cidade do Rio de Janeiro no sudeste do Brasil. É vinculada à UFRJ e recebe alunos de graduação e pós-graduação das faculdades da área de saúde. É unidade de referência da área programática AP 2.1 da cidade do Rio de Janeiro (BRASIL, 2013). Realiza atendimento pré-natal de risco habitual e de alto risco com equipe multiprofissional completa. Possui unidade de atendimento neonatal intensivo promovendo assistência, pesquisa e extensão de reconhecida excelência.

3.7 - Processamento e Análise dos dados

As planilhas do SAME, de cada ano, serão unificadas numa única planilha. Os dados serão transferidos para banco de dados e analisados pelo programa STATA versão 13.0 (StataCorp, CollegeStation, TX,USA) de modo a cumprir os objetivos propostos.

Objetivo Específico I	Determinar os valores de referência do peso dos recém nascidos na instituição.
Amostra	RN com 24 semanas ou mais de idade gestacional
Tipo de Dado	Secundário
Fonte dos Dados	Base de dados do SAME da instituição e prontuários médicos
Forma de Análise	Quantitativo
Etapas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Recuperar as planilhas do SAME; 2. Unificar as planilhas 3. Excluir os casos conforme os critérios relatados 4. Estratificar a amostra por idade gestacional 5. Observar a distribuição do peso dos RN em cada IG 6. Verificar os percentis 5,10,50,90,95 do peso ao nascer pela IG do parto. 7. Estabelecer os valores de referência do peso ao nascer em cada IG

Quadro 1 - Quadro Organizacional do 1º objetivo

Objetivo Específico II	Comparar o desempenho das curvas local e INTERGROWTH-21st na classificação de recém-nascidos PIG e GIG nos nativos e natimortos.
Amostra	RN com 24 semanas ou mais de idade gestacional.
Tipo de Dado	Secundário
Fonte dos Dados	Base de dados do SAME da instituição e prontuários médicos
Forma de Análise	Quantitativo

Etapas	Aplicar os valores de referencia desenvolvidos no objetivo 1 nos RN incluídos nesta amostra. Classificar os RN em PIG, AIG ou GIG. Comparar as proporções de RN PIG e GIG classificados respectivamente pelo Intergrowth 21st e neste estudo, nos nativos e natimortos.
---------------	--

O quadro 2 - Sintetiza as etapas necessárias para se alcançar o 2o objetivo

A proporção de RN classificados como PIG e GIG pela tabela de referência do INTERGROWTH 21ST será comparada pela proporção de RN classificados como PIG e GIG pela tabela com os dados da instituição. Será usado teste de qui-quadrado (χ^2) e será considerado significativo se $p < 0,05$.

Objetivo Específico III	Comparar a aplicação das quatro curvas de referência de peso ao nascer: Lubchenco, Alexander, Fenton e INTERGROWTH-21st para o diagnóstico de recém-nascidos PIG e GIG nos nativos e natimortos.
Amostra	RN com 24 semanas ou mais de idade gestacional.
Tipo de Dado	Secundário
Fonte dos Dados	Base de dados do SAME da instituição e prontuários médicos
Forma de Análise	Quantitativo
Etapas	Classificar os RN em PIG, AIG ou GIG segundo as curvas de Lubchenco (1963); Alexander et al, (1996); Fenton et al (2003) e INTERGROWTH-21st (2014;2016) Comparar as proporções de RN PIG e GIG classificados respectivamente em cada uma das curvas acima, nos nativos e natimortos.

O quadro - 3 sintetiza as etapas necessárias para se alcançar o 3o objetivo

As proporções de RN classificados como PIG e GIG pelas tabelas de Lubchenco (1963); Alexander et al, (1996); Fenton et al (2003) e INTERGROWTH-21st (2014;2016), segundo os valores apresentadas respectivamente nas tabelas dos anexos E,F,G e A....., serão calculadas nos quatro grupos e expressas com seus respectivos intervalos de confiança (IC) de 95%. Serão verificados os limites destes IC 95% para avaliar se os mesmos não são sobrepostos e estatisticamente significativos.

Objetivo Específico IV	Elaborar aplicativo digital para dispositivos móveis, para classificar os neonatos segundo peso ao nascer.
Amostra	Valores de referência construídos no objetivo I
Tipo de Dado	Primário
Fonte dos Dados	Resultados do estudo
Etapas	Desenvolver software para plataformas IOS e Android Registrar o software junto a UFRJ e Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) Disponibilizar o acesso ao aplicativo de maneira gratuita, através das plataformas IOS e Android para usuários e profissionais de saúde.

O quadro 4 - Sintetiza as etapas necessárias para se alcançar o 4o objetivo

Viabilidade do estudo

A viabilidade do estudo está respaldada pelo baixo custo da pesquisa e disponibilidade da candidato em cursar o programa de pós-graduação e desenvolver o projeto no período proposto.

O estudo será realizado integralmente na Maternidade Escola da UFRJ e o acesso aos dados do banco de dados e aos prontuários está garantido pela instituição.

Os dados necessários para realização do trabalho já se encontram em planilha Excel do SAME, sendo que quando ocorrer divergências entre os dados coletados o prontuário será avaliado para retirar inconsistências.

Riscos e Benefícios

Trata-se de estudo observacional com análise retrospectiva de dados presentes nos prontuários de gestantes assistidas na instituição

Conforme descrito na metodologia, serão coletados dados das gestações e dos RN que já foram digitados em planilha do SAME. Não há qualquer risco para os RN incluídos no estudo.

Não ocorre intervenção do pesquisador na assistência clínica da gestante vinculada ao teste de rastreio estudado, o que caracteriza os estudos observacionais.

O pesquisador declara não possuir conflito de interesses.

A possibilidade de disponibilizar através de aplicativo móvel a tabela com o padrão de peso ao nascer da ME/UFRJ para usuários e profissionais de saúde melhora o acesso à informação. Mães e familiares poderão classificar de maneira adequada seu filho segundo padrões validados na população da ME/UFRJ, já que RN com peso não adequado à idade gestacional constitui risco para reincidência em novas gestações e necessita de cuidado centralizado. Além disso, os profissionais de saúde poderão classificar RN de maneira acurada para a população local e referenciá-los para atenção especializada caso necessário.

Considerações Éticas

O presente projeto será submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da ME/UFRJ para apreciação.



O IMPACTO DO USO DA ASPIRINA NA PREVALÊNCIA DA PRÉ-ECLÂMPsia E EM SUAS REPERCUSSÕES PERINATAIS

Maria Isabel Martins Peixoto Cardoso

Aluno do estágio probatório do programa de mestrado profissional em saúde perinatal da UFRJ

Karina Bilda de Castro Rezende

Profa. do programa de mestrado profissional em saúde perinatal da UFRJ

Ana Alice Marques Ferraz de Andrade Jardim

Aluno do estágio probatório do programa de mestrado profissional em saúde perinatal da UFRJ

André Luiz Magdalena Dourado

Aluno do estágio probatório do programa de mestrado profissional em saúde perinatal da UFRJ

Fábio Gutierrez da Matta

Aluno do estágio probatório do programa de mestrado profissional em saúde perinatal da UFRJ

Juliana Lapoente Marques Fonseca

Aluno do estágio probatório do programa de mestrado profissional em saúde perinatal da UFRJ

Rita Bernadete Ribeiro Guérios Bornia

Professora doutora do programa de mestrado profissional em saúde perinatal da UFRJ

1 - Introdução

A pré-eclâmpsia (PE) é doença específica da gravidez definida pela presença da hipertensão arterial e proteinúria após a 20ª semana de gestação em mulheres previamente normotensas (MOL et al, 2016). É responsável por mais de 50 mil mortes maternas no mundo anualmente (MONE et al, 2016). Nos Estados Unidos, 12% das mortes maternas são diretamente atribuídas à PE e à eclâmpsia. Complicações da PE contribuem para aproximadamente uma em cada dez mortes relacionadas à gestação atribuídas à anestesia, cardiomiopatia e ao descolamento de placenta. A morbidade é mais comum que a mortalidade e os pesquisadores estimam que mais de um terço da morbidade severa é relacionadas à PE (HENDERSON et al, 2014; POON et al, 2014). As atuais definições determinadas pela Sociedade Internacional de Estudo de Hipertensão na Gestação em 2014 incluem disfunções orgânicas maternas, como insuficiência renal, disfunção hepática, complicações neurológicas ou hematológicas, disfunção uteroplacentária ou CIR. A hipertensão arterial é definida como pressão sistólica maior que 140mmHg ou pressão diastólica maior que 90 mmHg em duas ocasiões com diferença de 4 a 6 horas entre as mensurações; considera-se proteinúria a eliminação de 300mg de proteína ou mais na urina em 24 horas. A PE sobreposta é diagnosticada em mulheres com hipertensão arterial crônica que apresentam as alterações descritas acima.

A prevalência da PE é estimada em 3-5% das gestações e é a principal causa da mortalidade materna no mundo (BUJOLD et al, 2010; MOL et al, 2016). Alguns estudos identificam valores menores de 2,8% dependendo dos critérios estipulados (MOORE et al, 2014; BUJOLD, 2015; LE-FREVE, 2014). Em países em desenvolvimento, a prevalência de PE pode chegar a 8% (ROBERGE et al, 2016).

Na Maternidade Escola da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ME/UFRJ), em estudo que analisou pacientes admitidas na instituição, nos anos de 2011 e 2012, Rezende et al (2016) encontraram prevalência da PE de 6,74%. Neste estudo também foi encontrada associação significativa da PE com prematuridade, recém nascidos pequenos para a idade gestacional (PIG) e óbito fetal.

O Instituto Nacional para Excelência em Saúde e Cuidado (NICE) publicou em Agosto de 2010, no Royal College of Obstetrician and Gynaecologists, as recomendações sobre o manejo das desordens hipertensivas na gestação. Dentre as muitas orientações encontra-se o uso de baixas doses (75mg/dia) de aspirina para mulheres com pelo menos um fator de alto risco para PE ou 2 fatores de risco moderados.

1.1 - Objetivos

-1.1.1- Objetivo geral

Avaliar o impacto da implementação da aspirina em baixas doses (100mg/dia) na prevalência da pré-eclâmpsia e suas repercussões perinatais, nas gestantes assistidas na ME/UFRJ.

-1.1.2 - Objetivos específicos

- 1 – Comparar a prevalência da PE e de suas principais complicações, na ME/UFRJ, após o início do uso da aspirina para a profilaxia da doença, com a prevalência já estabelecida no biênio 2011/2012, quando a profilaxia não era utilizada.
- 2 – Contrastar a prevalência da PE nas gestantes, de acordo com o local onde foi realizado o pré-natal e com o uso da aspirina.
- 3 – Validar e divulgar o protocolo de prevenção da PE a partir do uso da aspirina, através de palestras/cursos dirigidos às equipes de saúde da rede básica, responsáveis pela assistência pré-natal, cumprindo assim o compromisso da instituição com a educação em saúde.

1.2 - Justificativa

A ME/UFRJ, baseada nas recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Instituto Nacional para Saúde e Cuidados de Excelência (NICE), recomenda a administração da aspirina em baixas doses nas gestantes consideradas de alto risco para o desenvolvimento de PE. Portanto, faz - se necessária a análise do impacto desta medida na prevalência da PE na popu-

lação atendida. No protocolo assistencial da instituição está recomendada a administração da aspirina em baixas doses (100mg/dia) desde o final do ano de 2013.

2 - Fundamentação teórica

2.1 - Etiopatogenia

A etiopatogenia da PE não é completamente compreendida. A doença é causada pela presença da placenta ou pela resposta materna à placentação. Dentre as hipóteses etiológicas estão a invasão trofoblástica anormal dos vasos uterinos; a intolerância imunológica entre os tecidos maternos e feto-placentário; má-adaptação às alterações cardiovasculares ou inflamatórias da gravidez e anormalidades genéticas (ROBERGE et al, 2016).

A disfunção endotelial causa diminuição na produção e ativação das prostaciclina vasodilatadoras, principalmente a prostaciclina e o óxido nítrico. A relação aumentada do tromboxano A2 com a prostaciclina poderia ainda reduzir o fluxo sanguíneo uteroplacentário, com trombozes nas artérias espiraladas e infarto placentário.

2.2 - Fatores de risco

A doença tende a ter um curso mais brando em mulheres saudáveis e nulíparas, ao contrário do que ocorre com mulheres com hipertensão crônica, história prévia de PE, diabetes *mellitus* pré-gestacional, trombofilias, doença renal crônica, doenças autoimunes como lúpus eritematoso sistêmico e síndrome do anticorpo antifosfolípido. Estes são fatores considerados de alto risco. Os fatores de risco moderado incluem nuligestas, idade maior ou igual 40 anos, intervalo entre as gestações de mais de 10 anos, índice de massa corpórea (IMC) maior ou igual a 35kg/m², síndrome do ovário policístico, história familiar de PE e gestação múltipla (BARTSCH, 2016; SIBAI et al, 2005). Para a OMS, os critérios incluem obesidade, hipertensão arterial crônica, *diabetes mellitus*, nuliparidade, gravidez na adolescência e condições que conduzem à hiperplacentação. Os protocolos assistenciais da ME/UFRJ indicam a profilaxia com aspirina para a prevenção de PE nas gestantes portadoras de quaisquer das seguintes condições consideradas de alto risco: hipertensão arterial crônica, história de doença hipertensiva durante gestação anterior, *diabetes mellitus* tipo 1 ou tipo 2, doença renal crônica, doenças autoimunes, tais como Lúpus Eritematoso Sistêmico ou Síndrome do Anticorpo Antifosfolípido. Pacientes que apresentem mais de um dos fatores de risco a seguir são consideradas como portadoras de risco moderado para o desenvolvimento de pré-eclâmpsia e também devem utilizar a aspirina como profilaxia: primigestas, idade materna maior ou igual a 40 anos, intervalo entre as gestações superior a 10 anos, IMC maior ou igual a 35 na primeira consulta, história familiar de pré-eclâmpsia e gestação múltipla.

2.3 - Principais complicações perinatais da PE

Quando a PE é severa e precoce aumenta o risco de RN de baixo peso ao nascimento, prematuridade e óbito fetal (ODEGARD et al, 2000). O RN de baixo peso ao nascer é caracterizado pelo peso abaixo do percentil 10 para a idade gestacional (MONTENEGRO; REZENDE FILHO, 2017).

As principais causas de óbito perinatal são parto prematuro, anormalidades fetais e placentação anômala relacionada à PE e ao CIR (BUJOLD et al, 2014). Uma meta-análise publicada por Roberge e colaboradores em 2013 demonstra que baixas doses de aspirina iniciadas até 16 semanas de gravidez promovem diminuição significativa da mortalidade perinatal, uma vez que há redução dos casos de PE, partos prematuros e CIR. A PE está relacionada à 15% dos partos prematuros nos Estados Unidos da América e é a principal causa de indicação de interrupção prematura iatrogênica da gravidez. A mortalidade perinatal é duas vezes maior nas gestações afetadas pela PE (LEFREVE et al, 2014).

O CIR está associado com morbidade perinatal e taxa de mortalidade de quatro a oito vezes maior. Afeta em torno de 3 a 10% das gestações. A PE aumenta em quatro vezes o risco de CIR e promove prejuízos à saúde fetal a curto e longo prazos. Aqueles afetados pelo CIR têm maior risco de desenvolver no futuro obesidade, doenças cardiovasculares, hipertensão arterial e diabetes *mellitus* (BUJOLD et al, 2010).

2.4 - Predição da PE

A *Fetal Medicine Foundation* (FMF) desenvolveu algoritmo de predição da PE, atualizado periodicamente, através da identificação dos fatores de risco maternos, medida da pressão arterial média (PAM), da média dos índices de pulsatilidade das artérias uterinas (PIUt), e das dosagens no sangue materno da Proteína Plasmática A Associada à Gravidez (PAPP-A) e do fator de crescimento placentário (PIGF) (AKOLEKAR et al, 2011).

O rastreo pela história patológica pregressa e obstétrica inclui a pesquisa de idade materna avançada acima de 35 anos, aumento do peso corporal, raça oriunda de afro-caribenhos e sul-asiáticos, gestação prévia com PE, concepção por fertilização *in vitro* (FIV), história prévia de hipertensão arterial, diabetes *mellitus*, lúpus eritematoso sistêmico ou síndrome do anticorpo antifosfolípido.

Muitos marcadores bioquímicos foram propostos pra predizer quais mulheres são mais propensas a desenvolver PE. Esses marcadores foram escolhidos baseados em anormalidades fisiopatológicas específicas que foram associadas à PE, ou seja, disfunção placentária, ativação endotelial e da coagulação, inflamação sistêmica. A concentração materna desses biomarcadores foi relatada como aumentada ou reduzida na fase inicial das gestações, antes do desenvolvimento da PE. Tanto a PAPP-A quanto o PIGF estão relacionados com a predição precoce da PE.

Os marcadores biofísicos incluem a pressão arterial média (PAM) e o índice de pulsabilidade da artéria uterina (PIUt). A hipertensão arterial é consequência da vasoconstrição e do aumento da resistência vascular periférica.

2.5 - Prevenção da PE

Diferentes estratégias para prevenir a PE foram investigadas em estudos controlados e randomizados, mas nenhuma é totalmente efetiva. Um diagnóstico precoce da PE visa a possibilidade de pôr em prática medidas para prevenir o curso severo da doença e suas sequelas, como as convulsões da eclâmpsia ou a falência de múltiplos órgãos.

Dentre as diversas estratégias de intervenção para prevenção da PE está a administração de baixas doses (60-150mg) de aspirina. Pesquisas nessa área cresceram exponencialmente nas últimas três décadas, com o primeiro estudo randomizado e controlado publicado em 1985 (BEAUFILS et al, 1985).

Muitos achados contraditórios são identificados entre grandes estudos e revisões sistemáticas. Como exemplo há o Estudo Colaborativo de Baixa Dose de Aspirina na Gestação (CLASP), de 1994, um estudo randomizado e controlado, que recrutou 9356 gestantes, com uma incidência de PE de 7,6% no grupo controle e 6,7% no grupo da aspirina. Houve uma redução de 12%, não significativa, na ocorrência de PE. Como a PE é um problema de saúde pública mundial, muitas nações se empenham em demonstrar medidas preventivas efetivas. Nos Estados Unidos um em cada sete partos prematuros ocorre pela PE e uma em cada dez mortes maternas está diretamente relacionada à PE e à eclâmpsia. Roberge et al (2013) analisaram a efetividade da aspirina quando administrada precocemente (≤ 16 semanas) e tardiamente (≥ 16 semanas) na redução do risco de morte perinatal e de outros efeitos adversos na gestação, incluindo a PE. Os resultados mostraram que a administração precoce da aspirina (≤ 16 semanas) reduzia significativamente a morte perinatal, quadros de PE severa e CIR (VILLA et al, 2012; BUJOLD et al, 2010). A meta-análise mostrou que a aspirina reduzia consideravelmente o risco de PE e de parto prematuro quando administrada antes ou depois de 16 semanas, mas com um benefício maior se usada antes de 16 semanas. É importante considerar que todos estudaram número reduzido de casos e portanto com maior chance de superestimar os efeitos da profilaxia.

Diferentes estudos mostraram eficácia com doses baixas de aspirina em mulheres com alto risco para o desenvolvimento da PE (LEFEVRE et al, 2014; BUJOLD et al, 2014). A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2012) recomenda que baixas doses (75 mg) de aspirina sejam administradas para a prevenção de PE em mulheres de alto risco e devem ser iniciadas entre 12 e 20 semanas de gestação. O NICE (NICE clinical guideline, 2010) orienta que mulheres de alto risco e aquelas com mais de um fator de risco moderado tomem 75 mg de aspirina por dia, a partir de 12 semanas de gravidez até o parto. A mesma recomendação é feita pela Associação Americana do Coração e pela Associação Americana de Acidente Vascular Encefálico (BUSHNELL et al,

2014). O ASPRE¹ TRIAL, um ensaio clínico randomizado, multicêntrico, europeu, avaliou a eficácia do uso da aspirina na dosagem de 150 mg/dia na redução da PE prematura em gestantes de alto risco identificadas pelo modelo preditivo da FMF. Os resultados apresentados demonstraram redução do risco de desenvolvimento da PE precoce em 62% dos casos, com a aspirina administrada antes de 14 semanas de gestação.

3 - Metodologia

- 3.1 - Tipo de Estudo

Estudo observacional, transversal, descritivo e analítico.

- 3.2 - População estudada

Gestantes admitidas para parto na ME/UFRJ (Sudeste do Brasil), no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2016. Aproximadamente 35% das pacientes realizaram o pré-natal na própria instituição, de acordo com as informações disponíveis na homepage da Maternidade, na aba “Indicadores Assistenciais” (MATERNIDADE ESCOLA, 2011). As demais são oriundas de outras unidades referenciadas para a ME/UFRJ, da área programática (CAP 2.1), pelo programa Cegonha Carioca, e de outras unidades fora dessa área programática. Além disso, também são admitidas gestantes provenientes da rede privada ou mesmo que não realizaram pré-natal.

- 3.3 - Critérios de inclusão

Gestantes admitidas para parto na ME/UFRJ, com idade gestacional (IG) maior que 22 semanas e gestações únicas, no momento do parto.

3.4 - Descrição das variáveis:

A PE sobreposta é diagnosticada em mulheres com hipertensão arterial crônica que apresentam as alterações descritas acima.

Serão consideradas como variáveis os desfechos estudados apresentados a seguir:

- **PE < 34 sem (PE<34) ou PE precoce:** PE com parto antes de 34 semanas de IG.
- **PE < 37 sem (PE<37) ou PE prematura:** PE com parto antes de 37 semanas de IG.
- **PE ≥37 sem (PE>37) ou PE tardia:** PE com parto após 37 semanas de IG.
- **Prematuridade:** partos ocorridos antes de 37 semanas.
- **Baixo peso ao nascer:** recém-nascidos com peso ao nascer abaixo do percentil 10 para a IG, segundo INTERGROWTH-21st (VILLAR et al, 2014; VILLAR et al, 2016).

1 Combined Multi-Marker Screening and Randomised Patient Treatment with Aspirin for Evidence Based Pre-eclampsia Prevention (THE FETAL MEDICINE FOUNDATION, 2016).

- **Óbito fetal:** fetos com peso maior ou igual a 500g e/ou IG maior ou igual a 22 semanas, também chamados de natimortos (MONTENEGRO; REZENDE FILHO, 2017).
- As seguintes variáveis serão apresentadas como caracterização da amostra:
- **Idade materna:** calculada pela diferença em anos entre a data do parto e a data de nascimento apresentada pelo documento de identificação da paciente no registro de internação.
- **Paridade:** consiste na caracterização numérica discriminada de seus antecedentes gestacionais, ou seja, o número total de gestações e a discriminação dentre elas de quais evoluíram além da fase de abortamento. (ZUGAIB, 2012).
- **Hipertensão arterial crônica:** elevação da pressão arterial (PA > ou = 140x90mmHg) observada antes da concepção ou antes de 20 semanas de gestação (MONTENEGRO; REZENDE FILHO, 2017) (sim ou não).
- **Diabetes mellitus:** intolerância a carboidratos, de gravidade variável, com início ou primeiro reconhecimento durante a gravidez. O diabetes diagnosticado na gravidez pode ser classificado como prévio ou gestacional, segundo International Association of Diabetes and Pregnancy Study Group (IADPSG, 2010) (sim ou não).
- **Uso de aspirina:** referência no prontuário da prescrição da aspirina antes de 16 semanas (sim ou não).
- **Local de pré-natal:** verificação no prontuário se o PN foi realizado na ME/UFRJ (sim ou não).

As variáveis do estudo estão listadas e classificadas na Tabela 1.

PE < 34 semanas	Categórica dicotômica
PE < 37 semanas	Categórica dicotômica
PE ≥ 37 semanas	Categórica dicotômica
Prematuridade	Categórica dicotômica
Baixo peso ao nascer	Categórica dicotômica
Óbito Fetal	Categórica dicotômica
Idade materna em anos	Númerica contínua
Paridade	Categórica nominal
Hipertensão arterial crônica	Categórica dicotômica
Diabetes Mellitus tipo I	Categórica dicotômica
Diabetes Mellitus tipo II	Categórica dicotômica
Diabetes Gestacional	Categórica dicotômica
Uso de aspirina	Categórica dicotômica
Local de Pré-Natal	Categórica dicotômica

Tabela 1- Apresentação e classificação das variáveis do estudo PE:pré-eclâmpsia

3.5 - Local do estudo

O estudo será realizado na ME/UFRJ.

- 3.5.1 - Caracterização do local de estudo

A ME/UFRJ é instituição de ensino, certificada pelos Ministérios da Saúde e da Educação (Portaria Interministerial Número 285, de 24 de Março de 2015) localizada na cidade do Rio de Janeiro no Sudeste do Brasil. É vinculada à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e recebe alunos de graduação e pós-graduação das faculdades da área da saúde. É unidade de referência da área programática (AP) 2.1 do município do Rio de Janeiro; atende à demanda de forma espontânea e referenciada. Realiza atendimento de pré-natal de baixo e alto risco que inclui as consultas médicas e da equipe multiprofissional, todos os exames de ultrassonografia e/ou dopplerfluxometria necessários, além dos exames laboratoriais.

- 3.6 - Processamento e Análise dos dados

As informações e os desfechos dos casos serão verificados nos prontuários, digitados e armazenados em planilha EXCEL. Após a conclusão da coleta, os dados serão transferidos para banco de dados e analisados pelo programa STATA versão 13.0 (StataCorp, CollegeStation, TX, U-SA) de modo a cumprir os objetivos propostos nos quadros abaixo:

Quadro organizacional do Objetivo específico 1

Objetivo Específico I	Comparar a prevalência da PE e de suas principais complicações, na ME/UFRJ, após o início do uso da aspirina para a profilaxia da doença, com a prevalência já estabelecida no biênio 2011/2012, quando a profilaxia não era utilizada.
Amostra	Gestantes que tiveram parto na ME/UFRJ no biênio 2015/2016
Tipo de dado	Secundário
Técnica de coleta de dados	Verificação dos dados nos prontuários
Forma de análise	Quantitativa
Etapas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar os casos de PE a partir dos resultados das proteinúrias realizadas pelas pacientes da amostra no biênio 2015/2016. 2. Descrever as características da amostra de acordo com: <ul style="list-style-type: none"> • Paridade • Idade materna • Hipertensão arterial crônica • Diabetes Mellitus • Uso da aspirina • Local de realização do pré-natal 3. Estratificar os nascimentos segundo a idade gestacional. 4. Classificar os pesos dos RN segundo a idade gestacional. 5. Verificar os casos de óbito fetal. 6. Verificar os desfechos estudados. 7. Calcular a prevalência da PE total e de acordo com a idade gestacional 8. Comparar as razões de prevalência da PE no biênio 2015/2016 com o biênio 2011/2012 9. Verificar a prevalência de prematuridade, CIR e óbito fetal na amostra estudada. 10. Calcular a razão de prevalência entre a prematuridade e PE, entre CIR e PE e entre óbito fetal e PE. 11. Comparar as razões de prevalência das complicações perinatais no biênio 2015/2016 com o biênio 2011/2012.

Quadro 1:

Para atender às etapas do quadro 1 realizaremos os seguintes cálculos:

Prevalência da pré-eclâmpsia e seus subtipos

Para os anos de 2015 e 2016, o cálculo da prevalência (P) da PE será calculada pela seguinte fórmula:

$$P = \frac{\text{Número (Nº) de parturientes com diagnóstico de PE}}{\text{Nº total de partos}}$$

$$RP = \frac{\text{prevalência da pré-eclâmpsia nos anos de 2015 e 2016}}{\text{prevalência da pré-eclâmpsia nos anos de 2011 e 2012}}$$

Prevalência da prematuridade, baixo peso ao nascer e óbito fetal.

$$\text{Prematuridade} = \frac{\text{Nº de partos com IG < 37 semanas}}{\text{No total de partos}}$$

$$\text{Baixo peso ao nascer} = \frac{\text{Nº de partos com RNs PIC}}{\text{No total de partos}}$$

$$\text{Óbito fetal} = \frac{\text{Nº de partos com natimortos}}{\text{No total de partos}}$$

$$RP = \frac{\text{prevalência da prematuridade nos anos de 2015 e 2016}}{\text{prevalência da prematuridade nos anos de 2011 e 2012}}$$

$$RP = \frac{\text{prevalência de baixo peso ao nascer nos anos de 2015 e 2016}}{\text{prevalência de baixo peso ao nascer nos anos de 2011 e 2012}}$$

$$RP = \frac{\text{prevalência de óbito fetal nos anos de 2015 e 2016}}{\text{prevalência de óbito fetal nos anos de 2011 e 2012}}$$

A comparação com as prevalências do biênio 2011/2012 será pela razão das prevalências (RP) e seus intervalos de confiança (IC) 95%. Serão consideradas significativas se os limites do IC não alcançarem o 1. Também será realizado teste de qui-quadrado comparando as proporções entre os dois períodos, considerando significativo se p -valor < 0,05.

Quadro organizacional do objetivo específico 2:

Objetivo Específico II	Contrastar a prevalência da PE nas gestantes, de acordo com o local onde foi realizado o pré-natal e com o uso da aspirina.
Amostra	Gestantes que tiveram parto na ME/UFRJ no biênio 2015/2016
Tipo de dado	Secundário
Técnica de coleta de dados	Verificação de informações referentes ao local de realização do pré-natal e ao uso da aspirina.

Forma de análise	Quantitativa
Etapas	Classificar as pacientes de acordo com o local aonde foi realizado o pré-natal e com o uso da aspirina. Comparar a prevalência da PE de acordo com o local aonde foi realizado o pré-natal e com o uso da aspirina.

Quadro 2:

A partir das tabelas abaixo (tabela 2 e tabela 3) compararemos as proporções de cada célula pelo teste de qui-quadrado, considerando significativo quando p -valor < 0,05.

Tabela 2: Tabela 2 x 2 de associação do uso de aspirina com a ocorrência de PE

	aspirina sim	aspirina não
PE sim		
PE não		

PE:Pré-Eclâmpsia

Tabela 3: Tabela 2 x 2 de associação da realização de PE na ME/UFRJ com a ocorrência de PE

	PN ME sim	PN ME não
PE sim		
PE não		

PE:Pré-Eclâmpsia; PN:Pré-Natal;

ME:Maternidade Escola da UFRJ

3.7 - Considerações éticas

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da ME-UFRJ, aprovado em 23 de Fevereiro de 2017.

3.8 - Riscos e Benefícios

Apesar do conhecimento de que toda pesquisa envolve riscos, segundo a resolução 466/2012 (BRASIL, 2012), este estudo é retrospectivo, observacional, logo, sem intervenção, e não envolve riscos às gestantes que constituirão a amostra.

Portanto, o estudo é fundamental para a otimização da assistência pré-natal, visando os melhores desfechos perinatais.

3.9 - Viabilidade

A viabilidade do estudo está respaldada no baixo custo da pesquisa, pela acessibilidade ao material de pesquisa, e pela disponibilidade da pesquisadora. O estudo é realizado integralmente na Maternidade Escola da UFRJ e o acesso aos dados é garantido pela instituição. Até o atual momento já foram levantados todos os resultados das proteinúrias realizadas no ano de 2015 e 2016.

Referências bibliográficas

- AKOLEKAR, R. et al. Prediction of early, intermediate and late pre-eclampsia from maternal factors, biophysical and biochemical markers at 11-13 weeks. *Prenat. Diagn.*, v.31, n.1, p.66-74, 2011.
- AMERICAN COLLEGE OF OBSTETRICIANS AND GYNECOLOGISTS. Practice advisory on low-dose aspirin and prevention of preeclampsia: Updated recommendations. <http://www.acog.org/About-ACOG/News-Room/Practice-Advisories/Practice-Advisory-Low-Dose-Aspirin-and-Prevention-of-Preeclampsia-Updated-Recommendations> (Acessed on July 25, 2016).
- BARTSCH, E. et al. Clinical risk factors for pre-eclampsia determined in early pregnancy: systematic review and meta-analysis of large cohort studies. *BMJ (Clinical Research Ed.)*, v.353, p.i1753, 2016.
- BEAUFILS, M. et al. Prevention of pre-eclampsia by early antiplatelet therapy. *Lancet*, v.1, n.8433, p.840-842, 1985.
- BUJOLD, E. et al. Prevention of preeclampsia and intrauterine growth restriction with aspirin started in early pregnancy: a meta-analysis. *Obstet. Gynecol.*, v.116, n.2, p.402-414, 2010.
- BUJOLD, E. et al. Low-dose aspirin for prevention of adverse outcomes related to abnormal placentation. *Prenat. Diagn.*, v.34, n.7, p.642-648, 2014.
- BUJOLD, E. Low-dose aspirin reduces morbidity and mortality in pregnant women at high-risk for preeclampsia. *Evid. Based Nurs.*, v.18, n.3, p.71, 2015.
- BUSHNELL, C. et al. Guidelines for the prevention of stroke in women: a statement for health-care professionals from the American Heart Association/American Stroke Association. *Stroke*, v.45, n.5, p.1545-1588, 2014.
- COLLABORATIVE LOW-DOSE ASPIRIN STUDY IN PREGNANCY – CLASP. Collaborative Group. CLASP: a randomized trial of low-dose aspirin for the prevention and treatment of pre-eclampsia among 9364 pregnant women. *Lancet*, v.343, n.8898, p.619-629, 1994.
- HENDERSON, J. T. et al. Low-dose aspirin for prevention of morbidity and mortality from preeclampsia: A systematic evidence review for the u.s. preventive services task force. *Ann. Int. Med.*, v.160, n.10, p.695-703, 2014.
- INTERNACIONAL ASSOCIATION OF DIABETES AND PREGNANCY STUDY GROUPS CONSENSUS PANEL. et al. Internacional association of diabetes and pregnancy study groups recommendations on the diagnosis and classification of hyperglycemia in pregnancy. *Diabetes Care.*, v.33, n.3, p.676-682, 2010.
- LEFEVRE, M. L.; U.S. PREVENTIVE SERVICES TASK FORCE. Low-dose aspirin use for the prevention of morbidity and mortality from preeclampsia: U.S. Preventive Services Task Force recommendation statement. *Ann. Int. Med.*, v.161, n.11, p.819-826, 2014.
- MOL, B. W. J. et al. Pre-eclampsia. *Lancet*, v.387, n.10022, p.999-1011, 2016.
- MONTE, F. et al. An open-label randomized-controlled trial of low dose aspirin with an early screening test for pre-eclampsia and growth restriction (TEST): Trial protocol. *Contemp. Clin.*

Trials, v.49, p. 143–148, 2016.

MONTENEGRO, C. A. B.; PEREIRA, M. N.; REZENDE FILHO, J. de. Hipertensão Crônica. In: MONTENEGRO, C. A. B.; REZENDE FILHO, J. de. *Rezende: obstetrícia*. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.p.490-494.

MONTENEGRO, C. A. B.; PEREIRA, M. N.; REZENDE FILHO, J. de. Crescimento intra-uterino restrito. In: MONTENEGRO, C. A. B.; REZENDE FILHO, J. de. *Rezende: obstetrícia*. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.p.410-416.

MOORE, G. S. et al. Early initiation of low-dose aspirin for reduction in preeclampsia risk in high-risk women: a secondary analysis of the MFMU High-Risk Aspirin Study. *J. Perinatol.*, v.35, n.5, p.328–331, 2015.

NATIONAL INSTITUTE FOR CLINICAL EXCELLENCE. Antenatal care: routine care for the healthy pregnant woman. NICE Clinical Guideline, n.62. London: RCOG Press, 2008. Disponível em: <<http://www.nice.org.uk/nicemedia/pdf/cg062niceguideline.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

ODEGARD, R. A. et al. Preeclampsia and fetal growth. *Obstet. Gynecol.*, v.96, n.6, p. 950-955, 2000.

POON, L. C. Y. et al. First-Trimester Prediction of Hypertensive Disorders in Pregnancy. *Hypertension*, p. 812–819, 2009.

POON, L. C.; NICOLAIDES, K. H. Review Article Early Prediction of Preeclampsia. *Obstetrics and Gynecology International*, v. 2014, 2014.

REZENDE, K. B. de C. et al. Preeclampsia: prevalence and perinatal repercussions in a University Hospital in Rio de Janeiro, Brazil. *Pregnancy Hypertension: An International Journal of Women's Cardiovascular Health*, v. 6, n. 4, p. 253-255, out. 2016

ROBERGE, S. et al. Prevention of perinatal death and adverse perinatal outcome using low-dose aspirin: a meta-analysis. *Ultrasound Obstet. Gynecol.*, v.41, n.5, p.491–499, 2013.

ROBERGE, S. et al. The role of aspirin dose on the prevention of preeclampsia and fetal growth restriction: systematic review and meta-analysis. *Am. J. Obstet. Gynecol.*, n. Sep 15, 2016.

SIBAI, B. et al. Pre-eclampsia. *Lancet*, v.365, n.9461, p.785-799, 2005.

VILLA, P. M. et al. Aspirin in the prevention of pre-eclampsia in high-risk women: A randomised placebo-controlled PREDO Trial and a meta-analysis of randomised trials. *BJOG*, v.120, n.1, p.64–74, 2012.

VILLAR, J. et al. International standards for newborn weight, length and head circumference by gestational age sex: the Newborn Cross-Sectional Study of the INTERGROWTH-21st Project. *Lancet*. v. 384, n. 9946, p. 857-868, 2014.

VILLAR, J. et al. INTERGROWTH-21st very preterm size at birth reference charts. *Lancet*. v. 387, n. 10021, p. 844-845, 2016.

WERNER, E. F. et al. A cost–benefit analysis of low-dose aspirin prophylaxis for the prevention of preeclampsia in the United States. *Obstet. Gynecol.*, v.126, n.6, p.1242–1250, 2015.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Make every mother and child count. World health report, 2005. Geneva: WHO, 2005. (The World Health Report, 2005).Disponívelem: <http://www.who.int/whr/2005/whr2005_en.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2016.

ZUGAIB, M. Assistência pré-natal. In: ZUGAIB,M. Zugaib Obstetrícia. 2. ed. São Paulo: Manole, 2012. P.205-224.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

PREDIÇÃO E DIAGNÓSTICO DO CRESCIMENTO INTRAUTERINO RESTRITO

Ana Alice Marques Ferraz de Andrade Jardim

Rita Guérios Bornia

Karina Bilda de Castro Rezende

Juliana Lapoente Marques

Fábio Gutierrez da Matta

André Luiz

Magdalena Dourado

Maria Isabel Martins

Peixoto Cardoso

Alunos do estágio probatório do Mestrado Profissional em Saúde Perinatal da
Maternidade Escola da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A correta distinção entre os fetos que apresentam restrição de crescimento daqueles considerados constitucionalmente pequenos para idade gestacional (PIG) é um dos grandes desafios diagnósticos da obstetrícia. Os fetos com diagnóstico de crescimento intrauterino restrito (CIR) devem ser submetidos a protocolo de seguimento apropriado de alto risco, pois a abordagem inadequada pode concorrer à prematuridade iatrogênica e os não classificados corretamente, ou tardiamente, podem evoluir para desfecho adverso, assim como o mais temido óbito fetal.

O termo PIG é definido como o recém-nascido (RN), ou nascido vivo, que apresenta peso ao nascer abaixo do percentil 10, segundo a idade gestacional (IG), ou seja, o critério diagnóstico utilizado é ao nascer (CROVETTO, et al, 2016). O termo CIR refere-se a feto que não conseguiu atingir o seu potencial de crescimento geneticamente determinado, ou seja, é entendido como disfunção no crescimento que não permite ao feto atingir, em massa corporal, seu alvo genético (SA et al, 2009). De acordo com Figueras e colaboradores, em 2014, em relação à prevalência de CIR os dados apontam que afeta 7 a 10% de todas as gestações.

A classificação e o diagnóstico são importantes porque os fetos com CIR apresentam aumento da morbimortalidade perinatal com risco de danos permanentes, e o risco de óbito intrauterino é 5 a 10 vezes maior (GARDOSI et al, 2013).

O estabelecimento de consenso para definição e abordagem de CIR possibilitará diagnóstico precoce e seguimento obstétrico adequado, o que consequentemente reduzirá morbimortalidade perinatal. Os RN que apresentam CIR desenvolvem, com frequência, insuficiên-

cia respiratória, policitemia, hipoglicemia, hemorragia intraventricular e hipotermia, além de, a longo prazo, paralisia cerebral, atraso no desenvolvimento, disfunção comportamental, doença cardiovascular e endócrina (MEHER et al, 2015.)

Ainda não há cura definitiva para CIR e estratégias de manejo para gestações complicadas por CIR baseiam-se em evidências limitadas. A compreensão da etiologia e fisiopatologia de CIR, associada ao uso de testes preditivos (fatores maternos e marcadores biofísicos), permite melhor assistência pré-natal, definição do momento e via de parto, o que como consequência torna o prognóstico melhor.

O programa do rastreio de primeiro trimestre, aplicado entre 11 e 13 semanas e 6 dias, desenvolvido pela Fetal Medicine Foundation (FMF) é algoritmo que combina fatores maternos e biofísicos. O resultado é considerado positivo, quando o risco estimado é maior que 1/150. Este valor não define o diagnóstico e sim, maior probabilidade da gestação estudada apresentar CIR. A Maternidade Escola da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ME/UFRJ) oferece rotineiramente este exame para suas gestantes, mas ainda não diferencia a propedêutica fetal, oferecida e realizada ao longo do pré-natal, de acordo com o risco estimado para CIR, neste rastreio de 1º trimestre. Torna-se necessário avaliar a necessidade e possivelmente estabelecer seguimento pré-natal diferenciado às gestantes com rastreio positivo para CIR.

O objetivo geral do projeto apresentado é avaliar a associação do rastreio de CIR, a partir de fatores maternos e marcadores biofísicos, com a ocorrência de CIR e recém-nascidos PIG. Os objetivos específicos são: determinar a taxa de detecção e de falso positivo para CIR precoce e tardio, a partir do rastreio do 1º trimestre, determinar a taxa de detecção e de falso positivo para CIR precoce e tardio, a partir do PI das artérias uterinas no 1º e 2º trimestres da gestação, associar o diagnóstico de CIR precoce e tardio com o diagnóstico de recém-nascido PIG e propor protocolo de cuidado centralizado a partir do rastreio e/ou do diagnóstico de CIR.

Em 2013, foram publicados os protocolos assistenciais da ME/UFRJ (BORNIA, COSTA JUNIOR E AMIM JUNIOR, 2013), que indicam a rotina ultrassonográfica do pré-natal das gestações de risco habitual. Nesta recomenda-se a realização do rastreio do primeiro trimestre, ultrassonografia obstétrica com Doppler para avaliação morfológica entre 22 e 24 semanas e ultrassonografia obstétrica com Doppler com 32 e 38 semanas, que tem como objetivo a avaliação do crescimento e bem-estar fetal. A acurácia destes procedimentos, no rastreio e diagnóstico do CIR, ainda não foi estudada, o que justifica este projeto de estudo.

Serão avaliadas as pacientes gestantes que realizaram os exames de rastreio do primeiro trimestre na ME/UFRJ, e os outros exames da rotina ultrassonográfica do pré-natal, no período entre outubro de 2010 e julho de 2017. O estudo será realizado integralmente na ME/UFRJ. Os critérios de inclusão são: gestações únicas submetidas ao exame de rastreio do primeiro trimestre da gestação, com o cálculo do risco para CIR, incluindo a medida do PI das AtU, na

ME/UFRJ), e também as avaliações rotineiras com 32 e 38 semanas. Os critérios de exclusão são: uso de AAS, iniciado antes de 16 semanas de IG, diagnóstico de anormalidades estruturais e/ou cromossômicas antes e/ou após o nascimento, gestações interrompidas antes de 24 semanas de gestação e óbito fetal acima de 24 semanas;

O critério diagnóstico escolhido para o presente estudo transversal e observacional, foi o proposto pelo consenso de especialistas, publicado em 2016 por Gordjin e colaboradores (metodologia *Delphi*), que publicaram definição do consenso para restrição de crescimento fetal precoce e tardio. Os participantes (especialistas) responderam questionários sobre a importância de 19 parâmetros baseados na literatura. Após isso, foi realizado procedimento estatístico. O estudo descreveu parâmetros diagnósticos solitários e contributivos, nos quais, solitários são suficientes para diagnóstico de CIR, mesmo que todos os outros parâmetros sejam normais, e contributivos requerem a combinação com outros parâmetros anormais para diagnóstico de CIR.

Um painel de especialistas foi selecionado, com total de 106 participantes, mas apenas 45 concluíram o procedimento, ou seja, as quatro etapas online do estudo. A última etapa consistiu na definição do algoritmo. A definição acordada para o diagnóstico de CIR precoce foi: fetos com IG antes de 32 semanas, que apresentam um dos três parâmetros solitários, circunferência abdominal (CA) ou peso fetal estimado (PFE) abaixo do percentil 3 para a IG ou doppler de AU com diástole zero, ou ainda, os parâmetros contributivos, combinação de CA ou PFE abaixo do percentil 10 para a IG com PI das artérias uterinas (AtU) ou da AU acima do percentil 95, na ausência de anomalias congênitas.

A definição acordada para o diagnóstico de CIR tardio foi: fetos com IG maior ou igual 32 semanas, que apresentam um dos parâmetros solitários, CA ou PFE abaixo do percentil 3 para IG, ou ainda, a combinação de 2 parâmetros contributivos, CA ou PFE abaixo do percentil 10 e razão cerebroplacentária (RCP) abaixo do percentil 5, na ausência de anomalias congênitas.

Os fetos acometidos por CIR apresentam alterações no crescimento que vão variar de acordo com a fase em que ocorre o agravo. Isso permite classificação em três grupos distintos (simétrico, assimétrico, misto) (SA et al, 2009). Essa classificação guarda associação com os fatores etiológicos e com a intensidade da lesão fetal ocorrida. Os fetos com CIR simétrico apresentam restrição de crescimento precoce, sua etiologia está relacionada com anomalias cromossômicas e infecções fetais precoces, momento em que predominam os fenômenos de hiperplasia celular. O efeito é irreversível, severo e se traduz por conceito proporcionalmente pequeno.

O CIR assimétrico decorre de agressão tardia e compromete a fase de hipertrofia celular. A CA é reduzida pelo direcionamento preferencial do sangue para órgãos vitais (cérebro, coração e glândulas adrenais), devido à insuficiência uteroplacentária. Isso resulta em comprometimento do tamanho do fígado por redução das reservas de glicogênio, e as demais partes fetais (cabeça e os ossos longos) exibem crescimento apropriado. A etiologia está associada a distúrbios ma-

ternos, como hipertensão arterial, colagenoses, desnutrição, doença renal, abuso de drogas e insuficiência placentária, sendo esta a mais comum causa de restrição do crescimento (CALLEN, 2002). O CIR misto é raro e caracterizado pela associação dos tipos simétrico e assimétrico. A agressão se inicia na fase de hiperplasia celular e se perpetua na fase de hipertrofia celular.

Os estudos categorizaram CIR em precoce e tardio conforme a IG de interrupção da gestação. Os casos que necessitam de interrupção da gestação antes de 34 semanas são graves. O estudo de Gordijn et al (2016) também classificou precoce e tardio, considerado precoce antes de 32 semanas e tardio igual ou maior as 32 semanas.

Por 20 anos, o Doppler amplamente usado para definir CIR foi o da AU, que identifica doença placentária grave, mas não identifica os casos de doença placentária leve, que constitui na realidade a grande maioria dos casos de CIR (OROS et al, 2011).

É importante saber que o Doppler da AU em combinação integrada na RCP, que é calculada dividindo PI da ACM pelo PI da AU, apresenta melhor correlação com o desfecho apresentado pelo feto.

O Consórcio Internacional de Crescimento Fetal e RN para o século. XXI (INTERGROWTH-21st) lançou em 2008, um projeto multinacional, idealizado para desenvolvimento de padrão internacional para fetos, RN e período de crescimento pós-natal de RN prematuro, para utilização na prática clínica. Em 2014, foi publicado o estudo do projeto INTERGROWTH-21st realizado em 8 populações urbanas geograficamente definidas em gestantes saudáveis sem fatores de risco para CIR, que incluiu Brasil (Pelotas). Foram estabelecidas curvas do percentil 3, 5, 10, 50, 90, 95, 97, para peso, comprimento e CA, de acordo com IG e sexo (Villar, et al., 2014).

Apesar do grande tamanho da amostra (20.486 mulheres elegíveis), poucos neonatos nascidos antes de 33 semanas de IG preencheram os critérios de inclusão do estudo. Ao implementar esses padrões foram solicitados gráficos de RN prematuros extremos. Não surpreendentemente, nesta IG a maioria das gestações, possui fatores de risco, e padrões prescritivos difíceis de construir. Em 2016 foi publicado o estudo que permitiu complementação da amostra original, com RN de mães que apresentaram alguns fatores de risco para CIR, exceto tabagismo e obesidade severa (Villar, et al., 2016).

O CIR é uma condição multifatorial e a identificação dos fatores etiológicos é importante porque direciona conduta médica e indica prognóstico. De acordo com Banfo e Odibo (2011) as causas de CIR podem ser fetal, materna, ambiental e uteroplacentária. As causas fetais são menos comuns e incluem aneuploidia (trissomias 13, 18 e 21), malformações fetais e infecções congênitas (rubéola, citomegalovírus, toxoplasmose, vírus da imunodeficiência humana). As condições maternas, como PE e hipertensão arterial pré-existente ou gestacional, que aumentam a resistência na circulação uterina são as principais causas de morbimortalidade maternas e são complicadas por CIR em 30 a 40% dos casos. Diabetes é complicado por CIR em 10 a 20% dos

casos, independente do controle glicêmico. A doença vascular materna e a trombofilia podem levar à hipoperfusão uteroplacentária, prejudicando assim o crescimento fetal. A hipóxia secundária à desordens cardíacas, respiratórias e hematológicas pode levar à CIR. Do mesmo modo, tabagismo, collagenoses, drogas toxicológicas e doença renal podem comprometer o desenvolvimento intrauterino (HEDIGER & JOSEPH, 2011).

Durante a gestação, as artérias espiraladas uterinas desempenham um papel vital no fornecimento de oxigênio e nutrientes à placenta e ao feto e, para isso, são remodeladas fisiologicamente em vasos altamente dilatados pela ação do trofoblasto invasor (PIJNENBORG, et al, 2006). O trofoblasto é um tecido metabolicamente ativo que no início da gravidez normal invade as artérias espiraladas uterinas, o que acarreta perda de músculo liso e lâmina elástica das paredes do vaso até o terço interno do miométrio; isso causa uma dilatação de 5 a 10 vezes nos vasos e estabelece um aumento de 10 vezes do fluxo sanguíneo na circulação uteroplacentária.

Há evidências que demonstram a associação da invasão trofoblástica alterada e remodelação incompleta das artérias espiraladas do útero, o que gera má perfusão, e consequentemente origina gestações complicadas por CIR (PASTORE, 2010).

O crescimento fetal anormal é detectado com a suspeita clínica de tamanho uterino pequeno, seguido de palpação abdominal e medição direta do fundo uterino. A história materna permite que fatores de risco individuais para CIR sejam determinados. As populações de alto risco incluem mulheres de baixa renda, baixo peso pré-natal ou pouco ganho de peso durante a gravidez, parto prematuro anterior e gravidez anterior afetada por CIR.

O exame ultrassonográfico é o ponto de referência para a datação precisa da gravidez e o diagnóstico de CIR. No entanto, CIR não é detectado em cerca de 30% dos casos e incorretamente detectado em 50% dos casos. O PFE é calculado usando equações polinomiais que combinam diâmetro biparietal (DBP), comprimento do fêmur (CF), circunferência abdominal (CA).

O rastreio no primeiro trimestre foi implementado inicialmente no Reino Unido para identificar gestações com risco aumentado para aneuploidias, e iniciou-se com a realização da medição da translucência nucal (TN), entre 10 e 14 semanas de idade gestacional. O uso adicional de fatores maternos e biofísicos tem sido motivo de estudos com o intuito de aumentar as taxas de detecção de CIR. Os modelos incorporam características maternas, marcadores bioquímicos séricos, além da TN para prever desfechos adversos. A elevação da alfa-fetoproteína sérica materna (AFP) está associada a um aumento do risco de baixo peso ao nascer na ausência de anormalidade estrutural ou aneuploidia. Níveis baixos de proteína plasmática A associada à gravidez materna (PAPP-A) inferior ao percentil 5 são associados a risco aumentado de fetos PIG (SPENCER et al, 2008). Estudos multicêntricos analisaram os níveis da PAPP-A do primeiro trimestre e da AFP do segundo trimestre com resultados adversos da gravidez.

A PE e o CIR apresentam mecanismos fisiopatológicos, marcadores biofísicos e bioquímicos em comum. Com o uso do algoritmo de risco de PE, disponibilizado em 2010, foram classificados casos de alto risco para PE, que se revelaram casos de CIR e falsos positivos (FP) para PE. Pela necessidade de realizar algoritmo de cálculo de risco para CIR com e/ou sem a concomitância de PE, foi derivado o algoritmo de cálculo de risco para CIR sem a concomitância de PE (POON, et al, 2009; POON, et al, 2013).

O algoritmo desenvolvido pela FMF em Londres é constantemente atualizado. O risco para CIR, deriva da combinação de características demográficas maternas, história médica e obstétrica, pressão arterial média (PAM), marcadores biofísicos, a média do PI das AtU e a dosagem de marcadores bioquímicos específicos. No rastreamento, o exame positivo não implica em diagnóstico, seleciona as gestantes com maior probabilidade de apresentar a doença em questão. Outro teste confirmatório (com maior especificidade para a doença em questão) é necessário depois do rastreamento positivo, para que se possa estabelecer o diagnóstico definitivo. A partir deste estudo, o ponto de corte que considera a gestação de alto risco para CIR foi 1/150, com FP de 10,9% (POON et al, 2013).

Na ME/UFRJ, o rastreio para PE, aneuploidias e CIR é realizado rotineiramente no final do primeiro trimestre da gravidez, durante consulta médica, o que permite o conhecimento de fatores maternos, e avaliação de marcadores biofísicos. A paciente é informada e autoriza, através de consentimento informado, a realização do cálculo do rastreio para as doenças estudadas.

Os fatores maternos são descritos no questionário realizado, que inclui dados de identificação, da história clínica e obstétrica, e de antecedentes familiares. Os marcadores biofísicos avaliados são: comprimento cabeça- nádega (CCN) medida do feto em mm, PAM e média dos PI das artérias uterinas (PImAtU).

O manejo inicial de CIR implica em eliminar as causas comprovadas de crescimento prejudicado e encorajar um ambiente intrauterino saudável. São importantes a melhoria da nutrição, cessação do tabagismo e do uso de drogas toxicológicas, além de, tratamento de doenças infecciosas e controle de transtornos maternos, incluindo hipertensão e disfunção renal. Estudos anteriores, incluindo metanálise avaliando intervenções como expansão do volume plasmático, suplementação de oxigênio, administração de glicose ou aminoácidos e administração de aspirina de baixa dose à mãe, não mostraram impacto significativo nos resultados perinatais (NICOLAIDES, BRADLEY e SOOTHILL, 1987; NICOLINI et al, 1990; GÜLMEZOĞLU, et al, 1997). Por outro lado, uma metanálise que avaliou o efeito do Ácido Acetilsalicílico (AAS - 100mg) para os desfechos perinatais adversos relacionados à placentação anormal evidenciou que, se iniciado antes de 16 semanas de gestação, reduzia o risco de CIR em 50% (Risco Relativo 0,46, IC 95% 0,33-0,64) (BUJOLD, ROBERGE e NICOLAIDES, 2014).

O CIR está provavelmente entre as entidades obstétricas com a maior variação na prática clínica, em termos de monitoramento e IG recomendada para o parto. Uma vez estabelecido o diagnóstico, os sinais de deterioração fetal nos índices biofísicos e ultrassonográficos direcionam para o parto programado. Quando o CIR é diagnosticado a termo (≥ 37 semanas), a conduta obstétrica seria o parto. Um estudo recente relatou que em fetos FIG de início tardio que apresentam doppler normal no momento do diagnóstico, nas gestações após 37 semanas há uma piora progressiva da RCP, seguida de uma diminuição do PI da ACM (OROS et al, 2011).

O uso de monitorização das gestações com CIR através da AU tem demonstrado uma redução na taxa de mortalidade (OR 0.67, 95% CI, 0.47– 0.97) e menor necessidade de intervenção anteparto, indução de parto e parto por cesariana (WESTERGAARD et al, 2001). O feto com crescimento restrito reorganiza seu fluxo sanguíneo, direciona o sangue de órgãos viscerais e menos essenciais para órgãos vitais como o cérebro, o coração e as glândulas adrenais. Este fenômeno é detectado com uso de doppler na avaliação da ACM evidenciado por diminuição taxa sistólica / diastólica ou PI.

O doppler da AU é medida que fornece diagnóstico e prognóstico no manejo do CIR. Há evidências que o uso em gestações de alto risco, reduz em 29% as mortes perinatais. A presença de velocidades diastólicas finais ausentes ou reversas, o fim do espectro das anormalidades do Doppler da AU, foram relatados em média 1 semana antes da deterioração aguda (FERRAZI E, et al, 2002). O fluxo diastólico final reverso da AU é associado com desfecho perinatal adverso (sensibilidade e especificidade em torno de 60%), o que parece ser independente da prematuridade (COSMI E, et al, 2005).

O doppler da ACM informa sobre a vasodilatação cerebral, marcador substituto da hipóxia. Esta artéria é importante para a identificação e predição de desfecho adverso em fetos que cursam com CIR tardio, independentemente do Doppler da AU, que é geralmente normal nesses casos (EIXARCH, E, et al, 2008).

A RCP melhora notavelmente a sensibilidade e especificidade das ACM e Artéria umbilicais isoladas, pois essa razão já sofreu queda quando os componentes individuais sofrem alterações leves, mas ainda estão dentro do padrão da normalidade (CRUZ-MARTINEZ, R, et al, 2010).

O doppler do ducto venoso (DV) é um parâmetro único capaz de prever o risco a curto prazo de óbito fetal em CIR precoce. Estudos longitudinais revelam que as formas de onda do fluxo do DV se tornam anormais apenas em estágios avançados de comprometimento fetal (FERRAZI E, et al, 2002). Velocidades ausentes ou reversas durante a fase de contração atrial são associadas a mortalidade perinatal independente da IG no parto, com risco que varia de 40 a 100% em CIR precoce. Após maturação pulmonar o parto é recomendado.

Quando o CIR ocorre antes das 34 semanas, a decisão de interromper é mais difícil e deve ser individualizada. O Teste Europeu de Intervenção para a Restrição do Crescimento (GRIT),

estudo multicêntrico controlado randomizado, em 2003, comparou o efeito do parto precoce (com 24-36 semanas), baseado na forma de onda do doppler da AtU, com o parto tardio avaliado por outros indicadores clínicos. As mulheres foram distribuídas aleatoriamente para o parto imediato por Doppler anormal ou para um parto tardio com base na conduta dos médicos gestores. As principais variáveis de desfecho foram sobrevivência à alta hospitalar e o quociente de desenvolvimento aos dois anos de idade. Das 548 gestações randomizadas no estudo, não houve nenhuma diferença significativa na mortalidade geral entre o parto imediato e os grupos de parto tardio (VAN, KALAKOUTIS). No estudo de acompanhamento de dois anos, não houve diferenças significativas entre os grupos em relação às taxas de morte ou taxas de incapacidade (THORNTON et al, 2004). Portanto, a pergunta sobre o melhor indicador para o momento do parto é ainda é uma questão difícil de ser respondida.

Com base na literatura disponível, pela falta de evidências para apoiar recomendações sobre o momento do parto, Figueras e Gratacos, em 2014, sugeriram grupos prognósticos, baseados em índices ou sinais associados a riscos fetais semelhantes, que definam estratégias de manejo para CIR, em 4 estágios. Foi realizada uma revisão com análise das evidências atuais para classificar os estágios de deterioração fetal e sugerir abordagem sistemática de fetos com restrição do crescimento, a fim de, reduzir substancialmente variação da prática clínica. O CIR estágio I (insuficiência placentária leve): Doppler da AtU, AU ou ACM, ou RCP anormais. A evidência disponível sugere um baixo risco de deterioração fetal antes do termo. A indução do parto além de 37 semanas é aceitável, mas o risco de sofrimento fetal intraparto é aumentado. O CIR estágio II (insuficiência placentária grave): Doppler AU com velocidade do fluxo diastólico final ausente (e também provavelmente por Doppler istmo aórtico reverso). O parto deve ser recomendado após 34 semanas. O risco de cesariana de emergência durante a indução do parto é superior a 50%, portanto, a cesariana eletiva é recomendação razoável. Recomenda-se monitorizar duas vezes por semana até o parto. O estágio CIR III (deterioração fetal avançada, sinais de baixa suspeição de acidose fetal): fluxo diastólico reverso na AU ou PI do DV acima do percentil 95. Associação com maior risco de morte fetal e pior desfecho neurológico. No entanto, sinais sugestivos de alto risco para morte fetal em dias ainda não estão presentes, pode-se adiar o parto eletivo para reduzir o possíveis efeitos da prematuridade severa. Recomenda-se o parto via cesariana após 30 semanas e monitoramento a cada 24-48 horas. O estágio CIR IV (alta suspeita de acidose fetal e alto risco de morte fetal): desacelerações espontâneas de frequência cardíaca fetal, variabilidade reduzida na cardiotocografia computadorizada, ou fluxo atrial reverso no Doppler DV. Cesariana após 26 semanas em centro de cuidados terciários sob tratamento com corticóides para maturação pulmonar. Após 26-28 semanas, 50% dos casos apresentam sobrevida sem sequelas. Antes deste limiar, os pais devem ser assessorados por equipes multidisciplinares. É recomendado o monitoramento a cada 12-24 horas até o parto.

O presente estudo tem a proposta de analisar a melhor abordagem diagnóstica dos fetos acometidos por CIR, ou que apresentam risco alto para a condição, e propor o seguimento pré-natal adequado a depender do risco identificado pelo rastreio de primeiro trimestre. Esse desafio tem sido cada vez mais frequente na prática obstétrica atual devido elevada prevalência da condição e falta de consenso quanto aos critérios diagnósticos e de seguimento.

Referências bibliográficas

- BAMFO, J.E.A.K; ODIBO, A.O. .Diagnosis and Management of Fetal Growth Restriction. J Pregnancy. Abril 2011. doi: 10.1155/2011/640715
- BORNIA, R.G.; COSTA JUNIOR, I.B.; AMIM JUNIOR, J. Protocolos Assistenciais: Maternidade Escola: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: POD, 2013.
- BUJOLD, E; ROBERGE, S; NICOLAIDES, KH. Low-dose aspirin for prevention of adverse outcomes related to abnormal placentation. Prenat Diagn. 2014 Jul;34(7):642-8. doi: 10.1002/pd.4403.
- CALLEN, P. W. Ultrassonografia em obstetrícia e ginecologia. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. Tradução de: Ultrasonography in obstetrics and gynecology.
- COSMI, E, et al. Doppler, cardiotocography, and biophysical profile changes in growth-restricted fetuses. Obstet Gynecol 2005; 106 (6):1240-5.
- CROVETTO, F. et al. Differential performance of first trimester screening in predicting small for gestational age neonates or fetal growth restriction. Ultrasound Obstet. Gynecol., mar, 2016. Doi: 10.1002/uog.15919
- CRUZ-MARTINEZ, R., et al. Longitudinal brain perfusion changes in near-term small-for-gestational-age fetuses as measured by spectral Doppler indices or by fractional moving blood volume. Am J Obstet Gynecol 2010; 203 (1): 42 e1-e6.
- EIXARCH, E, et al. Neurodevelopmental outcome in 2-year-old infants who were small-for-gestational age term fetuses with cerebral blood flow redistribution. Ultrasound Obstet Gynecol 2008; 32 (7):894-9.
- FERRAZZI, E, et al. Temporal sequence of abnormal Doppler changes in the peripheral and central circulatory systems of the severely growth-restricted fetus. Ultrasound Obstet Gynecol 2002; 19(2):140-6.
- FIGUERAS, F; GRATACÓS, E; Stage-based approach to the management of fetal growth restriction. Prenatal Diagnosis. v 34, p. 655-659, 2014.
- GARDOSI, J. et al. Maternal and fetal risk factors for stillbirth: population based study. BMJ. jan. 2013. doi: 10.1136/bmj.f108
- GORDIJN, S.J. et al. Consensus definition for placental fetal growth restriction: a Delphi Procedure. Ultrasound Obstet. Gynecol. Sep 2016;48(3):333-9. doi: 10.1002/uog.15884.
- GRIT Study Group. A randomised trial of timed delivery for the compromised preterm fetus: a short term outcomes and Bayesian interpretation. BJOG 2003; 110 (1):27-32.
- GULMEZOGLU, M; DE ONIS, M; VILLAR, J. Effectiveness of interventions to prevent or treat

impaired fetal growth. *Obstetrical and Gynecological Survey*. 1997;52(2):139–149.

HEDIGER, M. L.; JOSEPH, K. S. Fetal growth: measurement and evaluation. In: LOUIS, G. M. B.; PLATT, R. W. (Ed.). *Reproductive and perinatal epidemiology*. New York: Oxford University Press, 2011. Cap. 9.

https://intergrowth21.tghn.org/site_media/media/medialibrary/2017/03/GROW_Newborn-ct-boys_bw_Table.pdf . Acesso em: 20 set. 2007.

https://intergrowth21.tghn.org/site_media/media/medialibrary/2017/04/GROW_VeryPreterm-ct-boys_bw_Table.pdf . Acesso em: 20 set. 2007.

MEHER, S; HERNANDEZ-ANDRADE, E; BASHEER, S.N., et al. Impact of cerebral redistribution on neurodevelopmental outcome in small-for-gestational-age or growth-restricted babies: a systematic review. *Ultrasound Obstet Gynecol* 2015;46(4):398-404.

NICOLAIDES, KH; BRASLEY, RJ; SOOTHILL, PW. Maternal oxygen therapy for intrauterine growth retardation. *The Lancet*. 1987;1(8539):942–945.

NICOLINI, U; HUBINONT, C; SANTOLAYA, J; FISK, NM; RODECK, CH. Effects of fetal intravenous glucose challenge in normal and growth retarded fetuses. *Hormone and Metabolic Research*. 1990;22(8):426–430.

OROS, D; FIGUERAS, F; CRUZ-MARTINEZ, R; MELES, E; MUNMANY, M; GRATACOS, E. Longitudinal changes in uterine, umbilical and fetal cerebral Doppler indices in late-onset small-for-gestational age fetuses. *Ultrasound in Obstetrics and Gynecology*. 2011;37(2):191–195.

PASTORE, AR. *Ultrassonografia em ginecologia e obstetrícia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2010.

PIJINENBORG, R; VERCRUYSE, L; HANSSENS, M. The uterine spiral arteries in human pregnancy: facts and controversies. *Placenta*. 2006;27(9-10):939–958.

POON, L. C. et al. Combined screening for preeclampsia and small for gestational age at 11–13 weeks. *Fetal Diagn. Ther.*, v.33, n.1, p.16–27, 2013.

POON, L. C. et al. First-trimester prediction of hypertensive disorders in pregnancy. *Hypertension*, v.53, n.5, p.812-818, 2009.

SA, RAM et al. Predição e prevenção do crescimento intrauterino restrito. *FEMINA*, setembro 2009; vol 37, n.9, p. 511-514.

SPENCER, K; COWANS, NJ; AVGIDOU, K; MOLINA, F; NICOLAIDES, KH. First-trimester biochemical markers of aneuploidy and the prediction of small-for-gestational age fetuses. *Ultrasound in Obstetrics and Gynecology*. 2008;31(1):15–19.

THORNTON, JG; HORNBuckle, J; VAIL, A; SPIEGELHALTER, DJ; LEVENE, M. Infant wellbeing at 2 years of age in the Growth Restriction Intervention Trial (GRIT): multicentred randomised controlled trial. *The Lancet*. 2004;364:513–520.

VILLAR, J. et al. International standards for newborn weight, length and head circumference by gestational age sex: the Newborn Cross-Sectional Study of the INTERGROWTH-21st Project. *Lancet*. v. 384, n. 9946, p. 857-868, 2014. Disponíveis em: https://intergrowth21.tghn.org/site_

media/media/medialibrary/2017/03/GROW_Newborn-ct-girls_bw_Table.pdf e

VILLAR, J. et al. INTERGROWTH-21st very preterm size at birth reference charts. *Lancet*. v. 387, n. 10021, p. 844-845, 2016. Disponíveis em: https://intergrowth21.tghn.org/site_media/media/medialibrary/2017/04/GROW_VeryPreterm-ct-girls_bw_Table.pdf e

WESTERGAARD, HB; LANGHOFF-ROOS, J; LINGMAN, G; MARSÁL, K; KREINER, S. A critical appraisal of the use of umbilical artery Doppler ultrasound in high-risk pregnancies: use of meta-analyses in evidence-based obstetrics. *Ultrasound in Obstetrics and Gynecology*. 2001;17(6):466–476.



A AVALIAÇÃO DO DUCTO VENOSO NO PRIMEIRO TRIMESTRE NA PREDIÇÃO DO DESFECHO DA GESTAÇÃO¹

Juliana Lapoente Marques Fonseca

UFRJ/ Maternidade Escola/ Mestrado Profissional em Saúde Perinatal

Introdução

A assistência pré-natal, constitui importante avanço no cuidado das gestantes e desempenha papel fundamental na redução da mortalidade materna e perinatal alcançada durante o último século.

O rastreio de primeiro trimestre é realizado universalmente entre 11 e 13 semanas e 6 dias. Foi desenvolvido, originalmente para o rastreio de cromossomopatias. Apesar deste ser o objetivo principal, ampliaram-se os eventos passíveis de predição nesta ocasião, como a pré-eclâmpsia, restrição de crescimento fetal e parto prematuro. No exame mede-se a translucência nucal (TN), ducto venoso (DV), verifica-se a presença ou ausência de regurgitação tricúspide e do osso nasal (ON) e ainda há a opção de dosagem de marcadores bioquímicos no sangue materno. Os desfechos desfavoráveis da gestação são muito temidos por familiares e em nosso meio temos pouca aceitação para exames invasivos, nos incentivando a estudar exames de baixo custo e não invasivos e relacionando-os a desfechos adversos, dando maior conforto aos familiares e amigos que aguardam ansiosamente o feto que está se desenvolvendo.

O DV é um pequeno vaso que aparece no embrião humano em torno do 30º dia de vida, quando o mesmo tem em torno de 6,5 mm de comprimento cabeça nádega (CCN) (CHACKO; REYNOLDS, 1953). O DV origina-se a partir da porção umbilical da veia porta esquerda, continuando, posterior e cranialmente, sobre a porção superior do ligamento hepatogástrico. No período pós-natal, torna-se o ligamento venoso. Ele se fecha, alguns minutos após o nascimento, porém em fetos prematuros, pode-se manter por longos períodos.

O ducto venoso é o único shunt que carrega sangue oxigenado da veia umbilical até o átrio direito, através da veia cava inferior, e atravessa o forame oval até o átrio esquerdo. Apa-

1 Projeto de dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Saúde Perinatal, da Universidade Federal do Rio de Janeiro/Maternidade Escola, como requisito parcial para matrícula ao Programa. Orientador: Joffre Amim Junior (<http://lattes.cnpq.br/6975185315875455>). Coorientador: Karina Bilda de Castro Rezende – (<http://lattes.cnpq.br/5712393704487226>)

renta ser o vaso mais útil para avaliar distúrbios de função cardíaca (KISERUD, 1997). Seu fluxo sanguíneo tem onda característica com alta velocidade durante a sístole ventricular (onda S) e a diástole (onda D), e fluxo anterógrado durante a contração atrial (onda A). (NICOLAIDES; FIGUEIREDO, 2004)

A alteração na dopplerfluxometria venosa no final do primeiro trimestre relacionada à presença de anomalias cromossômicas pode ser explicada pelo conhecimento de que placentas com alterações cromossômicas apresentam defeitos na angiogênese e que fetos portadores de trissomias apresentam cardiopatias estruturais em cerca de 50-90% dos casos. A pressão atrial durante a contração aumenta quando o enchimento ventricular está prejudicado, e consequentemente observa-se do fluxo retrógrado para a veia cava e diminuição da velocidade durante a contração atrial, com aparecimento de fluxo ausente ou reverso no DV (MATIAS, et al., 1998; BORRELL et al., 1998)

O fluxo no DV é anormal em cerca de 80% dos fetos com alterações cromossômicas e em cerca de 5% dos fetos euplóides (NICOLAIDES; FIGUEIREDO, 2004). Esses achados indicaram que a avaliação do ducto venoso poderia ser combinada à medida da TN para melhorar a eficácia do rastreamento precoce da trissomia do cromossomo 21 por meio de exame ultrassonográfico, considerando-se o aspecto qualitativo da onda A em normal ou reversa (NICOLAIDES; FIGUEIREDO, 2004). Nesta época consideraram que o exame do fluxo sanguíneo no ducto venoso requeria tempo e operadores altamente treinados, inviabilizando sua incorporação ao exame ultrassonográfico de rotina no primeiro trimestre de gravidez.

Maiz, et al., (2008) confirmaram a forte associação entre ducto venoso anormal entre 11 e 13+ 6 semanas de gestação e defeitos cardíacos complexos. Em fetos cromossômicos normais, com aumento da TN, descobriu-se que o fluxo da onda A ausente ou negativa do ducto venoso associava-se a probabilidade três vezes maior de presença de defeitos cardíacos complexos, ao passo que, o fluxo normal do ducto venoso reduzia o risco pela metade (MAIZ, et al., 2008).

Em 2009, o DV passou a incorporar o algoritmo de cálculo de risco para aneuploidias da *Fetal Medicine Foundation* (FMF), como variável categórica (onda A positiva ou negativa). Verificaram que o DV melhorava o desempenho do rastreio do primeiro trimestre, pois aumentava a taxa de detecção de trissomias e de Síndrome de Turner para 96% e reduzia a taxa de falso positivo para 2,5 %. Naquela ocasião, 80 examinadores eram certificados para fazer o rastreio com avaliação do DV (MAIZ, et al., 2009).

Timmerman, et al., (2010), publicaram o primeiro trabalho envolvendo o índice de pulsatilidade do ducto venoso (PI-DV) na avaliação de fetos com alto risco para alterações cromossômicas.

Finalmente, Maiz, et al., (2012), verificaram que a análise quantitativa do DV, ou seja, o PI-DV aumentava a performance do rastreio de primeiro trimestre para trissomia do 21, aumen-

tando a taxa de detecção e diminuindo a de falso positivo. Então, começou a ser mensurado e sua incorporação dentro do algoritmo da FMF atualizado.

Diante das possibilidades de diversos desfechos da gestação após a realização do exame de rastreio de 1º trimestre, que mede-se o DV, consideramos avaliar estas associações na Maternidade Escola da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ME/UFRJ).

1.1 - Objetivos

- 1.1.1 - Objetivo geral

Avaliar o desempenho da medida dopplerfluxométrica do PI-DV na predição dos desfechos da gestação, no primeiro trimestre.

-1.1.2 - Objetivos específicos

- a) Descrever a distribuição dos valores do PI-DV quanto às medidas de tendência central e de variabilidade.
- b) Associar a medida do PI - DV, com a presença dos desfechos adversos: alterações cromossômicas no feto e/ou recém-nascido (RN); presença de malformações, na ausência de cromossopatias e as cardiopatias; eo óbito fetal.
- c) Propor atividade de educação continuada para as unidades de saúde da rede básica, sobre a importância de se incluir a avaliação do ducto venoso no exame de rastreio de 1º trimestre.

1.2 - Justificativa

A ME/UFRJ, atualizou o algoritmo da FMF, em 2013, que considera a medida do PI-DV para o cálculo de risco para aneuploidias, de modo que este passou a ser mensurado de maneira universal em todas as gestantes que realizam o exame de rastreio de 1º trimestre na instituição.

Diante de diversos possíveis desfechos após o exame de rastreio de 1º trimestre, no qual mede-se o PI-DV, optamos por estudar como este se distribui na população assistida na ME/UFRJ e na sua associação com possíveis desfechos adversos.

2 - Metodologia

2.1 - Tipo de estudo

Estudo observacional, transversal, descritivo e analítico. (BLOCH; COUTINHO, 2009)

2.2 - Local do estudo

O estudo será realizado na ME/UFRJ.

- 2.2.1 - Caracterização do local do estudo

A ME/UFRJ é instituição de ensino certificada, pela Portaria interministerial do Ministério da Educação (MEC) e Ministério da Saúde (MS), segundo Portaria interministerial MEC/MS n 1000 de 15/04/2004 (BRASIL, 2004), localizada na cidade do Rio de Janeiro no sudeste do Brasil. É vinculada à Universidade Federal do Rio de Janeiro e recebe alunos de graduação e pós graduação das faculdades da área da saúde. É unidade de referência da área programática AP 2.1 do município do Rio de Janeiro (BRASIL, 2013), e atende à demanda de forma espontânea e referenciada. Realiza atendimento de pré-natal de baixo e alto risco que inclui as consultas médicas e da equipe multiprofissional, todos os exames de ultrassonografia e/ou dopplerfluxometria necessários, e os exames laboratoriais. O setor de ultrassonografia da ME/UFRJ realiza os exames obstétricos de pacientes previamente agendadas do ambulatório, e das pacientes internadas quando estes são indicados pelos médicos assistentes da instituição.

2.3 - População estudada

A população elegível compreende todas as gestantes que iniciaram o pré-natal na ME/UFRJ no primeiro trimestre e foram acompanhadas na instituição, no período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2017. Estima-se que cerca de 2000 pacientes terão realizado o exame de rastreio do 1º trimestre até o final do período do estudo. De acordo com indicadores assistenciais de 2015, cerca de 37,5% das gestantes que realizaram o acolhimento para o serviço de pré – natal da ME/UFRJ, estavam no primeiro trimestre da gestação, e destas, 72% submeteram-se ao exame de rastreio oferecido (MATERNIDADE ESCOLA, 2011).

2.4 - Critério de inclusão

Gestações com exame de rastreio de 1º trimestre, realizado na ME/UFRJ, com a medida do PI-DV, no período do estudo.

2.5 - Critérios de exclusão

- Interrupção voluntária da gestação.
- Gestações gemelares monócóricas.

2.6 - Apresentação e descrição das variáveis

Variáveis descritivas

- PI-DV: medida do índice de pulsatilidade do ducto venoso obtida no exame de rastreio, entre 11 e 13 semanas + 6 dias de gestação.
- Comprimento cabeça-nádega: medida do comprimento do feto na ocasião do exame de rastreio e apresentada em mm.

- Translucência nugal: medida do feto incorporada no exame de rastreio.
- Idade materna: diferença cronológica entre a data de realização de realização do exame de rastreio e data de nascimento informada pela paciente;
- Raça materna: cor auto-referida pela gestante: branca, parda e negra.
- Peso materno: aferido em balança digital calibrada no dia do exame.

Variáveis de desfecho

- Cromossomopatias: presença de aneuploidias diagnosticadas por cariótipo no feto e/ou no RN.
- Malformações: RN com qualquer defeito na constituição de algum órgão ou conjunto de órgãos que determine uma anomalia morfológica estrutural ou funcional, presente ao nascimento ou não, causado por fatores genéticos, ambientais ou mistos. Podem ser classificadas como isoladas ou associadas, físicas ou mentais, simples ou múltiplas e de maior ou menor importância clínica (GARNE, et al., 2011), verificadas ainda no feto, através do exame morfológico realizado no 2º trimestre e/ou pela avaliação do exame pediátrico na sala de parto e durante a evolução clínica até a alta da maternidade. Incluímos a avaliação em separado das cardiopatias congênitas.
- Óbito Fetal: interrupção espontânea da gestação a partir do exame de rastreio, sem causa aparente.

A tabela 1 ilustra a classificação das variáveis do estudo.

VARIÁVEIS DESCRITIVAS E DE DESFECHO	CLASSIFICAÇÃO
Índice de pulsabilidade do ducto venoso	Númerica contínua
Comprimento cabeça-nádega	Númerica contínua
Tranlucência Nugal	Númerica contínua
Raça materna	Catégorica nominal
Peso materno	Númerica contínua
Idade Materna	Númerica contínua
CromossoC Cromossopatias	Catégorica dicotômica
Malformaçõesm Malformações	Catégorica dicot Catégorica dicotômica
Óbito fetal Óbito fetal	Catégorica dicot Catégorica dicotômica

Tabela 1 - Apresentação e classificação das variáveis do estudo. Fonte: Elaborada pela autora, 2017

2.7 - Coleta de Dados

Os dados serão coletados a partir das informações presentes no relatório do rastreio do risco gestacional e nos prontuários das pacientes para verificação do desfecho gestacional.

2.8 - Descrição do Exame de Rastreio

Os exames de rastreio são realizados por via transvaginal e/ou abdominal com um dos seguintes equipamentos: Nemio (Toshiba®, Japão), Xario (Toshiba®, Japão); Medison V10 (SamsungMedison®, Korea) e Aloka (AlokaCo, USA)

As pacientes recebem e assinam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (ANEXO A)

Segundo os critérios do curso de certificação de rastreio do primeiro trimestre oferecido *online* pela The Fetal Medicine Foundation, (2017) a medida do DV, somente pode ser realizada, por médicos certificados pela mesma e nas seguintes condições:

- Idade gestacional entre 11 - 13 semanas e 6 dias.
- CCN entre 45 – 84 mm.
- O feto não pode estar em movimento.
- A magnificação da imagem deve ser o suficiente para que, somente o tórax e o abdome ocupem a tela.
- Corte sagital apropriado do tronco fetal.
- Deve ser utilizado Doppler colorido para identificar a veia umbilical, DV e coração fetal.
- O volume da amostra no Doppler deve ser de 0,5 – 1,0 mm, a fim de evitar contaminação com vasos adjacentes.
- O ângulo de insonação deve ser menor que 30 graus.
- O filtro deve ser calibrado com a frequência baixa de 50-70 HZ, a fim de permitir a visualização de toda onda.
- A velocidade da onda deve ser alta (2-3 cm/s), para que o fluxo da onda esteja amplamente estendido para uma melhor avaliação da onda A.

2.9 - Garantia de controle de qualidade de dados

Apesar de a avaliação ultrassonográfica ser realizada por diversos examinadores, os critérios de obtenção da imagem ideal são habitualmente alcançados, uma vez que os exames de rastreio são concentrados em turnos específicos com examinadores certificados pela FMF, para a avaliação do DV.

O controle de qualidade dos dados referentes aos desfechos pode ser comprometido, pois apesar de ser oferecido estudo do cariótipo fetal a todas as gestantes cujos fetos apresentam valores do ducto venoso alterado e/ou com onda A invertida, a adesão a esta propedêutica é

pequena. Além disso, são realizadas necropsia em poucos casos de óbito fetal, por falta de autorização da família.

2.10 - Considerações éticas

A avaliação do PI-DV faz parte do projeto de “Rastreamento do Risco Gestacional no Primeiro Trimestre” (ANEXO B), que foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da instituição em 23 de agosto de 2013 sob o protocolo 16754813.6.0000.5275.

Como incluímos objetivos específicos que não foram previamente apreciados, solicitamos nova avaliação pelo CEP, que foi aprovado em 03 de maio de 2017 sob protocolo 66950817.2.0000.5275 (ANEXO C).

2.11 - Processamento e análise de dados

Os dados coletados do laudo de rastreamento de 1º trimestre e dos prontuários das gestantes serão digitados em planilha *EXCEL*. Após o término da coleta os dados serão transferidos para o pacote estatístico *STATA 13.0* (*StataCorp, CollegeStation, TX, USA*).

A amostra elegível será avaliada e separada em grupos conforme os desfechos observados.

Os casos com desfecho desconhecido quanto à possível ocorrência de alguns dos eventos estudados serão considerados perdas de seguimento. Os casos com desfecho conhecido serão classificados em: normais, presença de aneuploidias, malformações estruturais ou óbito fetal. As características demográficas e gestacionais serão descritas e comparadas entre os grupos: normal e que apresentaram algum dos desfechos estudados isolados e combinados. As variáveis numéricas serão comparadas pelo teste de Mann-Whitney e as variáveis categóricas pelo teste de qui-quadrado, ou teste exato de Fisher quando o valor esperado for menor do que 5. As diferenças serão consideradas significativas quando p valor $< 0,05$.

Para cumprimento do 1º objetivo de “descrever a distribuição dos valores do PI-DV quanto às medidas de tendência central e de variabilidade”, os valores observados na amostra estudada serão apresentados graficamente em histogramas, e apresentados numericamente por média, e Intervalo de Confiança (IC)95%, mediana, valores limites e o percentil 95 (P95).

Para cumprimento do 2º objetivo de “associar a medida do PI - DV, com: a presença de alterações cromossômicas no feto e/ou recém-nascido; presença de malformações, na ausência de cromossomopatias e com as cardiopatias; o óbito fetal sem causa aparente”, serão construídas curvas *ReceiverOperatorCharacteristic* (ROC). Estas determinarão o desempenho da medida do PI-DV na predição destes desfechos isolados e combinados. Serão calculadas as áreas sob as curvas (AUC) e os seus respectivos IC95%. Consideramos o PI-DV com bom poder discriminatório dos desfechos apresentados, quando o limite inferior do IC95% da área sob a curva for maior que 0,5.

Os quadros 1, 2 e 3 apresentam de maneira sumária as etapas necessárias para alcançarmos os objetivos específicos propostos.

Objetivo Específico 1	Descrever a distribuição de valores do PI-DV, quanto às medidas de tendência central e de variabilidade.
Amostra	Pacientes acompanhadas no pré-natal da ME/UFRJ que realizaram o exame de rastreio de primeiro trimestre no período de estudo.
Tipo de Dado	Secundário
Técnica de Coleta de dados	Os dados serão coletados a partir das informações presentes no relatório do rastreio do risco gestacional.
Forma de Análise	Quantitativa
Etapas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criação de planilha em Excel com os dados coletados do laudo de rastreio de 1º trimestre. 2. Transferência de dados para o pacote estatístico STATA 13.0. 3. Construção de fluxograma para apresentar os casos elegíveis, excluídos e a amostra final, com os respectivos desfechos. 4. Construção de histogramas e apresentação de dados numericamente por média, Intervalo de Confiança (IC)95%, mediana, valores limites e o percentil 95.

Quadro 1 - Quadro organizacional do objetivo específico 1. Fonte: Elaborado pela autora, 2017

Objetivo Específico 2	Associar a medida do PI - DV, com a presença dos desfechos adversos: alterações cromossômicas no feto e/ou recém-nascido; presença de malformações, na ausência de cromossomopatias e as cardiopatias; e o óbito fetal.
Amostra	Pacientes acompanhadas no pré-natal da ME/UFRJ que realizaram o exame de rastreio de primeiro trimestre no período de estudo.
Tipo de Dado	Secundário
Técnica de Coleta de dados	Os dados serão coletados a partir das informações presentes no relatório do rastreio do risco gestacional e nos prontuários das pacientes para verificação do desfecho gestacional.
Forma de Análise	Quantitativa
Etapas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Verificação dos desfechos nos prontuários. 2. Construção de planilha no EXCEL com os dados coletados. 3. Transferência de dados para o pacote estatístico STATA 13.0. 4. Separação da amostra em grupos conforme os desfechos observados. 5. Apresentação de tabela das características: idade materna, raça, peso materno, medida da TN e CCN nos grupos normais e com algum dos desfechos estudados isolados e combinados. 5. Construção de curvas ROC, para associação da medida do PI-DV com cada um dos desfechos gestacionais estudados isolados e combinados. 6. Cálculo da área sob a curva (AUC) e o IC 95%.

Quadro 2 - Quadro organizacional do objetivo específico 2. Fonte: Elaborado pela autora, 2017

Objetivo Específico 3	Propor atividade de educação continuada para as unidades de saúde da rede básica, sobre a importância de se incluir a avaliação do ducto venoso no exame de rastreio de 1o trimestre.
Amostra	Resultados obtidos nos objetivos 1 e 2
Tipo de Dado	Primário
Técnica de Coleta de dados	Conclusões dos objetivos 1 e 2

Etapas	1-Construir linha de cuidado para gestações cujos fetos apresentarem ducto venoso alterado no 1o trimestre 2-Planejar atividade educativa tipo seminário para profissionais da rede básica sobre a importância de solicitar a avaliação do ducto venoso no 1o trimestre da gestação
--------	--

Quadro 3 - Quadro organizacional do objetivo específico 3. Fonte:Elaborado pela autora, 2017

Para cumprir este objetivo, será desenvolvido projeto aplicativo específico, que será apresentado como apêndice da dissertação, que constará de metodologia própria.

2.12 - Viabilidade

O estudo é viável pelo baixo custo da pesquisa, pela acessibilidade ao material de pesquisa, e disponibilidade da pesquisadora. O estudo é realizado integralmente na ME/UFRJ e o acesso aos dados é garantido pela instituição.

Até o momento, já foram coletados os dados do exame de rastreio de primeiro trimestre e desfecho gestacional de 1307 pacientes, o que corresponde a cerca de 65% da amostrado estudo.

2.13 - Riscos e benefícios

Apesar dos potenciais riscos que envolvem toda pesquisa com seres humanos, segundo resolução 466/2012 do Ministério da Saúde (CONSELHO NACIONAL DA SAÚDE, 2012),este estudo não envolveriscos específicos, aos seus participantes pois é observacional. Os exames são realizados rotineiramente na instituição, como rotina da assistência pré-natal, após o esclarecimento e consentimento da gestante. O exame de ultrassonografia com Doppler colorido é realizado nesta instituição desde 1986, e se constitui em método propedêutico seguro para ser realizado na gestação e bem aceito pela gestante e pela comunidade médica.

Os benefícios oriundos de definir se a medida do PI-DV no 1o trimestre da gestação, apresenta associação com desfechos adversos da gestação em nossa população, visam melhorar a prática assistencial e o aconselhamento das gestantes em nossa instituição. Além disso, caso tenhamos resultados significativos iremos propor atividade de educação continuada para as unidades de saúde da rede básica, sobre a importância de se incluir a avaliação do ducto venoso no exame de rastreio de 1º trimestre, que irá multiplicar os benefícios a mais gestantes além das assistidas em nossa instituição.

Anexo A-



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO

MATERIDADE-ESCOLA DA UFRJ

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PÓS-INFORMAÇÃO

O Programa de rastreio de primíparas realizado na Maternidade Escola da Universidade Federal do Rio de Janeiro inclui a participação de várias categorias profissionais e especialidades médicas. Sua participação é livre e voluntária e você pode desistir de participar a qualquer momento sem consequências. Inicialmente você receberá todos os esclarecimentos que descrevem o programa. Será feita entrevista com perguntas sobre a sua saúde e suas gestações anteriores, seguida da verificação do seu peso e altura, da medida da pressão arterial e do exame de ultrassonografia com Doppler, por via abdominal e vaginal. Antes ou depois do exame de ultrassonografia, será realizada coleta de sangue para dosagem de marcadores específicos para as patologias citadas. Esses exames já fazem parte da rotina do pré-natal, e não trarão riscos para a gravidez. Após estas etapas, será liberado todo o padrão de ultrassonografia e os resultados serão digitados em programa de computador que calcula o risco para cada paciente e emite relatório que vai para seu prontuário. Esse risco somente poderá ser calculado se o feto medir entre 45mm e 54 mm de comprimento.

O benefício da sua participação neste estudo é definir se existe risco maior ou menor de gerar um filho com problemas genéticos, como o síndrome de Down, ou com problemas no coração. É também, de evitar o risco aumentado para a pré-eclâmpsia (aumento da pressão arterial que aparece na segunda metade da gravidez), parto prematuro e cesárea, nascido com baixo peso, sem gestação. Em caso de risco aumentado, novos exames serão indicados para o diagnóstico das condições genéticas e da pré-eclâmpsia.

As informações obtidas através desse programa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados são sendo divulgados de forma a possibilitar sua identificação. Você pode tirar suas dúvidas sobre o programa e sua participação, agora ou a qualquer momento, com o médico do pré-natal ou de ser da ultrassonografia.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação no programa e:

☒ Concordo em participar ☐ Não concordo em participar

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 201__

Nome da Paciente _____, Registro _____

Assinatura da Paciente _____ Assinatura do Responsável _____

Assinatura e carimbo do médico _____

Em caso de recusa de paciente a participar do programa:

Testemunha _____

Rua das Lacerdaes, 101, Laranjeiras - Rio de Janeiro - RJ - Cep: 22240-000
Tel: (21) 3384-7100 exts: 3333-3363 Fax: (21) 3384-7041 e-mail: maternidade@ufrj.br

Termo de consentimento livre e esclarecido pós-informação

Anexo B



MATERIDADE ESCOLA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO/ ME-UFRJ



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: RASTREIO DO RISCO GESTACIONAL NO PRIMEIRO TRIMESTRE

Pesquisador: Rita Bernardes Ribeiro Guérios Barros

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 10754813.6.0000.5275

Instituição Proponente: Maternidade Escola da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Patrocinador Principal: FUN CARLOS CHAGAS F. DE AMARAL A PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FAPERJ

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 368/465

Data da Relatório: 23/06/2013

Apresentação do Projeto:

O projeto de pesquisa intitulado "Rastreio do risco gestacional no primeiro trimestre" tem um enfoque especial na pré-eclâmpsia e nas suas complicações no ciclo gravídico perinatal que segundo os pesquisadores se constitui na principal causa de maior prognóstico materno-fetal em todo o mundo.

Objetivo da Pesquisa:

1. Identificar gestantes com risco aumentado para pré-eclâmpsia, anemiplasias, parto fetal e crescimento intrauterino restrito, no primeiro trimestre da gravidez.

2. Estimar o risco da pré-eclâmpsia por idade gestacional ao nascimento.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos adicionais são pequenos e controláveis e tem como benefício a vigilância que será feita no grupo para as situações maternas e fetais mais frequentes.

Considerações e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto de pesquisa é bom e de interesse da instituição e possui uma amostra que será representativa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A apresentação do estudo foi bem feita e o desenho da pesquisa está de acordo com os objetivos.



MATERIDADE ESCOLA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO ME-UFRJ



Contribuição do Fornecedor: 368/465

Recomendações:

As recomendações que foram sugeridas pelo colegiado em relação a metodologia e o desenho da pesquisa foram aceitas e modificadas pelos autores.

Conclusões ou Pendências e Lista de Indicações:

O projeto está aprovado.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessária Apreciação de CONEP:

Não

Considerações Finais e critério do CEP:

Projeto aprovado, segundo o relatório.

RIO DE JANEIRO, 23 de Agosto de 2013

Assinatura por:
Ivo Bastos da Costa Junior
(Coordenador)

Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa

Anais do Seminário UFRJ FAZ 100 ANOS: história, desenvolvimento e democracia, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, v. 3, p. 288 – 298, 2018.

297

[illegible][illegible][illegible]

Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa.

A PREVALÊNCIA DO CONSUMO DE ÁLCOOL EM GESTANTES: UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Gabriela Fernandes Moraes Fonseca

Bacharel e Licenciada em Psicologia pelo Centro Universitário Celso Lisboa,
Mestranda do Mestrado Profissional em Saúde Perinatal da Maternidade Escola da UFRJ.
gabrielafrmf@gmail.com, <http://lattes.cnpq.br/1714697579422093>

Identificação do projeto

Título: A prevalência do consumo de álcool em gestantes: uma proposta de educação em saúde;

- **Área de concentração:** Saúde Perinatal;
- **Linha de pesquisa:** Mortalidade Perinatal

Introdução

O presente estudo tem como finalidade analisar o consumo de álcool em gestantes inscritas no pré-natal da Maternidade Escola da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como estratégia de educação em saúde, de modo a fornecer informações sobre o assunto álcool na gravidez, com o intuito de evitar que estas mães façam a ingestão de álcool durante o período gestacional, uma vez que tal atitude, muitas vezes, ocorre justamente pela falta de informação.

Tal estudo se faz necessário, principalmente, como forma de educação em saúde, pois a informação por si só não é suficiente para conscientizar as gestantes dos riscos decorrentes da combinação álcool e gravidez; é fundamental que haja a problematização do assunto, de modo que estas mães entendam os mecanismos e os motivos pelo qual o consumo de álcool durante a gravidez não é recomendado.

Tendo em vista que as consequências da ingestão do álcool durante a gravidez podem e devem ser evitadas, é fundamental que gestantes, familiares e amigos sejam orientados acerca dos possíveis efeitos ocasionados por este consumo indevido. Por tal motivo, é essencial a realização de uma pesquisa que mapeie a prevalência desse consumo no meio.

Prevalência deve ser entendida como a frequência de ocorrência dos eventos de saúde numa população em um ponto no tempo ou em curto espaço de tempo. Este estudo levará em

consideração a prevalência do consumo de álcool em gestantes inscritas no pré-natal da Maternidade Escola da UFRJ em um período de 12 (doze) meses – janeiro de 2016 a janeiro de 2017.

Apesar de ser uma síndrome 100% evitável, a Síndrome Alcoólica Fetal (SAF) infelizmente ainda não é muito divulgada e, conseqüentemente, pouco conhecida tanto por profissionais de saúde quanto pela população. A SAF consiste em um conjunto de sinais e sintomas apresentados pelo feto em decorrência do consumo de bebidas alcoólicas pela mãe durante a gestação e período preconcepção. Entre os sintomas mais comuns, encontram-se o déficit de crescimento, alterações em características faciais e atraso no desenvolvimento neuropsicomotor. Atualmente, é considerada a maior causa de déficit intelectual prevenível no mundo.

Ainda não se chegou a um consenso sobre a quantidade de álcool considerada prejudicial para o feto e, por conta disso, o seu consumo durante a gravidez não é recomendado, uma vez que não se pode definir a quantidade que uma gestante pode ingerir de maneira a não ocasionar efeito algum no organismo do bebê.

Nesse sentido, torna-se muito importante o desenvolvimento de estratégias educacionais efetivas dirigidas às gestantes. Em síntese, a principal ferramenta para a prevenção da SAF e dos demais riscos possivelmente ocasionados pela ingestão do álcool durante a gestação (retardo mental, dimorfismo facial, deslocamento precoce da placenta, lesões no sistema nervoso, etc.) é a premissa de que gestantes não devem consumir álcool. Desta forma, esta pesquisa consiste em uma proposta de estratégia de educação em saúde, na qual a informação se faz necessária como geradora de conhecimento. É fundamental que a população seja conscientizada acerca do tema para que, conseqüentemente, ele seja cada vez mais discutido e investigado.

Através dos descritores *Etanol, Gravidez, Cuidado Pré-Natal, Informação e Educação em Saúde*, o presente estudo, ainda, fará uma revisão de literatura que servirá como base para a pesquisa e análise dos dados coletados em campo – Maternidade Escola da UFRJ.

Hipótese

O consumo de álcool em gestantes inscritas no pré-natal da Maternidade Escola da Universidade Federal do Rio de Janeiro é um fator relevante?

Objetivos

Objetivo geral

Analisar o consumo de álcool em gestantes inscritas no pré-natal da Maternidade Escola da UFRJ como proposta de educação em saúde.

Objetivos específicos

Investigar a prevalência do consumo de álcool em gestantes inscritas no pré-natal da Maternidade Escola da UFRJ;

Discriminar algumas decorrências que o álcool ingerido durante a gestação pode ocasionar ao binômio mãe-bebê;

Debater a importância do conhecimento acerca dos possíveis riscos da combinação álcool e gravidez como forma de prevenção e promoção em saúde;

Propor uma estratégia de educação em saúde com a finalidade de orientar as gestantes que realizam pré-natal na Maternidade Escola da UFRJ sobre os possíveis efeitos da ingestão do álcool durante a gravidez (projeto aplicativo).

Justificativa

O presente estudo tem como finalidade analisar o consumo de álcool em uma população de gestantes inscritas no pré-natal da Maternidade Escola da UFRJ, no período de janeiro de 2016 a janeiro de 2017, de forma a propor uma estratégia de educação em saúde com o intuito de manter tais gestantes conscientes das possíveis decorrências ocasionadas através da ingestão de álcool durante a gravidez.

A relevância de tal estudo reside no fato de sabermos que o álcool, ingerido durante a gestação, pode acarretar riscos para o binômio mãe-bebê. Além disso, os possíveis efeitos ocasionados por esta ingestão podem ser *evitados* uma vez que as mulheres sejam informadas sobre os riscos ao qual estará se submetendo e submetendo o seu bebê.

Atualmente, o uso de bebida alcoólica por mulheres é muito comum, e este hábito não descartado durante a gestação torna-se um risco real para a saúde fetal. A literatura acerca do álcool na gravidez relata que há um *desconhecimento* por parte da população sobre os possíveis riscos desta ingestão e, devido a este desconhecimento, não é possível uma intervenção prévia, facilitando o surgimento de lesões e sequelas que poderiam ser evitadas.

Portanto, este trabalho tem como um dos propósitos debater a importância de manter profissionais, gestantes e familiares informados acerca deste consumo. É importante ressaltar que esta informação deve ser capaz de gerar a conscientização da mulher e de seu núcleo de apoio, ou seja, a informação deve funcionar como geradora de conhecimento que, por sua vez, possibilitará o empoderamento dos envolvidos no processo. A mulher consciente dos possíveis danos que o álcool pode acarretar, principalmente durante a gestação, pode modificar seu comportamento frente a esta situação.

Metodologia

Trata-se de um estudo epidemiológico, de corte transversal e abordagem quanti-qualitativa com uma amostra da população de gestantes inscritas no pré-natal da Maternidade Escola da UFRJ. A pesquisa de campo utilizará, como instrumento de coleta de dados, a busca em prontuários de gestantes inscritas no pré-natal da Maternidade Escola da UFRJ nos meses de janeiro de 2016 a janeiro de 2017, totalizando um número mínimo de 1000 prontuários.

A análise estatística será realizada de forma descritiva, utilizando ferramentas tais como gráficos, tabelas e medidas de síntese como porcentagens, índices e médias para melhor interpretação dos resultados.

A análise qualitativa utilizará a técnica da análise de conteúdo sugerida por Gomes (1994).

Público-alvo

Gestantes inscritas no pré-natal da Maternidade Escola da UFRJ, independente do período gestacional, nos meses de janeiro de 2016 a janeiro de 2017.

Critério de inclusão

Estar inscrita no pré-natal da Maternidade Escola da UFRJ durante o período de janeiro de 2016 a janeiro de 2017.

Critérios de exclusão

Não ser paciente assistida pelo pré-natal da Maternidade Escola da UFRJ durante o período de janeiro de 2016 a janeiro de 2017;

Pacientes indicadas por outras Unidades de Saúde para realizar exames na Maternidade Escola da UFRJ;

Pacientes de demanda emergencial e não inscritas no pré-natal da Maternidade Escola da UFRJ.

Referencial teórico

Um panorama sobre o álcool

Conforme o dicionário etimológico, a palavra álcool origina-se do árabe *al-kohul*, *al-kuhul* ou *al-ghawl*, que significa “fino composto utilizado para a maquiagem obtido através da destilação”. A partir do século XVII, estas denominações passaram naturalmente a abranger todos os produtos obtidos a partir do processo de destilação, principalmente as bebidas. Outras palavras relacionadas com álcool, e que estão presentes no dicionário da língua portuguesa, também se originaram a partir desta raiz etimológica, são elas alcoolismo e alcoólatra.

Segundo o Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID):

A medicina define droga como sendo qualquer substância capaz de modificar a função dos organismos vivos, resultando em mudanças fisiológicas ou de comportamento. As drogas são classificadas como depressoras, estimulantes ou perturbadoras da atividade do Sistema Nervoso Central (SNC). As drogas depressoras da atividade do SNC são as que diminuem a atividade do cérebro, deixando o indivíduo “desligado”. O álcool se encontra entre as drogas desse tipo (CENTRO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS PSICOTRÓPICAS, 2001, p.3).

Fundamentado em fontes oficiais como, por exemplo, o Centro de Ensino, Pesquisa e Referência de Alcoologia e Adictologia (CEPRAL) e o Instituto de Neurologia Deolindo Couto (INDC), ambos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), “o álcool é a terceira causa de morte no mundo, perdendo apenas para as doenças cardíacas e o câncer”.

De acordo com Andrade et al. (2009), o álcool ingerido por mulheres durante a gravidez pode ocasionar efeitos danosos ao feto; tal informação não se trata de um conhecimento recente, pelo contrário, advém de muitos anos atrás, ainda na Antiguidade. Pode-se apontar, por exemplo, as antigas civilizações que proibiam as noivas de se alcoolizar na comemoração de seus casamentos para que a possível gestação não viesse a sofrer as intercorrências provocadas pela ingestão da bebida alcoólica.

O uso de álcool durante a gestação pode estar vinculado a inúmeros fatores, dentre eles as más condições socioeconômicas, a ausência de informação apropriada acerca do assunto, o nível educacional da gestante, a idade superior a 25 anos, o consumo de outras drogas, etc.

Normalmente, as mulheres dão início ao consumo de álcool de forma mais tardia que os homens, porém as complicações relacionadas ao abuso ou dependência de álcool emergem mais precocemente nas mulheres. Causas e razões culturais e/ou sociais desempenham maior domínio no beber compulsivo entre as mulheres que entre os homens. A pressão social ao redor da mulher para iniciar o consumo de álcool é menor que a pressão existente para que ela se abstenha do uso, caso este seja exagerado. A sociedade censura rigorosamente as mulheres que perdem o controle em relação ao álcool e, por outro lado, é flexível com os exageros alcoólicos cometidos pelos homens. Nota-se que, desde a Antiguidade, os escassos relatos sobre alcoolismo feminino revelam mais os elementos morais e sociais e menos os psicofisiológicos; deste modo, as mulheres que faziam uso desmedido de bebida alcoólica eram, muitas vezes, julgadas promíscuas e liberais.

O álcool (etanol) é uma droga lícita que tem seu uso difundido em quase todo o mundo. É bastante consumido por mulheres e homens há bastante tempo como forma de comemoração, em festividades e diversas circunstâncias. Todavia, seu consumo pode causar dependência em

pessoas predispostas e/ou submetidas a situações de depressão, estresse e uso continuado, bem como em virtude de estímulos pessoais para beber. De acordo com Grienfield (2009):

O uso do álcool é o vetor mais relevante de retardo mental nos filhos de mães usuárias dessa droga, além de ser o principal responsável por teratogênias no mundo ocidental. O consumo excessivo de álcool entre as mulheres grávidas constitui um dos problemas mais relevantes da dependência alcoólica, pois pode levar à Síndrome Alcoólica Fetal (SAF), isto é, à expressão de maior comprometimento neuropsiquiátrico em filhos de mulheres que beberam durante a gestação (Grienfield, 2009, p. 179).

Apesar de ser uma doença de causa conhecida e existente há muito tempo, o espectro da SAF e os possíveis efeitos do álcool ingerido durante a gestação ainda são pouco discutidos e informados. De acordo com Mesquita (2010), a Organização Mundial da Saúde (OMS) afirma que, nas últimas décadas, houve um aumento do consumo de álcool na maioria dos países, sendo esta a droga mais consumida no mundo.

Possíveis danos ocasionados ao binômio mãe-bebê pelo consumo de álcool na gestação

Em conformidade com a literatura acerca do álcool, o consumo de bebida alcoólica, de forma equilibrada, por adultos saudáveis, pode auxiliar no bem-estar e na boa saúde, até mesmo no que diz respeito à prevenção de doenças. Para Da Luz e Coimbra, (2001, p. 51).

O consumo moderado de álcool tem sido associado com a redução de complicações da DAC (doença arterial coronariana). O vinho tinto parece fornecer maiores benefícios do que qualquer outro tipo de bebida alcoólica, provavelmente devido aos flavonoides.

Enfatizando o aspecto acima, conforme Moraes (2012):

A Organização Mundial da Saúde (2011) esclarece que, em algumas situações, o uso do álcool não é recomendado nem em pequenas quantidades. Dentre elas se encontram pessoas que planejam dirigir ou que estão realizando tarefas que exijam alerta e atenção como a operação de máquinas, pessoas em uso de medicações ou em condições clínicas que podem ser agravadas com o uso do álcool como a hipertensão e o diabetes, alcoolistas em recuperação, menores de 18 anos e mulheres grávidas ou tentando engravidar (Moraes, 2012, p.2).

O consumo de álcool durante o período gestacional pode acarretar graves danos à saúde do bebê, além de causar impacto para a gestante, para sua família e para o meio no qual está inserida. O álcool tem a capacidade de gerar vários danos ao embrião e ao feto, sendo a Síndrome Alcoólica Fetal (SAF) a manifestação mais perigosa desse processo.

A SAF surge da junção do álcool ingerido durante a gravidez com os inúmeros elementos que podem trazer riscos para o bebê. De acordo com os palestrantes do I Simpósio Internacional

sobre Síndrome Alcoólica Fetal, o termo foi designado no início da década de 70 para descrever um modelo observado em filhos de mães alcoólicas. A SAF faz parte de um grupo de síndromes reconhecidas devido ao aparecimento de malformações congênitas relacionadas ao uso materno de bebida alcoólica durante o período gestacional. De acordo com a OMS, por ano, 12.000 (doze mil) bebês no mundo nascem com a chamada Síndrome Alcoólica Fetal, e seus efeitos podem não ser evidentes até que a criança complete 3 (três) ou 4 (quatro) anos de vida.

A etiologia da SAF permanece bastante imprecisa e necessita de estudos mais vastos e profundos. Além disso, os critérios diagnósticos atuais ainda produzem desacordo entre os médicos. Não há marcadores suficientes que possam determinar a ação exata do álcool sobre o feto, assim como a influência da dose sobre o processo de desenvolvimento da síndrome.

Segundo Lima (2006), a informação é fundamental para o combate da SAF, que pode ser reduzida a zero, desde que a mulher não beba durante a gravidez. Ainda de acordo com o especialista, “a SAF é três ou mais vezes frequente que a síndrome de Down”, o que ratifica a relevância em estudá-la.

Atualmente, a ingestão de álcool, por si só, consiste em um obstáculo relevante a ser superado no que diz respeito à saúde pública. Tal ingestão ganha ainda maior importância quando feita durante o período gestacional, uma vez que pode acarretar problemas, às vezes, graves, tanto para o bebê quanto para a gestante ou mãe. Lima (2007) declara que

Ao ingerir bebida alcoólica, mulher grávida seja ela dependente ou usuária eventual, estará expondo o feto ao álcool e, portanto, submetendo-o ao risco efetivo de desenvolver a SAF. Deve-se chamar a atenção para outro fato: o álcool etílico, ao atravessar a placenta, atinge o organismo do feto através da artéria do cordão umbilical, o que representa grave ameaça pois, enquanto a mãe ingere a bebida alcoólica pela boca, passando pelo fígado, no feto o álcool vai direto para a corrente sanguínea, atingindo o cérebro e outros órgãos diretamente (Lima, 2007, p.15).

O feto recebe a mesma quantidade de álcool ingerida pela mãe, uma vez que a barreira hematoplacentária – responsável pela passagem do sangue da mãe para a placenta, e da placenta para o feto – não filtra nenhum teor alcoólico, transmitindo exatamente a mesma quantidade da substância que recebe para o feto. Além disso, o álcool permanece mais tempo no organismo do bebê do que no organismo da mãe, pois a gestante elimina duas vezes mais rápido o álcool do sangue que o bebê em razão da total formação de seus órgãos e das enzimas já estarem prontas para agir, enquanto o feto ainda não está pronto para realizar as tarefas de metabolização do álcool.

O consumo de álcool durante a gravidez pode desencadear inúmeros comprometimentos, dentre eles o trabalho de parto prematuro, sangramentos gestacionais, complicações in-

trauterinas e, até mesmo, o abortamento. Além disso, o perigo de infecções também aumenta conforme essa substância é ingerida. Malformações faciais e cardíacas, microcefalia, deficiência motora, retardo no crescimento pós-natal e atraso do desenvolvimento neuropsicomotor são algumas possíveis complicações que podem ocorrer com o bebê.

Muitas vezes, assim que o bebê nasce, nada de estranho é detectado, nenhum tipo de anomalia é percebida por profissionais e pela gestante, porém, a substância alcoólica pode causar danos tardios, como alterações de aprendizagem, alterações no desenvolvimento comportamental, intelectual e social do indivíduo. Os possíveis comprometimentos descritos acima não são vias de regra, ou seja, não constituem consequências determinantes e precisas da ingestão de álcool durante a gestação, consistem em hipóteses, pressupostos e, portanto, torna-se essencial destacar que podem ou não ocorrer, variando de acordo com o indivíduo e sua resposta quanto ao uso da substância alcoólica.

Ademais, a saúde da gestante também é prejudicada devido à exposição ao álcool, tendo como possíveis intercorrências a presença de doenças cardíacas, distúrbios neurológicos, tumores malignos e sintomas depressivos. Muitas usuárias de álcool durante a gestação apresentam baixo peso, possuem menor frequência de consultas no pré-natal, além de serem consideradas mais vulneráveis ao uso de outras substâncias tóxicas. Afere-se que aproximadamente 25% das gestantes faz uso disperso de algum tipo de bebida alcoólica na contemporaneidade.

A informação como estratégia de prevenção e promoção da saúde

Apesar de não haver um consenso sobre a ingestão de álcool durante a gravidez, é evidente que o seu consumo é fator relevante para a ocorrência de malformações, distúrbios cognitivos, déficit de atenção, etc.

Ainda que tenham tido avanços no conhecimento sobre os efeitos do consumo de álcool durante a gestação, a investigação sobre os efeitos complexos deste sobre o feto ainda encontra-se em processo. De acordo com o Centro De Informações Sobre Saúde e Álcool (CISA, 2017) “novas pesquisas e análises clínicas são necessárias para ampliar o entendimento e promover melhorias na prevenção, diagnóstico e tratamento de SAF”.

A Sociedade de Pediatria de São Paulo (SPSP) afirma que

(...) a exposição ao álcool, no período pré-natal, representa uma importante causa de agressão à saúde da criança. Desafortunadamente, tanto no meio médico quanto na sociedade, essa preocupação não tem sido suficientemente explicitada para as futuras mães. Torna-se necessária uma ampla informação sobre o tema, uma vez que a abstinência ao álcool no período pré-conceitual e pré-natal é uma atitude rigorosamente necessária. (Pessoa, 2010,p.13)

O diagnóstico dos possíveis danos ocasionados pela ingestão é essencialmente clínico e o tratamento consiste basicamente em medidas para remediar as malformações associadas. Além disso, os tratamentos podem ser complexos e, por vezes, dispendiosos. Portanto, a informação como forma de promoção e prevenção da saúde é a melhor estratégia.

Kaup et al (2001) realizou um estudo numa maternidade pública do Estado de São Paulo, onde foi detectada uma quantidade significativa de mulheres que fazem uso de bebida alcoólica em algum momento do período gestacional. Muitas vezes, o pré-natal não tem sido utilizado como momento oportuno para o rastreamento do consumo de bebida alcoólica e o incentivo ao abandono do mesmo (pelo menos, no período pré-conceptual, gestacional e de amamentação). Segundo o estudo:

O conhecimento que a gestante possui sobre os riscos do consumo de bebida alcoólica parece estar relacionado com a média de volume diário de álcool ingerido antes ou durante a gravidez. Aquelas que conhecem os efeitos da bebida sobre o feto, antes da gestação e no primeiro trimestre, bebem menos. (Kaup et al, 2001).

Por acometer fatores físicos, comportamentais, cognitivos e sociais da criança, com possíveis consequências familiares, políticas públicas devem ser conduzidas para a prevenção do consumo de álcool por gestantes, uma vez que se trata de um problema que pode ser evitado. Com base nos estudos de Schall e Struchiner (1999),

Uma educação em saúde ampliada inclui políticas públicas, ambientes apropriados e reorientação dos serviços de saúde para além dos tratamentos clínicos e curativos, assim como propostas pedagógicas libertadoras, comprometidas com o desenvolvimento da solidariedade e da cidadania, orientando-se para ações cuja essência está na melhoria da qualidade de vida e na 'promoção do homem' (Schall e Struchiner, 1999, p.4).

Desta forma, é fundamental o destaque em torno da importância de informar não só os profissionais de saúde e as gestantes, mas também familiares e grupos de convívio, mantendo-os sempre inteirados a respeito dos possíveis riscos e consequências da ingestão de álcool na gravidez. Faz-se necessário não apenas a informação, mas, sobretudo, a conscientização desta informação, de forma que o indivíduo possa assimilá-la e compreendê-la, transformando-a em conhecimento e aplicabilidade nos hábitos diários de saúde.

O encaminhamento adequado da gestante que faz uso da bebida alcoólica é a forma mais promissora para se chegar a possíveis resoluções com vistas à atenuação da SAF e de seu espectro, assim como a conscientização das gestantes é a melhor alternativa para se evitar a SAF, tendo em vista que muitas mulheres não possuem informações ou, ainda, possuem informações incertas acerca dos riscos ocasionados pela ingestão de álcool durante a gestação.

Riscos

De acordo com a literatura que disserta sobre o tema, o risco pode ser conceituado como a probabilidade de ocorrência de um evento desfavorável. Desta forma, o estímulo à produção de reflexões pode ocasionar algum desconforto temporário tanto para a gestante quanto para o pesquisador. Neste caso, os riscos são mínimos, não causando nenhum risco às participantes da pesquisa.

Benefícios

A pesquisa possibilitará o mapeamento da prevalência do consumo de álcool em gestantes inscritas no pré-natal da Maternidade Escola da Universidade Federal do Rio de Janeiro, possibilitando-nos o conhecimento acerca da população assistida na instituição no que diz respeito ao assunto álcool e gravidez. Além desse conhecimento, a pesquisa contribuirá para o cuidado, prevenção e promoção da saúde acerca dos efeitos do álcool para o binômio mãe-bebê. Trata-se de uma estratégia de educação em saúde com o intuito de diminuir a incidência de ocorrência da SAF (Síndrome Alcoólica Fetal) e seu espectro.

Cronograma

Ano	2017								
Fases	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Levantamento bibliográfico		X	X	X	X				
Análise e revisão do material bibliográfico						X	X	X	X
Leituras e fichamentos									
Análise de prontuários						X	X	X	X
Redação dos capítulos									
Introdução e Considerações Finais									
Revisão									

Ano	2018							
Fases	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago
Levantamento bibliográfico								
Análise e revisão do material bibliográfico								
Leituras e fichamentos	X							
Análise de prontuários	X	X						
Redação dos capítulos		X	X	X				
Introdução e Considerações Finais				X	X			
Revisão					X			

Orçamento

ORÇAMENTO	
MATERIAL	VALORES
PAPEL	130,00
CANETAS	30,00
XEROX/IMPRESSÃO	250,00
TOTAL	410,00

Referências bibliográficas

Almeida Filho, Naomar de; Rouquayrol, Maria Zélia. Rio de Janeiro; Medsi; Guanabara Koogan; 3. ed., rev e aum; 2002.

ANDRADE, A. G., ANTHONY J. C., SILVEIRA C. M. Álcool e suas consequências: uma abordagem multiconceitual. Barueri, SP: Minha Editora, 2009.

CAPUTO, Valéria Garcia; BORDIN, Isabel Altenfelder. Gravidez na adolescência e uso freqüente de álcool e drogas no contexto familiar. Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 42, n. 3, Junho 2008 .

CENTRO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS PSICOTRÓPICAS (CEBRID). São Paulo: Departamento de Psicobiologia - Unifesp/EPM. Com apoio de: COSAM (Coordenação de Saúde Mental) Ministério da Saúde Coordenação Nacional de DST e Aids Ministério da Saúde. Disponível em: http://www2.unifesp.br/dpsicobio/cebrid/folhetos/drogas_.htm#psicotropicas. Acesso em: 11 jul. 2017.

COLES, C. D. (2012). Indivíduos afetados por Distúrbio do Espectro da Síndrome Alcoólica Fetal (DESAF) e suas famílias: prevenção, intervenção e apoio.

Costa, N. M. J. D. (2012). Atitudes dos professores do ensino público face à síndrome alcoólica fetal, em função da idade e do tempo de serviço em educação especial.

Efeitos do álcool na gestante, no feto e no recém-nascido / coordenadora Conceição Aparecida de Mattos Segre. -- São Paulo: Sociedade de Pediatria de São Paulo, 2010.

FREIRE, Karina; PADILHA, Patrícia de Carvalho; SAUNDERS, Cláudia. Fatores associados ao uso de álcool e cigarro na gestação. Rev. Bras. Ginecol. Obstet., Rio de Janeiro, v. 31, n. 7, Julho 2009.

FREIRE, Tácio de Melo et al . Efeitos do consumo de bebida alcoólica sobre o feto. Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia. Rio de Janeiro, v. 27, n. 7, Julho 2005.

Gonçalves, A. (2008). Álcool, Tabaco e outras Drogas: Concepções de professores e alunos do ensino básico e secundário e análise de programas e manuais escolares.

Grinfeld H. Álcool e suas consequências: uma abordagem multiconceitual. Consumo abusivo de álcool durante a gravidez. São Paulo: Editora Manole; 2009. p.179-99.

KAUP, Z.O.L.; MERIGHI, M.A.B.; TSUNECHIRO, M. A. Evaluation of alcohol consumption during pregnancy. Rev. Bras. Ginecol. Obstet., Rio de Janeiro, v. 23, n. 9, p. 575, 580, 2005.

Lima JMB. Alcoologia. O alcoolismo na perspectiva da Saúde Pública. Rio de Janeiro (RJ): Med Book Editora Científica; 2007.

Lima JMB. Álcool e Gravidez. Síndrome Alcoólica Fetal – SAF. Tabaco e Outras Drogas. Rio de Janeiro (RJ): Med Book Editora Científica; 2007.

Lima JMB. Alcoologia. Uma visão sistêmica dos problemas relacionados ao uso e abuso do álcool. Rio de Janeiro (RJ): Imo's Gráfica e Editora Ltda; 2003.

Mesquita, M. D. A., & Segre, C. A. D. M. (2009). Frequência dos efeitos do álcool no feto e padrão de consumo de bebidas alcoólicas pelas gestantes de maternidade pública da cidade de São Paulo. *Rev. bras. crescimento desenvolv. hum*, 63-77.

MUKHERJEE, R. A. S.; MOHAMMED, S. H.; ABOU-SALEH, T. Low level alcohol consumption and the fetus. Abstinence from alcohol is the only safe message in pregnancy = Efeitos do álcool sobre o feto. *BMJ*, v. 330, p. 375-376, 2005. Disponível em: <http://www.cisa.org.br/artigo/182/efeitos-alcool-sobre-feto.php>. Acesso em: 22 jul. 2016.

NASCIMENTO, Flávia Atanazio do et al. A enfermeira pediatra cuidando de crianças/ adolescentes com Síndrome Alcoólica Fetal (SAF). *Esc. Anna Nery*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, Dez. 2007.

Oliveira, T. R., & Simões, S. M. F. (2007). O consumo de bebida alcoólica pelas gestantes: um estudo exploratório. *Esc. Anna Nery Rev de Enferm*, 11(4), 632-8.

Ribeiro, E., Ponte, F. E. D., & Araújo, B. (2010). A síndrome alcoólica fetal em contexto escolar.

Santos, E. S., & Santos, A. M. G. Síndrome alcoólica fetal: recorrência em duas gerações de uma família. *Scientia Medica*, 19

SCHALL, Virgínia Torres; STRUCHINER, Miriam. Educação em saúde: novas perspectivas. *Cad. Saúde Pública*, v. 15, supl. 2, p. S4-S6, 1999

SEGRE, C. A. de M. (Coord.). Efeitos do álcool na gestante, no feto e no recém-nascido. São Paulo: Sociedade de Pediatria de São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.cisa.org.br/artigo/879/efeitos-alcool-na-gestante-no-feto.php>. Acesso em: 05 jul. 2017.

SOUZA, Líbera Helena Ribeiro Fagundes de; SANTOS, Maria Célia dos; OLIVEIRA, Luiz Carlos Marques de. Padrão do consumo de álcool em gestantes atendidas em um hospital público universitário e fatores de risco associados. *Rev. Bras. Ginecol. Obstet.*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 7, Julho 2012.



EDUCAÇÃO E SAÚDE NA DOENÇA DE PARKINSON: CUIDANDO DOS PACIENTES, FAMILIARES E CUIDADORES: DADOS PRELIMINARES

Renan Vicente da Silva

UFRJ / Fac. de Medicina / Dep. de Fisioterapia – Discente de graduação do curso de Fisioterapia

Bruna Fernandes Zappelli de Oliveira

UFRJ / Fac. de Medicina / Dep. de Fisioterapia – Discente de graduação do curso de Fisioterapia

Lucas Rodrigues de Moraes

UFRJ / Fac. de Medicina / Dep. de Fisioterapia – Discente de graduação do curso de Fisioterapia

Vera Lúcia Santos de Britto

UFRJ / Fac. de Medicina/Dep. de Fisioterapia – Docente de graduação do curso de Fisioterapia

Introdução

A doença de Parkinson (DP) é uma “doença neurodegenerativa crônica e multidimensional que envolve um alcance de sintomas motores e não-motores”⁽¹⁾, a qual acomete os núcleos da base, como o núcleo da substância negra e o núcleo estriado, provocando uma redução de dopamina na via nigroestriatal ou via dopaminérgica central.

Dessa forma, alguns dos sintomas motores são “tremor de repouso, rigidez muscular, bradicinesia (dificuldade para iniciar o movimento), instabilidade postural, distúrbios da marcha”⁽¹²⁾ como o fenômeno do congelamento (paciente sente seus pés presos ao chão). E alguns sintomas não-motores são os “neuropsicológicos (ansiedade, depressão e declínio cognitivo), disfunções autonômicas como constipação intestinal e problemas sensoriais”⁽¹²⁾, além de “distúrbios do sono”⁽¹⁾.

Então, devido a esses sintomas ocorre “o surgimento de novas alterações, comprometendo outras dimensões relacionadas à qualidade de vida”⁽⁶⁾. “Isso porque o avançar da doença desencadeia aumento das limitações para o desempenho de atividades de vida diária”^(7,8) e “surgimento de disfunções cognitivas e distúrbios corporais, aumentando o comprometimento da qualidade de vida, incluindo aspectos físicos, psicológicos, emocionais, sociais e econômicos”^(9,10).

Justificativa

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 1998-2003 indica uma distribuição de doenças crônicas que, consequentemente, tem gerado um número expressivo de incapacidades. Essas pessoas com incapacidades necessitam dos serviços de saúde, e os utilizam

quando conseguem ter acesso a eles. Contudo, os modelos vigentes de atenção à saúde do idoso ou à saúde das pessoas com deficiência são de alto custo e, em alguns aspectos, não se apresentam eficientes, demandando estratégias de prevenção e equipamentos de saúde destinados à manutenção ou recuperação da saúde de uma população mais envelhecida. Desse modo, a agenda de política pública do Brasil deveria priorizar a manutenção da funcionalidade dos idosos, com monitoramento das condições de saúde, ações preventivas específicas de saúde e educação, e cuidados buscando uma atenção multidimensional e integral, não necessariamente centrada na doença.

A necessidade de se elaborar políticas e estratégias, em especial de promoção de saúde, com um olhar descentralizado da doença justifica a implantação de um cuidado multiprofissional ao paciente com DP, que propõe o foco na família e comunidade, na valorização dos diversos saberes e práticas, integralidade e intersetorialidade das ações e estabelecer que o trabalho multiprofissional deverá ser interdisciplinar e em equipe.

Nesse cenário, entendendo que a educação dos profissionais para serem protagonistas de novas práticas é estratégia para implantação do presente projeto, sendo esse contexto de formação, propício para que a interdisciplinaridade aconteça.

Além de favorecer um contexto curricular pedagógico, já que esse projeto fará parte da carga horária de extensão da disciplina Neurofuncional I, do curso de Graduação de Fisioterapia da UFRJ/FM.

Motivação

Diante do aumento da longevidade, assistimos a um avanço crescente tanto das doenças crônicas, quanto degenerativas típicas da população mais idosa. Desse quadro decorre crescimento de problemáticas sociais relacionadas direta ou indiretamente ao impacto deste aumento da expectativa de vida. Dentre estas problemáticas está a manutenção da saúde física e mental da população idosa, além dos aspectos relacionados à prevenção de sua permanência num contexto familiar integrativo⁽²⁾.

Segundo dados do IBGE, existe uma população idosa no Brasil de 23,5 milhões de indivíduos. Sendo que esse número irá triplicar em 2030, dessa maneira nosso país se tornará oficialmente o país dos idosos.

“Indivíduos com doença crônica como a DP precisam lidar com desconforto físico, perda das relações sociais, atividades financeiras, trabalho e lazer” ⁽¹¹⁾. Dessa forma, níveis de tensão física e psicológica provocam um intenso sofrimento, além do desgaste e tensionamento dos familiares e especialmente aqueles que são cuidadores.

Esses problemas de saúde que geraram as referidas incapacidades acarretam

prejuízos não só aos cidadãos, mas também ao Estado, porque onera a seguridade social (saúde, assistência social e previdência), gerando a diminuição da qualidade de vida, principalmente dos acometidos pelos referidos problemas. Muito mais necessário do que simplesmente criar serviços de reintegração é evitar/prevenir a restrição social. Para tanto, são necessárias políticas desenhadas com um novo olhar sobre o ser humano, que respeite os princípios e as diretrizes constitucionais do SUS e atendam às consequências das transições demográficas e epidemiológicas, a fim de promover saúde para que as pessoas vivam sem grandes incapacidades numa expectativa de vida aumentada que já começou no Brasil⁽²⁾.

Devido a isso, existe a necessidade de adaptação dos serviços de saúde público e privado a essa nova demanda populacional por meio de uma educação de maneira clara e objetiva sobre a atuação de uma equipe multidisciplinar.

Em muitas instituições de saúde, grupos de profissionais têm buscado enfrentar o desafio de incorporar no serviço público a metodologia da educação popular, ou seja, a estruturação de instrumentos de ampliação dos canais de interação cultural e de negociação como cartilhas, reuniões, cursos. Nesse sentido a educação em saúde passa a ser um instrumento de construção da participação popular nos serviços de saúde e, ao mesmo tempo, de aprofundamento da intervenção da ciência na vida cotidiana das famílias e da sociedade”⁽⁴⁾.

Com base no que foi escrito fica mais fácil compreender o objetivo do projeto de extensão Educação e Saúde na doença de Parkinson: Cuidando dos pacientes, familiares e cuidadores, ou seja oferecer informações, quanto aos cuidados multiprofissionais na DP através de uma cartilha. Dessa forma, o grupo de profissionais especializados, residentes e alunos contribuirão, através do treinamento com os pacientes, seus familiares e cuidadores para o processo educativo.

A partir dos relatos dos pacientes e seus cuidadores, da observação e registro dos profissionais envolvidos com o Projeto será possível haver uma troca e produção de conhecimento entre professores, profissionais especializados, residentes e estudantes das diversas áreas de saúde e a sociedade

Objetivos

O objetivo geral é o de promover educação e saúde na DP com cuidado multiprofissional qualificado e otimizado aos pacientes com DP, seus familiares e cuidadores.

Já alguns objetivos específicos são o fornecimento de informações sobre a orientação interdisciplinar (atuação de mais de um profissional ao mesmo tempo) qualificada nas áreas de Neurologia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional, Neuropsicologia, Psicologia, Nutrição, Farmácia e Assistente Social aos pacientes com DP, familiares e/ou cuidadores.

Proporcionar uma experiência aos alunos de graduação e pós-graduação a articulação do ensino, pesquisa e extensão universitária proporcionando uma socialização da comunidade acadêmica com a sociedade reforçando a importância do ensino-aprendizagem alinhado à indissociação entre teoria-prática para auxiliar na formação de profissionais qualificados e diferenciados no mercado de trabalho, do que seja uma abordagem de orientação interdisciplinar na DP e o cuidado com seus cuidadores e familiares.

Realizar discussões clínicas interdisciplinares de forma a agregar informações e formação do aluno numa prática em saúde baseada em evidências na perspectiva humanista.

Introduzir o conceito de qualidade de vida, bem como paradigmas que a tornem mais concreta dentro da realidade de cada sujeito e de seu contexto biopsicossocial, com ações de promoção da saúde; reintegrar o paciente à sociedade, com redução de suas limitações e incapacidades.

Articular o ensino, a pesquisa e a extensão universitária e socializar informações para comunidade acadêmica e populacional.

Despertar o interesse do aluno a vivência e contato com pacientes e suas demandas, enfatizando uma visão social, humanística e ética tornando-o um profissional diferenciado no mercado de trabalho; implementar um grupo de educação em saúde para o cuidado na DP com abordagem das equipes multiprofissionais em saúde envolvidos no projeto.

Informações

O público-alvo do projeto é formado por indivíduos com DP, familiares e/ou cuidadores, como também alunos de graduação do curso de Fisioterapia da UFRJ da disciplina de Fisioterapia Neurofuncional I, do quinto período. Além de alunos de pós-graduação, residente e profissionais. Possuindo um limite de 25 vagas mensais.

O projeto é realizado no Auditório, sala 15 do Instituto de Neurologia Deolindo Couto (INDC) em Botagofo, RJ durante um mês, sendo executado toda terça-feira de 08:00 às 09:30 e sempre na primeira quinta-feira de cada mês no mesmo horário. Logo após um mês de realização adentram novos participantes ao projeto.

A cada semana, profissionais da área da saúde terão um encontro com pacientes, familiares e/ou cuidadores para oferecer informações, quanto aos cuidados multiprofissionais na DP através de uma cartilha de cuidados multiprofissionais na DP. Dessa forma, o grupo de profissionais especializados, residentes contribuirão, através das orientações o processo educativo.

Os pacientes, familiares e/ou cuidadores terão que preencher avaliação do projeto mensalmente e os alunos semestralmente, já que a cada mês serão novas vagas de pacientes, familiares e/ou cuidadores, porém os alunos permanecerão os mesmos durante um semestre.

Equipe multiprofissional

A profissional coordenadora do projeto é a Fisioterapeuta Professora Vera Lúcia Santos de Brito, MSc e os profissionais colaboradores são o Fisioterapeuta Professor Clynton Lourenço Corrêa, MSc, Phd; o Médico Neurologista Professor Luiz Felipe Rocha Vasconcellos, MSc; a Médica Marleide da Mota Gomes, MSc, Phd, que aborda sobre o distúrbio do sono; a Terapeuta Ocupacional Professora Camila Barros de Miranda Moram, MSc; a Fonoaudióloga Simone Monteiro Palermo de Oliveira Viana, MSc; a Neuropsicóloga Professora Cristina Maria Duarte Wigg, MSc; a Psicóloga Karla Soares Pereira Valviesse, Phd; a Nutricionista Eliana Alfenas Nogueira Milagres, MSc; a Assistente Social Andreia de Albuquerque Trindade, MSc; a Enfermeira Professora Maria Luiza de Oliveira Teixeira, MSc, Phd e a Enfermeira Professora Elen Martins da Silva Castelo Branco, MSc, Phd. Todos esses profissionais participaram efetivamente da elaboração da cartilha de cuidados multiprofissionais na DP e atuam no ciclo de palestras mensais do projeto. Além desses, existe a presença dos alunos bolsistas Renan Vicente da Silva, Lucas Rodrigues de Moraes e Bruna Fernandes Zappelli de Oliveira.

Cartilha de cuidados multiprofissionais na DP

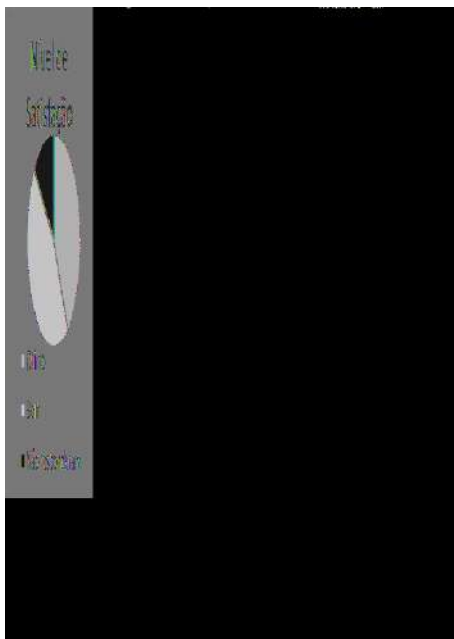


Figura 1 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO; INSTITUTO DE NEUROLOGIA DEOLINDO COUTO. Cartilha de Cuidados Multiprofissionais na Doença de Parkinson. Rio de Janeiro, 2017.

A cartilha é composta de informações sobre a DP, como o conceito da doença, quais são os sintomas motores e não-motores e os tipos de tratamentos existentes.

A Nutrição aborda sobre os distúrbios nutricionais que podem ser causados por efeitos adversos na medicação, disfagia (dificuldade para deglutir) ou pela constipação intestinal, além de orientar sobre os benefícios da alimentação saudável.

A Fonoaudiologia aborda os distúrbios da fala, dificuldade de deglutição e o padrão articulatório impreciso de palavras, além de recomendar exercícios para respiração, fala e voz.

A Fisioterapia aborda sua atuação juntamente com a farmacoterapia de repositores de dopamina visando a melhora da qualidade de vida dos indivíduos com DP, além de recomendar exercícios para melhorar o equilíbrio, distúrbios da marcha, comprometimento cognitivo com exercícios de dupla tarefa.

A Terapia Ocupacional aborda orientações para a realização de atividades da vida diária e a adaptação do meio a fim de promover maior independência do indivíduo.

A Neuropsicologia aborda os comprometimentos da memória de curto prazo, da organização visuo-espacial (capacidade de perceber a posição de dois ou mais objetos um em relação ao outro) e de habilidades visuoestrutivas (capacidade de realizar certos movimentos organizados como no quebra cabeça).

A Enfermagem aborda a recomendação dos cuidados com a pele como a questão da hidratação. Além da prevenção da úlcera por pressão e incontinência urinária.

A Psicologia aborda a importância de ser pessoa mencionando a negação da doença como forma de defesa, a depressão e a ansiedade pessoal que é o medo que pacientes com DP possuem de comer e beber em público.

A Assistência Social aborda informações sobre os direitos previstos em lei que os pacientes com DP devem exigir.

Lista de presença e questionários

Na lista de presença é registrada o dia da palestra, de qual forma o indivíduo está participando do projeto e a assinatura do participante nos dias que compareceu ao projeto.

O questionário para discentes, profissionais e residentes é composto de dados pessoais, de qual forma participa do projeto, como o conheceu e quais as expectativas em participar dele. Além de assinalar o conhecimento clínico sobre a DP (Sinais e Sintomas; Comprometimentos Funcionais, Emocionais e Cognitivos; Fenômeno ON-OFF; Congelamento e Alucinações), discutir sobre o conhecimento sobre os conceitos de multidisciplinariedade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, questionado sobre a necessidade do conhecimento multiprofissional e qual a atuação de cada profissional na equipe multidisciplinar na DP.

O questionário para pacientes, familiares e cuidadores é composto de dados pessoais, de que forma participa, como conheceu o projeto e assinalar o conhecimento clínico na DP (Sinais e Sintomas; Comprometimentos Funcionais, Emocionais e Cognitivos; Fenômeno ON-OFF; Congelamento e Alucinações). Além de informar a quantos neurologistas diferentes procurou e desses quantos explicaram sobre a doença e seus comprometimentos e do atendimento interdisciplinar, assinalar os profissionais de saúde que já foi atendido (Fonoaudiólogo, Terapeuta Ocupacional, Enfermeiro, Psicólogo, Neuropsicólogo, Farmácia, Assistente Social e Nutrição). Algum desses outros profissionais da saúde informaram sobre o atendimento interdisciplinar, se participa de um grupo de apoio e a quais profissionais mantêm uma regularidade e em qual frequência.

A avaliação final é composta sobre o que acharam do projeto (Ótimo, Bom, Regular ou Péssimo), se o projeto agregou informações novas, se o atendimento interdisciplinar é importante para o indivíduo com DP, se as dúvidas foram sanadas, o que acharam da cartilha e o registro de algum comentário ou sugestão.

Resultados preliminares – maio/2017



Figura 2 - Gráfico da quantidade de participantes no mês de maio/2017

As quantidades de participantes foram de 59% discentes, sendo a maioria na área da Fisioterapia e Psicologia, 14% profissionais, divididos entre Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais e Fonoaudiólogos, 10% paciente com DP, 7% familiares, 7% residentes, sendo um de Fisioterapeuta e outro Enfermeiro ambos da residência multiprofissional do HUCFF e 3% cuidadores.

Resultados dos questionários

Segundo os dados dos questionários, os pacientes com DP, familiares e cuidadores em sua maioria desconheciam os conhecimentos clínicos sobre a doença e a atuação multiprofissional com exceção da Fisioterapia.

Os discentes, residentes e profissionais em sua maioria sabiam o conhecimento clínico DP com exceção do comprometimento emocional, flutuações clínicas e alucinações, e também conheciam a atuação multiprofissional exceto diferenciar Psicologia de Neuropsicologia e o papel do Serviço Social.

Nível de satisfação geral

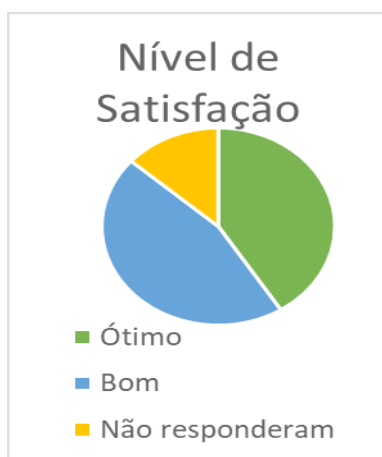


Figura 3 - Gráfico do nível de satisfação geral.

No nível de satisfação geral dos participantes, 41% acharam Ótimo, 45,54% acharam Bom e 13,46% não responderam à avaliação final.

Nível de satisfação específico

Todos os participantes responderam “sim” para todas as questões da avaliação final. Sendo assim, o projeto agregou informações novas, mostrou a importância de um atendimento interdisciplinar, os profissionais solucionaram as dúvidas dos participantes e a cartilha foi explicativa.

Artigo: Multidisciplinary care in parkinson's disease⁽⁵⁾

O artigo aborda a importância e as dificuldades do cuidado multidisciplinar e salienta a necessidade de tratar os pacientes de forma holística. Dessa maneira, uma equipe multidisciplinar estruturada com profissionais de saúde de diferentes especialidades é essencial para maximizar o tratamento do paciente. Apesar da equipe está cada vez mais adaptada para ser introduzida nos cuidados dos pacientes com DP, a diversidade de pacientes e as mudanças constantes nos ambientes de saúde dificultam a implementação da equipe multidisciplinar.

Na teoria é o melhor tratamento, entretanto a logística por trás dessa estrutura complexa são complicados de serem colocados em prática. Sendo assim, importante o trabalho em sinergia por meio de uma abordagem colaborativa que garanta o cuidado integral do paciente.

Estudos futuros deveriam focar numa estrutura padrão que acomode os sintomas motores e não-motores e a diversidade de pacientes. E, por fim, desenvolver uma colaboração, integração e respeito mútuo entre os profissionais da equipe visando a melhora no tratamento e na qualidade de vida do paciente no longo-prazo.

Composição da equipe multidisciplinar

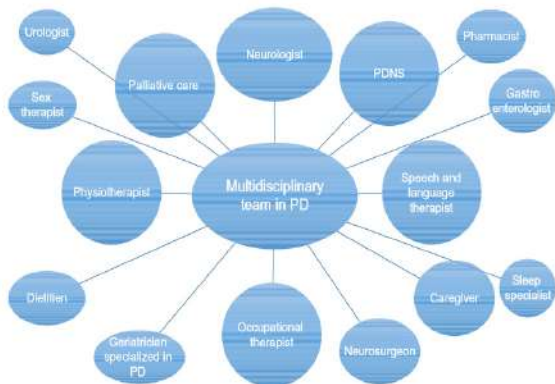


Fig. 1 Multidisciplinary team disciplines. PD, Parkinson's disease; PDNS, Parkinson's disease nurse specialist.

Figura 4 - Multidisciplinary Care in Parkinson's Disease (QAMAR et al., 2017)

Conclusão

A apresentação da cartilha dos cuidados multiprofissionais na DP como processo educativo pelos diversos profissionais que a contemplaram contribuiu para o aumento do conhecimento multidisciplinar sobre a DP dentro da realidade individual de cada sujeito e seu contexto biopsicossocial.

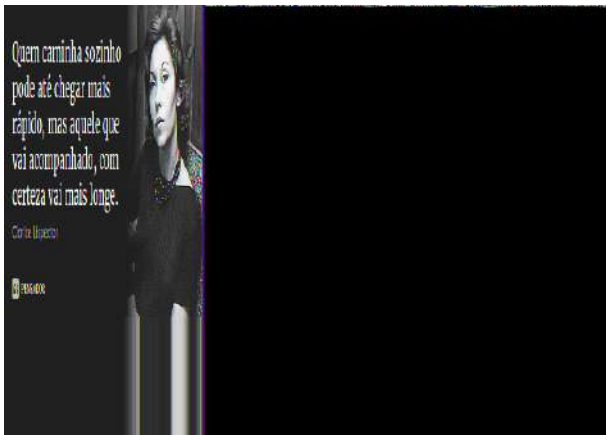


Figura 5: Participantes do mês de maio/2017.

Consideração final

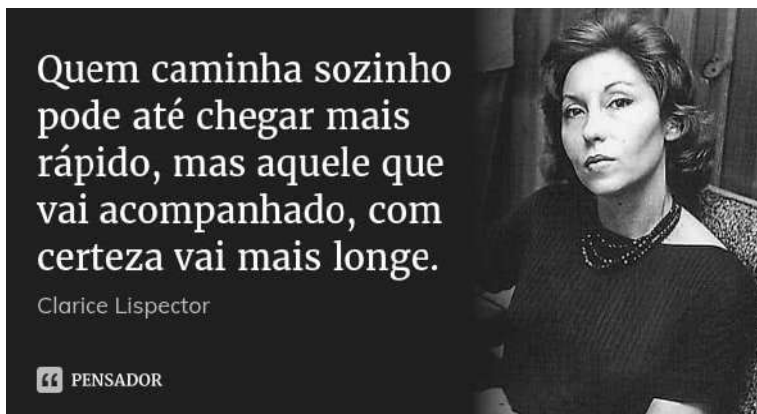


Figura 6 - <https://www.pensador.com/frase/NzEwMTM0/>

Uma doença crônica, como a DP, demora anos para levar um indivíduo a morte. Dessa forma, ele trilhará uma longa caminhada até o fim de sua vida sendo muito importante a presença não apenas de uma equipe multiprofissional, mas também da família e amigos fornecendo todo apoio, carinho e amor. E que nunca abandone um paciente crônico. Esteja sempre presente em todos os estágios da doença até a cena final. SEJA PRESENTE!

Referências bibliográficas

- A`Campo LEI, Spliethoff-Kamminga NGA, Roos RAC. An evaluation of the patient education programme for Parkinson's disease in clinical practice. *Int J Clin Pract.* 2011;65(11):1173-9.
- Brasil ACO. Promoção de saúde e a funcionalidade humana. *Rev Bras Promoção Saúde, Fortaleza.* 2013;26(1):1-4, jan/mar.
- Carod-Artal FJ, Vargas AP, Martinez-Martin P. Determinants of quality of life in brazilian patients with Parkinson's Disease. *Mov Disord.* 2007;22(10):1408-15.
- GILADI, N.; MANOR Y.; HILEL A.; GUREVICH T. Interdisciplinary Teamwork for the Treatment of People with Parkinson's Disease and Their Families. *MOVEMENT DISORDERS.* Nova York, 2014.
- Knipe M, Wickremaratchi MM, Wyatt-Haines E, Morris HR, Ben-Shlomo Y. Quality of life in young compared with late-onset Parkinson's disease. *MovDisord.* 2011;26(11):2011-8.
- Martins LM, França APD, Kimura M. Quality of life of people with chronic illness. *Rev. Latino-Am. Enfermagem.* 1996; 4:5-18.
- Monticone, M.; Ambrosini, E.; Laurini, A.; Rocca, B.; Foti, C. In-Patient Multidisciplinary Rehabilitation for Parkinson's Disease: A Randomized Controlled Trial. *Movement Disorders,* 2015. Vol. 30, Nº. 8, p. 1050-1058.
- QAMAR, M.; HARINGTON G.; TRUMP S.; JONHSON J.; ROBERTS F.; FROST E. Multidisciplinary

Care in Parkinson's Disease. International Review of Neurobiology. Reino Unido, 2017.

Rodrigues de Paula F, Teixeira-Salmela LF, Faria CDCM, Brito PR, Cardoso F. Impact of an exercise program on physical, emotional, and social aspects of quality of life of individuals with Parkinson's disease. *Mov Disord.* 2006;21(8):1073-7.

Souza RG, Borges V, Silva SMCA, Ferraz HB. Quality of life scale in Parkinson's disease: PDQ-39 (Brazilian Portuguese version) to assess patients with and without levodopa motor fluctuation. *Arq Neuropsiquiatr.* 2007;65(3-B):787-91.

Vasconcelos EM. Educação Popular como instrumento de reorientação das estratégias de controle das doenças infecciosas e parasitárias. *Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro.* 1998;14(Sup.2):39-57.



O PAPEL DOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS: A MATERNIDADE DA UFRJ

Ismê Captureba Santos

Técnico-Administrativo UFRJ/Decania CCS

Joffre Amim Junior

Professor Associado UFRJ/FM

Antonio Jose Ledo Alves da Cunha

Professor Titular UFRJ/FM

Roberto Andrade Medronho

Professor Titular UFRJ/FM

Ana Paula Vieira dos Santos Esteves

Técnico-Administrativo UFRJ/ME

Diana Maul Carvalho

Professor Associado aposentado UFRJ/FM

Introdução

A palavra hospital é de origem latina, originou-se do vocábulo *hospes* cujo significado era hóspede ou convidado, porque antigamente essas casas de assistência recebiam os peregrinos, pobres e enfermos. Durante muito tempo outras denominações compartilhavam com essa denominação tais como *hospitalis* (ser hospitaleiro e *hospitium* (acomodações em que hóspedes eram recebidos), tanto como *nosocomium* (lugar ou asilo de doentes, enfermos (ARAÚJO, 2014).

Há muitas controvérsias quanto a origens dos hospitais, portanto, parece evidente que foi a partir do cristianismo, que os hospitais se expandiram, sendo reconhecidos como instituição. Desde o século XVIII, o hospital passou a ter a concepção de serviços terapêuticos, intervindo sobre a doença e o enfermo, podendo proporcionar a cura.

Nesse novo contexto, o hospital passou a incorporar a figura de hospital médico, decorrente de fatores que modificaram as práticas dos serviços hospitalares, mudando o foco da intervenção e a instituição de fluxo para esse ambiente (ARAÚJO, 2014). A partir desta época, os hospitais passaram por grandes mudanças conceituais e estruturais.

No Brasil, os primeiros hospitais construídos foram no século XVI sendo denominados as Casas de Misericórdia. A primeira foi inaugurada em 1º de novembro de 1543, Santa Casa de Misericórdia de Santos, por Brás Cubas, líder do povoado do porto de São Vicente, posteriormente Vila de Santos, atualmente cidade de Santos. A segunda foi a Santa Casa de Misericórdia

na praia de Santa Luzia, povoamento próximo a baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, fundada em 1582 pelo jesuíta José de Anchieta. Outras Casas de Misericórdias foram sendo fundadas no Brasil com o mesmo propósito.

As Santa Casas prestavam assistência aos colonos, desassistidos, desvalidos e mais carentes. Com quase cinco séculos participou de toda a história do Brasil, servindo também para a prática da medicina durante quase três séculos, antes da fundação da primeira Faculdade de Medicina no país. Ressaltamos que naquela época não havia ainda curso de medicina no Brasil.

Em 1808, a família real aportou no Brasil, primeiramente na Bahia. Os representantes do comércio da época se reuniram e ficou deliberado solicitar ao Príncipe Regente D. João VI a fundação de uma universidade literária, para prover a construção do palácio real. O pedido não foi acatado, entretanto, a pedido do cirurgião-mor do Reino, Dr. José Correa Picanço, que foi um luso-brasileiro formado em Coimbra, criou-se em 18 de fevereiro do mesmo ano, o Curso de Cirurgia, Anatomia e Obstetrícia, sendo atualmente a Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia-UFBA. Com a transferência da família real para o Rio de Janeiro, o Príncipe Regente, no mesmo ano cria a Academia Real Militar, para a formação de oficiais e de engenheiros civis e militares, instalados no Hospital Militar.

Em cinco de novembro do mesmo ano através da carta régia, D. João VI cria a Escola Anatómica, Cirúrgica e Médica, sendo instalada no Hospital Militar do Morro do Castelo. Naquela época a filosofia colonial dificultava a criação do ensino superior no Brasil, pois era considerada pela corte como uma ameaça aos seus próprios interesses.

No período da colônia, os poucos médicos brasileiros eram graduados na Europa e raros europeus vinham exercer a medicina aqui. Havia uma considerável resistência, seja de Portugal (política de colonização) e sejam de brasileiros que não viam justificativas para a criação na Colônia, pois a elite procurava a Europa (MENDONÇA, 2000).

No mundo a origem das universidades se deu no final do século XI, na Itália, mais precisamente na cidade de Bolonha. A partir do século XIV, houve uma expansão das universidades por todo o mundo, inclusive no território europeu. A criação da universidade no Brasil e não mais como escolas superiores isoladas se efetivou no século XX (SIMÕES, 2013).

Devido ao crescimento da criação de universidades e de cursos de medicina, iniciou-se um processo de discussão sobre o sistema dos cursos superiores. O movimento despontou nos Estados Unidos em 1908, com a publicação do primeiro livro do eminente educador à época, Abraham Flexner intitulado, *The American College: a criticism*.

Neste livro ele fez duras críticas ao sistema de ensino norte americano. Houve grandes repercussões, resultando então em um convite do presidente da Carnegie Foundation, Henry S. Pritchett, para a realização

de um estudo sobre a educação médica nos Estados Unidos e Canadá. Flexner visitou cento e cinquenta e cinco escolas de medicina pelo período de seis meses (PAGLIOSA, 2008).

O resultado desse estudo foi a elaboração de um relatório, denominado Relatório *Flexner* (1910). Este relatório apontou vários problemas relacionados ao ensino médico desses países, dentre eles, a falta de relação entre a formação científica e o trabalho clínico, a falta de controle administrativo e organizacional das escolas médicas sobre os hospitais que serviam como cenário de prática dos seus alunos (ARAÚJO, 2014).

Em relação as várias recomendações, chamou também a atenção para o arcabouço do currículo médico ser em dois ciclos, o básico com aulas nos laboratórios e aulas teóricas e o profissional agregado à prática clínica nos hospitais. (PAGLIOSA, 2008).

A partir dessa época, então, é que se inicia o processo de discussão para a vinculação de hospitais às escolas médicas e consecutivamente as universidades, gerando para as instituições grandes transformações conceituais e organizacionais.

Dentre estas mudanças elencadas chamamos à atenção aos hospitais vinculados às escolas médicas, que surgiu como uma das recomendações do Relatório *Flexner* (1910). A relação entre as escolas e/ou faculdades de medicina e os hospitais de ensino nos remete a obra de *Foucault*, o nascimento da clínica, onde é retratado a indissociabilidade entre a assistência-ensino (ARAÚJO, 2014).

Inicia-se um novo conceito de hospital, inclusive no Brasil, o hospital de ensino, que quando está vinculado a uma Universidade, também é denominado como Hospital Universitário-HU, incorporada as atividades de ensino, pesquisa e assistência (ARAÚJO, 2014), resultando numa forte relação de interdependência entre as demandas das Unidades Acadêmicas e os Hospitais Universitários.

Segundo Clementino Fraga Filho (1978), o hospital universitário é o campo de treinamento para o ensino da medicina, como as demais profissões da saúde, e estando representado, na estrutura da UFRJ, como órgão suplementar, torna-se indispensável estabelecer um protocolo, para regulamentar as relações entre as instituições que se completam em suas atividades afins, ou sejam, o ensino e a pesquisa.

Conceitualmente no Brasil, os Hospitais Universitários são considerados centros de formação de recursos humanos e de desenvolvimento tecnológico para a área da saúde prestando serviços à população, possibilitando o aprimoramento do atendimento e a elaboração de protocolos técnicos, oferecendo atualização aos profissionais de saúde através da educação continuada, garantindo assim padrões de eficiência à disposição do Sistema Único de Saúde-SUS (BRASIL, 2017).

Neste sentido, os hospitais universitários têm sido entendidos como sistemas complexos devido as competências e interfaces com as unidades acadêmicas, que são as Faculdades, Esco-

las e Núcleos, vinculadas a um Centro Universitário, geralmente denominado Centro de Ciências da Saúde, das Instituições Federais de Ensino Superior-IFES.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, possui nove hospitais, sendo um geral e os demais de especialidades, a saber, Hospital Universitário Clementino Fraga Filho-HUCFF, Instituto de Pediatria Martagão Gesteira-IPPMG, Instituto de Psiquiatria-IPUB, Instituto de Ginecologia-IG, Instituto de Neurologia Deolindo Couto-INDC, Instituto de Doenças do Tórax-IDT, Instituto do Coração Edson Saad-ICES, Instituto de Atenção à Saúde São Francisco de Assis-HESFA e a Maternidade Escola-ME (UFRJ, 2017).

A literatura tem apontado que os hospitais universitários do Brasil foram pensados para exercer esta mesma atribuição, ou seja, um hospital que ensina. Partindo deste princípio o hospital perdeu sua característica meramente assistencial, passando a ser também um local de formação e cenário de prática para o ensino médico, bem como de outras modalidades de cursos de graduação da área da saúde.

O século XXI tem como papel central a cura. Através da pesquisa é que se ensina buscando a melhoria do sistema de saúde. As características dos hospitais universitários são ensino, pesquisa e assistência, abordagem biológica e social da saúde, humanização e interdisciplinaridade da assistência de alta complexidade a nível terciário (ARAÚJO, 2014).

Reportando-nos a um dos hospitais de especialidades da UFRJ, a Maternidade do Rio de Janeiro, atualmente Maternidade Escola, foi criada pelo Decreto nº 5.117 de 18 de janeiro de 1904, tendo sido doada em 1918 pelo diretor à época prof. Fernando Magalhães à Faculdade Nacional de Medicina com a finalidade de proporcionar assistência às gestantes e aos recém-nascidos menos favorecidos (BRASIL, 2017). Sua importância no ensino de Obstetrícia, no Brasil, foi base para a criação dos cursos de pós-graduação em níveis de mestrado e doutorado no ano de 1974. Foi a pioneira introduzindo a ultrassonografia no Brasil (1974), a utilização do Doppler em obstetrícia (1986), a cordocentese e a transfusão intravascular intrauterina (1987), a fetoscopia e a utilização do laser em procedimentos intrauterinos (2004), cumprindo assim o seu papel na inovação tecnológica.

A Maternidade Escola ampliou o seu leque de atuação ao longo do século, com a incorporação das novas tecnologias na medicina e o surgimento das novas especialidades. A obstetrícia, especialidade médica inicial da instituição, se uniu a pediatria, mais especificamente a neonatologia, tendo atualmente uma assistência perinatal, com a participação de profissionais médicos e outros profissionais da área da saúde. Presta assistência integral à saúde da mulher e da criança, com perfil multiprofissional, recebendo alunos dos cursos de graduação em medicina, enfermagem, nutrição, assistência social, psicologia, fonoaudiologia, fisioterapia, saúde coletiva e musicoterapia. Possui seu próprio Comitê de Ética e Pesquisa CEP-ME. Na extensão tem o Programa Papo Cabeça.

Na pós-graduação *lato-sensu* oferece o curso de Especialização Atenção Integral à Saúde Materno Infantil (AISMI) e têm programas de residência médica em obstetrícia, medicina fetal, ultrassonografia em ginecologia/obstetrícia, neonatologia e multiprofissional em enfermagem, nutrição e psicologia. Aporta também residência multiprofissional com outras unidades da UFRJ (EEAN, HESFA e IPPMG) e externas à UFRJ.

Nos seguimento *strictu-sensu*, o Programa de Pós-Graduação em Saúde Perinatal, modalidade mestrado profissional, além das atividades de pesquisa vinculadas a outros programas de pós-graduação da UFRJ.

Atualmente, a Maternidade Escola é um hospital universitário especializado que dispõe de assistência ambulatorial e hospitalar, multiprofissional, oferecendo linhas de cuidado específicas na atenção à saúde de gestantes e recém-nascidos de alto risco.

Possui ambulatorios especializados na assistência pré-natal, a saber, hipertensão arterial, diabetes, gestação gemelar, patologias fetais, programa de rastreio de risco para gestantes no primeiro trimestre, planejamento familiar para mulheres de risco, genética pré-natal e medicina fetal, oferecendo assistência perinatal para a sua área programática com emergência (ME, 2017).

A Constituição Federal de 1988, ao criar o Sistema Único de Saúde-SUS como forma de prover à saúde a população brasileira, afirma em seu artigo 196, que a saúde é direito de todos e dever do estado e que compete ao SUS ordenar a formação em saúde (CF, 1988).

Diante dessa premissa os Hospitais de Ensino, são de extrema relevância, em função de que correspondem aos hospitais gerais e especializados servir de cenário de prática para atividades curriculares de cursos da área da saúde, podendo ser propriedade de uma Instituição de Ensino Superior-IES pública ou privada que quando estão vinculados à universidade são denominados de Hospital Universitário.

No ano de 2004 foram criadas várias portarias no sentido de reorganizar os hospitais universitários juntamente ao SUS. Através da Portaria Interministerial/MEC/MS nº 1.000, de 15 de abril de 2004, estabelece os critérios para a certificação e reconhecimento destes hospitais de ensino, bem como, no mesmo ano é lançado o Programa de Reestruturação dos Hospitais de Ensino pelos Ministérios da Saúde e Educação através da Portaria Interministerial nº 1.702/GM, de 17 de agosto, objetivando reestruturar os hospitais, integrando-os à rede dos serviços de saúde do SUS.

Em 2007 foi publicada a Portaria Interinstitucional nº 2.400/MEC/MS de 2 de outubro, estabelecendo requisitos para certificação de unidades hospitalares como hospital de ensino, considerando o dispositivo constitucional que estabelece a autonomia universitária e o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Os campos de prática de ensino e de pesquisa em saúde abrangem todos os espaços de produção das atividades e serviços da área da saúde, da promoção junto à coletividade, junto às unidades ambulatoriais.

As diretrizes curriculares têm como objetivo a formação de profissionais de acordo com o sistema de saúde vigente no País, com atenção a um sistema regionalizado e hierarquizado (BRASIL, 2007). Algumas portarias foram revogadas e a Portaria Interministerial nº 285, de 24 de março de 2015, redefine o Programa de Certificação de Hospitais de Ensino.

A certificação ocorre a cada dois anos, podendo ser renovada, bem como ser cancelada ou suspensa caso descumpra alguns dos requisitos obrigatórios determinado por essa Portaria. Entretanto, para que esses hospitais sejam certificados, precisam estar inscritos no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde-CNES, e cumprir com uma série de requisitos tais como: ser cenário de prática para os alunos de graduação de ao menos um curso de graduação de medicina e dois cursos da área da saúde, possuir programas de residência médica credenciados pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM), garantindo o acompanhamento diário por docente e/ou preceptor, dispor de projeto institucional próprio ou vinculado a uma IES para o desenvolvimento de atividades de pesquisa e avaliação de tecnologias, possuir uma estrutura organizacional capaz de gerir as atividades desenvolvidas na unidade hospitalar, ter instalações físicas adequadas, acesso a biblioteca atualizada e especializada, fazer uma oferta de no mínimo 60% dos leitos ao SUS, participar das políticas e programas prioritários do SUS, e por fim, contribuir na constituição de uma rede de cuidados (NOGUEIRA, et. al., 2014).

Face a todo este processo, decorrente da certificação surge a contratualização, que vem seguido do estabelecimento de metas e indicadores entre o representante legal do hospital de ensino e o gestor local do SUS, através de metas quantitativas e qualitativas da assistência, do ensino, da pesquisa, e da gestão hospitalar.

Este processo tem como objetivo melhorar o desempenho, incrementar as contas, aprimorar a gestão, bem como a melhoria da assistência e a maior inserção dos hospitais de ensino na rede de serviços no âmbito do Programa de Reestruturação dos Hospitais de Ensino-REHUF no SUS, criado em 2010 através da Portaria Interministerial nº 883, de 5 de julho.

Diante dos fatos, temos a percepção da complexidade que compõe essas unidades hospitalares para atingir suas missões. A Maternidade Escola, da UFRJ, por ser um Hospital Universitário especializado em saúde perinatal, agrega nove cursos de graduação a saber: medicina, fonoaudiologia, fisioterapia, enfermagem, nutrição, farmácia, psicologia, serviço social e musicoterapia.

Com relação ao curso médico, recebe os alunos dos internatos rotatório e eletivo da Faculdade de Medicina da UFRJ. O internato é a etapa do curso de graduação em medicina que é

composta pelo estágio curricular obrigatório de treinamento em serviço, sob supervisão docente ou de preceptor.

Nesta fase do curso, o aluno tem a oportunidade de vivenciar de forma mais concreta a prática em medicina, deixando de ser um mero observador para atuar de forma mais direta. O internato promove a integração discente em equipes multiprofissionais, desenvolvendo atitudes éticas do exercício profissional, bem como atende aos demais objetivos do curso de graduação em medicina.

A responsabilidade deste período do curso é dos departamentos e a execução e controle estará a cargo da Comissão do Internato da FM. O internato é preferencialmente realizado nas unidades hospitalares da UFRJ ou naquelas que são conveniadas para esta finalidade com a Faculdade de Medicina, respeitadas as normas das Resoluções 1/89 e 8/93 do Conselho Federal de Educação-CFE.

Atualmente o internato rotatório é cumprido em períodos de oito semanas em cada uma das seis grandes áreas, incluído a obstetrícia. No eletivo, último semestre, poderá ser cumprido no período de vinte semanas (FM-UFRJ, 2017).

Vale destacar que com a mudança do currículo do curso de medicina, inicialmente proposto para 2018, os internatos serão iniciados antecipadamente ao que é ofertado hoje, aumentando assim a demanda desses alunos dentro das unidades hospitalares da UFRJ.

O corpo social da Maternidade Escola é composto por servidores técnicos-administrativo sendo servidores da área da saúde e administrativa, funcionários extraquadros, docentes e discentes. Atualmente perfaz um total de aproximadamente mil e duzentos alunos por ano.

Com todas estas atribuições, podemos perceber que um Hospital Universitário, no caso, a Maternidade Escola, tem múltiplas responsabilidades, incluindo o ensino que é realizado através da prática em assistência perinatal de acordo com a preconização do SUS e as diretrizes curriculares dos cursos de graduação.

A Maternidade Escola é um dos Hospitais Universitários que formam o Complexo Hospitalar da UFRJ, cuja missão é promover o ensino, através do desenvolvimento de modelos de gestão clínica, pesquisa e inovação tecnológica em saúde perinatal, visando a formação de profissionais com compromisso social. Tem como visão ser reconhecida como centro de referência em modelos de ensino, pesquisa e inovação tecnológica na assistência perinatal (ME-UFRJ, 2017). Relaciona com várias Unidades Acadêmicas através da graduação e pós-graduação na geração, produção e difusão do conhecimento.

Partindo deste princípio, o hospital perdeu sua característica meramente assistencial, e também passou a ser um local de formação e cenário de prática para o ensino na área da saúde. É imperioso ressaltar que estas instituições vêm sofrendo sérias consequências devido a políticas

governamentais que corroboram com um financiamento inadequado para o ensino e pesquisa, bem como uma política de pessoal que instrumentalize a universidade na sua plenitude.

Justificativa e objetivo

Baseada na perspectiva da interseção entre a unidade acadêmica e hospitalar, este trabalho possui o seguinte objetivo: contribuir para a sustentabilidade das instituições através da melhoria da interlocução entre a Faculdade de Medicina e a Maternidade Escola.

Metodologia

Pesquisa de abordagem qualitativa, descritiva, que terá como método o estudo de caso e história oral.

Resultados esperados

Considerando que embora a maioria dos HU tenha a tripla missão, bem como está presente na definição oficial do Ministério da Educação, ela ainda não foi, de fato, interiorizada na prática dessas instituições.

Sendo assim, espera-se que com esta pactuação, consigamos mostrar as áreas de interseções existentes entre a Unidade Acadêmica, Faculdade de Medicina e o Hospital Universitário, Maternidade Escola, visando fortalecer as relações e com isso cumprir com excelência sua missão de ensino, pesquisa e assistência para a melhoria das atividades acadêmicas e o devido retorno social.

Palavras-chave: hospitais universitários; hospitais de ensino; ciências da saúde; história.

Referências bibliográficas

- ARAUJO, K. M. de; LETA, J. Os hospitais universitários federais e suas missões institucionais no passado e no presente. *Hist. Ciênc. Saúde-Manguinhos*, v.21, n.4, p.1261-1281, 2014.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988. D.O.U. Poder Executivo, Brasília, DF n.191-A, 05 out. 1988. Seção 1, pag. .
- BRASIL. Ministério da Educação. Ministério da Saúde. Portaria Interministerial nº 285, de 24 de Março de 2015. Redefine o Programa de Certificação de Hospitais de Ensino (HE). D.O.U. Poder Executivo, Brasília, DF n.57, 25 mar. 2015. Seção. 1, p. 31.
- BRASIL. Ministério da Educação. Disponível em <file:///C:/Artigos%20PP%20ME%202017.2/História%20da%20ME%20portal%20MEC.pdf > Acesso em 03 nov. 2017
- BRASIL. Ministério da Educação. Hospitais Universitários: apresentação, 2017. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/hospitais-universitarios>>. Acesso em: 02 set. 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. Hospitais Universitários: apresentação, 2017. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/hospitais-universitarios>>. Acesso em: 02 set. 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. Ministério da Saúde. Portaria Interministerial nº 1000 de 15

de Abril de 2004. Certifica como Hospital de Ensino as Instituições Hospitalares que servirem de campo para prática de atividades curriculares na área da saúde, sejam Hospitais Gerais e, ou Especializados, de propriedade de Instituição de Ensino Superior, pública ou privada, ou, ainda, formalmente conveniados com Instituições de Ensino Superior. D.O.U. Poder Executivo, Brasília, DF n.73 ,16 abr. 2004. Seção 1, p.13.

BRASIL. Ministério da Educação. Ministério da Saúde. Portaria Interministerial nº 2400 de 02 de Outubro de 2007. Estabelece os requisitos para certificação de unidades hospitalares como Hospitais de Ensino. ... D.O.U. Poder Executivo, Brasília, DF n.191, 03 out. 2007. Seção 1.

BRASIL. Ministério da Educação. Portal SESU. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/humat.pdf>> Acesso em 04 nov. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. PORTARIA n° 1.702/GM de 17 de agosto de 2004. Cria o Programa de Reestruturação dos Hospitais de Ensino no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS. D.O.U. Poder Executivo, Brasília, DF, n. 18 ago. 2004. Seção 1, p.79

BRASIL. Ministério da Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Estatuto, 2014. Disponível em: < http://www.consuni.ufrj.br/images/Legislacao/ESTATUTO_ATUAL_DA_UFRJ.pdf>. Acesso em: 02 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Conselho Universitário. Resolução Consuni nº15 de 18 de dezembro de 2008. Inclusão do Complexo Hospitalar na Estrutura Média da UFRJ, 2008. Disponível em: <<http://www.consuni.ufrj.br/images/Resolucoes/res15-08.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Fiocruz Casa de Oswaldo Cruz. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930) Disponível em <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/escancimerj.htm#historico>> Acesso em 04 nov. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Fiocruz Casa de Oswaldo Cruz. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Disponível em <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/index.php>> Acesso em 03 nov.2017

BRASIL. Ministério da Saúde. Portal da Saúde. REHUF. Disponível em <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/989-sas-raiz/dahu-raiz/atencao-hospitalar/l4-atencao-hospitalar/13483-eixo-contratualizacao>>

CAMPOS, G. W. de S. Educação médica, hospitais universitários e o Sistema Único de Saúde. Cad. Saúde Pública, v.15, n.1, p.187-193, 1999. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/%0D/csp/v15n1/0048.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2017.

CF 1988

FÁVERO, M. de L. de A. A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. Educ. Rev., n.28, p.17-36, 2006.

FILHO, C. F. A implantação do hospital universitário da UFRJ. 2. ed. Rio de Janeiro. FUJB. 2000. p.6-209.

LIMA, S.M.L; RIVERA, F.J.U. A Contratualização nos Hospitais de Ensino no Sistema Único de

Saúde Brasileiro. Rev. Ciência & Saúde Coletiva, v. 17, n. 9, p. 2507-2521, 2012.

MATERNIDADE ESCOLA. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Missão. Disponível em: <<http://www.maternidade.ufrj.br/portal/index.php/instituicao/missao>> Acesso em: 09 set. 2017.

MENDONÇA, A. W. P. C. A universidade no Brasil. Rev. Bras. Educ., n.14, p.131-194, 2000.

NOGUEIRA, D. L.; LIRA, G. V.; ALBUQUERQUE, I.M. A. N.; LINHARES, M. S. C. Avaliação dos Hospitais de Ensino no Brasil: uma Revisão Sistemática. Rev. Bras. Educação Médica, v. 39, n.1, p. 151-158, 2015.

PAGLIOSA, F. L.; ROS, M. A. O Relatório Flexner: para o bem e para o mal. Rev. Bras. de Educação Médica, v.32, n.4, p.492-499, 2008.

SIMÕES, M. L. O Surgimento das Universidades no Mundo e sua Importância para o Contexto da Formação Docente. Rev. Temas em Educação. João Pessoa, v.22, n.2, p.136-152, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Faculdade de Medicina. Quem somos, c2014. Disponível em: <http://www.medicina.ufrj.br/colchoes.php?id_colchao=707>. Acesso em: 09 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Faculdade de Medicina. Regras Internato. Disponível em <http://www.medicina.ufrj.br/colchoes.php?id_colchao=239> Acesso em 03 nov. 2017.



UMA AVALIAÇÃO DA LOGÍSTICA DA REDE DE SUPRIMENTOS APLICADOS A SAÚDE: ESTUDO DE CASO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA FILHO

Karina Lyra Fontes

UFRJ/COPPE – Doutoranda

Marcos Pereira Estellita Lins

UFRJ/COPPE – Professor

Introdução

O Hospital Universitário Clementino Fraga Filho é um hospital referência em tratamentos de alta complexidade. O hospital recebe, diariamente, cerca de 1.300 pacientes para exames e/ou atendimentos ambulatoriais e aproximadamente 200 internações diárias mantidas pela unidade. São feitas, em média, 25 cirurgias diariamente no HUCFF.

No momento atual, o hospital passa por uma crise séria por falta de infraestrutura, logística, recursos financeiros e humanos, com impacto em diversos indicadores, particularmente no baixo número de leitos. Na Figura 1 temos a quantidade de leitos pretendida no projeto inicial do HU, na inauguração e atualmente.

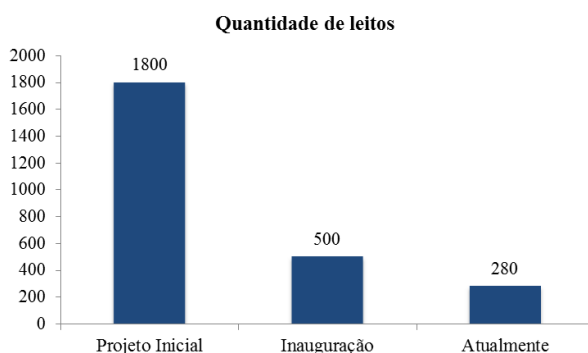


Figura 1 – Quantidade de leitos por tempo no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho. Fonte elaborada pelo autor

Com o intuito de apoiar a estruturação de problemas do Hospital Universitário, deu-se início a um projeto com o objetivo de ajudar a caracterizar os principais problemas e estruturar o conhecimento de forma a facilitar a busca de soluções.

A importância do hospital, tanto para os alunos como para os próprios pacientes foi uma grande motivação para que o trabalho fosse realizado, visando melhorias, muitas vezes pequenas e não percebidas, que podem tornar um sistema de gestão mais eficiente.

Através de análise teórica e pesquisa interna, foram estruturados grupos de maiores problemáticas para o HUCFF. A Logística foi um dos temas abordados e, conforme será mostrado, no caso do Hospital em estudo, a mesma é vista como a que mais possui autonomia interna, sendo assim escolhida para a parte aplicada do estudo.

Para que o estudo fosse realizado foi necessário pesquisar o hospital e suas dificuldades. Através de entrevistas com agentes do meio foi possível levantar dados para iniciar a estruturação do problema. Para o trabalho é necessário a compreensão do fluxo dos processos como base primordial para melhorar a qualidade de informação, dados e principalmente minimizar custos.

O estudo é baseado em análises estruturadas através de mapas cognitivos, que é utilizado através de uma estrutura gráfica com o objetivo de organizar ideias, conceitos e informações de modo esquematizado.

Na atualidade o mapeamento de processos é muito citado por ser uma atividade com o objetivo de desenhar, executar, documentar, monitorar e controlar a melhoria dos processos com o objetivo de alcançar resultados melhores para uma instituição. Com isso os mapas de processo serão de grande serventia para o melhor entendimento dos processos realizados dentro do HU.

A Criação do Hospital Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) foi delineada com o propósito de possibilitar um ensino clínico de qualidade, em um hospital dentro da própria Cidade Universitária da UFRJ, já que os prejuízos causados pela falta de um hospital próprio foram imensos para o ensino.

Metodologia

- CHAP²

O CHAP² (Complex Holographic Assessment of Paradoxical Problems) consiste em uma metodologia sistêmica para estruturar e facilitar a integração entre aspectos qualitativos (Humanidades) e quantitativos (Engenharias) dos problemas sociais complexos que se baseia em desenvolvimentos recentes em mapas (meta)cognitivos e auxilia na resolução de problemas pouco estruturados e de alta complexidade, que envolvem interações entre os componentes

humanos, tecnológicos, organizacionais e ambientais, isto sob a perspectiva da escola inglesa de Pesquisa Operacional.

O modelo é abordado compreendendo seis fases, segundo Lins e Netto (no prelo):

- I) Caracterização do Sistema Real e agentes relevantes;
- II) Caracterização dos padrões de percepção dos agentes identificados para lidar com a diversidade de agentes envolvidos;
- III) Seminários, avaliações e dinâmicas metacognitivas;
- IV) *Workshops* para elaboração dos modelos conceitual e paradoxal a identificação de diferentes padrões de percepção na fase II;
- V) Articulação com Sistema de Informação como apoio à Regulação Interna/Externa. O modelo conceitual representado em mapa cognitivo estabelece um contexto para a identificação de oportunidades de elaboração de modelos formais de apoio à decisão;
- VI) Identificação e implementação de ações viáveis.

- Mapas conceituais

A primeira teoria relacionada a mapa conceitual foi desenvolvida pelo norte-americano Novak na década de 70 e foi fundamentada de acordo com a teoria de aprendizagem significativa de Ausubel. Segundo Novak, Ausubel e Hanesian (1980), o mapa conceitual é uma ferramenta gráfica para organizar e representar o conhecimento.

Para Crandall, Klein e Hoffman (2006), um dos recursos sugeridos pela análise cognitiva da tarefa é o mapa conceitual que torna por sua vez visuais os conceitos e relação entre conceitos importantes a um determinado assunto.

Segundo Rosenhead e Mingers (2001), a estruturação de problemas é uma das etapas do processo de tomada de decisão que tem como objetivo estruturar assuntos, problemas e situações para os quais se buscam propostas de decisões sem resolvê-los propriamente. O mapa conceitual é uma abordagem estratégica para a formulação e estruturação de problemas.

- Gestão e mapas de processos

De acordo com Gonçalves (2000), qualquer atividade ou conjunto de atividades que toma um input, adiciona valor a ele e fornece um output a um cliente específico. Segundo Hammer e Champy (1994), um grupo de atividades realizadas numa sequência lógica com o objetivo de produzir um bem ou serviço que tem valor para um grupo específico de clientes. Segundo o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (2009a), processo teria como definição preliminar, “conjunto integrado e sincrônico de insumos, infraestruturas, regras e transformações, que adiciona valor às pessoas que fazem uso dos produtos e/ou serviços gerados”.

Histórico das etapas do projeto de estruturação

Este estudo foi iniciado por solicitação do, na época, reitor da UFRJ, no final de 2012 e teve como objetivo apoiar a estruturação de problemas no HUCFF. As três primeiras fases foram concluídas com a realização de nove entrevistas e elaboração de mapas cognitivos das mesmas. Após mudança de direção do hospital houve a posse do novo reitor e a pesquisa se reergueu. Novas entrevistas e novos mapas foram construídos nesta nova etapa do processo, concretizando assim as três primeiras fases do CHAP².

Conforme Lins e Netto (no prelo), a fase I foi feita através de reuniões com Reitor e Vice-diretora do HU, análise do CONSUNI, audiência pública e jornais da ADUFRJ. Foram identificados os agentes representativos de perspectivas mais divergentes e representativas possíveis.

Na fase II foram feitas entrevistas com um roteiro de temas a ser seguido com os agentes selecionados. Após as entrevistas e fazendo uma síntese de algumas questões problemáticas do HU, conseguimos analisar quatro pontos bem enfatizados, são eles: Infraestrutura, Logística, Recursos Humanos e Ensino / Pesquisa. A fase III foi feita através de debates e validação dos mapas dos entrevistados.

Para que a fase IV fosse realizada com sucesso, foi necessário que cada participante pensasse em questões problemáticas do HUCFF, levando em consideração os mapas consolidados, classificados segundo os quatro temas, correspondentes a subsistemas e, em cima destes mapas, os participantes foram separados em grupos para que pudessem acrescentar ou ainda discordar de pontos descritos nos mapas.

Avaliando cada um dos quatro temas pode-se ver que infraestrutura e recursos humanos possuem atividades essenciais ao processo que são desenvolvidas por agentes externos ao HU, requerendo negociações. Acredita-se que o tema de logística guarda maior autonomia interna, enquanto Ensino/Pesquisa/Extensão oferece espaço para propostas de mudança na gestão, com razoável autonomia do HU. Como o estudo visa colocar em prática as mudanças de acordo com as soluções encontradas no trabalho, a problemática que possui mais autonomia interna é a logística.

A análise e a escolha do tema para as próximas fases foram feitas ao final da fase IV, onde o trabalho se reinicia com novos agentes e novos focos, desta vez mais específicos, para identificação de oportunidades de elaboração de modelos formais de apoio à decisão.

Análise da logística de Suprimentos

Esta análise baseou-se no material obtido através de dois conjuntos de entrevistas: aquele resultante das fases I a IV do CHAP², expresso no mapa temático de logística e aquele realizado com foco específico no suprimento, objeto da fase V do CHAP². O segundo conjunto de entre-

vistas gerou, além do mapa cognitivo de suprimento, o mapa de processos, conforme apresentado mais a frente.

Como logística é um tema muito abrangente, não se pode trabalhar nela como um todo. Para se conseguir uma mudança significativa em alguma área tem que se começar por alguma parte mais específica. Para descobrir qual a área mais afetada foi feita uma análise minuciosa, utilizando o mapa cognitivo de logística e identificando os problemas citados pelos agentes.

Observa-se que a rede de suprimentos foi um problema relatado muitas vezes pelos entrevistados (área cinza da Figura 2). A cadeia de suprimentos do HU, segundo os agentes, é uma área que necessita de atenção.

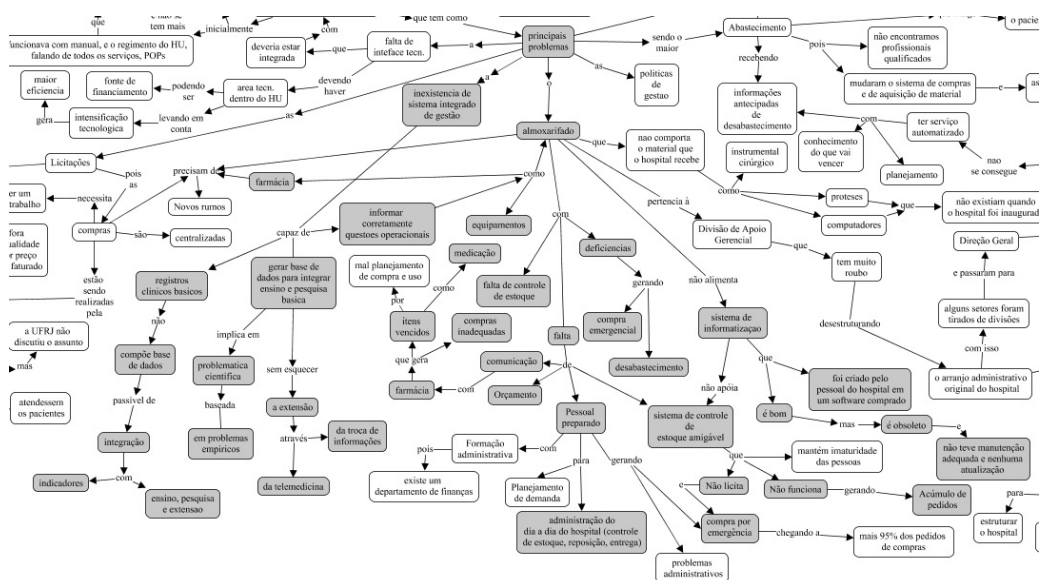


Figura 2 – Mapa de Logística – Suprimentos. Fonte: Elaborado pelo autor

A descrição da rede de suprimentos a seguir foi realizada com base nas entrevistas consolidadas no mapa, dos responsáveis pelas áreas de suprimento, uma vez que não existia documentação técnica sobre os processos.

Os suprimentos são de responsabilidades dos principais grupos de almoxarifado. Este trabalho propõe primeiramente melhorar o processo de gestão do HUCFF em relação à rede de suprimentos, área citada por muitos responsáveis como grande problema do momento.

Existem duas principais áreas de entrada de suprimento, o almoxarifado central, onde ficam estocados todos os tipos de materiais excluindo-se medicamentos e o centro de abastecimento da farmácia (CAF), onde ficam os medicamentos. Na Figura 3 se pode observar a dinâmica dos dois ambientes.

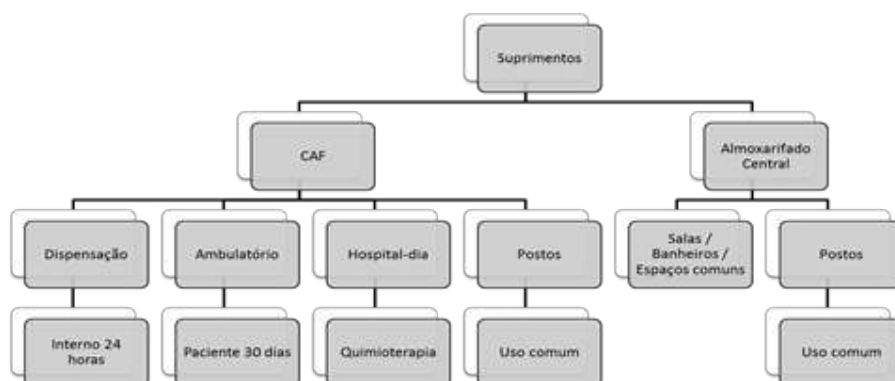


Figura 3 - Fluxograma da rede de suprimentos. Fonte: Elaborado pelo autor

O CAF é responsável por todo o processo, desde o recebimento dos medicamentos até a sua distribuição. Os remédios podem ser repassados para quatro diferentes locais:

- **Dispensação:** Estoque de remédios para os pacientes de 24 horas. Durante todo o dia responsáveis farmacêuticos recebem e selecionam remédios para transferir para os pacientes internados.
- **Ambulatório:** Pacientes que fazem tratamento de doenças crônicas, de trinta em trinta dias retornam ao hospital.
- **Hospital-dia:** Este grupo recebe kits para tratamento de quimioterapia.
- **Postos:** Áreas existentes no hospital.

O almoxarifado central recebe todo o tipo de suprimento, excluindo os medicamentos, e esses materiais são repassados para os postos e todas as áreas do hospital, através de cotas, semanais ou diárias, pré-determinadas.

Dentro da cadeia de suprimentos do HUCFF existem vários problemas, a falta de verba é um dos grandes problemas que o hospital vem enfrentando. Com isto, as compras vêm sido feitas de diversas formas diferentes, muitas vezes inadequadas e emergenciais, gerando um maior custo e risco. A falta de planejamento é grande, dificultando ainda mais o uso da verba de forma minimizada.

Sistema de informação

Segundo Peterson e Jelger (1988), o principal problema dos sistemas de informações hospitalares, no início da década de 70, foi a integração das informações. A informação deveria entrar no sistema e tornar-se disponível para todos os que dela necessitassem. Surgiu o conceito de interligar as diferentes partes do hospital, mas o que se observou foram vários sistemas isolados e sem conexão, desenvolvidos por diferentes equipes, causando redundância de dados e

a sua absoluta falta de integridade. A resistência dos médicos e enfermeiros contra os sistemas desenvolvidos foi muito grande nessa época; os sistemas eram orientados pelos profissionais de informática e para os profissionais de informática, e não para as necessidades dos usuários.

A Trak Systems foi fundada em 1991 e era uma empresa inovadora de desenvolvimento de software com um registro comprovado de desenvolvimento e implantação do Medtrak, um sistema de informação hospitalar inovador. O Medtrak, fez com que o sistema de informação hospitalar fosse revolucionado tornando o “hospital digital” uma realidade, isto é, todas as funções clínicas e administrativas de um complexo médico foram implementadas em um único sistema.

O sistema informatizado foi implantado há 16 anos no Hospital Universitário para controlar as movimentações de bens e serviços dentro da unidade. O Medtrak não é um sistema administrativo e sim um sistema de gestão hospitalar. E como sistema de gestão hospitalar ele é de grande serventia.

Ainda assim o sistema é o único utilizado pelo Hospital Universitário para controle de estoque. Como não é um sistema criado pelo próprio hospital, o setor responsável tem que realizar atualizações e melhorias constantes para um desempenho de maior qualidade.

Muitos relatórios podem ser gerados através do Medtrak, facilitando a gestão do hospital como um todo.

A maioria dos problemas da Gestão de Tecnologia da Informação nos hospitais passa pela falta de confiança nos dados imputados no sistema, dados incompletos, que não são acompanhados até o final, o que acaba gerando dados que não podem ser utilizados corretamente e consequentemente prejudicando seriamente a utilização do software muitas vezes por colocar profissionais desqualificados para utilizarem o sistema.

Resultados

Após a escolha da área a ser estudada, o método CHAP² foi retomado em uma nova fase II para um recorte mais específico do problema: o suprimento. Foram feitas novas entrevistas, agora com responsáveis pelas várias atividades dentro do processo da cadeia de suprimentos, além dessas entrevistas, também foi realizado um estudo de todos os documentos disponíveis.

As entrevistas foram feitas com responsáveis pelo almoxarifado central, farmácia e a área de sistemas, considerados essenciais dentro do processo, para conhecer todo o processo realizado pela rede de suprimentos no HU.

Foi elaborado um roteiro para a realização das entrevistas, visando obter, simultaneamente, os mapas cognitivos e de processos. O roteiro foi baseado em temas como o sistema utilizado para a cadeia de suprimentos, a comunicação entre as áreas do HU, áreas que cada almoxarifado alimenta, como é feito o processo, como melhorar a rede de suprimentos dentre outros assun-

tos que pudessem ser abordados na hora de acordo com a conversa com o agente. Nas novas entrevistas pôde-se buscar muitas informações que não eram vistas anteriormente, já que os problemas citados pelos agentes da primeira parte do estudo, na segunda fase do CHAP² foram problemas gerais e neste momento do estudo busca-se explorar uma parte mais específica.

A primeira entrevista foi realizada com a responsável pelo almoxarifado central que mostrou problemas como as cotas semanais que estão desatualizadas, já que a quantidade utilizada semanalmente de um dado produto não está de acordo com as cotas utilizadas no momento. A agente afirmou que não existe a cooperação de todas as partes para que a cadeia de suprimentos seja alimentada da maneira correta, isto faz com que os pedidos de suprimentos através de solicitação de materiais de urgência sejam maiores, aumentando o custo do material. Para os funcionários, além de as cotas diárias estarem defasadas e o sistema Medtrak não rejeitar o pedido de qualquer quantidade de suprimento além das cotas estabelecidas, o fato de não haver uma “baixa” nos suprimentos após os mesmos saírem de seus respectivos almoxarifados e os pedidos de cota extra ou se materiais de urgência serem feitos através de papel, aumentam o risco de erro humano.

A segunda entrevista foi realizada com a responsável pelo sistema do hospital. A agente explicou que a função dela é melhorar a qualidade dos dados, e, diferente do que foi dito, alegou que o sistema consegue suprir a parte de estoque do hospital, porém, diz que o hospital necessita de um sistema de gestão hospitalar da própria autoria, pois como o Medtrak não foi criado pela própria UFRJ, existem problemas complexos que não podem ser resolvidos por não existir o código fonte. Mesmo com problemas, a agente afirmou que o sistema é mal utilizado, pois os profissionais não recebem treinamento adequado para fornecer um bom uso do software.

A terceira entrevista foi realizada com a responsável pela farmácia do hospital. A agente alegou que o sistema do hospital não rastreia o medicamento, por todo o caminho do hospital, ele para “no meio do caminho”. A responsável ainda explicou como é feita a entrada dos medicamentos e como eles são conferidos e transferidos para cada um dos postos ou almoxarifados menores.

Para o estudo primeiramente foram definidas as fronteiras e os clientes dos processos, assim como os principais inputs e outputs e os atores envolvidos no fluxo de trabalho. Em seguida foram analisados os mapas conceituais dos responsáveis entrevistados, que trabalham com atividades dentro do processo e estudo dos documentos disponíveis.

Para uma análise mais aprofundada foi feita a consolidação do mapa de processos dos almoxarifados, para avaliar o problema da rede como um todo (Figura 4).

Os mapas dos responsáveis pelas áreas envolvidas diretamente no processo puderam enfatizar problemas semelhantes aos ditos anteriormente pelos especialistas. Identificaram-se garga-

los em algumas partes do processo dando indícios que o processo na forma atual não é eficiente, causando desgaste nas áreas que não são articuladas da melhor maneira.

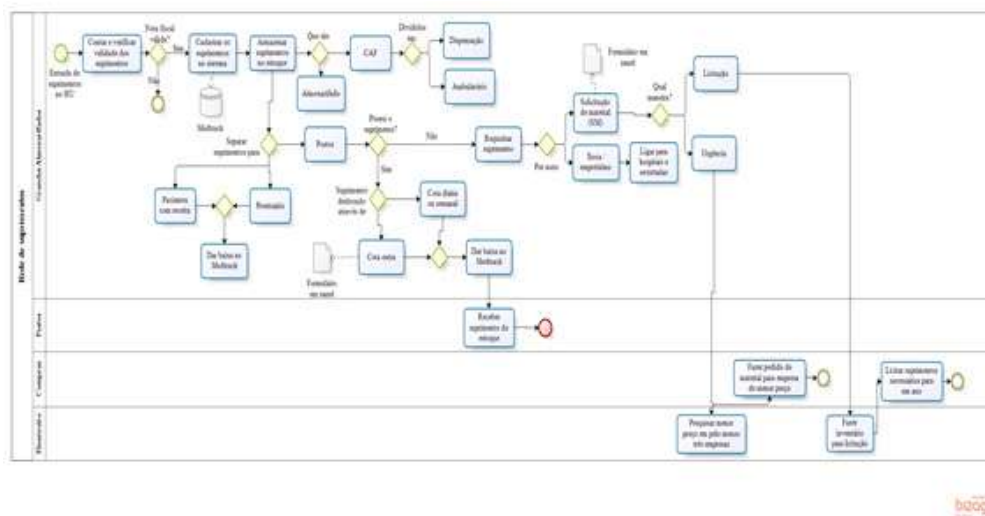


Figura 4 - Mapa de processo consolidado – Atual. Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme visto no Medtrak, as principais entradas e saídas do sistema são:

- Inputs:

- Entrada / Saída do suprimento no sistema;
- Entrada de prontuário eletrônico.

- Outputs:

- Ponto de ressuprimento;
- Endividamento do hospital;

Quantidade utilizada / estocada do suprimento

Com isso, pode-se construir um modelo de mapa de processo “ideal”, avaliando onde existem os pontos a serem aperfeiçoados, melhorando a rede de suprimento sem aumento de orçamento ou forças de fora.

Abaixo se pode observar o mapa (Figura 5) construído com base nos principais inputs e outputs do sistema Medtrak e, também, nos mapas conceituais construídos anteriormente através do conhecimento dos responsáveis pelos almoxarifados. Este mapa foi construído após analisar áreas, do próprio HU, que fazem uso de algumas das mudanças implantadas no processo ideal. Alguns postos (patologia, por exemplo) fazem o uso do sistema Medtrak de maneira

eficiente, ajudando a melhorar o sistema como um todo. Seguindo todas as informações coletadas durante o estudo e também informações dos postos que se mostram mais conectados entre si, temos o mapa de processo ideal a seguir:

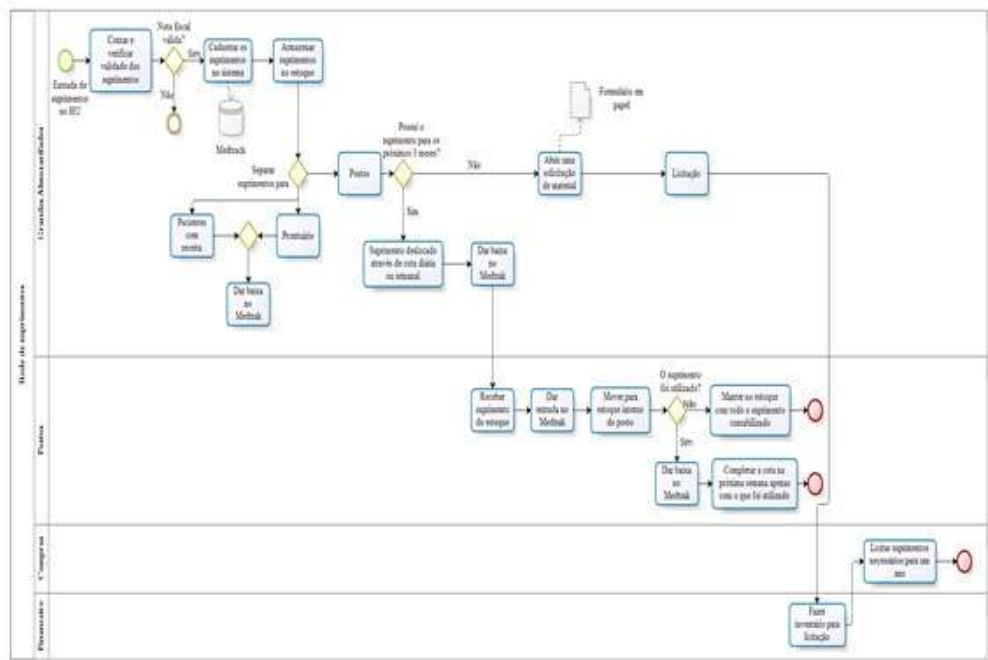


Figura 5 - Mapa de processo consolidado – Ideal. Fonte: Elaborado pelo autor

O mapa ideal mostra como as funções entre cada parte envolvida são conectadas, alertando que, para que a cadeia de suprimento trabalhe de maneira eficiente, é necessário que cada agente desenvolva suas atividades devidamente. O mapa de processo também enfatiza o uso do sistema Medtrak em todos os momentos durante o ciclo do suprimento dentro do hospital.

Diagnóstico-síntese dos problemas e proposições para o suprimento de materiais ao HU

Nota-se, após o estudo, que o problema da rede de suprimentos não envolve o hospital como um todo, mas apenas os responsáveis envolvidos com esta área. O hospital necessita de um melhor planejamento para evitar falta de verba e ainda, maior gasto com a compra de suprimentos. Os suprimentos são monitorados até certa parte do processo, isto é, a partir de certo momento os suprimentos não estão localizados em nenhum lugar específico. O sistema Medtrak, mesmo tendo falhas, é um sistema amigável e, se utilizado da forma correta, possui uma grande eficácia. Para que a rede de suprimentos seja melhorada se faz necessário mudanças no processo.

O sistema tem que ser utilizado em todos os momentos, desde a chegada do suprimento, até a função final do mesmo. O processo tem que estar sendo monitorado em todo o tempo, para isso, os responsáveis precisam dar entrada e saída no sistema Medtrak de maneira correta, colocando todos os dados pertinentes e utilizando apenas o material necessário.

No processo que está sendo organizado atualmente o suprimento “se perde” após a chegada aos postos, fazendo com que haja, muitas vezes, desperdício dos mesmos. É necessário um responsável por cada posto para que a entrada do suprimento seja realizada de maneira correta. Isto faz com que os suprimentos que possuem cotas semanais ou diárias sejam completados e que não seja recolocada toda a cota sem a informação de que um novo suprimento seja necessário na semana em questão. Como o suprimento é validado no momento em que entra no hospital, sabe-se a quantidade correta de cada um (no ponto inicial), porém, caso as informações fossem colocadas em tempo integral no sistema vigente, essas informações seriam úteis para saber o momento exato de ressuprimento. Além disso, sabendo a quantidade utilizada por cada posto pela cota semanal ou diária, é evitado o desperdício ou até o vencimento da validade do suprimento em questão.

- Treinamento dos responsáveis das áreas envolvidas no processo

Atualmente o sistema não é alimentado de maneira correta e, muitas vezes, isto acontece por falta de conhecimento dos envolvidos. Deve-se ter um treinamento com todas as partes envolvidas e neste, cada parte deverá saber qual a sua contribuição para que haja a melhora da rede. Isto significa que nem sempre o responsável pela área não armazena as informações do sistema por fazer “corpo mole” ou por não se importar, muitas vezes falta conhecimento sobre o assunto e uma boa explicação sobre as funcionalidades do trabalho executado pelo mesmo.

- Melhor planejamento

Com o monitoramento total do suprimento pode-se melhorar o planejamento, dado que o sistema, se atualizado corretamente, possui um ponto de reabastecimento, quando o suprimento chega neste ponto, deve-se fazer novos pedidos. Isto faz com que os pedidos emergenciais e empréstimos sejam extintos. Havendo tempo suficiente para fazer o pedido de suprimentos com abertura de licitação. Os gastos com licitação são menores e a pesquisa pela empresa de menor custo pode ser realizada de maneira mais organizada e com tempo correto. Problemas com entrega de suprimentos por parte da empresa escolhida não podem ser evitados, porém, executando o pedido no tempo correto, mesmo com os atrasos das empresas contratadas, o suprimento possui um tempo hábil para a chegada ao hospital.

- Colaboração de todos os envolvidos:

Para que o processo seja ideal é imprescindível a colaboração de todos os envolvidos, seja este terceiro, extra quadro ou contratado. A comunicação entre as partes responsáveis é de ex-

trema importância. Mostrar para os envolvidos a importância do trabalho exercido por ele para o hospital como um todo.

Conclusão

O estudo obteve bons resultados quanto à identificação de propostas de intervenção onde o hospital possui maior autonomia interna para resolução dos problemas encontrados. O tema de logística foi identificado e caracterizado durante as fases I, II e III da metodologia CHAP², onde os agentes entrevistados eram responsáveis por áreas “distantes” de fato da área de suprimento.

Na fase IV foi realizado o workshop, onde foram abordados os problemas relativos à rede de suprimentos, sendo citados: a falta de preparo dos funcionários dos almoxarifados, o sistema do hospital que não era atualizado e era obsoleto, a falta de comunicação da farmácia com os postos, que gerava remédios vencidos, dentre outros.

Na fase V foram realizadas e mapeadas entrevistas específicas sobre o suprimento, onde se pode detectar a falta de conexão entre os agentes entrevistados, pois, enquanto os agentes da fase III do CHAP² alegam que a desorganização é do almoxarifado, os agentes da fase V mostram que os suprimentos “se perdem”, por conta de responsáveis de áreas distantes, que provavelmente não sabem da importância de “dar baixa” no suprimento utilizado.

A falta de ligação entre as áreas é vista novamente quando um agente alega que o sistema utilizado atualmente é obsoleto e não tem atualização. Entretanto, a analista responsável pelo sistema mostra que este é capaz de acompanhar os fluxos e estoques de materiais, apoiando a tomada de decisão na gestão de materiais. Além disso, a analista realiza atualizações, facilitando a leitura e entendimento dos usuários.

O estudo identifica o treinamento dos funcionários envolvidos como crucial para uma boa gestão com a rede de suprimentos, uma vez que houve perda de capacitação para gerenciar o Medtrak.

Foi possível observar a importância de cada fase do CHAP². Um problema que era pouco estruturado foi se moldando através de agentes diferentes. Cada fase pode contribuir para o melhor entendimento do estudo e ainda pode destacar o fato de que um mesmo problema pode ser visto de maneiras totalmente diferentes, dependendo da especialidade do agente em questão.

Após a estruturação e avaliação da logística do HU, foi possível mostrar o mapa de processo ideal para uma boa gestão da cadeia de suprimentos e ainda o papel a ser desempenhado pelos agentes da área.

A implementação destas recomendações é perfeitamente viável, pois requer apenas recursos limitados, do próprio hospital.

Por outro lado, pode dar uma grande contribuição na redução dos gastos orçamentários com a cadeia de suprimentos.

Referências bibliográficas

- Ausubel, D. P., Novak, J. D. & Hanesian, H. (1980). Psicologia educacional. Rio de Janeiro: Intera-mericana.
- Crandall, B., Klein, G. & Hoffman, R.R. (2006). Working minds: A practitioner's guide to cognitive task analysis. Cambridge, MA: MIT Press.
- Gonçalves, J. E. L. (2000). As empresas são grandes coleções de processo. Revista de Administração de Empresas, 40, 6-19.
- Infante, M. & Santos, M. A. (2007). A organização do hospital público a partir da cadeia produtiva: Uma abordagem logística para a área de saúde. Revista Ciência & Saúde Coletiva. 12, 945-954.
- Lins, P. E. M. & Netto, S. O. A. (no prelo). Estruturação de problemas sociais complexos: Integração de abordagens quantitativa e qualitativa. Rio de Janeiro: Interciência.
- Mingers, J. & Rosenhead, J. (2001). Rational analysis for a problematic world revisited: Problem structuring methods for complexity, uncertainty and conflict. (2a ed., pp.337– 355). West Sussex: John Willey & Sons.
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. (2011). Guia de gestão de processos de governo. Gespública. Brasília. Recuperado em 01 de março de 2017, de <<http://www.gespublica.gov.br>.
- Peterson, H. & Jelger, U. G. (1988). The history of hospital information systems. In: Bakker, A.R., Ball, M.J., Scherrer, J.R. & Willems, J.L. (eds). Towards new hospital information systems. North Holland: Elsevier Science Publishers.



A FARMÁCIA UNIVERSITÁRIA DISCUTINDO O TEMA “FARMÁCIAS MAGISTRAIS: INOVAÇÕES E SEUS DESAFIOS NOS SEUS 30 ANOS DE EXISTÊNCIA”

Danieli Silva Feijó de Sousa

Fac. de Farmácia, UFRJ, Aluna do Curso de Farmácia

Náira Villas Boas Vidal de Oliveira

Faculdade de Farmácia, UFRJ, Farmácia Universitária, Farmacêutica

Zaida Maria Faria de Freitas

Fac. de Farmácia, UFRJ, Farmácia Universitária, Farmacêutica

Fortune Homsani

Fac. de Farmácia, UFRJ, Farmácia Universitária, Farmacêutica

Aline Guerra Mansour Fraga

Faculdade de Farmácia, UFRJ, Farmácia Universitária, Docente

Ana Lúcia Vazquez Villa

Fac. de Farmácia, UFRJ, Farmácia Universitária, Docente

Mariana Sato de Souza de Bustamante Monteiro

Faculdade de Farmácia, UFRJ, Farmácia Universitária, Docente

Eduardo Ricci Junior

Fac. de Farmácia, UFRJ, Farmácia Universitária, Docente

Rita de Cássia A. Barros

Faculdade de Farmácia, UFRJ, Farmácia Universitária, Docente

Elisabete Pereira dos Santos

Fac. de Farmácia, UFRJ, Farmácia Universitária, Docente

Introdução

O caminho percorrido por uma Farmácia Escola (FE) Magistral, inserida em uma universidade pública, é uma história recheada de desafios. Responsável pela formação de muitos farmacêuticos, ao longo desses anos, a Farmácia Universitária (FU) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) tornou-se importante não só pelo ensino e pesquisa ali desenvolvidos, mas pelo enorme comprometimento com o caráter de extensão universitária. Apesar de todas as novas diretrizes do ensino farmacêutico enfatizando a necessidade de aproximar o aluno da realidade social, na qual ele irá atuar, continua-se a observar um distanciamento do mesmo das questões sociais, como se ele fizesse parte de uma elite que teve acesso ao conhecimento científico e, totalmente desvinculado dos problemas sociais que o rodeiam. Esse distanciamento é o mesmo que, muitas vezes, ocorre entre as ciências naturais e humanas e, no entanto, as duas deveriam

se interligar dentro de um contexto cultural e histórico. A ciência deve tomar consciência de seu papel na sociedade.

A formação do farmacêutico deve ser planejada e executada a partir de uma concepção muito clara de como e onde ele vai atuar. Além de seu universo prático de trabalho relacionado à produção material e envolvendo questões econômicas, deve-se considerar também o universo social, o âmbito das relações políticas, da consciência pessoal e de seus valores, e da relação com o outro. Além de adquirir os conhecimentos técnico-científicos, é importante que esse “futuro farmacêutico perceba a situação política da realidade social onde ele atua, pois, a partir daí, poderá apreender o significado e as reais condições de exercício de seu trabalho, e de lutar por elas”¹. Ele não deve atuar somente no âmbito do atendimento à comunidade. Sua atuação deve ser mais ampla levando a transformação desta comunidade, exigindo condições adequadas de saúde para esta população e, se possível, tornando-a consciente de seus direitos. É preciso que ele desenvolva uma visão coletiva e solidária de seu trabalho.

Diante destes desafios começou a ser pensado, em 1986, pela Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) um modelo de estabelecimento farmacêutico que seguisse as regulamentações vigentes garantindo o uso racional de medicamentos à população atendida na tentativa de oferecer ao usuário de medicamentos uma assistência farmacêutica integral ao mesmo tempo mostrando ao futuro farmacêutico como essa assistência deve ser feita. Os medicamentos exercem um papel central nas práticas de saúde na sociedade, pois a maioria das intervenções terapêuticas envolve a utilização de pelo menos um medicamento. A efetividade dos programas de saúde e a resolutividade do sistema de saúde dependem, não só, da disponibilidade de medicamentos de qualidade, mas da qualidade da assistência farmacêutica fornecida à população.

O desenvolvimento científico e tecnológico dos recursos humanos formados para a área farmacêutica tem, portanto, consequências cruciais para os serviços de saúde. Inúmeras são as dificuldades na formação de recursos humanos na área farmacêutica e, para solucioná-las, novos caminhos têm sido percorridos. Com a industrialização do medicamento após a segunda guerra mundial, grandes empresas estrangeiras tomaram conta do mercado farmacêutico brasileiro proporcionando um aumento significativo no número de farmácias ao mesmo tempo em que, o profissional farmacêutico, abandonava esses estabelecimentos por não ter mais a manipulação de medicamentos como sua atividade principal. A partir daí ocorre um deslocamento do eixo principal de formação do farmacêutico, para as áreas relacionadas com o diagnóstico clínico e a área de alimentos, o que é refletido pela reestruturação do Currículo Mínimo para os cursos de Farmácia (Resolução 04/69 do Conselho Federal de Educação, de 1969), que estabelecia uma formação curta para os profissionais farmacêuticos, possível de ser realizada em 5 semestres, mas incompleta no âmbito dos medicamentos.

Em virtude disso, os problemas consequentes à ausência de uma política de medicamentos e organização da assistência farmacêutica começaram a parecer de maneira a chocar a sociedade, com os escândalos de fraude e falsificação de medicamentos, desabastecimento e explosão de preços. A seguir com o desenvolvimento de políticas governamentais, especialmente em relação a medicamentos genéricos e de reorganização dos serviços farmacêuticos constatou-se a falta de profissionais para atender as demandas, agora mais claras, em muitas áreas das Ciências Farmacêuticas, por exemplo, com a qualificação necessária para estudos de farmacocinética e biodisponibilidade e para o planejamento e organização da assistência farmacêutica. Em 2002, em consequência de discussões iniciadas na década de 80, sobre a reforma do ensino farmacêutico foram estabelecidas as Diretrizes Curriculares para os cursos de Farmácia, com clara orientação para a articulação da formação com o Sistema Único de Saúde (SUS). Aprovada pelo Conselho Nacional de Educação e homologada pelo Ministro da Educação (Resolução CNE/CES 02/2002) as novas diretrizes buscaram seguir os preceitos do SUS, “estabelecendo as competências e habilidades necessárias para o exercício da profissão: atenção à saúde, tomada de decisões, comunicação, liderança, administração, gerenciamento e educação permanente”².

O perfil profissional do farmacêutico após a implantação dessas Diretrizes Curriculares sofreu uma grande ampliação. O profissional farmacêutico, a partir do modelo generalista, recebe a formação que o habilita a atuar em áreas tão diversas quanto à produção e controle de qualidade de medicamentos, nutrientes, alimentos e insumos farmacêuticos; distribuição; armazenamento; dispensação; orientação, atenção e assistência; Farmácia hospitalar; Farmácia clínica; farmacovigilância; pesquisa; análises clínicas, análises bromatológicas; análises toxicológicas e forense; fitoterapia; homeopatia; serviços hemoterápicos e capacitação para atuar na elaboração da legislação pertinente ao âmbito profissional. Recentemente, a nova Resolução Nº 06/2017, de 19 de outubro de 2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE) junto com o Parecer CES/CNE nº 248/2017, publicado no Diário Oficial da União de quarta-feira, instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia (DCNs)³. As novas DCNs contemplam, em seu bojo, quatro mil horas, com cinco anos de integralização e três eixos para a formação: “Cuidado em Saúde (50%), Tecnologia e Inovação em Saúde (40%) e Gestão em Saúde (10%) mostrando a constante preocupação da comunidade farmacêutica no atendimento às demandas da população para a qual seus serviços são prestados”⁴.

Os processos de mudança nas áreas do exercício profissional do farmacêutico ocorrem em todo o mundo. “Esta situação infere diretamente sobre o processo educativo. Destacam-se nessas discussões o delineamento de um perfil profissional que, além da qualificação técnica, desempenhe um papel social”⁵; ou seja, mais do que um profissional, o farmacêutico deve ser um profissional cidadão. Um momento importante na formação do farmacêutico ocorre no

estágio supervisionado; assim, este deve propiciar ao aluno oportunidades de atuação de acordo com estas novas propostas¹.

Na Faculdade de Farmácia (FF), da UFRJ, a permanente revisão do currículo de graduação reafirma, ainda mais, a importância do papel que a FE representa para uma melhor qualificação e experiência aos alunos do curso de Farmácia. Como um estabelecimento de saúde pertencente a uma Instituição de Ensino Superior (IES), abre oportunidades para o intercâmbio entre os problemas sociais e a educação, buscando uma melhoria da qualidade de vida da população e do melhor ensino da farmácia. Na complementação do ensino farmacêutico, a FF da UFRJ, encaminha todos os alunos de graduação para o estágio obrigatório na FU. Dessa forma a complementação da sólida formação teórica não se realiza na simples prática laboratorial, mas na convivência com os desafiantes elementos da atividade farmacêutica, sobretudo, visando à humanização no atendimento, com estímulo à interação direta com pacientes, e a qualificação máxima na produção de medicamentos. Esse programa tem rendido resultados excelentes em relação à inserção profissional dos nossos alunos egressos e mostrado que a associação entre ensino, pesquisa e extensão, especialmente na FF da UFRJ, é realidade concreta. Em resumo; tem-se por um lado a formação de profissionais altamente qualificados para ingressar no mercado de trabalho e, por outro, estímulo do desenvolvimento social a partir da forte preocupação em oferecer serviços e produtos de maneira responsável e qualificada.

O programa de extensão FU recebe todos os alunos de graduação, pós-graduação tanto da comunidade acadêmica interna quanto externa. Ocupa, atualmente, uma área de cerca de 1000 m² no Centro de Ciências da Saúde (CCS) e conta com uma equipe de 09 docentes, 16 farmacêuticos, 03 técnicos de farmácia, 03 técnicos administrativos e 30 monitores. Possui os seguintes setores: Atenção Farmacêutica, Pesquisa e Desenvolvimento Galênico, Almoarifado, Manipulação Farmacêutica, Administração e Logística, Orientação de Estágio e Controle de Qualidade. Presta atendimento, diariamente, a cerca de 200 usuários de medicamentos atendidos nos serviços de saúde públicos e privados, dispensando medicamentos para o tratamento de diversas patologias, principalmente, hipertensão, dislipidemias, osteoporose, vitiligo, artrite reumatóide, psoríase e dermatites. Avia cerca de 4000 prescrições/mês. Manipula medicamentos alopáticos e homeopáticos além de revender medicamentos produzidos por laboratórios oficiais. Desenvolve, desde 2002 vários “macro-componentes da prática da Atenção Farmacêutica como: Educação em saúde; Orientação farmacêutica; Dispensação; Acompanhamento farmacoterapêutico e Farmacovigilância”⁶.

No ensino recebe, anualmente, 320 alunos de graduação, 20 alunos do Curso de Especialização em Manipulação Farmacêutica, 04 alunos de mestrado e 02 alunos de doutorado em Ciências Farmacêuticas. Os alunos do curso de farmácia cursam a disciplina Estágio Supervisionado em Farmácia com Manipulação Alopática, cuja carga horária obrigatória é de 90 horas cumpridas na FU, e o aluno percorre os diferentes setores da farmácia (com carga horária

mínima de 20 horas em cada setor) sendo orientado por docentes, farmacêuticos e monitores que acompanham as atividades desenvolvidas. A FU possui, também, um Centro Regional de Informação de Medicamentos que integra o Sistema Brasileiro de Informação de Medicamentos – SISMED, que subsidia a FU quanto a informações sobre formulações, prepara folhetos informativos e guias para orientação dos pacientes, sendo uma ferramenta indispensável nos projetos que fazem o acompanhamento farmacoterapêutico dos usuários de medicamentos. Todo o crescimento e manutenção do programa FU, que é auto-sustentável, demandam um comprometimento irrestrito de todo o corpo de funcionários, docentes e alunos. A FU foi responsável pela organização de eventos, como o I e II Encontro das Farmácias Universitárias (2006 e 2009), também realizou dois workshops (o I em 2014), sendo o último em 2016 (ano que a FU comemorou 30 anos de criação). No II Workshop da FU/UFRJ, sua equipe técnica mostrou o que foi desenvolvido nesses anos e discutiu o que pode ser desenvolvido no futuro. Com o tema “Farmácias Magistrais: Inovações e seus Desafios”, contou com a participação de cerca de 200 pessoas entre palestrantes, farmacêuticos e outros profissionais de saúde, além de usuários de medicamentos e alunos de cursos de Farmácia e de outros cursos da área de saúde.

Objetivo geral

O objetivo geral consistiu em discutir novas tecnologias visando suas aplicações nas diversas demandas sobre medicamentos geradas pela população que a FU atende tendo, como foco principal, a melhoria da qualidade de vida do usuário de medicamentos proporcionando ao aluno condições adequadas para o desenvolvimento do seu perfil profissional, integrando ensino, pesquisa e extensão.

Objetivos específicos

Os objetivos específicos foram discutir o modelo de assistência à saúde vigente no Brasil, e sua relação com a prática cotidiana da assistência farmacêutica; Discutir a importância das Farmácias Escola como agentes transformadores da realidade da prática farmacêutica estabelecida no País.

Metodologia

O evento foi realizado no período de 29 e 30 de novembro de 2016, no Auditório Maria Thereza Lima da FF, da UFRJ, localizado no prédio da Faculdade de Farmácia, na Cidade Universitária. Foi estruturado da seguinte forma: 01 Conferência, 03 Mesas Redondas, apresentação dos trabalhos de pesquisa e extensão desenvolvidos na FU/UFRJ ao longo dos anos e solenidade de encerramento, com o lançamento da 2ª edição do Memento Terapêutico da FU da UFRJ. Na parte da manhã, de ambos os dias, aconteceram uma conferência e as mesas redondas ficando as duas tardes reservadas para a equipe da FU mostrar a sua produção científica dos últimos dez anos. A partir da apresentação dos trabalhos de pesquisa e extensão apresentados, discuti-

ram-se as demandas geradas em virtude das características dos usuários de medicamentos das farmácias magistrais.

Resultados

Foram apresentados os trabalhos de pesquisa e extensão já desenvolvidos na FU, a saber: Desenvolvimento de Metodologia Analítica para quantificação e determinação da estabilidade de DMAE glicolato em formulação dermocosmética contendo filtros solares e sua avaliação biométrica; Estudo de Cedência de Filtros Solares em Sistemas de Liberação; Avaliação Físico-Química de Produtos Alisantes/Relaxantes Comerciais e sua Ação em Cabelos Étnicos; Pesquisa de Formulações com Atividade Anti-séptica utilizando Extratos de *Physalis angulata* L (Solanaceae); Estudo da Inclusão de Filtros Solares em Ciclodextrinas e suas Aplicações em Dermocosmética; Avaliação do Sinergismo em Preparações Solares: Associações de Filtros Solares Orgânicos com Quitosano ou com Dióxido de Titânio; Fator de Proteção Solar versus Coeficiente de Carga de Filtros Solares Químicos: Avaliação Fotobiológica de uma Mistura de Filtros Químicos; Avaliação do nível de informação e valorização do estudo de Reações Adversas a Medicamentos em um Hospital Universitário; Avaliação do Perfil de Pacientes Ambulatoriais em Uso de Sulfasalazina como Modelo de Estudo a Assistência Farmacêutica; Atenção Farmacêutica: participação do farmacêutico em caráter interdisciplinar na assistência a pacientes em tratamento ambulatorial; Síntese e Avaliação Fotoprotetora de Esteres Glicerídicos do Ácido p-metoxicinâmico; Lipossomas com Filtro Solar: Preparação e Controle de Qualidade; Avaliação Biofarmacotécnica de Formulações Tópicas de Nifedipina; Determinação e Avaliação de Indicadores da Qualidade em Farmácia Magistral - Preparação de Cápsulas Gelatinosas Duras; Avaliação Biofarmacotécnica in vitro e in vivo de Sistemas de Liberação contendo Filtros Solares; Desenvolvimento de Formulações para o tratamento de Acne vulgar: Pós e Pastilhas; Desenvolvimento de Bases Emulsionadas de Silicone e água e Avaliação comparativa com Bases Emulsionadas Óleo e Água; Acompanhamento Farmacoterapêutico de Usuários de Alendronato de Sódio Manipulado na FU; Problemas Relacionados à Simvastatina Manipulada na FU; Centro Regional de Informações de Medicamentos - CRIM/UFRJ: Uma Estratégia para a Promoção do uso Racional de Medicamentos; Detecção e Avaliação de Reações Adversas Produzidas por Fármacos em um Hospital por Sinais de Alterações Laboratoriais; Centro Regional de Informações de Medicamentos - CRIM/UFRJ "A Informação como ferramenta para a Promoção do Uso Racional de Medicamentos; Acompanhamento Farmacoterapêutico de Pacientes em uso do Medicamento Difosfato de Cloroquina Manipulado em uma FU; Atenção Farmacêutica em Hipertensão Arterial na Farmácia Universitária/UFRJ - Avaliação do Impacto de Métodos de Atenção Farmacêutica em Pacientes Hipertensos Não-controlados (estudo multicêntrico coordenado pela UFRGS); Uso de Ginkgo Biloba na Terceira Idade: Uma Contribuição do Farmacêutico para o Uso Racional de Medicamentos; O Papel do Farmacêutico no Diabetes: Da Educação ao Acompanhamento

Farmacoterapêutico; Uma Contribuição da Farmácia Universitária na Melhoria da Qualidade de Vida do Portador de Vitiligo.

A seguir foram mostrados os trabalhos de pesquisa e extensão em desenvolvimento na FU como: Desenvolvimento e Avaliação de uma Maquiagem Corretiva Fotoprotetora para Pacientes Portadores de Vitiligo; Desenvolvimento e Avaliação de Creme contendo Tacrolimo 0,1%; Desenvolvimento e Avaliação de Nanoemulsões de Propranolol para Tratamento de Hemangioma Superficial Infantil; A Farmácia Universitária Garantindo o Acesso dos Pacientes ao Tratamento com Tacrolimo Tópico por Meio de Gestão de Estoque; Avaliação do Uso de Medicamentos Potencialmente Inapropriados para Idosos e sua Relação com Histórico de Quedas; Avaliação da Qualidade das Prescrições Recebidas em uma Farmácia com Manipulação; Farmacovigilância em Farmácia Magistral; Formulação Pediátrica Magistral Líquida de Captopril 0,5%; Desenvolvimento e Avaliação da Estabilidade de uma Solução Magistral de L-Carnitina para Tratamento de Patologias Associadas a Erros Inatos do Metabolismo; Desenvolvimento de Solução Sublingual de Vitamina B12 para Pacientes submetidos à Cirurgia Bariátrica; Uso da Homeopatia no Tratamento do Tabagismo; Uso de Solução e Gel Homeopático de *Calendula officinalis* na Higiene Bucal de Pacientes de uma Unidade de Terapia Intensiva do Rio de Janeiro.

Com a participação de farmacêuticos que trabalham no setor magistral utilizando ferramentas mais modernas na preparação de medicamentos e de prescritores que buscam alternativas para o tratamento dos doentes que acompanham, foi possível, a partir das experiências adquiridas a partir dos trabalhos apresentados, acordar sobre novas formulações possíveis de serem viabilizadas na FU, bem como em outras farmácias magistrais. Também surgiram muitas dúvidas que precisam ser sanadas sobre estabilidade das formulações, por exemplo, cabendo à universidade pesquisar para garantir ao setor magistral medicamentos de qualidade e confiáveis. No encerramento a FU apresentou lançamento da 2ª edição do Memento Terapêutico da FU, da UFRJ, que é o conjunto de informações técnico-científicas orientadoras sobre medicamentos que a FU manipula, importante ferramenta disponibilizada ao setor magistral e aos prescritores na garantia do uso racional dos medicamentos. O Memento está dividido em três partes: Formas Farmacêuticas Alopáticas; Formas Farmacêuticas Homeopáticas e Formas Florais Líquidas de Uso Interno. Com mais de 150 fórmulas farmacêuticas apresentadas sob a forma de cremes, géis, loções cremosas, pomadas, shampoos, soluções, suspensões, xaropes e bases diversas, é complementado com a Técnica de Manipulação, a embalagem de uso recomendada e o prazo de validade sugerido, esta obra representa o repositório da experiência adquirida durante 30 anos de trabalho de especialistas em manipulação da Farmácia-Escola, condensada num só volume. “O valor deste compêndio que enriquece a farmacotécnica brasileira torna-se fonte de referência, não só para os que necessitam de auxílio para a resolução de problemas técnicos inerentes à manipulação magistral”⁷.

Conclusões

O setor de distribuição, comercialização e dispensação de medicamentos no país têm características predominantemente comerciais, com necessidade de reordenação da distribuição e dispensação de medicamentos na perspectiva da farmácia como estabelecimento de saúde, assim nada mais correto que as instituições que possam investir nesta mudança de mentalidade que o façam rapidamente, pois isso só vai contribuir para uma melhor prestação de serviços ao usuário. Diante de novos tempos, novas iniciativas na área acadêmica precisam subsidiar o aluno para que ele receba uma formação adequada com as necessidades sociais, e a solução encontrada pela Faculdade de Farmácia (FF), da UFRJ, foi oferecer ao aluno uma FE que é referência nacional. Importante considerar, também, que a formação desses jovens leve em conta não somente a produção, mas, também, a promoção do indivíduo (enquanto membro de uma sociedade) e a melhoria da qualidade de vida do mesmo, inter-relacionando os conteúdos teóricos e sua aplicação em situações reais, criando um elo entre o pensar e o fazer.

Dessa forma, a implementação da FU como atividade de estágio curricular, proporciona ao alunado acesso direto a uma atividade que se desenvolve dentro da sociedade, a farmácia magistral. O ensino universitário tem que acompanhar a realidade de seu tempo gerando conhecimento e massa crítica para transformar realidades, em benefício da sociedade, formando profissionais competentes e éticos. Profissionais que encaram a responsabilidade na promoção do uso racional de medicamentos como um desafio do qual não se pode abrir mão. O programa FU começou olhando só a tríade ensino-pesquisa-extensão, mas hoje, sem dúvida, tem um papel social relevante no atendimento do usuário de medicamentos de baixa renda, que necessita do produto farmacêutico, além de todos os componentes envolvidos na proteção, recuperação e promoção à saúde. A FU e, não só o estagiário, sabe que ao assumir um compromisso com o meio social, esse compromisso deve estar focado nas necessidades concretas desta realidade, refletindo criticamente sobre ela.

O ato de educar é uma práxis e, como toda práxis, supõe uma relação recíproca entre teoria e prática. Mas a prática de educar, durante muitos anos, não foi antecedida por uma teoria educativa que a orientasse; era isto sim, o conhecimento espontâneo que orientava a prática educativa. Ainda hoje muitos educam desta forma e é isto que a equipe FU tenta mudar. Para que essa prática seja mais eficaz, é necessário um maior rigor conceitual e a sistematização dos conhecimentos para definir os objetivos a serem alcançados. Com a responsabilidade pelo atendimento, anual, de cerca de 40.000 usuários de medicamentos o compromisso da equipe da Farmácia Universitária visa, além de manter um modelo de farmácia no seu âmbito de atuação, garantir a esse usuário o uso racional de seus medicamentos. Nada melhor para o usuário de medicamentos contar com uma farmácia magistral, que atua na tríade ensino, pesquisa e extensão colocando esse usuário como prioridade reforçando a sua responsabilidade social com a comunidade.

Referências bibliográficas

- 1 - CARRILLO, M.R.G.G. Ensino Farmacêutico e a necessidade de mudanças na concepção de estágio na carreira da farmacêutico-bioquímico. *Revista Educação Pública*, n 16, Universidade Federal do Mato Grosso. UFMT; 1999. Disponível em: www.ufmt.br/revista/arquivo/rev16/CARRILLO.htm - 57k - acesso em maio de 2005.
- 2 - BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES n. 2, de 19 de fevereiro de 2002. Institui diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Farmácia. Brasília, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES022002.pdf>. Acesso em: 5 out. 2012.
- 3 - BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES n. 6, de 19 de Outubro de 2017. Institui diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Farmácia. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.cff.org.br/userfiles/file/Diretrizes%20curriculares.pdf>. Acesso em: 5 nov 2017.
- 4 - CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (CFF). Os desafios da educação farmacêutica no Brasil. Brasília: CFF, 2008.
- 5 - HEPLER, C.D., STRAND, L.M. Opportunities and responsibilities in Pharmaceutical Care. *Esp. Madrid*, v.1, n.1, p.35-47, 1999;
- 6 - IVAMA, A.M.; NOBLAT, L; CASTRO, M.S.; JARAMILLO, N.M.; OLIVEIRA, N.V.B.V & RECH, N. Consenso Brasileiro de Atenção Farmacêutica: proposta. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2002. 24 p.
- 7 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Faculdade de Farmácia Memento Terapêutico da Farmácia Universitária da UFRJ – Rio de Janeiro: UFRJ/ FF, 2016. 258f. : ISBN 978-85-69407-02-7

A CONTRIBUIÇÃO DA UFRJ PARA A SAÚDE POR MEIO DO DATASUS, NO RIO DE JANEIRO

Ilan Chamovitz

LabFuzzy/PEP/COPPE/UFRJ; Datasus/RJ/D.Sc.

Introdução

Sabe-se que um dos principais fatores de produção na Sociedade da Informação e do Conhecimento são as “pessoas”. Na Saúde, pessoas atendem pacientes, gerenciam sistemas; pessoas buscam melhorar processos, desenvolvem e aplicam tecnologia visando a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar dos indivíduos e da sociedade.

A UFRJ vem colaborando com a Saúde no Brasil, não somente pela formação de profissionais da área médica, mas em Administração, Engenharia e Sistemas de Informação, e outras.

Este trabalho objetiva apresentar um indicativo que demonstra que a UFRJ colaborou e continua colaborando com a formação de profissionais que atuam em Saúde fora da área de medicina e correlatas, por meio do Datasus RJ.

O DataSUS

O Departamento de Informática do SUS – Datasus, foi criado em 1991, juntamente com a Fundação Nacional de Saúde, com o objetivo de controlar e processar as contas referentes ao “setor saúde”, que até então eram processadas pela Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social – DATAPREV:

“No início, o conjunto de serviços consistia, basicamente, dos sistemas de faturamento – ambulatorial e hospitalar – e dos sistemas de acompanhamento de “Nascidos Vivos” – SINASC, “Agravos de Notificação – SINAN e de “Mortalidade” – SIM, além de pequenos sistemas voltados para gestão administrativa, tais como controle de materiais, de patrimônio de processos”¹

Em 1992 foi desenvolvida a versão inicial do HOSPUB – um sistema voltado para gestão de local de unidades de saúde. A partir desse mesmo ano foram desenvolvidos, para atender à Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, os sistemas para gerenciamento de recursos humanos

¹ BRASIL (2002). Datasus Trajetória 1991-2002 / Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Departamento de Informática do SUS. – Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/trajetoria_datasus.pdf. Acessado em outubro de 2017.

– SISGRU e o Sistema de Programas de Controle de Endemias. Ainda nesta época o Datasus iniciava estudos para a utilização da INTERNET, por meio de um convênio como IBASE.

Em 1998 foi criado um grupo de trabalho com o objetivo de posicionar o Datasus na estrutura do Ministério da Saúde, dissociando-o da Fundação Nacional de Saúde. Ainda neste ano foi iniciado o processo de ampliação e modernização do parque de equipamentos do Ministério da Saúde em todo território nacional.

A partir do primeiro semestre de 2006, foi desenvolvido no Datasus um trabalho com o principal objetivo de aproximar o planejamento estratégico de negócio ao planejamento de tecnologia da informação, auxiliando nas mudanças necessárias para que a organização ofereça serviços adequados às necessidades dos usuários.

A sede do DATASUS está situada em Brasília/DF. As principais instalações técnicas do DATASUS estão situadas na sede e na unidade do Rio de Janeiro/RJ. Conta também com equipes nas unidades regionais em todos os estados da federação. Atualmente, sua estrutura e competências estão estabelecidas pelo Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, em vigência.

O DATASUS, como unidade subordinada à Secretaria-Executiva, propõe diretrizes e implementa ações de tecnologia no Ministério da Saúde em consonância com as orientações, normas e diretrizes definidas pelo órgão central do SISP, a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG).

De acordo com o Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016 (BRASIL, 2016, p.), compete ao DATASUS:

- I) Fomentar, regulamentar e avaliar as ações de informatização do SUS, direcionadas à manutenção e ao desenvolvimento do sistema de informações em saúde e dos sistemas internos de gestão do Ministério da Saúde;
- II) Desenvolver, pesquisar e incorporar produtos e serviços de tecnologia da informação que possibilitem a implementação de sistemas e a disseminação de informações para ações de saúde, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Saúde;
- III) Desenvolver, pesquisar e incorporar produtos e serviços de tecnologia da informação para atender aos sistemas internos de gestão do Ministério da Saúde
- IV) Manter o acervo das bases de dados necessários ao sistema de informações em saúde e aos sistemas internos de gestão institucional;
- V) Assegurar aos gestores do SUS e aos órgãos congêneres o acesso aos serviços de tecnologia da informação e bases de dados mantidos pelo Ministério da Saúde;

- VI) Definir programas de cooperação tecnológica com entidades de pesquisa e ensino para prospecção e transferência de tecnologia e metodologia no segmento de tecnologia da informação em saúde;
- VII) Apoiar os Estados, os Municípios e o Distrito Federal na informatização das atividades do SUS;
- VIII) Prospectar e gerenciar a Rede Lógica do Ministério da Saúde; e
- IX) Promover o atendimento ao usuário de informática do Ministério da Saúde.

Atualmente, conforme consta no site do Datasus (2017), o Departamento de Informática do SUS é formado por quatro coordenações:

- CGAM - Coordenação Geral de Análise e Manutenção
- CGGP - Coordenação Geral de Gestão de Projetos
- CGIE - Coordenação Geral de Infraestrutura
- CGDIS - Coordenação Geral de Disseminação de Informações

A Pesquisa

A UFRJ foi considerada em setembro de 2017 pela 6ª edição do Ranking Universitário da Folha (FOLHA, 2017)² como a melhor universidade do Brasil. O rank considera pesquisa (42%), Ensino (32%), mercado de trabalho (18%), internacionalização (4%) e inovação (4%).

A UFRJ e o Datasus já realizaram algumas parcerias. Um exemplo foi o curso.

Ao se referenciar à força de trabalho em Saúde, não é raro que se pense em médicos e enfermeiros. Em uma universidade, então, pode-se intuir, também, a forte relevância de professores, especialmente quando a instituição tem em sua estrutura um Hospital Universitário.

Assim, o sítio da UFRJ³ apresenta as seguintes unidades, relacionadas com a Saúde:

² <https://ruf.folha.uol.com.br/2017/ranking-de-universidades>.

³ <http://www.ccs.ufrj.br/pt/sobre-o-ccs/unidades>.

Unidades Acadêmicas	Unidades Suplementares
Escola de Educação Física e Desportos - (EEFD)	Instituto de Atenção Primária de Saúde São Francisco de Assis
Escola de Enfermagem Anna Nery - (EEAN)	Hospital Universitário Clementino Fraga Filho - (HUCFF)
Faculdade de Farmácia - (FF)	Instituto de Doenças do Tórax - (IDT)
Faculdade de Medicina - (FM)	Instituto de Ginecologia - (IG)
Faculdade de Odontologia - (FO)	Instituto de Neurologia Deolindo Couto - (INDC)
Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho - (IBCCF)	Instituto de Psiquiatria - (IPUB)
Instituto de Biologia - (IB)	Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira - (IPPMG)
Instituto de Bioquímica Médica - (IBqM)	Instituto do Coração Edson Abdala Saad - (ICES)
Instituto de Ciências Biomédicas - (ICB)	Maternidade Escola - (ME)
Instituto de Microbiologia Professor Paulo de Góes - (IMPPG)	Instituto de Pesquisa de Produtos Naturais - (IPPN)
Instituto de Nutrição Josué de Castro - (INJC)	Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde - (NUTES)
Núcleo de Pesquisas Ecológicas de Macaé - (NU-PEM)	Instituto de Estudos de Saúde Coletiva (IESC)
	Centro Nacional de Biologia Estrutural e Bioimagem (CENABIO)

Tabela 1 - Unidades acadêmicas e suplementares na área de Saúde, na UFRJ. Fonte: UFRJ (acesso em outubro de 2017).

Fonte: <http://www.ccs.ufrj.br/pt/sobre-o-ccs/unidades>

Entretanto, a força de trabalho em Saúde compreende não somente profissionais destas áreas, mas também pessoas que desenvolvem competências em gestão, em engenharias, em tecnologias, etc. Assim, a partir da chamada de trabalhos para o Seminário A UFRJ faz 100 anos, surgiu a oportunidade do autor, que atualmente é servidor do Datasus-RJ e que também colabora em pesquisas no LABFUZZY - Laboratório de Lógica Fuzzy, na COPPE - Engenharia de Produção, verificar a influência da UFRJ na Saúde por meio de um censo preliminar que indicasse profissionais do Datasus-RJ que “passaram” pela UFRJ, seja em programas de graduação e pós-graduação, seja em seminários, congressos ou cursos de curto prazo.

Em julho de 2017 o DATASUS RJ contava com cerca de 170 servidores públicos ativos e com outros profissionais, contratados. Este estudo, preliminar, não considerou os cerca de 250 servidores aposentados devido a dificuldades com comunicação com esses servidores.

Para coletar as informações foram estabelecidos alguns requisitos:

- 1 – O preenchimento dos dados deveria ser realizado em até 3 dias;
- 2 – O instrumento para coleta de dados deveria ser um sistema de formulários desenvolvido pelo DATASUS – o FORMSUS.

O Formsus é definido como um serviço do DATASUS para a criação de formulários na Internet. Trata-se de um serviço de uso público, com normas de utilização definidas, compatíveis com a legislação e com a Política de Informação e Informática do SUS.

Este serviço foi desenvolvido para atender a finalidades do SUS e de órgãos públicos parceiros, mas foi colocado à disposição de instituições e universidades para aplicações de interesse público. Para criar formulários é necessário estar cadastrado como Gestor de Formulário do Formsus, e para responder não é necessário cadastro.

Um link para acesso à pesquisa foi enviado aos servidores ativos e contratados, por e-mail. A tela de preenchimento para essa pesquisa apresentou as ideias principais do programa “A UFRJ faz 100 anos” e solicitou que o formulário fosse preenchido. A figura 1 apresenta parte da tela inicial do formulário.

Figura 1 - Tela inicial do FormSUS. Fonte: <http://FormSUS.datasus.gov.br>

Resultados

No total, 19 respostas de ex-alunos que trabalham no Datasus RJ foram coletadas em 3 dias. Foi utilizado o FORMSUS, produzido pela equipe do Rio de Janeiro, e que está disponível há mais de uma década, e que permite criar formulários e obter relatórios.

A figura 2 foi gerada na Internet pelo FormSUS e apresenta a quantidade e percentual obtido, com as áreas que foram assinaladas pelos colaboradores.

Total de fichas 19			
Nome Completo	Visualizar Fichas Preenchidas	19	100 %
	Não responderam	0	0 %
Email	Visualizar Fichas Preenchidas	19	100 %
	Não responderam	0	0 %
Departamento que trabalha no Datasus RJ	Visualizar Fichas Preenchidas	19	100 %
	Não responderam	0	0 %
Curso(s) realizado(s) na UFRJ. (Por favor, separe com vírgulas)	Visualizar Fichas Preenchidas	19	100 %
	Não responderam	0	0 %
Área da UFRJ			
Escola de Engenharia Arco Terry (EEAT)		2	10.53 %
Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC)		3	15.79 %
Instituto Cooperativo de Administração (CORPAC)		1	5.26 %
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA (COMN) Decária do COMN - Período de gestão 2014 e 2018		1	5.26 %
Instituto de Matemática (IM)		2	10.53 %
Instituto Técnico-Paralelo de Aplicações e Pesquisas Computacionais (INTE-UPRJ)		5	26.32 %
Colégio de Aplicações (CAp)		1	5.26 %
Escola de Comunicação (ECO)		1	5.26 %
Escola de Serviço Social (ESS)		1	5.26 %
Instituto de Física e Ciências Sociais (IFCS)		1	5.26 %
Instituto de Psicologia (IP)		1	5.26 %
Faculdade de Letras (FL)		1	5.26 %
CENTRO DE TECNOLOGIA (CT) Decária do Centro de Tecnologia		2	10.53 %
Escola Politécnica (POLI)		3	15.79 %
Instituto Alberto Luz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE)		4	21.05 %
Fichas Preenchidas		19	100 %
Não responderam		0	0 %

Figura 2 - Resultado da pesquisa: áreas da UFRJ. Fonte: <http://FormSUS.datasus.gov.br>

Os resultados apresentam com mais destaque para o Datasus RJ as seguintes áreas da UFRJ:

Em primeiro lugar, o Instituto Tércio Pacitti de Aplicações e Pesquisas Computacionais (NCE), com 26.32 %. Este resultado é consequência de uma relação de longo prazo entre o instituto e o Datasus, em diversas épocas.

O NCE se destacou com parcerias na área da computação, com cursos de especialização, como o Programa MOT C.N.⁴ e certificação, como o CCNA - Cisco Certified Network Associate. O instituto contribuiu, ainda, com a formação em mestrado stricto sensu e, também em parcerias diversas.

Para ilustrar a relevância das parcerias citamos o Programa de Acessibilidade desenvolvido pelo Datasus, em 2005, quando o Datasus desenvolveu um Programa de Acessibilidade com o objetivo de se cumprir o artigo 47 do decreto 5.296 (D5296, 2004), que regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências estabeleceu a data de 1 de dezembro de 2005 como limite para que os portais e sítios eletrônicos da administração pública na Internet estivessem preparados para o acesso por pessoas portadoras de deficiência visual.

Na época, o Datasus contou com experiência do Professor Dr. Antonio Borges que, além de colocar a equipe do Projeto Intervox disponível para apoiar e validar as alterações necessárias, também participou de evento em 4 de outubro de 2005 (figura 3), apresentando diversos aspectos de acessibilidade que ajudaram a tornar as páginas do Datasus acessíveis.



Figura 3 - Apresentação do prof. Antônio Borges. Fonte: Arquivo pessoal do autor

Para o Programa de Acessibilidade houve contrapartida por parte do Datasus que, além da utilização do conhecimento produzido na UFRJ, publicou o trabalho em um evento técnico

4 MOT C.N. Management of Technology in Computer Networks é um programa de treinamento profissional amplo e profundo, no estilo, hands-on, diferenciando-o radicalmente de outros programas restritos e superficiais.

científico promovido pela Sociedade Brasileira de Computação (SBC), o Workshop de Manutenção de Software Moderna (CHAMOVITZ, 2005).

Com menor percentual que o Instituto Tércio Pacitti de Aplicações e Pesquisas Computacionais (NCE), o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE) foi marcado em 21.05 % dos formulários, ficando em segundo lugar. De acordo com as respostas, a COPPE contribuiu com a formação de profissionais do Datasus em cursos de graduação e, também, em doutorado *stricto sensu*. Nos últimos anos, COPPE e Datasus colaboram com o desenvolvimento de pesquisa na área de Gestão e Educação aplicadas em Saúde, por meio do Laboratório de Lógica Fuzzy, na Engenharia de Produção (CHAMOVITZ, ELIA e COSENZA, 2015).

Em seguida aos dois institutos citados, a Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC) e a Escola Politécnica (POLI) empataram em terceiro lugar, com 15.79 %.

Duração e primeiro curso

Em relação à duração, cursos com mais de 3 anos representaram mais da metade (63.16 %) das respostas, o que reforça a ideia de que o Datasus e a UFRJ são parceiros de longa data e estabelecem, mais frequentemente, parcerias de longa duração, considerando que cursos com menos de um ano representaram cerca de 10% das respostas).

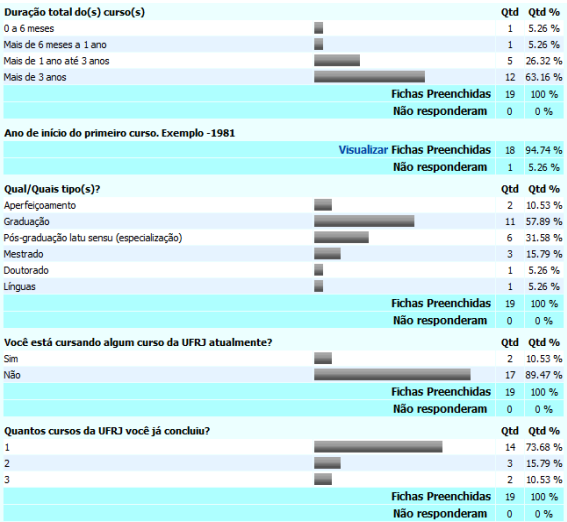


Figura 4 - Resultado da pesquisa: Cursos realizados. Fonte: <http://FormSUS.datasus.gov.br>

Quando perguntados qual o ano de início do primeiro curso que fizeram, o período mais antigo foi 1971 e o mais recente foi 2016. No sistema FormSUS estes dados são acessados por meio de um link (Visualizar).

A pesquisa tentou-se identificar quantos colaboradores realizaram mais de um curso na UFRJ. As respostas indicam que 73,68% das marcações foram para apenas um curso na UFRJ, seguida de 15,79% para 2 cursos e 10,53% para 3 cursos.

Influência da UFRJ na formação de profissionais do Datasus RJ, atualmente

Além de identificar se existiu a influência da UFRJ, em anos anteriores, na formação dos colaboradores, o pesquisador, ao conversar com alguns colegas, percebeu que seria interessante avaliar se a relação UFRJ-Datasus estaria presente durante o período da pesquisa, ou se existiu apenas no passado. Nesse contexto, foi solicitado a cada respondente que indicasse se estaria frequentando algum curso da UFRJ no momento da pesquisa, e o resultado indicou que mais de 10% dos respondentes estavam “presentes” na UFRJ, sugerindo que a relação existe não somente no passado, mas no presente.

Nível de cursos

Em relação ao nível do curso, a pesquisa resultou em:

- 57.89 % para a Graduação
- 31.58 % para Pós-graduação Lato sensu
- 15.79 % para o Mestrado
- 10.53 % para Aperfeiçoamento
- 5.26 % para Doutorado
- 5.26 % para cursos de Línguas

A distribuição das respostas pode indicar algum potencial para investimento em parcerias para cursos que apresentaram menor frequência e com menor duração, como por exemplo aperfeiçoamento, doutorado e curso de línguas.

O DataSUS também influencia a UFRJ

Uma questão interessante surgiu ao final da pesquisa: Uma vez que os resultados sugerem que a UFRJ influencia a Saúde por meio do Datasus, será que esta influência também existe, para a UFRJ, a partir do Datasus?

Para responder a essa pergunta, o autor decidiu pesquisar no Google Acadêmico (figura 5) pelos termos UFRJ e FORMSUS, estabelecendo um período recente, de 2013 até o momento da pesquisa (2017).



Figura 5 - Pesquisa no Google Acadêmico. Fonte: autor

O resultado obtido foi que, pelo menos 20 trabalhos da UFRJ estavam indexados e utilizaram o serviço de formulários oferecido pelo Datasus para auxiliar em pesquisas. Assim, além de se verificar que existe influência com direção UFRJ -> Datasus-RJ, também existem indicadores que sugerem que a influência é bi-direcional.

Considerações finais e recomendações

Apesar da quantidade relativamente pequena de respondentes, colaboraram 19 ex-alunos entre mais de 150 profissionais atuantes no Datasus-RJ. Além dos aposentados que não entraram na pesquisa, alguns servidores também não responderam. Seria bem interessante que houvesse a possibilidade de estender a pesquisa a todos os colaboradores para que se pudesse identificar a proporção de ex-alunos da UFRJ. Nesta nova proposta, deve-se considerar servidores, terceirizados (incluindo os trabalhadores que saíram) e aposentados.

As questões estabelecem um estudo preliminar, exploratório, que pode ser expandido posteriormente no Datasus, em nível Brasil, ou em outros setores, ampliando-se a amostra e a quantidade de perguntas.

Ao se pesquisar, no Google Acadêmico, pelo serviço FormSUS e UFRJ e obter-se a lista com trabalhos acadêmicos da universidade estavam indexados e utilizaram o serviço de formulários oferecido pelo Datasus para auxiliar em pesquisas. Assim, além de se verificar a relação existente na direção UFRJ -> Datasus-RJ, também existem indicadores que a influência é bi-direcional.

Referências bibliográficas

BRASIL. Datasus Trajetória 1991-2002 / Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Departamento de Informática do SUS. – Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/trajetoria_datasus.pdf. Acesso 29 out. 2017.

BRASIL. Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016. Aprova a Estrutura Regimental e o

Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Saúde. Diário Oficial da União, seção 1, nº 217, p. 3-17, 2016.

BRASIL, Casa Civil. Decreto n. 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis, n. 10.048, 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI (2017-2018). Brasília, 2017. Disponível em: <http://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude/publicacoes/pdti/2017-18> . Acesso 05.Nov.2017.

CHAMOVITZ, I. Sistema de Geração de Sítios e Manutenção de Conteúdo: Uma Solução Incorporando Regras de Acessibilidade. In: Anais do II Workshop de Manutenção de Software Moderna. WMSWM05. Manaus, 2005. v. I. p. 139-146.

CHAMOVITZ, I. ELIA, M.F. COSENZA, C.A.N. Fuzzy assessment model for operative groups in virtual educational forums. In: Science and Information Conference (SAI), 2015. IEEE, London, 2015. p. 395-405

DATASUS. Departamento de Informática do SUS. Disponível em <http://www.datasus.gov.br>. Acesso em outubro de 2017.

FOLHA. RUF Ranking Universitário da Folha. Ranking de universidades. 2017. Disponível em <https://ruf.folha.uol.com.br/2017/ranking-de-universidades> . Acesso 29 out. 2017.



PROJETO: HATHA YOGA NO TRABALHO: SAÚDE E BEM ESTAR

Ana Maria de Jesus Esteves

matricula SIAPE 1124682 – lotação: Gabinete da Decania do CCS – Cargo: Técnico em Secretariado

Função: Chefe de Gabinete – Instrutora de Hatha Yoga – Registrada na Aliança do Yoga

Formada através do Curso de Formação e Aprofundamento em Yoga e Vedanta.

com Leandro Castello e Bruno Jones - Atuando como Colaboradora no projeto de Acolhimento ao Servidor e ao Aluno do CCS

II - Introdução

Os benefícios do Yoga se estendem do indivíduo que o pratica, para o ambiente de trabalho. A prática regular é conhecida por trazer uma melhoria da saúde da mente e do corpo, aumento da energia, bem-estar e produtividade.

III - Justificativa

O Hatha Yoga é uma atividade de baixo impacto, melhora a força e flexibilidade corporal, melhora a concentração, reduz os efeitos do stress nocivo e a tensão física e mental. É uma atividade simples e pode ser modificada para diferentes níveis e capacidades de habilidade – perfeito para o ambiente de trabalho.

O Ministério da Saúde inclui yoga na relação das terapias alternativas no Sistema Único de Saúde (SUS), que passa, também, a compor a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares. Segundo o texto publicado no DOU, um dos objetivos da inclusão dessa prática no SUS é “valorizar os saberes populares e tradicionais e as práticas integrativas e complementares”.

De acordo com o ministério, as medicinas tradicionais e complementares são compostas por “abordagens de cuidado e recursos terapêuticos que se desenvolveram e possuem um importante papel na saúde global”.

IV - Objetivos:

a) **Gerais** - Praticar Yoga no ambiente de trabalho promove melhora profissional e benefícios na qualidade de vida dos funcionários.

b) **Específicos**

- Melhorar a concentração, as habilidades de tomada de decisão e capacidade de multi-tarefa;

- Reduzir custos de várias doenças relacionadas com o stress e ansiedade;
- Melhorar a atenção e produtividade e capacidade de reagir com mais calma em situações exigentes;
- Aliviar a cabeça, pescoço e dores nas costas, síndrome do túnel do carpo, insônia, pressão alta e lesões relacionadas ao trabalho de movimento repetitivo, ambientes de trabalho sedentário;
- Melhorar a atitude e as perspectivas;
- Promover o bem-estar no local de trabalho;

V - Fundamentação teórica

Hatha Yoga é o estilo mais popular da Yoga no Ocidente. Baseia-se principalmente sobre a prática de asanas, ou seja, das posições do corpo para se manter de modos confortável e estável.

A Hatha Yoga nasceu na Índia, e com o tempo chegou ao Ocidente. As origens do Hatha Yoga se perdem nos séculos, mas existem dois textos antigos que são considerados como principais referências para esta prática: os Yoga Sutras de Patanjali e o Hatha Yoga Pradipika de Svatiarama.

A palavra Yoga significa união em sânscrito. A Hatha Yoga com as suas práticas promove a união entre corpo e mente. Podemos entender essa união como harmonia e equilíbrio entre corpo e mente. Yoga em seu sentido mais puro, no entanto, tem um objetivo muito maior: a união da consciência individual do homem e a consciência universal.

A palavra Hatha significa força, tenacidade. Graça à prática dos asanas podemos treinar com consistência nosso corpo para assumir posições que podem ter efeitos benéficos, tanto do ponto de vista físico quanto mental.

Os benefícios do Hatha Yoga envolvem a saúde física e mental. Com a prática de asanas, o corpo torna-se mais flexível, os músculos e articulações gradualmente perdem sua rigidez causada por um estilo de vida sedentário, enquanto os ossos se regeneram graças ao movimento.

A prática constante das asanas faz com que o corpo fique mais elástico e os músculos tonificados através de exercícios fluidos, mas ainda não muito cansativos. Deste ponto de vista, a prática de Hatha Yoga ensina desde o início a reconhecer as limitações de cada indivíduo.

A Hatha Yoga ensina o não-julgamento. Na prática, não se deve competir com os outros. Na verdade, a competição tampouco é pessoal, uma vez que os melhores resultados são obtidos sim com empenho, mas, sobretudo com a capacidade de entrar na prática de se deixar andar sem ficar muito ancorado ao que você é ou a quem se acredita ser.

A Hatha Yoga também melhora a postura, pode ser benéfica para o alívio da dor, especialmente para aqueles que sofrem de dor nas costas, praticando asanas mais adequadas e tendo um efeito fortemente calmante e relaxante.

Os exercícios de respiração do Hatha Yoga ajudam a inspirar e a expirar com mais tranquilidade. Quando a respiração fica mais lenta, a mente se acalma e este é um dos efeitos benéficos da Hatha Yoga e que surpreende aqueles que a praticam. Na vida cotidiana, parece quase impossível parar por alguns minutos para respirarmos com calma para relaxar o corpo e a mente.

Citando estudos publicados

a) A prática da Yoga traz benefícios afetivos e cognitivos, aponta estudo brasileiro. Para quem pratica Yoga, memória de longo prazo melhorou 20% e houve redução do estresse.

Um estudo científico brasileiro mostrou que o Yoga traz benefícios cognitivos e afetivos palpáveis para quem a pratica.

O trabalho, conduzido por pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), preenche uma lacuna nos estudos sobre o impacto neuropsicológico da Yoga. A maioria carece de controles adequados que garantam o rigor ou a aplicação universal dos resultados.

Os pesquisadores escolheram voluntários saudáveis que não praticavam Yoga. Eles foram recrutados no Batalhão Visconde de Taunay, do Exército, em Natal (RN). Os cientistas conseguiram autorização do coronel Odilon Mazzine Junior para realizar uma atividade atípica para o grupo de 17 soldados que participaram do estudo: ao longo de um semestre, eles praticaram uma hora de Yoga, duas vezes por semana. Outros 19 militares não participavam das aulas e serviram como grupo de controle. Isso é importante para que os resultados do grupo que praticou Yoga possam ser comparados.

A coordenadora do estudo Regina Helena da Silva, do programa de Pós-graduação em Psicobiologia do Centro de Biociências da UFRN, orientou o biólogo Kliger Kissinger Fernandes Rocha no doutorado do programa. Rocha é professor de Yoga e reconhecia as limitações dos estudos sobre o tema. Por isso, sugeriu abordá-lo em uma tese. O trabalho, publicado na revista científica *Consciousness and Cognition*, é fruto desse interesse.

Os militares foram avaliados no início e no fim do estudo. Foram aplicados testes de memória e formulários para averiguar o nível de estresse e outras condições psicológicas, bem como testes fisiológicos. Como resultado do trabalho foi constatado que a meditação na yoga melhora a capacidade de concentração, como ainda, a diminuição do estresse que explicam a melhora dos resultados nos testes que avaliaram a memória.

b) Ainda sobre estudos publicados: Uma pesquisa que acaba de ser publicada no Archives of Internal Medicine dá uma ideia da importância que a terapia vem ganhando. De acordo com o trabalho, 30% dos americanos fazem uso do método. Um em cada 30 pacientes recebeu a recomendação da prática de Yoga de seus próprios médicos.

Aqui no Brasil, pesquisadores da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) atestaram o efeito do método contra a hipertensão após a realização de um trabalho que acompanhou executivos com o perfil clássico desses profissionais: estressados, ansiosos e com pressão fora de controle. “Após oito meses, houve mudanças no estilo de vida e resgate da saúde. E deixaram de ser hipertensos.” (Reportagem tirada da Revista Isto É, em entrevista ao médico Fernando Bignardi).

Nos EUA, na Boston University School of Medicine, verificou-se que o Yoga apresenta resultados mais eficazes no controle de distúrbios de humor, depressão e ansiedade em comparação a outros exercícios, como a caminhada. “Em exames posteriores à realização dos exercícios, os participantes exibiam taxas mais elevadas do Gaba, uma substância cerebral cujo nível, se estiver baixo, está associado a desequilíbrios de ordem emocional”, - (matéria tirada da revista ISTOÉ em entrevista a Chris Streeter, professora de psiquiatria e coordenadora do trabalho).

Existem outros estudos publicados a respeito dos benefícios do Yoga.

VI - Metodologia

Duas aulas semanais, com duração de 01 hora cada, nas quais serão introduzidas as práticas de Kriyas, Asanas, Pranayamas, Mudras e Meditação.

Aplicação de Anamnese para reconhecimento do servidor, seus objetivos para praticar a atividade, ou para o acompanhamento de patologias existentes, com a finalidade de melhor orientar a prática (arquivo ANAMNESE em anexo).

VII - Público-alvo

Servidores da UFRJ, de qualquer idade, independente da limitação física de cada um. Podendo ainda, ser aberto à comunidade do CCS, caso haja espaço disponível.

VIII - Cronograma

Segundas e quartas-feiras, de 13:00 às 14:00 horas.

IX - Avaliação

Periodicamente são disponibilizados aos alunos questionários para que informem os benefícios adquiridos ao longo da prática.

X - Recursos

Aparelho de som portátil, com controle remoto e Microfone Amplificador De Voz E Caixa De Som Com Usb E Bateria Recarregável.

XI - Referências bibliográficas

Cadernos de Yoga (realização Instituto Dharma - Yogashala)

Desmistificando os Yoga Sutras de Patanjali (Swami Kriyananda);

Guia prático para o Coração do Yoga (Leandro Castelo Branco e Bruno Jones);

Guippy – Guia Prático de Posturas de Yoga (Joseph e Lilian Le Page)

Tattvabodhah – O Conhecimento da Verdade -de Sri Sankaracarya -Tradução e comentários de Glória Arieira;

Yoga Terapia Hormonal (Dinah Rodrigues);



ESTRATÉGIA PARA PREVENÇÃO DE LESÕES RELACIONADAS AO USO DO BISTURI ELÉTRICO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Mariana Magalhães Chagas

UFRJ/ Campus Macaé, Acadêmica de Enfermagem

Isadora de Freitas Lyrio Araújo

UFRJ/ Campus Macaé, Enfermeira

Ana Paula Dias Soares

UFRJ / Campus Macaé, Enfermeira

Camila Mendonça de Moraes

UFRJ / Campus Macaé, Docente do curso de Enfermagem

Introdução

O processo de trabalho no Centro Cirúrgico (CC) visa a assistência global dos pacientes que se submetem a procedimentos anestésico-cirúrgicos. Nesse contexto a atuação da equipe de enfermagem no CC é de extrema importância, pois envolve a preparação dos materiais e equipamentos necessários ao procedimento.

O procedimento cirúrgico pode acarretar inúmeros riscos ao paciente, especialmente considerando que o mesmo está anestesiado e totalmente dependente da equipe que o assiste. As complicações mais comuns são: infecção de sítio cirúrgico, hipotermia, lesões decorrentes do posicionamento cirúrgico, dentre outras. Assim, é responsabilidade de toda a equipe perioperatória realizar um plano de cuidados individualizado e que garanta o conforto e a segurança do paciente.

A relevância de serem estudadas e desenvolvidas estratégias que evitem a ocorrência de eventos adversos durante os procedimentos cirúrgicos é devido a um movimento relativamente recente de valorização da segurança do paciente, que culminou na criação da “Aliança Mundial para a Segurança do Paciente” pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em outubro de 2004. Em seguida, foram lançados os “Desafios Globais para a Segurança do Paciente”, sendo que o segundo desafio refere-se aos fundamentos e práticas da segurança cirúrgica, com o tema “Cirurgias Seguras Salvam Vidas”.

É preciso, entretanto, que a equipe multiprofissional de um centro cirúrgico esteja atenta a implementar práticas e estratégias a fim de reduzir, a um mínimo aceitável, o risco de dano

desnecessário ao paciente associado ao cuidado de saúde. Nesse sentido, o enfermeiro perioperatório é responsável pelo planejamento e implementação de intervenções de enfermagem que minimizam ou possibilitam a prevenção de complicações aos pacientes decorrentes do procedimento anestésico-cirúrgico. Neste contexto, a incorporação de tecnologias faz parte do processo de gerenciamento do ambiente cirúrgico, considerando a técnica cirúrgica, preferências do cirurgião, necessidades do paciente e garantindo princípios de segurança, eficiência e eficácia da utilização de equipamentos biomédicos.

O bisturi elétrico é um equipamento biomédico largamente utilizado hoje em dia nas salas de cirurgia, por possibilitar tanto a dissecação como a coagulação dos tecidos. Este equipamento compõe uma unidade de eletrocirurgia que emite uma corrente elétrica para o paciente, a qual é absorvida pela placa de retorno, também denominada placa de bisturi elétrico. Após o advento do bisturi elétrico, a grande maioria dos cirurgiões faz uso do mesmo, sendo considerado um dos equipamentos imprescindíveis ao desenvolvimento da maioria dos procedimentos cirúrgicos, contudo se não utilizado corretamente pode ser potencialmente perigoso.

O mau posicionamento da mesma pode dispersar a energia elétrica e implicar em riscos de queimadura ao paciente. As queimaduras podem ocorrer como resultado de desposicionamento e/ou posicionamento incorreto da placa de retorno do bisturi elétrico ou mesmo interferência eletromagnética de estruturas metálicas, que podem dispersar a eletricidade, com por exemplo partes da mesa operatória, ou mesmo um marcapasso, desfibrilador ou dispositivo de monitoração cardíaca.

O manuseio adequado de equipamentos de eletrocirurgia é fundamental para a manutenção da segurança dos pacientes e da equipe cirúrgica.

Objetivo

Relatar a experiência da utilização de uma nova placa de bisturi elétrico nas cirurgias de um hospital privado, especializado em pediatria, da cidade de São Paulo.

Métodos

Trata-se de um estudo descritivo do tipo relato de experiência sobre a implantação de uma nova placa de bisturi nas cirurgias realizadas em uma instituição de saúde privada da cidade de São Paulo no período de 2012 a 2014.

Resultados

A experiência abordada neste estudo foi vivenciada pela equipe de um hospital privado especializado na assistência pediátrica, e localizado na cidade de São Paulo. Trata-se de uma instituição que atende em média 120 mil crianças por ano e disponibiliza atendimento em todas as especialidades pediátricas. É constituído por 80 quartos na Unidade de Internação e Hospital

Dia. Na UTI são 28 quartos. Cada quarto é uma acomodação individual com banheiro privativo. Há ainda uma brinquedoteca interna externa, as quais podem ser usadas por todos os pacientes internados; centro cirúrgico e setores diagnósticos como tomografia e ressonância magnética. É um dos cinco hospitais pediátricos no mundo, fora dos Estados Unidos, acreditado pela Joint Commission International, um importante órgão certificador de qualidade de instituições de saúde.

A eletrocirurgia é atualmente uma prática bastante utilizada atualmente nos centros cirúrgicos, e trata-se do uso da corrente elétrica para auxiliar na incisão cirúrgica, promovendo também hemostase - algo vantajoso por reduzir o risco da perda acentuada de sangue. Há dois eletrodos: o ativo e dispersivo. O ativo é constituído por uma ponta fina, cuja estrutura permite elevada concentração da corrente na mesma, e isso provoca o efeito de corte ou coagulação no tecido. Já o dispersivo é uma placa de grande área de contato, também denominada placa ou eletrodo de retorno, a qual permanece aderida ao corpo do paciente e conduz a energia elétrica que foi transmitida ao paciente pelo eletrodo ativo de volta ao gerador, isto é, permitindo que a corrente circule. A grande área facilita esse processo, e a estratégia citada neste estudo possui a vantagem de ser maior que as placas convencionais.

Há dois sistemas de eletrocirurgia: monopolar e bipolar. O primeiro consegue transformar a corrente elétrica de baixa frequência em alta frequência. É seguro pois possui o sistema de monitoramento do eletrodo de retorno, o qual atua caso ocorra desconexão desse eletrodo no momento da cirurgia, fazendo com que o gerador não envie corrente ao corpo do paciente, evitando, assim, a ocorrência de queimaduras. Já o bipolar tem o propósito de produzir o efeito da coagulação, ou seja, permite a hemostasia dos vasos sanguíneos lesionados no processo, reduzindo a diminuição da volemia.

A placa de retorno funciona, portanto, como o caminho que leva a corrente elétrica que sai do bisturi elétrico e entra em contato com a pele do paciente de volta para o gerador. Algumas placas convencionais são flexíveis e adesivas, constituídas por um polímero que cobre uma folha condutora. A propriedade adesiva é para garantir a adesão ao corpo do paciente durante a cirurgia e evitar o deslocamento. Deve ser grande o suficiente para manter a densidade da corrente baixa à medida que a energia elétrica sai pela pele do paciente, caso contrário, o calor irá se acumular debaixo da placa, resultando em uma queimadura. Se a área de contato for reduzida pelo tamanho reduzido da placa ou por não estar em contato total, como no caso da formação de pregas, o calor aumentará. A impedância da área de superfície também pode ser comprometida com o uso de placas adesivas se a pele do local de posicionamento estiver comprometido, como pode ocorrer nos indivíduos queimados.

Para diminuir o risco de deslocamento da placa, é recomendável colocá-la após o posicionamento cirúrgico, além de atentar para sua localização no transcorrer da cirurgia. É relevante

assegurar-se de que o paciente não esteja em contato com partes metálicas da mesa cirúrgica, além de ter seus adornos retirados. A placa deve ser posicionada no local mais próximo possível do sítio cirúrgico, em um caminho que não passe pelo coração, em região bem vascularizada, pele limpa, seca, desengordurada e sem pelos; evitando as proeminências ósseas, superfícies lesionadas, locais de implantes metálicos, tecidos adiposos e regiões que possam acumular líquidos, prevenindo fuga ou divisão de corrente. A utilização de gel condutor é recomendada. Ao final da cirurgia a placa deve ser removida com cuidado, observando possíveis lesões.

Recentemente foi lançada por uma empresa dos Estados Unidos uma placa de bisturi elétrico inovadora, a qual reduz a pressão entre o corpo do paciente e a mesa cirúrgica. Sua apresentação é em formato de colchão, e pode ser utilizada em várias posições, além de proporcionar segurança e facilidade de manipulação. Em 2012, buscando alternativas para a garantia da segurança do paciente nos procedimentos cirúrgicos, a equipe do hospital pediátrico a que se refere este estudo teve conhecimento da nova tecnologia, um eletrodo de retorno pediátrico que poderia substituir os eletrodos convencionais e diminuir os riscos de queimaduras.

Trata-se de um eletrodo, ou placa, de retorno reutilizável desenvolvido para pacientes pediátricos, no formato de almofada, com 66cm de comprimento e 30,6 cm de largura, destinado a indivíduos que pesam 0,35kg até 22,7kg. Sua estrutura se baseia em uma superfície impermeável, a qual não necessita de aplicação de gel condutor, e é constituída por um polímero de viscoelástico, sendo também maior que as placas de retorno convencionais – algo que ajuda a evitar o desposicionamento. Segundo o fabricante pode ser utilizado como uma superfície para redução de pressão na mesa cirúrgica, pois seu material redistribui tal pressão, reduzindo o risco potencial de lesões por pressão em cirurgias de longa duração.

O eletrodo de retorno pediátrico contém a mesma tecnologia de sua versão para adultos, que foi lançada primeiramente pela mesma empresa norte-americana, especializada em equipamentos cirúrgicos. De acordo com o fabricante, tal equipamento foi utilizado em mais de 30 milhões de procedimentos, todos sem a ocorrência de lesões por queimadura relacionadas à cirurgia, projetando a hipótese de que seria mais segura que as placas de retorno convencionais, como as adesivas e de outras marcas conhecidas e renomadas.

A placa foi desenvolvida para encaixar-se tanto em incubadoras quanto na mesa operatória, estendendo-se em comprimento e largura para acomodar todo o corpo do paciente, maximizando a área de contato com a pele do mesmo, sendo esta uma vantagem em relação aos eletrodos convencionais, que são em sua maioria de tamanho reduzido, estando em contato com apenas uma área restrita do corpo do paciente. Além disso, o fato de não ser uma placa adesiva evita a ocorrência de dermatites ocasionadas pelo material adesivo.

A nova estratégia de eletrodo de retorno, além de dispersar a energia eletrocirúrgica, também previne pontos de pressão, atrito e cisalhamento, evitando o surgimento de lesões. Uma

pressão direta ou peso aplicado em áreas específicas da pele do paciente durante algum período de tempo prolongado - como em cirurgias de longa duração - pode provocar uma reação isquêmica no tecido profundo. O dano ocorre quando o osso se move contra o tecido muscular e a isquemia se estende para as camadas de tecido mole da derme. O tecido é privado de sangue e oxigênio, resultando no surgimento da necrose. A pressão também pode resultar em danos aos nervos. O atrito pode ocorrer quando a pele do paciente é puxada ou friccionada sobre um objeto estático. Já o cisalhamento ocorre quando a pele do paciente está fixa, enquanto o tecido subjacente se desloca ou é movimentado sem o suporte do sistema esquelético.

Outra vantagem dessa nova estratégia é ser reutilizável, isto é, não necessita ser descartada após cada uso, reduzindo os custos⁷ em até 70% e sendo ambientalmente favorável. Pode ser desinfetado e reutilizado, dispensando o gasto com placas de retorno descartáveis. No entanto, esse eletrodo não pode sofrer esterilização, apenas desinfecção com determinados desinfetantes recomendados, como o Orthophthaldeído. Vale ressaltar o benefício econômico devido à redução dos custos de tratamento de lesões por pressão e/ou por queimaduras adquiridas durante o procedimento cirúrgico. Além disso, não demanda nenhuma configuração de energia nem possui restrições de temporização.

O novo dispositivo de retorno tem o propósito de conduzir energia eletrocirúrgica monopolar do tecido alvo de um paciente de volta para uma ou duas unidades eletrocirúrgicas (UEC), ou geradores. Há o modelo de cabo único, ou *single cord* utilizado com apenas um gerador, e o modelo de dois cabos *dual cord*, que utiliza dois geradores. A placa de retorno possui uma tecnologia protetora denominada limitação de corrente, que limita automaticamente o circuito caso a área de contato entre o eletrodo e o paciente for inferior a níveis pré-determinados. Assim, um alarme do gerador não soará se o paciente não estiver em contato com o eletrodo. Tal tecnologia limitadora é concebida para prevenir queimaduras, limitando automaticamente a corrente do circuito no caso de área de contato entre o paciente e o eletrodo cair abaixo dos níveis pré-determinados, o que resulta numa redução significativa do efeito eletrocirúrgico. Desse modo, os profissionais precisam estar atentos ao funcionamento correto do dispositivo durante o andamento da cirurgia.

Colocar o paciente em contato direto com o eletrodo proporciona a vantagem total do benefício de redução de pressão, e assegura um melhor nível de segurança no monitoramento. Se a área de contato do paciente com o eletrodo diminuir para um nível mínimo, o próprio eletrodo irá limitar o fluxo de corrente do paciente que passa pelo mesmo. Ao limitar o fluxo de corrente, a densidade de corrente é mantida suficientemente baixa para evitar a acumulação de calor sob a almofada, conferindo, portanto, mais segurança que os eletrodos de retorno convencionais que possuem a tecnologia RECQM (*Return Electrode Contact Quality Monitoring System*).

Esse sistema foi desenvolvido devido ao aumento da ocorrência de queimaduras nas regiões onde a placa de retorno era posicionada. Este monitora a quantidade e a qualidade do contato, ou impedância, que a placa possui com a pele do paciente. Se o contato com a placa for interrompido, o gerador irá soar um alarme e desativar. Desse modo, considera-se que a nova estratégia citada neste estudo é mais segura do que os eletrodos de retorno que possuem tal tecnologia.

Dessa forma, a equipe do hospital pediátrico analisou as evidências científicas de sua utilização e verificou alguns estudos para para testar a eficácia do produto^{3,8} em pacientes com grandes áreas de queimadura e que não tinham locais para aplicação da placa de bisturi convencional, que obtiveram como resultado foi que a nova placa de retorno obteve sucesso em todos os casos, sem ocorrência de queimaduras adicionais nos pacientes que participaram do estudo. Os autores ressaltam que tal estratégia auxilia bastante quando não há locais disponíveis para posicionar um eletrodo de retorno convencional, como é o caso dos grandes queimados, por exemplo - e principalmente em crianças, que já possuem a área de superfície corporal reduzida em relação aos adultos, algo que diminui a possibilidade de encontrar um local adequado para posicionar a placa de retorno.

Apesar de todas as vantagens evidenciadas tanto pelas pesquisas como pelo fabricante, houve resistência inicial à sua utilização por parte da equipe médica, por se tratar de um equipamento novo e diferente do usual. No entanto, a disseminação do conhecimento de seus benefícios possibilitou a realização de um teste que se iniciou em 2013, cuja ausência de eventos adversos permitiu a adesão concreta à nova estratégia. Posteriormente, outras unidades foram adquiridas e implementadas em todas as salas de cirurgia da instituição. Até o início de 2017 não houve a ocorrência de nenhum evento adverso relacionado ao uso do dispositivo.

É incontestável a importância da contribuição da enfermagem nos períodos pré, intra e pós operatório, por exemplo, certificando a identidade e o consentimento do cliente, o local e o procedimento; verificando os sinais vitais ; mantendo o paciente monitorizado e com acesso venoso; eliminando a presença de qualquer risco, como o de perda sanguínea, perviedade de vias aéreas, reações alérgicas e complicações antes, durante e depois da cirurgia, além de outras funções. Porém o grande desafio do enfermeiro está no papel de ser o profissional que é atento à prevenção dos danos, identificando situações que remetam a possíveis erros na assistência perioperatória ao paciente cirúrgico, como possíveis falhas nos equipamentos de anestesia; falta de pessoal capacitado; posicionamento inadequado do paciente na mesa operatória; posicionamento da placa de retorno do bisturi elétrico; ausência de superfícies (coxins) que auxiliem na redução da pressão; equipe cirúrgica trabalhando sob pressão; uso das novas tecnologias com pouco conhecimento; entre outras. Tamanha relevância deve despertar o profissional para ampliar seu olhar em busca de novos conhecimentos, visando à segurança do paciente no centro

cirúrgico e a implementação da cultura de segurança, minimizando a ocorrência de riscos, erros e acidentes e contribuindo para um cuidado de excelência.

Conclusão

A ausência de eventos adversos relacionados ao uso da placa de bisturi apresentada na instituição de saúde descrita indicou que sua implementação obteve sucesso na prevenção de lesões decorrentes da eletrocirurgia. Portanto, trata-se de uma estratégia que possui o intuito de viabilizar uma assistência de enfermagem perioperatória resolutiva e adequada às necessidades do paciente, além de garantir conforto e segurança para o mesmo durante o procedimento cirúrgico.

Um dos eixos do Programa Nacional de Segurança do Paciente é o incremento de pesquisas nesse tema. Em consonância com este programa o presente relato teve o intuito de apresentar uma possível solução e ressalta que é preciso aprofundar os estudos e testes sobre essa nova estratégia, a fim de legitimar seu uso e suas vantagens em relação às outras placas de bisturi elétrico existentes no mercado.

Referências bibliográficas

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Instruções de uso: eletrodo de retorno reutilizável Mega Soft Pediátrico/Adulto/Mega Soft Adulto com dois cabos/ Mega Soft universal/Mega Soft universal com dois cabos. Disponível em < <https://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://www4.anvisa.gov.br/base/visadoc/REL/REL%5B33518-3-14546%5D.DOCX&ved=0ahUKEwibi-ei8JnXAhVBjJAKHRdHBggQFgguMAM&usg=AOv-Vaw1iyj6MOFL09-Rml3Flg5On>> Acesso em 31 out 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMEIROS DE CENTRO CIRÚRGICO, RECUPERAÇÃO ANESTÉSICA E CENTRAL DE MATERIAIS E ESTERILIZAÇÃO. Diretrizes de Práticas em Enfermagem Cirúrgica e Processamento de Produtos para a Saúde. 7ª ed. São Paulo: SOBECC Nacional, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Documento de referência para o Programa Nacional de Segurança do Paciente. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 40 p.

CORREGIO, T.C; AMANTE, L.N; BARBOSA, S.F. Avaliação da cultura de segurança do paciente em Centro Cirúrgico. São Paulo: Rev. SOBECC, v. 19, n. 2, p. 67-73, abr./jun. 2014.

HENRIQUES, A.H.B; COSTA, S.S; LACERDA, J.S. Assistência de enfermagem na segurança do paciente cirúrgico: revisão integrativa. Cogitare Enfermagem, v. 21, n. 4, p. 01-09, out/dez 2016

LIODAKI, E. et al. Noncontact electrosurgical grounding – A useful and safe tool in the initial surgical management of thermal injuries. Burns, v. 39, n. 1, p. 142-145, feb 2013

LOPES, C.M.M; GALVÃO, C.M. Posicionamento cirúrgico: evidências para o cuidado de enfermagem. Ribeirão Preto (SP): Rev. Latino-Am. Enfermagem, v.18, n. 2, mar/abr 2010.

MEGADYNE MEDICAL PRODUCTS, Inc. Mega Soft® Return Electrodes. Disponível em <<http://>

www.megadyne.com/mega-soft-return-electrodes-2/mega-soft-return-electrodes/ Acesso em 5 nov 2017.

____. Principles of Electrosurgery. Disponível em < <http://www.megadyne.com/wp-content/uploads/2017/07/Principles-of-Electrosurgery.pdf> > Acesso em 23 out 2017.

NATIONAL ASSOCIATION OF SECURITIES DEALERS AUTOMATED QUOTATIONS. Market Wired. Megadyne introduces the Pediatric Mega Soft ® Reusable Return Electrode. Disponível em <<http://www.marketwired.com/press-release/megadyne-introduces-the-pediatric-mega-softr-reusable-return-electrode-1238018.htm>> Acesso em 5 nov 2017.

PARRA, R.L.C; GIANNASTTASIO, M.B; DINIZ, T.R.N. O conhecimento dos circulantes de sala sobre a utilização do bisturi elétrico. São Paulo, Rev. SOBECC, v. 17, n. 4, p. 24-32, out./dez 2012.

SHERIDAN, R.L et al. Noncontact Electrosurgical Grounding Is Useful in Burn Surgery. Journal of Burn Care & Rehabilitation, v. 24, n. 6, p. 400-401, nov/dez 2003.

TRINDADE, M.R.M; GRAZZIOTIN, R.U; GRAZZIOTIN, R.U. Eletrocirurgia: sistemas mono e bipolar em cirurgia videolaparoscópica. São Paulo: Acta Cir. Brasileira, v. 13, n. 3, jul/ago/set 1998.



CARACTERIZAÇÃO DO ATRASO NO TRATAMENTO DE MULHERES COM NEOPLASIA MALIGNA DE MAMA DIAGNOSTICADAS EM UM HOSPITAL ESCOLA DO RIO DE JANEIRO, BRASIL

Nathalia Rangel Lira da Silva

Instituto de Estudos em Saúde Coletiva- IESC/UFRJ (Graduação)

Anna Mayse Feitosa da Silva

Instituto de Estudos em Saúde Coletiva- IESC/UFRJ (Graduação)

Cristiane Machado do Vale de Andrade

Instituto de Estudos em Saúde Coletiva- IESC/UFRJ (Graduação)

Henrique de Castro Rodrigues

Serviço de Epidemiologia e Avaliação do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho- SEAV/HUCFF/UFRJ
(Preceptor/Enfermeiro)

Jackeline Christiane Pinto Lobato Vasconcelos

Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal Fluminense – UFF (Professora adjunta)

Gerusa Belo Gibson dos Santos

Instituto de Estudos em Saúde Coletiva- IESC/UFRJ (Professora Adjunta)

Introdução

O câncer de mama é a neoplasia maligna mais frequente entre mulheres no Brasil e no mundo, sendo o tipo que mais leva a óbito a população feminina. Considerado relativamente raro antes dos 35 anos, sua incidência cresce progressivamente com a idade, especialmente após os 50 anos. Estatísticas indicam aumento da sua incidência tanto nos países desenvolvidos quanto nos em desenvolvimento, permanecendo como um importante desafio para a Saúde Pública, apesar dos avanços observados nas últimas décadas em relação às estratégias de rastreamento e tratamento da doença (Nicolaou e Padoin 2013; Oliveira et al., 2015).

Dados do Instituto Nacional do Câncer (INCA) estimam a ocorrência de 59.700 casos novos de câncer de mama em 2018, o equivalente a um risco de 56,3 casos para cada 100 mil mulheres (INCA 2018). No estado do Rio de Janeiro a estimativa para o referido ano foi de 8.050 novos casos em mulheres, dos quais aproximadamente metade (4.010) se concentram na capital, com respectivas taxas brutas de incidência de 92,9 e 113,5 casos por 100 mil mulheres. Ainda segundo o INCA, o câncer de mama responde por cerca de 25% dos casos novos a cada ano. Especificamente no Brasil, esse percentual é um pouco mais elevado e pode chegar a 28,1%. Sem

considerar os tumores de pele não melanoma, esse tipo de câncer tem sido o mais frequente nas mulheres das Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil.

Dentre os fatores conhecidamente associados ao desenvolvimento de câncer de mama em mulheres, destaca-se o histórico familiar, exposição à radiação ionizante, história reprodutiva e hormonal, excesso de peso, tabagismo, consumo de álcool, sedentarismo e envelhecimento. No entanto, a elevada mortalidade pela doença, em especial em países em desenvolvimento, é particularmente influenciada pelo diagnóstico em fases avançadas, em virtude tanto do atraso nas investigações de lesões suspeitas, como da longa espera para realização de exames diagnósticos (Rezende et al. 2009).

Além de fatores relacionados à capacidade de resposta do serviço de saúde, aspectos relacionados ao próprio usuário e aos profissionais da rede podem também contribuir para dificultar o acesso ao diagnóstico, levando à instituição da terapêutica em estágio avançado da doença e, conseqüentemente à redução da sobrevida e chances de cura (Santos e Malfacini 2017).

Em estudo transversal conduzido em 104 mulheres atendidas em um centro oncológico de referência do Sistema Único de Saúde no município do Rio de Janeiro, os autores concluíram que o tempo mediano entre os primeiros sintomas e a primeira consulta foi de um mês. Adicionalmente, o tempo médio estimado entre a primeira consulta até a confirmação diagnóstica de câncer de mama foi de 6,5 meses, sendo que aproximadamente metade das mulheres foram diagnosticadas tardiamente, mais especificamente nos estádios II a V da doença (Rezende et al., 2009).

Dentre os diversos avanços promovidos para a redução da mortalidade por câncer de mama nos últimos anos, destaca-se a promulgação da Lei Federal nº 12.732/ 2012 que determina que todo paciente com neoplasia tem o direito de receber tratamento em até 60 dias, buscando garantir a oportunidade e a redução da mortalidade por neoplasias em geral. Posteriormente em 2013, a promulgação da Lei Federal nº 12.802 tornou obrigatório a realização de cirurgia plástica reparadora a toda paciente submetida a cirurgia de mama.

A vigilância epidemiológica é parte essencial dos programas de controle do câncer e no Brasil tem sido operacionalizada por meio do registro sistemático de casos câncer (Jensen *et al*, 1991), análise dos dados e divulgação das informações sobre a doença de forma padronizada, sistemática e contínua, com intuito de subsidiar condutas terapêuticas e medidas de controle e prevenção (Ministério da Saúde, 2010).

No Brasil, os Registros Hospitalares de Câncer (RHC) e os Registros de Câncer de Base Populacional (RCBP), no nível municipal/estadual, alimentam uma base de dados nacional, sob coordenação do Instituto Nacional do Câncer (INCA) que dispõem de dados relacionados ao paciente, como por exemplo perfil sociodemográfico e outros fatores de risco, além de dados sobre o tumor (estadiamento, diagnóstico) e o tratamento (tipo, desfecho) (Ministério da Saú-

de, 2011). Cabe salientar que os RHC estão presentes em hospitais gerais ou especializados em oncologia e têm como objetivo coletar dados referentes ao diagnóstico, tratamento e desenvolvimento dos casos de câncer atendidos por essas instituições (Ministério da Saúde, 1995). A partir das informações reunidas pelos RHC, os gestores e profissionais de saúde conhecem o perfil clínico-epidemiológicos dos pacientes, o que pode subsidiar ações de melhoria da qualidade da assistência prestada (Instituto Nacional do Câncer, 2012).

Objetivo

O presente trabalho tem como objetivo analisar o intervalo de tempo entre o diagnóstico de câncer de mama e o início do tratamento de mulheres assistidas em um hospital universitário do Rio de Janeiro, no período de 2001 a 2010, segundo variáveis sociodemográficas.

Material e métodos

Trata-se de um estudo epidemiológico descritivo, cujos dados foram obtidos junto ao Registro Hospitalar de Câncer (RHC) de um Hospital Universitário do Estado do Rio de Janeiro, habilitado como Centro de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (CACON). O referido RHC possui rotinas de identificação dos casos novos de câncer (busca direcionada) e um instrumento de coleta de dados padronizado e distribuído nacionalmente pelo INCA.

O critério de inclusão contemplou mulheres diagnosticadas com câncer de mama no período de 2001 a 2010, cujo plano terapêutico foi estabelecido no hospital de estudo (casos analíticos, seguindo as normas do RHC). Casos cujo registro tenha apresentado alguma inconsistência decorrente de falha no registro ou da falta de informação nos respectivos prontuários foram excluídos do estudo. Casos de câncer em homens também foram excluídos. Foi realizada uma análise do intervalo de tempo entre diagnóstico e início do tratamento, com intuito de avaliar a conformidade com a lei dos 60 dias, além do perfil sociodemográfico das pacientes, a saber: raça/cor autodeclarada (categorizadas em brancas e não brancas); escolaridade (sem escolaridade, fundamental, médio e superior); faixa etária (18-39 anos, 40-49 anos, 50-69 anos e 70 ou mais anos); município de residência, com inclusão de pacientes residentes na cidade do Rio e outros municípios do estado. O teste qui-quadrado foi realizado para avaliar a diferença na distribuição de frequência entre as variáveis estudadas. As análises de frequência e elaboração de gráficos e tabelas foram realizadas no aplicativo Microsoft® Excel® 2016, versão 1702.

O presente estudo é um recorte do projeto intitulado “Análise de sobrevida de pacientes com câncer de mama tratadas no HUCFF/UFRJ no período de 2001 a 2012”, e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, sob o parecer nº CAAE: 46495315.7.0000.5286, em conformidade com a resolução nº. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde que trata de pesquisa em seres humanos.

Resultados

O perfil das mulheres atendidas no hospital universitário segundo características sociodemográficas pode ser observado nas tabelas 1 e 2. Em relação à variável raça/cor, 56% das mulheres brancas conseguiram ter acesso ao tratamento antes dos 60 dias, enquanto que dentre as não brancas esse percentual foi de 46,2%. Quanto à variável grau de instrução (escolaridade), na categoria fundamental incompleto/ completo, 59,9% conseguiram o tratamento antes dos 60 dias e 68,3% após o limite imposto pela lei.

Variável	categoria	<=60 dias		>60 dias		TOTAL *	pValor**
		N	%	N	%		
Raça/cor	Branca	204	56,0%	154	47,4%	358	
	Não Brancas	155	42,6%	167	51,4%	322	
	Sem informação	5	1,4%	4	1,2%	9	
	Total geral	364	100,0%	325	100,0%	689	0,02
Grau Instrução (Escolaridade)	Nenhuma	20	5,5%	9	2,8%	29	
	Fundamental incompleto/completo	218	59,9%	222	68,3%	440	
	Nível Médio	81	22,3%	63	19,4%	144	
	Superior incompleto/completo	34	9,3%	22	6,8%	56	
	Sem informação	11	3,0%	9	2,8%	20	
	Total geral	364	100,0%	325	100,0%	689	0,07
Faixa Etária	18-39	34	9,3%	27	8,3%	61	
	40-49	97	26,6%	69	21,2%	166	
	50-69	166	45,6%	170	52,3%	336	
	70 ou mais	67	18,4%	59	18,2%	126	
	Total geral	364	100,0%	325	100,0%	689	0,27

Tabela 1. Distribuição das 689 mulheres com câncer de mama por variáveis sociodemográficas, hospital universitário do RJ, 2001 a 2010.

Variável	categoria	<=60 dias		>60 dias		TOTAL *	pValor**
		N	%	N	%		
Município de residência	Rio de Janeiro	184	50,5%	208	64,0%	392	
	Outros Municípios	11	3,0%	19	5,8%	30	
	Sem informação	169	46,4%	98	30,2%	267	
	Total geral	364	100,0%	325	100,0%	689	0,2767497
Ano do diagnóstico	2001	21	5,8%	26	8,0%	47	
	2002	44	12,1%	26	8,0%	70	
	2003	18	4,9%	24	7,4%	42	
	2004	40	11,0%	19	5,8%	59	
	2005	41	11,3%	43	13,2%	84	
	2006	41	11,3%	45	13,8%	86	
	2007	36	9,9%	32	9,8%	68	
	2008	51	14,0%	42	12,9%	93	
	2009	50	13,7%	53	16,3%	103	
	2010	22	6,0%	15	4,6%	37	
	Total geral	364	100,0%	325	100,0%	689	0,1194588

**TESTE Qui Quadrado
Fonte: RHC/HUCFF/UFRJ
*diferenças nos totais ocorrem pois ausência de informação foram excluídas.

Tabela 2. Distribuição das 689 mulheres com câncer de mama por variáveis sociodemográficas, hospital universitário do RJ, 2001 a 2010

Dentre as 689 mulheres com diagnóstico de câncer de mama incluídas no estudo, 336 (48,7%) estavam na faixa etária de 50 a 69 anos, 166 (24,1%) estavam na faixa de 40 a 49 anos e 126 (18,3%) tinham 70 anos ou mais. A faixa etária de 50 a 69 anos foi a única cuja frequência de mulheres tratadas antes dos 60 dias foi maior que as mulheres tratadas após esse período. Nas demais faixas etárias, houve maior frequência de mulheres tratadas após 60 dias do diagnóstico.

Em relação ao município de residência, pouco mais da metade (56,9%) era procedente da cidade do Rio de Janeiro. Dessas, 46,9% tiveram acesso ao tratamento antes dos 60 dias.

Os anos de 2008 e 2009 foram os que tiveram maior frequência relativa de diagnósticos de câncer de mama em todo o período, concentrando 13,5% e 14,8%, respectivamente. Os anos de 2002, 2004, 2008 e 2010 foram os que tiveram maior frequência de mulheres com câncer de mama tratada antes dos 60 dias quando comparado as frequências de pacientes tratadas após esse período, o correspondente a 10,1%, 8,6%, 13,5% e 14,9%, respectivamente.

O gráfico abaixo (figura 1) apresenta a distribuição das mulheres segundo intervalo de tempo entre diagnóstico e início do tratamento, categorizado por raça/cor autodeclarada. Entre as mulheres autodeclaradas não brancas, menos da metade (48,1%) iniciou o tratamento antes de 60 dias da data do diagnóstico, tempo previsto em lei, enquanto que entre as mulheres auto-declaradas brancas, esse percentual foi de 57,1%, diferença estatisticamente significativa ($p < 0,02$) (Gráfico 1).

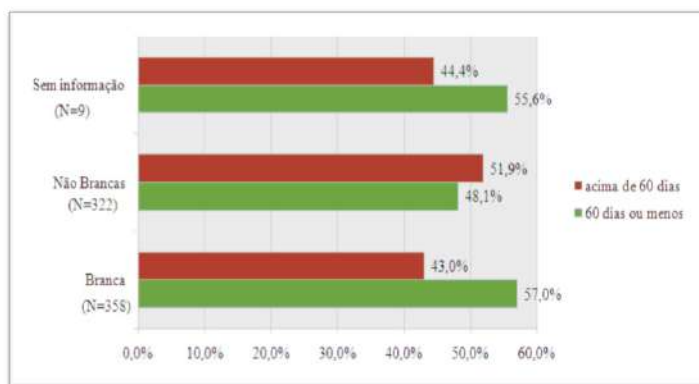


Gráfico 1. Distribuição relativa de mulheres diagnosticadas com câncer de mama, segundo tempo início do tratamento (antes e após 60 dias) e raça/ cor autodeclarada, atendidas em hospital universitário do Rio de Janeiro no período de 2001 a 2010.
Fonte: SIS-RHC. HUCFF, UFRJ

Em relação ao grau de instrução, foi observada maior frequência relativa (acima de 50%) de mulheres que tiveram início de tratamento conforme previsto em lei (antes do 60 dias) quando comparada ao grupo de mulheres que receberam tratamento tardio nas categorias nível superior incompleto ou completo, nível médio e sem nenhum grau de instrução. Entre as mulheres com nível superior incompleto/completo, 60,7% receberam tratamento em tempo oportuno.

Entre as com nível médio escolaridade, 56,3% iniciaram tratamento conforme o previsto em lei, enquanto que entre as sem grau de instrução algum, a frequência relativa da que iniciaram tratamento em tempo oportuno foi de 69%. Contudo, cabe ressaltar que essas diferenças não foram estatisticamente significativas ($p= 0,07$) (Gráfico 2).

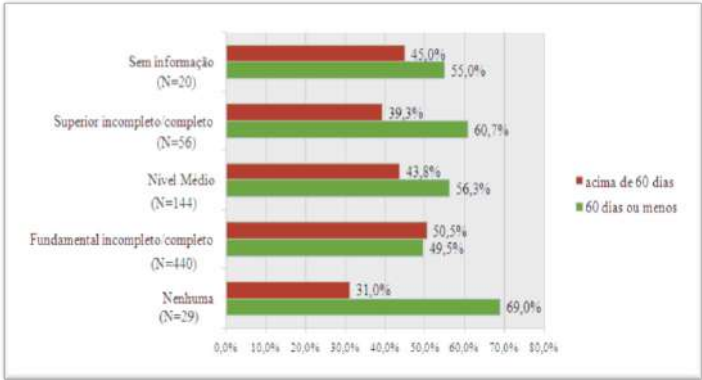


Gráfico 2. Frequência relativa de mulheres diagnosticadas com câncer de mama, segundo tempo de início do tratamento (antes e após 60 dias) e escolaridade atendidas em hospital universitário do Rio de Janeiro no período de 2001 a 2010.

Fonte: SIS-RHC. HUCFF, UFRJ

Na análise por faixa etária, observa-se maior frequência relativa de mulheres que iniciaram tratamento de câncer de mama em tempo oportuno nas faixas etárias de 18 a 39 anos (55,7%), de 40 a 49 anos (58,4%) e 70 anos ou mais (53,2%), quando comparada as que iniciaram o tratamento tardiamente. Apenas no grupo de mulheres na faixa etária de 50 a 69 anos observou-se maior frequência relativa de mulheres iniciando o tratamento após o período definido em lei (50,6%). Todavia, cabe salientar que essas diferenças não foram estatisticamente significativas ($p = 0,27$) (Gráfico 3).

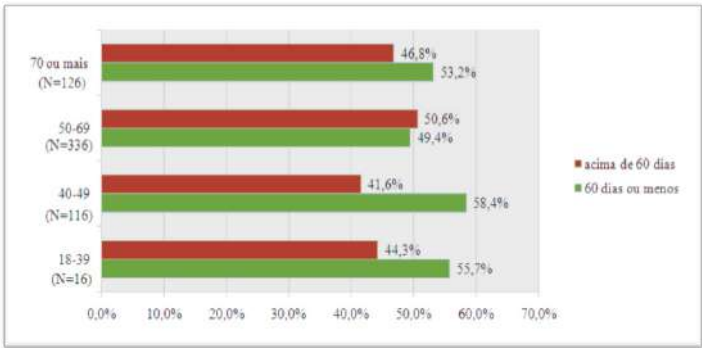


Gráfico 3. Frequência relativa de mulheres diagnosticadas com câncer de mama, segundo tempo de início do tratamento (antes e após 60 dias) e faixa etária, atendidas em hospital universitário do Rio de Janeiro no período de 2001 a 2010

Fonte: SIS-RHC. HUCFF, UFRJ

O gráfico abaixo (Figura 4) contém dados referentes à distribuição de mulheres com câncer de mama segundo município de residência e intervalo entre diagnóstico e início do tratamento. Dentre as 689 mulheres diagnosticadas com câncer de mama no período, mais da metade (56,9%) eram conhecidamente residentes do município do Rio de Janeiro. Destas, menos da metade (46,9%) iniciaram tratamento em tempo oportuno (antes de 60 dias). Dentre as mulheres residentes de outros municípios, a frequência relativa das que iniciaram o tratamento em tempo oportuno foi ainda menor (36,6%). Paralelamente, cabe ressaltar a expressiva frequência de casos cujo município de residência é desconhecido (38,8%), aspecto que limita as interpretações dos achados.

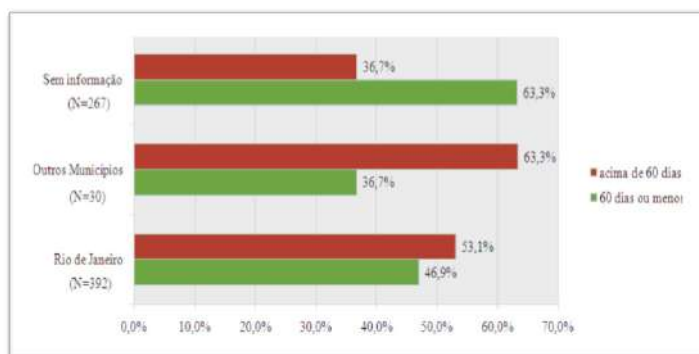


Gráfico 4. Frequência relativa de mulheres diagnosticadas com câncer de mama, segundo tempo de início do tratamento (antes e após 60 dias) e município de residência, atendidas em hospital universitário do Rio de Janeiro no período de 2001 a 2010.

Fonte: SIS-RHC. HUCFF, UFRJ

Discussão

A elevada mortalidade por câncer de mama se deve, entre outras causas, ao atraso no diagnóstico e início do tratamento, particularmente em países cujas iniquidades sociais se mostram mais evidentes (Ministério da Saúde, 2004).

Tendo em vista esse cenário, o presente estudo analisou a instituição do tratamento de câncer de mama em tempo oportuno segundo a determinação da Lei Federal nº 12.732/ 2012, que visa garantir início do tratamento em até 60 dias após o diagnóstico a todos os pacientes com neoplasia maligna. Foram analisados os casos de câncer de mama em mulheres atendidas em um hospital universitário do Rio de Janeiro no período de 2001 a 2010, segundo faixa etária, escolaridade, município de residência e raça/cor autodeclarada. Além da pouca conformidade com o previsto em lei quanto a oportunidade do tratamento para mulheres com câncer de mama, nossos achados sugerem maior vulnerabilidade quando consideramos características de raça/cor autodeclarada, faixa etária e escolaridade.

Mulheres que se autodeclararam não brancas e com um menor grau de instrução tiveram maior frequência de tratamento iniciado tardiamente, ou seja, após os 60 dias do diagnóstico.

Este dado vai ao encontro de outros estudos e, também dos resultados divulgados pelo relatório da Comissão Nacional Sobre Determinantes Sociais da Saúde (CNSDSS 2008), em que mulheres autodeclaradas como negras e de baixa renda e escolaridade tem, de forma geral, maiores limitações de acesso aos serviços de saúde. Sob este aspecto, a variável raça/cor tem se revelado um marcador importante de vulnerabilidade social, que ao mesmo tempo em que limita o acesso aos serviços de saúde, determina maior risco de desfechos desfavoráveis, como é o caso do câncer de mama (Bairros et al., 2011).

As desigualdades no acesso ao diagnóstico e tratamento nos casos de neoplasias, bem como nas taxas de mortalidade e sobrevida, tem sido demonstradas em diversos estudos de base populacional e de base hospitalar, incluindo estudos realizados em centros de referência oncológica (Silva et al., 2014; Haddad et al., 2015; Paiva et al., 2015; Rezende et al., 2009).

A partir de uma análise utilizando os sistemas de informação em saúde, Silva et al. (2014) evidenciaram que o acesso à detecção precoce e à cirurgia foi mais baixo na Região Norte e mais alto da Região Sul do Brasil, evidenciando iniquidades de acesso quando se compara macrorregiões com índices de desenvolvimento humano notoriamente distintos.

Ao traçarem o perfil de mulheres submetidas ao tratamento cirúrgico para câncer de mama em um hospital universitário do Rio de Janeiro, Haddad et al. (2015) verificaram maior predomínio de mulheres com baixa escolaridade e renda.

Resultado semelhante foi observado em relação ao tratamento do câncer de mama em estudo conduzido por Paiva et al. (2015) em um hospital de referência de Pernambuco, no qual o início do tratamento excedeu 60 dias em mais de 50% das mulheres atendidas, embora os autores não tenham avaliado as características sócio demográficas associadas ao atraso. Em contrapartida, estudo conduzido por Rezende et al. (2009) em um hospital de referência em oncologia no município do Rio de Janeiro apontou atraso no diagnóstico em 64,3% de mulheres que se autodeclararam pardas ou negras, enquanto que entre mulheres autodeclaradas brancas, esse percentual foi de 35,7%. Além disso, 87,4% das mulheres possuíam baixa escolaridade (analfabetismo, ensino fundamental ou médio incompleto). Esses achados são reforçados por Lages et al. (2012) que observaram associação entre realização da mamografia segundo características de raça/cor e renda em mulheres de Teresina-Piauí.

Os achados de Bairros et al. (2011) também reforçam essas diferenças. Os referidos autores encontraram desigualdade racial no acesso aos exames de detecção precoce do câncer de mama e de colo do útero em mulheres de dois municípios da Região Sul do Brasil (Pelotas e São Leopoldo), mesmo após controle pela idade e variáveis socioeconômicas.

Santos et al. (2007) caracterizaram as desigualdades raciais na mortalidade de mulheres adultas residentes em Recife a partir dos dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM). Os autores identificaram um risco de morte de negras 1,7 vezes superior ao de brancas.

Entre as mulheres negras foi identificado um maior risco de morte em todas as faixas etárias e maior proporção de óbitos em hospitais do SUS, de mulheres sem companheiro e que exerciam serviços/atividades domésticas.

Neste sentido, o presente estudo ressalta a necessidade de reflexão acerca de estratégias que visem reduzir as desigualdades de acesso ao diagnóstico e tratamento oportuno, em especial no caso de neoplasias malignas de mama em mulheres negras. Dar visibilidade à situação de desvantagem experimentada por mulheres negras em diversos aspectos do acesso à saúde é passo essencial para subsidiar a implementação de políticas de saúde em consonância com os princípios norteadores do Sistema Único de Saúde.

Cabe ressaltar também a importância dos RHC na emissão de relatórios constantes para subsidiar o planejamento e avaliação das medidas que deverão ser tomadas, revelando-se como uma potente instância de vigilância epidemiológica de neoplasias, trazendo grandes contribuições para a melhoria do cuidado ao paciente oncológico. Adicionalmente, a análise dos dados provenientes do RHC do Hospital Universitário configura-se como importante instrumento de pesquisa, ensino e extensão. Fortalecer as ações de vigilância do câncer, bem como melhorar a qualidade dos dados coletados e processados é um imperativo no âmbito universitário. Como forma de explorar mais profundamente o tema, outras variáveis importantes podem ser incorporadas em análise futuras, como: estadiamento do câncer; tipo de tratamento realizado; duração do tratamento; cobertura de unidades; entre outros. Além disso, propõem-se uma modelagem estatística para melhor entendimento das associações encontradas.

Como limitações do presente estudo temos diferenças no preenchimento e na consistência de alguns campos dos registros, que revelam a necessidade de melhorias na cobertura e qualidade das notificações. Por se tratar de um serviço muito dinâmico, vários profissionais alimentaram o banco utilizado, o que pode sugerir pouca padronização na coleta e processamento dos dados. Tal limitação pode levar a um viés de informação, porém não diferencial, tendo em vista que a falta de padronização não está associada às exposições avaliadas.

Além disso, para os casos em que a informação do dia do início do tratamento era faltante, assumiu-se o primeiro dia do mês como data do início do tratamento. Isso significa que a proporção de mulheres que receberam tratamento de câncer no tempo adequado está potencialmente subestimada.

Em última análise, o presente estudo pode contribuir para o fomento de ações que visem melhorar a oportunidade e equidade de acesso ao tratamento ofertados no hospital de ensino, bem como no território, através do fortalecimento da vigilância em saúde do câncer de mama.

Referências bibliográficas

- Bairros F. S., Meneghel S. N., Dias-da-Costa J. S., Gigante D. P., Olinto M. T. A. Desigualdades raciais no acesso à saúde da mulher no Sul do Brasil. *Cad. Saúde Pública*, 27 (12), p. 2364- 72, 2011.
- CNSDSS- Comissão Nacional Sobre Determinantes Sociais da Saúde. As causas sociais das iniquidades em saúde no Brasil. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2008;
- Haddad N. C., Carvalho A. C.A., Novaes C. O. Perfil sociodemográfico e de saúde de mulheres submetidas a cirurgia de câncer de mama. *Revista HUPE*, 14 (Supl.1), p. 28-35, 2015.
- Instituto Nacional do Câncer. Ministério da Saúde (BR). Estimativa 2018: incidência de câncer no Brasil. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva – Rio de Janeiro: INCA, 2017. Acesso em: 13 jul. 2018.
- Jensen O.M., Parkin D.M., MacLennan R., Muir C.S., Skeet R.G., editors (1991). *Cancer Registration: Principles and Methods*. Lyon: International Agency for Research on Cancer (IARC Scientific Publications, No. 95). Available from <http://www.iarc.fr/en/publications/pdfs-online/epi/sp95/index.php>.
- Lages R. B., Oliveira G. P., Filho V. M. S., Nogueira F. M., Teles J. B. M., Vieira S. C. Desigualdades associadas à não realização de mamografia na zona urbana de Teresina- Piauí- Brasil, 2010-2011. *Rev Bras Epidemiol.*, 15 (4), p. 737-47, 2012.
- Ministério da Saúde (BR). Instituto Nacional de Câncer. ABC do câncer: abordagens básicas para o controle do câncer. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Câncer; 2011.
- Ministério da Saúde (BR). Instituto Nacional de Câncer. Registro de câncer: princípios e métodos. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Cancer; 1994.
- Ministério da Saúde (BR). Instituto Nacional de Câncer. Registros hospitalares de câncer: planejamento e gestão. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Câncer; 2010.
- Nicolaou P. K., Padoin L.V. O retrato das políticas públicas no tratamento do câncer de mama no Brasil. *Rev Bras Mastologia*, 23 (3), p. 92- 94, 2013.
- Oliveira M.M., Malta D.C., Guauche H., Moura L., Silva G. A. Estimativa de pessoas com diagnóstico de câncer no Brasil: dados da Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. *Rev Bras Epidemiol.*, Suppl 2, p.144-157, 2015.
- Paiva C. J. K., Cesse E. A. P. Aspectos relacionados ao atraso no diagnóstico e tratamento do câncer de mama em uma unidade hospitalar de Pernambuco. *Revista Brasileira de Cancerologia*, 61 (1), p. 23-30, 2015.
- Rezende M. C. R., Koch H. A., Figueiredo J. A., Thuler L. C. S. Causas do retardo na confirmação diagnóstica de lesões mamárias em mulheres atendidas em um centro de referência do Sistema Único de Saúde no Rio de Janeiro. *Rev Bras Ginecol Obstet.*, 31 (2), p. 75-81, 2009.
- Santos J. V., Malfacini S.S. Análise da utilização de oferta de vagas para investigação diagnóstica do câncer de mama no município do Rio de Janeiro. *Academus Revista Científica da Saúde*, vol. 2 (1), 2017.

Silva G. A., Bustamante-Teixeira M. T., Aquino E. M. L., Tomazelli J. G., Santos-Silva I. Acesso à detecção precoce do câncer de mama no Sistema Único de Saúde: uma análise a partir dos dados do Sistema de Informação em Saúde. Cad. Saúde Pública, 30 (7), p. 1537-50, 2014.

WHO. International Agency for Research on Cancer (IARC). Globocan 2012: Estimated Cancer Incidence, Mortality and Prevalence Worldwide in 2012. Disponível em:<http://globocan.iarc.fr/Pages/burden_sel.aspx>. Acesso em: 22 de outubro de 2017.



VIOLÊNCIA SEXUAL E SAÚDE: ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL EM UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.

Taiane Damasceno da Hora

PUC Rio / Pós-Graduação

Introdução

O Sistema Único de Saúde (SUS) se configura como um grande avanço na história da política de saúde no Brasil sendo resultado do processo de luta conhecido como movimento de Reforma Sanitária, que buscava um sistema universal de saúde que pudesse atender a toda a população. Em 1988 com a Constituição Federal da República [...] “a saúde passou a ser reconhecida como um direito social, ou seja, inerente à condição de cidadão, cabendo ao poder público a obrigação de garanti-la: A saúde é direito de todos e dever do Estado (Art. 196)”¹

A saúde passou então a integrar o tripé da Seguridade Social juntamente com as políticas de assistência social e de previdência social, configurando-se assim com um direito social e uma política pública. Em 1990 com a criação do SUS a saúde passa a ser regulamentada por leis, normas operacionais, emendas constitucionais e resoluções.

Na década de 1980 profissionais da saúde como médicos, pesquisadores e os sistemas de saúde pública passaram a se dedicar para compreender as raízes da violência e discutir medidas para sua prevenção. É também nesta década que a violência passa a ser considerado um problema de saúde pública, devido ao aumento de mortes e traumas que congestionam os serviços de saúde².

No artigo 6º da Constituição Federal de 1988 afirma-se que a saúde compõe os direitos sociais juntamente com a educação, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desam-

1 PAIM, 2009, p.43.

2 DESLANDES, 1994; DAHLBERG E KRUG, 2007.

parados. A saúde com a Constituição Federal de 1988 passou a ser definida como um direito de todos, que deve ser garantida pelo Estado. Este direito deve ser pensado a partir do conceito ampliado de saúde, que não se restringe apenas ao atendimento nos serviços de saúde. É necessário pensar também na ampliação de outros direitos como educação, saneamento básico, atividades culturais e segurança³.

Sobre o conceito do que é uma política pública é importante enfatizar que

as definições e conceituações mostram-se bastante diversas, mas, é possível assinalar que falar de política pública é falar de Estado, de pacto social, de interesses e também de poder. Falar de política é, ainda, falar de Estado em ação, do processo de construção de uma ação governamental para um setor, envolvendo recursos, atores, arenas, ideias e negociações. É nesse ponto de análise, no qual reside a relação entre os diversos sentidos de política pública com a percepção que se tem do Estado, que se reconhece a política pública como um objeto sobre o qual se lança um olhar que permite refletir sobre os diferentes interesses, cultura, poder e disputas.⁴

Uma das formas destas violências que afetam a sociedade, e se configura como demanda nos serviços de saúde é o abuso sexual contra crianças e adolescentes. Nota-se a dimensão do problema para saúde a partir dos dados do Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA) 2013, pois no Brasil a violência sexual foi a terceira causa de notificações entre crianças (28,4%) e a segunda entre adolescentes (23,9%).

Nota-se assim que a violência não é um problema específico da área da saúde, mas, ela coloca em risco o processo vital humano, visto que ameaça a vida, altera a saúde, produz enfermidade e resulta muitas vezes na morte das vítimas⁵. Logo, as políticas sociais, como é caso da saúde, assumem o atendimento das expressões da questão social, como nos casos do abuso sexual contra criança e adolescente a fim de garantir o direito das vítimas⁶.

Diante do exposto, este trabalho trata-se do resumo do projeto de qualificação de mestrado apresentado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio). Este trabalho tem como objetivo analisar a implementação dos serviços de atendimento de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual em unidades de saúde do município do Rio de Janeiro. Atualmente o projeto já foi qualificado e encontra-se em fase de construção da dissertação e aprofundamento da pesquisa.

3 BATISTELLA, 2007.

4 DALFIOR; ANDRADE, 2015:212.

5 MINAYO, 1994.

6 IAMAMOTO, 2012; QUAGLIA et al, 2011.

Os objetivos específicos deste estudo são: Analisar as formas de organização dos serviços que atendem crianças e adolescentes alegadas vítimas de violência sexual nos diferentes níveis de atenção à saúde do município do Rio de Janeiro; Levantar a disponibilidade quantitativa e qualitativa dos recursos humanos materiais e físicos dos serviços de atendimento, balizados pelas normativas de violência e saúde; e Identificar desafios, limites e experiências exitosas em unidades de saúde do município do Rio de Janeiro, a partir da compreensão dos profissionais da área da saúde.

Para alcançar os objetivos da pesquisa, pretende-se responder a algumas perguntas que norteiam a delimitação do objeto: Como se organizam os serviços que atendem crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual nos diferentes níveis de atenção à saúde? Quais os aspectos referentes aos recursos disponíveis pelas normatizações são disponíveis (quantidade e qualidade) em unidades de saúde do município do Rio de Janeiro vinculadas a SMS-RJ? E Quais os principais desafios, limites e experiências exitosas das equipes que atuam com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual em unidades de saúde do município do Rio de Janeiro?

Neste trabalho parte-se do pressuposto de que a ampliação na rede de atendimento para crianças e adolescentes com vivências de abuso sexual possibilita um maior acesso aos serviços, no entanto, esta expansão precisa ser realizada de forma qualificada dando condições para as unidades garantirem o atendimento conforme as orientações das normativas de violência e saúde e as necessidades dos serviços conforme a realidade local.

Para tanto o projeto de pesquisa baseia-se em dois documentos: a Norma Técnica de prevenção de Agravos para Mulheres e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual⁷ e pela Linha de Cuidados para Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violência⁸. A partir destes documentos, foram elaboradas as seguintes categorias que vão direcionar a pesquisa: instalações disponíveis, recursos humanos, registro de dados, acolhimento, proteções legais, profilaxia, interrupção da gravidez, capacitação dos recursos humanos, interdisciplinaridade e multidisciplinaridade, intersetorialidade e intrasetorialidade.

Neste projeto foi escolhida como metodologia a abordagem qualitativa. Como *lôcus* de pesquisa foram escolhidos três unidades de saúde, ligadas a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (SMS-RJ), que são serviços de referência no atendimento para crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual e que compreendem os três níveis de atenção à saúde. Os sujeitos da pesquisa serão os profissionais que atuam na SMS-Rio. O instrumento de pesquisa escolhido foi a entrevista semi- estruturada, que serão aplicados com os profissionais que atuam nos serviços de saúde.

7 MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012.

8 MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010.

Discussão

A partir dos estudos de determinados autores entende-se que a violência é um fenômeno social que possui múltiplas causas.

Neste estudo compreende-se que o abuso sexual contra criança e adolescente é uma das formas históricas de violência contra estes segmentos e possui relações com o patriarcado e o machismo e com as relações desiguais de poder estabelecidas pela formação social brasileira. Tratando-se de um dos tipos que ocorre no Brasil, e faz parte de uma violência estrutural.⁹ O abuso sexual contra criança e adolescente devem ser analisados a partir de categorias como classe, gênero, raça/etnia e geração.

Para conceituar o fenômeno da violência neste estudo utiliza-se a definição apresentada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) (2002) que define violência como

Uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação¹⁰.

A *resolução WHA 49.25 do World Health Assembly de 1996*, também define violência a partir de três categorias: violência auto-infligida; violência interpessoal e violência coletiva. Os atos violentos podem ser de natureza física, sexual, psicológica e negligência. Estes tipos de violência se materializam dentro das categorias e das subcategorias apresentadas anteriormente, com exceção da violência auto infligida.¹¹

O tema violência contra crianças e adolescentes foi um dos pioneiros para sensibilizar a compreensão da relação entre violência e saúde. Nos anos 1960 os profissionais da saúde começaram a fazer um número significativo de denúncias sobre as diversas formas de violência contra crianças e adolescentes e como este problema influenciaria no crescimento e desenvolvimento das vítimas¹².

A violência contra crianças e adolescentes é uma realidade que começou a ser entendida como um problema que necessita da intervenção do setor saúde no século XX, tendo como principais protagonistas pediatras e sanitaristas. Os pediatras norte-americanos Kempe e Kempe, foram os primeiros profissionais a evidenciar o fenômeno da violência contra crianças durante o atendimento médico. Uma das principais descobertas foi denominada como “Síndrome da

9 SAFFIOTI, 2004.

10 OMS, 2002, p.4.

11 OMS, 2002.

12 MINAYO, 2006.

Criança Espancada” e teve como resultado uma campanha norte americana chamando atenção para necessidade de proteção para as crianças e adolescentes.^{13 14}

Com a descoberta da “Síndrome da Criança Espancada”, os profissionais da área médica assumiram a hegemonia deste fenômeno. Somente no início da década de 1970 resgata-se as contribuições de outras áreas de conhecimento como da psicologia, direito, sociologia, antropologia e etc., colocando assim um fim na hegemonia médica¹⁵.

A violência contra crianças e adolescentes pode ocorrer no ambiente doméstico ou familiar e também fora dele. Define-se violência doméstica contra crianças e adolescentes como:

Todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis, contra crianças e adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima- implica de um lado uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de serem tratados como sujeitos e pessoas em condições peculiares de desenvolvimento.¹⁶

Já a violência intrafamiliar possui uma peculiaridade, que é o fato de ser praticado por membros da família, incluindo aqueles que possuem apenas laços afetivos. Define-se violência intrafamiliar como:

Toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de um membro da família. Pode ser cometida dentro e fora de casa, por qualquer integrante da família que esteja em relação de poder com a pessoa agredida. Inclui também as pessoas que estão exercendo a função de pai ou mãe, mesmo sem laços de sangue (DAY ET ALL, 2003, p.10).

A violência contra crianças e adolescentes, seja em qual ambiente for, e perpetrada por conhecidos ou desconhecidos, pode ser de natureza física, psicológica, sexual, negligência/abandono. A violência sexual ou abuso sexual que é objeto deste estudo é definida como

[...] ato ou ao jogo que ocorre nas relações hétero ou homossexuais e visa estimular a vítima ou utilizá-la para obter excitação sexual nas práticas eróticas, pornográficas e sexuais impostas por meio de aliciamento, violência física ou ameaças.¹⁷

13 MINAYO; SANCHEZ, 2006.

14 SILVA, 2002.

15 AZEVEDO E GUERRA, 2009.

16 AZEVEDO, 1995, p.36.

17 MINAYO, 2009, p.39 grifos meus.

Dentre as políticas sociais e serviços públicos o campo da saúde absorve uma demanda relevante de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. Dentre as modalidades da atuação profissional para atendimento de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, é importante que tenha representantes de diversas disciplinas, tal fato vem sendo compreendido como um modelo ideal. Esta ação prioritariamente deve contar com profissionais de várias áreas, com ênfase no trabalho multidisciplinar ou interdisciplinar.¹⁸

O atendimento para crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual são bastante complexos, visto que, englobam situações de diferentes campos, com questões clínicas, psicológicas, sociais e legais, além disso, é preciso enfatizar a necessidade de continuidade do atendimento e da busca pela restauração dos direitos violados. Para tanto é preciso que haja uma articulação das ações de saúde com as de proteção social e outros setores voltados para garantia de Direitos da Criança e Adolescente dentro do território.

No campo da violência é importante também um trabalho que seja realizado em rede, que se materializa [...] “de forma articulada, baseado na solidariedade e na cooperação entre organizações que, por meio da articulação política, negociam e partilham recursos de acordo com os interesses e necessidades”¹⁹. Esta rede deve comportar os serviços desde a atenção primária até os serviços de alta complexidade. Para que esta articulação em rede seja fortalecida é preciso mobilização dos diversos atores, trocando experiências e enfrentando os problemas.

As ações de rede se materializam através da intrasetorialidade e intersetorialidade. A rede intrasetorial é composta por serviços de diferentes níveis de atenção a saúde. Os profissionais que atuam devem ter habilidades e conhecimentos diferentes a fim de garantir o atendimento para todos os casos através da rede de serviços da saúde.

É importante chamar atenção também neste estudo para a discussão sobre os níveis de atenção à saúde e sua relação com o atendimento para vítimas de violência, percebe-se que a atenção primária, no que se refere a prevenção, deve buscar abordagens que [...] “pretendem prevenir a violência antes que ela ocorra (DAHLBERG; KRUG, 2007, p.1174)”. As unidades de saúde de atenção primária devem acompanhar a evolução de cada caso, promover ações de prevenção da violência e de promoção da cultura de paz em conjunto com as famílias e outros setores da sociedade. Vale ressaltar que a proximidade geográfica das equipes que atuam neste tipo de serviço com as famílias, possibilita que as violências sejam detectadas e sejam realizadas as intervenções necessárias.²⁰

O nível de atenção secundária em saúde é formado por [...] “serviços especializados em nível ambulatorial e hospitalar, com densidade tecnológica intermediária entre a atenção primária

18 DESLANDES; VIEIRA; CAVALCANTI; SILVA, 2016; GARCIA, 2016.

19 MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010, p.77.

20 MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010.

e terciária, historicamente interpretada como procedimentos de média complexidade (ERDA-MANN, 2013, p.3). Este nível de saúde também engloba os serviços: médicos especializados, diagnóstico, terapêutico, atendimento de urgência e emergência. Sobre a prevenção da violência devem ter [...] abordagens centradas nas reações mais imediatas à violência, como cuidados médicos, serviços de emergência ou tratamento de doenças sexualmente transmissíveis após um estupro (DAHLBERG; KRUG, 2007, p.1174). O nível de atenção terciário é definido como aquele que utiliza um conjunto de

[...] procedimentos que, no contexto do SUS, envolve tecnologia de ponta e alto custo, propiciando à população acesso a serviços de maior complexidade, integrando os demais níveis de atenção à Saúde (atenção primária e secundária) (MENDONÇA, 2011, p.22).

Em relação a atuação com a prevenção de violências busca-se abordagens cujo foco deve ser direcionado para que os usuários tenham garantido os cuidados prolongados após a violência, como [...] “reabilitação e reintegração e esforços para diminuir o trauma ou reduzir a deficiência prolongada ligada à violência”. (DAHLBERG; KRUG, 2007, p.1174). É importante sinalizar que os serviços de atenção especializada para crianças e adolescentes em situação de violência estão organizados em estabelecimentos

de saúde, público ou conveniado com a rede SUS (“Hospital, Maternidade, Unidade de Urgência e Emergência e os Centros de Acolhimento e Testagem (CTA) podendo ainda ser prestado por Organização Não Governamental (ONG)”²¹

Estes serviços devem garantir a atenção à saúde. Para tanto, contam com protocolos e fluxos, linha de cuidados, acolhimento, atendimento, e também utilizam uma rede²² de proteção a fim de dar seguimento aos atendimentos.

Conclusão

Conclui-se com este trabalho que a violência pode se expressar de diversas formas, sendo uma delas o abuso sexual contra crianças e adolescentes. A política de saúde é a que mais absorve os casos de abuso sexual, no entanto não é suficiente para dar conta da complexidade dos atendimentos, visto que estes casos demandam uma série de questões para a vítima e geram outras demandas que os profissionais devem dar conta. Para dar conta da complexidade dos atendimentos é necessário que haja ações intersetoriais, promovendo assim uma articulação de diversas políticas para garantir o atendimento a este público.

A intersetorialidade é um conceito importante, embora não tenha ganhado a ênfase necessária, mas esta sendo colocada na pauta dos profissionais. A intersetorialidade vem sendo

21 MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010, p. 80.

22 MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010.

colocada como uma necessidade nas políticas e documentos voltados para o combate da violência. É importante mencionar que o conceito de intersectorialidade deve ser articulado com outras questões colocadas na pauta de discussão da saúde e da discussão sobre violência sexual contra crianças e adolescentes como a descentralização das políticas e o território.

Relembrando que o objetivo deste estudo é analisar a implementação dos serviços de atendimento de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual em unidades de saúde do município do Rio de Janeiro. É importante ressaltar que a implementação de políticas é uma etapa de do ciclo das políticas. Trata-se de um momento no qual as propostas apresentadas se materializam em ações que são institucionalizadas através dos agentes implementadores. A implementação corresponde a: [...] “outra fase da “vida” de um programa, na qual são desenvolvidas as atividades pelas quais se pretende que os objetivos, tidos como desejáveis, sejam alcançados”²³. No entanto nota-se que há uma distância entre: os objetivos, o desenho dos programas, e a concepção dos seus formuladores originais, estes fatores terão reflexos no atendimento aos usuários dos programas e para aqueles que o executam.²⁴

Por ultimo, cabe dizer que, realizar pesquisas na área da saúde proporciona que sejam fornecidas informações que resultem na elaboração de políticas, estratégias de prevenção e criação de métodos capazes de criar dados verdadeiros para avaliar a efetividade das ações²⁵. Também é importante mencionar que a pesquisa coopera para a formulação de políticas sociais que atuem sobre o problema apresentado, podendo assim resultar em uma contribuição para a mudança da realidade dos sujeitos e no funcionamento da rede de atenção a saúde de atendimento de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual.

Referências bibliográficas

- ARRETCHE, Marta Tereza da Silva. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. “In:” BARREIRA, M. C. R. N.; CARVALHO, M. C. B. (Orgs.). Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. p. 44-55.
- AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: Um cenário em desconstrução. “In:” UNICEF. Direitos negados: a violência contra a criança e o adolescente no Brasil. 2.ed. Brasília: Unicef, 2006. p. 229.
- BATISTELLA, C. Abordagens contemporâneas do conceito de saúde. In FONSECA, A. (Org.). O território e o processo saúde e doença. Rio de Janeiro: ESPJv, Fiocruz, 2007, p.51-86.
- DAHLBERG, Linda L; KRUG, Etienne G. Violência: um problema global de saúde pública. Ciênc. Saúde Coletiva, vol.11., p.1163-1178, 2006.
- DALFIOR, Eduardo Tonole; LIMA, Rita de Cássia Duarte; ANDRADE, Maria Angélica Carvalho.

23 ARRETCHE, 2001, p.2.

24 DALFIOR E ANDRADE, 2015; ARRETCHE, 2001.

25 MINAYO, 1994.

Reflexões sobre análise de implementação de políticas de saúde. *Saúde debate*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 104, p. 210-225, Jan/Mar, 2015.

DESLANDES, Suely Ferreira. Atenção a Crianças e adolescentes Vítimas de Violência Doméstica: Análise de um Serviço. *Cad. de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.10.n.1, p.177-187, 1994.

DESLANDES, Suely Ferreira; VIEIRA, Luiza Jane Eyre de Souza; CAVALCANTI, Ludmila Fontenele; SILVA, Raimunda Magalhães da. Atendimento à saúde de crianças e adolescentes em situação de violência sexual, em quatro capitais brasileiras. *Interface*, Botucatu, vol.20, n.59, p. 865-877, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência Social sob a Perspectiva da Saúde Pública. *CADERNOS de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p. 07-18, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Desafio da Pesquisa Social. "In:" DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Orgs.). *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. 31.ed., Petrópolis: Vozes, 2006.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Linha de Cuidados para Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violências: Orientações para gestores e profissionais de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes: norma técnica. 3a ed., Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2012.

PAIM, Jairnilson Silva. O que é o SUS. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

SANCHEZ, Raquel Niskier; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência contra Crianças e Adolescentes: Questão Histórica, Social e de Saúde. "In:" LIMA, Cláudia Araújo (Coord.) et.al. *Violência faz mal à saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006, p.29-38.

SILVA, Maria Amélia da Silva. Violência Contra Crianças-Quebrando o Pacto do Silêncio. "In:" FERRARI, C.A; VECINA, Tereza Cristina Cruz; FERRARI, Dalka Chaves de Almeida (orgs.) *O Fim do Silêncio na Violência Familiar: Teoria e Prática*. São Paulo: Ágora, 2002.

WORLD REPORT ON VIOLENCE AND HEALTH (RELATÓRIO MUNDIAL SOBRE VIOLÊNCIA E SAÚDE). Relatório mundial sobre violência e saúde. Genebra, Organização Mundial de Saúde, 2002.



A UFRJ RECEBE, AVALIA E CUIDA DOS MENINOS DE TODO O BRASIL

Prof. Dr. Fernando Eduardo Zikan

Faculdade de Medicina - Departamento de Fisioterapia

Qual o papel de uma Universidade pública em relação aos cuidados e à saúde da população do seu entorno?

Qual a importância da formação humanista, sensível e atenta aos cidadãos nos bancos universitários?

O que pretendemos como *“loco”* do saber, frente às demandas sociais, com suas angústias, desejos, necessidades e dúvidas?

A Universidade que queremos está atenta e conectada com essas questões?

No Brasil cerca de 10.000 pessoas receberam o diagnóstico de portadores de Hemofilia. Será que todos possuem tratamento adequado, cuidado atento e vivem plenos em suas limitações?

Nossa Universidade, em seus 100 anos, mostra-se acolhedora, interessada, motivada e atenta a essa população.

A hemofilia é uma doença hereditária, que acomete predominantemente indivíduos do sexo masculino, comprometendo a coagulação sanguínea e promovendo sangramentos espontâneos ou pós-traumáticos. Entre as manifestações patológicas apresentadas pelo paciente hemofílico, a de maior prevalência está relacionada a sangramentos intra-articulares — hemartroses.

As hemartroses desencadeiam quadros inflamatórios articulares, com inflamação da sinóvia (tecido intra-articular), gerando sinovite. Quando não tratada adequadamente ou quando ocorre com grande frequência, a sinovite desencadeia a artropatia hemofílica. As hemartroses (sangramentos intrarticulares) são as manifestações mais características das formas graves da hemofilia e representam cerca de 80% de todos os episódios hemorrágicos.

Clinicamente, as hemartroses agudas caracterizam-se por dor, sinais inflamatórios, redução do arco de movimento, inibição muscular e redução da propriocepção articular. Quando o san-

gramento é interrompido, a hemartrose aguda regride em cerca de uma semana. Recidivas de hemartroses são frequentes, o que impede a retirada de sangue intra-articular e torna a sinóvia hipertrófica, inflamada, com vilosidade e altamente vascularizada.

O início do ciclo vicioso da hemartrose aguda e da sinovite evolui para sinovite crônica e destruição da cartilagem articular. O dano à cartilagem de junção ocorre diretamente como resultado da apoptose da célula condrocítica e indiretamente devido a enzimas destrutivas e citocinas que são liberadas de células inflamatórias na membrana sinovial.

Quando não tratadas adequadamente, podem evoluir com inflamação da membrana sinovial (sinovite) e artropatia grave. O tratamento clínico por meio de suplementação rotineira do fator de coagulação via profilaxia, e de sinovectomia, quando indicada, atua na redução da patologia ou manutenção da saúde articular do paciente portador de artropatia hemofílica.

Façamos uma pausa aqui.

Este tratamento adequado, reconhecido pela comunidade científica não está ofertado no Brasil na mesma temporalidade que ofertado nos países desenvolvidos, digo, economicamente favorecidos.

Desta forma, nossos pacientes portadores de hemofilia faziam tratamento com fator de coagulação apenas por demanda, ou seja, só recebia fator indo a uma unidade de saúde em episódios de sangramentos.

Qual o impacto disto?

Vivemos num país continental, onde nem todos os cidadãos têm fácil acesso a uma unidade de saúde; especificamente a uma unidade de saúde capacitada para receber esta população em estado crítico, em emergência clínica, pela incapacidade de coagulação em seus episódios hemorrágicos.

Neste contexto muitos indivíduos não receberam tratamento adequado ao longo dos anos, o que favoreceu o surgimento das sinovites de repetição e consequentemente, o desenvolvimento e evolução da artropatia hemofílica.

Mas voltemos aos conteúdos relacionados à doença.

Recorrentes sangramentos em uma articulação levam ao processo degenerativo de artropatia hemofílica. A patogênese da artropatia hemofílica é multifatorial, com acometimento da sinóvia, de ossos, da cartilagem e de vasos sanguíneos. O processo de degeneração articular por artropatia hemofílica evolui com:

- dor crônica;
- limitação da mobilidade;

- atrofia muscular;
- alterações biomecânicas;
- alterações proprioceptivas.

Quando estes sinais não são tratados adequadamente, contraturas capsulares e tendinosas desenvolvem-se nas articulações afetadas. A sinovite já crônica, condição consequente a episódios frequentes de hemartroses, acelera o processo degenerativo da artropatia hemofílica, com alterações articulares, dor, atrofia muscular e limitação funcional.

A artropatia hemofílica é o principal objeto de atuação do fisioterapeuta junto a pacientes hemofílicos. Por isso, é necessário que o fisioterapeuta aprenda a avaliar o paciente portador de hemofilia para tratá-lo e orientar suas atividades diárias, assim como lhe indicar a realização de práticas esportivas.

Precisamos aqui mais uma vez identificar este contexto no cenário brasileiro.

A população não possui, ainda, uma rede organizada e com o número de profissionais fisioterapeutas suficientes para atender toda a demanda da população. Grandes centros urbanos possuem faculdades de Fisioterapia e concentram um número recomendado de profissionais. Mas, se olharmos a situação do interior do país, veremos que a oferta de tratamento fisioterapêutico, ainda é um luxo para grande parte da população. Principalmente a população menos favorecida economicamente, que depende, única e exclusivamente, do Sistema Único de Saúde.

Logo fica fácil entendermos que esta conta não fecha e, como consequência disto, embora as diretrizes internacionais indiquem que o tratamento fisioterapêutico seja fundamental para os pacientes hemofílicos, nem todos possuem acesso a estes serviços.

O objetivo da prescrição adequada de exercícios pelo fisioterapeuta, considerados importantes para os pacientes com hemofilia, estão relacionados a:

- promoção do desenvolvimento neuromuscular normal;
- preservação ou restauração da amplitude de movimento (ADM) e flexibilidade articular;
- melhoria da força e da resistência muscular;
- manutenção ou melhoria da coordenação e do equilíbrio;
- controle do peso, prevenindo o aumento do estresse articular;
- melhoria do condicionamento aeróbico;
- melhoria da funcionalidade e da participação do paciente em atividades, reduzindo os riscos do sedentarismo.

A artropatia hemofílica é o principal objeto de atuação do fisioterapeuta junto a pacientes hemofílicos. Por isso, é necessário que o fisioterapeuta aprenda a avaliar o paciente portador de hemofilia para tratá-lo e orientar suas atividades diárias, assim como lhe indicar a realização de práticas esportivas.

O paciente com hemofilia deve ser avaliado constantemente, por meio de indicadores primários e secundários. Esses indicadores são descritos por Michael e colaboradores (2014) conforme apresentado abaixo:

1- Primários

- a) Frequência de sangramentos
- b) Eventos adversos (sangramento durante o exercício ou piora dos sintomas)
- c) Qualidade de vida (questionários Hemophilia - Specific Quality of Life [HAEM-QoL] e Short Form with 36 Questions [SF-36])

2- Secundários

- a) Equilíbrio e propriocepção (teste de Berg e Functional Reach Test)
- b) Atividade aeróbica (teste de 6 minutos ou Protocolo Modificado de Bruce)
- c) Saúde articular (avaliando a gravidade do dano articular e da lesão musculoesquelética):
 - I) Hemophilia Joint Health Status (HJHS) 9 ;
 - II) World Federation of Hemophilia Score;
 - III) Escala de Gilbert;
 - IV) Intensidade da dor (Escala de Avaliação Numérica [EVA]);
- d) Status funcional:
 - I) Hemophilia Activity List (HAL);
 - II) Functional Independence Measure for Hemophilia (FISH);
 - III) Canadian Occupational Performance Measure (COPM)

Para o exame físico de jovens e adultos com dano articular, o Hemophilia Joint Health Status (HJHS) mostra-se excelente. Trata-se de uma ferramenta desenvolvida pelo Grupo Internacional de Estudo em Profilaxia para avaliar a função articular de pacientes pediátricos com hemofilia, sendo validado pelo estudo de 226 meninos de 4–16 anos.

Atualmente, o HJHS é incluído em estudos pediátricos e também recomendado para uso em adultos, sendo o escore validado mais sensível para o exame físico da saúde articular de hemofílicos. Por isso, diversos centros o adotam como instrumento para monitoramento de rotina da saúde articular de pacientes hemofílicos.

O HJHS como instrumento de avaliação examina cotovelos, joelhos e tornozelos (articulações mais acometidas pela artropatia hemofílica), considerando as seguintes variáveis (versão 2.1):

- edema;
- duração do edema;
- crepitação;
- atrofia;
- ADM para flexão e extensão;
- força;
- dor;
- desempenho global na marcha.

A partir das variáveis escolhidas e da avaliação de seis articulações (cotovelos, joelhos e tornozelos, bilateralmente), o escore máximo atingido é 20 por articulação, somando mais 4 pontos da avaliação da marcha, o que perfaz um escore de zero a 124 pontos.

O HJHS possui um manual de instruções e DVD com vídeos de treinamento de uso. No entanto, por si só o manual e o DVD de treinamento não garantem a equidade no uso do instrumento, pois nem todos os fisioterapeutas que o utilizam fazem a mesma interpretação dos dados. As pesquisas quanto à utilização do HJHS atualmente focam estudos multicêntricos para melhorar a padronização dos dados e o teste interobservador, a fim de garantir a validade do instrumento.

Identificamos assim um importante papel da UFRJ neste cenário. O projeto de pesquisa e assistência a indivíduos portadores de Hemofilia, com artropatias desenvolvidas e necessitando de intervenção com Sinovectomia radioativa, motivou que os alunos do Curso de Graduação em Fisioterapia, participassem deste processo, o que traduz a formação específica nesta área a ser desenvolvida, e onde a UFRJ apresenta-se pioneira no cenário nacional.

Desta forma, em nosso serviço a equipe de Fisioterapia (formada pelo professor responsável pela atividade e mais 04 alunos de graduação) tem as seguintes funções:

1- Avaliação

- a) Realizar avaliação pré e pós-operatórias;
- b) Realizar avaliações regulares de retorno.

2- Educação

- a) Informar o paciente e a família sobre as complicações musculoesqueléticas e seus tratamentos.

b) Orientar aos familiares quanto às atividades escolares adequadas para crianças e a assistência imediata em casos de sangramento, tão como as modificações necessárias das atividades a serem realizadas após os sangramentos.

A sinovectomia radioativa (SR), também chamada sinoviortese radioativa, procedimento este que leva o paciente ao HUCFF-UFRJ, consiste na injeção de fármacos radioativos intra-articulares; é considerada o tratamento de eleição da sinovite hemofílica quando esta não responde ao tratamento conservador.

Atualmente no Brasil este tratamento é realizado de maneira regular apenas no HUCFF – UFRJ, para onde pacientes de vários Hemocentros de todo país são referenciados.

Os pacientes são encaminhados através do Programa Tratamento Fora de Domicílio – TFD, instituído pela Portaria nº 55 da Secretaria de Assistência à Saúde (Ministério da Saúde), sendo um instrumento legal que visa garantir, através do SUS, tratamento médico a pacientes portadores de doenças não tratáveis no município de origem por falta de condições técnicas.

Um paciente hemofílico bem avaliado e tratado tem condições de levar uma vida plena, com pequenas chances de impactos negativos sobre sua saúde articular e, conseqüentemente, sobre sua qualidade de vida.

É papel dos profissionais de saúde estar informados sobre a hemofilia e sobre as artropatias associadas, com vistas a uma avaliação permanente e ao cuidado terapêutico, bem como a orientações de atividade física e educação continuada, para a obtenção de resultados sempre favoráveis na abordagem de tais casos.

Recebemos mensalmente no ambulatório de Sinovectomia radioativa ou Radiosinoviotese, do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho/UFRJ, em torno de 20 pacientes de todo território nacional (este ano recebemos pacientes do Equador e do Chile), onde são acolhidos, avaliados (tanto por uma avaliação clínica da hematologia, como por uma avaliação de sua saúde física, feito pela Fisioterapia), tratados, instruídos e acompanhados sobre a melhor forma de lidar com a doença, realizar o tratamento adequado (clínico e fisioterapêutico), realizar exercícios físicos e estabelecer uma vida normal, entendendo suas potencialidades e capacidades.

A abordagem à artropatia hemofílica necessita das avaliações multidisciplinares com hematologista, ortopedista, fisioterapeuta, enfermeiro e tantos outros profissionais, a fim de traçarem junto um plano terapêutico para o paciente, com sinovectomias ou apenas com fisioterapia, com vistas ao controle da doença.

Fundamentalmente, a fisioterapia se faz necessária tanto para avaliar as condições de saúde articular e o status funcional do paciente quanto para ofertar assistência terapêutica eficaz na redução do quadro algico, no ganho na funcionalidade articular (com a manutenção de mobilidade, ganho de força e propriocepção/equilíbrio) e orientações à prática de atividade física.

Um paciente hemofílico bem avaliado e tratado tem condições de levar uma vida comum, com todas as dificuldades de qualquer indivíduo e, dependendo do tratamento que faça, tendo impactos positivos ou negativos sobre sua qualidade de vida. É papel dos profissionais de saúde estar informados sobre a hemofilia e sobre as artropatias associadas, além das alterações que possam ocorrer em outros tecidos que não somente os articulares.

As orientações de atividade física e educação continuada, para a obtenção de resultados sempre favoráveis na abordagem de tais casos é fundamental. Desta forma o projeto tem como meta nos tornarmos um Centro de Capacitação em Hemofilia, onde poderemos assim, ter convênios com unidades hospitalares de todo país e de outros países, para cooperações técnico-científicas, trocas de experiências e capacitações para diversos profissionais da saúde, que atendem estes pacientes em seus territórios.

Através deste cuidado terapêutico, que envolve fisioterapeuta, hematologista, radiologista, enfermeiro, farmacêutico, em uma equipe multidisciplinar, estes pacientes que saem de seus Estados e vem à UFRJ na busca de melhoria em sua condição de saúde, recebem cuidado terapêutico onde são bem atendidos e acompanhados. Os familiares destes pacientes são instruídos sobre os cuidados com esses pacientes, principalmente com as crianças, através de uma educação em saúde de forma continuada.

A abordagem à artropatia hemofílica necessita das avaliações multidisciplinares com hematologista, ortopedista, fisioterapeuta, enfermeiro e tantos outros profissionais, a fim de traçarem junto um plano terapêutico para o paciente, com sinovectomias ou apenas com fisioterapia, com vistas ao controle da doença.

Voltando a focar em nossa atividade, a formação de mão de obra qualificada de fisioterapeutas para atender essa população, com o que há de melhor ofertado no cenário internacional, é meta nossa.

Por isso, o fisioterapeuta que atende pacientes hemofílicos deve ter instrumentos claros para a avaliação do quadro da artropatia hemofílica, com vistas à prescrição de exercícios adequados e reavaliações.

Os fisioterapeutas que tratam pacientes hemofílicos precisam dispor de informações suficientes sobre o que fazer e o que não fazer nesses quadros. Devem estar cientes de como avaliar, reavaliar e acompanhar a evolução de pacientes portadores de hemofilia e de artropatias associadas, para que, assim, o objetivo terapêutico seja alcançado.

Nossa preocupação no Serviço vai além da assistência ao paciente, engloba os familiares e os profissionais que precisam ser capacitados e orientados quanto à realização de um acolhimento e acompanhamento com as melhores informações e condutas possíveis.

O paciente hemofílico merece o melhor tratamento disponível para que tenha uma qualidade de vida favorável a seus desejos e ambições. Para isso, o fisioterapeuta deve estar informado e capacitado a ofertar condições terapêuticas adequadas a tais casos.

Com esse intuito, a ação que desenvolvemos envolve nossos alunos de graduação em Fisioterapia e Medicina, alunos residentes em Medicina, profissionais técnicos administrativos do HUCFF e docentes da Faculdade de Medicina, dos departamentos de Fisioterapia e Radiologia.

Nossa ação demonstra a força do papel da Universidade nesses 100 anos: difundir o conhecimento produzido aqui e, especificamente em relação à saúde da população, cuidar dos cidadãos brasileiros, garantindo um atendimento gratuito, de qualidade e para todos.

Assim, a UFRJ, é conhecida, reconhecida e valorizada, por toda a comunidade de hemofílicos do país, como um novo polo de formação, capacitação, assistência e acolhimento destes pacientes.

Nossos meninos (me dou à liberdade de generalizar, já que 99% de nossa população atendida são do sexo masculino) merecem ser atendidos com o que há de melhor para eles, sem dever em nada com os grandes centros mundiais de atendimento ao hemofílico.

Sabemos que o desafio ainda é grande, pois estes pacientes voltam em 03 dias para suas casas, seus Estados, cidades e sabemos que as realidades neste país é bastante diversa. Sabemos que alguns poderão executar todas as orientações que demos com facilidade; outros tentarão, mas não terão meios para isto.

Essa realidade nacional nos motiva a cada dia mais encontrar meios de garantir atendimento de qualidade, mas não só isso, garantir que estes indivíduos vivam bem, vivam em plenitude. Que estes meninos se tornem homens capazes de escreverem suas histórias de forma bem melhor que seus antecessores.

Na década de 70 e 80 do século passado, muitos hemofílicos brasileiros morreram por contaminação com o vírus HIV, com rotineiras transfusões sanguíneas. De lá pra cá avançamos muito neste controle, avançamos tanto nas transfusões quanto na redução da necessidade deste procedimento. Avançamos saindo de um modelo de oferta de fator de coagulação de demanda, para profilaxia, onde o indivíduo recebe a medicação e leva para casa. Sua família administra as dosagens, frequências e sabe que se houver alguma emergência, ali estará o fator para ser administrado, sem que precise correr para uma unidade de saúde.

Se avançamos tanto nessas ultimas décadas, tenho certeza que avançaremos ainda mais nos próximos anos para ofertar uma vida bem melhor a estes meninos.

Assim a UFRJ cumpre seu papel quanto Universidade pública:

A UFRJ RECEBE, AVALIA E CUIDA DOS MENINOS DE TODO O BRASIL.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a todos os colegas envolvidos neste projeto que, a cada dia, me permitem aprender mais e a olhar esses meninos com mais cuidado, afeto, carinho e me motivam a querer desenvolver novas formas de acolhimento, atendimento e acompanhamento. Em especial gostaria de agradecer a Dra. Sylvia Thomas, idealizadora e coordenadora do projeto, nossa guia e mestra nesse processo e aos meus alunos que embarcaram nessa aventura em suas formações.

Referências bibliográficas

- Alhaosawi M M. Guidelines of management of musculoskeletal complications of hemophilia. *Journal of Applied Hematology*. 2014 Jul 5;75-85.
- Cuesta-Barriuso R, Gómez-Conesa A, López-Pina JÁ. Physiotherapy treatment in pacientes with Hemophilia and Chronic Ankle Arthropathy: A systematic Review. *Rehabilitation Research and Practice*. 2013, ID 305249.
- Cuesta-Barriuso R, Torres-Ortuno A, Nieto-Munuera J López-Pina J A. Effectiveness of na Educational Physiotherapy and Therapeutic Exercise Program in Adult Patients with Hemophilia: A randomized Controlled Trial. *Archives of Physical Medicine and Rehabilitation* 2017;98:841-8.
- Fischer K, De Kleijn P. Using the Haemophilia Joint Health Score for assessment of teenagers and young adults: exploring reliability and validity. *Haemophilia* 2013, 19, 944-50.
- Fischer K. Limits of agreement between raters are required for the use of HJHS 2.1 in clinical studies. *Haemophilia* 2015, 21 e70-e121.
- Michael R, Mulder K, Strike K. Exercise for hemophilia. *Cochrane Database of Systematic Reviews*. 2014, Issue 7.
- Nijdam A, Bladen M, Hubert N, Pettersson M, Bartels B, Van der Net J et al. Using routine Haemophilia Joint Health Score for international comparisons of haemophilia outcome: standardization is needed. *Haemophilia* 2016, 22, 142-147.
- Sun J, Hilliard P E, Feldman B M , Zourikian N, Chen L, Blanchette V S et al. Chinese Hemophilia Joint Health Score 2.1 reliability study. *Haemophilia* 2014, 20, 435-440.
- World Federation Hemophilia <http://elearning.wfh.org/resource/hemophilia-joint-health-score-hjhs/>
- Zeze A T H, Hanaa E H Eldin T R N. Joint health in Egyptian children with hemophilia A: what are the affecting factors? *Egyptian Journal of Haematology* 2016, 41: 168-173.



**HISTÓRIA,
DESENVOLVIMENTO
E DEMOCRACIA**

**4, 5 E 6
SETEMBRO
2017**



**UFRJ
faz 100
ANOS**

1920 | 2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

EIXO 10

TRABALHO, CORPO SOCIAL, ESTRUTURA E GESTÃO

TERCEIRIZAÇÃO DO TRABALHO E AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: A UFRJ EM PAUTA

Sara Izabeliza Moreira Lima

Assistente Social formada pela ESS/UFRJ

Introdução

O presente estudo tem como objetivo analisar o processo de terceirização do trabalho no Brasil, tomando como exemplo a realidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Para entender a implementação dessa nova forma de gestão do trabalho na Universidade, é necessário conhecer as principais características dessa nova morfologia, a partir do processo de reestruturação produtiva, que se expressa como uma estratégia de ofensiva contra trabalho na tentativa de recompor a lucratividade do capital. Essa estratégia tem como peças centrais a perda de direitos sociais, ataque aos sindicatos dos trabalhadores e desregulamentação das legislações trabalhistas.

Dentre os principais impactos desse processo, podemos identificar a flexibilização e a precarização do trabalho. A flexibilização é caracterizada pela instabilidade, incerteza, insegurança, imprevisibilidade e riscos do trabalho. A precarização do trabalho é resultante dos impactos dessa flexibilização, que pode ser compreendida como a desvalorização e superexploração da força de trabalho. Essa desvalorização se materializa através da corrosão dos contratos de trabalho, desmonte da legislação social e trabalhista, sujeitando os trabalhadores a modalidades de trabalho instáveis e desprotegidas, que têm a terceirização como uma expressão da precarização e da flexibilização.

A terceirização é um fenômeno presente no mundo do trabalho em diversos países, apresentando particularidades diferentes principalmente devido às formas e importância que assume a organização e luta dos trabalhadores em determinada localidade e à forma como o Estado responde às expressões da “questão social”.¹ Esse modelo caracterizado pela precarização e flexibilização atualmente atinge todos os trabalhadores, sejam eles mais ou menos qualificados.

¹ Segundo Iamamoto (1998, p.27) “A Questão Social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

A partir dessa nova fase de mundialização financeira, o capital necessita “cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais de diversificadas formas de trabalho parcial ou *part-time*, terceirizado, que são, em escala crescente, parte constitutiva do processo de produção capitalista”.²

Para desvendar o processo de terceirização na UFRJ complementamos nosso estudo bibliográfico com pesquisa hemerográfica que se baseou na leitura e análise dos Jornais e Boletins da Associação de Docentes da UFRJ (AdUFRJ) no período de janeiro de 2010 a agosto de 2016. Do total de edições foram selecionados os trinta exemplares, que continham matérias referentes à terceirização e ao processo de implementação do REUNI na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A nova morfologia do trabalho e os impactos para a classe trabalhadora

Nas últimas décadas do século XX, propriamente no início dos anos de 1970, o capitalismo enfrenta uma crise estrutural, período caracterizado por recessão, após um ciclo conhecido como “Era de ouro”, marcado pela reconstrução do segundo pós-guerra, pela expansão capitalista e ascensão do crescimento econômico e das taxas de lucro.

Diversas são as alternativas utilizadas, para diminuir a contra tendência à queda da taxa de lucro. A estratégia utilizada pelo capital para superar a crise, que se inicia nos anos 1970, é articulada sobre um tripé: a reestruturação produtiva, a financeirização do capital e a ideologia neoliberal.³

A terceirização modalidade de gestão, organização e controle do trabalho, trata-se de um dos principais aspectos do capitalismo mundializado e resultado desse processo de reestruturação produtiva, que se baseia na empresa descentralizada. Há o detrimento da relação entre capital e trabalho e o surgimento da relação interempresas, que é realizada pelo processo em que “a empresa que terceiriza é chamada ‘empresa-mãe ou contratante’ e a empresa que executa a atividade terceirizada é chamada de ‘empresa terceira ou contratada’”.⁴

As empresas passam por um processo de divisão nas atividades e reorganização entre “atividade fim”, que faz parte do processo de bem ou serviço produzido por determinada empresa, ou seja, a razão de sua existência, e “atividade meio” aquelas atividades que não estão diretamente ligadas à produção, atividades de apoio, que não agregam valor à produção. Essa divisão foi fundamental para que o procedimento de terceirização fosse aceito e utilizado por diversas empresas, a chamada terceirização de atividades e serviços. Utilizando como justificativa para adoção desse procedimento, a redução de custos, proporcionando mais recursos para a “atividade fim”, facilidade para enfrentar as crises e redução da estrutura organizacional.

2 ANTUNES, 2006, p.10.

3 NETTO; BRAZ, 2011.

4 DIEESE, 2007, p.5.

No tocante ao aspecto da desresponsabilização por parte da “empresa-mãe” se dá principalmente ao cumprimento das obrigações trabalhistas por parte desta, repassando essa responsabilidade para a empresa terceira. Nos casos de falta de repasses de verba da empresa principal ou utilizando estratégias para burlar a legislação, principalmente nas situações de finalização de contratos de prestação de serviços a medida utilizada é o “calote”, o não pagamento de salários aos trabalhadores, fazendo com que estes para obterem seus direitos trabalhistas utilizem a via judicial.⁵

A terceirização institui uma fragmentação objetiva no seio da classe trabalhadora, um distanciamento entre o trabalhador estável e o terceirizado. Isso resultou em uma fragmentação política e subjetiva, sendo assim, atualmente o movimento sindical possui dificuldades para se organizar de forma ampla e lutar contra a ofensiva do capital. Ocorre também o processo de pulverização dos sindicatos, em uma determinada empresa, os trabalhadores se organizam em sindicatos diferenciados, gerando a separação entre trabalhadores efetivos e terceirizados, e também intraterceirizados.

É explícita atualmente a erosão do trabalho regulamentado e do contrato estável, e torna-se cada vez mais comum a utilização dessas novas formas de gestão da força de trabalho, com a mesma finalidade fundante do modo de produção capitalista, a geração de mais valor. Essa nova morfologia do trabalho afetou diretamente a classe que vive do seu trabalho, nas suas condições materiais e imateriais de reprodução, tornando-a multifacetada, heterogênea e contraditória, retroagindo sua forma de organização política e prevalecendo dentro da mesma a competição desenfreada por qualquer labor e para se manter no emprego, para assim sobreviver nessa sociedade.

A Contrarreforma do Estado e seus impactos para Educação e o Serviço Público

Nos anos 90 do século XX evidencia-se, no Brasil, um período marcado por uma nova ofensiva burguesa, reiterando as requisições do capitalismo mundial. O projeto neoliberal adentrou no país nesse período, estabelecendo opções políticas e econômicas conservadoras, impondo a necessidade de ajustes e planos de estabilização para enfrentar a “crise”.

A crise que se torna explosiva no Brasil nesse período foi concebida pelos técnicos e estudiosos orientados pelo ideário neoliberal como uma crise fiscal, e os caminhos sugeridos para seu enfrentamento estavam baseados na adoção de medidas de redução do tamanho do Estado e a limitação de alguns dos seus papéis na economia e no social.

O presidente Collor de Mello (1990-1992) foi o precursor no âmbito de experimentos neoliberais no Brasil, em seguida no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), essa política foi aperfeiçoada em seus dois mandatos. O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do

5 DIEESE, 2014.

Estado (PDRE), do Ministério da Administração e da Reforma do Estado (Mare), aprovado em setembro de 1995 na Câmara da Reforma do Estado – órgão interministerial criado para essa finalidade – foi justificado como necessário pelo então presidente por entender que;

(...) a crise brasileira da última década foi uma crise do Estado, que se desviou das suas funções básicas, do que decorre a deteriorização dos serviços públicos, mais o agravamento da crise fiscal e da inflação. Trata-se, para ele, de fortalecer a ação reguladora do Estado numa economia de mercado, especialmente os serviços básicos e de cunho social. O Estado brasileiro é caracterizado como rígido, lento, ineficiente e sem memória administrativa. O salto adiante é a proposição da reforma gerencial voltada para o controle de resultados e baseada na descentralização, visando qualidade e produtividade no serviço público.⁶

A “reforma” era uma peça fundamental do pacote de ajuste estrutural que tinha dentre seus elementos: ajuste fiscal duradouro, reformas econômicas orientadas para o mercado, abertura comercial e privatizações. O Plano Diretor distingue quatro setores no Estado, são eles:

O Núcleo Estratégico que formula políticas públicas, legisla e controla sua execução, composto pelos três poderes; o Setor de Atividades Exclusivas, onde são prestados serviços que só o Estado pode realizar, a exemplo da previdência básica, educação básica, segurança e outros; o Setor de Serviços Não-Exclusivos, onde o Estado atua simultaneamente com outras organizações públicas não-estatais e privadas, como universidades, hospitais, centros de pesquisa e museus; e o Setor de Bens e Serviços para o Mercado, a exemplo de empresas não assumidas pelo capital privado. A esses setores correspondem formas de propriedade estatal para os dois primeiros; pública não-estatal para o terceiro; no caso do último, a propriedade estatal não é desejável, mas deve existir regulamentação e fiscalização rígidas, a exemplo, supõe-se, de companhias de luz, gás e água. Sobre a administração, no Núcleo Estratégico propõe-se um mix entre administração burocrática e gerencial. Nos demais, a administração gerencial.⁷

No tocante ao aspecto administrativo do Estado, o então Ministro Bresser Pereira, propôs um sistema de administração de Recursos Humanos condizente com a administração do tipo gerencial, com a finalidade de superar o patrimonialismo e a burocracia.⁸

A adequação de recursos humanos tem-se constituído, desta forma, em tarefa prioritária no atual contexto de mudança, implicando no estabelecimento de uma política voltada para a captação de novos servidores, o desenvolvimento de pessoal, a implantação de um sistema remuneratório adequado que estimule o desempenho através de incentivos, e a instituição e reorganização de carreiras

6 BEHRING, 2008, p.177.

7 Ibid, p.182.

8 BEHRING, 2008.

e cargos de forma a compatibilizá-los com a necessária reconstrução do aparelho do Estado.⁹

Os fundamentos dessa nova política de Recursos Humanos que estão atrelados à mudança na ação do Estado, conforme explicitado no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, buscam criar as condições para ampliar a participação do setor privado, transferindo para este setor diversas atividades; dessa forma se alarga o protagonismo do mercado, e “descentraliza” algumas das atividades aumentando a presença do denominado “setor público não-estatal” como é o caso da educação, saúde, cultura etc. Nos anos 1990, a terceirização também foi uma importante ferramenta para a implementação dessa política através da realização de atividades auxiliares e de apoio. O plano tinha o objetivo de;

(...)reorganizar a prestação de atividades auxiliares como manutenção, segurança e atividades de apoio diversas por meio da extinção de cargos – com aproveitamento de seus ocupantes em outras áreas – e do processo de terceirização, transferindo a prestação das atividades para entidades privadas por meio de contratos.

A escolha por esse regime de contratação de força de trabalho, introduz a flexibilização na gestão pública, utilizando como pressuposto a racionalização de atividades auxiliares, a redução de custos, o reagrupamento e a extinção de cargos, que são vistos pelos idealizadores dessa “reforma” como desnecessários de forma permanente pelo Estado e que podem ser exercidos por terceiros contratados. Para consolidar esse Estado gerencial, era necessário limitar alguns dos avanços conquistados com a Constituição de 1988, que segundo Bresser, fez o país retroceder até a década de 1930; dessa forma, os mesmos deveriam passar por um processo de revisão, restringindo o Regime Jurídico Único dos servidores públicos, apenas as atividades “exclusivas de Estado”.¹⁰

A partir disso, reduziu-se e precarizou-se o setor público, já que para os idealizadores do PDRE a legislação que regulava o setor público era vista como protecionista e inibidora do “espírito empreendedor”, dessa forma se sugeria a promoção por mérito, a profissionalização do servidor e a demissão por insuficiência de desempenho.¹¹ A estratégia imposta para suprir a extinção dessas atividades e cargos, foi a terceirização.

Para Bresser Pereira¹², os serviços que o mesmo denomina como “auxiliares” às funções do Estado, tais como: limpeza, vigilância, transporte, copeiragem entre outros, devem em princípio ser terceirizados, ou seja, submetidos à licitação pública e contratos com terceiros. Sendo assim,

9 BRASIL, 1997, p.9.

10 LEHER, 2003.

11 BEHRING, 2008.

12 1997.

esses serviços que são considerados “serviços de mercado”, passam a ser realizados por empresas competitivas, reduzindo substancialmente os custos da operacionalização destes pelo Estado.

A administração pública compra serviços via licitação, contratando atividades que auxiliam no gerenciamento da máquina – limpeza, transporte, vigilância etc. – com objetivo de delegar a uma determinada empresa uma atividade que não é atribuída pelo Estado como “atividade fim”. Na compra de serviços são realizados contratos de prestação nos quais o contratado é apenas executor material do contratante, não lhe sendo atribuído nenhum poder público.¹³

As Universidades Federais e as demais Instituições Federais de ensino superior são consideradas instituições constituintes da administração pública indireta, sob a forma de autarquia ou fundações públicas, sendo assim, estão sujeitas às mesmas regras referentes à terceirização. Esse processo de precarização do trabalho, não poupa nem esses setores que deveriam primar pela excelência de suas atividades, espaço em que a lógica da reprodução capitalista entra em conflito com o objetivo destas instituições que consiste em desenvolver e oferecer à sociedade brasileira ensino público, gratuito e de qualidade, a pesquisa e a extensão.

Entretanto, com a posta em prática do conjunto de reformas que materializam o PDRE, a educação pública torna-se cada vez mais precária, ao mesmo tempo em que submete os trabalhadores que lhe servem a esses contratos orientados pela terceirização. Assim, percebe-se um aumento da implementação dessa mão de obra nas Universidades, que como mencionado acima, está relacionado de forma íntima com o processo de contrarreforma do ensino superior brasileiro.

Esse projeto de reformulação do ensino superior, que começou com o governo de Collor-Itamar(1990-1994), ganha-nova racionalidade nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), quando a educação passa a ser incluída no grupo de atividades não exclusivas do Estado. É importante mencionar também que esse processo continuou seu caminho e aprofundou-se, nos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016), a partir de um duplo mecanismo: por um lado, a ampliação do número das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas e, de outro, pelo processo de privatização interna das IES públicas.¹⁴

Nesse processo ocorre o fortalecimento do empresariado do setor de serviços educacionais, principalmente a partir da isenção fiscal realizada pelo Fundo de Financiamento do Estudante de Ensino Superior (FIES), pelo Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e pelo avanço dos cursos superiores oferecidos à distância, viabilizando uma formação profissional aligeirada, precarizada, fragmentada e rompendo com o tripé fundamental do ensino superior baseado no ensino, pesquisa e extensão.

13 DIEESE, 2007.

14 LIMA, 2009.

Um dos principais ataques à educação superior pública brasileira nesse processo é o programa REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – que foi instituído pelo Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007, estratégica que integra o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Este programa apresenta os seguintes objetivos:

(...) elevar a taxa de conclusão dos cursos de graduação nas universidades federais; aumentar o número de alunos por professor em cada sala de aula da graduação; diversificar as modalidades dos cursos de graduação, através da flexibilização dos currículos, da criação dos cursos de curta duração e/ou ciclos (básico e profissional) e da educação a distância, incentivando a criação de um novo sistema de títulos e estimular a mobilidade estudantil entre as instituições de ensino. Todas estas ações deverão ser realizadas no prazo de cinco anos.¹⁵

O REUNI está baseado nos contratos de gestão com o Ministério da Educação (MEC), através de um “termo de pactuação de metas”; dessa forma os recursos para as Universidades e Instituições Federais de Ensino Superior somente são liberados como contrapartida do atendimento dessas metas. As Universidades tinham prerrogativa de adesão “voluntária” ao Reuni, porém caso não aderissem ficariam sem o repasse de verbas e sem autorização para realização de novos concursos.

Também é necessário avaliar a forma como as verbas federais vêm sendo alocadas e utilizadas. Não são poucos os estudos e relatórios¹⁶ que indicam que parte dos recursos destinados à educação, saúde, previdência, dentre outros, são utilizados para o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública; sendo assim, os recursos destinados não asseguraram uma expansão promissora para as instituições federais.

O plano de expansão do REUNI viabiliza uma mudança estrutural nas instituições a partir do aumento de número de vagas, reestruturação curricular e ampliação da modalidade de cursos de curta duração. Os recursos compactuados nos contratos de gestão são insuficientes para garantir a estrutura necessária correspondente à entrada desses novos alunos. Essa ampliação não vem acompanhada da consolidação da política de assistência estudantil, nem da ampliação da infraestrutura de restaurantes universitários, bibliotecas, alojamentos, salas de estudo, reiterando assim o caráter do programa de formação universitária precarizada e aligeirada.

A precarização das condições de trabalho com a implementação do REUNI, não está relacionada apenas as “atividades meio” das instituições de ensino que engloba os setores de limpeza, copeiragem, vigilância etc., afeta diretamente a “atividade fim” que é a educação, a partir da inclusão das novas formas de contratação de professores. Portanto, esse programa afeta substancialmente o sentido da educação superior pública, desqualificando a formação profissional,

15 Ibid, p. 5.

16 Refiro-me a estudos e relatórios de Evilásio Salvador e da Associação da Auditoria Cidadã da Dívida.

reduzindo as atividades docentes à graduação e precarizando o trabalho dos professores e dos outros profissionais que são fundamentais para o funcionamento dessas instituições.

A Terceirização na Universidade Federal do Rio de Janeiro

A Universidade Federal do Rio de Janeiro foi criada em 1920, através do Decreto n.14.343, que institui a primeira Universidade do Brasil criada pelo governo federal, denominada na época como Universidade do Rio de Janeiro. Atualmente o principal campus da UFRJ está localizado na Cidade Universitária, na Ilha do Fundão, mas a Universidade concentra diversas unidades, campus e órgãos suplementares, como o campus da Praia Vermelha, o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, a Faculdade de Direito e etc.

O campus de Macaé e o Polo Avançado de Xerém são produtos do processo de interiorização da Universidade e são resultantes do programa REUNI que teve como um dos principais focos a expansão de vagas, porém o mesmo não prevê um aumento proporcional de número de servidores, principalmente de servidores técnicos, devido à limitação legal de realização de concursos públicos para profissões de apoio. Perante essa realidade, a saída encontrada para UFRJ foi utilizar a mão de obra terceirizada, como estratégia para adequar seu quadro às novas necessidades propostas pelo REUNI.

A partir da análise da figura 1, é possível visualizar o crescimento acentuado do número de alunos da graduação da UFRJ, no período em questão, resultado do processo de implementação do REUNI na Universidade. Entretanto os dados também indicam que não houve um aumento proporcional do número de servidores técnicos administrativos, em contrapartida ocorreu uma elevação na contratação de trabalhadores terceirizados.

Técnicos-administrativos - Geral	
2011	9.241
2014	9.385
Terceirizados	
2011	1.736
2014	4.840
Alunos - graduação	
2011	38.706
2014	43.417
Alunos - pós stricto sensu	
2011	11.039
2014	12.039
Professores	
2011	3.792
2014	5.071

Figura 1. Fonte: Boletim ADUFRJ, 8 de dez. de 2015

Outra característica que fundamenta o REUNI são os acordos de gestão entre o MEC e as universidades, para o repasse de verbas. Devido ao contingenciamento do governo, e dos cortes frequentes dos gastos em políticas sociais como a educação, essa situação expõe a fragilidade

das relações de trabalho a que esses empregados terceirizados estão sujeitos, já que na conjuntura de corte de verbas das instituições de ensino superior públicas, os primeiros atingidos são os trabalhadores terceirizados.

Essa situação expõe o paradoxo entre “atividade fim” e “atividade meio”, pois sem os serviços de limpeza, portaria e vigilância as universidades que tem como objetivo prestar serviço de educação para a população encontram sérias dificuldades para materializar sua função precípua. Sendo assim, essa separação em atividades próprias (fins) da instituição e atividades que podem ser delegadas (meio), na realidade, apresenta uma contradição.

As atividades que são delegadas a empresas privadas, anteriormente faziam parte do orçamento da folha de pessoal da UFRJ, pois esses cargos eram ocupados por servidores públicos. A partir do PDRE que extinguiu diversos cargos da Administração Pública, a despesa com esse pessoal que passou a ser terceirizado, faz parte da despesa de custeio da Universidade.

Segundo a reportagem da ADUFRJ os dados apurados no portal da transparência, em março de 2015, exemplificam que

A UFRJ possui seis contratos ativos com a empresa Qualitécnica. Somados, eles correspondem a R\$ 24.093.063,12. Além desses a universidade tem, ainda, outros quatro contratos de limpeza com outras firmas, que somam mais de R\$ 11 milhões. (...) No caso de serviços de portaria, a UFRJ arca com mais de R\$ 16 milhões por ano. (...) A vigilância é responsável por levar mais de R\$ 34 milhões anuais. As informações foram encontradas no site da PR-6 (...).¹⁷

A estratégia da terceirização na UFRJ vem possibilitando uma realidade contraditória, se por um lado a reforma gerencial previa o enxugamento da máquina estatal e dos servidores públicos, e tinha como objetivo transformar a máquina do Estado mais ágil, nos moldes das empresas privadas¹⁸, ela fortalece cada vez mais o setor privado. Segundo pesquisa do DIEESE de 2014, as empresas que terceirizam, recebem de quatro a seis vezes o valor que pagam aos trabalhadores terceirizados, caracterizando uma visível transferência do orçamento público para o setor privado.

Há uma contradição dos especialistas que idealizaram o projeto de reforma do Estado, utilizando como premissa, que a terceirização iria diminuir os gastos públicos e que a prestação de serviços seria mais célere e qualificada, na realidade isso não ocorre, grande parte dessas empresas vendem serviços que não são especializadas ou não possuem estrutura exigida, gerando impactos para o funcionamento da instituição, custo elevado que garantem seus rendimentos em detrimento das condições de reprodução da força de trabalho dos trabalhadores que empregam.

¹⁷ ADUFRJ, 2015, p.4.

¹⁸ BRESSER, 1997.

A contratação de serviços de empresas e não diretamente de pessoas, coloca à UFRJ e a esses trabalhadores em uma situação de fragilidade. Segundo edição do Jornal da ADUFRJ, de 6 de julho de 2015, funcionários de uma das empresas prestadoras de serviços ficaram dois meses sem receber os salários, tíquetes alimentação e vale-transporte, nesse período algumas unidades dessa Universidade ficaram vários meses sem serviços de portaria, limpeza e vigilância. Mesmo sem existir dívidas da Universidade com a empresa contratada, esta não honrava as suas dívidas com os trabalhadores terceirizados.

A inclusão do trabalhador terceirizado no espaço das universidades, por um lado, contribui com a fragmentação da organização e luta da classe trabalhadora quando se consolida no interior desses espaços diferentes categorias de trabalhadores (os terceirizados e os servidores públicos melhor remunerados e com a garantia de um conjunto de direitos sociais e trabalhistas); por outro lado, as universidades públicas se constituem em espaços propícios para a geração de lucro para as empresas que contratam os trabalhadores terceirizados.

Considerações finais

A terceirização da força de trabalho na UFRJ teve crescimento a partir dos governos de Luís Inácio Lula da Silva, com a implementação do REUNI, entretanto seu início coincidiu com as primeiras medidas neoliberais que começam a ser adotadas a partir do primeiro governo de Cardoso, na segunda metade dos anos 1990.

Os resultados dessa estratégia são visíveis tanto na gestão da força de trabalho, com o crescimento desenfreado de trabalhadores terceirizados resultando na precarização do trabalho, com aumento de contratos com empresas privadas e permanência do número de servidores regidos pelo RJU. Conjuntamente com o alargamento do processo de terceirização e no tocante às particularidades da educação superior pública, constatamos que as diferentes Universidades Públicas sofrem cotidianamente com as medidas de ajustes orçamentários, impostas pelos governos desde os anos 1990, que afetam diretamente na sua função social que consiste em oferecer uma educação pública, gratuita e de qualidade para a população.

O cenário contemporâneo de avanço do projeto conservador nos coloca outro desafio, que afetará ainda mais o funcionamento das Universidades públicas do país, acentuando as características dessa conjuntura atual marcada pela precarização do trabalho e do ensino superior público. A Emenda à Constituição n. 95, apresentada pelo presidente Michel Temer e promulgada em 15 de dezembro de 2016, objetiva consolidar um projeto econômico a serviço do grande capital baseado na busca de superávit primário através da contenção das despesas públicas, e dessa forma conquistar a confiança dos investidores externos, e os investimentos privados no país; sendo assim proporcionar a volta do crescimento econômico e equilíbrio das contas públicas.

A PEC 95, limita por 20 anos as despesas públicas fato que proporcionará necessariamente redução dos investimentos em áreas fundamentais para a sobrevivência dos trabalhadores como é o caso da saúde, educação, assistência, e demais políticas sociais.

Essas mudanças serão uma ameaça ao tripé que fundamenta as Universidades Públicas, que são baseadas no ensino, pesquisa e extensão, e são responsáveis não só na formação da classe trabalhadora, mas na produção de conhecimento científico.

Devido ao arrocho nos gastos públicos, a força de trabalho terceirizada aumentará cada vez mais no serviço público, e os servidores regidos pelo RJU, que possuem certa estabilidade no emprego, sofrerão com perdas salariais, redução de benefícios conquistados e péssimas condições de trabalho. O momento é de resistência, para tentar barrar os avanços neoliberais, que são uma afronta aos direitos garantidos na Constituição Federal de 1988 e que submetem a classe trabalhadora a condições de vida e trabalho mais precárias e instáveis.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2006
- BEHRING, E.R. Brasil em Contra reforma – Desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2008.
- BRASIL. A Nova Política de Recursos Humanos. Brasília: MARE, n.11, 1997.
- ____. Decreto Lei n. 6.096 - Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, 2007
- ____. Decreto n. 14.343, de 7 de setembro de 1920 – Institui a Universidade do Rio de Janeiro.
- BRESSER PEREIRA, L.C. A Reforma do Estado dos anos 1990: lógica e mecanismos de controle. In: Cadernos MARE da Reforma do Estado, v.1, Brasília, Ministério da Administração e da Reforma do Estado, 1997.
- CRISE orçamentária: alguns números significativos. Boletim da AdUFRJ. Rio de Janeiro. 8 de dezembro de 2015. n. 8, p.1.
- DIEESE. Terceirização e Desenvolvimento: uma conta que não fecha / dossiê acerca do impacto da terceirização sobre os trabalhadores e propostas para garantir a igualdade de direitos. Secretaria Nacional de Relações de Trabalho e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2014.
- ____. O processo de terceirização e seus efeitos sobre os trabalhadores no Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego. São Paulo, 2007.
- IAMAMOTO, Marilda. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo, Cortez, 1998
- EMPRESAS levam fatia gorda do orçamento da Universidade. Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/ANDES-SN. Rio de Janeiro, 16 de março de 2015, n. 879, p. 4.

FECHADA por falta de limpeza. Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/ANDES-SN. Rio de Janeiro, 6 de julho de 2015, n. 884b, p.6

LEHER, Roberto. Reforma do Estado: o privado contra o público. Revista Educação, Saúde e Trabalho 1(2), p. 27-51, 2003

LIMA, Kátia. Trabalho Docente e formação profissional nas Universidades Federais. In: Anais da IV Jornada Internacional de Políticas Públicas. p.2-14, São Luís, 2009.

NETTO, J.P; BRAZ, M. Economia Política: uma introdução crítica. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2011.



GESTÃO DE PROCESSOS: MODELO DE FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM UMA MATERNIDADE PÚBLICA

Rosangela Pinheiro Pinto

UFRJ/ME -pós graduação

Ana Paula Vieira dos Santos Esteves

UFRJ/ME docente pós graduação

Joffre Amim Junior

UFRJ/ME – docente-pós graduação

1 - Introdução

Enquanto unidade pública de saúde, que tem como base o ensino, pesquisa e assistência, comprometida com o bem estar e a segurança do paciente, a Maternidade-Escola como a maioria das instituições de saúde, também precisou lançar mão da estratégia gerencial da contratação do serviço terceirizado para continuar honrado o seu compromisso com a sociedade.

A Administração pública ao permitir que se adote este tipo de contratação exige em contra partida que a prestação do serviço seja fiscalizada, para que se tenha a garantia de que o objeto do contrato está sendo executado com qualidade e que os recursos empregados estejam sendo bem utilizados e dentro da legalidade.

Para que esta fiscalização seja bem executada se faz necessário que a Maternidade-escola adote estratégias que auxiliem os funcionários por ela designados para esta fiscalização sejam munidos de ferramentas que os auxiliem nas condutas a serem adotada, para que estes tenham segurança e respaldo legal

A criação de um instrumento que possibilite a identificação e frequência de possíveis inconformidades apontando quando e como estas ocorrem, facilitam a correção destas e /ou até mesmo podem impedir ou diminuir a sua frequência, atendendo à necessidade de uma prestação da assistência com qualidade e segurança.

Por se tratar de um tema que suscite dúvidas, a fiscalização de contrato é por vezes confundida com o simples atesto de notas fiscais. Por desconhecimento das penalidades que por ventura possam recair sobre o fiscal de contrato, este acredita que a sua responsabilidade se resume ao ato do atesto. Este fato, aliado a uma conjunção de fatores como o acúmulo de funções, pode prejudicar a qualidade desta fiscalização.

A fiscalização do objeto contratado pela Maternidade-Escola e executado por empresa terceirizada, à partir da adoção de instrumentos de avaliação proporcionarão a possibilidade da geração de documentos que poderão ser de grande utilidade tanto na sugestão de novos protocolos técnicos bem com, o cumprimento das legislações pertinentes enquanto que a criação de um manual de orientações servirá como instrumento de apoio para o fiscal de contrato.

Pretende-se com este estudo à partir de um projeto piloto, onde será contemplada a fiscalização do contrato do gerenciamento da Central de Material e Esterilização da Maternidade-Escola por empresa terceirizada, salvo as especificidades de cada contrato, encontrar elementos que possam apoiar o fiscal de contrato na execução desta função, possibilitando uma avaliação criteriosa e impessoal.

1.1- Indagação do estudo:

Há a possibilidade da adoção de um modelo de fiscalização do contrato de prestação de serviço por empresa terceirizada pela Maternidade-Escola?

1.2 - Hipótese do estudo:

Pensou-se neste estudo com a seguinte hipótese: A adoção de um modelo de fiscalização de contrato para o serviço terceirizado na Maternidade-Escola da UFRJ será possível, a partir do momento em que se elaborarem instrumentos que norteiem e viabilizem que este procedimento seja executado por pessoa habilitada para tal.

1.3 - Objetivos

-1.3.1 - Objetivo Geral

- Construir um modelo de fiscalização do contrato de prestação de serviço por empresa terceirizada.

-1.3.2 - Objetivo Específico

- Criar um manual de fiscalização para contrato com instrumento de avaliação;
- Sugerir a inclusão em contrato de um modelo de pactuação técnica e metas de qualidade para o serviço;
- Propor protocolos técnicos para o tema.

1.4 - Justificativa

A emissão de documentação pautada em dados colhidos por instrumento de avaliação proporciona transparência, credibilidade, imparcialidade, levando à segurança do fiscal, da instituição, da empresa terceirizada e principalmente do paciente que necessitar dos serviços por esta prestada. Como enfermeira servidora responsável pela fiscalização do contrato de geren-

ciamento da Central de Material e Esterilização por empresa terceirizada na Maternidade-Escola necessito criar este instrumento para como o exposto acima tornar esse processo crível. Espero com esse estudo pautada em legislação subsidiar a normatização da fiscalização deste contrato, proporcionando então a detecção dos pontos frágeis e passíveis de intervenção, a análise dos problemas e estabelecimento das relações de causalidade, levando assim à melhora da qualidade do serviço, das relações e principalmente à prevenção de eventos adversos que tenham como causa, o uso do produto processado pela Central de Material e Esterilização na Maternidade-Escola.

2 - Fundamentação teórica

2.1 - A fiscalização dos contratos das empresas prestadoras de serviço terceirizadas:

A função de fiscal de contrato deve recair, preferencialmente, sobre servidores que tenham conhecimento técnico ou prático a respeito dos bens e serviços que estão sendo adquiridos/prestados e que este acompanhar a execução do objeto do contrato “in loco”, apontando as faltas cometidas em registro próprio e individualizado.¹

Por definição a lei nº 8666/93 considera contrato como: “todo e qualquer ajuste celebrado entre órgão ou entidade da Administração Pública e particulares, por meio do qual se estabelece acordo de vontades, para formação de vínculo e estipulação de obrigações recíprocas.”²

Para MEIRELLES: “Contrato administrativo é o ajuste que a Administração Pública, agindo nessa qualidade, firma com o particular ou outra entidade administrativa para a consecução de objetivos de interesse público, nas condições estabelecidas pela própria Administração.”³

2.2 - A Terceirização de Serviços:

A terceirização é definida como “a operação pela qual uma empresa confia a outra a tarefa de executar para ela, e segundo um caderno de encargos pré-estabelecido, uma parte dos atos de produção ou de serviços de que ela conserva a responsabilidade econômica final”⁴

O conceito de terceirização pressupõe a perspectiva de minimização de gastos de energia produtiva da empresa com a realização e gerenciamento de atividades meio, além de possibilitar a redução dos custos trabalhistas relacionados. Em teoria, a terceirização de atividades meio, traria todas as qualidades de um serviço bem feito, com grandes vantagens operativas e financeira.⁵

1 Advocacia Geral da União-Brasil,2013 cap III p.10.

2 Brasil, 1993, Lei nº 8666/93, Lei de Licitação e Contratos.

3 MEIRELLES, H. L.,1994- Direito administrativo brasileiro.

4 OBSERVATÓRIO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL,2000, p.26 apud Martins,2001,p. 20.

5 CERIBELLI,2009.

Na Maternidade-Escola a prestação de serviço de Gerenciamento da Central de Material e Esterilização por empresa terceirizada existe desde julho de 2013. A publicação da Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, RDC 15 de 15 de março de 2012, que dispõe sobre requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para a saúde, vem possibilitar o norteammento não só das práticas de Central de Material, como também amparo legal para estas práticas e cobrança das mesmas.

Esta resolução tem como objetivo estabelecer os requisitos de boas práticas para o funcionamento dos serviços que realizam o processamento de produtos para a saúde visando à segurança do paciente e dos profissionais envolvidos. Se aplica às Centrais de Material e Esterilização dos serviços de saúde públicos e privados, civis e militares, e às empresas processadoras envolvidas no processamento de produtos para saúde.

Art. 3º Este Regulamento se aplica aos Centros de Material e Esterilização - CME dos serviços de saúde públicos e privados, civis e militares, e às empresas processadoras envolvidas no processamento de produtos para saúde.

Art. 2º Este Regulamento tem o objetivo de estabelecer os requisitos de boas práticas para o funcionamento dos serviços que realizam o processamento de produtos para a saúde visando à segurança do paciente e dos profissionais envolvidos⁶

O artigo 36, inciso IX e o parágrafo único deste mesmo artigo, referenciam como atribuição do Comitê de Processamento de Produtos para a saúde, avaliar a empresa terceirizada segundo critérios estabelecidos por ele, na ausência deste esta avaliação deverá ser executada pelo enfermeiro do serviço de saúde responsável pela Central de e Material Esterilização.

“Como ferramenta de diagnóstico, quando bem utilizada, a avaliação de desempenho humano dentro das organizações deve representar uma medida útil e salutar a todos.”⁷

2.3 - A Central de Material e Esterilização

A Central de Material Esterilizado (CME), tem como finalidade a oferta de produtos para a saúde estéreis destinados ao cuidado do paciente, onde se faça necessária a utilização destes, seja para diagnósticos, clínicos ou cirúrgicos, com qualidade e segurança.

Com o surgimento de tecnologias específicas e a sofisticação cada vez maior no processamento de produtos para a saúde de acordo com a sua conformação, se faz necessário o desenvolvimento de competências e habilidades dos profissionais que atuam neste setor.

6 Brasil, 2012 – ANVISA, RDC 15 de 15 de março de 2012.

7 Bergamini, 1988 apud Martins, 2001 p.13.

Segundo Bronzatti “A atualização e o desenvolvimento técnico científico são o que trazem ao profissional a competência necessária para prestar uma assistência de qualidade aos clientes e ser valorizado pelo seu conhecimento, habilidade e atitudes.”⁸

As dificuldades em ajustar-se às exigências legais atuais para a adequada estrutura física dos ambientes de CME e as necessidades de reformas, o alto custo dos insumos, equipamentos e sua manutenção, bem como a necessidade de concentrar os recursos humanos nas atividades fim, têm levado hospitais públicos a utilizar como estratégia a terceirização de suas Centrais de Material e Esterilização.

A RDC 15 em seu artigo VI complementado pelo art XXI, define o controle do processamento para a saúde como uma avaliação sistemática e documentada da estrutura e do processo de trabalho e avaliação dos resultados de todas as etapas deste processamento, o qual compreende conjunto de ações relacionadas à recepção, limpeza, secagem, avaliação da integridade e funcionalidade, preparo, esterilização, armazenamento e distribuição para as unidades consumidoras.

3 - Metodologia

3.1 - Cenário do estudo

O presente estudo será desenvolvido na Maternidade Escola da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), localizada no município do Rio de Janeiro. Onde o cenário de estudo é assim descrito: uma central de material e esterilização com a seguinte estrutura: uma sala de limpeza prévia, considerada área suja. Uma área de preparo e processamento de produtos para a saúde (início da área limpa) e uma área para armazenamento e distribuição do material esterilizado (final da área limpa). Na área limpa possuímos 2 (dois) aparelhos para o processamento de produtos para a saúde (autoclave pré-vácuo).

3.2 - Abordagem do estudo

A abordagem será quantitativa, descritiva, analítica e como desenho teremos um estudo de caso. Os estudos descritivos e analíticos produzem e analisam informações relevantes, que segundo Rouquayrol e Gurgel, “devem orientar ações de assistência, prevenção e controle de doenças, além de influenciar o desenvolvimento de estratégias de promoção de saúde.”⁹

O estudo de caso foi uma estratégia escolhida para a pesquisa, com intuito de avaliar produtos para a saúde processados pela empresa terceirizada e o cumprimento da legislação vigente, com a utilização de um instrumento de avaliação e um manual de orientação para a fiscalização do contrato. Para Yin “A essência de um estudo de caso, é esclarecer uma decisão

⁸ BRONZATTI, SOBECC, 2009.

⁹ Rouquayrol e Gurgel, 2013, p.65.

ou um conjunto de decisões: o motivo pelo qual foram tomadas, como foram implementadas e com quais resultados”.¹⁰

Sendo assim, o estudo de caso permitirá descrever as informações e avaliar os resultados obtidos, segundo Polit e Beck, “fornece aos pesquisadores oportunidades de adquirir um conhecimento íntimo de condição, dos sentimentos, das ações (passadas e presentes), das intenções e do ambiente da pessoa”.¹¹

A busca pelos artigos para fundamentar o estudo será nas bases de dados Lilacs, Pubmed e Medline, com a utilização das palavras-chave: “terceirização”, “fiscalização”, “contrato” e “central de material e esterilização”.

3.3- Critérios de inclusão e exclusão do estudo

Os critérios de inclusão para participar do estudo serão os produtos para a saúde processados pela central de material e esterilização em tela, que apresentarem inconformidades e danos, bem como a observação do cumprimento dos artigos que dispõe a RDC 15 de 15 de março de 2012, no período de janeiro 2017 até julho do mesmo ano.

Os critérios de exclusão serão os produtos para a saúde que não foram esterilizados pela central de material e esterilização em tela e que não apresentarem inconformidades e danos referentes ao processo de esterilização.

3.4 - Coleta e análise de dados com validação de instrumento

A validação do instrumento de avaliação e do manual para orientação da fiscalização do contrato será através da técnica de Delphi, que é reconhecida como uma avaliação preditiva, indicada quando faltam dados referentes ao problema da pesquisa. Segundo Castro e Rezende definiu como “um método sistematizado de julgamento de informações, utilizado para obter consenso de especialistas sobre determinado tema, por meio de validações articuladas em fases ou ciclos”.¹² A técnica Delphi será utilizada em três fases para a validação do instrumento, descritas a seguir

Fase 1 – Selecionar os especialistas conforme os critérios de inclusão

A elaboração de um instrumento de avaliação do gerenciamento de central de material por empresa terceirizada e enviar aos Coordenadores de CME que trabalhem com o mesmo tipo de serviço terceirizado que atuem na cidade do Rio de Janeiro, ou seja, processamento de

¹⁰ YIN, 2001, p.31.

¹¹ Polit e Beck, 2011 p. 302.

¹² Castro e Rezende, 2009.

produtos para a saúde por empresas terceirizadas. E será utilizada a escala de Likert ou escala somatória, onde para Oliveira “representa várias assertivas sobre o assunto”.¹³

Nesta escala, para cada assertiva apresentada aos especialistas contará com itens que indicam as avaliações: concordo (3), incerto (2), discordo (1) e com números atribuídos que variam de um (1) a três (3).

A amostra será composta de especialistas com ampla experiência no assunto e participam anonimamente. Os especialistas serão solicitados a responderem as perguntas do questionário individualmente. E será testado via internet, pelo e-mail e com a resposta dos mesmos em quinze dias.

Fase 2

Após a análise das respostas do primeiro questionário será enviado uma nova rodada de perguntas para os especialistas abordando a utilização do instrumento. Será possível fazer observações sobre o mesmo. E será testado via internet e com resposta após quinze dias.

Fase 3

A coleta de dados será feita através da tabulação do consenso dos especialistas, através dos números atribuídos nas avaliações. A análise dos resultados será pelo sumário do cálculo da mediana ou média da previsão.

Para a elaboração do manual as mesmas fases serão utilizadas, entretanto não com estes tipos de especialistas, mas sim com administradores que trabalhem com fiscalização de contratos, para validar os itens do manual de orientação para fiscalização de contrato.

3. 5 - Riscos e benefícios da pesquisa

Toda pesquisa contém riscos e esta não foge a regra. Os riscos pertinentes a mesma envolvem as percepções com relação a falhas no processamento dos produtos para a saúde, a falhas na pactuação com o serviço terceirizado em relação a Instituição contratante e a fragilidade na argumentação para o encerramento do contrato. Os benefícios são inerentes ao ganho de ferramentas para uma melhor avaliação e classificação no processo de trabalho como Enfermeiro, instrumentalização do processo de fiscalização proporcionando transparência nas ações, cumprimento da legislação e segurança na oferta aos profissionais e usuários, de produto para a saúde passível de processamento esterilizado na Central de Material da Maternidade-Escola, livre de contaminação e em boas condições de uso e conservação.

13 Oliveira, 2001-Administração on line.

4 - Resultados esperados

Garantir ao usuário e profissionais, um produto para a saúde processado seguro, que não os exponha a riscos desnecessários, reduzindo o quantitativo de inconformidade, gerando relatórios mensais acerca do desempenho a partir da coleta de dados e devidos encaminhamentos, criando parceria nas ações com o enfermeiro da prestadora e promovendo transparência nas relações. Espero também demonstrar que a Maternidade-Escola é uma Instituição singular por ter como pilares as ações de ensino, pesquisa e assistência, e pretendo ainda agilizar solução de problemas e monitorar cumprimento de cláusulas contratuais.

Referência bibliográfica

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITÁRIA (ANVISA). Assistência segura: uma reflexão teórica aplicada à prática. Brasília: Anvisa, 2013. (Série Segurança do Paciente e Qualidade em Serviços de Saúde, 1). Disponível em: https://www20.anvisa.gov.br/segurancadopaciente/images/documentos/livros/Livro1-Assistencia_Segura.pdf. Acesso em: 12 out 2016

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITÁRIA (ANVISA). Dispõe sobre requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde e dá outras providências. Resolução n. 15, de 15 de março de 2012. DOU, Brasília, 2012

BRASIL. Advocacia Geral da União. Manual de fiscalização de contratos. Brasília: AGU, 2013. Disponível em http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/235018 Acesso em: 12 out. 2016.

BRASIL. Lei n. 8666 de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. DOU, 1993.

CASTRO, A.V.; REZENDE, M. A. A técnica Delphi e seu uso na pesquisa de enfermagem: revisão bibliográfica. REME Rev Min Enferm. v. 13, n. 3, p. 429-432, 2009.

CERIBELLI, M. I. P. F. Terceirização dos serviços de esterilização. In: PADOVEZE, M. C; DEL MONTE, M. C.C (Coord.). Esterilização de artigos em unidades de saúde. São Paulo: Associação Paulista de Estudos e Controle de Infecção Hospitalar, 2004. cap 5, p. xx-xx

JUSTEN FILHO, M. Curso de direito administrativo. 10. Ed. Belo Horizonte: Atlas, 2014.

MARTINS, C. G. Avaliação do desempenho de empregados de empresas fornecedoras de serviços dentro da empresa contratante. 2002. 42 f. Monografia (MBA em Gerência Empresarial) - Departamento de Economia, Contabilidade, Administração e Secretariado, Universidade de Taubaté, Taubaté. Disponível em: http://www.ppga.com.br/mba/2001/martins_carlos_guilhen.pdf. Acesso em 22 jan. 2016

MEIRELLES, H. L. Direito administrativo brasileiro. 19. Ed. São Paulo: Malheiros, 1994, p. 194 e 195.

OLIVEIRA, T. M. V. Escalas de mensuração de atitudes: thurstone, osgood, stapel, likert, guttman, alpert. Administração On Line, v.2, n.2, 2001.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Apêndice - 1



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO**

MATEMÁTICA-ESCOLA DA UFRJ

Exercício de Estratégias

Validadores

Data	validador físico	validador eletrônico	validador químico	Observações

Cálculo com produtos ilegítimos

Data	Produto	Funcionalidade	Classificação	Ligação	Exatidão	Data	Observações

Base de Lançamento: 208 Lançamentos - 84 de Lançamentos = 124
 124 Lançamentos - 84 de Lançamentos = 40 - 124 Lançamentos = 124

Apêndice - 2



Programa de Mestrado Profissional em Saúde Perinatal da Maternidade Escola da Universidade Federal do Rio de Janeiro



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O projeto intitulado **GESTÃO DE PROCESSOS: Modelo de fiscalização de contrato de empresa terceirizada em uma maternidade pública** tem por objetivo principal: construir um modelo de fiscalização de contrato por empresa terceirizada na Maternidade-Escola da UFRJ. Para tanto, elegemos como projeto piloto, o contrato de Gerenciamento da Central de Material e Esterilização da Maternidade Escola da UFRJ. Portanto através deste, ora convidamos a participar desta etapa da pesquisa, participando na validação deste instrumento de avaliação do gerenciamento da central de material por empresa terceirizada.

É garantida a liberdade de se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização ou prejuízo. É garantido o sigilo que assegure a sua privacidade quanto aos dados pessoais confidenciais coletados na ocasião da análise.

Os resultados desta pesquisa serão publicados na forma de artigos científicos em revistas científicas, sem haver a identificação dos voluntários que aceitaram participar, ou seja, as suas informações pessoais serão mantidas em sigilo. A sua participação nesta pesquisa não lhe trará ónus algum.

Em caso de dúvida ou necessidade de mais esclarecimentos, faça contato com Rosângela Pinheiro Pinto, através do telefone (021) 99370572 ou através do email: rosangelapinto@me.ufrj.br, endereço: Rua das Laranjeiras 180, Laranjeiras: Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações sobre o estudo acima citado que li ou que foram lidas para mim.

Eu, _____, discuti com a pesquisadora responsável Rosângela Pinheiro Pinto, sobre a minha decisão em participar nesse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados e as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem penalidades, prejuízos ou de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

Eu receberei uma cópia desse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a outra ficará com o pesquisador responsável por essa pesquisa. Além disso, estou ciente de que eu (ou meu representante legal) e o pesquisador responsável deveremos rubricar todas as folhas desse TCLE e assinar na última folha.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 20_____

Nome do colaborador da pesquisa

Nome do pesquisador

Assinatura do colaborador da pesquisa

Assinatura do pesquisador



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

TRABALHO DOCENTE, CARREIRA DOENTE: OS PROFESSORES DA UFRJ

Alzira Mitz Bernardes Guarany

ESS/UFRJ; Professora Adjunta

Introdução

A atividade laboral pode ser considerada ontológica do ser social segundo Marx (2004), contudo sua associação com o sofrimento é de longa data e vem desde a Antiguidade. A despeito disto, até hoje é secundarizada na área de saúde do trabalhador questões que não se coloquem na dimensão objetiva e orgânica do processo de adoecimento, mesmo que os números do Instituto Nacional de Previdência Social – INSS apontem que saúde mental é a terceira maior causa de adoecimento dos trabalhadores. No ano de 2012 a saúde mental foi responsável por mais de 190 mil solicitações de auxílio doença, conforme aponta o Anuário Estatístico da Previdência Social de 2013!

Diante da crise estrutural que se abate sobre o capitalismo ocidental com consequências no Brasil, esse panorama se agrava e agencia a consolidação do neoliberalismo como saída para enfrentá-la. Instaura a reestruturação produtiva e transforma, dentre outras coisas, os processos de trabalho e a lógica de oferecimento dos serviços, inclusive os sociais. Essa estratégia promoverá o aprofundamento do sofrimento psíquico, e afetará a saúde mental e física da população em geral e do trabalhador em particular.

Em outro documento de outubro de 2013, no qual o INSS cruza dados mensais de auxílio doença, das patologias dos afastamentos e da atividade laboral do segurado, nos pedidos dos trabalhadores da educação superior os Transtornos Mentais e de Comportamento aparecem como a 2ª maior causa de afastamento do trabalho. Se compararmos esse mesmo relatório produzido em 2009 verificaremos um aumento de mais de 56%!

A hipótese que pautou o estudo do qual este texto é resultado, se pautou na crença de que as estratégias utilizadas para enfrentar a referida crise contribuíram como corresponsáveis pelo crescimento dos números de sofrimento psíquico e adoecimento mental e físico, pois, conforme Guarany (2014), para “[...] atender às necessidades sociometabólicas de crescimento e lucro do capital [...]” a economia é financeirizada e o capital se espalha e avança sobre áreas que até então tinham como atividade prioritária conceder à população direitos sociais, dentre elas a

educação, o que acaba por provocar mudanças em sua gestão e nos processos de trabalho, bem como traz reflexos para os trabalhadores da área.

Neste contexto as relações trabalhistas sofrem precarização dos seus vínculos para garantir uma maior flexibilização dos contratos, ocorre a intensificação do ritmo de trabalho em nome de se promover uma maior produtividade, assim como se investe contra os direitos já consolidados e garantidos em lei dos trabalhadores, dentre outras mudanças funestas para a classe trabalhadora.

Na educação superior pública, em nome da (contra)reforma do Estado, a educação deve ter como medida sua eficiência determinada por indicadores pautados na lógica da gestão da esfera privada.

Como consequência temos uma nova forma de organização dos espaços laborais e mudanças profundas nos processos de trabalho, que intensificam e muito seu ritmo. Estes e mais outros elementos estão presentes no comparecimento e no aumento do sofrimento psíquico e na existência de professores adoecidos mental e organicamente, gerando inclusive uma mudança no perfil dos adoecimentos dos docentes, segundo Guarany (2014), pois antes na maioria absoluta dos casos os adoecimentos eram causados pelo uso excessivo e inadequado da voz, ou pela permanência durante longos períodos de pé dentre outras doenças que apareciam vinculados à categoria dos professores, conforme aponta o estudo realizado pela United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization / Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas - UNESCO¹.

Ainda de acordo com Guarany (2012) a adoção de uma nova forma de organização e gestão do trabalho na educação superior pública introduz no processo de trabalho do professor “[...] elementos como produtividade e eficiência, como se sua produção pudesse e devesse ser medida. [...]”, de forma que seu trabalho fosse quase que completamente igualado àquele ao trabalho desenvolvido no setor produtivo, desconsiderando as especificidades que envolve o trabalho docente.

Motivados em averiguar como todo este cenário rebatia na saúde dos docentes da UFRJ procuramos ouvir a história de vida no trabalho de alguns deles, inclusive dos que defendiam essas mudanças. Nos indagávamos se a competitividade, a intensificação do ritmo do trabalho e outras mudanças ocorridas no mundo do trabalho poderiam afetar até os docentes, dentre eles também àqueles que defendiam as novas formas de organização do espaço laboral.

Através de experiência empírica, indicações do movimento organizado da categoria docente e até das ações institucionais, tomamos conhecimento de que a UFRJ tinha unidades acadêmicas com posicionamentos diferentes entre si diante do novo tipo de gestão. Identificamos

1 Estes dados encontram-se em um estudo foi publicado em 2005 que analisou as condições do trabalho docente na América Latina.

que algumas unidades tinham a maioria dos seus docentes concordando publicamente com a sua adoção, acreditando ser a única solução para garantir qualidade acadêmica. Assim como também soubemos de outras nas quais os docentes mesmo não concordando acabavam por se submeter, bem como existiam aquelas nas quais a comunidade acadêmica resistia explicitamente. Nossa pergunta era: será que só aqueles docentes que resistem à nova forma de gestão são afetados em sua saúde?

Tínhamos a hipótese de que esse novo contexto deteriorava a saúde mental e física de todos, independentemente do seu posicionamento em relação às mudanças promovidas na educação superior pública. Proposição que foi corroborada, contudo o levantamento das histórias de vida no trabalho nos mostrou um cenário mais dramático, pois os professores disseram que enfrentavam o sofrimento e o adoecimento solitariamente, sem qualquer apoio e/ou reconhecimento da instituição e do movimento organizado, o que acabava por exponenciar os danos deste processo.

Como nos lembrou Guarany (2011) citando Déjours

[...] todas as formas clássicas de solidariedade estão em processo de desestruturação – e não apenas as estratégias coletivas de defesa. Diante dos constrangimentos do trabalho, todos se encontram, psicologicamente, cada dia mais só [...]”²

Desenvolvimento

De acordo com Dahmer (2010) as necessidades de expansão do capital determinadas pela crise mundial apontam a necessidade de se dar novos rumos para a educação e impõe uma nova proposta de gestão e organização do seu espaço, cotidiano e trabalho para garantir e impulsionar sua mercantilização e seu empresariamento. Esta esfera assumiu o gerencialismo como modelo que em linhas gerais leva para os setores públicos as ferramentas de gestão utilizadas nas organizações privadas. Isso provocou consequências nefastas para seus trabalhadores, pois leva para esta área elementos até então estranhos àquele universo.

Guarany (2016a) aponta que esta nova forma de gestão forja uma racionalidade naquele espaço que passa a ser ditada pela planilha financeira, na qual deve-se buscar uma maior produtividade com o menor custo possível. Além de impor aos docentes o atingimento de metas e indicadores que são externamente determinados, o que acaba por promover a intensificação do seu ritmo de trabalho e estimular a competitividade entre os pares, dentre outras alterações funestas.

Guarany (2016a), citando Chauí (2001) assinala que a educação, bem como outras políticas públicas, passou a ser gerida como um negócio, menos preocupadas em garantir e dar

2 Apud SNEZWAR, 2004, p. 17.

acesso a direitos e mais voltadas para cumprir as determinações e limites orçamentários. Como as instituições públicas não podem ter lucro, a reprodução simples foi substituída pela reprodução ampliada do capital na medida em que há em seu espaço investimento do capital privado, que recebe em troca a concessão do uso do espaço que construiu, por exemplo, por um tempo determinado, ou usam-no combinado com a comunidade acadêmica, ou ainda requisitam pesquisas e produções a estes, dentre outras.

Os docentes da universidade se veem neste cenário instados a trabalhar dentro de uma lógica na qual sua atividade laboral deixa de ser uma práxis produtiva e passa a produzir mercadorias como se estivessem trabalhando no setor produtivo. Passam a ser submetidos a tempo, à prescrição, ao controle, à mecanização e à metas de produtividade que lembram muito mais um ambiente de produção fabril do que um de produção de conhecimento, ambos com diferentes requisições.

Os docentes agora para trabalhar devem, em sua maioria, se submeter às exigências de produção externas, àquelas que interessam aos órgãos financiadores, que por sua vez olham para o que interessa ao mercado. Bem como também não podem esquecer das demandas dos parceiros, financiadores, das requisições de quantidade de produção, não sendo mais guiados pelos seus interesses científicos ou da comunidade acadêmica. Tudo isso acaba contribuindo para aumentar os indicadores de sofrimento e adoecimento entre estes trabalhadores.

A esfera do trabalho começa a exigir novas requisições e um novo perfil do trabalhador que deve ser agora polivalente, inclusive o professor, que passa a ser cobrado pelas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, além de tantas outras tarefas que se apresentam como sendo sua responsabilidade, conforme nos mostra Guarany (2014) mostrando que é exigido que “[...] o professor tenha múltiplas habilidades [...]”, tudo isto promovendo impacto direto na sua saúde física e mental.

A necessidade da subordinação direta da ciência à lógica mercantil passa a ser uma exigência do capital no enfrentamento da crise, circunstância esta que provoca a reconfiguração da primeira segundo as determinações de cariz mercantil difundidas pelos organismos internacionais, dentre eles o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, o Banco Mundial – BM e a Organização Mundial do Comércio – OMC, para citar alguns que defenderam uma formação social capaz de colaborar para a construção de uma sociedade baseada na parceria, no trabalho voluntário e no empreendedorismo social, e não mais nas necessidades humanas para consecução do seu projeto civilizatório.

O Estado, para garantir esse cenário, forja todo um aparato jurídico-formal, dentre eles a Lei de Diretrizes Bases – LDB/96 que coloca a educação como um serviço não exclusivo do Estado, consolidando a presença do capital privado na educação, inclusive a superior pública através de cursos de Pós-Graduação pagos; consultorias a empresas; parcerias de financiamento em troca

de pesquisas e consultorias, dentre outros. Este cenário, conforme Guarany (2014) aponta acaba por impor às IES públicas a lógica do mercado:

- necessidade de que suas produções tenham valor de troca; pesquisas e cursos tratados como “produtos” da educação, têm de interessar a agentes econômicos do mercado;
- sua “produção” deve sempre se ater às despesas que gera e à relação custo/benefício: projetos de pesquisa são avaliados também por este parâmetro;
- ocorre a necessidade da diminuição do tempo de produção e se impõe o aligeiramento dos cursos de formação e Pós-Graduação;
- quantidade de produção: aumento de formandos em todos os níveis; de frentes de divulgação dos resultados de uma pesquisa ou ainda em número de artigos e trabalhos científicos que o pesquisador publicou, não importando a qualidade destas publicações.

Além da LDB/96, temos ainda as políticas públicas que também contribuem com o processo de adoecimento e sofrimento dos docentes como o Programa de Apoio a Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI que dentre outras medidas vincula o financiamento das universidades ao atingimento de metas como, por exemplo, o aumento de alunos em sala, a criação de mais turmas e cursos, atrelando a liberação e a negociação das verbas não mais aos critérios de excelência educacionais e pedagógicos, mas ao cumprimento de números e indicadores externamente impostos pelo Ministério do Planejamento e Gestão – MPOG.

Segundo Guarany (2014), somado a isto um novo processo de trabalho é instituído, assim como novos elementos passam a se fazer presente no cotidiano laboral dos docentes dentre eles a competição na estrutura do trabalho, a meritocracia, um maior controle externo sobre o trabalho, a prescrição do trabalho que acaba por diminuir a autonomia do professor diante de sua atividade laboral, o estabelecimento de metas sem a participação e o debate com os mesmos, sendo impostas externa e verticalmente, sem falar em outras exigências que acabam por vincular o trabalho docente ao sofrimento.

Avaliar os efeitos deste processo na saúde mental dos professores de uma das maiores universidades públicas desse país, isto é, da UFRJ foi o objetivo da investigação. Fizemos uma pesquisa qualitativa na qual utilizamos como método o estudo de casos múltiplo; nas entrevistas empregamos a história de vida no trabalho com um roteiro aberto pré-estabelecido e no exame dos dados levantados utilizamos a análise de conteúdo.

Para estabelecer as categorias teóricas utilizamos a Teoria Social Crítica de marxista, além de outras usadas em Déjours e Seligmann-Silva, pois não temos o marxismo como uma metateoria, mas como fundamento metodológico apoiando-nos em seu método dialético, que se

mostrou capaz de promover sucessivas aproximações para desvelar as mediações e determinações presentes no objeto de estudo.

Seguindo as variáveis de análise, escolhemos unidades acadêmicas com posicionamentos diferentes diante da nova forma de gestão e a partir disto, acessamos as páginas destas unidades e enviamos convites aos seus docentes a partir dos contatos constantes nas páginas na rede. Identificamos que algumas unidades tinham a maioria dos seus docentes concordando publicamente com a sua adoção e desenvolvendo programas e projetos em parceria com a iniciativa privada, acreditando ser a única solução para garantir qualidade acadêmica. Assim como também nos deparamos com outras nas quais os docentes mesmo não concordando acabavam por se submeter, bem como tínhamos conhecimento, empírico e pelo movimento organizado dos professores, daquelas nas quais a comunidade acadêmica resistia explicitamente.

Nossa pergunta era: será que só aqueles docentes que resistem à nova forma de gestão são afetados em sua saúde? Para responder a isto enviamos 21 convites, dos quais 6 foram ouvidos. Destes 4 trabalhavam em unidades com graduação e pós e dois em locais que só ofereciam cursos de pós-graduação. Neste grupo haviam 5 mulheres e 1 homem, sendo este o único solteiro. Todos já haviam cumprido o estágio probatório e apenas um deles não possuía doutorado, mas deixou claro que era por escolha sua.

De acordo com a pesquisa realizada e a partir dos elementos levantados que impactavam a saúde mental e até física dos docentes podemos destacar dentre eles:

a) mudança no processo de trabalho docente:

Ao tratar de processo de trabalho Marx (2004) aponta que ele é composto por 3 elementos básicos, quais sejam: a força de trabalho, o instrumental utilizado e a matéria sob a qual será efetivado aquele trabalho. No caso do processo de trabalho docente, a força de trabalho é o próprio professor, o instrumental pode ser o quadro, os livros, a voz, dentre outros, e a “matéria”³ sob a qual ele é realizado é o aluno. As falas dos entrevistados relatam que os três sofreram alterações.

A força de trabalho, ou seja o professor, dele exige-se hoje que ele seja polivalente, que dê conta das atividades ligadas à docência, à pesquisa, à extensão e à gestão, além de diversas outras que se põe em sua rotina laboral, como organizar eventos, por exemplo: “[...] trabalho intenso é organizar seminário, eu não sei se sou bom nisso, mas sempre sou solicitado para organizar um monte de seminários, [...] vou pegar pessoas no aeroporto [...]” (E).

[...] seguindo as normas internacionais, você está exigindo de um profissional de ensino que ele seja polivalente. Ele tem que fazer gestão de alguma coisa, ele tem que ensinar, ele tem que pesquisar. Você não está respeitando de repente

3 Usamos o termo “matéria” de forma ilustrativa, pois acreditamos ser ele sujeito neste processo.

algumas propensões que a pessoa tem... [...] (A)

O depoimento acima é de uma docente que se diz satisfeita com seu trabalho, com sua unidade acadêmica e se coloca como defensora desta nova forma de gestão, contudo vê que há uma coação nesta nova forma de organização do trabalho docente e na exigência de polivalência que pode levar ao sofrimento.

Seu relato traz o quanto é importante que se respeite o perfil do docente para que o mesmo realize com satisfação seu trabalho: “[...] Então eu tenho uma maior propensão para isso, não tenho para isso aqui e você obriga a pessoa a fazer, e a pessoa de repente se sente obrigada a fazer aquilo. E é insuportável... [...]” (A),

Antunes (2006) afirma que a polivalência do trabalhador é um fenômeno inevitável diante da flexibilização do processo de trabalho e da racionalização do mesmo. Tarefas antes executadas por 10, hoje são realizadas por 5: [...] a gente tem que fazer tudo. [...] abrir um processo de viagem, [...] preencher aquela papelada toda [...]. (D)

O instrumental posto à disposição dos docentes também sofreu alteração, pois conta com as novas tecnologias que podem facilitar seu trabalho, entretanto muitas vezes acabam por contribuir na piora da sua saúde: “[...] o atendimento via internet dos alunos, [...] como um veículo de comunicação para poder estar em contato com eles [...]” (D). [...] eu sempre libero o meu email como um veículo de comunicação [...] Então além do presencial ainda libero, [...] então, isso também é tempo de trabalho. (D).

Outro relata: “[...] mandam email três da manhã, duas da manhã, [...] eu lembro a primeira vez que eu tive o smartphone ele tocava a noite toda “pi pi pi”, chegando email [...]” (F)⁴, isto acaba por gerar no professor sentido de urgência, invade sua vida fora do ambiente laboral. Guarany (2011) diz que a tecnologia deixa o trabalhador ligado e logado 24 horas por dia ao trabalho.

E os alunos, terceiro elemento no processo de trabalho, parece que não veem o professor como agente facilitador do seu aprendizado, mas que [...] está aqui para dar um serviço para eles, não entendem exatamente o que é estudar [...] parece que a gente deve facilitar a vida deles [...]. Esse professor diz que muitas vezes se sente como se estivesse em “[...] um balcão de serviço, [...] a negação do que é o trabalho de ensino docente” (E).

Não precisa dizer o quanto isto intensifica o ritmo de trabalho docente, pois as diversas demandas postas para este profissional acabam por exigir mais trabalho dentro da mesma jornada que não se alterou, o que pode gerar adoecimento.

4 GUARANY, 2014.

b) Falta de investimento na infraestrutura e na melhoria das condições de trabalho:

“A sala está cheia de mofo, o teto está descascado e eu ainda tive que consertar a parte elétrica... não tenho prazer em trabalhar num espaço assim ...” (D).

A política de educação parece mais preocupada em atender às exigências impostas pelo mercado, investindo em áreas de interesse do mercado e do capital, esquecendo de garantir condições para a consecução das demandas da comunidade acadêmica. Esse desinvestimento impacta não só a qualidade do que se produz, mas a saúde de quem produz, no caso dos docentes.

c) Relacionamento entre pares:

Alguns depoimentos relatam que o clima era mais cordial antes do processo de mercantilização neoliberal e da adoção formal do gerencialismo. Guarany (2014), usando outros autores afirma que a caça da excelência a qualquer custo, na educação produz um clima de competitividade entre toda a comunidade acadêmica, o que F endossa: “[...] essas relações institucionais competitivas, essa fragmentação do nosso espaço de trabalho de convivência... [...] Todos bem fechados na sua sala, no seu grupo, na sua área, sem interação”. (F)

Essa falta de apoio entre os pares nos remete ao que Guarany (2011), citando Dejours⁵, afirmou “[...] temos um sofrimento que é causado pela organização do trabalho, mas que acaba por ser aprofundado pelos fracos laços que os trabalhadores estabelecem entre si [...]”⁶, panorama que permite o aprofundamento do sofrimento e até do adoecimento dos docentes.

d) Intensificação do ritmo de trabalho do docente:

Uma professora que apoiou e defendeu a adoção do gerencialismo, e que sempre trabalhou muito sem jamais se queixar do ritmo de trabalho relata

[...] tive câncer nos dois seios, não tenho os seios, foram quatro tumores terríveis, dois em cada seio, [...] me descuidei muito, [...] trabalhava tanto que levei dois anos e meio sem fazer mamografia.” (B).

Hoje ela se arrepende de ter se negligenciado sua saúde em nome do atendimento das exigências do trabalho.

e) Indicadores de produtividade:

As universidades passaram a exigir indicadores de resultado e produtividade estabelecendo prazos que na maioria das vezes não é o mesmo do tempo de produção do conhecimento.

5 Apud SNEZWAR, 2004.

6 GUARANY, p. 40, 2011.

"[...] eu passei por um processo e de descredenciamento da pós-graduação... [...] mas caí de nível. Eu era do corpo permanente e não mantive a produtividade... Que é cada vez maior [...]" (F)

Outra relata

[...] você tem indicadores e eu acabo escolhendo algumas opções [...] de atender bem ou estar disponível para o aluno... E não foco tanto número. E tenho até colocado aqui avisinhos [pequenos avisos]: 'Você precisa de números, é o que vale...o que é cobrado: você tem números de publicações...você tem notas da CAPES [...] E você tem bolsa de produtividade' (C).

Todos os professores ouvidos desenvolveram alguma patologia depois de um sofrimento psíquico intenso "[...] Eu tenho psoríase e quando eu fico mais tensa eu fico [...] mais vermelha." (C); [...] eu estava com triglicerídeo altíssimo, colesterol altíssimo, tudo alto, tudo ferrado, [...] fiquei um tempo também sem tirar férias [...] depois de três anos eu vou conseguir tirar 45 dias de férias. [...]"

Mesmo àqueles que lançaram mão de estratégias individuais para enfrentar seu sofrimento e adoecimento, lembram que não se pode secundarizar e esquecer que as formas coletivas de lidar com isso são relevantes conforme Déjourns "[...] A proteção da saúde mental não depende apenas do talento de cada indivíduo [...] passa também pelas 'estratégias coletivas de defesa', que desempenham um papel relevante [...]"⁷.

Conclusão

No contexto acadêmico atual, a competitividade, o produtivismo e as avaliações de desempenho são apenas alguns, dentre tantos outros elementos que passaram fazer parte dele a partir do momento que esta área passou a interessar ao capital, bem como ao capital, na medida em que o conhecimento ali produzido passou a ter o papel de exponenciar o lucro do montante investido ali.

A despeito de termos realizado uma cuidadosa escolha dos entrevistados, esse estudo é de caráter qualitativo e não é representativo do universo, contudo ele nos aponta que algo grave está acontecendo. Os depoimentos colhidos parecem nos revelar a ponta de um iceberg que não pode e não deve ser desprezado, muito menos secundarizado.

Outros estudos e pesquisas de mostram necessários para indicar que esse fenômeno não é isolado nem individual, mas difuso. E que pesquisar isto pode ajudar tanto o movimento organizado dos professores, como também os órgãos de gestão de recursos humanos e do setor de saúde do trabalhador da universidade, principalmente em um cenário que se mostra tão desfavorável para a educação superior pública. Conforme Guarany (2014) citando Déjourns aponta "[...] A proteção da saúde mental não depende apenas do talento de cada indivíduo [...]"

7 2004, p. 17.

essa proteção passa também pelas ‘estratégias coletivas de defesa’, que desempenham um papel relevante [...]” (op. cit., 2004, p. 17). Trabalhem para contribuir!

Referências bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo (org). Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. SP: Boitempo, 2006.
- ____. Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II. SP: Boitempo, 2013.
- BRASIL. MPS. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE 2013. Disponível <http://www.previdencia.gov.br/aeps-2013-secao-i-beneficios-subsecao-a/>. Acessado 22/11/14.
- ____. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE 2012. Disponível <http://www.previdencia.gov.br/estatisticas/aeps-2012-anuario-estatistico-da-previdencia-social-2012/aeps-2012-secao-i-beneficios/aeps-2012-secao-i-beneficios-subsecao-a/>. Acessado 24/01/14.
- ____. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE 2010. Disponível <http://www.previdencia.gov.br/estatisticas/aeps-2010-anuario-estatistico-da-previdencia-social-2010-secao-i-subsecao-a/>. Acessado 24/01/14.
- ____. PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Lei nº 13.005, 25/6/14. Disponível http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso 10/11/14.
- CID 10. Versão de 6/99. Disponível <http://www.medicinanet.com.br/cid10.htm>. Acessado 22/11/14.
- DAHMER, LARISSA P. Mercantilização do ensino superior e o Serviço Social brasileiro. Disponível http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282010000200011. Acesso 01/02/13.
- DEJOURS, Christophe. A psicodinâmica do trabalho. SP: Atlas, 1994.
- ____. A banalização da injustiça social. RJ: Fundação Getúlio Vargas, 2003.
- GUARANY, Alzira M. B. A organização do trabalho, o neoliberalismo e o sofrimento no trabalho. Há alguma relação entre eles?. In PUBLICATIO UEPG: Ciências Sociais Aplicadas / UEPG, v.1, n.1, Ponta Grossa: Editora UEPG, 2011
- ____. Trabalho docente carreira dente: a privatização, a lógica produtivista e a mercantilização na e da educação e seus efeitos sobre os docentes. Revista Educação por Escrito – PUCRS, v.3, n.1, jul. 2012.
- ____. Trabalho docente, carreira doente: elementos que impactam a saúde mental dos docentes da UFRJ – Estudo de casos, RJ: UFRJ, ESS, 2014,
- ____. Nova morfologia do trabalho, crise do sindicalismo e emancipação humana na contemporaneidade. Revista SER Social, Brasília, v. 18, n. 38, p. 220-241, jan.-jun./2016^a.
- ____. Mercantilização da educação superior pública – violação de um direito humano. Anais do VI Seminário Internacional, Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação de crianças e adolescentes na América Latina. RJ: UERJ, 2016b.
- MARX, Karl e ENGELS, F. O Capital – O processo de produção do capital. Livro 1, vol. 1. RJ: Civilização Brasileira, 2004.

Relatório de Acompanhamento Mensal dos Benefícios Auxílios-Doença Previdenciários Concedidos pelo CNAE. Disponível <http://www.mpas.gov.br/conteudoDinamico.php?id=502>. Acesso em 29/08/12.

SELLIGMAN-SILVA, Edith. Trabalho e Desgaste Mental. SP: Cortez Editora, 2011.

SZNELWAR, Laerte I. e LANCMAN, Selma (orgs). Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. RJ: Ed. Fiocruz, 2004.

UNESCO. Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos e Plano de Ação Para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Jomtien, Tailândia, 1990. Disponível em <http://www.mj.gov.br/sedh/edh/Declaracao_Mundial_sobre_Educacao_para_Todos.doc> Acesso em 24/02/2012.



CONSTRUINDO A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO EVENTO CONHECENDO A UFRJ 2017

Michelle Moreira da Silva

Produtor Cultural - UFRJ - Pró-Reitoria de Extensão – Téc. Administrativo

Pricila Vieira Magalhães

Produtor Cultural (UFRJ) - Pró-Reitoria de Extensão – Téc. Administrativo

Planejando o evento Conhecendo a UFRJ – edição 2017

O Conhecendo a UFRJ é o maior evento institucional da Universidade Federal do Rio de Janeiro voltado para a comunidade externa. Realizado pela Pró-Reitoria de Extensão (PR-5), sua primeira edição ocorreu no ano de 2004. A programação é composta por palestras, estandes e oficinas dos cursos de graduação da universidade, além de apresentações culturais de grupos artísticos da UFRJ. Tendo como público-alvo os estudantes do ensino médio e preparatórios, o evento busca orientá-los na escolha da trajetória a ser seguida no Ensino Superior, numa perspectiva ampliada de inserção destes estudantes na cultura universitária da UFRJ. Assim, o Conhecendo a UFRJ mostra não apenas as possibilidades em relação ao ensino, mas também à pesquisa e extensão, bem como às condições de acesso, permanência e mobilidade acadêmica. Como a maior parte das vagas são destinadas aos estudantes da rede pública de ensino, o evento também busca contribuir para a democratização do acesso à universidade. Sua realização demanda uma grande mobilização de recursos humanos e materiais, sendo um desafio concretizá-lo ano após ano num contexto de restrições orçamentárias. Sendo assim, torna-se fundamental que sua comissão organizadora aprimore constantemente sua metodologia de planejamento e avaliação da produção do evento.

Dentro da Pró-Reitoria de Extensão, o evento Conhecendo a UFRJ – edição 2017, teve como equipe coordenadora de sua realização a Divisão de Cultura e Divulgação Científica (DC-DC)¹, composta por: uma técnica em assuntos educacionais, quatro produtoras culturais e uma assistente em administração. A realização do evento estruturou-se em três etapas: planejamento, produção e pós-produção/avaliação. A primeira delas possui grande importância neste proces-

¹ Após reestruturação da PR-5 realizada em julho de 2017, esta equipe passou a designar-se como Superintendência de Articulação e Integração da Extensão (SIARTE), tendo agregado a seu corpo técnico mais três auxiliares em divulgação científica e uma docente.

so, pois, segundo Macabu (2015), o planejamento estratégico, além de direcionar a tomada de decisões, também auxilia na otimização dos recursos a serem investidos na ação.

A edição 2017 tinha como principal objetivo ampliar, quantitativamente, o público participante. De forma a alcançá-lo, pela primeira vez, o Conhecendo foi realizado em três dias (23, 24 e 25 de Maio). Atender a um público maior de instituições de ensino, sobretudo da rede pública, trouxe os seguintes desafios à comissão organizadora (composta inicialmente por servidores da PR-5):

- 1 – Obter maior apoio institucional para a realização do evento;
- 2 – Obter o comprometimento das coordenações de curso e de extensão dos centros e unidades acadêmicas em participar maciçamente da programação do evento;
- 3 – Ampliar e diversificar as atividades do evento;
- 4 – Expandir a estrutura com otimização de recursos, causando o menor impacto possível do ponto de vista do orçamento da universidade.

Nesta fase inicial do planejamento, em relação ao apoio institucional, foi basilar ampliar o diálogo com as outras instâncias administrativas, sobretudo com a Pró-Reitoria de Graduação (PR-1), a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PR-2), a Superintendência Estudantil (SUPE-REST), a Coordenadoria de Comunicação (COORDCOM), e a Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUPERTIC).

Com isto, ampliou-se a comissão organizadora, antes composta apenas por funcionários da Pró-Reitoria de Extensão, incorporando os representantes destes órgãos. A inclusão de membros de outras esferas, nesta etapa, foi importante, pois:

O planejamento, elaborado de forma participativa, significa um importante momento de reflexão e de avaliação sobre a instituição ou grupo artístico-cultural, coordenado com a finalidade de selecionar os melhores e os mais adequados caminhos para a instituição alcançar os objetivos definidos. Tornando-se esse um momento precioso para quem participa do processo e, ao mesmo tempo, configurando-se como a melhor forma de garantir um resultado mais eficaz ao final do processo².

Os desafios 2 e 3 eram estreitamente interligados. A primeira ação foi a convocação de reuniões com os coordenadores de curso e de extensão das unidades, com a presença da Pró-Reitora de Extensão. Além de esclarecimentos sobre a realização do evento, a PR-5 também tinha como finalidade ouvir as ideias e demandas destes agentes. A equipe da DCDC mostrou o levantamento atualizado da quantidade de cursos da UFRJ: 176 cursos de graduação e 265 habilitações.

2 MACABU, 2015, p.5.

Foram realizadas três reuniões, cujos principais apontamentos resultantes foram:

Demanda	Possibilidades e Soluções
Unidades acadêmicas com grande número de cursos/ Cursos com grande número de habilitações	Palestras entre 50 minutos e 1 hora e 30 minutos, dependendo do caso; Descriminação de todos os cursos/habilitações no folder do evento, com sua respectiva faixa de horário dentro da palestra.
Maior destaque para estas unidades acadêmicas/ cursos nos estandes	Unidades Acadêmicas com grande quantidade de cursos já contavam com maior quantidade de estandes, sem possibilidade de expansão devido à limitação do espaço físico; Não havia possibilidade de ampliar estandes para atender às habilitações dos cursos, dada sua finalidade para exposição dos cursos e das instâncias da administração central, bem como à limitação do espaço físico e da disposição de recursos.
Ampliação da oferta de oficinas de THE	Provisionamento de infraestrutura e material de consumo; Ajustes na programação de forma que as oficinas e palestras de um mesmo curso ocorressem em turnos diferentes ou em horários distanciados, possibilitando ao público interessado participar com tranquilidade das duas atividades.
Oferta de visitas guiadas às unidades	Organização deveria ser realizada pela equipe dos cursos, com inscrição do público no estande do evento.
Número maior de horas para creditação dos estudantes da UFRJ envolvidos nas atividades	Possibilidade de atuação de estudantes na palestra dos cursos, em auxílio aos docentes palestrantes (máximo de 08 estudantes por palestra), com a concessão de 15 horas para creditação; Participação de no máximo 12 estudantes por estande, com a seguinte creditação: 12 estudantes – 15 horas; 8 estudantes – 30 horas; 4 estudantes – 45 horas.
Aumento da concessão de bolsas aos participantes do evento	Concessão de bolsas destinadas apenas aos estudantes, na modalidade bolsa-evento, sem possibilidade aos demais participantes, sendo duas por estande e duas por oficina.
Maior envolvimento de docentes e servidores técnicos-administrativos	Descriminação de horas de extensão no certificado de participação. Concessão de 15 horas de extensão por palestra.

Figura 01 - Demandas das Unidades Acadêmicas/ Cursos x Soluções e Contrapartidas concedidas pela PR-5. Fonte: Atas das reuniões com os coordenadores de graduação e extensão – disponíveis nos arquivos internos da PR-5.

Todas as alternativas apontadas acima como soluções foram implementadas na realização do Conhecendo a UFRJ 2017.

Avaliando junto às comunidades interna e externa

Para a avaliação do Conhecendo a UFRJ 2017, buscou-se aprimorar as metodologias, com a finalidade de analisar seu impacto na comunidade acadêmica (interna) e na gestão da universidade, bem como obter informações concretas sobre a percepção do público-alvo (externo, composto pelas instituições de ensino). Esta necessidade pautou-se por, de acordo com Macabu (2015), garantir ao longo dos processos avaliativos os espaços de diálogo que identificam as avaliações dos diferentes públicos envolvidos nas ações, compreendendo a avaliação como uma

ação em contínuo processo para aperfeiçoar diretrizes, metodologias e procedimentos para planos e projetos.

As metodologias utilizadas para análise no âmbito da comunidade interna foram reuniões de avaliação e aplicação de questionário. Diferentemente dos anos anteriores, em que a avaliação interna envolvia apenas reuniões pós-evento com os servidores da PR-5, em 2017 estas reuniões se estenderam para outros agentes, organizados em grupos específicos, englobando: diferentes equipes da PR-5 de acordo com a função no evento (coordenação de produção, coordenadores de espaço, apoio de fluxo e infraestrutura), parceiros institucionais (gerência de tráfego – Prefeitura Universitária; diretoria e equipe da Escola de Educação Física e Desportos - EEFD) e comunidade acadêmica (coordenadores de curso e de extensão dos centros e unidades acadêmicas).

O principal objetivo das reuniões das equipes da PR-5 foi averiguar e discutir pontos focais para a melhoria da organização do evento. O quadro a seguir apresenta um resumo das demandas e soluções apontadas:

Demanda	Soluções
Restrição Orçamentária	Captação de recursos e parcerias externas.
Segurança	Reforma e adaptação das quadras onde ocorrem as palestras. Instalação de circuito de câmeras na parte exterior do prédio da EEFD.
Coibição de Vendedores Ambulantes	Gradeamento da área externa do evento; Apoio da Divisão de Segurança na coibição da montagem de barracas não autorizadas.
Melhoria do Fluxo	Melhoria da sinalização de entrada e saída dos espaços do evento; Transmissão da Cerimônia de Abertura em telão na área externa do evento (em substituição ao Ginásio de Basquete); Orientação sobre a fluxo para os coordenadores dos espaços, que deverão passar instruções básicas ao público; Divisão do pessoal responsável pelo fluxo em equipes setorializadas por espaço, com atribuição de uniformes com cores diferentes para cada setor. Divisão do credenciamento em duas portarias distintas: uma voltada para a comunidade interna participante do evento e outro voltado exclusivamente para o público.
Aumento na quantidade de respostas ao formulário de pesquisa de público	Divulgação pelos coordenadores de espaço durante as palestras.
Reconhecimento de erros e acertos nas palestras e nos estandes	Contato com cursos para advertir sobre pontos falhos nas palestras/ estandes. Envio de cartas de agradecimento às coordenações dos cursos que proferiram palestras interessantes e realizaram um bom trabalho nos estandes.

Figura 2 - Reuniões de Equipe da PR5: Demandas e Soluções. Fonte: Ata da reunião com as equipes que compõem a Pró-Reitoria de extensão da UFRJ - disponível nos arquivos internos da Pró-Reitoria de Extensão.

As reuniões com os parceiros institucionais foram pautadas principalmente pelos aspectos da segurança e do fluxo do evento, tocando em vários pontos comuns aos tratados nas reuniões de equipe. As novas demandas e soluções foram sintetizadas no quadro abaixo:

Demanda	Soluções
Melhoria do Fluxo Interno e Tráfego Externo	Distribuição das Ambulâncias em pontos diferentes da EEFD (nas duas portarias). Identificação de todos os veículos utilizados no evento. Recrutamento de bolsistas do campus Fundão para auxiliar o tráfego. Reposicionamento de bebedouros da EEFD, de forma que corredores não fiquem obstruídos.
Melhoria do Fluxo no Credenciamento	Listagem prévia com os nomes de docentes, técnicos e estudantes autorizados a entrar na EEFD durante o evento. Maior sensibilização da direção da EEFD para com seu corpo acadêmico e técnico sobre o caráter excepcional do evento e suas restrições de segurança.
Infraestrutura	Uso compartilhado da rede wifi da EEFD, em complemento ao serviço contratado para o evento.

Figura 3 - : Reunião de Avaliação com Parceiros Institucionais. Fonte: Ata da reunião com as equipes de tráfego e Escola de Educação Física e Desportos - disponível nos arquivos internos da PR-5.

A reunião de avaliação com a comunidade acadêmica abrangeu os coordenadores de curso e de extensão, tendo sido conduzida por quatro integrantes da SIARTE e pela Pró-Reitora de Extensão. Tendo sido realizada já no mês de setembro, teve baixa presença por parte dos convocados. Porém, o encontro foi fomentado por uma discussão aprofundada sobre a importância da extensão universitária como uma oportunidade de articulação e efetiva integração da comunidade acadêmica.

Os presentes corroboraram que a obrigatoriedade da extensão nos currículos dos graduandos e para a pontuação da progressão da carreira docente fez com que a mobilização para o evento no âmbito dos cursos de graduação, antes concentrada nas figuras do coordenador de curso e de extensão, tivesse agora um maior envolvimento dos demais professores e de maior número de estudantes.

Além disso, houve uma demanda por uma maior oferta de atividades interativas e interdisciplinares, integrando vários cursos e áreas do conhecimento, promovendo assim maior ocupação da área externa do evento. A coordenação geral argumentou sobre a necessidade de que as propostas estivessem bem formatadas e apresentadas com antecedência à PR-5 para uma análise de viabilidade.

E, por último, os presentes sugeriram a realização de um dia extra do evento voltado especificamente à comunidade interna, tendo em vista o grande interesse deste público e a oportunidade de contatos proporcionada pelo evento. A Pró-Reitora de Extensão apontou que isto seria viável apenas se não envolvesse a equipe coordenadora da produção do evento (SIARTE) e se ocorresse fora das instalações da EEFD, devido aos cronogramas de montagem e desmontagem do evento.

Análise da participação da Comunidade Acadêmica

Contabilizou-se que a realização do evento Conhecendo a UFRJ 2017 envolveu 1256 pessoas da comunidade acadêmica, dentre técnicos-administrativos, docentes e estudantes, conforme o quadro demonstrativo a seguir:

EQUIPE	
SERVIDORES PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO	34
ESTUDANTES BOLSISTAS DE PRODUÇÃO E FLUXO	49
ESTUDANTES VOLUNTÁRIOS DE PRODUÇÃO E FLUXO	9
ESTUDANTES INTÉRPRETES DE LIBRAS	13
ESTUDANTES VOLUNTÁRIOS SURDOS	6
ESTUDANTES BOLSISTAS ESTANDES	132
ESTUDANTES BOLSISTAS DE OFICINA	23
ESTUDANTES VOLUNTÁRIOS ESTANDES	521
ESTUDANTES VOLUNTÁRIOS OFICINAS, CIRCUITOS E TENDA CULTURAL	109
PALESTRANTES	155
COORDENADORES DE ESTANDE	135
COORDENADORES DE OFICINAS	39
SERVIDORES A UFRJ FAZ 100 ANOS	10
SERVIDORES TENDA CULTURAL	21
TOTAL	1256

Figura 4 - Tabela dividida por segmento/função desempenhada no evento Conhecendo a UFRJ 2017. Fonte: Formulários de participação da comunidade interna do evento Conhecendo a UFRJ - disponível nos arquivos internos da PR-5.

Em aspectos numéricos, foi a maior participação da comunidade interna dentre todas as edições do evento. Embora isto compreendesse uma das metas, avaliou-se que o número de participantes deverá ser revisto e talvez limitado para as próximas edições, para assegurar boas condições de fluxo durante o evento.

Foi contabilizada a participação de 862 estudantes, dentro das seguintes funções: equipe de produção e fluxo, intérpretes de Libras, monitores de oficinas e das atividades de circuitos, monitores de estandes, integrantes dos grupos artísticos convidados para apresentação na Tenda Cultural. Cabe destacar que foi a primeira vez em que a produção contou com a atuação de estudantes surdos, abrindo espaço para mais ações de inclusão de pessoas com deficiência.

Foram mobilizados 394 servidores. Não foi possível distinguir a quantidade de docentes e técnicos-administrativos, tendo em vista que os formulários de cadastro de participantes enviados às unidades não foram preenchidos com exatidão neste aspecto. Sabe-se que, dentre

os palestrantes, a maioria são docentes e que, dado o protagonismo da PR-5 na realização do evento, os técnicos-administrativos são maioria dentro da comissão organizadora. Uma análise mais aprofundada poderia oferecer dados importantes sobre a atuação acadêmica dos técnicos-administrativos dentro da universidade, o que, entretanto, não é o objetivo do presente artigo.

Questionário de Avaliação: Comunidade Acadêmica

O questionário de avaliação, elaborado pela SIARTE, foi enviado por *e-mail* para os participantes da comunidade acadêmica no mês de agosto de 2017. Foram obtidas 299 respostas, correspondendo a cerca de 23,80% do universo de participantes, o que foi considerado um bom retorno para esta equipe.

Composto por 10 questões, o formulário objetivava conhecer o perfil deste público, o nível de conhecimento em relação ao evento e a opinião deste em relação a sua organização e infraestrutura.

Em relação a quantas edições o respondente havia participado, 58,2% afirmaram que foi o primeiro ano de participação; seguido de 22,1% que já haviam participado de 01 ou 02 edições. Atribuiu-se ao resultado: o expressivo aumento de participantes da comunidade acadêmica como consequência da creditação obrigatória em extensão para os discentes, a necessidade de atuação em extensão para pontuação na carreira docente e a melhor divulgação do evento através da utilização de redes sociais, da parceria com a COORDECOM e da criação de um edital específico para chamada de discentes.

Quanto às funções executadas no evento, concluiu-se que a maior parte dos respondentes atuaram nos estandes e oficinas, pois 31,04% destes se identificaram como estudantes bolsistas e 24,4% como coordenadores de estande.

31,8% dos que responderam à pesquisa souberam da realização do evento pela coordenação do curso ou de extensão. 25,8% souberam por email e apenas 5,7% souberam pelas redes sociais. Este padrão de respostas reforçou a importância destes coordenadores como articuladores basilares do evento dentro de suas unidades, sobretudo se considerarmos que também o *e-mail* enviado por mala direta pela PR-5 possui como principais destinatários estes profissionais.

Em relação à nota geral atribuída ao evento, numa escala de 1 a 5, em que “1 -péssimo” e “5 – ótimo”, o retorno foi bastante positivo. As notas “5 – ótimo” e “4 – bom” concentraram a maior parte das respostas (51,8% e 43,8%, respectivamente). O conceito “4 – regular” obteve apenas 4,3% das respostas e ninguém assinalou o evento como “2 – ruim” ou “1 - péssimo”.

Seguindo esta mesma escala de valor, a pesquisa questionou qual conceito a comunidade interna atribuía à infraestrutura do evento. O conceito “5 – ótimo” obteve apenas 21,4% das respostas. Os conceitos “4 - bom” e “3 – regular” concentraram as respostas, com percentuais de 48,2% e 27,1%, respectivamente. Já os conceitos “2-ruim” e “1-péssimo”, embora com percenta-

gens pequenas, apareceram como respostas, obtendo 2,7% e 0,7% de retorno, respectivamente. Este resultado demonstrou que a coordenação geral deverá empenhar maiores esforços para solucionar as limitações de infraestrutura.

Quanto às oportunidades de relacionamento e contatos durante o evento, o retorno foi bastante positivo, corroborando a demanda apresentada pelos coordenadores na reunião de avaliação a respeito da possibilidade de realizar uma etapa do evento voltada para a comunidade interna. As opções “5- ótimo” e “4- bom” concentraram mais de 80% das respostas (53,8% e 34,1%, respectivamente).

Cerca de 81% dos participantes da pesquisa responderam que pretendem participar do evento no próximo ano, variando entre as escalas “com certeza sim” e “provavelmente sim” (47,5% e 34,4% respectivamente). Alguns dos motivos apontados foram: importância da aproximação com os estudantes de ensino médio e da divulgação dos cursos da UFRJ; interação com o público como uma experiência enriquecedora; oportunidade para os graduandos conhecerem outros cursos da universidade.

Ao indagar se o respondente indicaria o evento a algum amigo ou conhecido, podendo este ser interpretado como público ou como parte da organização, cerca de 80,9% dos respondentes indicaram “com certeza sim”. Apenas 3% que indicaram “não sei”. Este quesito obteve a melhor avaliação do formulário.

A última questão, discursiva e não obrigatória, deixava o respondente livre para fazer uma sugestão, relato ou reclamação sobre o evento, obtendo 157 respostas. Dentre as principais críticas e sugestões, os participantes apontaram: melhoria da infraestrutura da EEFD e da área em que os estandes estavam localizados; aprimoramento do sistema de segurança; demora na emissão dos certificados e aumento no valor da bolsa evento paga aos estudantes envolvidos.

Estes resultados foram apresentados e discutidos na reunião de avaliação realizada com os coordenadores de curso e de extensão. A coordenação geral informou que alguns dos itens apontados já tinham sido implementados em edições anteriores do evento, como o tempo de palestras dos cursos que possuíam muitas habilitações e o critério de colocar cursos com maior procura por último em cada espaço.

Com relação às oficinas, o tempo dedicado à atividade é indicado pelos proponentes, e a coordenação tem tomado o cuidado de não alocar oficinas e palestras de um mesmo curso na mesma faixa de horário.

No que diz respeito aos estandes, a coordenação concordou com as críticas em relação à estrutura do corredor extra (apertado e abafado) e à melhoria da parte elétrica. Foi explicado que não havia a possibilidade de aumentar o tamanho, visto que a comissão já havia estudado um novo espaço para alocar esta estrutura, mas que, até o momento, não há outro local viável.

Com relação ao agrupamento das áreas de conhecimento, a comissão já adota este critério para disposição.

Em relação à estrutura da EEFD, a comissão acolheu as críticas, informando que a cada ano tentava suprir a necessidade de banheiros com a locação de sanitários químicos e disponibilização de material de consumo suficiente. Foi reconhecido que a direção da EEFD realiza constante manutenção do prédio, dentro dos limites do baixo orçamento disponível.

Em relação à demora na emissão dos certificados, a comissão reconheceu um significativo problema operacional, devido a fatores relacionados aos sistemas de emissão e sua operacionalização e apontou que está realizando todas as medidas necessárias de maneira a não prejudicar as equipes envolvidas.

A ampliação da participação do corpo social da UFRJ já vem sendo empreendida através das estratégias anteriormente apontadas no início deste artigo, na etapa de planejamento. A quantidade de pessoas da comunidade acadêmica participantes do evento deverá ser revista, para que a segurança e o fluxo durante o evento não seja prejudicada.

Quanto ao aumento no valor da bolsa, foi explicado que esta decisão não cabia à PR-5 e dependia de fatores orçamentários.

Análise da participação do Público-Alvo

O Conhecendo a UFRJ 2017 teve a presença de 293 instituições de ensino e de 15.470 estudantes e aproximadamente 770 professores.

Das instituições de ensino presentes, 166 foram públicas e 127 privadas, concretizando um dos principais objetivos deste evento: divulgar as oportunidades de acesso e permanência para os estudantes da rede pública de ensino.

Considerando que foram abertas 7000 vagas para estudantes por dia e que 60% das vagas (4200 vagas/dia) eram destinadas a estudantes da rede pública, houve uma média de presença de 68,95% deste público.

Em relação à rede particular, que contou com 40% das vagas (2800 vagas/dia), esta média atingiu o percentual de 80,39%. Apesar da média de estudantes da rede pública ainda ser baixa, efetivamente foi alcançado que este quantitativo fosse maior do que o de estudantes da rede particular.

Outro dado importante a ser observado é a relação entre instituições de ensino inscritas x instituições presentes. Houve a inscrição de 224 instituições públicas, porém apenas 166 compareceram ao evento, perfazendo um total de 58 instituições faltosas e um percentual aproximado de 74,10% de presença. Em relação à rede particular, 147 instituições se inscreveram e 127 compareceram, totalizando apenas 20 faltas e o percentual aproximado de 86,40%.

Através do cadastro das instituições inscritas, foi possível fazer um mapeamento dos municípios atingidos. Constatou-se que a UFRJ recebeu instituições de 51 municípios do Estado do Rio de Janeiro. Considerando que o estado possui 92 cidades, este alcance representa o percentual de aproximadamente 55,43% do total de municípios.

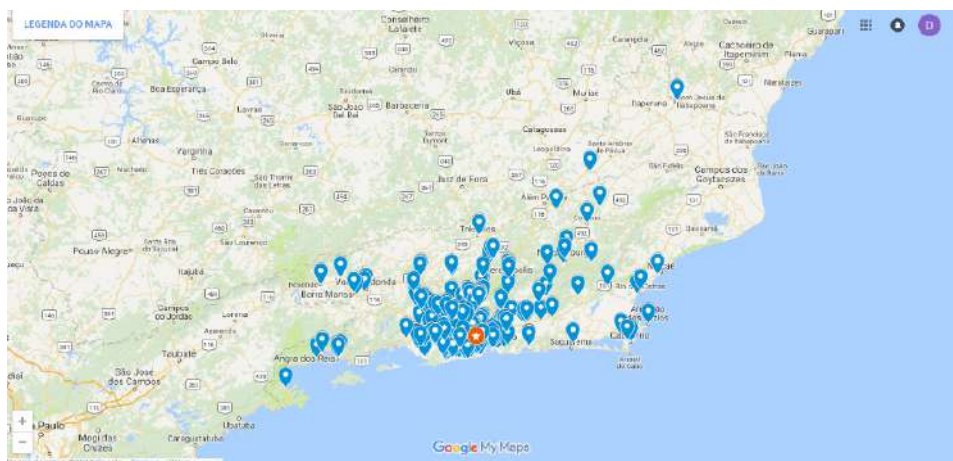


Figura 5 - Mapa de localização das escolas inscritas para o evento. Em laranja, o local de realização. Disponível em: <https://www.google.com/maps/d/viewer?hl=pt-BR&mid=1QqkN9NTgUnLkFC1tMoMraX0w67A&ll=-22.181847636916515%2C-43.19048570000001&z=8>

Avaliação pelo público-alvo

Durante o evento, foi aplicado um questionário voltado para o público externo. Os estudantes e professores puderam acessá-lo pelo celular, através de um código QR. Houve 91 participações, o que foi considerado pela SIARTE um número baixo de acessos, mas que poderia ser utilizado como amostragem. Entre os participantes, 80 eram estudantes e 11 professores.

O questionário constitui-se numa pesquisa quantitativa de opinião sobre a programação e a infraestrutura do evento, na qual o público poderia conceder notas em 5 níveis: muito ruim, ruim, regular, bom e muito bom.

Com relação à nota geral para realização do evento, 90% dos participantes avaliou como muito bom e 10% como bom. Quanto à programação, o conceito “muito bom” também foi maioria entre as respostas obtidas.

Em relação a infraestrutura e espaço de convivência, apesar do conceito “muito bom” ter obtido a maior parte das avaliações, notou-se que o conceito “regular” foi mais expressivo, com 7% para as instalações da escola e 13% para o espaço de convivência. Portanto, esse resultado demandará da comissão organizadora maior atenção a estes aspectos para as próximas edições do evento.

Avaliação Orçamentária

O Conhecendo a UFRJ 2017 teve como custo geral o valor de R\$ 333.365,22 (trezentos e trinta e três mil, trezentos e sessenta e cinco reais e vinte e dois centavos), incluído neste total os seguintes itens: concessão de bolsas-evento a estudantes, contratação de serviços de material gráfico, transporte, ambulância, segurança, alimentação e infraestrutura (locação de estruturas, gerador e equipamentos de multimídia).

Em relação ao impacto do custo do evento no orçamento da UFRJ, calculou-se a percentagem de 0,0009%. Este resultado foi alcançado utilizando-se como referência a receita da universidade em agosto de 2017, no valor de R\$365 milhões³.

Embora esta porcentagem possa parecer pequena, é fundamental que a administração da universidade busque novas fontes de captação de recursos e continue a empreender soluções para otimização de custos, visto que a universidade tem sofrido cortes nos repasses de verbas governamentais.

Neste sentido, é válido ressaltar que a aquisição de bens permanentes de equipamentos de estrutura e multimídia (porta-banners, projetores, caixas de som, etc) pela PR-5 tem contribuído para a redução do custo do Conhecendo a UFRJ e dos demais eventos da universidade (os equipamentos podem ser emprestados para as unidades acadêmicas), uma vez que dispensa a necessidade de contratação de fornecedores externos.

Considerações finais

O Conhecendo a UFRJ é de fato o maior evento realizado na instituição voltado para a comunidade externa e os resultados da avaliação apontados neste trabalho pretendem corroborar para que esta iniciativa aconteça todos os anos, independentemente da gestão, vistos os impactos gerados.

A escolha por uma sistemática de planejamento e avaliação que envolvesse todos os colaboradores, não reduzindo estas fases apenas à PR-5, mostrou que esta iniciativa “pode se constituir numa forte ferramenta de gestão educacional, (...), alterando de forma significativa os rumos da instituição e contribuindo de forma decisiva para a melhoria da Universidade e de seus cursos”⁴. Reconhece-se que a avaliação ainda poderia ser ampliada se empreendida também por outras instâncias administrativas, como por exemplo uma pesquisa realizada pela Pró-Reitoria de Graduação com o intuito de investigar quantos ingressantes escolheram seu curso com base no evento, ou ainda uma análise de retorno de imagem e mídia espontânea empreendida pela COORDECOM.

³ Receita da universidade em agosto de 2017, após contingenciamento.

⁴ FREITAS & FERREIRA, 2017.

Avaliar o que foi previsto e os seus resultados é importante para manter, de acordo com Cunha (2014), a perspectiva de continuidade dos trabalhos. Soma-se a isso a necessidade de formular indicadores que sejam mensuráveis quantitativamente e qualitativamente, pois servirão de parâmetros para monitorar resultados, transformando o processo de acompanhamento em uma atividade sistemática e permanente da instituição.

Concluindo, é importante destacar que qualquer ação pública tem que “demonstrar minimamente coerência entre o que se diz buscar e as ações postas em prática. (...). Neste caso, o grande desafio é o de criar projetos que não sejam desmontados a cada nova administração, gerando um ciclo contínuo de desperdício de recursos e de trabalho”⁵.

Referências bibliográficas

CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 3., 2007, Salvador. Disponível em: <http://rubi.casarui-barbosa.gov.br/bitstream/fcrb/451/2/Calabre,%20L.%20-%20Políticas%20Culturais%20no%20Brasil> (Acesso em 31 de outubro de 2017).

CUNHA, Maria Helena. Planejamento estratégico e plano de ação. Curso de Formação de Gestores Públicos e Agentes Culturais. Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro: 2014. Disponível em: <http://www.cultura.rj.gov.br/curso-gestores-agentes/textos/planejplanacao.pdf> (Acesso em 31 de outubro de 2017).

MACABU, Katia. Planejamento estratégico e plano de ação – instrumentos da gestão cultural. Curso de Formação de Gestores Públicos e Agentes Culturais. Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro: 2015. (Acesso em 31 de outubro de 2017).

FREITAS, Antonio Alberto da Silva Monteiro de. FERREIRA, Maurício da Silva. Implicações da avaliação institucional na gestão universitária: a experiência da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior. Universidade de Sorocaba, São Paulo, v.22, n.1, p.201-221, 2017. Disponível em: <http://submission.scielo.br/index.php/aval/article/view/153547> (Acesso em 31 de outubro de 2017).



5 CALABRE, 2007.

**HISTÓRIA,
DESENVOLVIMENTO
E DEMOCRACIA**

**4, 5 E 6
SETEMBRO
2017**



UFRJ
faz 100
ANOS

1920 | 2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ÍNDICE DE AUTORES

VOLUME 3

ÍNDICE DE AUTORES

A

Adson Ferreira Rocha	154
Agnes Natasha Maciel de Sampaio	197
Aline Guerra Mansour Fraga	345
Alzira Mitz Bernardes Guarany	431
Ana Alice Marques Ferraz de Andrade Jardim	264, 277
Ana Lúcia Vazquez Villa	345
Ana Maria de Jesus Esteves	364
Ana Paula Dias Soares	369
Ana Paula Vieira dos Santos Esteves	322, 421
Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva	138
André Luiz	277
André Luiz Magdalena Dourado	264
Anna Mayse Feitosa da Silva	377
Antonio Jose Ledo Alves da Cunha	322

B

Bon, E.P.S.	130
Bruna Fernandes Zappelli de Oliveira	311
Bruno Mattos	166

C

Camila Medeiros Mendes	230
Camila Mendonça de Moraes	369
Carmen Lucia Tindó Ribeiro Secco	76
Carolina Barreiros de Lima	53, 222
Cida Donato	154
Cristiane Machado do Vale de Andrade	377
Cristina Ramos	154

D

Dafny Saldanha Hespanhol Vital	110
Daniela Honorio de Sousa	148
Daniele Machado	23

	Danieli Silva Feijó de Sousa	345
	Deborah Calda de Castro	184
	Denilson Vasconcelos	166
	Diana Maul Carvalho	322
E	<hr/>	
	Eduardo Ricci Junior	345
	Elisabete Pereira dos Santos	345
F	<hr/>	
	Fábio Gutierrez da Matta	253, 264, 277
	Felipe Macedo	154
	Fernando Eduardo Zikan	397
	Fortune Homsani	345
	Freitas, S.P.	130
G	<hr/>	
	Gabriela Fernandes Moraes Fonseca	243, 299
	Gabriela Lúcio de Sousa	23
	Gerusa Belo Gibson dos Santos	377
H	<hr/>	
	Helena Maria Rodrigues Marins	184
	Henrique de Castro Rodrigues	377
I	<hr/>	
	Ilan Chamovitz	354
	Isadora de Freitas Lyrio Araújo	369
	Ismê Catureba Santos	322
J	<hr/>	
	Jackeline Christiane Pinto Lobato Vasconcelos	377
	João Paulo Ovídio	23
	Joffre Amim Junior	322, 421
	Juliana Lapoente Marques	277
	Juliana Lapoente Marques Fonseca	264, 288
	Juliana Salvador	212
K	<hr/>	
	Karina Bilda de Castro Rezende	264, 277
	Karina Lyra Fontes	332

Karine de Andrade	148
Keli Cristina de Matos	154
Kleber Neves	88

L

Leandra Pereira de Oliveira	34
Leandro Fernandes	166
Leila Rodrigues da Silva	138
Leonardo Soares de Santana	34
Lícius da Silva	63
Lucas Rodrigues de Moraes	311
Luciana M. N. Peil	166
Luciana Teixeira Fernandes	53
Luciane Moreau Cocco	173
Lucineide Moraes	243
Luis Paulo Vieira Braga	30
Luiz Felipe Cavalcanti	166

M

Magdalena Dourado	277
Márcia Macedo do Nascimento	154
Marcos Pereira Estellita Lins	332
Maria Alejandra Espinosa Moreno	120
Maria Isabel Martins	277
Maria Isabel Martins Peixoto Cardoso	264
Maria Judith Sucupira da Costa Lins	148
Maria Luiza de Oliveira Teixeira	184
Mariana Magalhães Chagas	369
Mariana Sato de Souza de Bustamante Monteiro	345
Martha Werneck Vasconcellos	63
Michelle Moreira da Silva	442
Miriam Krenzinger	212
Moana Campos Soto	100
Mota, M.F.S.	130

N

Náira Villas Boas Vidal de Oliveira	345
Nathalia Rangel Lira da Silva	377

P	
Paulo Duarte Silva	138
Peixoto Cardoso	277
Pricila Vieira Magalhães	442
R	
Raquel Batalha de Oliveira	222
Regina Balbi	166
Regina Maria de Souza Correia Pinto	53
Renan Vicente da Silva	311
Rita Bernadete Ribeiro Guérios Bornia	264
Rita de Cássia A. Barros	345
Rita Guérios Bornia	277
Roberto Andrade Medronho	322
Rodrigo Pereira Leal de Souza	110
Rogéria de Ipanema	17
Romulo Augusto Pinto Guina	45
Rosangela Pinheiro Pinto	421
S	
Sara Izabeliza Moreira Lima	409
Sidney Botelho Pestana	166
Sônia de Souza Ribeiro	184
Soraia Santana Capello	34
Souza, R.T.	130
T	
Taiane Damasceno da Hora	388
Thiago Fernandes	23
V	
Vanessa Ribeiro Teixeira	76
Vera Lúcia Santos de Britto	311
Z	
Zaida Maria Faria de Freitas	345

**HISTÓRIA,
DESENVOLVIMENTO
E DEMOCRACIA**

**4, 5 E 6
SETEMBRO
2017**

CRÉDITOS



**UFRJ
faz 100
ANOS**

1920 | 2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

CRÉDITOS

COORDENAÇÃO GERAL DO SEMINÁRIO UFRJ FAZ 100 ANOS

Rogéria de Ipanema

Coordenadora do Projeto Institucional UFRJ FAZ 100 ANOS – Reitoria

Assessora Especial da Pró-Reitora de Extensão – PR5

Renata Gaspar

Diretora da Divisão de Integração Acadêmica - Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

COMISSÃO DE AVALIADORES DOS RESUMOS

Alessandra Sarkis – EEI/ CFCH

Ana Lucia Fernandes Cunha – DRI/ Reitoria

Andrea de Barros Queiróz – SIBI/FCC

Angela Bretas – EEFD/CCS

Carla da Costa Dias – EBA/CLA

Cinda Gonda – FL/CLA

Claudio Rezende Ribeiro – FAU/CLA

Damiane Daniel Oliveira dos Santos – IGEO/CCMN

Glaucia Lelis – ESS/CFCH

Graça Franco Reis – Cap/CFCH

Gustavo Cravo – Gabinete/PR4

Iris Guardatti – Agência UFRJ de Inovação/PR2

Ivone Evangelista Cabral – EEAN/CCS

Jean Christophe Houzel – ICB/CCS

Kátia Correia Gorini – EBA/CLA

Kleber Neves - APG

Luciana Andrade – FAU/CLA

Luciana Boiteux – FND/CCJE

Marcelo Corrêa e Castro – FE

Maria Cristina Miranda – CAp/CFCH

Maria Lucia Santos – CH/REITORIA

Maria Naíse de Oliveira Peixoto – IGEO/CCMN

Mariana Trotta – FND/CCJE

Marcia Malaquias Braz – Gabinete/PR5

Michelle Pereira de Souza Fonseca – EEFD/CCS

Monica Pereira dos Santos – FE/CFCH

Paula Abrantes Cotta de Mello – SIBI/FCC

Pedro Paulo Bicalho – IP/CFCH

Renata Flores – CAp/CFCH

Renata Gaspar – DINAC/PR2

Selene Maia – IM/CFCH

Vitor Amaral – DRI/REITORIA

MEMBROS EXTERNOS

André Guimarães Couto – DEAC/CEFET
Lucia Helena Pereira da Silva – IM/UFRRJ
Priscila Duarte dos Reis – IM/UFRRJ
Ronaldo Rosas Reis – FE/UFF

COMISSÃO ORGANIZADORA

Ana Crélia Dias – PR1
Caíque Azael – DCE
Carol Barreto – SUPEREST
Damiane Daniel Oliveira dos Santos – IGEO/CCMN
Flavio Pessoa – PPGAV/EBA
Gustavo Cravo – PR4
Iris Guardatti – PR2
Kelly Sam – EBA/CLA
Luciano Coutinho – FAAC/CCJE
Marcia Malaquias – Gabinete/PR5
Maria Naíse de Oliveira Peixoto – IGEO/CCMN
Paula Barreto de Andrade - EA/EQ
Priscila Maroja – PR2
Renata Gaspar – PR2
Rogéria de Ipanema – UFRJ FAZ 100 ANOS - Reitoria/ PR5
Sandra Souza – Aposentada (CAp)
Terezinha da Costa – Vice-presidente da ATTUFRJ
Valéria Silva – PR5
Vitor Amaral – DRI

COMUNICAÇÃO E SISTEMA

Yuri Hutflesz – PR5
Leonardo Maurício de Freitas – Estagiário/PR2

DIAGRAMAÇÃO

Sergio Tavares de Sena – PR5



1920 | 2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO